

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Fundado em 1.º de Novembro de 1894

*COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA:*

*AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY  
JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO  
NICOLAU DUARTE SILVA*

VOLUME XLVIII



---

EDIÇÃO SUBVENCIONADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE SÃO PAULO**

**D I R E T O R I A**

(Triênio de 1951-1953)

Presidente Honorário .	Prof. Dr. Afonso de Escragolle Taunay
Presidente .....	Prof. Dr. Ernesto de Sousa Campos
1.º Vice-Presidente ....	Dr. Frederico de Barros Brotero
2.º Vice-Presidente ....	Prof. Dr. Americo Brasiliense Antunes de Moura
3.º Vice-Presidente ....	Prof. Dr. Carlos da Silveira
1.º Secretário .....	Coronel Luis Tenorio de Brito
2.º Secretário .....	Dr. Francisco T. de Almeida Magalhães
3.º Secretário .....	Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretário .....	Prof. Alfredo Gomes
1.º Orador Oficial .. ...	Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador Oficial .....	Dr. Aureliano Leite
1.º Tesoureiro .....	Prof. Dácio Pires Correia
2.º Tesoureiro .....	Prof. Tomás Oscar Marcondes de Souza

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio de 1951-1953)

- COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS — Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, Profa. Dra. Alice Piffer Canabrava e Sr. Amador Bueno Machado Florence.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA “REVISTA” — Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay, Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Professora Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. José Ribeiro Araujo Filho e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuinglio Marcondes Homem de Melo, J. Anthero Pereira Junior e Dr. Álvaro da Veiga Coimbra.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Prof. Alfredo Gomes, Major Arrison de Souza Ferraz e Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brotero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.
- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Ayrosa e Prof. Dr. Jorge Bertolaso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Enzo Silveira, Major Henrique Oscar Wilderspahn e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Ferreira e Cel. Luiz Tenório de Brito.

COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Theodoro Braga.

COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Fazzio e Dr. Cândido de Souza Campos.

COMISSÃO DE REDAÇÃO DA OBRA — “S. PAULO EM QUATRO SÉCULOS” — Prof. Tito Livio Ferreira, Prof. Dr. Afonso de Escrag-nolle Taunay, Prof. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Prof. Eurípedes Simões de Paula, Prof. Aroldo Azevedo e Prof. Dr. Américo Brasileiro A. de Moura.

COMISSÃO DE MOVIMENTO FINANCEIRO — Prof. Tomás Oscar Marcondes de Souza, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Cel. Luiz Tenório de Brito.

---

# Antiquilhas de São Paulo

*Afonso de E. Taunay*

## 3.<sup>a</sup> PARTE

### O QUE RESTA DO ANTIGO COLÉGIO DE S. PAULO

Como sede tem a Secretaria da Educação e Saúde de São Paulo, um dos mais notáveis edifícios de nossa Pátria. Não pelas dimensões e linhas arquitetônicas, a decoração interna ou quaisquer outros característicos suntuários. Provem-lhe o prestígio de vultosa tradição quase quadrissecular.

Assim nada mais justo do que a homenagem representada pela publicação de uma memória determinada pelo culto espírito do Dr. Aluizio Lopes de Oliveira sôbre quem repousa um dos mais pesados encargos da administração pública de São Paulo “estado confederado que atingiu as proporções de Nação”, consoante a bem conhecida e exata frase do Dr. Epitácio Pessoa quando Presidente da República.

E' tarefa exaustiva a que o Diretor Geral da Secretaria da Educação consagra as veras do esforço competente diuturno e inteligente a bem do prestígio do Govêrno do Estado.

Entendeu que a aproximação do IV Centenário da fundação da Cidade de São Paulo impunha, como uma das contribuições preparatórias às comemorações projetadas para 1954, a publicação de uma monografia sôbre o passado de sua casa. E realmente representa ela a “célula mater” da aldeia lusoguaiana de Nóbrega e Anchieta, o po-bríssimo vilarejo do Campo de Piratininga que já nos albos do século XVII se converteria no centro irradiador da dilatação do Brasil bandeirante. E este, inútil parece recordá-lo, traria à nossa Pátria, ilegal mas gloriosamente, a posse do triplo do território ajustado em Tordesilhas.

Profetizou o Taumaturgo do Brasil que a sua fundação viria a

ser a maior metrópole da América do Sul. Pelo que vimos assistindo de 1886 em diante, não nos parece impossível que dentro em poucos anos tal possa suceder.

No local da pobre casinha de 1554, feita de barro e pau a pique, coberta de palha, com catorze passos de comprimento e apenas dez de largura, servindo ao mesmo tempo de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e dispensa, segundo as próprias palavras anchietanas, choça anexa à mais tosca das capelas, similar das dos primeiros séculos cristãos, puderam os abnegados fundadores encetar a formidável obra de evangelização, civilização e cultura que foi a sua, pelo decurso de duzentos e alguns anos.

Já em fins do século XVI estava o seu tosco igrejó em muito más condições. Entretanto ao alvorecer da seguinte centúria dispunha de várias relíquias preciosas como fossem um fragmento do Santo Lenho, encravado numa cruz de prata dourada, e outra recordando os Santos mártires Tebanos.

E, fato curioso, já pelas agras lombadas da serra marítima, Cubatão acima, haviam subido, destinados ao restrito templo, os tubos do pequeno órgão acompanhador do canto dos mancebos da terra nos dias de missa com diácono e sub-diácono, na frase singela de ilustre jesuíta itinerante de 1585, o Padre Fernão Cardim.

Neste mesmo ano dava Joseph de Anchieta em sua "Informação do Brasil para Nosso Padre" notícia interessante da transmutação da choupana de 1554 em casa de civilizados.

Dispunha o Colégio de oito cômodos de sobrado, forrados, "com suas oficinas bem acomodadas".

"Todo o edifício é novo, feito de taipa, a igreja não é muito grande".

"Na fundação paulistana residiam seis ou sete jesuítas a quem os moradores da vila sustentavam com grande abundância em casa bem acomodada", informava Fernão Cardim, contemporaneamente.

O primeiro sepultamento ocorrido na Igreja do Colégio de que há documento, parece-nos ter sido o do fiel Tibiriçá, no dia de Natal de 1562, após o mais piedoso trespasses. O segundo personagem de destaque ali inumado parece ter sido o franciscano Frei Diogo, o ermitão da ermida de Nossa Senhora da Luz, de quem nos fala Jaboatão no *Novo Orbe Seráfico*.

Assassinou-o em 1583 um soldado espanhol da esquadra de Diogo Flores Valdez pelo fato do menor repreendê-lo, aliás brandamente, por estar blasfemando aquêle "ministro do Inferno, perjuro à lei de Cristo".

Depois de atrocemente injuriar ao pobre frade matou-o. E a vítima de sua fúria morreu a perdoá-lo.

Causou o crime verdadeiro horror aos paulistanos que em pês

acompanharam o entêrro de Frei Diogo na Igreja do Colégio, onde daí a uns dias ocorreu um milagre. Sentando sôbre sua cova curou-se certa mulher de grave enfermidade “acrescentando-se com êste prodígio a opinião e boa fama de santidade e virtude do religioso que sem dúvida estará rubricado com o seu inocente sangue, em o número dos Mártires do Senhor” comenta o cronista.

Até a data da expulsão dos jesuítas em 1640 pouco parece se terem avantajado o Colégio e a sua Igreja a que alguns documentos se referem chamando ao conjunto Mosteiro do Senhor São Paulo. Em 1624 e em São Paulo quatro igrejas havia: as do Colégio, São Bento, Carmo e Misericórdia.

Com a expulsão dos inacinos ficaram os seus edifícios em péssimas condições. Na sessão da edilidade paulistana, a 6 de Agôsto de 1650, compareceu perante os repúblicos da “Governansa da tera” o procurador da Companhia de Jesus em São Paulo Domingos da Rocha, aliás a convite da Câmara.

Mandou esta ao seu escrivão que o notificasse de quanto estava a Igreja do Colégio em ruínas, servindo o seu recinto para a prática de mil e um atentados à moral.

“Estava danificada e os muros derribados por onde se entrava dentro e se faziam algumas cousas pouco decentes pelo gentio da terra”.

Quanta desídia por parte de seus guardas e depositários! advertia o Procurador do Conselho ao relaxado representante da Companhia.

“Sendo têmplo devino deve de estar fexado e composto para que se não entre nele mais que pela porta principal quando se abrir”.

Assim foi Rocha intimado a vir dentro de quinze dias, com os índios de Carapicuíba, aldeia da Companhia, a murar e consertar a igreja.

Respingou Domingos Rocha. Não servia de procurador dos Padres para tratar das cousas da Igreja e Colégio. Tinham-no em São Paulo e a outros mais antigos.

Os índios “heram voluntarios que não queriam fazer o que se lhes mandava”. Suas Mercês os oficiais da Câmara que os compelissem a tal serviço!

Alçando o diapasão do atrevimento verberou o representante dos inacinos a conduta da Câmara e dos paulistanos em geral.

— Pois não se confiscara o Colegio? E a dita igreja e Colegio não eram deste povo? Assim para se conservarem tais edifícios “tinha obrigação cada hua pessoa dar e acodir com seus negros, poucos ou muitos, a conservar o dito Colegio”.

E êle, pessoalmente, como homem do povo, se “obrigava” a o fazer quando os outros o fizessem. Mandando registrar a insolente resposta

ordenaram os juizes, vereadores e procurador do Conselho que Rocha "se houvesse como intimado".

Em 1653 graças, sobretudo, a Fernão Dias Pais, apoiado pela forte autoridade de Salvador Correia de Sá e Benevides, reintegravam-se os inacinos em seu Colégio e Igreja achando-os no mais deploravel estado de ruina. Trataram logo de os reedificar. O Reitor Lourenço Cardoso cujo período de reitorado foi de 1667 a 1671, conta-nos Serafim Leite, foi o reconstrutor. "Com grande trabalho, indústria e diligência, ergueu desde os alicerces a nova e magnífica Igreja que deu a Vila de São Paulo não pequeno esplendor."

Faltava à Igreja a torre que se fez no período do governo do Padre Manuel Correia. Em 1683 regia este o Colégio paulistano em época de nova e grande dificuldade com os paulistanos, motivada pela eterna questão da escravização dos índios. Estiveram as coisas em ponto de rompimento pensando os jesuítas em retirar-se definitivamente de São Paulo.

Acomodando-se a questão precisaram os Padres reedificar a sua casa cujos alicerces haviam cedido arruinando toda a fachada do edificio.

Prestigiados por alguns repúblicos de grande prestígio entre os quais o Capitão-mor da Capitania Pedro Taques de Almeida e seu primo o creso seiscentista Padre Guilherme Pompeu de Almeida, e o grande bandeirante Lourenço Castanho Taques, desistiram os inacinos de abandonar São Paulo.

Assim trataram seriamente da reedificação recebendo o mais valioso auxilio da mulher de um dos seus mais influentes protetores, D. Ângela de Siqueira (1648-1703), casada com Pedro Taques, e da mãe desta, D. Leonor de Siqueira, viuva do illustre bandeirante Luís Pedroso de Barros. Viria esta a falecer no mesmo ano que a filha a 9 de dezembro, dois meses após ela. Eram a avó e a bisavó de Pedro Taques o linhagista. Falando da última escreveu este que D. Leonor de Siqueira sobreviveu muitos anos ao marido, morto no "sertão dos Serranos" no reino do Peru em 1662.

Foi quem concorreu, "com muita parte de seu cabedal para se fazer de pedra e cal a torre da igreja do Colégio dos Jesuítas de São Paulo, do tempo do reitor o Padre Antonio Rodrigues, varão acreditado de virtudes." Para animar esta obra com sua presença ia muitas vezes D. Leonor estimular aos mestres e officiaes que com efeito em sua vida teve o gosto de a ver completamente acabada. E é uma das obras (até como primeira desta natureza) mais excelentes que ha na Cidade de São Paulo pela sua eminência e construção.

Diz Serafim Leite que da reconstrução da fachada se incumbiu D. Ângela.

Acabou a reconstrução em 1694, e um depoimento de 1701 declara que a nova Igreja era digna de se ver pela sua obra de talha dourada.

Narra o ilustre historiador da Companhia que a torre de D. Leonor só se construiu em 1701. Julga que houve engano do linhagista ao falar que a obra se fez sob o reitorado do Padre Antonio Rodrigues iniciado em 1706.

Recorda Serafim Leite a longa lista de paulistanos ilustres sepultados no solo da igreja: Tibiriçá e Afonso Sardinha, João Pires, o Padre Pompeu, etc., etc.

Expulsos os jesuítas do Brasil em 1759 pela perseguição pombalina e confiscados os seus bens, foi a sua casa transformada em palácio dos Capitães Generais Governadores da Capitania de São Paulo. Foi D. Luís Antonio de Souza Botelho e Mourão, morgado de Mateus, o primeiro que nela habitou em 1765. Até então haviam residido em casa alugada, a de Dom Simão de Toledo Piza, pela qual o Governo pagava sessenta mil réis de aluguel anual.

Pouco antes de os Generais ali se instalarem, serviu o Colégio de residência episcopal, pois os bispos de São Paulo ainda não tinham paço. Parece que nele morou o segundo bispo D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão de 1759 a 1764, ano em que faleceu.

Fala Antônio Piza que o mesmo se deu com o seu sucessor D. Frei Manuel da Ressurreição cuja entrada em São Paulo se fez em 19 de março de 1774, portanto ainda sob o Governo do Morgado de Mateus.

Suponho que haja aí um lapso de Piza, que pretendia referir-se a Dom Frei Antônio Galvão. É possível porém que o Capitão General haja hospedado o Prelado, dado o número dos cômodos do vastíssimo edificio.

Transformado em palácio governamental há acêrca do antigo Colégio numerosos depoimentos dos primeiros viajantes estrangeiros, que visitaram São Paulo a partir dos princípios do século XIX.

O primeiro autor de ensaio de guia turístico de São Paulo foi Manuel Cardoso de Abreu, o plagiário de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, em seu aliás muito interessante *Divertimento admirável* (1783).

Falando da cidade paulistana "aprazível pelo terreno e saudável pelos ares" conta que na época já não era muito pequena, o que se conhecia pelo número das suas ruas. Tinha porém térreas a maioria das casas e as ruas mal ordenadas e mal calçadas. Na do Carmo estava o palácio dos Generais. Mas sobre este nada conta o honesto depoente que tomava o alheio como seu onde quer que o encontrasse.

Em 1819 dizia Saint Hilaire que "o Palácio dos Capitães Generais apresentava o aspecto conventual que lhe imprimira a antiga feição

jesuítica. Alguns salões enormes, muitas celas e um nunca acabar de corredores.

Estavam as paredes dos aposentos pintadas com muito gosto, havia porém pobreza de mobiliário, mas muito asseio por toda a parte".

Descreve o ilustre botânico a festa que nêle assistiu em homenagem ao aniversário da Rainha D. Carlota Joaquina, e determinada pelo último Capitão General de São Paulo João Carlos de Oeynhaus- sen Gravenburg, futuro marquês de Aracati.

Consistira num banquete oficial, enorme bródio, que começou às três da tarde e durou longamente por causa do número imenso dos brindes então levantados.

Eschwege também descreve as festas havidas sob o govêrno de Oeynhaus- en, em palácio, recepções e saraus.

A Spix e Martius, em 1818 pouco impressionou o aspecto do pa- lácio ex Colégio Jesuítico. Saint Hilaire descreve arroubadamente o belo panorama que das janelas do fundo do casarão se desfrutava sô- bre a Varzea do Carmo.

Nas vizinhanças de 1840 assistiu Daniel Kidder, o interessantís- simo viajante norte-americano, a sessões da Assembléia Provincial realizadas no andar térreo do edificio, sessões em que conheceu a oratória de alguns políticos ilustres como Feijó, Rafael Tobias de Aguiar, Antônio Carlos de Andrada, Álvares Machado, entre outros.

Durante longos anos pequena alteração sofreu o antigo Colégio cujas modificações notáveis, que lhe transformaram inteiramente o facies, foram determinadas pelo presidente da Província de São Paulo, de 7 de abril de 1881 a 10 de abril de 1882, o Senador pelo Rio Grande do Sul Florêncio Carlos de Abreu e Silva.

Numerosas repartições alojaram-se em palácio durante décadas e décadas, como a Secretaria da Capitania e da Província, que assim se chamava o aparelhamento administrativo desdobrado mais tarde em Secretarias de Estado. É por este motivo que, até os dias de hoje, a Secretaria da Educação e Saúde e do Interior, e filha primogê- nita da Secretaria da Província, permaneceu no antigo cenóbio jesuít- ico.

Coisa que poucos conhecem: o primeiro Museu oficial que São- Paulo teve, funcionou no Colégio. A êste propósito escreveu Eze- quiel Freire muito interessantes e espirituosas considerações em ar- tigos de que dei ligeira sùmula ao traçar o histórico do Museu Pau- lista por ocasião do cinquentenário da instalação do instituto no Pa- lácio do Ipiranga a 7 de Setembro de 1895.

Em 1889 presenciou o Palácio a transformação do regime mo- nárquico em republicano sendo o último presidente da Província o General José Vieira Couto de Magalhães, então convidado a passar

o poder à Junta trina composta dos Drs. Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Coronel Joaquim de Souza Mursa.

No belo retrato do primeiro existente na Galeria do Museu Paulista e de autoria de Almeida Junior, vê-se através de uma janela parte do Pátio do Colégio e do Palácio.

Várias modificações sofreu este, com a retirada do gradil que lhe cercava o jardinete, a implantação, no centro, da estatua comemorativa da fundação da cidade de São Paulo e a destruição do grande coreto ali existente e a de pretensa fonte monumental. Mas a maior alteração proveio da demolição da Igreja do Colégio e o aproveitamento de seu terreno para o alargamento das instalações da Secretaria do Interior.

Por diversos anos ainda, de 1889 a 1908, continuou o antigo cenobio jesuítico a ser a residência dos presidentes do Estado de São Paulo. Resolveu o Dr. Jorge Tibiriçá cujo período presidencial foi de 1904 a 1908 derrubar os fundos do Palácio e a este reconstruir. Seu sucessor o Dr. M. J. de Albuquerque Lins não residiu ali, adquirindo o Palácio dos Campos Elíseos para moradia dos futuros chefes de Estado, o que muito mais tarde ocorreria.

Continuou porém o velho palácio a ser o local dos despachos e das recepções presidenciais até 1912 sob a segunda presidência Rodrigues Alves. Alguns anos mais tarde foram todos os seus cômodos entregues à Secretaria da Educação.

A iconografia do Colégio compreende numerosos documentos mas todos relativamente recentes, datados do século XIX.

Esperávamos que neste particular alguma coisa de novo nos dessem as pesquisas de Serafim Leite para a sua monumental *História da Companhia de Jesus* no Brasil. Trouxe-nos uma planta preciosa setecentista do Colégio e a vista de um altar.

Como é pobre a nossa iconografia antiga! A mais velha vista do Colégio minha conhecida é uma aquarela de autoria do singelo e precioso Miguel Arcanjo Benício de Anunciação Dutra. Pertence à coleção do Museu Paulista e data de 1837. Penso que serviu para ornamentar a primeira planta impressa que da cidade paulistana existe e de autoria do Capitão Rufino J. Felizardo e Costa, datada de 1841.

É muito possível que entre o *reliquat* de Ender, o pintor da expedição de Spix e Martius, em Viena arquivado, segundo me contou o Prof. Adolfo Lindenberg, exista alguma vista de Colégio datada de 1818 ou 1819. Existirá ainda ali porém este precioso acervo que tanto e debalde procurei conseguir fazer fotografar, quando diretor do Museu Paulista? É muito possível que não, dadas as contingências da segunda Conflagração Mundial e as proezas do Sr. Goering.

Dos fundos do Colégio há vista conhecida mais antiga do que a

da fachada. E' a que se observa na vista panorâmica datada de 1827 de autoria de L. Palliere, segundo a estampa pertencente à coleção opulenta de J. F. de Almeida Prado. E estampa que serviu à confecção de um Panorama para o Museu Paulista, executado por J. Canela.

São portanto três as vistas do Colégio e sua Igreja anteriores à descoberta dos processos fotográficos.

Entre outros documentos do século XIX há a vista do muito conhecido *Album Militão de Azevedo* (Pátio do Colégio em 1858), o panorama anônimo de 1870 (fundos do Palácio) e diversos outros até 1880 como a figura ilustrativa da planta de *São Paulo Monumental* de Julio Martin (1878).

Com as reformas de Florêncio de Abreu o fâcies do Pátio do Colégio ficou radicalmente alterado. Penso que a' mais antiga documentação a tal respeito existente vem a ser uma litografia de Julio Martin, uma das muitas dêste benemérito artista! — o *Novo Palácio do Govêrno*. A fachada do paço reformado lia-se "Hoc opus Senator Florencio de Abreu erexit".

Ao ruir o telhado da Igreja do Colégio apressou-se o pintor itua-no Jonas de Barros, modesto artista de certa habilidade, e excelente pessoa, em compor um quadro a óleo representando este lastimavel estado. Tal quadro existe na galeria do Museu Paulista.

No *Album de vues du Brésil* publicado em 1889 em Paris (A. Lahure) pela comissão brasileira encarregada da exposição brasileira, enviada a figurar na Exposição Universal daquele milésimo, neste belo *Album* ocorrem diversas vistas de São Paulo. Entre outras a da "Presidência e antiga igreja dos jesuitas" e da "Fonte do Presidente", o mesquinho chafariz feito de material vulgar que sob a presidência do Conselheiro João Alfredo se colocou num dos ângulos do Pátio. A esta vista acompanha uma vista tomada da Varzea do Tamanduaté pondo em grande destaque os fundos do palácio.

Durante cento e vinte e cinco anos abrangeu o recinto da atual Secretaria da Educação o conjunto dos principais órgãos da vida administrativa paulista. Mas em face do imenso desenvolvimento dos serviços públicos correspondentes ao prodigioso progresso do Estado foram-se destacando do velho cenóbio da Companhia de Jesus diversas e novas Secretarias de Estado, nascidas de cissiparidade da antiga Secretaria da Província. A princípio eram três: Interior, Fazenda e Justiça. São hoje oito. Fazenda, Justiça, alojaram-se nos edificios fronteiros ao Velho Palácio. Neste ficou a Secretaria do Interior em simbiose com o Palácio da Presidência. Mas já não era possível alojar-se ela em tão acanhada área como a que lhe coubera.

Transferida a residência dos presidentes para o Palácio dos Campos Elíseos, a que se anexaria vultosa secretaria própria, e cessando o

Executivo estadual de se utilizar dos seus antigos cômodos, ocupou a nova Secretaria da Educação e Saúde Pública, sucessora da do Interior, as antigas salas reservadas ao serviço presidencial, tudo o que hoje resta do antigo Colégio da Companhia.

A partir de 23 de junho de 1821 passou o recinto do antigo Colégio a ter o maior destaque nos anais brasileiros. Foi a sede de atuação de José Bonifácio e dos seus adeptos no movimento em prol da Independência Nacional, e em conjugação com os esforços do núcleo fluminense.

Aí recebeu o Patriarca a adesão dos patriotas do interior de São Paulo, como o do grupo ituano. E tal a sua atuação que logo após a conferência com o emissário do Príncipe Regente em dezembro de 1821 partiria para o Rio de Janeiro onde a 16 de janeiro de 1822 o futuro D. Pedro I o nomearia Ministro de Estado.

A 23 de maio de 1822 era em frente ao Colégio que se operaria a reação lusitana da chamada Bernarda de Francisco Inácio de Souza Queiroz que depôs os membros do Governo Provisório Provincial, adeptos do Príncipe Regente.

Três meses mais tarde era êste quem solene e festivamente entrava na cidade de São Paulo culminando com a sua presença o desfecho iminente do movimento libertador. A sua estada em São Paulo pontuaria uma série de incidentes ocorridos no Colégio e populares na crônica paulistana como o do cortejo em que o velho capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, provocou bela repulsa da dignidade ofendida por legítima criança do futuro imperador do Brasil.

Circunstância que enobrece os fastos do quase quadrisseccular edifício jesuítico vem a ser a que êle serviu de morada a nada menos de seis chefes de Estado do Brasil. Foi o paço de dois imperadores, e nele se hospedou uma Princesa Imperial três vezes Regente do Império. Nêle residiram três Presidentes da República.

E com efeito, vemo-lo, em 1822, e por espaço de quasi um mês, ser o centro da política nacional em época absolutamente culminante da existência do país, a de sua constituição em Nação. À tarde de 7 de Setembro após a inesquecível cena do Ipiranga, a êle se recolheu o Príncipe Regente que acabava de atestar à face do Universo a existência de mais um povo. À noite iria ouvir a sua aclamação como Rei do Brasil.

Em 1846, em 1876 e em 1886 serviu de Paço Imperial a D. Pedro II. Hospedou a Princesa D. Isabel, três vezes Regente do Império. Nêle residiram prolongadamente três beneméritos presidentes da maior eminência como Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Assim nada menos de seis de nossos chefes de Estado nêle moraram em maior e menor prazo de dias, meses e anos.

E numerosas personalidades eminentes e marcantes de nossos fastos, que não chegaram à culminância destes seis hóspedes excepcionais ainda ali residiram; capitães generais, presidentes da província e presidentes do Estado de 1765 a 1908. Em extensa resenha que vem do Morgado de Mateus a João Carlos d'Oeynhausén Gravenburg, do Visconde de Congonhas do Campo ao General Couto de Magalhães, de Prudente de Moraes a Jorge Tibiriçá, abrangendo muitas dezenas de nomes.

### O PANTEON DOS ANDRADAS

Desde muito se cogitava em Santos, e com todo o afincó, de se dar aos despojos dos três grandes santistas irmãos, magnos libertadores do Brasil, sepultura em local de grandiosidade condigna de sua glória. Estavam José Bonifácio e Martim Francisco sepultados no pequeno e modesto claustro do Convento do Carmo; Antônio Carlos, no Mosteiro de S. Bento, do Rio de Janeiro. Consistia o túmulo de Martim Francisco numa cova aberta no pavimento do claustro e recoberta por singela lápide de marmore.

Quanto a José Bonifácio, este repousava em túmulo mais vistoso, onde havia elementos artísticos de grande valor. No centro do pátio claustral fizera-se uma espécie de escavação revestida de pedra.

Ali estava o mausoléu do Patriarca, uma das melhores obras de Bernardelli, o nosso aclamado escultor. Sobre o sarcófago, o corpo do grande Andrada, em mármore, aparecia envolto num manto de bronze. Resguardava o mausoléu, horrendo alpendre de vidro e uma balaustrada de mármore, também muito pouco estetica.

Fôra este mausoleu construído por iniciativa de uma comissão patriótica e inaugurado a 12 de dezembro de 1889. Por sobre o túmulo do Patriarca, nada mais até então existira que lhe lembrasse o nome, além de uma lápide mandada colocar por humilde admirador, Antônio Carlos do Carmo, simples diretor de companhia de cavallinhos.

Correram os anos e aproximou-se o Centenário da Independência Nacional.

Resolveu Santos prestar excepcionais homenagens à "trindade eterna de heroísmo e glória" que em seu solo veio à luz.

Dáí diversos projetos, dois dos quais realmente grandiosos: o do monumento aos três irmãos, numa das principais praças da cidade e o do Panteon, onde eternamente dormissem juntos, aqueles que tanto deram o exemplo da mais forte e real afeição fraterna.

O monumento, todos o sabemos, ergue-se majestósissimo no centro da praça, que está no fim da bela avenida Ana Costa. Executou-o

a Companhia Construtora de Santos, vencedor que foi o projeto por ela apresentado ao concurso internacional de setembro de 1920, de autoria dos ilustres artistas, o escultor Antônio Sartório, e o arquiteto Gastão Castel, a quem auxiliamos quanto à escolha dos assuntos históricos a figurar no projeto.

Fiel ao programa de, com todo o empenho, concorrer para o engrandecimento de Santos, apresentou-se em liça a Construtora, empresa que mal tinha um lustro de existência e já, no entanto, realizara prodigiosa cópia de obras sob o impulso infatigável e o descortino profundo do seu fundador e presidente, Roberto Simonsen, sobretudo interessado nesta pendência artística, de que veio a ser o triunfador.

Apesar da escassez do tempo, pôde a Companhia entregar, a 7 de setembro de 1922, o monumento à municipalidade santista, numa festa presidida pelo presidente Washington Luís, e uma das mais notáveis comemorações daquele inesquecível dia.

Para se obter tal "desideratum", necessário foi trabalhar dia e noite, dada a formidável congestão de serviços provocada pela simultaneidade das obras "para o Centenário" em S. Paulo, no Rio de Janeiro, e em Santos.

Escasseava o material e faltava o pessoal operário.

Pôs a Construtora, como ponto de honra, dar o seu grandioso monumento a Sete de Setembro, e conseguiu-o à custa de ingentes esforços, presididos e impulsionados pela capacidade e a dedicação extraordinária do Dr. Mário Freire, engenheiro-chefe do seu escritório central. Foi verdadeiro "record" de rapidez e habilidade êsse acabamento da grande cantaria, pertinazmente executada pelo mestre Longobardo, e a montagem dos enormes bronzes.

Contemporaneamente, surgia a idéia da necrópole andradina. Por ela se bateu ardorosamente, perante os seus pares, o coronel Arnaldo Ferreira de Aguiar, vice-prefeito de Santos, a quem coube a belíssima iniciativa da obra.

Era de grande vulto e a Câmara teve de pedir subsídios aos governos federal e estadual. Ao Rio de Janeiro, foram ter o prefeito da cidade, coronel Joaquim Montenegro, e o presidente da Câmara, Dr. Benedito de Moura Ribeiro, que, acompanhados pelo Dr. César Vergueiro, também esforçado patrono do pleito, advogaram perante o então presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, a causa patriótica que os movia, obtendo, então, quantiosa contribuição para o Panteon e, assim mesmo, insuficiente. Contemporaneamente, os chefes do executivo e legislativo santistas, dedicadamente auxiliados pelo deputado da cidade, sr. Azevedo Junior, também solicitavam do governo do Estado um auxílio, subsídio que o dr. Washington Luís concedeu gos-

tosamente, acedendo a desejos tão coincidentes com a sua contínua feição de zelador entusiasta da tradição nacional.

A 30 de abril de 1922, expunha à Câmara, o prefeito coronel Joaquim Montenegro, o estado da questão.

Encarregara o Dr. Roberto Simonsen da confecção de um projeto do Panteon, já se tendo a Ordem Carmelitana prontificado a ceder o terreno necessário à ereção do monumento.

Para a ultimação das negociações necessárias a um acôrdo entre a Prefeitura e os carmelitas, influíra, de modo mais conciliador e devotado, o advogado dos religiosos, Dr. João Galeão Carvalho Filho, que obtivera excelente "modus vivendi", tendo os carmelitas patrioticamente obtemperado às representações do seu patrono.

Estudado rigorosamente o projeto do Panteon, pela Construtora, apresentava-se, agora, solução muito mais racional do que a antiga idéia, que consistia em ocupar-se o claustro do Convento Carmelitano.

Muito melhor seria edificar-se uma capela, abrindo sôbre a via pública e isolada do mosteiro, embora fazendo corpo com a fachada. Isto, porém, obrigava os carmelitas a despesas de adaptação do seu convento, motivo pelo qual se aumentara o orçamento primitivo.

Em officio de 18 de março de 1922, expunha o Dr. Simonsen ao prefeito de Santos que, reduzir êste orçamento, redundaria em "se não poderem manter sequer as linhas gerais do projeto, pois a sua majestade e grandeza residiam, essencialmente, na riqueza dos materiais a empregar e na perfeição dos trabalhos de escultura."

"A se empregarem materiais pobres, e escultura feita a tanto por quilo, melhor fôra nada fazer e deixar em sossêgo a trindade andradina."

Dentro dos recursos angariados, ir-se-ia, contudo, proceder a uma remodelação do projeto, agora mais simples, embora executado em material rico. Ultimando-se o acôrdo pôde a Companhia Construtora de Santos concluir a bela obra que entregou na gloriosa efeméride libertadora de 7 de Setembro.

Exigiu o projeto hoje realizado funda meditação, pois encerrava grandes dificuldades a vencer.

Fôra entregue o primitivo plano ao estudo de dois arquitetos, que são muito finos artistas, os Drs. Gastão Castel, um dos primeiros arquitetos da cidade de Marselha, e Philibert Schoonblot, jovem profissional belga de real valor. Haviam projetado uma construção de orçamento por demais pesado. E depois, ficara o seu plano inutilizado pelo fato de se haverem, por completo, modificado as condições de localização. Teve, pois, o projeto de ser totalmente refeito.

Dêle se ocuparam o Dr. Francisco F. da Silva Telles, distintissimo ex-engenheiro-chefe da Câmara de Santos, e o Dr. Mário Freire, engenheiro-chefe do escritório central da Companhia, e profissio-

nal de alta competência, que, durante longos anos naquele cargo, prestou os melhores serviços à Diretoria Geral de Obras Públicas do Estado.

Secundaram-nos os jovens e competentes arquitetos Reger, para o projeto geral, e Fritz Mueller, para os detalhes.

Não era somenos dificuldade obter, em espaço tão limitado, um pouco inferior a duzentos metros quadrados, um máximo de efeitos desejados, que não viesse dar àquele ambiente um todo de mesquinhez, ou, pelo menos, de exiguidade, absolutamente incompatível com a grandiosidade da glória andradina e o "desideratum" colimado pelos poderes e a opinião pública.

Não há elogio algum em se dizer que foi atingido êste escopo, graças ao jôgo dos elementos artísticos empregados para realçar uma linha arquitetônica do melhor gôsto. A abertura da entrada sôbre o largo do Carmo é nobre no estilo e nas proporções, excelente dissimuladora de impressões mais fortes, que hão de acudir aos visitantes do Panteon.

Não se alterou a austera fachada do Convento Carmelitano. Apenas se assinalou a entrada do Panteon por uma portada em cantaria, em que se colocou rico portal, de ferro forjado, em estilo seiscentista.

Os altos da fachada foram mantidos sem alteração, embora se haja feito revestimento em cimento rústico, destinado a realçar a elegância da linha arquitetônica.

Entra-se no santuário andradino por vestibulo baixo; transpõe-se portada elegantíssima, projetada pelo arquiteto Reger, e, subitamente, penetra-se num recinto de altíssimos tetos, revestido de mármore, paredes e piso, imponente, harmonioso, severíssimo, verdadeiro recinto mortuário e ambiente propício ao culto.

Com seguro gôsto, escolheram os engenheiros e seus dignos auxiliares a tonalidade dos mármore, do chão, em diversas côres e desenhos, e os da parede, verde-escuros, e, depois de certa altura, bruscamente a cortaram pela linha branca da parte superior, do mais alto efeito decorativo, onde se gravam inscrições, em grandes letras douradas. Todo êste serviço de mármore foi executado com extraordinário capricho pela Marmoraria Carrara, dos srs. Nicodemo Roselli e Cia., e ficou realmente digno de nota.

Iluminada a sala do Panteon pelo alto, por meio de vitrais apropriados, que ao conjunto dão uma luz coada e como que misteriosa, realçam-se os elementos arquitetônicos ali congregados. Para que se não acentuasse demais a penumbra, foram colocadas, pendentes do teto, belas lanternas de estilo seiscentista, cuja iluminação é de excelente efeito.

O estilo do edificio é inspirado no puro clássico, dando grande impressão de serenidade.

Todo o serviço de decoração executou-o a Sociedade de Artes Decorativas Limitada, empresa presidida pelo Dr. Cícero Prado e cujo gerente, sr. Matheus Ratto, é artista formado numa das melhores academias européias. Prestou relevantes serviços ao desenvolvimento das artes plásticas entre nós. Em nichos abertos, na parede do fundo e nas duas laterais, descansam os túmulos dos três irmãos imortais. O de José Bonifácio é o antigo e belo sarcófago de Bernardelli; os de seus irmãos datam de agora e têm feição arquitetônica perfeitamente adaptada ao ambiente.

A certa altura, nas quatro faces, corre um friso escultórico que rodeia a sala e onde se recordam fatos culminantes da carreira da gloriosa trindade, friso do mais alto valor educativo e moral e, ao mesmo tempo, do melhor efeito artístico e decorativo. À galeria do Panteon se tem acesso por duas pequenas escadas, partindo do vestibulo. É disposta em arquibancada.

Em boa hora teve a Companhia Construtora de Santos a idéia de entregar a parte escultural do Panteon ao jovem e brilhante e inditoso estatuariário tão prematuramente desaparecido Elio De Giusto, discípulo do ilustre Ângelo Zanella.

Tivemos a honra de ser incumbido da escolha dos assuntos invocados no oito grandes baixos-relevos colocados nas paredes do Panteon e relembreadores da glória andradina.

Já fixáramos seis para o monumento da praça da Independência; empenhamo-nos então em tomar oito episódios novos para que houvesse o máximo aproveitamento da lição histórica e educativa, representada pela série destes quadros em bronze.

Escolhemos os seguintes:

*O desembarque de Antônio Carlos, na Bahia, entre os republicanos da revolução vencida de Pernambuco (maio de 1817).*

*A visita de José Bonifácio ao acampamento dos patriotas em frente ao da divisão portuguesa de Jorge de Avilez, insurgida (janeiro de 1822). Proclamação do Governo provisório de São Paulo por José Bonifácio (junho de 1821). José Bonifácio combatendo os franceses em uma guerrilha (1898). Embarque dos Andradas para o exílio (novembro de 1823). Conferência dos três irmãos com um embaixador inglês sobre a extinção do tráfico (maio de 1823). José Bonifácio entrega a carta que determina a cena de 7 de Setembro no Ipiranga (agosto de 1822). Coroação de D. Pedro II (julho de 1841).*

Em rápidas palavras descrevamos estes assuntos: Sabe-se que o Patriarca foi dos primeiros a alistar-se para combater, pelas armas, a invasão napoleônica de Portugal. Serviu como capitão de um batalhão de estudantes de Coimbra, onde era lente, tendo sob suas ordens José Clemente Pereira e o Visconde de S. Leopoldo entre outros homens notáveis. Distinguiu-se nos combates de Nazaré e da Ponte da

Figueira e foi por atos de bravura promovido a major e depois a tenente-coronel.

Num dos quadros vemos-lo ao lado de José Clemente e Fernandes Pinheiro, no meio de uma guerrilha incitando os comandados ao combate com um dos corpos do exército francês de Junot.

O baixo-relêvo de Antônio Carlos prêso reproduz a cena sinistra do desembarque à noite, com lanternas, dos republicanos de Pernambuco, na Bahia, sob as assuadas, os insultos, as ameaças de uma multidão furiosa encarniçada sobre os prisioneiros. Conta-se que um português, brandindo um gato morto pela cauda, quis atingir o tribuno santista no rosto. Este, embora algemado, empertigou-se todo e afrontou o covarde a lhe dizer: "A tanto não te degrades, miserável! Bem vêes que estou algemado!"

Neste quadro figuram ainda revolucionários célebres que acabaram no patíbulo: Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, padre Miguelinho, etc.

No baixo-relêvo "José Bonifácio proclamando o govêrno provisório de S. Paulo", vêem-se no fundo o edifício da velha Câmara Municipal da nossa capital e a igreja de São Gonçalo. Caminha o Patriarca aclamado pela multidão, a cuja testa estão o cônego Ildefonso Xavier Ferreira e outros patriotas.

No quadro seguinte: *José Bonifácio no acampamento dos independentes*, José Bonifácio, seguido de Ledo, Frei Sampaio, José Clemente Pereira e Rocha, adianta-se ao encontro do Príncipe Regente que está ladeado dos marechais Curado e Oliveira Álvares.

O baixo-relêvo *José Bonifácio entrega a carta*, trata do episódio tão conhecido referente aos acontecimentos que antecederam imediatamente ao 7 de Setembro, quando, depois da célebre sessão do Conselho de Estado presidida pela princesa D. Leopoldina, obtiveram os Andradas que esta mandasse ao marido uma carta pedindo-lhe que fôsse aclamada, logo, e logo, a independência do Brasil.

Sabe-se que José Bonifácio ao entregar tal missiva ao correio Paulo Bregaro lhe disse: *se não arrebentares uma dúzia de cavalos nunca mais serás correio!* O escultor executou a cena pondo o Patriarca a dar ao mensageiro a carta, em presença da princesa D. Leopoldina, de Martim Francisco e Ledo. Está Bregaro de ponche e ao lado do cavalo, prestes a cavalgar.

No baixo-relêvo: *Conferência sobre a extinção do tráfico africano* acham-se Lord Amherst, José Bonifácio e Martim Francisco sentados em tórno de uma mesa, numa sala do Paço do Rio de Janeiro.

De pé, pela janela, aponta Antônio Carlos aos interlocutores, um navio negreiro, que está a entrar no pôrto. Não há quem ignore que os três grandes santistas foram abolicionistas convictos, desde a primeira mocidade, e dos precursores do abolicionismo brasileiro.

No quadro seguinte *Partida dos Andradas para o exílio* vê-se uma canoa a demãdar o *Lucônia*, o velho e imprestável navio português, em que foram transportados para a Europa os três irmãos e alguns dos seus dedicados partidários.

Sabe-se quanto se deveu a Antônio Carlos e Martim Francisco o golpe de Estado de julho de 1840, graças ao qual se proclamou a maioridade antecipada de D. Pedro II.

No baixo-relêvo: *Coração de D. Pedro II* aproveitou-se o artista para, collocando os dois irmãos no primeiro plano, como de justiça, fazer figurar na composição muitos dos nossos grandes homens daquele tempo, Bernardo de Vasconcelos, Sepetiba, Paraná, Itaboraí, Olinda, Vergueiro, São Leopoldo, Valença, etc.

Foram todos os baixos-relevos executados de acôrdo com a mais rigorosa documentação, quer quanto à reprodução das effigies, quer quanto à indumentária e ambiência.

Procurou-se sempre collocar o maior número possível de personagens célebres em cada quadro, a fim de se homenagearem grandes brasileiros tornando-os copartícipes do preito prestado aos Andradas.

Todos êstes bronzes tiveram os modelos feitos em São Paulo na Sociedade de Artes Decorativas. Fundiu-os impecavelmente o excellent escultor fundidor Roque De Mingo.

O conjunto destas oito grandes peças de bronze é soberbo. Teve De Giusto a verdadeira visão do efeito a alcançar no ambiente em que figuram. A sua concepção escultórea em que se acentua a linha vertical dos personagens, dá ao conjunto impressão hierática altamente decorativa e ao mesmo tempo soleníssima.

Por cima da linha do friso estão abertas, nas paredes em grandes letras douradas, frases célebres dos três irmãos. Do lado de José Bonifácio lê-se a sua famosa máxima: *A sã política é filha da moral e da razão*; no de Antônio Carlos o ultimo decassilabo do seu soneto à liberdade: *Aos fracos tão sòmente a morte é dura!* No de Martim Francisco a conhecida apóstrofe: *Servidão! fonte de tôdas as baixezas!*

São êstes em traços gerais e desalinhavados, os característicos do Panteon dos Andradas, primeiro monumento que neste gênero se erigiu em nosso país, cabendo a glória desta iniciativa elevadíssima a Santos, ao Estado de S. Paulo.

### UMA VISITA A SANTA VERIDIANA (1890)

Deixar o Brasil sem ter visitado uma fazenda de café era para um viajante que se prezasse coisa indesculpável, declarava em suas *Lettres du Brésil*, Max Leclerc, brilhante jornalista francês, correspon-

dente do "Journal des Debats", em reportagem sôbre a queda do Império realizada em 1890.

Quem acaso quisesse fazer idéia exata das condições do país e tentasse entrever-lhe o futuro, deveria procurar a chave do problema no próprio solo da fazenda.

Assim visitando S. Paulo resolveu comunicar a intenção que alimentava a um dos maiores cafezistas de seu tempo, o Conselheiro Antônio da Silva Prado, "que a política jamais impedira de administrar, com grande solicitude, sua grande fortuna territorial."

Deu-lhe o Conselheiro, imediatamente, apresentação para o gerente de uma das suas fazendas do oeste paulista, a de Santa Veridiana, famosa em todo o Estado. Passava por uma das que dispunham das mais férteis terras e onde se praticavam as melhores regras da agronomia.

Situada a 300 quilômetros da capital paulista, à margem da Estrada de Ferro Mogiana, nove horas empregava o comboio vencendo tal distância para atingir a estação que a servia.

Passando por Campinas achou o jornalista francês que a cidade era muito próspera e animada. Entretanto acabava de sofrer verdadeira calamidade com a epidemia amarílica de 1889 que a deixara arrasada e seria pouco depois evocada sob a imagem da fênix renascida no brasão municipal ideado pelo dr. Ricardo Daunt. Afirma o nosso viajante que a Mogiana era a via férrea cuja construção mais barata ficara em todo o Brasil: menos de trinta contos de réis por quilômetro. Desenrolava curvas ousadas através de distrito fértil e bem cultivado.

Não sabia, certamente, que êste desenvolvimento nascera de proveito esperto, o de fazer jus a emprêsa a maior subvenção sob a forma de garantia de juros, graças ao encomprimento da linha, hoje tão notavelmente encurtada como todos sabem. Demandava a Mogiana as regiões ocidentais ricas e fecundas de que a justo título eram os paulistas tão ufanos. Pelas janelas do comboio percebia o viajante paisagem onde as matas virgens alternavam com os cafezais virentes.

O solo, uniformemente vermelho, de belo vermelho, côr de tijolo, constituía-se de uma espécie de greda que, enxuta pelo sol de janeiro, se resolvia em tenue pó a cobrir animais e humanos com uma camada de ocre.

Mas era aquêle o solo pródigo que ao cêntuplo restituia o que se lhe confiava.

A vida apresentava-se ativíssima naquelas vastas extensões de terrenos; passavam os trens apinhados de viajantes, embora naquela época estival em que o próprio brasileiro só se resignava, forçado e constrangido, a afrontar o suplício da sufocação em caminho de ferro.

De longe em longe surgia uma estação. Algumas, as das cidades,

muito bem arrumadas, mas as outras, na maioria dos casos, assaz primitivas ainda.

Avistavam-se algumas casas esparsas ao seu redor, mas estas estações estavam sempre cheias de viajantes curiosos, gente do interior que pretendia pôr-se em contato com a capital mesmo que fôsse de relâmpago.

“Ao longo de tôda a linha, comenta o viajante, vou encontrando êsses paulistas enérgicos, homens do trabalho, modestos no vestuário e vigorosos de corpo.

Na estação da Lage desembarcou Leclerc passando para o trolé da fazenda a que chama *troll* explicando que o veículo de quatro rodas com o estrado de duas tábuas, em V, suportes de dois assentos, muito rústicos, era a carruagem “yankee”, a chave dos caminhos esbarrancados do interior brasileiro.

A fazenda distava um quilômetro da estação. Em tórno de imenso pasto erguiam-se edifícios de tijolos, casa grande e dependências, simples mas cômodas. Mais longe avistavam-se dois longos renques de casinhas de colonos, cerca de oitenta.

Nos arredores da sede surgiam as filas regulares dos cafeeiros postos em formaturas de combate, ostentando as grandes manchas do verde sombrio.

Intervalos mais ralos, ligeiramente amarelos indicavam a presença dos milharais vizinhos inseparáveis dos cafezais.

Depois, dominando as formas arredondadas e atarracadas dos cafeeiros e as hastes esbeltas dos pés de milho, retos ou tortos, perfilando-se sobre as alturas, ou perdidos na planície, surgiam os grandes troncos calcinados, desganhados, últimos vestígios da floresta virgem conquistada pelo fogo e subjugada pelo ferro.

A uns mil metros da casa fazendeira soberbas palmeiras, árvores repolhudas, um entrelaçado de cipós anunciava a presença da mata virgem que esperava o facho do pioneiro.

Era a topografia admirável, profundamente valada, muito variada de aspectos e contornos, mostrando um horizonte de grandes montanhas azuis, de linhas suaves. Tinha-se a impressão de que a terra ali exalava capitoso perfume de vida e mocidade.

Situada Santa Veridiana a mais de setecentos metros de altitude, seu clima não se mostrava excessivo e os colonos italianos ali tornavam a encontrar os céus e o sol da Itália.

Eram as manhãs claras e as tardes deliciosas.

Saiu o jornalista a cavalo e durante uma manhã inteira, passeou nas lavouras sob os raios daquele mesmo sol que no Rio de Janeiro o teria cegado e prostrado. Ali, no entanto, pudera correr e observar com tôda a comodidade.

Vinte e cinco anos antes, naquele mesmo lugar, existia a floresta virgem, a floresta virgem somente.

Tomara-lhe o Conselheiro Prado seiscentos alqueires; sua fazenda era atravessada pela estrada de ferro numa extensão de mais de seis quilômetros. Contava agora 400.000 cafeeiros, dos quais 280.000 em plena produção de idade de cinco a 25 anos. Naquele solo, maravilhosamente fecundo, o cafeeiro produzia até os cinquenta anos.

Enganava-se o nosso informante: muito maior número de anos viveriam ainda aqueles grandes e belos cafezais.

O cafeeiro assim como a vinha reservava aos seus cultivadores estranhas surpresas.

Santa Veridiana cuja colheita de 1889 a 1890 seria de 45.000 arrôbas dera na safra anterior apenas 8.000. Verdade era que em 1888 fôra esta de 42.000 arrôbas. Donde uma média trienal de quasi 32.000 arrôbas.

A colheita de 1890 renderia ao fazendeiro trezentos contos de réis com a arrôba a 7\$500 e como o custeio atingisse 60 contos, o lucro líquido da safra representava "bela bolada". Convinha observar porém que o aparelhamento da fazenda em suas benfeitorias e lavouras representava inversão de capitais considerável.

"Percorri êstes renques regulares de arbustos de folhagem luzidia verde escuro, de contôrno bojante, que atingem e chegam a exceder três metros, entre os vinte e os trinta anos, e espaçados de quatro metros. O solo estava cuidadosamente carpido em tôrno das árvores, o mato invasor arrancado de modo que os cafeeiros se apresentavam como um exército pronto para uma revista.

Os grãos, ainda verdes e que ficariam rubro-sanguinolentos contendo a preciosa fava, adensavam-se entre os galhos aderentes à própria haste e alternavam com as fôlhas. Em maio ou junho começaria a colheita. As cerejas reunidas em cestos seriam lançadas num tanque cheio d'água situado no extremo de imenso plano inclinado, la-drilhado e exposto ao sol.

Ali seriam, graças à ação da água, desembaraçadas da polpa, depois do que os grãos estendidos sôbre o pavimento secariam ao sol para depois se transportarem às tulhas.

Uma espécie de draga a vapor (sic) viria apreende-los para os fazer passar por uma máquina que os desembaraçaria dos últimos envoltórios. Seriam depois classificados mecânicamente por ordem de tamanho, por intermédio de uma espécie de peneira cilíndrica.

Assim classificado e mais tarde ensacado estaria o café em condições de ser entregue ao consumo.

Ali perto estava a via férrea que o transportaria ao mercado de Santos ou ao do Rio de Janeiro.

Dizia Max Leclerc haver assim descrito em traços muito largos,

sem a menor pretensão e competência técnica, uma fazenda modelar.

Não intentava inculcar que tudo por ali iria pelo melhor no melhor dos mundos possíveis.

De que modo conseguira o Conselheiro Antônio Prado manter a fazenda naquele alto padrão em que se achava, vencendo a crise da abolição quando os fazendeiros fluminenses se viam forçados a abandonar as lavouras por falta de braços e quando em São Paulo outros fazendeiros lutavam penosamente com dificuldades por vêzes impossíveis?

Fôra o trabalho livre, em tempo útil, substituindo o braço escravo o realizador de tal milagre.

Tôda a habilidade, todo o mérito do Dr. Antônio Prado consistia em ter desde muito previsto que o negro emancipado não seria jamais um colaborador firme. Assim se tornara imperioso preparar o futuro e recrutar braços.

À Europa — reservatório de homens, fôra preciso recorrer. Os paulistas e no meio dêles Antônio Prado, entre os primeiros, haviam desde vários anos acoçoado, de todos os modos, a imigração alemã, italiana e portuguesa.

No dia imediato ao da emancipação, afirmava Max Leclerc, haviam os negros desaparecido. Para êles a liberdade era naturalmente a faculdade de nada fazerem e mudar de hábitos.

“Haviam corrido para as cidades onde ninguém sabia como viviam os homens sabendo-se, porém, de sobra o que faziam as mulheres.”

“Grande número dos recém libertos voltara às províncias setentrionais de modo que em São Paulo se viam muito poucos negros”, observação exagerada quanto a qualquer das afirmações.

Expunha a seguir o jornalista francês a seus leitores as peripécias da adaptação dos imigrantes europeus às terras paulistas.

Desembarcavam em Santos, ou no Rio de Janeiro, com a família, “todos exaustos por terrível viagem” afirmativa bem exagerada, não obstante ninguém possa crer que naquela época houvesse conforto entre os passageiros de ré dos vapores destinados a imigrantes. Vinham alojar-se numa hospedaria especial, imenso casarão edificado de propósito onde esperavam que os fazendeiros viessem contratá-los.

Visitou Max Leclerc uma destas hospedarias. Os recém-vindos chegavam quasi desprovidos de tudo e assim se sentiam agradavelmente surpresos ao se instalarem na casinha de tijolos, limpinha e alegre, que os fazendeiros do oeste paulista lhes preparavam.

Eram os lavradores que aos recém-expatriados forneciam os objectos de primeira necessidade abrindo-lhes uma conta de débito.

Não precisavam os novos colonos pagar aluguel, mas desde o primeiro dia se viam endividados. Para aquêles miseráveis era a

fatura que se seguia à penúria. Forneciam-se sem restrições no armazém da fazenda. Infelizmente certos fazendeiros incitavam os colonos a que se endividassem. Assim os reteriam por intermédio de uma dívida que, forçosamente, constituia dívida de trabalho.

Em Santa Veridiana onde as coisas se processavam com muita lisura já havia 28 famílias, num total de oitenta, dispondo de saldos. As demais contavam catorze meses apenas de permanência na fazenda. Ainda não haviam conseguido libertar-se dos débitos dos primeiros meses em que tinham consumido sem produzir.

Eram estas as condições da locação de serviços: Pela carpa de mil pés recebiam doze mil réis anuais, devendo proceder a cinco capinas. Calculava-se que um homem podia num dia de trabalho carpir 350 cafeeiros. A colheita de um alqueire de cinqüenta litros era paga por trezentos réis. Calcula-se que um trabalhador estava em condições de apanhar mil alqueires num ano de colheita boa.

Em 1888 várias famílias de colonos haviam conseguido realizar lucros no valor de três contos de réis.

Cada colono, chefe de família, tinha a sua caderneta de débito e crédito copiada dos livros da fazenda. Creditavam-lhe além do trabalho próprio o dos seus, o produto dos animais de sua criação, vendidos aos fazendeiros, o da venda das roças de milho, e de feijão, que lhe permitiam plantar em certas terras ou nos cafezais novos. Debitavam-lhe o que lhe fôra fornecido para o sustento e a roupa da família.

Declara Max Leclerc haver compulsado várias cadernetas e registros da fazenda. Assim exemplificava a situação de um chefe de família de quatro pessoas que entrara em Santa Veridiana a 6 de março de 1889.

Estava na fazenda havia três anos, pois. A 31 de dezembro de 1889 devia 329.000 réis; um ano exato mais tarde dispunha de um saldo de noventa mil réis. A 31 de dezembro de 1889 embolsara 103.000 réis além dos lucros das roças e da criação que não se averbavam na caderneta.

Outro caso aponta o jornalista francês. Um chefe de família constante de sete trabalhadores, em quatro anos de permanência na fazenda, economizara três contos de réis que já colocara a prêmio, além de possuir seis mulas e cavalos, sete bovinos e trinta porcos. E ainda dispunha de crédito sobre a fazenda de quinhentos mil réis.

Por mais dependente que ficasse o colono que se comprometera a não cultivar café por conta própria, tal situação correspondia para o imigrante italiano, sempre muito necessitado, notável progresso material. Era tratado com brandura e constituia o seu lar.

Cada casinha constava de dois cômodos. Num estava o fogão com o trem de cozinha e as provisões. No outro as camas feitas de tábuas postas sobre quatro postes fincados na terra socada.

Das paredes caiadas de branco aqui e acolá dependuravam-se as recordações da terra natal: os inevitáveis cromos sôbre assuntos piedosos.

Admirou-se Leclerc encontrar numa dessas casinhas de colono pequenina biblioteca de quinze volumes finos, assaz maltratados e desasseados graças ao longo manuseio. E no lote se lhe deparara — inesperado encontro — as *Cartas de Cícero*. Lembrou-lhe êste caso o fato de que certo dia passando por Dácar descobrira, num canto do quarto de modestíssimo empregado postal — cujo mobiliário se reduzia a um leito, uma bacia e uma cadeira desconjuntada — sôbre uma tábua embolorada o *Jardim das raizes gregas*.

Em Santa Veridiana cada colono dispunha de quintalzinho onde cultivava legumes e de galinheiro por vêzes muito farto.

Ali viviam alguns anos felizes com o saldamento das dívidas e a realização das primeiras economias acudia-lhes a ambição.

Aquêles homens fugidos da miséria e da servidão social em que se debatiam cansaram-se da situação de rigorosa dependência e de em suma não passarem de meros fâmulos. Queriam ser proprietários, estar no que lhes fôsse próprio e poder tentar a fortuna a seu gosto.

Assim era raro que um colono permanecesse mais de cinco ou seis anos numa fazenda. Ao se lhe vislumbrar o primeiro ensejo aproximava-se da cidade para ali tentar um comerciozinho, dedicar-se à pequena indústria ou comprar e cultivar um terrenozinho suburbano.

Nisto consistia aquilo que se poderia chamar a questão social brasileira.

Haviam os fazendeiros compreendido que se lhes faltasse a mão de obra servil só poderiam salvar-se recorrendo à livre importada da Europa. Os paulistas, muito atentos aos seus interêsses, haviam acoçoado a imigração, mas não tinham sabido tratar convenientemente os imigrantes. Nêles apenas viam os substitutos eventuais dos escravos. Eram o instrumento de sua fortuna e nada mais.

Assim constituia estranho desvirtuamento da palavra o fato de se chamarem colonos a tais imigrantes.

Perpetuava-se o antigo sistema colonial um pouco modificado, mas a isto não se podia chamar colonizar.

O proletário que abandonava o Velho Mundo, fugindo aos rigores que lhe impunham as condições sociais vigentes, muito ásperas, deveria, na nova pátria, encontrar proletariado menos penoso.

O Brasil longamente enervado pelo regime servil precisava de braços sólidos. Se pretendesse realmente atraí-los deveria oferecer aos ádvenas largueza de vida. Precisava de energias viris para povoar o imenso território, arrotear e colonizar as terras virgens, aco-

lhendo-os como auxiliares preciosos do progresso nacional. Assim os tratasse como cidadãos livres.

Como vemos, o observador francês não se lembrava de computar fator psicológico da mais alta relevância: a mentalidade formada, amadurecida, daqueles que haviam trazido da Europa êstes auxiliares para as suas lavouras, êstes mesmos fazendeiros nascidos e crescidos no regime servil, verdadeiros senhores de baração e cutelo cujas idéias não podiam tão rapidamente evoluir quando, tão recentemente ainda, eram os senhores do corpo e da vontade de seus servos.

O Brasil, continuava Max Leclerc, ainda conservava a mentalidade dos países novos.

À frente de seu caminho erguia-se grande problema a resolver em face do qual os Estados do Velho Mundo criam por vêzes serem os inícios a se debater da mais importante questão: o problema da propriedade agrária.

A terra, em tôdas as regiões acessíveis do país, estava em mãos de uma aristocracia de latifundiários: os fazendeiros.

Descendentes dos *capitães* (sic) portugueses que da Coroa de Portugal haviam recebido imensas doações ou sobrinhos netos dos agregados dêstes barões do Novo Mundo, pretendiam ocupar léguas e léguas de solo, tôda a terra apetecível e cultivável.

O Estado destarte despojado, mais pobre do que certos Estados do Velho Continente, não dispunha de terras para distribuir aos imigrantes.

Até havia bem pouco, mal existia a pequena propriedade só nos arredores das grandes cidades e a que os fazendeiros consentiam em retalhar dos seus feudos, e isto mesmo a trôco de bons preços.

Como vemos há bastante coisa exata, no que afirma o jornalista francês, mas também muita coisa excessivamente generalizada e falsa.

A maior parte de nossos viajantes, aferrados às reminiscências européias, quase sempre reportavam aos países americanos as condições vigentes em suas pátrias, esquecendo-se antes de tudo de que o Brasil era país de imensa área e minúscula população.

Ao tempo de Max Leclerc, a densidade do povoamento brasileiro, longe ainda estava de atingir dois habitantes por quilômetro quadrado. Como pensar em pequena propriedade nestas condições, mesmo nos arredores do Rio de Janeiro?

Uma situação desta natureza, continuava Max Leclerc, não poderia prolongar-se sem prejudicar grandemente o desenvolvimento do país, tanto mais quanto bom número daqueles latifundiários se haviam convertido em simples miseráveis, vivendo sordidamente nalgum canto de seus domínios, destituídos de recursos, faltos da energia necessária a que pudessem valorizar as terras. Assim as mantinham imobilizadas com grande detrimento da riqueza pública.

Qual seria o remédio para este mal?

Aventara o Visconde de Taunay a criação do impôsto territorial, cobrado rigorosamente e extensivo a todo o Brasil. Seria muito módico para os proprietários laboriosos que justificassem os créditos de exploradores legítimos de seus domínios. Os donos de terras, indignos de as possuírem por viver na ociosidade, e portanto incapazes de pagar tal impôsto, veriam os seus chãos voltar ao patrimônio nacional.

Aplaudia Leclerc tal medida que no entanto era inexequível ainda no Brasil de 1890, convém lembrá-lo.

De que serviria chamar o Estado a si extensões imensas de terras tornadas devolutas, após uma série de dificuldades de execuções de toda a espécie, quando tais terras nenhum valor venal tinham ainda, por falta de densidade de população?

Mas os fazendeiros, prossegue Leclerc, classe onipotente, opunham-se tenazmente ao impôsto territorial e muitos dêles haviam desafiado os poderes públicos a que ousassem tentar tal cometimento. Era bem verdade que o sufrágio censitário de que dispunham desaparecera. Nova grei regia, nova lei vigorava no Brasil.

O interêsse geral acabaria sobrepujando a resistência particular, pensava o jornalista. Mas os políticos da jovem República se arriscariam a tentar a aventura? Não recuariam ante o perigo de verem contra si os aliados da véspera?

E realmente longos e longos anos, decorreriam antes que no país se fizessem ensaios sérios do estabelecimento do impôsto territorial. Era ainda o que justificava a vastidão das áreas brasileiras.

Comentando o que vira no interior paulista escreve Max Leclerc: A escravidão não poderia ter durado tanto tempo no Brasil sem nêle deixar tantos frutos amargos.

Assim é imprescindível que ali se reabilite o trabalho, que se restaure a dignidade humana a fim de que os colonos, filhos das próprias obras, fundem famílias que sirvam de exemplo e mostrem o que vale a família pura e isenta de todo e qualquer contato aviltante e corrupto com o elemento servil.

Eis uma reforma científica que precisava ser estudada e peremptoriamente prosseguida. Reclamava os esforços patrióticos de todos os cidadãos cujo ideal pela República era que ela fôsse realmente uma restauração nacional.

### IMPRESSÕES DE UMA APOTEOSE (1943)

De que o Congresso Eucarístico de São Paulo seria assembléia sobremaneira notável sob todos os aspectos e conseqüências, ninguém de boa fé duvidava.

Ao seu esperado triunfo presidiam a constância, a longa pertinácia da sua comissão organizadora, sob a alta superintendência do Arcebispo D. José Gaspar de Afonseca e Silva num *age quod agis* ferroso e sem quebra de continuidade.

Amparava-o a poderosa organização católica paulistana. Havia, ainda, a seu favor, muito mais do que a simpatia: o apoio dos governos de São Paulo, o estadual e o municipal, o alto patrocínio da Presidência da República, por intermédio dos seus numerosos Departamentos localizados no território paulista, o prestígio pessoal do Presidente Vargas, do Interventor Fernando Costa e seu secretariado, do Prefeito Prestes Maia, todos sobremodo empenhados em que os grandes "meetings" da fé, e suas cerimônias, tivessem a maior concorrência e o maior brilho. Em perfeita afinidade com o sentimento das autoridades civis coincidia o dos militares sob a liderança do general Maurício Cardoso, comandante da 2.<sup>a</sup> Região Militar.

A conjugação de todos estes elementos primaciais assegurava ao Congresso base sobremodo sólida para o triunfo que se augurava para as demonstrações de quatro a sete de setembro.

Era pois geral a expectativa de êxito, e grande êxito, para aquele certame, amparado pela conjunção da fé e da boa vontade, da dedicação e da benevolência. Mas o que seguramente a todos os seus organizadores e líderes deixou já não quero dizer atônitos pois estou certo de não exagerar afirmando que devem ter ficado positivamente assombrados, veio a ser o espetáculo incomparavelmente superior a tôdas as previsões proporcionado pelo desenrolar das ocorrências culminadas pela apoteose do préstito de 7 de Setembro glorificador de Cristo Hóstia.

Jamais poderiam imaginar que tais proporções tomasse o que haviam preparado já dentro dos limites de grandioso quadro. E obtido foi este graças à colaboração entusiástica de uma população inteira e a assistência de, quiçá, um milhão de almas.

E no entanto as últimas semanas que precederam à abertura do Congresso correram cheias de apreensões sérias, prenes por vêzes de sinistras conjecturas e vaticínios.

Ao limiar do prazo marcado para o início das festas eucarísticas ao país todo cobria o mais pesado luto: o negregado atentado ocorrido em nossas águas nordestinas, o hediondo e estúpido e covardíssimo crime que a toda a nossa Nação estarreceu de horror.

Viera êle impedir, além de tudo, que muitos milhares e milhares de brasileiros pudessem acorrer a S. Paulo, em testemunho de sua fé.

As restrições de combustível constituíram outro óbice sério cortando largamente os vultosos números da concorrência esperada. E ao mesmo tempo as tristíssimas condições universais de nossos dias influíram poderosamente sobre os espíritos timoratos afastando-os de

longas jornadas não só fora de suas pátrias como dentro da vastíssima área de nosso país.

E não faltou ainda a contribuição dos negativistas malévolos e dos inimigos do Catolicismo procurando por meio de atoardas de toda a espécie, inteligentes e ininteligentes, afastar de São Paulo e do Congresso as multidões de fiéis que bem sabiam dever a eles virem.

Corriam os boatos os mais diversos e encontrados. Os anódinos, os moderados e os aterradores. Seria a assembléia adiada, à vista da feia catadura dos tempos, afirmavam uns. Reduzir-se-iam imenso as dimensões do programa, veiculavam outros. Inúmeros se mostravam céticos acêrca dos resultados da grande assembléia. Fiasco fatal o que ia decorrer de tão impensado propósito em tão atormentados dias, afiançavam os pessimistas.

E os medrosos, excitáveis e sugestionáveis reproduziam os boatos e hipóteses sinistras, espalhados pelos maldizentes e malevolentes, apontando a possibilidade das mais nefastas perturbações dos trabalhos e cerimônias, mercê de um dêstes atentados tão fáceis hoje de ocorrer, mediante a explosão de alguma máquina infernal ou a projeção de simples granada de mão lançada entre a multidão, e provocadora de pânico, muito mais mortífero do que a própria bomba.

Certamente muitíssimos dos que acreditavam em tais falatórios muito longe estavam de ser pessoas perversas ou de má fé. Agiam, como tanto sói acontecer nestas ocasiões, sob o impulso da timoritez e da prudência, provindos dêsses estados d'alma provocados pela passagem dos dias trágicos da mentalidade especial que tanto se exacerbava nas populações das cidades sitiadas como os antigos autores helênicos assinalavam e a que se refere a fábula lafontaineana dos *batons flottants*.

Assim por exemplo certo dia surgiu na Prefeitura de São Paulo um personagem semi-delirante a afiançar que por baixo do Altar Monumento, na galeria que recobre o ribeirão Anhangabaú, havia verdadeiro depósito de dinamite e isto motivou imediata vistoria por parte das autoridades, aliás céticas a propósito de tal asserção renovada de episódio conhecido dos fastos inglêses seiscentistas, e a que se liga o nome de Guy Fawkes, outrora odiado dos anti-católicos.

Bem sabiam quanto a polícia constantemente revistara tais subterrâneos. Em todo caso sendo toda a cautela pouca, sobretudo quando se sabe o que corresponde a potência dos explosivos modernos sob tão reduzidos volumes, encerrou-se o incidente após a detida vistoria e sem que nada de anormal houvesse surgido aos olhos suspicazes dos revistadores das galerias do famoso ribeirão piratiningano.

Em atmosfera de alguma incerteza, ainda decorreram as semanas próximas do início dos trabalhos do Congresso contínua e enérgica-

mente impulsionados pelo Arcebispo e a sua comissão executiva e poderosamente auxiliados pela Prefeitura paulistana.

Começou o vale do Anhangabaú a encher-se de bancadas e mais bancadas, por sobre os relvados aliás recentes e então amarelecidos pela estação seca.

— Não haverá gente para tanto banco! garantiam os descrentes e os opositoristas ferrenhos.

E os gaiatos repetiam engraçada pilhéria destas que nascem do espírito anônimo das ruas.

Assim contavam que pela madrugada, aos primeiros albores, fôra visto o Prefeito Prestes Maia, que acabava de deixar o seu gabinete de trabalho, passear pelo viaduto dominador da grande baixada, futura sede do Congresso, a excluir e a repetir em melancólico solilóquio: — “Como era verde o meu vale!

Não esclareciam porém os veiculadores da engraçada aproximação de ordem cinematográfica contemporânea que o ilustre urbanista, e infatigável remodelador, acompanhara com a maior dedicação o projeto das instalações do Congresso e nêle freqüentemente colaborara até com os seus engenheiros.

Chegou afinal, sem maiores tropeços, o dia da instalação da assembléia reunida em tórno do majestoso Altar Monumento, imponente construção do mais severo e impressionante aspecto, perfeitamente de acôrdo com o altíssimo fim a que se destinava, de santuário verdadeiro, embora transitório.

O maior destaque se lhe dera. Alteava-se imponentíssima cruz em perfeita harmonia de dimensões com a amplidão do ambiente, por sobre simbólica e enorme calote esférica.

À noite, magnífica iluminação contornadora do lenho cristão, fazia, no encontro dos seus braços, sobressair os símbolos eucarísticos e o trigama sagrado que os encimava.

Sóbria decoração a do Altar Monumento, valendo-se sobretudo da conjugação dos efeitos provenientes da bela disposição dos pavilhões brasileiro e papal, de que decorria encantadora nota estética.

Começaram as cerimônias e as solenidades desenvolveram-se ante a crescente concorrência de fiéis e o respeito das multidões que sôfregas a elas acorreram,

Houvera preliminarmente a visita pública às obras de instalação atraindo dezenas e dezenas de milhares de curiosos. Não menos concorrida a magnífica exposição missionária instalada nas vizinhanças, na Galeria Prestes Maia, documento eloqüentíssimo do que é a atuação dos abnegados evangelizadores dos nossos aborígenes em árduo apostolado, por sobre enorme área do nosso país.

Depois da solene e concorridíssima procissão de N. S. do Carmo ocorreu a viagem do Legado Pontifício substituto do Cardeal Dom

Sebastião Leme, impossibilitado, como todos sabem, de se locomover, devido a súbita enfermidade.

Imponentes manifestações recebeu o delegado do Sumo Pontífice, por um percurso de meio milheiro de quilômetros, a ponto de se atrasar consideravelmente a marcha do seu comboio. Recebido em Taubaté pelo Dr. Abelardo Vergueiro Cesar, secretário da Justiça do Estado de S. Paulo, teve de se transferir para um automóvel, a fim de não retardar demasiado a entrada em São Paulo continuando, porém, a receber entusiásticas saudações em tôdas as cidades do norte paulista então atravessadas.

Enorme multidão recebeu o Núncio D. Aloísio Masela na capital paulista. Apresentado pelo Arcebispo de S. Paulo ao Interventor Federal e às mais altas autoridades presentes subiu ao Altar Monumento acompanhado de dezenas de arcebispos, bispos, prelados e vigários apostólicos e abades, brasileiros e estrangeiros, constituidores do mais imponente dos cortejos.

Ao pé da escadaria deu-lhe o Prefeito Prestes Maia as boas vindas do pequenino e humílimo São Paulo no Campo de Piratininga transmutado na magnífica cidade hodierna sesquimilhonar.

A ordem absoluta e o respeito completo como impossível fôra maiores, assinalaram a cerimônia, breve e imponente, da bênção papal dada pelo legado de Pio XII, à imensa multidão que se comprimia no vale do Anhangabaú, prenúncio eloqüente de como decorreriam as diversas fases da assembléia que se convocara.

Pela primeira vez tivemos então o ensejo de perceber quanto dispunha esta de elemento de singular eficiência na pessoa do seu "speaker" o Revd.<sup>o</sup> Cônego Manuel Corrêa de Macedo, professor no Seminário de S. Paulo.

Que formidável locutor! Dotado de excepcional resistência física, dispondo do mais robusto aparelho de fonação, impressionava sobretudo pela habilidade com que percebia as situações nos relances da observação arguta. E mantinha ordenadas e obedientes as multidões, a que interpelava e dirigia com maravilhosa intuição psicológica.

Perigosíssimo agitador, terrível demagogo estaria ali se fôsse voltado para a desordem e o mal, o espírito de prudência e a finura psicológica de que dispõe.

Incansável em sua persuasão, valia-se com a máxima rapidez das informações que observadores, a seu lado, armados de poderosos binóculos lhe iam ministrando. Graças a palavras suasórias, oportunos conceitos, frases de bom humor, pequenas brincadeiras joviais continha a impaciência natural das turbas comprimidas e cansadas das longas esperas de pé.

A centenas de milhares de pessoas dominava entremeando os pedidos de salvas de palmas às orações curtas, as recomendações inteli-

gentes aos apelos persuasivos e pedidos de boa colaboração. E isto sem o desfalecimento das forças invulgares do laringe e dos pulmões, sem uma síncope no ritmo das advertências durante horas e horas a fio! Formidável locutor!

Ouvimo-lo ao microfone por enorme lapso sem solução de continuidade, no trabalho estafantíssimo a que se impuzera. Apenas se lhe pôde notar na última noite do Congresso, ao se dissolver o grande préstito eucarístico, sinais de ligeira rouquidão.

Manejador exímio das multidões, dava o Cônego Manuel de Macedo a cada passo provas de incomparável *savoir faire*.

Certa vez o aguçamento da curiosidade fez que numerosas senhoras e moças subissem sobre os bancos do recinto; não tardou que as advertisse: 'estão as senhoras privando os homens, seus companheiros da jornada eucarística, de ver o que se está passando no Altar Monumento!'

A êste lembrete responderam centenas e centenas de mergulhos súbitos, e o nivelamento das cabeças estabeleceu-se na assistência, como por encanto.

— Não se apressem! há lugar para todos! encaminhem-se à direita e à esquerda, onde existem bancadas vagas! ninguém se atrole! eram recomendações seguidas do maior propósito e obedecidas a risco.

Convém lembrar, aliás, que maravilhosa rede de alto-falantes se instalara no longo percurso de quasi uma légua, talvez, mediando entre a matriz de S. Geraldo e o altar do Anhangabaú. Funcionou admiravelmente e graças a êste extraordinário instrumento de comando teve o Cônego Macedo em mãos o perfeito govêrno da colossal procissão de 7 de Setembro.

Dispondo das informações de um locutor ambulante que, em automóvel, e incessantemente, percorria as fileiras do préstito, informava o infatigável "speaker", continuamente, aos componentes da procissão e seus espectadores talvez seiscentas ou oitocentas mil, quiçá um milhão de pessoas, de como se ia desenvolvendo o préstito.

Redobrando de esforços e sabedor de quanto é a música a grande apaziguadora da impaciência dos homens e das multidões, entremeava o incansável locutor as informações sobre a localização do carro triunfal eucarístico, as notícias das manifestações jubilosas que a passagem dêste vinha provocando.

Prosseguindo, passava, imediatamente, a pedir que se entoassem cânticos, dêsses que todos os brasileiros conhecem da infância, uns de pobre inspiração musical e poética, mas fervorosos em suas trovas singelas, e outros mais estéticos e igualmente populares.

Estrugia a cada passo o hino do Congresso, feliz em sua conjugação do introito de nosso cântico nacional com as notas solenes do "Cristo vive, reina e impera!" feliz inspiração do maestro Furio Fran-

ceschini, eminente organista e proveto diretor da Capela da Sé arqui-episcopal de S. Paulo, cuja colaboração tanto contribuiu para o brilho das solenidades.

Mal acabava o locutor de pedir que se cantasse para solicitar que todos rezassem em favor das intenções as mais comovedoras: pelos enfermos afastados do espetáculo eucarístico, pela cura dos isolados, especialmente leprosos; pela segurança da vida dos nossos patrícios navegantes por êste e aquêle outro motivo, num sem número de propósitos, tão piedosos quanto delicados, em escala positivamente admirável, de invocações carinhosas, despertadoras da religiosidade e da filantropia.

E as enormes multidões obedientes ao inspirado orientador invisível, com a maior docilidade faziam o que delas solicitava. E isto durou até o encerramento do Congresso, quando depois da soleníssima bênção do S. Sacramento, pelo Legado Pontifício, arriaram o interventor Dr. Fernando Costa e o arcebispo de Montevidéu, a bandeira nacional e a bandeira pontifícia e os enormes coros da assistência entoaram o hino do Congresso e o da Pátria.

A dispersão da enorme mole humana ainda regeu o Cônego Macedo com as suas recomendações inspiradas. Extraordinário locutor!

Não nos coube o ensejo de assistir a tôdas as solenidades do Congresso, mas presente nos achamos a diversas sessões magnas noturnas. Ouvimos várias das belas orações nelas proferidas por mestres insígnies da oratória sacra, como entre outros o bispo de Garanhuns e o padre Dr. José de Castro Neri.

Assim também a excelente conferência do Dr. Altino Arantes, peça tão belamente trabalhada no fundo e na forma, o ótimo discurso do Dr. Plínio Correia de Oliveira, de saudação às altas autoridades federais e municipais, proferido com a habitual eloquência, aliás atávica, em desempenho do mandato recebido da Junta Arquidiocesana da Ação Católica.

Assim também a Tristão de Ataíde, certamente num de seus melhores dias, quando, à enorme assistência que o escutava, esboçou o panorama afilativo do Universo. E entre outras muitas proposições exatas, avançou que às grandes massas de hoje não falta, em geral, a determinação de afrontar a morte e sim compreensão da escolha da morte pela boa causa.

Não menos feliz a excelente conferência do Dr. Adroaldo Mesquita de Oliveira, referta de comentários da mais nobre elevação, sôbre a educação católica no lar. Veementes aplausos partiam de todos os lados quando vozes que não proferiam o português vieram recordar a universalidade da Igreja Católica. Em espanhol, sonoro como raro, pronunciou o bispo chileno Dom Jorge Larrain magnífica ora-

ção. Não menos apreciada a do arcebispo de Montevidéu, Dom Antonio Barbieri.

As curtas, precisas e eloqüentes frases do bispo de Eire, Mons. John Gannon, representante do episcopado dos Estados Unidos, 'provocaram estrondosa ovação. Relativamente poucos os que lhe compreendiam as palavras pronunciadas com tamanha clareza e tão agradável timbre. Mas é que a sua voz evocou, ao par da solidariedade religiosa, a da confraternização continental. Redobramos os aplausos ao se ler a tradução do seu discurso.

Inesquecível lembrança ficará aos homens de boa fé, seja qual for o seu credo, espectadores das cerimônias do Congresso e das imensas comunhões gerais nêle ocorridas. Não presenciámos a das senhoras e a das crianças, mas de todos ouvimos que decorreram impressionadoras ao último ponto. Coparticipamos, porém, da dos homens ao lado de dois amigos muito caros.

Havia na baixada do Anhangabaú, e suas adjacências, quiçá quinhentas mil pessoas. Máximo significado ali assumiu então a velha frase feita do mar de cabeças. Ocupavam os comungantes milhares de metros quadrados do parque. Tão numerosos, quiçá, quanto êles, enchiam os espectadores, literalmente, as ruas em forte declive que à baixada vem ter. Apinhavam-se as inúmeras janelas e sacadas dos enormes edifícios dominadores daquele ambiente vasto.

Com a habitual mestria às turbas movimentava o Cônego Macedo em sua cabine de comando radiofônico.

Chegou a hora da missa, na vigília do Dia da Pátria, nova Missa do Galo de 7 de Setembro. E o silêncio o mais completo desceu sobre o ambiente. E que silêncio! Que quietude! Que majestade de quietude! À hora da Elevação não se ouvia um sussurro, dentro a imensa assistência. Só mesmo as velhas frases feitas e os velhos adjetivos consagrados pelas gerações poderiam qualificá-lo. Largamente intercalados os cânticos sagrados e as recomendações do locutor interrompiam a magnificência de tal silêncio.

Por tal forma correu tudo em ordem que as 295.000 (!) comunhões distribuídas ocorreram sem o menor atropêlo.

Quando o "speaker", com a voz visivelmente embargada pela comoção, anunciou que das ladeiras contíguas ao vale desciam as centenas de sacerdotes portadores das sagradas partículas, verdadeiro arrepiou percorreu a assistência. Voltou-se, sem quebrar o silêncio, para as teorias das âmbulas precedidas por grandes cirios acesos deslocando-se com a lentidão exigida pela magnitude da Presença a que anunciavam.

Da grande procissão eucarística de Sete de Setembro, não há como traduzir o que foi. Dois dias antes outra ocorrera, noturna, provocadora de imponente espetáculo de respeito e compunção: o

préstito enorme que do Altar Monumento levara à Catedral de S. Paulo a imagem da Padroeira do Brasil, à luz de muitos milhares de cirios acesos, dentro de enorme massa de fiéis.

Outras dimensões incomparavelmente maiores, teve, porém, o préstito de Sete de Setembro. No enorme âmbito pelo qual se desenrolou como que pairava o espírito do respeito secular dos antepassados ante os símbolos de sua fé, os mesmos que ensanguentavam as velas das naus ancoradas em Porto Seguro e os que ornavam o tosco altar onde celebrara Frei Henrique de Coimbra.

Quasi quatro e meio séculos de Brasil percorriam as avenidas paulistanas acompanhando o grande ostensorio do carro eucarístico. Quasi quatro séculos de São Paulo vinham presenciar a renovação do ato da manhã de verão em que Manuel de Paiva, sob o misero teju-par da colina piratiningana, renovara a festa calendar da conversão do Apóstolo das Gentes.

Numa cidade de vulto como a de São Paulo, onde tantos adversários do catolicismo certamente vivem, as cenas ocorridas durante a procissão eucarística constituíram extraordinária prova da mais alta educação cívica, da cortesia de uma população de milhão e meio de almas. Magnífica mostra de refino coletivo!

— Não tivemos um único incidente policial! informou orgulhoso uma das altas autoridades responsáveis pela Segurança Pública. Apenas precisámos atender a uns tantos desmaios de pessoas enfermiças e fracas. Entretanto, quanto não era plausível, senão mesmo provável, a ocorrência de distúrbios, pequenos que fôssem!

Assim pois nada mais natural nem nada mais espontaneamente sincero do que os discursos pelos quais o Legado Pontifício e o responsável máximo pelo êxito do Congresso, encerraram as solenidades, proclamando à face dos fiéis presentes, do Brasil e do Universo o que lhes fazia transbordar o coração de jubilo.

Curto e vibrante foi o discurso do Nuncio Apostólico.

Extenso e não menos eloqüente o do Arcebispo de São Paulo, oração toda consagrada às expansões do reconhecimento. E êste impunha a evocação de um sem número de dedicações realizadas.

Estendeu o ilustre antístite os agradecimentos a todos os seus cooperadores. Timbrou em lembrar a todos, quer individual, quer corporativamente. Frizou quanto o inexcédível êxito do certame devia ao apoio das mais altas autoridades do País, e ao dos mais modestos obreiros copartícipes de seus trabalhos.

Agradeceu a assistência dos prelados e peregrinos nacionais e estrangeiros; exaltou a atitude dos católicos e a cortesia de todos os espectadores das solenidades e atos do Congresso.

E terminando não quis deixar esquecidos os seus mais modestos colaboradores: os operários incansáveis em sua labuta, os policiais

atentos à ordem e à boa marcha das multidões em trânsito, os pacientes condutores de veículos superlotados e assim por diante.

Verdadeira comoção apossou-se da assistência quando o ilustre prelado manifestou a extensão de sua gratidão aos ausentes do Congresso e dêle copartes em espírito. Lembrou que os enfermos dos hospitais haviam oferecido o sacrifício do seu penar para o maior brilho dos atos eucarísticos e os infelizes isolados de certos nosocomios também a êles haviam estado presentes em devoto contacto, mercê das transmissões radiofônicas.

Mais feliz não poderia ter sido o Arcebispo de S. Paulo em sua oração jubilar. Foi pois sob a influência dessas evocações nobres que a multidão deixou o recinto onde inesquecíveis horas passara, naqueles dias de Setembro do quadricentésimo quadragésimo terceiro ciclo, assinalador do ato pelo qual o franciscano, capelão de Cabral, balisara a implantação eucarística na terra do Brasil, no tricentésimo octogésimo nono de outro em que e em idêntica solenidade incruenta, o missionário, filho de Santo Inácio, votara o mínimo arraial piratiningano nascente à proteção do Apóstolo converso no caminho de Damasco.

## DE SÃO PAULO A ITU

Os turistas que a São Paulo forem e puderem preencher um dia com alguma excursão que lhes ofereça impressões variadas, fortes e duradouras tudo terão a ganhar realizando pequena jornada automobilística capaz de lhes trazer inesquecíveis recordações.

É ela a de São Paulo a Itu, duzentos quilômetros de ida e volta. Se lhes fôr possível acrescentar mais cinqüenta de complemento, Itu-Porto Feliz, que o façam e não se arrependarão.

Este acréscimo está em condições de lhes infundir uma das mais fortes êvocações proporcionáveis por um ambiente brasileiro cheio de encantadora suavidade e dentro de quadro em que há elementos de verdadeira imponência, como o da penedia que é o famoso Paredão da antiga Araraitaguaba, fronteiro ao célebre Porto das Monções.

As duas primeiras dezenas de quilômetros logo ao partir de S. Paulo não oferecem grandes espetáculos paisagísticos. Os arredores da grande metrópole piratiningana, com os terrenos pouco dobrados, e a uniformidade das perspectivas, não apresentam surpresas. Mas nêles há trechos sobremodo agradáveis pela vastidão dos horizontes a que de um lado serve de fundo a massa imponente do Jaraguá, da montanha quinhentista de Afonso Sardinha, "primeira que ao Brasil deu ouro", consoante a divisa condecoradora dos méritos e utilidades mais que trisseculares do famoso pico.

Em determinado ponto tem-se o mais agradável encontro: o dos

grandes edifícios coloniais situados sôbre uma eminência e agrupados em tórno de uma igreja, tão harmoniosa quanto elegante. São as belas casas típicas abrigadoras de uma das mais notáveis demonstrações da caridade brasileira: a da preservação dos filhos de hansenianos a cuja testa se acham as beneméritas Sras. D. Margarida Galvão e sua Exma. Irmã. Seus apelidos se inscrevem, com grande destaque, no rol do estado maior de nossa filantropia nacional.

Da esplanada dêsse asilo de Santa Teresinha tem-se encantadora vista. Domina o curso sinuoso do Tietê, numa varzea onde ainda há numerosos capões de mata e notam-se ao fundo elevações suaves dando especial relêvo de emolduramento àquele painel repousador dos olhos.

Passa depois o turista pelos grandes quartéis de Quitaúna eretos na antiga fazenda seiscentista do maior jornadeador de continentes que jamais houve, Antônio Raposo Tavares, o émulo terrestre de Vasco da Gama e de Fernão de Magalhães.

A pequena estátua do formidável mestre de campo bandeirante, homem de botas de setenta léguas, ergue-se no comêço de grande avenida separadora dos renques de enormes edifícios militares cujo conjunto é realmente imponente, formando verdadeira vila onde se aquartela larga guarnição, uma das mais consideráveis do Exército Nacional.

Pouco depois de Quitaúna vem Barueri, a velha aldeia jesuítica, indiática, dos primeiros decênios de catequese. Nada tem que prenda especialmente a atenção, nem apresenta vestígios dos tempos em que se viu teatro de contendas entre inacinos e paulistas, por causa da liberdade dos índios.

De Barueri em diante começa a estrada a ficar bonita. O terreno se acidenta, cortam o caminho chácaras e fazendolas, onde há pitorescas casas de campo cercadas de terrenos arroteados. Multiplicam-se as perspectivas variadas e começa-se a dominar o curso do Tietê. Dentro em pouco surgem as imponentes obras da primeira grande instalação hidrelétrica feita no Brasil, e quiçá na América do Sul: a de Paranaíba, que brevemente contará meio século.

Represa a sua bela barragem as águas do grande rio das entradas para delas haver algumas dezenas de milhões de quilowats. Foi o primeiro pagamento em moeda moderna de energia, feito pelo servicialismo opulento do caudal das monções, ao país a que nos primeiros séculos de sua existência proporcionou a via da penetração e de posse das imensas terras centrais de Mato Grosso. Não nos afastemos porém das impressões turísticas.

O panorama oferecido pelas instalações da Light and Power é agradável, mas não dêsses de nos arrebatam. O lago formado pela barragem não se apresenta muito extenso. E aliás a estrada corre longe, não muito acima das águas e da muralha represadora para que pro-

porcione perfeita visão do conjunto. De mais alto, de alguma cabeça de morro deve ser esta muito mais interessante.

Passada a barragem da "Light" dentro em pouco entra-se em Parnaíba. A velha vila quinhentista de Manuel Fernandes Ramos e de seus filhos, os três irmãos tão sugestivamente chamados os Povoadores, tem exíguas proporções e grandiosos fastos.

Recordam os grandiloquos versos de Carlos de Laet em *Cripta e Panteon* quando apostrofa "o Portugal das navegações":

*O morto de enormes dimensões  
Que jaz amortalhado em suas tradições,  
Tendo montante ao lado, ao peito a Cruz de Cristo".*

Do passado de Sant'Anna de Parnaíba, dos anos "em que à Pátria tornou grande" como reza a sua divisa mercê dos feitos de seus filhos, os indomáveis devassadores da selva, quasi nada resta.

Berço de Domingos Jorge Velho, dos dois Anhangueras, de André Baltazar e Domingos Fernandes, de Fernando Dias Falcão, etc., de uma série dos mais ilustres calções de couro, ainda se gloria de ser a terra do famoso creso seiscentista, banqueiro de bandeirantes, o Padre Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, curiosíssima figura colonial, única no Brasil, e ainda muito mal estudada.

A velha matriz da Senhora Sant'Anna estava em ruínas e foi reconstruída em fins do século XIX. Nela trabalhou provector engenheiro que se fez jesuíta e foi um dos ornamentos da Companhia: o Dr. Antônio J. Ferreira. Vestígio algum subsiste do mosteirinho beneditino seiscentista, de onde saíram os dois capelães da grande bandeira do Anhanguera, descobridora de Goiás. De um desses monges calções de couro, de Frei Luis de Sant'Anna, voltariam os ossos do sertão para serem postos sob a custódia de uma das pedras lapidares do Claustro da Abadia de S. Paulo.

Duas ou três casas de rótulas apenas recordam o grande passado de Parnaíba. E uma delas passa por ter sido a morada de uma das mais prestigiosas matriarcas da *gens* bandeirante: Suzana Dias.

De Parnaíba em diante passam os panoramas a ser, quasi sempre, absolutamente encantadores. O caminho é muito sinuoso, cheio de subidas e descidas e permite apanhar ora largos horizontes ora recintos fechados por montanhas. Há trechos magníficos, e não me parece que a estrada jamais proporcione aos olhos dos viajantes perspectivas pouco deleitáveis.

E assim se caminha até Pirapora, o pequeno povoado ereto em tórno de um dos mais famosos santuários de S. Paulo e do Brasil, o do Senhor Bom Jesus de Pirapora.

O lugar onde se erguem a igreja e o vilório é aprazível, o tem-

plo muito amplo, sem características artísticas salientes contudo. É uma grande casa de oração apenas, de estilo pouco brasileiro. Data de fins do século XIX, creio que dentre 1880-1890, do governo de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de S. Paulo. Atrai enormes romarias em agosto e à sua frente tem a sua casa de milagres idêntica às dos nossos demais santuários.

Dominando o templo do Senhor Bom Jesus, erguem-se, a umas poucas dezenas de metros de elevação, e em larga esplanada, os vastos edifícios do Seminário Menor Arquiepiscopal de São Paulo, entregue aos cuidados dos proficientes formadores de seminaristas que são os cônegos premonstratenses. Ali têm os norbertinos regrantes abadia cujos prelados e comunidade muito fizeram e fazem pela instrução e civilização da região circunvizinha.

Assim o último e virtuoso abade, o recém-falecido Dom Alderico Lambrecht, fundou um museuzinho muito curioso com os elementos representativos da flora e fauna locais e evocativos do passado do distrito, rico em tradições seculares. E com efeito, muito perto de Pirapora acha-se Araçariguama, outrora vila de avultada importância no conjunto da vida paulista colonial e bandeirante.

Aí estavam a grande fazenda e a capela do Padre Pompeu e as propriedades de numerosos vultos representativos do bandeirantismo. O abade e seus religiosos tenazmente procuraram pelas vizinhanças de Pirapora e Araçariguama, vestígios da antiga civilização local nos séculos XVII e XVIII-XIX. — E foram felizes, salvando muita coisa da arte religiosa, sobretudo, recolhida às casas de caipiras e proveniente de antigas capelas e casas caídas em ruínas. Sobretudo depois que a perseguição pombalina determinou a expulsão dos jesuitas daquelas terras onde se estabelecera o vultoso legado do Padre Pompeu.

Peças de delicados entalhes, retábulos bem trabalhados, imagens singelas, mas expressivas, reuniram-se no pequeno museu dos premonstratenses ao lado de diversos objetos curiosos e obsoletos, evocadores dos hábitos de nossas antigas populações numa época de vida ainda tão rude, desconfortável e desaparelhada.

Bem haja ao saudoso prelado e aos dignos norbertinos a faina de sua colheita civilizadora!

O Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, não só promoveu a fundação do seminário piraporense como o tem sempre aquinhoado vultosamente. O edifício, enorme, admiravelmente situado apresenta-se imponente, a dominar o vale risonho do Tietê, tendo ao fundo, largo e já alto eucaliptal cerrado.

Saindo de Pirapora atravessa a estrada terrenos dobrados onde as perspectivas cada vez mais se embelezam.

Pouco adiante da vilazinha do Senhor Bom Jesus, entronca-se ao

caminho mestre o ramal que vai ter ao Rasgão. Eis uma digressão absolutamente digna de ser feita tanto mais quanto o total do percurso a realizar-se corresponde a pouco mais de quilômetro.

O Rasgão é nome tradicional entre os da toponímia de S. Paulo. Recorda empreendimento setecentista notável, aliás malogrado, de fácies tipicamente bandeirante.

Vivia pelos meados do século XVIII Fernão Paes de Barros, antigo sertanista a quem o sertanismo, em Mato Grosso, sobremodo enriquecera na exploração de lavras de rica pinta mineral.

De volta às suas terras patrimoniais de São Paulo continuou Fernão Paes de Barros a pensar constantemente nos tempos da aventura aurífera cuiabana, empolgado pelas instigações do atavismo que atirava os paulistas à devassa dos sertões. Devia a seu ver o leito do Tietê ser certamente aurífero. Pois para êle não vertiam as águas daqueles ribeiros de areia de ouro despenhados dos cerros do Jaraguá e do Vuturuna?

O que se tornava preciso fazer era pôr-lhe o álveo a sêco. E à mente lhe acudia o caso de São José dos Tocantins, onde um marachão, perpendicular ao curso do grande rio goiano-amazônico, lhe desviara as águas poderosas. Obra onde haviam trabalhado centenas de escravos e durante um ano.

Concluído o dique havia-se encetado o exame do leito logo trabalhado pelos almocafres e carumbés de centenas de homens. Ao meio-dia' imenso ouro já dera quando os trabalhos foram suspensos para o almôço dos cativos. Súbitamente aluira a barragem quando ia começar a faina. Assim mesmo o metal recolhido naquelas poucas horas, compensara fartamente a enorme despesa feita. E uma cachoeira nova, — até hoje subsistente, se implantava ao través do álveo do enorme afluente do Rio Mar.

No Tietê seria possível obra idêntica, pensava Fernão Paes de Barros. Acorçoava-o, pertinazmente, certo espanhol cujo nome se perdeu. Resolveu o potentado paulista explorar um trecho do rio em corredeira, abaixo de Pirapora. E para' isto começou a abrir longo corte que deixaria mais de um quilômetro de leito do caudal em condições de ser trabalhado em água rasa e em muitos pontos quasi a seco.

Foi o trabalho ingente, e em terreno áspero. A garganta a abrir-se cortavam grandes massas rochosas. Eram os explosivos utilizados muito fracos, a simples pólvora negra, tal qual a inventara Bertoldo Schwartz. Recorreu-se a outro recurso, conforme relata a tradição. Grandes fogueiras se armaram sôbre as pedras a arrebentar, relatou-me o amigo João Pompeu de Campos, sabedor como poucos das tradições da sua gente bandeirante. Quando as rochas estavam muito quentes os escravos derramavam sôbre elas tachadas de água avinagrada. Era o processo bimilenar de Anibal ao descer os Alpes.

Quando se ia concluir a abertura do corte, faliu Fernão Paes de Barros que perdera nesse trabalho ingente os seus escravos dizimados pela rudeza do serviço. Pouco depois morria arruinado. Assim as águas do Tietê jamais correram pelo seu novo e projetado leito do Rasgão. Passaram-se mais de cento e cinqüenta anos quando a "The São Paulo Light and Power" resolveu renovar a' empresa arruinadora do bandeirante.

Concluiu-se o corte, rebaixou-se-lhe a soleira e construiu-se grande muralha com o fito de lançar no desfiladeiro as águas do rio das entradas. Assim se formou grande lago cuja contemplação é um regalo para os olhos do turista, que da barragem lateral o observa notando as colinas, de derrama suave da' margem oposta onde há assaz vistosa mata.

O lago escoá-se pelo desfiladeiro de Fernão Paes de Barros. Por êle engolfa-se o Tietê na casa de máquinas da usina do Rasgão pondo em movimento duas poderosas unidades de milhares e milhares de quílowats, abastecedoras da grande indústria paulista. Nova e opulenta dádiva do deus fluvial do rio planaltino senhor de tamanhas reservas de energias.

Não há muito visitei o Rasgão graças à gentileza do Sr. Américo Caldas Kerr, da "Light and Power". Caía a tarde e o crepúsculo infundia à sua belíssima paisagem imensa poesia. Com que facilidade concluíra a grande empresa moderna a obra malograda do bandeirante! A remuneração agora haurida de tão penosos esforços era peregrina; a que pretendia auferir o seu antecessor fugaz. Mais uma vez ali se evidenciava a exação do conceito proclamado pelo velho Antonil: as verdadeiras minas do Brasil não eram as de ouro.

Deixando o Rasgão e o seu pequeno vilarejo de casas bonitas, confortáveis e higiênicas, todas ocupadas pelos funcionários da "Light", voltei à estrada tronco de S. Paulo a Itu satisfeito dessa digressão que me proporcionara conhecer uma série de belas coisas de nossa terra, em local a que embeleza curiosa tradição.

Da encruzilhada do Rasgão em diante começam as perspectivas a se suceder umas às outras, cada qual mais agradável do que a precedente. Por vêzes chegam os panoramas a apresentar-se grandiosos.

Há trechos de excepcional beleza. A estrada muito acidentada, a cada passo sobe e desce. Em determinados pontos domina o álveo do Tietê, de mais de uma centena de metros; em outros corre quasi do nível com a ribanceira do grande rio. Num desses pontos altos há certo panorama de verdadeira majestade. Ao fundo do quadro barra uma cortina de montanhas, imponentes contrafortes da serra do Japi e de Vuturuna, a cair quase abruptamente sobre o rio.

Ainda a veste densa vegetação. A garganta pela qual o Tietê prossegue o curso é constituída por outras montanhas não muito vi-

zinhas umas das outras. De uma encosta se avista a fronteira, separada por algumas centenas de metros. Na linha do "thalweg" corre o rio espraiado e cortado por itaipavas sôbre as quais as águas espadanham pondo uma nota branca sôbre o escuro das penedias onde escaçoam.

Certa ocasião atingi êste ponto ao descambar do sol. Dois amigos me acompanhavam. Era tal a beleza dos céus das montanhas, das matas, das águas, que ali nos detivemos longa e longamente embevecidos ante o espetáculo admirável que aquêlo trato de nossa terra oferecia.

Ao cabo de um quarto de hora de contemplação perguntou o nosso "chauffeur" se podíamos seguir. E unânimemente nos opusemos ao recomêço da marcha. E, muitos minutos ainda ficamos a gravar na memória aquêlo suntuoso quadro cheio de imponência, movimentado pelos jogos de luz que o ocaso provocava. Que diversidade, que abundância, que riqueza de matizes! Não nos desprendemos daquele observatório admirável senão quando a paisagem de todo esfumou a penumbra crepuscular.

Ao deixá-la ocorreu-me à memória certa passagem de uma biografia de Berlioz. Segundo ela o genial e desequilibrado autor da *Danação de Fausto* e da *Infância de Cristo*, viajando pelos Alpes, com uns amigos, de repente, punha-se a vociferar, a urrar do modo mais descompassado, a rolar pelo chão, quando se lhe deparava algum panorama que o empolgava. Gritava e agitava-se de modo a fazer crer que se dementara.

A paisagem que tivera sob os olhos, por largo lapso, seria capaz de tal, estou convencido — de levar o grande compositor dos *Troianos* a uma destas manifestações de desassisado hiper-entusiasmo.

Descendo do alto cômodo de onde se tem a vista a que acabo de me referir, volta a estrada, em rápido trecho, ao nível das águas do Tietê, de cujas margens ora se aproxima ora se afasta. Por vêzes fica o rio muito plácido, remansoso, espraia-se e estreita-se e tem o leito semeado de ilhas e ilhotas. A série das belas perspectivas continua sem solução de continuidade. E a sua evocação leva-me agora a lembrar-me de uma inesquecível figura de amigo, a de um grande artista que é dos mais justamente celebrados mestres da escola brasileira de pintura e o *primus inter pares*, talvez, dos nossos paisagistas. Grande pintor, grande e nobre caráter: João Batista da Costa!

Certo dia anunciou-me que iria passar o verão na cidade de São Paulo levando em sua companhia sua Exma. Sra. e seus filhos. Perguntou-me se lhe não indicaria uns tantos pontos de real beleza e ainda não pintados, para que lhe inspirassem novos quadros. Comprometi-me a lhe descobrir êstes pontos. E para lhe fazer surpresa

declarei-lhe que conservaria o maior mistério até a hora de o levar aos locais escolhidos.

Dentro em breve fazíamos uma excursão de que me ficaram as mais agradáveis recordações. Conosco iam Oliveira Vianna e o Dr. Joaquim Timóteo de Oliveira Penteado, o proficiente e zeloso diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de S. Paulo.

Mostrei ao mestre paisagista os locais que, a meu ver, seriam os melhores a serem fixados em sua telas.

Era Batista da Costa sobremodo calado, quasi taciturno. Notei que suas feições se expandiam à medida que a paisagem se ia tornando mais rica. Quasi se tornou loquaz ao exprimir a sua alegria pelo conhecimento daquelas belas novidades de que não tivera até aquele momento a menor noção.

Propuz-lhe que pintasse a garganta de Pirapora, o *Remanso*, o *Pau d'Alho* e as corredeiras de Cabreúva.

Objetou-me que a primeira paisagem lhe exigiria longa permanência no local, tal a vastidão e a complexidade do panorama; não podia pensar em reproduzir por falta de tempo. Mas ia ver o que faria com as outras. E assim tendo permanecido vários dias em Itu foi observar longamente os locais escolhidos, para poder fazer os seus esboços. No ano seguinte realizou em S. Paulo grande exposição dos novos quadros. Nela figuravam as três paisagens e mais uma quarta: o Porto, em Porto Feliz, que eu também lhe recomendaria vivamente.

A cerimônia de inauguração não pude comparecer, chegando à exposição com meia hora de atraso. Apenas penetrei na Galeria Jorge, veio Batista da Costa correndo ao meu encontro a abraçar-me muito risonho: Sabe? os seus quatro quadros *voaram* em cinco minutos! foram os primeiros!

Haviam sido adquiridos por um total de cinquenta contos de réis, preço aliás muito módico pois são lindíssimos e valem hoje o quádruplo. Compraram-nos a Câmara Municipal de São Paulo, representada por seu presidente, o saudoso amigo Luís Fonseca (o Porto), os Drs. José Carlos e José Cássio de Macedo Soares e mais um amador cujo nome agora me escapa.

— Está o sr. consagrado como grande *trouveur* de paisagens, gracejou amável o pintor Jorge Mendonça, que vários e belos quadros também deixou da natureza dos arredores de S. Paulo, sobretudo do Jaraguá, cenário de sua predileção. Permita que algum dia recorra à sua "ciência".

— Meu amigo, respondi-lhe, é a minha arte a mais simplista. Tome um automóvel e vá de Parnaíba a Itu, com uma velocidade de quinze quilômetros por hora, por um dia de sol ou por uma tarde

límpida, de dia fresco. E de tempos a tempos pare. Está aí a receita que é a mais singela. Dêle lhe decorrerá o embaraço da escolha, tal a abundância de motivos magníficos que se lhe depararão.

E agradeça ao deus fluvial do Tietê a generosa dádiva outorgada das belezas de seu curso, lança enristada pelos paulistas para o recuo do meridiano de Tordesilhas e escrínio de assuntos esplêndidos para pintores de paisagens, e pintores de história discípulos do grande Almeida Junior.

De Parnaíba a Pirapora, a jusante do Rasgão, embeleza o Tietê, do modo mais notável, uma série de paisagens, ora selváticas e ásperas, e por vêzes positivamente majestosas, ora suaves e risonhas.

A estrada de rodagem vence este percurso, casando-se admiravelmente às condições topográficas, como que traçadas para servir às exigências do aproveitamento integral dos recursos das paisagens pelos turistas amantes da Natureza.

Em certo momento afasta-se do rio e corta uma série de fazendinhas do município de Cabreúva, de terras bem amanhadas por esses pequenos agricultores paulistas, incansáveis, cujos avoengos foram plantadores de cana e cujos pais se passaram para o café. A rubiácea já não mais lhes remunerando a pertinácia da labuta, voltaram as energias para os algodoais emolduradores da rodovia.

De distância em distância reaparecem os quartéis de cana, intensamente esverdeando o solo, aqui e acolá. E um ou outro engenhozinho surge, lembrando a cultura já trissecular daquelas terras, contemporânea de Domingos Fernandes e Cristovão Diniz.

Um desses engenhos, aliás de proporções um tanto avantajadas, implanta-se à beira da estrada. Ao seu lado existia outrora enorme bagaceira onde se acumulavam os resíduos de dezenas talvez de anos de moagem.

Pertenceu a lavrador que, na sua zona, gozava do mais justo prestígio, pela operosidade e as qualidades do coração e do caráter, o Sr. Antônio Rodrigues, universalmente conhecido pelos apelidos familiares de Tônico de Inhô.

Do outro lado da estrada ergue-se a sua vasta casa hospitaleira. Falecido há alguns anos, passou a propriedade a seu genro, o Sr. José de Paula Leite Sobrinho, não menos operoso e inteligente lavrador, a prosseguir nas praxes dignificadoras da existência de seu antecessor.

São as terras de Cabreúva férteis, por vêzes de ótimos padrões, mas cremos que as suas condições climáticas não se mostram tão favoráveis quanto as geológicas, pois não oferecem aos amanhadores laboriosos a remuneração que poderiam esperar. A tal respeito, corre entre os ituanos, vizinhos imediatos dos cabreuvanans, certo prolóquio pitoresco, e já muito antigo, segundo me informou grande sabedor das tradições regionais, o prezado amigo Sr. João Evangelista Pompeu

de Campos. Reza tal aforismo que as terras de Cabreúva embora boas têm má produção, daí decorrendo a circunstância de que a sua população, tôda de gente boa, aliás, é forçada a viver econômica senão apertadamente.

Não nos é possível dizer a que ponto chega a veracidade e justiça desta asserção. Já a ouvimos repetida numerosas vêzes. Talvez reflita a desigualdade da produção entre as terras montanhosas e as planas. As de Cabreúva muito mais acidentadas do que as de Itu, são, portanto, de mais penosa lavragem. Daí o fato dos fazendeiros ituanos realizarem lucros avultados em épocas em que os seus vizinhos auferiam muito menores proventos.

Não sabemos, aliás, se se prolonga até Cabreúva aquela rica e inesgotável faixa de massapé que corta o município de Itu, aquinhoando, do modo mais generoso, os seus amanhadores, sobretudo os do bairro do Pedregulho.

Encaminha-se para Indaiatuba e Itaicí, onde ainda mais dadivosa se oferece, a espriar-se na direção de Campinas. Aí é mais larga e os seus terrenos bem feitos, "benfeitíssimos", constituem um dos mais ricos solos do Brasil.

Dêle a rubiácea etíope retirou incontáveis milhares de contos de réis que tornaram os campineiros incomparavelmente mais prósperos do que os seus parentes e vizinhos ituanos. Mas a êstes socorria um senso de equilíbrio econômico que os grandes beneficiados do café não tinham. Decorriam do hábito da abundância, os hábitos da largueza. E como gostassem de recordar a fartura da sua vida e a estreiteza da dos vizinhos retrucavam êstes, inalteráveis seguidores das regras da boa economia, que os campineiros deles se riam, mas, a cada passo, vinham inscrever as assinaturas em títulos de débito armazenados nas gavetas daqueles de cuja singeleza de vida zombavam.

O massapé feracíssimo de Itu esgalha-se para Porto Feliz, Capivari, Tietê e Piracicaba, mas já aí numa topografia muito mais favorável à agricultura, formando largas superfícies planas dêsses *chãos parados* da tão formosa imagem popular.

Voltemos, porém, a essas terras cabreuvanas de que falávamos. Os sítiosinhos, as fazendolas neles se multiplicam. Ha muito e muito se arroteiam e os mais antigos viajantes da zona, como por exemplo, entre outros, Martim Francisco I e José Bonifácio, o Patriarca, referem-se a êste trabalho. E as suas lavouras apresentam-se viçosas. Os agricultores de hoje, ali, já não mais merecem ser tidos à conta de gente boa de más condições de vida. O aproveitamento de largas terras mostra o retalhamento das propriedades, o arrendamento de grandes fazendas antigas a loteiros.

Cabreúva é lugar pequeno de poucas ruas e aspecto muito agradável. Conserva o feitio dos anos de antanho, dessas localidades bra-

sileiras, cabeças de distrito, fundamentalmente rurais, que só se animavam aos domingos, com a vinda, ao povoado, dos grandes agricultores da vizinhança.

Sua igreja matriz espaçosa e bem cuidada, não é templo rico, mas muito apresentável, em sua singeleza.

Durante dezenas de anos ali parou um dos mais dignos sacerdotes do velho clero paulista: o cônego João Batista Pereira da Motta, taubateano, vigário durante mais de trinta anos de uma freguesia a que apaixonadamente amou e serviu. Ofereceram-lhe excelentes paróquias e comissões nas melhores cidades da província de S. Paulo e até em São Paulo. Recusou sempre obstinadamente a sair da companhia dos queridos fregueses. Incansável na cura das almas, vivia a cavalo por montes e vales a administrar os sacramentos, a visitar e confortar os seus paroquianos para quem vivia aberta a sua casa ampla e modesta.

Homem ilustrado, excelente pregador, ausentava-se de quando em quando para algum sermão em festividade das vizinhanças, voltando logo ao querido remanso. E como tivesse lazeres organizou arquivo paroquial notável, cheio de informes genealógicos.

Deixando Cabreúva, entra a estrada de rodagem num dos mais formosos trechos do percurso de São Paulo a Itu.

O Tietê, cada vez mais apertado, pelas montanhas, nelas abriu brecha angusta de cuja ribanceira direita se valeram os engenheiros rodoviários para o estabelecimento da grande via de penetração, que se encaminha sempre para oeste e é intitulada estrada de Mato Grosso.

E', aliás, ainda o traçado do velho caminho dos índios. Por êle gradualmente penetrara a civilização. De São Paulo fôra, por volta de 1580, a Parnaíba, prosseguira através da mataria brava acompanhadora das margens do Tietê.

Já em 1609, estava Domingos Fernandes, um dos tres irmãos, povoadores afazendado com o genro, Cristóvão Diniz, em terras de antiga aldeia índia, a fundar a capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária do Outuguacu, célula inicial da cidade de Itu.

O irmão, André, ficaria ao lado do pai o velho Manuel Fernandes Ramos, em Parnaíba, mais inclinado à navegação do Tietê, precursora das monções, aparecendo freqüentemente nas águas do Paraná, e na região guairenha, onde os inacinos começavam as suas reduções.

O terceiro dessa irmandade de devassadores, Baltazar, — êste influetiria um pouco para o sudoeste, para a região dos desbarrancados, das vossorocas, onde não tardariam a aparecer os primeiros delineamentos da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, vizinha dos morros ferríferos do Araçoiaba. O governador geral eldoradomaniano, e projetor dos paulistas para o sertão, Dom Francisco de Souza,

imaginara estabelecer uma siderúrgica incompatível com as condições da época.

Por esta brecha ao longo do Tietê provavelmente caminhara em 1628 com destino ao Guairá e ao Paraguai, o trêfego capitão general do Paraguai que saíra da Espanha para fazer a América.

E a fizera no Rio de Janeiro, desposando a pessoa e o grande dote de D. Vitória de Sá, a filha do opulento Martim de Sá. Daí lhe proviriam os engenhos açucareiros jacarepaguenses de Vargem Grande e Vargem Pequena. Ambiciosíssimo, desrespeitara a expressa proibição régia de percorrerem os vassallos da Espanha as terras de Portugal, e vice-versa. E vencendo a resistência de Amador Bueno passara por São Paulo rumando para o Guairá e o Paraguai, via Tietê, a embarcar quatro léguas abaixo do Salto de Itu.

O que tinha em mente era, no dizer dos jesuítas, encher de escravos vermelhos os seus canaviais, de Jacarepaguá. E realizara-o depois da destruição das reduções jesuíticas do Guairá, em 1628, o que levara os inacinos a lhe apontar a cumplicidade com os paulistas de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, destruidores das aldeias da Companhia de Jesus.

Esses grandes engenhos da viúva opulenta do capitão general espanhol legaria em 1667 aos beneditinos, cuja gratidão lhe daria sepultura perpétua no eixo da nave central de sua igreja abacial. Túmulo dos mais velhos dos que se conhecem no Rio de Janeiro, talvez o segundo por ordem cronológica, logo após o de Estacio de Sá.

Acaso ali por aquela garganta teria passado o capitão general espanhol?

Ao noticiar a Felipe IV o desconforto da viagem, dizia que caminharia quarenta léguas, a partir de S. Paulo até entregar-se à navegação do Tietê, em local que deve ter sido nas vizinhanças do atual Porto Feliz:

“Cuarenta leguas penosas por tierra y a pie por ser camiño fragosissimo que no se puede andar de otra manera, con infinitos trabajos de lluvias y rios.”

E como relatou que neste percurso teve de atravessar o Tietê nada menos de dezoito vêzes, é bem possível que nos haja precedido pela região de Pirapora, Cabreúva e Itu o espertalhão do governador paraguaio de agitado govêrno e suspeita moralidade.

Numa coisa lhe levamos a palma ao Sr. Dom Luis de Cespedes Xeria: na comodidade da viagem que não a fizemos nem com “infinitos trabajos” nem “a pie” e sim admiravelmente sentados em excelentes coxins de automóveis, de diversas marcas e ultimamente nas grandes jardineiras macias e cômodas, diàriamente a transportar de-

zenas de passageiros do Tietê, Porto Feliz e Itu à capital paulista e vice-versa.

O mal do "chauffeur" é em geral querer a todo o pano devorar quilômetros e quilômetros dentro do menor prazo possível. Não se lhe dá a circunstância de que poderá estar a veicular passageiros que desejam, antes de tudo, a visão demorada da paisagem, a quem o tempo não faz conta.

Muitas vêzes percorri êste belo trecho da estrada paulista e quase sempre transportado por motorista a quem nada interessava o nosso pendor admirativo por aquela paisagem que tanto desejaria examinar dentro de velocidade horária de dez ou quinze quilômetros no máximo.

Certa ocasião ia como convidado de amável amigo amante de corridas. Com que pesar via desfilar, com rapidez cinematográfica de câmara vertiginosamente rápida, aquêles belos acidentes de terreno, tão variados e pitorescos, arrastados pela Dodge do amigo que nos impunha cinqüenta, sessenta, setenta quilômetros por hora conforme as indicações do seu velocímetro.

A não ser ainda que êste impingisse as milhas da sua terra de procedência, refugadora do sistema métrico decimal, em lugar dos quilômetros do nosso Brasil, aderente da convenção decimal francesa.

Iam-se aquelas belezas paisagísticas umas após outras, como os cavacos que a plaina do marceneiro vai fazendo saltar, no dizer da bela comparação que a lealdade e a prudência receosa dos escarafunchadores de plágios levam a uma medida respeitadora do *suum cuique*, lembrando que ela se deve a Rudyard Kipling, seu legítimo inventor e proprietário.

Assim se vencem os postes-quilômetros rápida, rapidissimamente, com esta despreocupação da velocidade tão pouco agradável aos que apreciam e recomendam o *ambula lente!* caro aos que saboreiam a apreensão demorada da natureza e fogem da pressa perturbadora da contemplação serena dos encantos dos belos ambientes.

Antigamente se dizia que nasciam as cruces à beira das estradas graças aos baralhos e as barras de saia. Hoje ninguém mais se lembra de assinalar por meio de cruces os locais onde perderam a vida as vítimas das correrias desabaladas dos automóveis. Seria um nunca acabar de toscos padrões mortuários esta sementeira de cruces.

Vão as antigas desaparecendo, muito em abono da civilização. Quanto não é para se desejar que outras não as substituam recordando o traspasse das vítimas imoladas em holocausto à deusa da velocidade, deusa tão feroz quanto o defunto Moloch, e a cujo culto a Humanidade cada vez mais se sacrifica, quando êle se aplica com a sua crueldade quilométrafágica a desvairar ou pelo menos a neurastenizar os seus devotos e a degenera-los.

Contentemo-nos com um *in medio virtus*, razoável. Lembremo-

nos da paciência dos nossos antecessores em vencer, de sol a sol, ao chouto dos cavalicoques trotões, das bestinhas lerdas e manhosas, distâncias que razoavelmente, hoje, e sem o menor risco, podemos fazer dez vezes mais depressa.

E sobretudo tenhamos em mente o santo e a senha do movimento moderno norte-americano contra a possibilidade dos acidentes de rua: *There is no price for human life!* ou então, no nosso português, menos afeito; talvez, a associar condições de mercantilismo à existência humana: *Esta vida é uma só!*

E assim os "chauffeurs", profissionais e amadores, condescendem em andar um pouco menos depressamente e mais devagarmente, — como de modo pitoresco dizia saudoso amigo, eminente entomólogo teuto, — para nos deixar saborear a beleza e a graciosidade dos lances paisagísticos, tão abundantes ao longo da estrada de S. Paulo a Itu.

Certa ocasião saía eu da velha cidade de Domingos Fernandes de volta a S. Paulo, pela tardinha. Ao lusco-fusco galgava as rampas da estrada no trecho de Itu a Cabreúva. Quanta majestade naquela paisagem, agora severa, naquele pedaço de mata, com os madeiros hieráticos dos majestosos jequitibás, e perobas enormes, a alfombra confusa do *sous bois*, denso, e o negror de minuto em minuto mais acentuado das águas escáchoantes do Tietê!

Quanta solenidade naquele recanto de natureza virgem, naquele pedaço de floresta, resto, subsistente e diminuto, de selva enorme e poderosa que cobria larguíssimas áreas do vale do rio das entradas e era uma das mais majestosas do Brasil, assinalada pela corpulência dos madeiros e a altura das franças do arvoredado, viçando em solo de extraordinária riqueza sobretudo quando implantado no famoso massapé campineiro ou nas grandes manchas das ainda mais famosas terras roxas.

Por aquela mesma garganta de Cabreúva passaram provavelmente os mesmos bandeirantes do longinquo Oeste, os seiscentistas de Francisco Pedroso Xavier, Manuel de Campos Bicudo, Manuel Dias da Silva, o Bixira, Antonio Pires de Campos, o *Pay Pirá*, Gaspar de Godoi Colaço e outros grandes e contínuos inquietadores dos espanhóis do Paraguai e do Sul de Mato Grosso, na faina da repulsa ao meridiano de Tordesilhas.

Serviria de caminho de acesso ao pôrto de Araraitaguaba das grandes monções destinadas a Cuiabá depois da descoberta de Pascoal Moreira Cabral. Seria mais tarde trecho da longa *via crucis* dos rebanhos humanos atirados pelo despotismo pombalino à pseudo colonização do Iguatemi, um dos maiores matadouros maláricos jamais assinalados.

Lugar onde os súditos de Sua Majestade sofriam muito mais do

que os seus vassallos da conquista do Oriente! no dizer expressivo do bom sargento-mor Teotônio José Juzarte a El Rei Dom José I.

Aquelas paragens haviam perlustrado os primeiros homens de ciência exploradores e observadores do interior paulista, os astrônomos Diogo Soares e Domingos Capacci, glórias da Companhia de Jesus, o ilustre engenheiro militar de tão grandes e variados talentos que foi José Custódio de Sá e Faria, o astrônomo e geógrafo eminente Francisco de Paula Lacerda de Almeida. Pouco depois, ali apareciam Martim Francisco e José Bonifácio. Mais tarde Spix e Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, provavelmente. Sôbre a rudeza da velha via bandeirante imprimiam-se os passos da civilização e da ciência. Grandes fastos os daquele caminho ilustre!

Apertando-se o vale, corre o rio, encachoeirado, entre altas ribanceiras, escachoando sôbre as itaipavas que se sucedem umas às outras, borbulhando nas corredeiras impetuosamente. E a mata desce das encostas altas até quase o nível das águas.

Obedecendo a um grau de, por vêzes, muito elevada porcentagem, que a robustez dos motores automóveis permite vencer facilmente, acusa a estrada grandes e fortes rampas, o que lhe aumenta a variedade e o pitoresco das perspectivas. E estas cada vez mais se embelezam.

Há pontos em que o turista tem diante de si longos alinhamentos de rio remansoso, outros de águas atormentadas, açoutadoras de inúmeros penhascos. A sucessão de quadros, ora imponentes ora graciosos, opera-se a cada passo, para o embevecimento dos olhos dos contempladores. Ponto pitoresco é o da barragem da usina hidrelétrica que represa as águas do Tietê para lhes retirar a energia propulsora da grande fábrica de tecidos São Pedro em Itu; o local é risonho, sobretudo a montante da barragem.

Em determinado ponto há umas grutas aliás mais toscas ou lapas do que propriamente cavernas, mas de aspecto encantador como a que foi batizada *gruta Washington Luís* em homenagem ao presidente do Estado de S. Paulo de 1920 a 1924, extraordinário impulsionador do movimento rodoviário paulista e nacional, e a quem se deve a construção daquela admirável linha de S. Paulo a Itu. Passadas as grutas num trecho de alguns quilômetros, corta a estrada mata de belo aspecto que suponho haja sido em grande parte desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo, em ambas as margens do Tietê. E começa-se a subir muito, de modo a dominar-se, dentro em pouco, e de grande elevação, o curso do rio.

Atinge-se costa que me parece ter mais de cem metros sôbre o plano das águas. E dêste ponto domina-se larguíssimo horizonte, pois de repente finda o cañon do Tietê e a garganta escancara-se.

A montanha vencida é muito mais alta de modo que acima da

rodovia está em situação das mais pitorescas, uma casa de fazenda chamada da Serra, de onde o panorama deve ser ainda muito mais belo.

Mas da plataforma da estrada há um ângulo de cento e oitenta graus abrangedor de ambiente de singular formosura. Apanha-se longo estirão de rio encachoeirado correndo através da mata de um verde cheio de cambiantes. Mais abaixo à base da montanha, corre o Tietê novamente sinuoso, na planície de declives pouco abruptos que há de percorrer por centenas de quilômetros ainda, até a junção com o Paraná. Começam a aparecer as primeiras mostras de trabalho humano após aquela longa solução de continuidade entre as terras de montante cabreuanas e as de jusante já ituanas.

Os cafezais sobem as escarpas das montanhas pouco satisfeitos de sua implantação naquelas abas de ásperos aclives; desvitalizados pela erosão, interrompidos os seus renques pela presença de inúmeros pedrouços que ali os há incontáveis. Em diversos pontos tem-se a impressão de que numa imensa pedreira macaquieiros gigantescos hajam desagregado o granito em blocos enormes e deixado que rolem uns sôbre os outros.

Ali não era terreno para cafezal certamente. E se êle por lá surgiu é que os seus plantadores tinham à sua disposição vontades e braços cativos. Em todo o caso eram as condições melhores do que as de muitíssimas fazendas da região fluminense e da mineira naquelas serras íngremes, nos *pendurados*, onde por vêzes a colheita só podia ser feita por escravos de cinta amarrada ao tronco do cafeeiro para não rolares ribanceira abaixo em pirambeiras temerosas.

Assim por exemplo naquele cañon angusto do rio Sant'Ana, por onde passa a linha auxiliar da Central do Brasil, de aspérrimos aclives, outrora revestidos de cafezais de vida efêmera, dentro em pouco lavado o seu raizame pelas precipitações fluviais.

Mas, rapidamente, desce a estrada ao nível das águas do Tietê, vencido por extensa e tosca ponte, corre na planície ao longo de fartas lavouras cafezais, algodoais, milharais e dentro em breve penetra na cidade mais que trissecular de Domingos Fernandes e Cristovão Diniz, cheia do mais alto relêvo no conjunto das tradições paulistas e nacionais, berço de população de características originais da qual, ainda em 1860, dizia o barão von Tschudi que ali em Itu estava o *faubourg Saint Germain* da Província de S. Paulo, que por meio século fôra a mais avançada atalaia e pôsto avançado da civilização em terra brasileira e a fimbria da selva ignota e imensa americana!!

## ASPECTOS DE SANTOS E DE S. VICENTE

Como Santos e S. Vicente estão bonitas! disse-me certa vez Felix Pacheco. Como ganharam nestes últimos dez anos! E como estão bem tratadas!

Nada mais sincero nem mais exato do que estas frases, apanhadas em flagrante, de meu ilustre colega e amigo.

De nossas cidades portuárias, as que mais atrativos possuem, para o turista amante do conjunto da paisagem, ao mesmo tempo marinha e montanhosa, Santos-S. Vicente, Vitória e a capital catarinense figuram na primeira plana.

Naturalmente não pode entrar neste cômputo o *nec pluribus impar* paisagístico da criação que é o Rio de Janeiro, não só no Brasil como no Universo.

Há muitas coisas admiráveis, no gênero, além das cidades nomeadas. Angra dos Reis, por exemplo, ostenta grandioso conjunto a observar-se, mas está muito apertada entre a Serra e o Mar.

O seu acesso pela via-férrea é que constitui, talvez, a mais admirável viagem do Brasil serrano. Assim também São Sebastião. Como obra humana ainda são minúsculas porém. Paranaguá, ao lado de uma baía cheia de grandes belezas, acha-se em lugar mediocremente dotado de atrativos.

E São Francisco do Sul, com a sua amplíssima e bela baía da Barbitonga apresenta-se nas mesmas condições, embora mais bonita do que a vizinha paranaense.

Vitória, cuja baía recorda uma redução pantográfica do Rio, e isto lhe basta ao prestígio, tem em tórno de si lindíssimos rincões. A capital de S. Catarina é senhora de um dos mais belos trechos da Terra, instalada à margem do seu lindo lago salgado, fazendo face à imponência da alta serra vestida de floresta e em tórno de si a sucessão dos lindíssimos cenários tão variados da sua Ilha, tão aprazíveis quanto os de Cannaveiros e, no costão do Oceano, tão majestosos quanto os da Lagoa.

Mas parece escusado lembrá-lo. Tanto a velha cidade de Nossa Senhora do Destêrro como a muito mais velha ainda de Nossa Senhora da Vitória não podem, ao mesmo tempo, apresentar ao viajante, ao lado das notabilíssimas prendas naturais, aquela massa esplêndida de trabalho realizado e em andamento que o grande pôrto paulista lhe oferece.

Nem as facilidades de deslocamento de que êste dispõe para uma visita rápida capaz de dar ao turista exata visão dos valores que concentra.

A pequenina Santos, de meio século atrás, feia, desasseada, de seus doze mil habitantes, ninho temeroso de febre amarela, transfor-

mou-se numa linda cidade, de quase duzentas mil almas, saneada, salubre, cheia de vida, rasgada de magníficas avenidas bem edificadas, senhora de quilômetros de praias, inteligentemente conservadas amplísimas em sua fimbria, fugindo assim ao erro imperdoável que, no Rio de Janeiro, tanto prejudica os quadros suntuosos do litoral atlântico.

A quem desembarcar em Santos se faculta dentro de pequeno lapso, o ensejo de ver lindas coisas. Em menos de uma hora poderá o viajante subir ao cume da Serra do Cubatão pela mais ilustre das estradas do Brasil, o caminho do Mar.

Do alto verá um dos mais lindos panoramas brasileiros "o jardim ameníssimo de ruas alagadas, e canteiros sempre verdes, prospeto agradável como nenhum outro", já o proclamava um cronista do século XVIII.

O largo lagamar vicentino, entrecortado de canais, que dão a impressão de valos de caprichoso parque, desdobra-se enorme, para terminar nas praias de arrebenção oceanica, abrangendo a visão deslumbrada um ângulo de 180 graus.

Em face de Santos a ilha de Santo Amaro oferece, na parte que dá para o mar, a série de praias e panoramas do Guarujá e das Tartarugas, de Pernambuco e da Enseada embevecedoras até dos que muito mediocrementemente se interessam pelos aspectos da Natureza.

Sem falar no Guarujá, reputado em todo o país e no Rio da Prata, há na velha ilha de Guaímbé afastado e pouco conhecido recanto absolutamente paradisíaco.

Senti, isso não há muito, reproduzidas as impressões de há longos anos, ao rever a admirável praia do Perequê. — E à mesma hora que em 1922 pela primeira vez conhecera tão formoso trato de costa brasileira.

Extensíssima na curva das areias alvas e firmes, tão regular que parece traduzir um lugar geométrico, termina-a o elevado monte da Vigia, recamado de densa folhagem e cujas tonalidades o crepúsculo cambiava, então, gradual e suavemente, esbatendo-lhe os verdes do gaio para o garrafa.

Mergulhando a base granítica na espuma oceânica serve a Vigia de balisa de primeiro plano à altivez dos cabeços da Serra de Parana-iacaba de que a separa o canal da Bertioga.

Que luz descia do firmamento então com aquêl crepúsculo! Que cambiantes sôbre o mar e sôbre a terra! Ali é que os céus verdadeiramente proclamavam a glória de Deus, naquele conjunto de suntuosidades criado pelo mar, pela montanha e pela selva.

À memória ocorreu-me uma anedota da biografia de Berlioz. Ao fazer não sei que excursão alpina, e extasiado ante o que descortinava, súbitamente o viram os companheiros pôr-se a berrar, tão des-

compassada e prolongadamente que julgaram houvesse enlouquecido. Gritou até perder o fôlego.

O Perequê, certamente arrancaria alguns brados veementes à desequilibrada maneira, de contemplar e admirar a Natureza por parte do genial autor da *Danação de Fausto*.

Há cerca de quarenta anos, realizou o conde Bogdanoff, então secretário da legação russa no Brasil, uma viagem de longos meses, sobremodo desconfortável, mas riquíssima de emotividade paisagística, ao longo de nossa costa meridional.

Tendo ido a Angra dos Reis, de tal modo se impressionou que se não conteve e durante meses percorreu o nosso litoral, fazendo léguas e léguas a cavalo, acompanhando a praia, detendo-se dias e dias nos pontos mais belos, embevecido e absorto.

Com que entusiasmo falava de Angra e Parati, de São Sebastião e da Bertioga, Cananéia, Superaguni, Guaraquessava e Guaratuba, São Francisco do Sul, Itapocoroí e Porto Belo!

Com que desdém se referia agora às proclamadas e consagradas belezas das Rivas e da Côte d'Azur!

Era um exaltado e passava entre o corpo diplomático por desequilibrado e talvez o fôsse. O fim da existência, aos 35 anos, pelo suicídio, em Washington, para onde o seu governo o removera, leva-nos a acreditar em tal.

Poucas criaturas hajam talvez existido que tão intensamente tenham sabido adorar a Natureza. E certamente não houve quem à de nossa terra dedicasse maior culto.

Num cartão de visita em que, de Washington, a meu pai desejava boas-festas, em três ou quatro palavras, à guisa de "post-scriptum" acrescentava o fanático da nossa costa sul: Que saudades das suas maravilhosas paisagens marítimas!

Se as do Perequê contemplou, certamente imenso deve ter custado ao arroubado russo dela desprender os olhos, extasiados por um dos mais lindos espetáculos de praia pelo Brasil oferecidos.

Referi-me ao canal da Bertioga. Que admirável passeio proporcional! Que regalo para os olhos!

A princípio, quando a lancha vai seguindo a costa, baixa e paludosa, da Iha de Santo Amaro, através dos Manguesais, é o caminho feio.

Mas desaparecem êstes e substitui-os a montanha, vestida, ainda, louvado seja Deus!

E daí em diante a viagem torna-se linda, lindíssima! O canal dá a idéia de rio, largo e lacustre, a fluir num cenário de vale.

Do lado do continente a Paranapiacaba, imponente, pontuada de matas, e mais matas, bananais, casinholas.

Do lado da ilha, montanhas já altas e muito amenas de aspecto.

É um encanto! E a própria barra da Bertioga coisa magnífica! Condecora-a uma das mais velhas raridades, de quando o Brasil amanhecia, os restos do velho fortim de São Tiago, padrao continental do seu gêmeo insular de São Felipe plantados, desde 1550, a uma e outra margem da entrada do canal quinhentista da Buriquioca.

Desapareceu o forte de S. Felipe mas do seu gêmeo está de pé um pano de muro onde a contínua solicitude de Washington Luís pela tradição brasileira fez restaurar a guarita de atalaia coroadora do baluarte e reparar muitos estragos. Quatro séculos, lapso imenso para o nosso país novo! vão contar aquêles veneráveis vestígios que tanto resistiram aos tamoios, onde Hans Staden serviu de artilheiro e acabou capturado pelos valorosos índios costeiros.

Infelizmente, ameaça o mar destruí-los. Conviria protegê-los por enrocamento sólido, senão alguma grande maré acabará derrubando-os.

Próximo do forte, do excelente hotel do Sr. Germano Besser defronta-se panorama marinho de mais majestosa amplidão. A olhar-se para o Norte intermina praia se divisa, a do Indaiá, cujo nome se prende à memória do poeta ilustre da *Rosa, rosa de amor* que tanto amava o Mar — querido dos homens livres, como o proclamava o estro de Baudelaire e tanto soube, altiloquentemente, cantar as pompas do litoral e das águas de seu berço natal.

Mas, além da Bertioga, quanto trecho formoso, proporcionam os arredores de Santos pelos rios abundantes que trazem ao lagamar as águas da Serra! Que lindo passeio o de Itutinga, a navegação do antigo Guarapissumam, hoje Caniú, em demanda da *Volta de Sant'Anna* e da *Pedra do Judeu*, padrão da secular scsmaria da família do grande bandeirante Luís Dias Leme e do seu ilustre terno Frei Gaspar da Madre de Deus.

Fincado na sombria encosta da Serra onde a mata é opulenta, uma vez passada a balisa sesmeira sulcam-se as águas do Boturoca e seu pequenino afluente, o Acaraú. Correm ambos entre o inextricável manguezal, cheio de pitorescas abertas.

Quem em certo ponto desembarcar demandando as ruínas do engenho quinhentista de Sant'Ana, fundação do castelhano Alonso Pelaes, e morada de seu genro Luís Dias Leme e berço do historiador das primeiras eras paulistas Frei Gaspar da Madre de Deus, quem tal ponto desejar atingir terá o ensejo de grata recompensa.

Seguindo o declive do pequeno vale, ao lado do poético arroio, galgado o outeiro, divisará vasto panorama litorâneo, glorioso de luz como o vimos há longos anos aliás ensobrecido da cercadura da vegetação e abrangendo larga extensão da floresta marítima, dessa faixa de mata costeira que ainda hoje conta muitas centenas de quilômetros de extensão.

Nas ruínas da casa grande de Alonso Pelaes, a cavaleiro do en-

genho, das senzalas e dos paióis desaparecidos restam pedaços daquelas alvenarias, espessas e características da velha mestrança de obras lusitana. A duzentos metros dali se divisavam os poucos vestígios da antiga capela de Sant'Anna, famosa pelas suas solenidades coloniais celebradas "com estrondo dos instrumentos músicos, os festejos de comédias e banquetes com tôda a abundância de iguarias" no dizer do velho cronista da *Nobiliarquia Paulistana*.

Que deliciosa perspectiva se abre ao amante das paisagens!

Como cidade de variados aspectos oferece Santos a mais acolhedora impressão.

Desembarque alguém da São Paulo Railway e terá logo o prazer de se avistar com uma construção colonial ostentando à fachada o prestigioso milésimo de 1640 velho, velhíssimo mesmo, para êste nosso país tão novo em que os quartéis do século assumem ares de centúrias.

Ali está um cenóbio franciscano, cuja igreja é tão simpática quanto propícia à meditação. Pobrezinha, estreita, comprida, tosca, encerra ambiente repassado de piedade.

Pena que lhe hajam pôsto um pavimento de ladrilho moderno, tão feio em desacôrdo com a sua idade.

Pertence a um convento a que a estação mutilou. Que pena não a houvessem os primeiros franciscanos de Santos construído mais longe, de modo a que ficasse intato, tão característico como era e como revela o precioso quadro de Calixto: *Santos em 1822*.

A seu lado, os Terceiros do Santo de Assis ocupam uma ala do edifício onde desenvolvem atuação católica e cultural digna dos maiores encômios. Na mesma rua outro velho cenóbio seiscentista ergue-se numa fralda de montanha, obediente às preferências do magno Patriarca, de seus monges, o santo amante das colinas, o Mosteiro de S. Bento, cuja igreja é simplesmente encantadora.

Graças a Deus está edificado em lugar onde o urbanismo e o progressismo modernos não parecem dever ameaçá-lo, como ao convento de S. Francisco, cuja área desde muito cobiça a São Paulo Railway, conforme se conta.

É uma jóia êsse priorado de São Bento, harmoniosíssimo, pequenino, com a sua igreja veementemente colonial e cheia das recordações do ilustre Provincial Fr. Gaspar da Madre de Deus que ali descansa desde 1800. Aumentou-o muito o Prior conventual S. João Peters de tão saudosa memória, mas com todo o cuidado para lhe não alterar o fácies. Louvor lhe caiba por êste cuidado!

Graças a Deus também colocou o Destino duas outras igrejas típicas de Santos fora dos eixos de avenidas a rasgar. São sobremaneira interessantes como ambientes; nada, nada feias ou antes pelo contrário bem bonitas. As dos templos da Senhora do Carmo, das Ordens Primeira e Terceira.

Assim permaneçam intatas para que os santistas de longínquas gerações futuras tenham, para orar, o recanto onde as longínquas gerações de seus antecessores também professaram a religião dos seus maiores criadores do Brasil.

Como para-raio das duas igrejas há o recente panteon dos Andradas encravado no Convento do Carmo.

Coisa única no nosso País esta severa, e imponente capela que a Câmara Municipal santense resolveu erigir em homenagem à Trindade Patriarcal da nossa Independência.

É local onde a meditação ocorre veemente, nascida da sugestão dos três sarcófagos e dos oito grandes painéis de bronze em alto relêvo sintetizadores das grandes vidas dos Andradas.

Grande honra caíba aos ideadores e realizadores dessa bela obra, o então Prefeito Coronel Montenegro, os engenheiros Drs. Roberto Simonsen, Francisco T. da Silva Telles, Mário Freire, o escultor De Giusto, o Dr. J. Carvalhal Filho, sobretudo, a menos que a amnésia e a ignorância não nos levem a cometer involuntárias injustiças pela omissão de nomes.

Assim se preservem estas quatro velhas igrejas principais e mais a do Rosário que tanta graça empresta à praça central da cidade. A ela se defronta a homenagem justíssima prestada por Santos ao seu filho glorioso, imortal, Bartolomeu de Gusmão, ao primeiro inventor americano, ao precursor incontestado da aerostação, quer queiram quer não os abocanhadores da verdade, hoje reduzidos a insignificante grupo de energúmenos, imbecis e homens de má fé.

O seu monumento é modesto e tem defeitos sérios como a má caracterização do *Voador*, vestido de jesuíta. Mas representa oblação da mais alta valia, cara a todos os corações brasileiros e aos amantes da justiça. Assim nunca serão demasiados os aplausos devidos ao seu principal instigador o Comendador Alfaia Rodrigues e aos seus companheiros de comissão.

Ao primeiro se deve outra obra de justiça, a estátua ao fundador de Santos, o valoroso Brás Cubas, figura inesquecível de povoador, civilizador e filantropo. E também a propaganda em prol da ereção de outro monumento em honra a dois outros civilizadores de singular grandeza, Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée cujas efigies, infelizmente, não têm a concretização artística que merecem êstes vultos inesquecíveis nos fastos do progresso de São Paulo e do Brasil.

O pequeno cais pelo qual começaram a substituir os palafíticos trapiches das eras coloniais, apoiados na competência e na energia de engenheiro do valor de Guilherme Benjamim Weinschenck, estende-se hoje por quilômetros e quilômetros e desde os primeiros anos ofereceu forte barreira ao vírus amarelo. Cada metro de sua muralha acrescida representa como que a entrada em cena da nova arca dêsse

território feraz do plano, onde o trabalho dos paulistas se encarnaça em prol das conquistas da civilização.

Do alto do outeiro do Monteserrate aquêlo grandioso conjunto de tetos de armazéns, de fileiras de navios atracados, de hastes de guinchos e descarga é simplesmente reconfortador. Grande obra de grandes obreiros a que magnificamente historiou a lucidez e a retidão de Hélio Lobo.

Quem dela desviar os olhos para a esquerda verá a enorme varzea santista onde, cada vez mais, se adensam as edificações. Cortamna em direção ao mar, duas longuíssimas e amplas avenidas paralelas que do centro da velha cidade de Brás Cubas demandam as praias da barra, as tão conhecidas *Ana Costa e Conselheiro Nébias*. E sua vista recorda o prazer que causa o seu percurso, continuado pela sucessão dos quilômetros e quilômetros de lindas perspectivas, desde a Ponta da Praia até São Vicente, não menos rico de belos recantos.

Com que regalo vão, às centenas, os turistas, semanalmente aportados a Santos, apreciar aquêlo conjunto de perspectivas urbanas e panoramas marinhos!

Um dos mais belos é o Boqueirão, quando a barra do canal já se alarga muito e a costa da ilha de Santo Amaro foge de São Vicente.

Ali se encontra a última, talvez, das grandes chácaras coloniais notáveis do Brasil, o *Parque Indígena*, ponto para onde correm acomodadamente os turistas e os viajantes, depois da subida ao Monteserrate e de uma série de visitas clássicas e rápidas.

É que o seu proprietário, o Sr. Júlio Conceição, soube transformar as suas dezenas de milhares de metros quadrados de chãos em conjunto realmente agradabilíssimo, sobremodo formoso.

Sua casa, bem centrada naquela grande área, tem aspecto ao mesmo tempo senhoril e desprezioso. Grande mas singela, dispendo de um só pavimento, oferece dois acessos elegantemente dispostos.

A ela vai ter longa aléia, emoldurada por dois renques de palmeiras imperiais, dignas de confronto com as de D. João VI.

Margeia grande palmar, realmente maravilhoso, que realiza como que a miniatura do famoso *Sertum Palmarum* de Barbosa Rodrigues. De todos os recantos do Brasil importou o Sr. Conceição palmáceas e ali estão os buritis e os babaçus, os carandás, as macaubas e os indaiás, soberbos espécimes entremeados em harmoniosa distribuição e combinação.

Que formas elegantíssimas as dessas árvores brasileiras representadas por indivíduos pujantes de numerosas espécies!

O que porém de mais notável recomenda o *Parque Indígena* vem a ser o seu magnífico orquidário brasileiro, ao ar livre. Ao redor de

enorme gramado circula larga rua, mostruário de maravilhosa coleção reunida com o maior afincio e dispêndio.

Compreende preciosidades sem conta vindas de tôdas as zonas do Brasil, encerra espécimes da maior raridade e a sua disposição original permite a obtenção de efeitos florais surpreendentes. Em setembro contemplar-se aquêlo conjunto é realmente delicioso.

A cercadura dos altos suinãs arbustivos esbrazieja, desaparecida a sua folhagem entre a profusão espantosa das grandes flores rubras. Ensombra os montículos de pedras, suportes das epifitas que esplêndidamente floridas apresentam uma sucessão de maravilhosas formas as mais variadas. Que delicadeza de linhas a das dessas glórias da flora brasileira!

Não sabe o visitante o que mais lhe admire, se a riqueza do polimorfismo, se a infinda gradação policromática.

Quantos matizes, de variado incontável! Bom mostruário ali se oferece àquele naturalista americano autor de um "dicionário de côres" para o uso dos ornitólogos onde arrolou não sabemos quantas dezenas de pardo, duzias de roxo e vintenas de escarlata!

É difícil desprender-se o visitante daquele cenário onde os orquidiófilos se engolfam e os orquidiomaníacos deliram.

A um canto da vasta chácara um conjunto original, e único, pensamos, realiza como que uma síntese do Brasil, singela, simplíssima e ao mesmo tempo grandiosa pelo poder das evocações provocadas.

Lado a lado se perfilam um cafeeiro e um algodoeiro, uma muda de mate e um cacauero, uma haste de cana e uma laranjeira, um castanheiro do Pará e uma seringueira, uma bananeira e uma videira, etc. etc.

Ali estão as espécies que esteiam o país, deram-lhe e dão-lhe elementos para o avanço da civilização e da cultura! Ali está um dos verdadeiros retratos do Brasil!

Felicíssima idéia esta a que ilustram quadros e diagramas representativos dos valores das diversas culturas em nossa economia e sua distribuição superficial.

A outro canto do Parque se processa verdadeira obra de benemerência. Faz-se em larga escala a criação de um larvófago exótico, minúsculo peixinho, inexorável e exímio carnívoro, terror das larvas do anófeles, do *stegomya* e quejanda cevandija díptera, mais ou menos musical e glorificadora do impaludismo e da febre amarela. E certamente de muitos mais males assoladores da nossa pobre espécie *tres méchante* que, ao invés de outros, se defende quando não atacada... Coisa de ser mais esperta apenas.

Foi êste minúsculo estraçalhador de larvas um dos maiores auxiliares dos "yankees" na campanha saneadora do Panamá e de Cuba.

O Sr. Júlio Conceição importou-o dos Estados Unidos, para com

êle povoar os rios do litoral paulista. Proliferou prodigiosamente. Em seus tanques nadam inumeráveis cardumes alimentados à farta, de macarroni, pois se assim não fôr convertem-se às águas, onde se movem, com enorme rapidez, em campo de deplorável *lebistofagia!*

Já desde muito começou a distribuição do inexorável peixinho que consegue nadar nos mais insignificantes filetes. E a sua disseminação devia ser feita em imensa escala pelos poderes públicos de todo o país, dêsse enorme viveiro de culicídeos que é — ai de nós! — a boa terra brasileira.

Interessante espetáculo o da fúria com que os minúsculos *bar-rigudinhos* arremetem com as gordanchudas larvas culicídeas, que num abrir e fechar de olhos reduzem a frangalhos. Dão-nos a impressão de pequeninos falcões caçando os grandes flamengos.

Para os disseminar inventou o Sr. J. Conceição um tipo de vasilhame muito apropriado ao que dêle se requer. E a cada passo faz largas remessas do sanhudo bichinho. Grande lição ali se processa, no *Parque Indígena*, da importancia da propaganda dêsse animalejo inconscientemente filantrópico.

No centro daquele soberbo conjunto, ergue-se a casa branca dos donos da lindíssima chácara, de portões continuamente abertos aos visitantes da cidade de Santos.

É a residência da cordialidade, da antiga hospitalidade brasileira, encarnada no casal dos *Maitres de céans*.

Realiza a dona da casa' êsse tipo de elevação moral e católica que a antiga educação de nossa terra soube tão notavelmente criar, multiplicando-se em demonstrações do espírito e do coração.

E dos seus, todos, que se poderá dizer? senão que mantêm perfeita afinidade de caráter e sentimentos com tão excelsa senhora, vendo-nos forçado a parafrasear as palavras do linhagista paulistano: "Suspendemos a pena porque as traves da amizade nos embaraçam os períodos. E para não ficarmos sujeitos à malícia dos que nos quiserem constituir afastados da pureza e singeleza com que escrevemos".

Deixando o belo Parque Indígena e suas lições de patriotismo rode o turista para São Vicente. Como encontrará belas praias! e com que carinho são elas tratadas!?

Honra aos dois prefeitos exemplares, exemplaríssimos, os Drs. Aristides Bastos Machado e José Monteiro!

Não deixe o turista de deter-se alguns minutos na Ponte Pênsil vicentina a contemplar a baía, onde aportaram as naus martim-afonsinas, lindíssima, ali como que fechada pelas montanhas e como se grande lago fôra.

Faça depois uma volta completa de 180 graus e terá segundo panorama inteiramente diverso. Àquele cenário restrito e risonho opõe-se-lhe agora outro, amplíssimo, grandioso: o largo canal e o pôrto de

Tumiáru, a massa dos manguezais, e no fundo, muito longínquo, a majestade da Serra! Conjunto soberbo! inesquecível! Se o tempo lhe não fôr escasso chegue depois até a Praia Grande, ao princípio dos sessenta quilômetros de costa meridional sem uma solução de continuidade e não é menos impressionador o anfiteatro colossal limitado pelo fundo de serra afastado e que vai terminar no lindo rincão itanhaense já muito mais acidentado.

Mas se o tempo de passeante lhe é curto prefira seguir o caminho à beira-mar do *Paranápuan*, do "Mar Redondo", fronteiro às praias vicentinas. E pelas aberturas da mata terá sobre o conjunto do litoral santense, desde a entrada do pôrto, até a ponta de Itaipus, a visão de um dos mais belos tratos da costa brasileira.

Berlioz, talvez por lá se pusesse a gritar. E o conde Bogdanoff com certeza ali se deteve, longamente, sem coragem de deixar tão encantador cenário...

---

## A fundação de São Paulo

*Discurso pronunciado pelo Sr. José Pedro Leite Cordeiro, em 25 de janeiro de 1948, ao ser empossada a nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*

O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo inicia os seus trabalhos do ano de 1948, com a presente sessão solene, realizada aos 25 de janeiro, data gratíssima aos paulistas, comemorativa que é da Fundação da cidade de São Paulo. Sábia e sentimentalmente assim determinaram os organizadores de nossos estatutos. Conservou-se por isso ininterrupta, durante cinquenta e quatro anos, uma sugestiva tradição desta Casa com o simples e singelo, porém, sublime evocar da mais portentosa de tôdas as tradições paulistas: a perene lembrança do dia em que, invocadas da Terra, desceram as bênçãos do céu sobre o Campo de Piratininga, dando-lhe, desde então, através dos séculos, a proteção do Supremo Criador, que até hoje paira benfazeja sobre os destinos da cidade trepidante de forças construtoras e de um singular, espantoso e invejável dinamismo.

Quando, no estonteante turbilhonar do século XX, conseguimos entremear um momento de exame espiritual, tão raro nos dias atuais mas tão necessário e benéfico ao nosso íntimo, ao nosso mundo interior que muitas vêzes anda esquecido e abandonado por nós mesmos, sentimos um misto de tranqüilidade e de segurança, de orgulho e de energias, ao aflorar no pensamento o nome glorioso de Piratininga, a famosa vila de Manuel da Nóbrega, de Anchieta e dos bandeirantes, que fala emotivamente às nossas almas, que faz vibrar animosos os nossos corações, porque a sua sempre inspiradora evocação nos torna ainda mais cômicos daquilo que, através do tempo, realizaram os formadores, os integrantes e os herdeiros da "Raça de Gigantes", assim denominada com tanta precisão por Saint-Hilaire.

Ao voltarmos a vista para o passado, tentando penetrá-lo, em horas de amor e de unção como as de hoje, o pensamento formula idéias, a imaginação arquiteta quadros, a emoção delineia cenas, pro-

curando mostrar-nos o que teria sido aquêlo momento particularmente significativo na História do Brasil.

Os homens reunidos pela Fé cristã, pelo amor ao próximo, e pelo destemor, no topo da colina verdejante, entre o Tamandateí e o Anhangabaú, lançaram, na já longínqua manhã de 25 de janeiro de 1554, os alicerces de estupenda obra civilizadora que, frutificando em fartas messes, ampliou-se agigantadamente e estendeu um rico e pródigo manto de benefícios, quer sôbre os herdeiros dos donos e dos conquistadores da terra quer sôbre os estrangeiros aqui trazidos muito depois pela atração do bem estar e das possibilidades do solo.

Invocando as graças de Deus, não os movia o desejo vão das coisas terrenas. Pelo contrário, inspirava-lhes os trabalhos, os esforços, a coragem e o sacrifício, uma ânsia das conquistas espirituais, nimbadas pela auréola do ideal cristão, numa bela intencionalidade de profunda convicção religiosa que redimiu e salvou almas pagãs, revelando aos ameríndios o verdadeiro aprisco, o mais seguro porto onde os homens encontram a ambicionada tranqüilidade e a paz com a própria consciência. Padronizaram-se assim as atividades jesuíticas no Brasil como transparece das palavras de Manuel da Nóbrega, quando em 1557 se dirigiu aos moradores da Capitania Vicentina: "O amor é todo um e a todos igual". "Oh! Irmãos de Jesus Cristo, herdeiros como êle da sua glória, filhos perfilhados do Padre Eterno, vós sois as plantas, a nova semente que o Senhor nestas partes pôs e plantou! Quem vos detem que não dais fruto digno de se apresentar na mesa do Rei Celestial? Estas são as fazendas principais que haveis de fazer no Brasil. Êste é o trato que deveis de ter... O trato bendito não é de açucar corruptível, mas de graça, mais saborosa que favo de mel".

Nesse afã tão despido da materialidade quanto produtivo, tão nobre quanto repleto de caridade e desvelos para com os semelhantes, os discípulos de Loyóla prepararam o caminho, desfizeram asperezas, afastaram empecilhos, para outros homens brancos assentarem, na selva brasileira, em bases firmes, esteios vigorosos, a fim de ser transportada a civilização ocidental para as terras americanas.

São Paulo nasceu portanto sob o signo do amor, do trabalho e da fé, fôrças invencíveis que uniram duas raças a se esposar diante de um mesmo Deus, graças à ação dos jesuítas, integradas numa crença única, irmanadas na prodigiosa transformação do inóspito em habitável, do improdutivo em fecundo, dos trilhos e das picadas em ruas e avenidas, das choças e choupanas em casas e edifícios majestosos, da mata densa e por vêzes traiçoeira em metrópole acolhedora.

É de se lembrar as palavras de Frei Francisco de São Carlos, repetidas por Joaquim Nabuco, nas comemorações do 3.º Centenário Anchietano: "Infelizes degradados que ficastes chorando nas praias

de Santa Cruz, quando Cabral seguia sua derrota para as Índias, adoçai um pouco a força da vossa água. Sabei que aquêles bárbaros, a cuja voracidade ficáveis expostos, estão civilizados; que aquelas matas melancólicas que tiranizavam vossos olhos já se transformaram em campanhas risonhas, em searas frutíferas, em sementeiras floridas; que do seio daqueles ermos emaranhados que denegriam vossos corações, têm nascido vilas e cidades florentes'.

Na realidade, Inácio de Loyola teve, no Brasil, dignos executores dos seus elevados desígnios, de suas altas meditações, executores que souberam enquadrar-se perfeitamente naquela máxima do futuro santo, assaz bela de renúncia, sobejamente expressiva no conteúdo, e tão eloqüente no enunciado: "A confiança em Deus deve ser bastante para vos fazer, em falta de um navio, atravessar o mar em uma simples tábua". Os discípulos do Fundador da Companhia de Jesus ouviram-no mudos mas atentos e lá se foram a fazer da Fé aquela tábua, a transformar em velas e em remos a exortação recebida. Lançaram-se através dos oceanos, vencendo-os e dominando-os para levar aos íncolas e autóctones das mais variadas partes do globo, a chama sagrada de um ideal, que não desejavam egoisticamente para si, que ansiavam por dividir fraternalmente entre os homens de todo o planeta.

Não foi sem motivos que dos Padres da Companhia disse Macaulay: "O velho mundo não era vasto bastante para essa estranha atividade. Os jesuítas invadiram todos os países que as grandes descobertas marítimas do século anterior tinham aberto ao empreendimento europeu. Êles eram encontrados nas profundezas das minas peruanas, nos mercados das caravanas de escravos da África, nas praias das Ilhas das Especiarias, nos observatórios da China. Êles fizeram prosélitos em regiões onde nem a cobiça nem a curiosidade tinham tentado nenhum dos seus compatriotas a entrar; pregaram e disputaram em línguas de que nenhum outro filho do Ocidente compreendia uma palavra".

Assim foi também no Brasil, notadamente em São Paulo. E hoje, dando vasão aos transportes da sentimentalidade exuberante dos latinos, acentuada nos índios cujo sangue ainda corre nas veias de muitos de nós, guardamos em lugar especial, destacamos com reconhecimento e veneração, as figuras, já transformadas em símbolos pátrios, daqueles abnegados jesuítas, que na grandeza de sua obra pessoal fizeram a grandeza da nação, que na extensão e na aplicação de soberbas qualidades, criaram para nós, tirando do quase nada, a magnitude da pátria, a amplidão dos seus domínios, entrelaçados e sustentados, em "magna pars", através de quase quatro séculos e meio de existência, pelas tradições espirituais e pela religião que nos legaram.

Fundando o São Paulo do Campo, começaram êles a esboçar os

contornos do Brasil, tendo por armas o Evangelho e o rosário, por cota de malhas a castidade, por lâmpada votiva a centelha santificadora dos mártires. Chantaram os marcos iniciais, abençoaram os primeiros lares cristãos nas ínvias e frígidas plagas piratininganas e, ainda agora, vêem-se nítidos os vestígios inapagáveis de sua passagem, ainda se reflete marcadamente no viver dos dias atuais a sua trajetória, fugaz pela terra mas eterna dentro do tempo, desenhada que foi com o amor de grandes corações, com a fé simples das almas puras, com o trabalho de braços fortes e de inteligências vigorosas.

Dos primeiros inacinos desembarcados na Bahia aos 29 de março de 1549, trazidos pelo Governador Geral Tomé de Souza, avulta a figura surpreendente de Manuel da Nóbrega, inteligência, sentimento e ação postos ao serviço de uma grande causa: a cristianização do novo mundo. A missão espiritual do jesuíta redundou, pelo seu feito material, na posse imediata e efetiva das novas terras para o lendário Portugal de D. Henrique, dos heróicos nautas celebrados por Camões, dos soldados e conquistadores que permitiram a D. Manuel, o Venturoso, a grandiosidade majestática de um grande reino, mas que sózinhos, isolados, sem o apoio, o auxílio da Companhia de Jesus, teriam forçosamente passado, pelas terras descobertas, como tempestades ou como relâmpagos coruscantes que só por momentos fugazes iluminariam o céu das conquistas lusitanas. Haja vista o atuar de Nóbrega na expulsão dos franceses da Guanabara, a quebra da aliança entre calvinistas e tamoios e o seu decisivo papel junto a Estacio de Sá na fundação do Rio de Janeiro. A este e a outros trabalhos do primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, juntou-se o que mais de perto nos toca no momento evocativo que estamos vivendo:— a ereção do Colégio em Piratininga, numa alentada expansão expressa com o próprio pensamento nobreguense: “O Brasil todo parecia pouco para a dilatação e o conhecimento do nome de Deus”.

Com Manuel da Nóbrega chegaram à Bahia, os Padres Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, nomes que também se insculpiriam nas páginas da História do Brasil, com letras douradas pela glória. Expandem-se eles pelo norte, pelo interior baiano, em árduas lutas de catequese. Via-os, animador e solícito, o olhar vigilante de Tomé de Souza cujo tino administrativo logo se preocupou com os problemas do sul da colônia que resolve analisar no próprio local. Em sua companhia, seguem Padre Nóbrega e Padre Francisco Pires. Mal chegado à Capitania de S. Vicente, o fundador de São Paulo percebe e aquilata as condições favoráveis do futuro centro missionário para ali situar missões. “Por ser... terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras porque nunca tiveram guerra com os cristãos e é por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para

entrar nas gerações do sertão”, dizia, em carta de 1554, a El-Rei D. João III, completando a opinião emitida, quando afirmou algures: “A terra é a melhor do mundo”. Na asserção de Capistrano de Abreu, a proximidade do Anhembi, caminho do Paraguai, pesou fortemente na iniciativa de Manuel da Nóbrega, informado da peculiar docilidade do gentio que lá habitava, fator altamente favorável à catequese.

Em São Vicente, já se encontrava, vindo da Bahia lá pelo fim de 1549 ou início de 1550, o Padre Leonardo Nunes que se fixara na capitania, empenhado em ensinar as crianças a ler, a escrever, a contar, a cantar, a rezar, empolgado em suma no instruir e no civilizar nossos primeiros patricios.

Instituiu a Nóbrega o Colégio do Salvador. Não perdeu tempo em estabilizar o de S. Vicente durante o mês de fevereiro de 1553. Resolvendo antiga pendência entre Pero Correia e o fundador de Santos, grangeou as boas graças de Braz Cubas, vulto de projeção no cenário político e administrativo do litoral, e galgou a Serra do Mar, para se extasiar no Planalto de Piratininga, perlustrado antes pelo famoso Abarabebe e pelo guia e língua da terra Pero Correia. Não mediu esforços o discípulo de Loyola, classificado pelo conceituado historiador Roberto Southey como sendo o melhor político da nação brasileira, devedora a seus talentos de “tantos e tão permanentes serviços”. No altiplano, conquista a amizade de Caiubi e de Tibiriçá. Entra em entendimento com João Ramalho. Apazigua a malquerença entre este e os jesuítas. Aplica-se piedosamente nos misteres religiosos. Conquista cinquenta catecúmenos. Providencia para salvar dois espanhóis da sanha sanguinária dos selvícolas e, aos 24 de dezembro do mesmo ano, já estava no litoral recebendo Leonardo Nunes que fôra à Bahia a seu mandado, desejoso talvez de afastá-lo pelo menos temporariamente do mesmo cenário em que aparecia freqüentemente João Ramalho com quem Padre Leonardo tivera sérias dúvidas. Em companhia do Abarabebe chegaram de S. Salvador, os Padres Afonso Braz e Vicente Rodrigues e os Irmãos José de Anchieta e Gregório Serrão. Vinham os dois últimos buscar saúde e melhores ares na América Portuguesa. O mesmo barco trazia a notícia alviçareira de ter sido Nóbrega distinguido com o cargo de Primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil.

Finda-se aos 6 de janeiro o ciclo festivo do Natal e logo depois a Serra do Mar é escalada mais uma vez. Treze jesuítas cruzam os Campos de Piratininga, alcançam o local escolhido meses antes pelo Superior. Ali já estava a casa que o Cacique Tibiriçá ajudara a construir “com as suas próprias mãos”. Nela se acolhem e aos 25 de janeiro, dia da conversão do Apóstolo das Gentes, é celebrado solenemente o santo sacrifício da missa. A unção espiritual dominava o ambiente em que se lançaram as primeiras pedras de São Paulo, a

cidade brasileira eminentemente jesuítica. A orientação genial de Manuel da Nóbrega, seguida pela ação forte de Manuel de Paiva e pelo desassombrado heroísmo de Anchieta, deram início à vida de honra, de trabalho e de amor dos piratiningãos e dos seus descendentes que construíram, sob o signo do Cruzeiro do Sul, a metrópole paulista.

Alcandorado no topo da colina, o pequeno templo de ensino e de oração revelava a estratégia previdente dos fundadores. Dominava as vizinhanças, era propício à defesa, apresentava segurança contra possíveis arremetidas inimigas dificultadas pelas árduas escarpas que o circundavam, atributos de uma praça guerreira, garantidores da própria temeridade da empresa, influenciadores do caráter aguerrido e audaz dos futuros bandeirantes.

Na epopéia da missão, confundem-se nomes, esforços e valores. Se a Nóbrega, tendo em sua companhia o irmão Antônio Rodrigues, Pero Correia e o primogênito de João Ramalho, tocam a idéia, o plano sãbiamente arquitetado, a Leonárdo Nunes e ao mesmo Pero Correia cabem o primitivo devassamento, o primeiro conhecimento da região; a Manuel de Paiva deve-se a direção da Casa; a José de Anchieta a consolidação inicial e o desenvolvimento da fundação, e, por fim, a Afonso Braz, aquele magnífico padre-artífice, pertencem as primícias rudimentares de um conforto quase inexistente e da relativa segurança das construções, “trazendo os cestos de terra às costas, a água da fonte e o mais necessário”, fazendo petipés, alçando paredes, lavrando madeira, “com sua enxó na mão”, obreiro efetivo como os outros no levantamento de S. Paulo, no qual todos colaboraram, para o qual todos trabalharam.

Em Anchieta, cumpriu-se a tríade incitante do Apostolado Católico, encerrada na frase dirigida pelo Nazareno aos seus apóstolos: “Ide: Ensinai tôdas as gentes, batizando-as em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo”, porém, o extraordinário canarino, observado sob o olhar agradecido da Pátria, fez mais, ampliou as benemêrências do seu piedoso trabalho: ajudou a fundar S. Paulo, amparou-o nos primeiros passos, ajudando também a criar o Brasil.

Missionário e educador, trazendo na alma e no corpo, a imaculada pureza da graça, deixou o seu nome ligado para sempre a tôdas as boas aspirações desta cidade, inspiradas no valor de seus atos, na força plasmadora de seus sacrifícios e, por certo, até hoje resscendentes daquele suave perfume que emanou do seu rico apostolado. Expandindo as potencialidades quase insondáveis do ego, amalgamou com elas, no cadinho mágico de um corpo frágil, “de diminutas carnes”, o poder incoercível e insopitável que deu vida, fez crescer, transmutando-o na realidade paulista, o sonho de Manuel da Nóbrega, que, sem o

carinho e o devotamento anchietanos, talvez se tivesse esfumaçado de mistura com as névoas frias do Planalto.

Se Nóbrega idealizou e iniciou, Anchieta consolidou e civilizou. Eles se completaram. O primeiro sonhou, projetou e forneceu a diretriz. O outro tomou por motivo de suas meditações aquêlê sonho, cruzou veredas e caminhos planaltinos, maltratou o corpo em cardos, em espinhos e em jejuns, animou desfalecidos, consolou moribundos, curou doentes, purificou almas, ensinou ignorantes, transformou ímpios em cristãos, imolou-se nas alvadias praias de Iperoig, onde teve de suplicar à Virgem do Céu proteção para sua pureza, periclitante ante as virgens tentadoras da terra, onde implorou e alcançou os favores do Senhor para que a paz reinasse no povo que fizera seu, naquela porção da futura Pátria que êle mesmo se dispuzera a moldar na forja miraculosa da vontade, da pertinácia, da sua ambição de glórias para a Companhia de Jesus, glórias, porém, ofertadas a Deus, na áspera mas bendita missão terrena de lhe propagar o Nome.

Vemo-lo assim passar, dentro das madrugadas brumosas da serra, naqueles estupendos instantes da formação nacional, trazendo na mão direita o bordão, na esquerda o rosário, tendo a palpitar por baixo da sotaina paupérrima, tingida de preto e feita dos restos de velas náuticas, o coração do Brasil nascente mas já possante de vida, rico de seiva, a fremir sob o influxo da predestinação que lhe tinha trazido a cruz tecida nas velas enfunadas das naus cabralinas.

Fixado o homem ao solo, iniciou-se a catequese efetiva e intensa e a civilização adentrou-se nas selvas.

Essa é a grandiosa parcela da Companhia de Jesus na fundação de nossa urbe. No altiplano, porém, já existia Santo André da Borda do Campo, o reduto ramalhense, e já existira uma povoação fundada por Martim Afonso de Souza, também denominada Piratininga e precursora infeliz da fértil e felicíssima realização jesuítica.

Refere o Padre Serafim Leite, autor da nunca sobejamente louvada "História da Companhia de Jesus no Brasil", que a povoação martim-afonsina "Não chegou a ter vida municipal efetiva, ou só a teve efêmera, dispersando-se a breve trecho os seus moradores". Da sua existência falam-nos categoricamente o Diário de Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, e as cartas de Nóbrega, embora Mendes de Almeida acoimasse de falsa e enxertada a narração que a respeito faz o diário perolopino, e mau grado tenha Eugenio Egas negado a sua fundação.

Afonso de Freitas, baseando-se nas demarcações de sesmarias, localizou-a entre os Campos Elíseos, o Bom Retiro e a Luz. Luís de Toledo Piza e Almeida, firmado na carta demarcadora das terras de Braz Cubas, afirmou a sua "Coexistência pacífica e auxiliar pelo menos pelo prazo mínimo de sete anos para que afinal à primeira absorvesse

e homologasse a população da segunda e orientasse a sua vida gloriosa, afirmando a vontade de ser eterna quanto podem sê-lo as mesquinhas produções do trabalho humano”.

Positiva-se indiscutivelmente a existência da Piratininga de Martim Afonso quando lemos o relato feito em 1554 pelo Provincial Manuel da Nóbrega a El-Rei D. João III: “E do mar dez léguas pouco mais ou menos, duas léguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama Piratinim, onde Martim Afonso de Souza primeiro povouou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja... e vai se fazendo uma formosa povoação”. A ilação tirada deste documento reforça-se nos dizeres da carta escrita pelo mesmo Nóbrega a Inácio de Loyola, procurando obter o seu beneplácito para transformar em colégio fixo a Casa de Meninos, fonte originária da atual Paulicéia. Ali podemos ler: “Porque já tem casa e igreja e cerca em muito bom sítio, posto o melhor da terra, de tôda abastança que na terra pode haver, em meio de muitas povoações de índios e perto da vila de Santo André que é de cristãos e todos os cristãos desejam ir ali viver se lhes dessem licença. Ali foi a primeira povoação de cristãos que nesta terra houve em tempo de Martim Afonso de Souza e vieram a viver no mar por razão dos navios de que agora todos se arrependem e todavia a alguns deixaram lá ir viver”.

Dos dois documentos, conclue-se que a fundação martim-afonsina não resistiu e os seus moradores “vieram a viver no mar, por razão dos navios”, acarretando o seu malôgro. A segunda, porém, a fundação inacina, alimentada pelas energias de Anchieta, semeando em terreno preparado pela hábil atuação política de Nóbrega junto a João Ramalho, permaneceu erecta, impávida, antevendo a sua próxima transformação em ninho das águias planaltinas que, em longos vôos pelos sertões, agasalhariam nas sombras de sua asas possantes a vastidão territorial do Brasil. A segunda Piratininga tomou fôrças e continuou graças à Companhia de Jesus, e ali permaneceu aferrada ao solo pelo mágico ímã da resolução e das dores de Anchieta, como assegura outro documento originário também da pena de Manuel de Nóbrega:— “E creio que se alguma coisa pode fazer que os moradores não despvoem aquela Capitania será estar ali aquela Casa’, e se ela ali ficou, Senhores e Senhoras, devemo-lo, na verdade, a José de Anchieta.

Traçando assim, em rápidas frases o atuar decisivo dos jesuítas na fundação de S. Paulo, não desejo, porém, insulá-los no mérito dêsse tão alto acontecimento histórico, nem é meu intento atribuir-lhe exclusivamente as glórias do desenvolvimento e da formação dos primórdios de São Paulo, e nem poderia fazê-lo, pois a História registra a existência de outros homens também fortes, decididos e valerosos. Em 1560, a vila de Santo André foi anexada à de S. Paulo que,

na afirmação de Azevedo Marques, já possuía foral desde 1555. Levantaram-se outras casas. Formaram-se vielas tortuosas pelas irregularidades do terreno. Organizaram-se e multiplicaram-se as famílias. Cresceu a sociedade que teve necessidade de legislar, de administrar bens em comum, de estandardizar costumes. Aumentou o agregado humano onde já se instalara a Edilidade e se elevara o pelourinho. Respeitaram-se Juizes Ordinários e Vereadores. Intensificaram-se as trocas e o comércio, criaram-se indústrias rudimentares e incipientes. Agitou-se, em várias ocasiões, aquêle agrupamento, levado por impulsos de liberdade, de independência, de revolta, de conquista, de ânsia pela melhoria das condições materiais e econômicas da vida. Influenciados pelo meio, pelo ambiente rude e agreste mas retribuidor, pelas fôrças, pelas qualidades e pelos defeitos inerentes à sua própria natureza humana, escreveram também, é certo, os homens e as mulheres do altiplano a primitiva História de São Paulo. Pairava sôbre êles, porém, a ação do Colégio Jesuítico que os tinha precedido na conquista efetiva da penetração, que lhes consolidara a aliança com Tibiriçá, iniciada e propiciada no amplexo amoroso de Bartira e de João Ramalho.

A ação conjunta do índio e do branco pronunciou-se não de maneira imponderável mas sim materialmente, bastando para tanto lembrarmos apenas o trágico mês de julho de 1562. Não eram decorridos dois lustros desde a fundação e o altaneiro baluarte perigava ante a investida dos Tamoios. A influência espiritual da igreja dos jesuítas tornou inabalável o centro da resistência, formando um reduto inexpugnável contra o qual se abateram os ataques inimigos, desfeitos pelas flechas dos índios amigos e pelos arcabuzes dos brancos. Nem poderia ser de outro modo. Ali se acrisolara, defendida pelos braços da cruz, aquela mesma Fé, sob cujo signo nascera Piratininga havia oito anos. O Deus de Anchieta e de Nóbrega não a desamparou, dando alento aos arcos do Cacique Tibiriçá.

Após o término da luta, renderam-lhe a homenagem merecida por um libertador de cujas decisões, lealdade e valor guerreiro, dependeu muito, naquele momento histórico, a sorte da civilização no altiplano da Serra do Mar. E, certamente, quando Tibiriçá deu a ordem de luta, ou quando, no fragor do combate, girava no ar o poderoso e mortífero tacape, surgiu-lhe na mente, a encorajá-lo, a figura amiga do guerreiro branco Martim Afonso, de quem tomara o nome, e que, se ali estivesse, postar-se-ia ao seu lado para que ambos defendessem a Fé num mesmo Deus, a lei de um mesmo Rei, os mesmos anseios de duas raças unidas num mesmo ideal. Caracterizou-o Anchieta, quando o descreveu: "O nosso principal, grande amigo e protetor... não só benfeitor mas ainda fundador e conservador da Casa de Piratininga e de nossas vidas".

Não podemos, nesta nossa evocação, esquecer o invulgar relêvo do Patriarca do Campo, esposo de Bartira, daquele a quem Martim Afonso de Souza dera o título de Guarda-Mor do Campo, guindado a Alcaide-Mor do mesmo campo por Tomé de Souza, quando elevou o povoado de Santo André à categoria de vila, e que, mais tarde, sob o honroso título de Primeiro Capitão de Guerra de S. Paulo, a êle dado "por vozes e eleição", ajudou a Tibiriçá na defesa do berço onde nasceu a nossa Metrópole. Já sabeis que vos falo de João Ramalho, origem máscula da audaciosa, ciclópica e impetuosa grei cuja formação êle começou juntamente com Bartira, e que se continuou através dos anos, em outras uniões sadias e prolíficas de índias e brancos, de virgens americanas e de portugueses varonis, caldeadoras da prole avassalante dos calções de couro que, na América, dilatou a conquista portuguesa, que traçou no mapa-mundi as fronteiras da Pátria, dando a São Paulo o apanágio de ter sido o primeiro guardião dos limites do país, a espisar, nos longínquos portais da demarcação, os picos nevados dos Andes, as florestas verdejantes ao norte do Amazonas ou as coxilhas sulinas a se espriarem nas margens do Rio da Prata.

Eis, senhores e senhoras, como teve começo a imponente cidade onde vivemos, como se organizou o marco inicial dêsse belo acervo histórico a nós legado, e que, mercê de Deus, é a nossa inspiração, a constante exortação para nossas existências, para as nossas lutas, o exemplo para o trabalho, o paradigma da vida paulista que transmitiremos aos nossos filhos para que êles também transmitam aos seus pósteros, na afirmação culta e patriótica de Tito Lívio Ferreira: "Essa tradição alicerçada no pensamento comum, no sentimento comum, na vontade comum", representantes do "Patrimônio moral e cultural de nossos ancestrais, construtores da Pátria grande, forte e digna".

Ao evocarmos a Fundação de São Paulo, pulsa dentro de nós o fervor das tradições, latejam as artérias em cujas paredes bate alvo-rouçado o sangue generoso dos piratininganos, sentimo-nos vigorosos e animados para continuar a obra paulista e ofertamos a São Paulo os nossos esforços, imbuídos de que nunca nos caberá o direito de negar-lhe sacrifícios a fim de que êle, continuando grande, possa aumentar a grandeza do Brasil.

\* \* \*

Quando os jesuítas erigiram S. Paulo, quase decorrera um lustro desde a instituição do Governo Geral do Brasil e desde a fundação de São Salvador da Bahia. Fixaram-se assim, naquele meado de século, três pontos culminantes da nossa História: merecer a colonia um Governador Geral, consequência do crescente conceito de valor que na Metrópole se fazia da América Portuguesa; a fundação de São Sal-

vador, primeira sede administrativa de nosso País e finalmente o nascimento de S. Paulo que se transformaria, em breve, num alentado núcleo de expansão, garantidor da posse lusitana e ampliador das suas lindes. Externando o pensamento e o sentimento baianos, uma voz, baiana também, a do senhor Pedro Calmon, fez-se ouvir na Capital da República, trêmula de emoção, mas forte e serena na convicção que transmitiu a todos, da necessidade de comemorarmos dois daqueles fatos.

Houve por bem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fazê-lo condignamente e já temos, organizado e programado, o IV Congresso de História Nacional, cujo número de temas propostos aos estudiosos ascende a cento e quinze, distribuídos entre a História Geral, a Geografia Histórica e a Cartografia, a Etnografia, a História Econômica e Social, a História Militar e Diplomática, a Religião, a Ciência, as Letras e as Artes, as Instituições Políticas e Jurídicas, a Evolução das Cidades e a Bio-Bibliografia, abrangendo o período que vai desde 1500 até 1763, quando se deu a transferência da sede do Governo Geral.

Amplio campo se apresenta portanto ao nosso trabalho, às nossas pesquisas, às nossas atividades.

É objetivo dos organizadores do Congresso, compreender na análise desse longo período da vida nacional, não só o aspecto geral da história brasileira, mas também as particularidades dos desenvolvimentos e das evoluções regionais, muitas vezes com reações e conseqüências diversas ante os mesmos fatos. Expondo essa orientação, o espírito vivo, brilhante e erudito do Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, atívisimo e ilustrado secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim se manifestou: "Para isto se pede a contribuição de todos. A obra a fazer não pode de modo algum se comportar dentro deste Instituto: é extensíssima. É preciso que lhe tragam contribuição tôdas as instituições culturais do Brasil. Falem todos e todos auxiliem. Mas falem principalmente de todos os lugares na terra brasileira, interessadamente que serão benvindos"... "Não se deve avistar apenas a História sob o prisma do geral, atendendo-se, como por exemplo, ao que é geral, como na história das instituições políticas e sociais de um povo. Queira-se mais ainda. Particularize-se de lugar em lugar, para que as mesmas questões, os mesmos assuntos gerais sejam apontados aqui e ali, às vezes com feição especial em cada cidade e isto através de tôda a extensão geográfica do Brasil. Esta visão das coisas está então na mente dos organizadores do futuro congresso de nossa História. E essa particularização, essa diferença dos fatos, seguida de local em local, de região em região, de cidade em cidade, em que importa sejam todos do mesmo povo, é buscar, nas

divergências, conhecimentos ao encalço dos quais já partiram os historiadores de hoje”.

Aí ficam, em linhas gerais, prezados consócios, os objetivos e as diretrizes do Congresso em perspectiva. O artigo 2º do Regulamento Interno considera membros do IV Congresso de História Nacional, os Institutos Históricos do país, tendo cabido pois ao nosso tradicional sodalício, as honras de integrá-lo. Só nos resta levar, no próximo abril de 1949, àquela verdadeira e pródiga festa de cultura que será tão sugestivo Certame, a contribuição por certo interessante, rica e substanciosa, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Dois dos três grandes fatos históricos que apontamos no século XVI, terão em 1949 a comemoração digna de um aniversário quadri-ssecular. O terceiro, que tão de perto nos diz respeito — a Fundação de São Paulo — já foi motivo das cogitações de um consócio, o Sr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, que, exatamente há um ano, desta mesma tribuna, propôs a celebração do quadricentenário da cidade. Ouvimo-lo todos com satisfação e aplaudimos-lhe a idéia. O nosso ilustre Presidente Perpétuo nomeou a Grande Comissão, dividida em Sub-Comissões, para se organizarem os festejos de tão gloriosa efeméride. Não seria demais que a coroássemos com os louros próprios das realizações positivas e fecundas da cultura, fazendo reunir-se, em janeiro de 1945, em combinação com o Instituto Histórico Brasileiro, o V Congresso de História Nacional. Aqui fica a minha sugestão sobre cuja viabilidade espero que se pronunciem os meus nobres e ilustrados companheiros.

\* \* \*

Neste sodalício, cujo principal objetivo é cultuar o passado, devemos, ao serem iniciados os trabalhos do corrente ano, recordar grandes figuras da Casa ou do Brasil, cujos centenários ocorrem em 1948. Já, no mês de janeiro, temos dois. No dia 14, passou-se o tricentenário do escritor holandês Gaspar Barleus, que nos deixou um precioso documentário sobre o domínio batavo no nordeste brasileiro, obra imprescindível aos estudiosos daquela fase da nossa história. O dia 17 marcou o centenário do falecimento de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, notável esculápio, criador e diretor do Jardim Botânico na capital da Província de Mato Grosso e deputado pela mesma Província. Autor de interessante monografia sobre a flora brasileira, demonstrou profundos conhecimentos de Botânica, tendo chegado a manter valiosa correspondência com o sábio Carlos Frederico Felipe de Martius.

Aos 24 de março de 1848, nascia Francisco de Assis Peixoto Gomide, ardoroso republicano, Presidente e Vice-Presidente do Estado.

de São Paulo, e um dos lídimos representantes da vida política de nosso Estado. Aos 2 de abril, vinha à luz o saudoso Antônio de Toledo Piza e Almeida, um dos fundadores deste Cenáculo, o segundo tesoureiro da Instituição, cargo que ocupou de 1899 até 1901 e a respeito de quem já disse o nosso Presidente Perpétuo: "Era o homem simples, modesto, retraído, mas dotado de uma paciência beneditina, que o levava a investigar constante e incessantemente tôda a documentação histórica referente ao nosso passado". Não é sem fortes razões, Srs. Consócios, que aí está inspirando-nos a evocação de sua figura a emanar dêsse quadro, pois êle formou com Domingos Jaguaribe Filho e Estevão Leão Bourroul, aquela admirável trindade donde emanou a idéia da fundação desta Casa, donde partiu o apelo irresistível para que a intelectualidade paulista do último decênio do século XIX, se congregasse na memorável Instituição que é o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Aos 7 de junho, teremos o centenário de outro fundador do Instituto Histórico, Francisco de Paula Rodrigues Alves, cuja projeção no cenário pátrio é de todos conhecida. Aos 4 de setembro de 1848, nascia uma outra figura que passou parte de sua existência integrada na vida e nas atividades dêste sodalício: o fulgurante orador Brasília Augusto Machado de Oliveira. A respeito de seu pai, o Brigadeiro Machado de Oliveira, dizia o inolvidável Afrânio Peixoto: "Não satisfeito com servir e amar ao Brasil, inventara um nome para tê-lo no lar e no coração: Brasília Machado foi o primeiro de uma série de brasileiros assim chamados". E nós, dos dias atuais, podemos acrescentar à afirmação do grande Afrânio: "Não errou nem se desiludiu o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira porque, na linda "Marche aux flambeaux" dos seus descendentes em gerações seguidas, como Brasília, Alcântara, Antônio, Brasília Neto e os que já se estão projetando na vida, têm êles devotadamente servido e engrandecido o Brasil.

\* \* \*

Prezados consócios:

Propositalmente, só depois de termos evocado a fundação de São Paulo e após termos recordado, ligeiramente, ilustres brasileiros cujos centenários ocorrem êste ano, é que venho agradecer, em nome dos membros recém-empossados na Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. E isso porque diviso um paralelismo entre a ação desenvolvida pelos doutos e operosos consócios que hoje passamos a substituir e aquela atuação jesuítica, poética e dinamicamente envolta nos mantos luminosos do amor, do trabalho e da fé.

Nicolau Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, José Carlos de Ataliba Nogueira, Álvaro da Veiga Coimbra,

Ciro Tassara de Pádua, e aquêlê caráter íntegro, tão cedo roubado do nosso convívio, Artur Piquerobi de Aguiar Whitaker, a fidalguia em pessoa, também tiveram fé, sentiram amor e trabalharam pelo engrandecimento dêste venerável sodalício. Tiveram fé nos seus altos objetivos, devotaram-se amorosamente à Casa, possibilitando, num labor honesto, profícuo e nobre, que o Instituto mantivesse a mesma soberba trajetória que o vem caracterizando e salientando no cenário cultural do Brasil. Amparou-os, experiente e segura, a diretriz do nosso Presidente Perpétuo, Dr. José Torres de Oliveira.

Resta-nos de todos êles, a ajuda valiosa, insubstituível de Dácio Pires Correia, o prestígio e as atividades realizadoras de Frederico de Barros Brotero, e sobretudo o exemplo fértil, digno, prolífico de ensinamentos, a emergir de suas passagens pela direção dêste Cenáculo.

Olhos postos nesses magníficos modelos, procurando seguir o rumo que êles já deixaram traçado, confiamos entregar aos nossos sucessores, brilhante na luz de sua fé, ardente no seu amor pelo ideal, vibrante na energia do seu trabalho patriótico, o facho de glórias que hoje recebemos. E isto haveremos de fazer, tendo em mira a reputada fama de São Paulo e o bem do nosso querido Brasil.

---

## Subsídios Genealógicos

*Carlos da Silveira*

CXXXIX

Manuel Francisco de Moura, sudito português, natural de Alvaizere (Leiria), pintor de profissão, morou em Alemquer (Lisboa) e aí casou com Mariana da Silva. Viuva do primeiro marido, parece que alcunhado “o Barriga”, passou Mariana da Silva a segundas núpcias, no Rio de Janeiro, com Antonio Francisco Caminha, oficial de sapateiro. Manuel Francisco de Moura e Mariana da Silva tiveram pelo menos um filho, que foi Miguel de Souza e Silva, tabelião em Taubaté em fins do século dezessete e começos do dezoito; e uma filha, cujo nome não consegui saber, que foi mãe do religioso capucho frei Antonio de Santa Maria, “grande barrete: o Passante, de alcunha”.

Fixado em Taubaté, Miguel de Souza e Silva, tabelião, casou com Bárbara Moreira de Castilho (Silva Leme, volume quinto, pagina 433, “Alvarengas”) irmã do capitão Domingos Alves Ferreira, também nascido em Taubaté, como a irmã, e aí casado com Tomasia Pedroso da Silveira, uma das filhas do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher Isabel Ebanos de Souza e Pereira Botafogo.

Bárbara Moreira de Castilho, ligada aos numerosíssimos Rodrigues de Alvarenga — Alvares Correia — Moreira de Castilho, tão espalhadas no Vale do Paraíba e no sul de Minas, para só falar em duas zonas do territorio brasileiro, deixou, do único casamento com o tabelião Miguel de Souza e Silva, pelo menos os três seguintes filhos, que a “Genealogia Paulistana” descobriu e menciona, no lugar citado: 1 — Helena da Silva Rosa, batizada em Taubaté, a 30 de janeiro de 1703, sendo padrinhos Bartolomeu da Cunha e Ana Maria de Arruda. Casou em Guaratinguetá, a 22 de junho de 1723, com Leopoldo da Silveira e Souza, irmão de Tomasia, filho do mestre de campo Carlos Pedroso e de Isabel Ebanos; 2 — Andresa de Castilho Souza, casada em Taubaté com Pedro da Fonseca de Carvalho, português,

assassinado na dita localidade em 1722, tendo deixado pelo menos o filho pe. Pedro da Fonseca de Carvalho, ordenado em São Paulo em 1732; 3 — Pedro de Moura Ferreira que foi casado com Catarina de Almeida Lima, filha de Antonio Raposo Barbosa e Maria de Lima do Prado (Silva Leme, volume terceiro, título “Raposo Gois”, paginas 40 e 44).

Este último casal, Pedro de Moura Ferreira — Catarina de Almeida Lima, deixou grande descendencia de Mouras, através dos seus filhos, dos quais Silva Leme descobriu oito, conforme se lê no volume III, lugar citado, e são êles: 1 — José Carlos de Souza, casado em Guaratinguetá, em 1759; 2 — Reginaldo Álvares de Moura, casado em 1761, na mesma localidade; 3 — Antonia Bernarda, casada na mesma vila, em 1761; 4 — Ana Barbosa, casada em igual data, no lugar citado; 5 — Margarida Francisca, casada em 1763, ainda em Guaratinguetá; 6 — Úrsula Maria, casada em 1765, na dita vila; 7 — Joaquim Estolano do Carmo, casado em 1765, também no lugar mencionado; e 8 — Bárbara Moreira de Castilho, casada em 1751, igualmente em Guaratinguetá, com Lourenço Rodrigues do Prado.

Tenho presentes numerosos termos de casamento de Guaratinguetá, coligidos pacientemente por Gastão de Meireles França, termos êsses que serão publicados num próximo número da “Revista Genealogica Brasileira”. O assentamento referente a Lourenço Rodrigues do Prado diz que êle era de “Thabahyaté, interessante forma que precisa ser catalogada, ao lado das que já possui, pelo tupinólogo senhor J. David Jorge (Aimoré), o consciencioso pesquisador do Arquivo Público Estadual.

Estes Mouras, oriundos do pintor de Alvaiazere, através do filho tabelião de Taubaté, não devem ser confundidos com outros Mouras taubateanos, provindos remotamente de Gaspar Garcia de Moura, encontrado na “Genealogia Paulistana”, em título “Cunhas Gagos”, volume quinto, página oito. A geração de Gaspar Garcia de Moura é assaz conhecida e eu tenho prazer em referir aqui o nome do sr. Joaquim Vieira de Moura, a ela pertencente, official do registo civil de Rincão, onde reside ha longos anos. Devo ao sr. Joaquim Vieira de Moura bastantes informes preciosos, numa pesquisa de alto interesse para mim e na qual muito me tem auxiliado.

Ora, como eu estivesse às voltas com os recenseamentos das Ordenanças de São Luiz do Paraitinga, para estudar pontos que me eram necessarios, achei no censo datado de 12 de janeiro de 1778, que o capitão Manuel Pereira de Castro, natural de Aregos, Bispado de Lamego, com 33 anos de idade, estava casado com d. Ana Francisca de Moura, de 22 anos, natural de Taubaté. O casal teve muitos filhos. Em 1790 já se relacionavam os nove seguintes: 1 — Luiz, de 10 anos; 2 — José, de 8; 3 — Manuel, de 5; 4 — Antonio, de 4;

5 — João, de 1 ano; 6 — Maria, de 9; 7 — Mariana, de 3; 8 — Rita, de 2; e 9 — Catarina, de 6 meses. A filha de nome Maria (Maria Gertrudes da Penha) foi a mulher de Custodio Ferreira da Silva, natural do Porto, a quem me referi no subsidio passado.

O censo de 1815 apresenta o seguinte quadro, para o casal Custodio Ferreira da Silva-Maria Gertrudes da Penha: Custodio Ferreira da Silva, natural do Porto, 51 anos; sua mulher Maria Gertrudes da Penha, 35 anos; filhos: 1 — João, de 18 anos; 2 — Joaquim, 17; 3 — Pedro, 14; 4 — Francisco, 12; 5 — Manuel, 7; 6 — José, 4; 7 — Maria, 20; 8 — Ana, 10; 9 — Felicia, 6; e 10 — Maria, 2. Maria Gertrudes da Penha aparece no censo de 1829 já viuva com o nome de Maria Gertrudes de Castro. Ela era de fato Pereira de Castro, como atrás ficou dito.

O filho de Custodio e Maria Gertrudes, Pedro Paulo Pereirã (de Castro) casou a primeira vez com uma Domingues de Castro, da conhecidissima familia de São Luiz do Paraitinga, à qual pertence o prezado amigo dr. Paulo Domingues de Castro, médico, residente nesta capital, com quem sempre converso sobre genealogia de São Luiz. Conforme escrevi no subsidio passado, foi do segundo casamento de Pedro Paulo Pereira, com Ana Clara do Paraiso, irmã de Jordão Figueira de Faria, que proveio o dr. José Garcia Braga, a quem pretendi atender, ao realizar esta pesquisa que, bem a contragosto, está incompleta num ponto essencial — na parte que se relaciona com Ana Francisca de Moura, de Taubaté, onde terá nascido pela data de 1755. Meu palpite é que Ana Francisca de Moura vai-se prender aos Mouras de Miguel de Souza e Silva e Bárbara Moreira de Castilho.

O caso ficará esclarecido com o registo do casamento do capitão Manuel Pereira de Castro, solteiro ainda em 3 de janeiro de 1777, mas já casado aos 12 de janeiro de 1778. Acredito seja possivel encontrar livros paroquiais dessa data para elucidar o caso em questão.

Há tempos monsenhor Gioia, muito digno vigario de São Luiz, a pedido meu, achou os registos de batismo de um dos fundadores da freguesia de Silveiras, o capitão José Ventura de Abreu, em maio de 1786; e da irmã dele, Maria de São Bento de Abreu, em março de 1790, a esposa do revolucionario silveirense de 1842, tenente Anacleto Ferreira Pinto. Ignoro, porém, se ainda haverá em São Luiz registos de 1777. E também pode ser que Ana Francisca de Moura não tivesse casado em São Luiz, e sim em alguma das paróquias vizinhas.

Se não houver sorte, na procura dos registos paroquiais, quem sabe se se resolveria o problema diante dos autos de inventario do capitão Manuel Pereira de Castro e de sua mulher, a sobredita Ana Francisca de Moura? (\*)

(\*) Este problema também já está resolvido. Encontrei, no Arquivo da Curia Metropolitana, o processo *de genere et moribus* do padre Manuel

## CXL

Nos subsídios sete e cento e oito, publicados nas edições do "Correio Paulistano" de 21 de julho de 1939 e de 18 de julho de 1941, aludi a uns Camargos, daqui de São Paulo, que se espalharam em Cunha, Guaratinguetá, Queluz, Areias. Eles eram Lopes de Camargo, descendentes de Francisco Lopes de Camargo, casado em S. Paulo em 1762, com Maria Cardoso de Melo, filha de Inácio de Melo Coutinho e de Ana Maria Cardoso da Silveira (Silva Leme, "Genealogia Paulistana", volume I, título "Camargos", página 181; e volume III, título "Prados", página 337)

Conforme eu ressaltei, o genealogista de Bragança apenas menciona os filhos Cipriana, Manuela e Francisco, para o casal, quando na verdade eles orçam por uns dez, que tantos são os encontrados nos recenseamentos das Ordenanças de São Paulo, da iniciativa nunca assaz louvada do morgado de Mateus. São esses dez gênitos: 1 — Cipriana, 2 — Gertrudes, 3 — Antonio José, 4 — Manuela Maria, 5 — Ana, 6 — Francisco, 7 — João, 8 — Luiz Antonio, 9 — Inacio Mariano (padre), e 10 — Maria.

Reporto-me ao subsídio sete, supracitado, onde explico ligeiramente os motivos que determinaram essa pesquisa e as dificuldades iniciais, dada a existência de homônimos. Desses filhos enumerados, Antonio José foi o capitão Antonio José de Camargo, que teve bastante projeção em Cunha, onde viveu desde o término do século dezesseite, indo, depois de viúvo, para Guaratinguetá e aí morreu. Teve o capitão Antonio José de Camargo, da sua primeira mulher Ana Luiza do Amaral, natural de Cunha, onze filhos, todos nascidos nessa localidade: 1 — Umbelino, 2 — Honorio, 3 — Antonio, 4 — José, 5 — Prudencio, 6 — João, 7 — Lino, 8 — Dina Eufrasia, 9 — Liduina Maria, 10 — Emilia, e 11 — Adriano Lopes de Camargo.

Dina Eufrasia de Camargo foi a esposa de Antonio Possidonio do Espírito Santo, filho do alferes Carlos Pedroso de Silveira (1763-1834), com geração em Queluz de São Paulo. Liduina Maria de Camargo contraiu nupcias com Manuel Carlos da Silveira, outro filho do alferes Carlos Pedroso, sem descendencia. Adriano Lopes de Camargo casou em Queluz, aos 4 de abril de 1837, com Antonia Cons-

---

Pereira de Castro, natural de São Luiz do Paraitinga, ordenado em 1803. Era ele filho do Capitão Manuel Pereira de Castro e de Ana Francisca de Moura, neto paterno de Manuel Pereira e de Ana Maria da Costa, portugueses, e neto materno de João Rodrigues Furtado, taubateano (S. L., VIII, 96, 4-1 de 3-5) e de Maria Madalena da Penha, guaratinguetaense, não mencionada na "Genealogia Paulistana", mas que aí deve entrar como 4-9, na página 45, do volume III, por ser filha de Francisco de Moura Ferreira, taubateano (V, 433). O caso é exatamente como supis.

tantinha do Amor Divino, filha de Manuel Vicente Pereira da Costa e de Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, irmã esta Ana Profetisa, de Antonio Possidonio e de Manuel Carlos, atrás referidos. Vê-se que houve três entrelaçamentos nas famílias do capitão Antonio José de Camargo e do alferes Carlos Pedroso da Silveira.

Luiz Antonio de Camargo, irmão do capitão Antonio José, casou em 1815 em Guaratinguetá, para onde se transferira, com Maria Silvéria, filha de Lourenço Leme Barbosa e de Ana Francisca Romeiro. Lourenço vinha a ser meio-irmão do capitão José Ramos Nogueira, do Bananal, filhos ambos do guaratinguetaense Roque Bicudo Leme (Silva Leme, volume sexto, título "Bicudos", página 329). A propósito deste Roque, convem corrigir, na "Genealogia", lugar citado, que tinha quinze anos em 1744, e não vinte e cinco, como se escreveu. Ainda, quanto a Roque, reporto-me ao subsídio cincoenta.

Luiz Antonio de Camargo faleceu em Guaratinguetá em 1850 e uma de suas filhas é a mãe do dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, o que já noticiei no subsídio sete. Prendem-se, assim, os Abranches, à progênie dos Lopes de Camargo, descendentes do coronel Estevão Lopes de Camargo e de Isabel Pais de Siqueira, irmã de uma remota sexta avó minha, Maria Pais de Siqueira, que foi a mulher de João do Prado da Cunha (Silva Leme, volume I, título "Camargos", página 180; volume III, título "Prados", página 245; e volume VII, título "Siqueiras Mendonças", página 494). É oportuno lembrar aqui que, segundo o inventario de Mateus de Siqueira de Mendonça, falecido em São Paulo em 1680, Maria contava, em tal data, nove anos e Isabel sete. Cabe também neste ponto uma retificação ao volume sétimo, da "Genealogia", onde está errada a filiação de João do Prado da Cunha, irmão do mestre de campo Antonio e não filho, como vem escrito.

Padre Inacio Mariano de Camargo, irmão de Luiz Antonio e do capitão Antonio José, foi batizado nesta capital, na Sé, aos 13 de dezembro de 1785. Recebeu ordenação sacerdotal em 1811 e o processo "de genere et moribus" encontra-se no Arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo, em perfeito estado de conservação. Padre Inacio Mariano de Camargo morou em Areias e o seu nome pode ser lido nos últimos censos da terra de adoção do paulistano capitão-mor Gabriel Serafim da Silva.

Gastão de Meireles França andou pesquisando sobre esses Camargos guaratinguetaenses, a meu pedido, pois o processo de habilitação de padre Inacio, que comprova, de maneira perfeita, as filiações dificilmente encontradas, só apareceu tarde, no desenvolvimento dos trabalhos.

Sobre o capitão Antonio José de Camargo, Gastão descobriu que casou segunda vez, em Guaratinguetá, em 1822, com Antonia Maria

Rangel, viuva do sargento-mor Francisco da Silva Barros Abreu, natural de Parati e filho do capitão João de Barros Abreu e de Ana de Freitas, ambos de Parati também. Antonia Maria Rangel aparece em Silva Leme, volume III, título "Raposos Gois", página 65, casada com o capitão Francisco, que foi o seu segundo marido. A "Genealogia" omitiu o primeiro (capitão Manuel José da Silva Reis) e o terceiro (capitão Antonio José de Camargo).

Aproveitando o fato de estar com a mão na massa, Gastão me pediu esclarecimentos sobre o casal Joaquim Francisco Gonçalves-Maria Joaquina dos Santos Camargo, cujo filho, João Gonçalves dos Santos Camargo, batizado na Sé de São Paulo, casou em Guaratinguetá, em 1836, com Senhorinha Leopoldina da Gloria, filha do tenente Francisco José Nogueira, avós estes, do dr. Rangel de Camargo.

Este trabalho, infelizmente foi o último que fiz para o meu saudoso amigo guaratinguetaense, meu companheiro de infância em Queluz. Graças ao material do Arquivo da Curia Metropolitana, consegui esclarecer tudo.

Joaquim Francisco Gonçalves, filho de André Gonçalves Só e de Gertrudes Pereira do Espírito Santo, casou a primeira vez, em São Paulo, a 21 de outubro de 1806, com Gertrudes Maria Jacinta, filha de Joaquim Correia Diniz e de Gertrudes Maria de Jesus. Enviuvando, passou Joaquim Francisco Gonçalves as segundas nupcias ainda na Sé de São Paulo, a 22 de fevereiro de 1808, com Maria Joaquina dos Santos Camargo, filha de Manuel Alvares dos Santos e de Manuela Maria de Camargo, já defunta.

Ora aí está elucidado o caso. Manuela Maria de Camargo casara em São Paulo, em 1792, com Manuel Alvares dos Santos, viuvo de Mariana Antonia da Trindade. Silva Leme, em título "Camargos", volume I, página 181, refere esse casamento. Manuela era irmã germana do capitão Antonio José de Camargo, de Luiz Antonio de Camargo, do padre Inacio Mariaño de Camargo e de outros já indicados atrás.

O exame dos recenseamentos de S. Paulo, existentes no Arquivo Público Estadual, revela que Manuel Alvares dos Santos andava pelos sessenta anos, em 1798, era boticario, e que com ele moraram e praticaram os dois cunhados, muito mais moços, Antonio José de Camargo e Luiz Antonio de Camargo. Este, ainda menor de vinte anos, em 1798, deixou fama em Guaratinguetá, na arte de cirurgia. Era boticario e cirurgião.

Gosto de falar nesses Camargos, por uma questão afetiva, de psicologia infantil, que já expliquei no subsidio sete. E é que José Lopes de Camargo, queluzense, filho de Adriano Lopes de Camargo e neto do capitão Antonio José de Camargo, me dava a mim, criança, menino

queluzense, muita atenção, tratando-me como gente grande. As crianças não se esquecem disto.

## CXLI

Quando eu andava coordenando apontamentos para o trabalho que sobre os Lopes Figueira, do Facão (Cunha), publiquei na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume XXXV, fui muito auxiliado, em certo capítulo, pelo sr. Bento Ramos de Queiroz, farmacêutico em Mogi das Cruzes. Neto materno de Celso Eugenio dos Reis (nascido em Cunha por 1806) e bisneto, portanto, do barão do Rio Claro do Rio de Janeiro, Antonio Manuel de Freitas e sua mulher Teodora Francisca dos Reis (ambos igualmente de Cunha), estava o informante a par de muita coisa referente à genealogia da família.

Além dos lembretes enviados, o sr. Bento Ramos de Queiroz apresentou-me à sua prima, d. Maria Cândida dos Reis Muller, residente nesta capital, e pude obter, desta excelentíssima senhora, boas ampliações e correções para as minhas referidas notas genealógicas dos Lopes Figueira. D. Maria Cândida é filha do tenente Francisco Eulalio dos Reis e de Maria Joaquina; neta paterna do capitão-mor de São João Marcos, Nuno Eulalio dos Reis (nascido em Cunha por 1805) e bisneta, por essa linha, do barão do Rio Claro; e neta materna de João Bonifacio Gomes de Gouveia e de Ana Maria Ramos Nogueira (irmã do Barão de Joatinga).

Nos subsidios trinta, trinta e seis e sessenta e cinco tive oportunidade de dizer algo sobre essa família, e preciso reportar-me à materia já aqui publicada. O dr. Geraldo Cardoso de Melo, na sua obra "Os Almeidas e os Nogueiras do Bananal", saída este ano, menciona (paginas 90 e 92) o casal João Bonifacio-Ana Maria e apenas dá o filho tenente-coronel Pedro Ramos Nogueira de Gouveia, casado com Amalia de Almeida e Silva e a geração destes.

Nas informações que recebi de d. Maria Cândida dos Reis Muller, o casal João Bonifacio Gomes de Gouveia-Ana Maria Ramos Nogueira, deixou nove filhos: 1 — Braz; 2 — Pedro; 3 — Lourenço; 4 — Antonio; 5 — Luiz; 6 — João; 7 — Joaquina Maria; 8 — Maria Joaquina, e 9 — Carolina: e grande descendencia, por alguns desses gênitos, na qual se contam elementos muito conhecidos nesta capital, como, por exemplo, os Portugal Gouveia.

Logo que haja nova oportunidade, quero publicar essas ampliações que tão gentilmente me foram trazidas da referida informante pelo seu neto Plínio Muller de Gouveia, muito interessado no estudo dos Gouveias, de sua linha paterna e materna.

Eu ainda não registei a ascendencia de João Bonifacio Gomes de

Gouveia, que foi o marido de Ana Maria Ramos Nogueira, mas tal nome, João Bonifacio, leva qualquer pesquisador genealogista a procurar maneira de encaixar esse Gomes de Gouveia em Silva Leme, título "Maciéis", volume oitavo, páginas 212 a 214.

Maria Nunes de Siqueira foi casada com José Gomes de Gouveia e, depois, em segundas nupcias, em 1737, com Francisco de Mendonça Cavaco. O inventário de José Gomes de Gouveia processou-se em Guaratinguetá, em 1732 e dele constam os oito filhos que o dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme escreve na sua "Genealogia Paulistana", lugar citado, os quais são: 1 — Manuel; 2 — José Gomes de Siqueira, capitão-mor de Iguatemi, onde faleceu, inventariado em Mogi-Mirim em 1776; 3 — João Gomes de Siqueira; 4 — Zeferina de Gouveia, casada em Cunha com José dos Santos de Souza, com numerosa geração, na qual se conta Teodora Francisca dos Reis, que até hoje não pude saber se chegou a ser baronesa do Rio Claro, pois ignoro se ainda era viva quando o marido, Antonio Manuel de Freitas, passou a barão do Rio Claro, em virtude do decreto ne 25 de março de 1840; 5 — Ildefonso; 6 — Catarina Gomes de Siqueira, casada em 1746 em Guaratinguetá, com José Gomes da Mota e com onze fillhos, dos quais um — Joaquim Gomes de Siqueira e Mota, nascido em Cunha, em 1766, é o tronco dos Celidonios e Siqueira Reis, de São José do Barreiro; 7 — Felix Gomes de Siqueira, e 8 — Gabriel Gomes de Siqueira, casado em Cunha com Rosa Maria do Amaral São Paio.

Estes Nunes de Siqueira-Gomes de Gouveia não se espalharam só em Guaratinguetá, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Barreiro, Bannal e outros pontos do Vale do Paraíba e zonas limitrofes. Também se contam em Mogi-Mirim, de onde um deles, João Bonifacio de Mendonça e Gouveia, se transferiu para Goiás e ali deixou geração distinta, que já foi objeto de estudo e à qual fiz referencia nestes subsidios (vinte e seis e cento e trinta).

João Bonifacio de Mendonça e Gouveia casou em Meia-Ponte (Pirinópolis) aos dois de maio de 1779 e um dos seus descendentes, o senhor Joaquim Bonifacio de Siqueira estranhava o sobrenome "Bonifacio", cuja origem não conseguiu decifrar. Pois o marido de Ana Maria Ramos Nogueira, em zona tão distante de Goiás, também usava o sobrenome "Bonifacio", o que demonstra uma tradição antiga e arraigada.

José Gomes de Gouveia e Silva nasceu em Mogi-Mirim por 1745 e era igualmente filho do capitão-mor de Iguatemi. Casou em Cunha, com Joana Maria da Silva e foi capitão-mor de São Luiz do Paraitinga por sessenta anos, ao que fui informado. Faleceu em São Luiz, aos seis de outubro de 1826, com geração, e era conhecido por Capitão Mogi". Talvez fosse o pai do cunhado do Barão de Joatinga, o refe-

rido João Bonifacio Gomes de Gouveia, que usaria, assim, nome e sobrenome do tio de Goiás.

Trabalhei na Escola Normal Secundaria de São Carlos, de fevereiro de 1912 a janeiro de 1921. Tive ocasião de conhecer muito de perto, no modelar estabelecimento de ensino, um notavel docente de matemática, filho de Pindamonhangaba, formado na Politécnica de São Paulo. Chamava-se Mario Marcondes Natividade, irmão de Marco Aurelio, Ricardo, Maria Ernestina e Ilia Marcondes Natividade; e meio-irmão do dr. Francisco Marcondes de Gouveia, que foi advogado e professor de matemática, aqui em São Paulo, o qual assinava "Natividade", em homenagem ao padrao.

O dr. Francisco Marcondes de Gouveia (Natividade), formado na Faculdade de Direito aqui, em 1886, era tambem natural de Pindamonhangaba, e casara, em Taubaté, com Brasília de Castro, filha do conhecido educador dr. Antonio Quirino de Souza e Castro. Ele aparece na "Genealogia Paulistana", volume setimo, pagina 379, titulo "Costas Cabrais", e aí se vê que era filho de Ana Delfina de Moura Marcondes e primeiro marido, Cesario Lopes de Gouveia, filho de José Bonifacio de Gouveia e Silva, de São Luiz do Paraíta.

Não sei ainda onde se encontra o termo de casamento de José Bonifacio de Gouveia e Silva, naturalmente com uma Lopes (dos Lopes Figueira, do Fação?), para determinar quem fossem os seus progenitores. Ele era homem importante em São Luiz e assinou, em 1850, papeis da junta de qualificação de votantes.

Mas em São Luiz do Paraíta, nos começos do século dezenove, um homem importante, chamado José Bonifacio de Gouveia e Silva, tem de ser da familia de João Bonifacio de Mendonça e Gouveia (o de Goiás) e de João Bonifacio Gomes de Gouveia (o marido de Ana Maria Ramos Nogueira).

O dr. Francisco Marcondes de Gouveia (Natividade), já falecido há anos, era pai do engenheiro Cesarino Natividade e sogro do escritor Monteiro Lobato. Gostaria de receber informes sobre a ligação dele aos seus troncos Gouveia e Lopes, em notas bem precisas e bem documentadas.

## CXLII

A freguesia de São João Batista de Queluz, criada em terras do município de Lorena, a 22 de março de 1803, passou a vila (sede do município) em 4 de março de 1842. E a freguesia de Silveiras, criada tambem em terras de Lorena, aos 9 de outubro de 1830, passou a vila (sede de município) em 28 de fevereiro de 1842.

A revolução de 1842, entretanto, não permitiu fossem instalados esses dois novos municipios paulistas, senão muito mais tarde. Manuel

da Fonseca Lima e Silva, somente em 9 de agosto de 1844, expediu duas portarias: uma à Câmara de Lorena para que, no dia 7 de setembro, se procedesse à eleição dos vereadores da Câmara de Silveiras; e outra, igual, à Câmara de Areias, para que, também no dia 7 de setembro, se realizassem eleições de vereadores da Câmara de Queluz.

Eleitos os primeiros vereadores de Silveiras e Queluz, no dia 7 de setembro de 1844, começaram essas localidades a ter vida própria nos começos de 1845, quando se instalaram as duas vilas, sedes desses dois novos núcleos municipais.

Lugares vizinhos, cheios de vida, com importantes lavouras cafeeiras naqueles tempos de um século atrás, ali viviam e prosperavam famílias, de quem tenho tratado nestes subsídios, as quais contam hoje elementos esparsos em pontos remotos deste Centro-Sul brasileiro. De vez em quando notam-se, nesses elementos esparsos, curiosos casos de respeito ao passado, de apêgo à tradição, manifestados no desejo de esclarecimento de elos genealógicos, que, confiados só à memória, estavam fadados às alterações próprias daquilo que se confia apenas à retentiva.

Em Queluz, por exemplo, uma das famílias de mais relevo era a do comendador Joaquim José Pereira da Costa, natural de Cunha ou de Taubaté, filho de Manuel Correia Bitencourt e de Margarida Angélica de Oliveira. Ele aparece em Queluz, a primeira vez, no censo de 1828, aos 28 anos de idade (?), já casado com Maria Eufrasia de Oliveira, nascida em Cunha e contando cerca de 16 anos. Nessa época ainda não tinham filho algum. Acredito que houvessem casado mesmo em Cunha e, logo em seguida, rumado para Queluz, lugar que lhes foi propício e onde muito prosperaram.

No subsídio cento e oito, edição do "Correio Paulistano", de 18 de julho de 1941, afirmei que o comendador Joaquim José Pereira da Costa era irmão de Manuel Vicente Pereira da Costa, o que não está certo: eram apenas primos. O comendador tinha um irmão de nome Manuel, é isso é que me levou à confusão, mas este não é o genro do alferes Carlos Pedroso da Silveira, de nome Manuel Vicente Pereira da Costa, casado com Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, e com geração em Queluz, que publiquei no dito subsídio cento e oito.

Quem eram os pais do comendador Pereira da Costa? Taubaté conta, na lista dos seus capitães-mores, quasi coincidindo com o período da estada de D. João VI, no Brasil, um açoreano de Angra, chamado Manuel Correia Bitencourt, homem ativo, que negociava para o Rio de Janeiro e possuía lavoura em São Sebastião. O censo de Taubaté, de 1801, dá-o com 42 anos de idade, casado com Margarida Angélica de Oliveira, de Cunha, de 27. Os filhos do casal orçavam por dez: 1 — Margarida, natural de S. Paulo, de 1793; 2 — Ana, de S. Paulo, de 1794; 3 — Manuel, de S. Paulo, de 1796; 4 — Joa-

quim José Pereira da Costa (o comendador), parece que de Cunha, de 1797; 5 — Tereza, de Cunha, de 1798; 6 — João Batista Bittencourt (padre), natural de Taubaté, de 1799; 7 — Maria, de Taubaté, de 1800; 8 — Mateus, de Taubaté, de 1801; 9 — Antonio, de Taubaté, de 1806; e 10 — Tereza, de Taubaté, de 1813. Datas aproximadas.

Não sei onde morreu Manuel Correia Bittencourt, nem onde teria sido inventariado, pois o seu nome não aparece na lista dos Inventários e Testamentos de Taubaté, publicada pelo dr. Felix Guisard Filho. Foi capitão-mor da cidade de Jaques Felix, de 1802 a 1821, tendo sido reformado em 1822. A viuva, Margarida Angélica de Oliveira, ainda em 1828 era recenseada em Taubaté, com 53 anos, tendo em sua companhia as filhas solteiras Ana e Margarida, paulistanas, e Maria, taubateana. O filho do casal, de nome João, melhor João Batista Bittencourt, ordenou-se em São Paulo, em 1821, e o processo de habilitação “de género et móribus” está no Arquivo da Curia Metropolitana. Tal processo, requerido aliás por três irmãos, João Batista, Mateus João e Antonio Pio, é o documento a ser consultado para o esclarecimento da ascendência paterna e materna dos peticionários.

Manuel Correia Bittencourt casou em Cunha, aos 24 de julho de 1792, com Margarida Angélica de Oliveira. Ele já tenente, filho de Manuel Correia de Quadros e de Catarina Bittencourt, açoreanos; neto paterno de Mateus de Quadros Pereira e de sua mulher; e neto materno de João de tal e de Maria Bittencourt. Ela, Margarida Angélica, filha de João Pereira da Costa, de São Miguel de Lavradas, Braga, e de Ana Maria de Oliveira, de Nossa Senhora dos Remedios de Parati; neta paterna de Domingos da Costa e de Maria Rosa Pereira; e neta materna de José Alves de Oliveira, de Santo Tirso de Páramos (Porto) e de Margarida da Silva do Amaral, de Parati. João Pereira da Costa e Ana Maria de Oliveira casaram em Cunha (Facão) aos 16 de agosto de 1757 e é preciso acrescentar o nome dela à lista dos cinco filhos, que publiquei, de José Alves de Oliveira e de Margarida da Silva do Amaral, no subsídio número três, edição do “Correio Paulistano”, de 21 de junho de 1939.

José Alves de Oliveira e Margarida da Silva do Amaral foram dos primeiros povoadores de Cunha e lá viveram longos anos e eram os pais de: 1 — Padre Manuel Alves de Oliveira; 2 — Maria Rosa da Anunciação, casada duas vezes, antepassada do conselheiro Rodrigues Alves; 3 — Antonio Alves de Oliveira; 4 — Joaquina; 5 — Capitão-mor José Alves de Oliveira, que foi casado com duas irmãs do alferes Carlos Pedroso da Silveira (1763-1834), de nomes Inês de Andrade e Silva, e Helena da Silva Rosa; e 6 — Ana Maria de Oliveira, a mulher de João Pereira da Costa. Pode ser que esta lista venha ainda a ser aumentada.

O casal João Pereira da Costa-Ana Maria de Oliveira, morador da freguesia do Facão, teve alguns filhos e não sei se consegui relacionar todos, e eram: 1 — Tereza, de 1759, que foi a mulher de Jerônimo Afonso Leal; 2 — Antonio, de 1760; 3 — Mariana, de 1762; 4 — Padre João Pereira da Costa, de 1766, que já sexagenario, em 1828, foi recenseado em Queluz, como morador novo, que vivia de suas ordens e era juiz de paz; 5 — Joaquim José Pereira da Costa, de 1768; 6 — Felisberto, de 1773, e 7 — Margarida Angélica de Oliveira, de 1775, que foi a mulher de Manuel Correia Bittencourt, de quem um dos dez filhos foi o comendador Joaquim José Pereira da Costa, o fazendeiro, patriarca de Queluz, onde já estava em 1828, como disse, casado com Maria Eufrasia de Oliveira. Convem reparar que o comendador tinha um tio homônimo. De um dos irmãos de Margarida Angélica de Oliveira era filho Manuel Vicente Pereira da Costa, o genro do alferes Carlos Pedroso da Silveira, já referido no começo.

Maria Eufrasia de Oliveira, igualmente de Cunha, vinha a ser filha de Frederico José Cardoso, português, e de Francisca Eufrasia, de Cunha. Cardoso, de Lamego, ao que parece, tinha negocio de fazenda seca, em Cunha e, mais tarde, passou a morar em Guaratinguetá. Descobri seis filhos, para o casal Frederico José Cardoso-Francisca Eufrasia: 1 — Maria Eufrasia, de 1812; 2 — Timóteo, de 1813; 3 — Antonio, de 1817; 4 — Jesuina Eufrasia, de 1818; 5 — Galdino, de 1821; e 6 — Lucio, de 1823. A primogênita, Maria Eufrasia, foi a mulher do comendador Joaquim José Pereira da Costa; Antonio veio a ser o pai do dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, politico e lente da Faculdade de Direito de São Paulo; Jesuina Eufrasia casou com o major João Constantino de Oliveira, fazendeiro em Queluz, e oriundo tambem de gente antiga de Cunha, conforme depois explicarei. Nada sei de Timóteo, Galdino e Lucio.

### CXLIII

Procurei, no subsidio passado, explicar bem quem era o comendador Joaquim José Pereira da Costa, recenseado em Queluz, a primeira vez, no ano de 1828, já casado com Maria Eufrasia de Oliveira. Examinei, com os elementos colhidos daqui, a ascendencia do casal.

De Maria Eufrasia descobri que era filha do português Frederico José Cardoso e de Francisca Eufrasia, sendo esta muito provavelmente uma Oliveira, talvez da descendencia patriarcal de José Alves de Oliveira, de Santo Tirso de Páramos, e de Margarida da Silva do Amaral, de Nossa Senhora dos Remedios de Parati.

Preciso aprofundar esse caso da ascendencia de Francisca Eufrasia (de Oliveira), mesmo porque existe um descendente dela muito

interessado nessa pesquisa. Foi ele quem me informou que sua avó Maria Eufrasia era irmã de Jesuina Eufrasia e parenta próxima (tia) do dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, docente da Faculdade de Direito. Como é sabido, o dr. Abranches foi aposentado no lugar de lente da segunda cadeira do primeiro ano pelo decreto de 17 de junho, ratificado pelo de 21 de julho de 1903, e faleceu a 17 de setembro do mesmo ano.

Da mesma fonte ouvi que o dr. Abranches afirmara ser primo do médico e latinista dr. Antonio de Castro Lopes, natural do Rio de Janeiro. Tal parentesco pode até provir de um dos três irmãos de Maria Eufrasia de Oliveira, ao quais me referi e de quem nada pude apurar: Timóteo, Geraldo e Lucio. As populações de Cunha e Parati eram muito ligadas por laços de parentesco. E de Parati não serão poucas as famílias idas para o Rio de Janeiro.

O recenseamento de Queluz, de 1847, arrola Joaquim José Pereira da Costa, casado com Maria Eufrasia de Oliveira e os oito filhos seguintes: 1 — Joaquim, 2 — João, 3 — José, 4 — Antonio, 5 — Francisco, 6 — Maria, 7 — Margarida, 8 — Paulino. Não tenho muitas notas sobre esses filhos e o que sei vai a seguir:

1 — Joaquim Pereira Bittencourt, o número um, casou em Queluz, com sua prima Laureana, filha do major João Constantino de Oliveira e de Jesuina Eufrasia de Oliveira. Desse casamento nasceram seis filhos e são eles: a) — Joaquim Pereira Bittencourt, que em Queluz, para todos os efeitos, era o "Quincas de d. Laureana". Foi comerciante aqui e, do seu casamento com Maria, deixou a filha professora Maria Oliva Bittencourt, formada em 1915, na praça da República, casada, com uma filha professora Alice Bittencourt Neto, minha inteligente ex-aluna no curso ginasial da Escola Normal da Praça da República; b) — Otavia Bittencourt, solteira, hoje residente em Guaratinguetá; c) — Margarida Bittencourt, casada com Henrique de Azeredo Coutinho, com um filho Joaquim Coutinho; d) — Jesuina Bittencourt, falecida em Guaratinguetá, em 16 de março de 1941, sertuagenaria, casada com Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, funcionario da Estrada de Ferro Central do Brasil, filho do bravo comandante da canhoneira "Parnaíba", Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, heroi do Riachuelo. Aurelio Garcindo (filho) era irmão do conhecido clínico de São Carlos, dr. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá, e, do seu casamento com Jesuina Bittencourt, deixou os filhos Aurelio Valporto de Sá, tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil; Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, diretor geral do Departamento de Administração, do Ministerio da Educação; João Bittencourt de Sá, chefe da Estação Dom Pedro II; Sebastião Bittencourt de Sá, pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil; Adelaide Bittencourt de Sá e Castro, Maria Bittencourt de Sá Vieira, funcionaria federal e Laure-

ana Bittencourt de Sá, formada em 1916, na Praça da República, diretora do segundo grupo escolar de São José dos Campos; e) — Laureana Bittencourt, casada com Francisco Meireles Leal, médico, com as filhas Laureana e Cora, casadas; f) — Zica Bittencourt, casada com Telêmaco Pacheco, português, com cinco filhos: Ester, casada com Emídio da Silveira parece que neto de Carlos Firmino Brandão, de Queluz, com dois filhos; Regina, casada com o farmacêutico José Carlos de Oliveira Garcez Sobrinho, com geração, da qual já dei notícia no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma (volume XXVII da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", numero de setembro de 1936, pagina 146); Mario Bittencourt Pacheco, casado com Helena e com cinco filhos (Judite, Mario, Telêmaco, Elvira e Luzia); Onofre Bittencourt Pacheco, falecido, casado com Alvarina; e José Bittencourt Pacheco, casado primeiro com Maria e depois com Sebastiana, tendo o filho Antonio.

2 — João Pereira da Costa, o segundo filho do comendador, casou em São José do Barreiro, com Inês Pereira Leite, e deixou um filho por nome Alfredo Leite Pereira da Costa.

3 — José, o terceiro filho do comendador, era José Pedro Pereira da Costa, que foi casado duas vezes, ambas em Queluz. A primeira vez com uma filha de Joaquim Dias Novais e de sua mulher Lucia Maria Brandina, casal este que aparece na "Genealogia Paulistana" volume nono, "Adenda", pagina oitenta e, desse seu primeiro casamento, deixou José Pedro Pereira da Costa os filhos Firmino Pereira da Costa, Davi Pereira da Costa, Virginia, Ludovina, Deolinda e Emilia Pereira da Costa. Passando a segundas nupcias com Teodora, filha de Francisco Cirino da Silva, teve mais um filho que foi o major Marcínio Pereira da Costa, conhecido e estimado official do Corpo de Bombeiros desta capital (ver "Revista do Arquivo", citada, de setembro de 1936, pagina 126).

4 — Antonio Pereira da Costa, quarto filho do comendador, foi casado em Areias, com Leonor, filha de José Tomaz da Silva e de Maria Ribeiro da Silva. Este casamento está referido na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume quatorze, de julho de 1935, página trinta e dois, onde convém corrigir o nome do comendador, que está "João José", em lugar de "Joaquim José". Antonio Pereira da Costa e Leonor da Silva deixaram Marta, Margarida, falecida, e Joaquim Pereira da Costa, natural de Queluz, formado em 1889 na antiga Escola Normal de São Paulo. Exerceu longo tempo o magisterio official em Bragança, sendo depois removido para aqui, onde se aposentou. Formou-se na Faculdade de Direito paulista, em 1915, e advoga no Rio de Janeiro, pois para lá se mudou ha muitos anos. Casou em São Paulo, com Leonor Augusta dos Santos Costa, formada na Escola Normal em 1890, e tem dois filhos — Altino Costa, médico,

e Dulcídio Costa, advogado, muito conhecido nesta capital, por haver sido presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto de 1915 a 1916.

5 — Francisco Pereira da Costa, que parece usava o nome de Francisco Pereira Bello e desse nada apurei.

6 — Paulino Pereira da Costa, o último dos filhos homens do comendador, foi casado com uma Nunes, ao que penso, e deixou tres filhos: professor Rodolfo Nunes Pereira, Lindolfo Solano Pereira e Etelvina Pereira, todos casados. Deles direi mais alguma coisa na próxima nota, bem como das filhas do comendador, Maria Tereza e Margarida, igualmente casadas e com geração.

#### CXLIV

Tenho mais alguma coisa, embora pouca, a acrescentar aos meus subsidios cento e quarenta e dois e cento e quarenta e três, em continuação aos Pereira da Costa, de Queluz. Aliás estas notas foram ideadas como auxilio, ajutorio, a investigações mais profundas e, assim, não são mesmo trabalhos completos. Têm de ficar subordinadas ao título e não devem ir além do papel de elementos subsidiarios. É por isso que elas comportam muitas sugestões e hipóteses, incompatíveis com um verdadeiro estudo genealógico.

Errará quem procurar nestes subsidios a genealogia de determinada familia: aqui encontrará somente alguns informes existentes no meu arquivo.

Estava em Paulino Pereira da Costa, ao terminar a nota anterior. Seus três filhos formaram-se na antiga Escola Normal de São Paulo. Etelvina Nunes Pereira é da turma de 1888; Lindolfo Solano Pereira diplomou-se em 1889 e, em 1931, tive como aluna distinta, na Praça da República, na aula de Pedagogia, embora por pouco tempo, a senhorinha Nair Solano Pereira, filha de Lindolfo; Rodolfo Nunes Pereira completou o curso de normalista em 1894, residiu muitos anos em Mogi das Cruzes, e, entre seus filhos, conta-se a professora Edite Nunes Pereira, formada em 1919 na Escola Normal do Braz, casada com o dr. Gualter Silva, cearense, muito conhecido em São Paulo nas rodas do magisterio secundário. Escrevo aqui, com especial agrado, o nome do dr. Gualter, em atenção à amizade que o ligava ao meu irmão dr. Romeu Carlos da Silveira, médico (1895-1933).

Maria Tereza, filha do comendador Joaquim José Pereira da Costa e de sua mulher Maria Eufrazia de Oliveira, foi casada com o major José de Freitas e Silva, natural de São João Marcos, filho de pais portugueses. Irmãos do major: a) Cândida de Freitas e Silva, casada com Francisco de Assis Fonseca, fazendeiros em São Francisco de Paula dos Pinheiros, pais de Francisco de Assis Fonseca Junior, a quem chamavam "Chiquinho de Assis"; b) Clara de Freitas e Silva,

casada a primeira vez com Manuel Novais da Cruz e, em segundas nupcias, com José Luiz Pereira Soares, o que já expus na "Revista do Arquivo Municipal", volume vinte e sete, de setembro de 1936, paginas 134-136. D. Clara deixou sete filhos Freitas Novais e seis filhos Pereira Soares, com uma larga descendencia, assaz conhecida neste Estado; c) Maria de Freitas e Silva foi casada com José Antonio Dias Novais, irmão de Manuel Novais da Cruz. Os casamentos destes dois filhos do sargento-mor José Novais Dias e de Ana Tereza de Camargo vêm referidos em Silva Leme, "Adenda", volume nono da "Genealogia Paulistana", paginas 80-81; d) Francisco de Freitas e Silva foi casado com Luiza Pereira Soares, irmã do segundo marido de d. Clara, acima.

O major José de Freitas e Silva (\*) e sua mulher "D. Terezinha" Pereira deixaram 13 filhos, todos queluzenses, pois o casal citado tinha fazenda em Queluz e nela residia. Eram esses treze filhos: 1 — Julio de Freitas e Silva; 2 — Irineu de Freitas e Silva, casado com Emilia, sua prima, filha de José Pedro Pereira da Costa e primeira mulher Maria Tereza Novais; 3 — Inocencio de Freitas e Silva; 4 — Joaquim de Freitas e Silva; 5 — Isaltino de Freitas e Silva; 6 — Maria de Freitas e Silva, casada com Joaquim Pereira Bello; 7 — Estefania de Freitas e Silva, que residia nesta capital e a quem devo estas notas sobre a familia Freitas e Silva; 8 — Ambrosina de Freitas e Silva foi casada com Levi Coelho Gomes, de Rezende; 9 — Iria de Freitas e Silva; 10 — Paulina de Freitas e Silva; 11 — Benjamira de Freitas e Silva, religiosa, da congregação de São José; 12 — Lindolfa de Freitas e Silva; e 13 — Tereza de Freitas e Silva, casada com José Novais ("Sinhozinho" Novais), filho de José Dias Novais e de Maria do Carmo Ribeiro da Silva, neto paterno de José Antonio Dias Novais e de Maria Freitas e Silva, acima, e neto materno do alferes Claudio Ribeiro da Silva, de Silveiras, e primeira mulher Maria do Carmo Monteiro. (Ver "Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo", volume quatorze, de julho de 1935, pagina 38).

Os descendentes de José Dias Novais e de Maria do Carmo Ribeiro da Silva (Francisca, Maria, Paula, Sinhozinho, Claudio, Antonio ("Totó"), Euzebio e João Paulo Novais, casado este com Deolinda, filha de José Pedro Pereira da Costa), porque o alferes Claudio, seu avô, fôra casado uma terceira vez com Geracina Alves de Sene (1814-1883), irmã de meu avô materno Juvencio Alves de Sene (1808-1888), tratavam por primos a todos os sobrinhos de Geracina. In-

---

(\*) José de Freitas e Silva fôra casado em primeiras nupcias. Daí o filho — Capitão José de Freitas Junior, casado, em Queluz de São Paulo, com Tereza Arantes Bittencourt; sem geração.

interessante concepção de parentesco, essa, muito do agrado das gentes de outras eras.

Margarida, filha do comendador Joaquim José Pereira da Costa, usava o nome de Margarida Angélica de Oliveira (que era o de sua avó paterna). Casou uma primeira vez com João Ferreira Bretas, de Poços de Caldas, havendo dessa união o filho Ambrosio Pereira Bretas. Em segundas nupcias teve Margarida como marido a Manuel Ferreira de Carvalho Pinto França, falecido ha bastantes anos, natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro, filho de Francisco de Paula França, de Campos, e de Domiciana Cândida de Carvalho, de Angra dos Reis. filha de João Ferreira Pinto.

Manuel Ferreira de Carvalho Pinto França, comerciante em Queluz, onde residia, e no Rio de Janeiro, socio da firma França, Barcelos & Romano, era uma pessoa distinta, criteriosa, teve representação, e, do seu consorcio com a viuva Margarida Angélica de Oliveira, deixou dois filhos: o desembargador Francisco Ferreira França, nascido em Queluz, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, casado com Leontina, filha do dr. João Mendes de Almeida Junior (S. L., "Genealogia", volume sexto, titulo "Chassins", pagina 537); e a professora Malvina Cândida de Oliveira França, também nascida em Queluz, diplomada pela Escola Normal de São Paulo em 1897, casada com Getulio Cunha Lisboa, funcionario da Estrada de Ferro Central do Brasil, da antiga e tradicional familia Cunha Lisboa, de São Francisco de Paula de Pinheiros e arredores. Este casal tinha pelo menos as filhas Margarida e Risoleta França Lisboa, que fizeram curso em escolas desta capital, pois aqui moravam com seus genitores.

Manuel Ferreira de Carvalho Pinto França, o "França" como o tratavam, casou outra vez, ainda em Queluz, com Benedita de Paula Monteiro, o que referi na "Revista do Arquivo", volume quatorze, citado, de julho de 1935, paginas 28-29, onde vem descrita a geração. Lembro-me com saudades de Manuel França, que foi o meu primeiro e único patrão, visto como trabalhei no escritorio da sua casa comercial de Queluz, em 1897 e 1898, sendo eu ainda quasi menino.

Para o meu arquivo genealógico, sobre os Pereira da Costa, recebi informes de d. Ubaldina Campos, d. Otavia Bittencourt, d. Estefania de Freitas e Silva e do dr. Joaquim Pereira da Costa, advogado no Rio de Janeiro. Gostaria de esclarecer e ampliar muitos pontos destes subsidios, a fim de poder publicar uma genealogia dos Pereira da Costa, familia tão grande e espalhada hoje, parece que quasi não existindo mais em Queluz, onde viveu e prosperou durante o século dezenove.

## CXLV

Como escrevi, no subsidio cento e quarenta e dois, havia em Cunha, nos principios do seculo dezenove, um negociante portuguez Frederico José Cardoso, ali recenseado por muitos anos e ali casado com Francisca Eufrasia, natural da localidade. É facil ver esses nomes, no Arquivo Publico do Estado nos recenseamentos das Ordenanças da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Fação.

Essa familia transferiu-se para Guaratinguetá e, em registros paroquiais guaratinguetaenses, o linhagista dr. Gastão de Meireles França (1884-1940) achou o nome Frederico José Cardoso "de Araujo Abranches", pai de Antonio José Cardoso de Araujo Abranches, casado este, em 1839, com a neta de Lourenço Leme Barbosa e de Ana Francisca Romeiro (que não é dos Romeiros de Pindamonhangaba).

Estudei a geração de Maria Eufrasia de Oliveira (Cardoso de Araujo Abranches), ou sejam os Pereira da Costa, dos três últimos subsidios. A descendencia de Antonio José Cardoso de Araújo Abranches é conhecida. Nada apurei quanto a Timoteo, Galdino e Lucio de Abranches. E agora direi algo sobre Jesuina Eufrasia de Oliveira (Cardoso de Araujo Abranches), a qual era a fazendeira d. Jesuina, de Queluz, casada com o major João Constantino de Oliveira.

O censo de Cunha, de 1809, na primeira companhia de Ordenanças, apresenta o casal João Manuel de Souza Arantes, natural de Braga, de 25 anos, que "vive da arte de cirurgia", e Laureana Constança de Oliveira de 15 anos, de Cunha.

Ignoro onde e quando morreu Laureana Constança de Oliveira, pois a lista censitaria de Queluz (então municipio de Areias), em 1828, bairro do Ribeirão das Cruzes, sob o número setenta e seis, regista João Manuel de Souza Arantes, natural de Braga, viuvo, com 45 anos, e os cinco filhos: 1 — João, com 18 anos; 2 — José, com 15; 3 — Tereza, com 10; 4 — Joaquina, com 7; e 5 — casada, Delfina Eduarda, de 22 anos, com um filho Antonio, de cinco meses, sendo o marido Antonio José Ferreira, de dezesseis anos, natural do Porto.

Delfina Eduarda faleceu ainda muito moça, e o viuvo Antonio José Ferreira passou a segundas nupcias com Maria Honoria de Avila, nascida por 1815, filha de Honorio Fidelis do Espírito Santo e de Tereza Constancia da Palma, o que tudo já tive occasião de explicar, no trabalho sobre a Familia Rebouças da Palma, pagina 166, volume XXVII, da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", de setembro de 1936.

Sobre os outros quatro filhos de João Manuel de Souza Arantes e Laureana Constança de Oliveira, sei que João foi o major João Constantino de Oliveira, fazendeiro e chefe politico em Queluz, que casou com Jesuina Eufrasia de Oliveira (Cardoso de Araújo Abran-

chês); José foi José Venceslau de Souza Arantes, fazendeiro em Queluz, casado com Tereza do Carmo Ribeiro, de S. José do Picú, Minas, e crescida em Cunha; Joaquina foi Joaquina Constança de Oliveira, casada em Queluz, aos 27 de novembro de 1839, com João Gomes dos Reis, nascido em Cunha, por 1815, quarto filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis (ver subsidio cento e vinte e cinco, de 14-11-1941). Não possui dados sobre Tereza Joaquina de Oliveira, irmã de João Constantino, José Venceslau, Joaquina Constança e Delfina Eduarda.

Hei de falar sobre essas famílias, ao seu tempo, começando hoje pelo casal João — Jesuina. O censo de Queluz, de 1850, anota João Constantino de Oliveira, sua mulher Jesuina Eufrasia e tres filhos: João, Laureana e Antonio. Nasceram ainda, depois dessa data, José e Tereza. Direi alguma coisa sobre esses cinco genitos:

1 — João Constantino Pereira Arantes, alistado como votante, em Queluz, com 26 anos em 1866; e eleitor, com 32 anos, em 1876. Era conhecido em família e na localidade por “Janjão”. Foi casado com Maria Gomes dos Santos, filha de Francisco Gomes dos Santos e de Francelina. Tinha duas filhas: Maria da Conceição Arantes Ramos e Maria José Arantes.

2 — Antonio Augusto Pereira Arantes, alistado como votante, em Queluz, aos 25 anos, em 1866. Era conhecido por “Dodó”. Foi casado com Maria Cordeiro e deixou nove filhos: a — Frederico Arantes, que residia em Guaratinguetá e era casado com Adelina Borges, tendo pelo menos a filha Maria do Carmo Arantes; b — João; c — dr. José Augusto Arantes, médico, muito conhecido nesta Capital, onde reside; d — Carlos Arantes, parece que casado em São Carlos; e — Rosalina Arantes, casada; f — Jesuina Arantes; g — Maria Teresa Arantes Monteiro, viuva, com dois filhos; h — Rafaela Arantes Meira, viuva; i — Maria Aparecida Arantes, formada em 1921, na Escola Normal do Braz.

3 — José Arantes, nascido e falecido em Queluz, solteiro, que, para todos, era o “Juca Arantes”. Conheci muito este filho do major João Constantino e de d. Jesuina Eufrasia, bem como suas duas irmãs, que seguem.

4 — Teresa Arantes foi casada com o capitão José de Freitas, filho de outro de igual nome. Residiam em Queluz e não tinham geração. O casal criava uma menina de nome Zulmira.

5 — Laureana Arantes, que foi casada com seu primo Joaquim Pereira Bittencourt, filho do comendador Joaquim José Pereira da Costa, com a geração de seis filhos (Joaquim, Otavia, Margarida, Jesuina, Laureana e Zica), que publiquei no subsidio cento e quarenta e tres.

A propósito de Jesuina, filha de Laureana e de Joaquim Pereira

Bittencourt, disse que foi casada com Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, filho de outro de igual nome, comandante da canhoneira "Parnaíba", herói do Riachuelo. E mencionei outro filho do bravo oficial da nossa Marinha de Guerra, o dr. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá, médico em São Carlos. Na "Genealogia Paulistana", do dr. Silva Leme, volume nono, "Adenda", pagina 106, aparece Hortencia de Sá, filha do capitão de mar e guerra Aurelio Garcindo Fernandes de Sá e de Maria Leopoldina Valporto. Esta Hortencia era casada com o engenheiro Eugenio Alberto Franco, que morou largos anos aqui em São Paulo, e uma de suas filhas Virginia de Sá Franco, é a esposa do prof. José Ferraz de Campos, muito conhecido.

Da enumeração dos filhos do major João Constantino de Oliveira e de Jesuina Eufrasia de Oliveira (Cardoso de Araujo Abranches) vê-se que reviveram um cognome Pereira, tomado, segundo o uso, a antepassados seus. Ora, no citado registo paroquial de Guaratingueté, onde o dr. Gastão de Meireles França leu o o casamento de Antonio José Cardoso de Araujo Abranches com a neta de Lourenço Leme Barbosa, foi declarado que a mãe do contraente se chamava Francisca Eufrasia "Pereira", ou "Toledo".

Oliveira era ela, Francisca Eufrasia, tanto que passou esse cognome a suas filhas ambas — Maria e Jesuina. Sendo também Pereira, isso facilitará a identificação, se não puder ser encontrado, em Cunha, o registo do casamento do casal Frederico José Cardoso — Francisca Eufrasia.

Onde andarão os assentamentos matrimoniais de Cunha, da primeira metade do século dezenove?

## CXLVI

O volume quinto, da "Revista Genealógica Brasileira", correspondendo ao primeiro semestre de 1942 (ano terceiro), está sendo distribuido desde sábado p. passado. São 338 páginas de texto, sem espaços vazios, às quais é preciso adicionar ainda três paginas da capa, aproveitadas com informações uteis.

Muita materia expositiva, bastantes retratos fotograficos, de pessoas e de predios, reproduções de ex-libris, sendo a côres o de José Martins Fontes, o notável poeta santista (1884-1934), com a linda divisa "A arte é o azul". Tambem a côres, o brasão usado pelo capitão-mor Antonio da Gama e Castro Pereira de Siqueira, último morgado da casa das Fontainhas (1761-1829), bisavô do dr. Antonio da Gama Rodrigues, cujo ótimo trabalho, sobre "Os Gamas, de Prado", ilustra com vantagem.

O sumario regista os seguintes estudos: "Documentos e papeis da Casa Imperial", dr. Vasco Smith de Vasconcelos; "Notas genealógicas

da família Azeredo Coutinho Viana”, Horacio Rodrigues da Costa; “Relação dos livros de batizados, crismas e casamentos das Prelazias do Rio Xingu e Soure”, padre Carlos Borromeu Ebner; “Carta régia de Dom José I”, do Arquivo da Arquidiocese do Maranhão; “Esboço de uma genealogia — Os Rodrigues Machado”, dr. Raimundo Girão; “A genealogia na Paraíba”, cônego Florentino Barbosa; “Um ramo da família Carrilho e descendencia do dr. Laurindo Carneiro Leão”, Orlando Cavalcanti; “Biografias sergipanas”, Pascal Bandeira Moreira; “Notas resumidas sobre a descendencia brasileira do último Vice-Rei”, Pedro Nioac de Souza; “Bartolomeus Buenos”, dr. Carvalho Franco; “Os Pinheiros mais antigos de São Paulo”, Vitor de Azevedo Pinheiro; “Um galho dos Campos, da Genealogia Paulistana”, Benedito Pires de Almeida; “Ascendencia de Maria Joaquina Marcondes Pereira”, professor Carlos Martins Sodéro; “Porque os descendentes de Diogo Bueno e de Maria de Oliveira se assinam Fonseca”, frei Adalberto Ortmann, O.F.M.; “Os Gamas, de Prado”, dr. Gama Rodrigues; “Uma quinta neta sobrevivente de Fernão Dias Pais”, dr. Salomão de Vasconcelos; “Troncos genealógicos através dos arquivos paroquiais da Arquidiocese de Goiás — Curado e Pina”, padre José Trindade; “Subsidios para a genealogia goiana: Família Veiga”, Jarbas Jaime; “Os Sodrés (da Bahia)”, dr. Mario Torres; “Descendencia de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos”, dr. Jorge Godofredo Felizardo; “Galeria biográfica de socios”, professor João Gabriel Sant’Ana; e as secções do costume: bibliografia, delegados, expediente, noticiário, etc.

Toda esta interessante e util materia, assinada por tão esforçados e distintos colaboradores, refere-se ao Brasil, de Norte a Sul, com a seguinte distribuição regional: Distrito Federal, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo (capital e interior), Minas Gerais, Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul.

O presente número da “Revista Genealógica Brasileira” confirma, de modo perfeito, os credits alcançados pelos quatro volumes anteriores, o que tudo vem ainda uma vez mostrar a operosidade do tenente-coronel Salvador de Moia, presidente do Instituto Genealógico Brasileiro e diretor responsavel da “Revista” de que se trata, que é o órgão de publicidade do Instituto, com o seu complemento “Anuario Genealógico Brasileiro”, cujo volume quarto, já nas oficinas gráficas, está anunciado para o próximo mês de junho.

A vitalidade dos trabalhos referidos, “Revista” e “Anuario”, constitui demonstração de que ha e sempre houve, no Brasil, tendencia para essa ordem de cogitações. Faltava apenas o organismo centralizador e coordenador, aqui aparecido, afinal, o que está dentro de uma certa logica, por serem paulistas dois dos maiores genealogis-

tas brasileiros — Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777) e Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919).

Ainda agora, o dr. Elisiario de Camargo Branco, biografado aliás na pagina 170 da "Revista" recém-saída, está organizando um "Dicionario Biográfico-Genealógico", que pretende publicar no Rio Grande do Sul. O autor começou a recolher material destinado ao estudo das familias Camargo, Branco, Ribeiro, Ramos, Paim, Faustino Correia, bem como de Anita Garibaldi. Tendo, porém, obtido numerosos dados relativos a outras familias, resolveu ampliar, de muito, o seu plano primitivo, e está elaborando agora o seu "Dicionario Biográfico-Genealógico", ao qual ele chama "modesto serviço para os historiadores do porvir, realizado com a intenção justissima de homenagear aos nossos antepassados e cultuar os bons e assinalados feitos, praticados pela nossa gente, em prol da patria, em sua constante "marcha para o oeste", desbravando o sertão, povoando e enriquecendo nossos planaltos".

Da larga distribuição de circulares e da divulgação dos propósitos, poder-se-á avaliar a extensão e a importancia genealógica do dicionario ideado pelo dr. Elisiario de Camargo Branco.

E o interesse genealógico revelado em cartas que se recebem às vezes de muito longe? A propósito, tenho em meu poder duas missivas. Uma, de Belo-Horizonte, em que o revmo. cônego Francisco M. Bueno de Siqueira, dos Buenos de Siqueira de Silveiras (ver subsidio cento e quinze, de 5 de setembro de 1941), pergunta se Gervasia Nunes de Siqueira, que foi casada com Romão Gonçalves Gil, citados na pagina 227 do livro "Esboço Genealógico da Família Souza Meireles", do sr. Olimpio Meireles dos Santos, será do grupo dos Siqueiras, a que se prende José do Rego de Siqueira (S. L., III, 76). Igualmente deseja saber o signatario, se Romão Gonçalves Gil era, de fato, português, ou se, ao invés disso, liga-se a Sebastião Gil (S. L., VIII, 86). (\*)

A outra carta é do revmo. padre José da Trindade Fonseca e Silva, vigário de Campo Formoso, em Goiás, pesquisador de história e grande conhecedor dos velhos arquivos paroquiais goianos, principalmente do "mais precioso, o de Pirenópolis", ou seja da antiga Freguesia de Meia-Ponte. O revmo. padre José da Trindade também faz genealogia e colabora até na "Revista Genealógica Brasileira". Ele deseja informações sobre um ascendente seu, capitão Baltazar de Camargo, melhor Baltazar Soares de Camargo, campineiro, "pessoa de real prestigio em Jaraguá" (Goiás), onde deixou numerosa prole".

Os jornais já têm trazido apreciações elogiosas, merecidas, so-

(\*) Gervasia Nunes de Siqueira aparece em Silva Leme, volume VII da "Genealogia Paulistana", página 534, com o nome de Januarina. Ela, a mais velha da irmandade, teria nascido em 1766. Fiz a identificação em 1946.

bre um erudito trabalho, impresso nesta capital, em elegante folheto, no ano passado, sob o título "Conceito de Heráldica e de Genealogia". Trata-se de uma conferencia que o autor, o dr. Antonio Miguel Leão Bruno, fez, a 8 de março de 1941, ao ser recebido no Instituto Heráldico-Genealógico desta capital, na qualidade de socio efetivo. Agradeço o exemplar que me ofereceu, juntamente com outras duas produções suas, de assuntos que escapam ao objetivo destes subsidios.

O dr. Antonio Miguel Leão Bruno, formado no Ginasio Estadual daqui, em 1922; na Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1928; e na Faculdade de Direito também desta cidade, em 1936; tendo vivido largamente a vida das escolas officiais paulistas, é bem um produto delas e as honra com a sua esclarecida operosidade. Ha muito o que aprender e muito sobre o que refletir nas quarenta e poucas páginas do "Conceito de Heráldica e de Genealogia".

Diante de tantas e tão variadas e profundas formas de interesse genealógico, como pode um cético afirmar, seriamente, que se não encontra, nestes arraiais, quem goste de assuntos genealógicos?...

#### CXLVII

Continuando a expor a materia do subsidio cento e quarenta e cinco, referente à descendencia de João Manuel de Souza Arantes, português, natural de Braga, casado em Cunha, por 1809, com Laureana Constança de Oliveira, e, afinal, fazendeiro em São João Batista de Queluz, desde 1828, no bairro do Ribeirão das Cruzes; passarei a dar alguns informes quanto ao segundo filho do casal, que foi José Venceslau de Souza Arantes, casado com Tereza Ribeiro, de São José do Picú, Minas, crescida em Cunha.

"Crescida em Cunha", segundo informação ouvida, a respeito de Tereza Ribeiro, e não tive ocasião de verificar se é assim. Na Faculdade de Direito desta capital, existe uma copia de registo de batismo, referente ao aluno José Venceslau de Souza Arantes (homônimo do pai), e, no documento, vem declarado que a 27 de março (ou maio), de 1840, na Ermida de São João Batista do Jardim, foram batizados José e Gabriel, gêmeos, de oito dias, filhos do capitão José Venceslau de Souza Arantes e de Tereza Ribeiro; sendo avós paternos, dos apresentados, João Manuel Souza Arantes e Laureana Constança de Oliveira, e avós maternos o capitão Francisco Ribeiro de Carvalho e Cunha e Ana Ribeiro. Padrinhos das crianças: capitão Francisco Ribeiro de Carvalho e Cunha e d. Ana Francisca Ribeiro, mulher do alferes Francisco de Oliveira Costa. Vigario de Capivari (Minas), que extraiu a certidão, em 12 de março de 1859, Custodio Ribeiro de Carvalho. A freguesia era, ao tempo, bis-

pado de Mariana. A assinatura do vigário traz o reconhecimento do tabelião de Queluz, em 13 de março de 1859, João Martins da Silva Fonseca, presentes as testemunhas Joaquim José Pereira da Costa e João Pereira da Costa.

Sendo, pois, d. Teresa (do Carmo?) Ribeiro uma Carvalho e Cunha, por linha paterna, e sendo o marido dela natural de Cunha, não terá havido alguma confusão quanto a ter tal senhora "crescido em Cunha?" De 1890 a 1893, morei em Queluz, numa chácara que ainda existe, em frente da estação, e que havia sido de d. Jesuina Eufrazia, concunhada de d. Tereza Ribeiro. Esta, já avançada em anos, vinha da Varzea, bairro de Queluz, onde residia, a pé, demonstrando notável resistencia física. O caminho da Varzea para a cidade passava rente à chacara de d. Jesuina. E eu via com prazer, na minha meninice despreocupada, a energia incomum de "D. Tereza da Varzea".

Tenho uma lista de dez filhos do casal José Venceslau de Souza Arantes — Tereza Ribeiro de Carvalho e Cunha, e é a seguinte:

1 — Dr. José Venceslau de Souza Arantes, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1863; atrás referido. Ele aparece na "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, volume sexto, título "Bicudos", pagina 386; e ainda no primeiro volume do "Anuario Genealógico Brasileiro", página 44, em trabalho sobre o barão de Alfenas, no qual trabalho colaborou o distinto genealogista sr. Francisco Osorio de Oliveira, trineto do barão. As minhas notas dizem que o dr. José Venceslau foi casado três vezes, mas eu apenas apurei dois casamentos: um com Maria do Carmo, filha do coronel Antonio Ribeiro de Carvalho (e é o mencionado no "Anuario") e outro com Maria de Noronha, filha de José Luiz Gonçalves de Noronha (indicado na "Genealogia"). Com geração, desses casamentos, entre a qual o filho José Venceslau de Souza Arantes, referido na pagina 109, do "Esboço Genealógico", de Olimpio Meireles dos Santos (São Paulo, 1937). (\*)

2 — Custodio Ribeiro de Souza Arantes, alistado eleitor em Queluz, em 1876, com 27 anos. Era casado com Amelia Jardim, dos Jardins, de Rezende, pertencentes à familia do professor Renato Jardim, conhecido publicista, e do dr. Francisco Jardim do Nascimento, o meu bom colega da turma de Direito de 1905-1909. O casal tinha varios filhos: Gustavo, Leonidia, Brasília, Herminia, Maria Teresa. Com esta última casou-se seu primo, desembargador dr. Antonio Ribeiro Junqueira Sobrinho, natural de Queluz, formado aqui em São Pau-

---

(\*) O Dr. José Venceslau foi casado, em segundas nupcias, com Luiza Novais, filha de Joaquim Dias Novais e de Lucia Maria Brandina, Com pelo menos a filha — Antonieta, casada com Mario Moutinho França, de Rezende, que residiu em Ribeirão Preto. Com geração.

lo (ver Olimpio Meireles, "Esboço", pag. citada, onde não li, entretanto, na lista dos filhos do desembargador Antonio Junqueira, o nome de sua ilustre filha Helena, minha distinta ex-aluna na Escola Normal da Praça da República).

3 — Pedro Ribeiro de Souza Arantes, com 26 anos em 1866, em papeis eleitorais de Queluz. Nenhum outro apontamento tenho sobre ele.

4 — Delfina Ribeiro de Souza Arantes, casada com Domiciano de Paula Ramos, natural de São José dos Barreiros, um dos vinte e quatro filhos de Francisco Ramos de Paula, de Taubaté, e de Ana Moreira da Silva, de Areias, filha esta do capitão Domingos da Silva Moreira e de Maria Escolástica Ribeiro (ver "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, volume quatorze, de julho 1935, paginas 41 e 42). O casal Domiciano — Delfina tinha geração, e uma das filhas, Luzia, casou com Joaquim Eufrazio de Oliveira Garcez, de Queluz, que depois passou a residir em Olímpia (ver "Revista do Arquivo", numero vinte e sete, de setembro de 1936, paginas 141 e 142).

5 — Teresa Ribeiro de Souza Arantes, casada com Francisco de Paula Ramos, irmão de Domiciano. São os pais do conhecido professor Ezequiel de Paula Ramos, casado com Otilia Vilaça, com geração que já expuz na "Revista do Arquivo", volume quatorze, atrás indicado.

6 — Josefa Ribeiro de Souza Arantes, casada com o clinico dr. Julio de Freitas, que residiu em Queluz e creio que na vizinha localidade de São Roque.

7 — Joaquina Ribeiro de Souza Arantes foi casada com Carlos Antonio Nogueira. Eram lavradores em Queluz, frequentavam a casa de minha familia na localidade, e deles me lembro perfeitamente. Carlos Antonio Nogueira era uma figura muito simpática e sinto não saber encaixá-lo na "Genealogia Paulistana", certo como estou de que ele é dos Nogueiras, de Baependi, volume sexto, de Silva Leme, título "Bicudos". A filha de ambos, Amélia, casada com Gabriel, irmão do desembargador dr. Antonio Junqueira, acima, vem a ser avó materna de Zeila e Clélia São João, pianistas, que tanto brilho emprestavam às audições da sempre lembrada professora d. Vitoria Serva Pimenta.

8 — Helena Ribeiro de Souza Arantes foi a segunda mulher do capitão Francisco de Assis Pinto Ribeiro, filho de Gabriel Pinto Ribeiro e de Maria Generosa de Souza Meireles (página 109, do "Esboço Genealógico", já mencionado). Com geração desta segunda mulher: Helena, Iáíá, Alice, José.

9 — Francisca Ribeiro de Souza Arantes (D. Chiquinha da Varzea, em Queluz) casou com Antonio Ribeiro Junqueira, irmão de Maria do Carmo, a primeira esposa do dr. José Venceslau (numero um). Ver "Anuario Genealógico", volume primeiro, citado, página 45. Teve

o casal seis filhos: a — Antonio Ribeiro Junqueira, falecido nesta capital, em setembro de 1935, casado com Julieta de Avila Rebouças, com geração (ver “Revista do Arquivo”, volume vinte e sete, citado, paginas 187 e 188); b — Gabriel Ribeiro Junqueira, casado com Tereza Rebouças de Carvalho, com geração exposta na pagina 161 da “Revista do Arquivo” supra-referida; c — Francisco Ribeiro Junqueira, casado em Minas, com Joana de Oliveira; d — Custodio Ribeiro Junqueira, casado com Herminia (filha do casal dois?); e — José Ribeiro Junqueira, casado com Inacia Jardim, com varios descendentes, entre os quais a filha Francisca, casada com o cirurgião-dentista, hoje fazendeiro, em Lavrinhas (Queluz), José Carlos de Melo Varajão, e são os pais do advogado dr. Celio Junqueira Varajão (paginas 171 e 172, volume vinte e sete, da “Revista” indicada); f — Helena Ribeiro Junqueira, primeira esposa do capitão Francisco de Assis Pinto Ribeiro, que depois passou a novas nupcias com uma tia da primeira consorte (numero oito, acima). O capitão Chico Pinto, da Varzea, em Queluz, agricultor, deixou geração também desta primeira esposa (desembargador Antonio, Gabriel, Maria). Convém ver o capitão Chico Pinto no “Esboço”, de Olimpio Meireles.

10 — Maria Ribeiro de Souza Arantes, nome que encerra a lista, que possuo, de filhos de José Venceslau de Souza Arantes e de Tereza Ribeiro de Carvalho e Cunha, casou com Joaquim de Paula Ramos, penso que irmão de Domiciano e de Francisco, respectivamente considerados em quatro e cinco da enumeração, ora finda. Ignoro se deixaram prole.

### CXLVIII

No subsidio cento e quarenta e cinco, escrevi, que o casal João Manuel de Souza Arantes-Laureana Constança de Oliveira teve cinco filhos: João Constantino de Oliveira, José Venceslau de Souza Arantes, Delfina Eduarda, Tereza Joaquina de Oliveira e Joaquina Constança de Oliveira.

E, aproveitando notas do meu arquivo genealógico, esbocei a geração dos tres primeiros indicados. Conforme declarei, nada possuo relativamente à filha Tereza Joaquina de Oliveira. A última, Joaquina Constança de Oliveira, casou em Queluz (de São Paulo), aos 27 de novembro de 1839, com João Gomes de Siqueira Reis, tambem João Gomes dos Reis, natural de Cunha, nascido por 1815, quarto filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis (ver subsidio cento e vinte e cinco).

Tenho já publicado alguma coisa sobre esses Gomes de Siqueira (e Mota) — Reis, a propósito da geração que tiveram. Já tratei de José Celidonio Gomes dos Reis, casado com Catarina de Jesus Moura,

através do filho dr. Joaquim Celidonio Gomes dos Reis, batizado em Areias, aos dez de janeiro de 1839; formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1864 e casado em Areias com Estela de Avila. A propósito, lendo os "Rabiscos Genealógicos" (São Paulo, 1939). do dr. Melo Nogueira, encontrei, à pagina 53, um dr. Joaquim Celidonio, filho de José de Souza Lopes.

Tambem já publiquei algo a respeito do irmão de José Celidonio, chamado Joaquim Silverio Gomes dos Reis, que foi casado com Emilia, filha de José Manuel Vieira Maciel e de Ana Ferreira de Souza. Nada falei ainda, sobre os dois irmãos de José Celidonio e de Joaquim Silverio, de nomes Antonio Gomes dos Reis e João Gomes de Siqueira Reis. Em relação a este último, que é o casado com a filha de João Manuel de Souza Arantes, seu descendente sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior, atualmente primeiro tabelião em Pompéia, neste Estado, teve a gentileza de me oferecer boa copia de dados, que procurarei resumir, dentro do espírito destes subsidios. É de justiça confessar que o sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior tem mostrado constantemente um alto interesse pela genealogia da sua distinta familia.

Com o material que esse esforçado informante me tem apresentado, poderei fazer trabalho mais amplo, que ao seu tempo será divulgado. Eis, pois, o resumo das notas sobre a geração de João Gomes dos Reis e de Joaquim Constança de Oliveira: 1 — João, o primogênito, faleceu ainda moço, sem geração; 2 — João Manuel, idem, idem; 3 — José morreu ainda criança; 4 — Tereza, idem; 5 — Maria Guilhermina; 6 — Laureana Constança; e 7 — Joaquim Gomes de Siqueira Reis.

5 — MARIA GUILHERMINA GOMES DOS REIS nasceu em 1841 e casou em 1856 com seu primo José Celidonio ("o Moço"), filho de José Celidonio dos Reis e de Catarina de Jesus Moura. Tiveram tres filhos e descendencia por dois deles (José Celidonio Neto e Maria). José Celidonio Gomes dos Reis Filho morreu em S. José do Barreiro, em 1871, e sua esposa, Maria Guilhermina, em Guaratinguetá, em 1921.

José Celidonio Gomes dos Reis Neto foi casado por 1878 com sua prima Clotilde Alvares de Magalhães, filha de Francisco Alvares de Magalhães e de Mariana Celidonio Gomes dos Reis. Deixaram dez filhos: a) José, de 1881, falecido em 1900; b) Ester, de 1886, falecida em 1919; c) Fernando, de 1897, falecido em 1935; d) Oscar, falecido ainda pequeno; e) Francisco, idem; f) Mariana, idem; g) Maria Olívia; h) Elisa; i) Arlinda; e j) Marieta Celidonio Gomes dos Reis, estas quatro últimas solteiras e fazendeiras em Bananal, onde residem. José Celidonio Neto faleceu em 1936 e Clotilde Al-

vares em 1901. Foram sepultados em S. José do Barreiro, onde nasceram todos os filhos.

Maria Celidonio Gomes dos Reis, a filha de Maria Guilhermina, casou aos 30 de setembro de 1878, com seu tio João Celidonio Gomes dos Reis, irmão de José Celidonio ("o Moço"). Ela, nascida em 1863, morreu aqui em São Paulo, em 1930, e o marido faleceu em Queluz, em 1914. Tiveram quatro filhos: a) — Alzira Celidonio Gomes dos Reis, solteira; b) — Otavio Celidonio, idem; c) — Antenor Celidonio; d) — Ermelinda Celidonio, de 1884, casada em 1901, com seu primo dr. José Celidonio de Melo Reis, filho do capitão Antonio Celidonio Gomes dos Reis e de Cândida Luiza de Melo. Tiveram doze filhos: I — Carmen, casada com seu primo Alberto de Siqueira Reis; II — Irene, casada com João Meireles de Castro; III — Dr. José Celidonio de Melo Reis Filho, casado com Dina de Azambuja. O dr. José é médico do Departamento da Lepra, em Sorocaba; IV — Gilberto, casado com a professora Maria Eunice de Camargo; V — Maria, casada com o professor João Rodrigues de Alquimin, residentes em Guaratinguetá; VI — Luiz, solteiro; VII — Pedro, solteiro; VIII — Consuelo, solteira; IX — Heloisa, solteira; X — João Antonio, falecido na infancia; XI — Gilberto, idem; XII — Zélia, idem.

6 — LAUREANA CONSTANÇA GOMES DOS REIS nasceu em São José do Barreiro aos 27 de dezembro de 1844. Contraiu matrimonio com Francisco Ribeiro Junqueira, do Carmo do Rio Verde, hoje Silvestre Ferraz. São os Barões de Cristina, agraciados em 1889. Ela faleceu em 1912 e ele em 1921. Tiveram tres filhos: Miguel, falecido em criança; Joaquina Nicesia, nascida em Barreiro, aos 15 de fevereiro de 1862; e Pedro, também nascido em Barreiro, aos 14 de setembro de 1864.

Joaquina Nicesia consorciou-se com seu primo Gabriel Francisco Ribeiro Junqueira e tiveram onze filhos, dos quais seis morreram em pequenos, tendo crescido os cinco seguintes: a) — Joaquim, b) — Helena Nicesia, c) — Estela, d) — Maria José e e) — Alvaro. a) — Joaquim Ribeiro Junqueira casou primeiro com sua prima Gabriela Junqueira Ferraz, e, em segundas nupcias, com Ana Albertina, irmã de Gabriela, e teve tres filhos — Gabriel, casado com Maria de Nazaré Ferraz, com a filha Edí; Pedro, casado com Etlvina Junqueira Gorgulho, com os filhos Elcio, Alvaro e Marise; e Silvestre, casado com Gabriela de Castro Pereira, com as filhas Zilda e Léa; b) — Helena Nicesia faleceu solteira em 1941. c) — Estela Ribeiro Junqueira casou com seu primo Augusto dos Reis Junqueira, descendente de uma irmã de Maria Felizarda dos Reis, a qual irmã foi a mulher de um Andrade Junqueira, do Sêro, Minas. Estela teve os

filhos Laureana, José e Aloisio. d) — Maria José, falecida em 3 de setembro de 1925, foi a esposa de seu primo Silvestre Ferraz Junqueira, e tiveram sete filhas: Adilia, falecida; Joaquina, Gabriela, Albertina, Helena Marília, Heloisa e Maria José. A segunda e a terceira, Joaquina e Gabriela, casaram respectivamente com seus primos Pedro Augusto Junqueira e José Andrade Junqueira e e) — Alvaro Ribeiro Junqueira faleceu no Rio de Janeiro, quando cursava o sexto ano de Medicina.

Pedro Ribeiro Junqueira, filho de Laureana Constança, casou com sua prima Ana Ribeiro dos Reis Junqueira, descendente também de uma irmã de Maria Felizarda dos Reis. Esta Maria Felizarda dos Reis aparece no meu trabalho sobre os Lopes Figueira, do Fação, publicado no volume trinta e cinco da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Nesse trabalho, de páginas 110 a 112, relaciono os oito filhos de Mônica Felizarda da Cruz e de seu marido o tenente Luiz da Silva Ferreira, e eram esses oito filhos: 1 — Ana Maria dos Reis, casada em 1780, em Cunha, com Antonio Alves de Castro; 2 — Catarina, que não é, como escrevi, a que casou com o tenente Manuel Aires do Amaral; 3 — Maria Felizarda dos Reis, casada em Cunha, por 1802, com o capitão Joaquim Gomes de Siqueira e Mota ( donde vêm os Gomes de Siqueira Reis, de Formoso ); 4) — Inacio; 5) — Joana; 6) — Rita, que é a que deve ter casado em Cunha com o guarda-mor Francisco Lourenço Guimarães; 7) — Mariana; e 8) — José da Silva Reis, com 13 anos em 1792. Qual será dessas irmãs de Maria Felizarda dos Reis, a que casou com um Andrade Junqueira, do Sêrro, Minas?

A seguir, na proxima nota.

#### CXLIX

De acordo com o meu compromisso da nota passada, termino hoje a descendencia do casal João Gomes de Siqueira Reis (também João Gomes dos Reis) — Joaquina Constança de Oliveira. Havia parado, ao começar a descrever o casal Pedro Ribeiro Junqueira — Ana Ribeiro dos Reis Junqueira.

Pedro e Ana deixaram dois filhos — Petronilha e José Pedro, pois, o de nome Francisco Pedro Ribeiro Junqueira, acadêmico de Medicina no Rio de Janeiro, morreu num conflito com a policia. Petronilha Ribeiro Junqueira contraiu nupcias com seu primo Joaquim Junqueira Ferraz e tiveram os filhos Helena Carmelina, Celina, Pedro, Raquel, Maria e Francisco. José Pedro Ribeiro Junqueira graduou-se em Direito e consorciou-se com sua prima Guiomar de Bastos Chaves e tiveram a filha única Maria da Gloria Bastos Chaves Junqueira, sendo estes os únicos que se ausentaram de Silvestre Fer-

raz: moram em Juiz de Fora. Pedro Ribeiro Junqueira morreu em 1902.

7 — JOAQUIM GOMES DE SIQUEIRA REIS, irmão de Maria Guilhermina e de Laureana Constança, baronesa de Cristina, nasceu em São José do Barreiro, aos 8 de abril de 1848 e casou com Eulalia Maria do Espirito Santo, filha de Lucio Monteiro Pereira dos Santos, e Mariana Meireles, de Guaratinguetá. Joaquim Gomes de Siqueira Reis faleceu nesta capital em 23 de março de 1924 e Eulalia Maria também aqui, em 23 de janeiro de 1932. Dos dezenove filhos nascidos vivos, que tiveram, dois faleceram já com descendência, e cinco ainda pequenos.

Joaquim Gomes de Siqueira Reis, ao matricular-se no antigo Colegio Pedro II, com o nome de Joaquim Gomes dos Reis, foi advertido, pelo reitor, de que lá já havia um Joaquim Gomes dos Reis, filho do capitão Antonio Gomes dos Reis, este terceiro filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis. O recém-matriculado escreveu ao pai, em consulta, sugerindo a adjução de "Caetano", à primitiva assinatura, ou então a adoção do nome todo do avô paterno — Joaquim Gomes de Siqueira e Mota. O pai respondeu logo, desaconselhando o "Caetano" e lembrando "Siqueira" e, ainda mais, dizendo que, se nenhum da família havia deixado de usar "Reis", por que êle constituiria a exceção? Foi daí que nasceu a escolha do nome Joaquim Gomes de Siqueira Reis, com o qual cursou a Faculdade de Direito de São Paulo até o terceiro ano, em 1871. Nessa época, envolvendo-se em questões de estudantes a propósito da "Lei João Alfredo", pediu transferência para Recife, de onde voltou em 1873, para assistir ao falecimento do pai, e promover, após, o inventario do mesmo.

Deixou então a vida de solteiro, vendeu a fazenda "Serra do Máximo" a sua tia Emilia, viuva de Joaquim Silverio Gomes dos Reis, e transferiu-se para a vila de Barreiro, dedicando-se à advôcacia: ganhou fama de tribuno e latinista. Durante a Monarquia foi quasi sucessivamente presidente da Câmara e juiz de Paz, tendo exercido também o cargo de juiz municipal do termo de Barreiro, comarca de Areias. Eleito deputado provincial pelo terceiro distrito, na 26.<sup>a</sup> legislatura (1884-1885), muito se esforçou pela elevação de Barreiro a cidade (Lei n. 35, de 10-3-1886). Em 1888, com a morte do tenente Francisco Alvares de Magalhães, assumiu a chefia do Partido Conservador, até a proclamação da República. Foi deputado à Constituinte de 1891 e, depois da queda de Americo Brasiliense, militou retraidamente no P. R. P., até mudar-se em 1902, para Tietê, onde advogou. Em 1912 fixou residencia nesta capital e aqui esteve o resto da vida.

Eis a lista dos quatorze filhos, que cresceram, do casal Joaquim Gomes de Siqueira Reis-Eulalia Maria do Espirito Santo:

1 — Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior, antigo fazendeiro em Cravinhos e escrivão nesta capital. Advogou em Marília, sendo hoje primeiro tabelião em Pompéia. Contraiu matrimonio nesta capital, com Clotilde de Araujo Rebelo, filha de Manuel Joaquim Pereira Rebelo e de Fortunata Honoria de Araujo. Com a geração de tres filhos: Carmen Rebelo Reis, professora em Marília, diplomada em 1931 pelo curso normal do Instituto Pedagógico de São Paulo, e aí tive o prazer de contá-la no número de minhas alunas; Valter Rebelo Reis, estudante de Medicina; e ainda Aparecida, que morreu criança.

2 — Luiz Siqueira Reis, falecido aqui em São Paulo, aos 5 de setembro de 1941, deixando viuva Berta Rebelo Reis, irmã de Clotilde, acima, casada com o numero um. Exercia nesta capital o cargo de juiz de Paz da Consolação, tendo-o sido antes em Cravinhos, onde tambem desempenhou a função de presidente da Câmara. Nessa localidade era fazendeiro. Deixou a filha Edite, casada com Antonio José de Faria Tavares, filho do saudoso clínico desta capital, dr. Faria Tavares, e de sua esposa Deolinda Alvim Maldonado. O casal Antonio Tavares-Edite Reis tem quatro filhos: Carlos Alberto, Antonio José, Maria Cecilia e Maria Lucia.

3 — Augusto de Siqueira Reis, antigo fazendeiro em Sertãozinho, hoje negociante em São Paulo, casou-se com Julieta Machado, filha de Joaquim Antonio Machado e Gabrielina Leite Machado. Com o filho único Joaquim Machado de Siqueira Reis, graduado em Direito na Faculdade daqui, em 1941, jornalista; casado aos 27 de dezembro do ano passado, com a professora Maria Isabel de Arruda Camargo, assistente de matemática no curso ginasial da Escola-Modelo da praça da Republica; natural de São Carlos, onde se diplomou, filha de Luiz de Arruda Camargo e de Argentina.

4 — Elisa de Siqueira Reis, professora, solteira:

5 — Maria Augusta de Siqueira Reis, solteira:

6 — Julieta de Siqueira Reis, solteira;

7 — Alice de Siqueira Reis, professora, casada com Antonio Rodrigues Fortes, funcionario municipal, filho de Manuel Rodrigues Fortes e de Umbelina.

8 — Mariana de Siqueira Reis, professora, solteira:

9 — Maria Luiza de Siqueira Reis, professora, casada com José Silveira Leme, coletor federal em Bragança. Com o filho Rubens de Siqueira Reis Leme, estudante de Direito.

10 — Frederico de Siqueira Reis, falecido nesta capital aos 9 de fevereiro de 1934, funcionario público. Do seu casamento com Haydée de Almeida Barbosa, deixou a filha única Lourdes Barbosa Reis, aluna do Colegio de Santana.

11 — Alberto de Siqueira Reis, nascido em Barreiro, aos 12 de janeiro de 1900, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1929, jornalista e primeiro presidente da Associação Paulista de Imprensa. Está casado com Carmen Celidonio de Melo Reis, filha do dr. José Celidonio de Melo Reis e de Ermelinda Celidonio, referidos no subsídio anterior. O dr. Alberto de Siqueira Reis é um dos advogados do Departamento Jurídico da Prefeitura.

12 — Alfredo de Siqueira Reis, jornalista, advogado provisionado e bacharelado de Direito, solteiro.

13 — Maria do Carmo de Siqueira Reis, minha boa aluna e dirigida, na Escola Normal do Braz, onde se diplomou em 1922. É adjunta do Grupo Escolar de Vila Matilde, aqui em São Paulo. Está casada com Anibal da Costa Aguiar, comerciante, ex-juiz de Paz de Pompéia, filho de Antonio da Costa Aguiar e de Ana.

14 — Lucinda de Siqueira Reis, professora, casada com o dr. Aureliano Borges de Carvalho, medico, filho de Antonio Borges de Carvalho e de Maria de Jesus, esta viuva, fazendeira em São João da Boa Vista. O casal tem a filha única — Maria Eulalia de Siqueira Reis Carvalho.

No subsídio passado, na enumeração dos quatro filhos de Maria Celidonio e João Celidonio Gomes dos Reis, ficou faltando dizer que Antenor Celidonio Gomes dos Reis, nascido em Barreiro, era casado em Uberabinha (Mina's) com Rita de Gois, filha de José de Gois. Antenor faleceu em São Paulo, aos 30-12-1930, deixando tres filhos menores — João, Sebastião e Maria Aparecida.

## CL

Cimbelino de Freitas é um nome assaz conhecido em São Paulo, não só nas rodas do professorado, ao qual serviu com dedicação e competencia até aposentar-se, como também nos meios artísticos, exímio aquarelista, que se revelou.

É filho do casal Elisa Rudge da Silva Ramos — Augusto Monteiro de Freitas, que vem na "Genealogia Paulistana", volume quinto, página 203, título "Cunhas Cagos". Está relacionado na página quinze, do minucioso trabalho do dr. Frederico de Barros Brotero, "Barão de Antonina — Apontamentos genealogicos" (São Paulo, 1940). Havendo contraído nupcias, em São Paulo, com Judite do Canto, filha do antigo inspetor escolar Francisco Pedro do Canto (S. L., volume quinto, página 429, título "Alvarengas"), teve Cimbelino de Freitas de entrar no já muito vulgarizado estudo genealogico "Pedro Taques de Almeida Pais Leme", de autoria do dr. Augusto de Siqueira Cardoso, conforme se vê na pagina 281, volume dezenove (1914) da "Revista do Instituto Histórico e Geografico de São Paulo". Cimbelino

e sua esposa pertencem, portanto, a tradicionais famílias paulistas, usando-se com propriedade, uma velha fórmula, que não desagradava aos que a ela fazem jus.

Cimbelino cursava o quarto ano da antiga Escola Complementar da praça da Republica, em 1903, ao tempo em que eu fazia o quarto ano da Normal. Formamo-nos na mesma época e iniciamos o magisterio primario quasi juntos, indo lecionar em duas escolas primarias da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, aqui em São Paulo.

Dessas antigas relações nasceu em mim o desejo de estudar o lado Freitas, que é a linha paterna do citado amigo e colega. E êle sempre me dizia que essa ascendencia sua era da zona litoranea paulista. Tal informação aguçava ainda mais a minha curiosidade, pois já descobri, em São Sebastião, creio que tres grupos de Freitas, sendo dois muito bem caracterizados, e são os dois de que tratei nestes subsidios, ns. 15 e 16, saídos no "Correio Paulistano", nas edições de 15 e 22 de setembro de 1939. E são esses grupos: 1.º os descendentes de Gonçalo de Freitas e de Maria Farinha, ele de Viana e ela de Coimbra. Dêsse casal vêm os Nunes de Freitas, antigos em São Sebastião; 2.º os descendentes de Antonio Lourenço de Freitas, natural de São Miguel da Fronteira, termo de Valença do Minho, arcebispado de Braga, filho de José de Freitas e de Luiza Lourenço. Antonio Lourenço de Freitas, nascido por 1758, casou em São Sebastião pelo ano de 1783, com Antonia Maria Pinheiro, indicada com o nome de "Antonia Maria", sem estado civil, na pagina 483, volume segundo da "Genealogia Paulistana", em titulo "Lemes". Antonio e Antonia deixaram grande geração, conhecida, em que sobressaem uns magistrados paulistas "Lourenço de Freitas".

Convem notar aqui, que Maria Barbosa, irmã de Antonia Maria Pinheiro, era casada com José Pacheco de Freitas, de certo dos Nunes de Freitas, mais antigos, em São Sebastião, do que os Lourenço de Freitas (S. L., II, 483). Mas eu encontrei na "Genealogia Paulistana", volume quarto, pagina 126, titulo "Arrudas Botelhos", uma Escolástica de Arruda, casada em Itu com Antonio Luiz de Freitas, falecido nessa localidade em 1775, natural de Santo Estevam das Geiras, concelho de Lanhoso, filho de Francisco de Freitas e de Isabel Luiz. Ora, o filho de Antonio e de Escolástica, homônimo do pai — Antonio Luiz de Freitas, estava "casado e ausente em São Sebastião".

De maneira que fui orientando a pesquisa sobre a linha paterna de Cimbelino de Freitas, no firme proposito de achar a ligação dela com um desses tres ramos litorâneos de Freitas paulistas. Contudo, ainda não obtive resultado no empreendimento. Augusto Monteiro de Freitas, pai de Cimbelino, casou em São Paulo, aos 6 de março de 1886, com

Elisa Rudge da Silva Ramos, e eram os seus genitores Gregorio Inocencio de Freitas e Ludovina Joaquina Monteiro.

Gregorio Inocencio de Freitas vinha a ser filho de Inacio Benedito de Freitas e de Joaquina Maria de Jesus. Estes dois, em 1813, compareceram perante o vigario da vara, em Iguape, e alegaram residencia na Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Xiririca, declarando que eram parentes "pelo quarto grau misto ao terceiro de consanguinidade" e que, por isso, estavam impedidos de se casarem. Requeriam dispensa de impedimento a qual, depois das formalidades exigidas pelo direito canônico, foi afinal concedida pelo Reverendissimo "Diogo Rodrigues Silva, presbítero secular, vigário colado nesta Vila de Iguape, nela e sua Comarca Vigário da Vara, Juiz dos Casamentos, Capelas e Resíduos, por Provisão do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Mateus de Abreu Pereira, Bispo desta Diocese, do Conselho de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, etc. etc."

Inacio Benedito de Freitas justificou, perante a autoridade eclesiástica, sua filiação quanto a Ana de Freitas Ramos, sendo esta filha de Antonio Pereira Véras, irmão de Maria Furtado. E Joaquina Maria de Jesus justificou ser filha do Capitão Francisco de Paula França, que o era de Romão de França Lisboa, sendo êste nascido de Maria Furtado, irmã de Antonio Pereira Véras.

Com o auxilio de censos de Ordenanças de Xiririca, existentes no Arquivo Público do Estado, consegui ampliar um pouco as informações resumidas, da justificação do parentesco impeditivo e a consequente dispensa do impedimento.

Inacio Benedito de Freitas era filho de João da Cunha Pinto, falecido em 1798, e de Ana de Freitas Ramos, nascida por 1741. Pais desta Ana: Antonio Pereira Véras, com cento e doze anos, em 1793, já viuvo de Florinda Ribeiro Lopes, recenseada com sessenta e dois anos em 1791. Dêstes dois últimos nomes nada se pode inferir quanto ao cognome Freitas Ramos. E' cabivel a hipótese de Antonio Pereira Véras ter sido casado uma primeira vez, com esposa Freitas Ramos.

Quanto a Romão de França Lisboa, contava quarenta e nove anos em 1793, e sua mulher Maria da Costa da Assunção, quarenta e cinco. Pais de Romão: Antonio de França Lisboa, com sessenta e cinco anos, em 1767 e Maria Furtado de Mendonça, falecida viuva, em 1792, aos cento e sete anos de idade. O capitão Francisco de Paula França, sogro de Inacio Benedito de Freitas, estava pelos vinte e quatro anos, em 1792, quando casou com Rita Pedroso, ou Rita Rodrigues da Cunha, de dezesseis anos.

Em 1789, encontrei Antonio Antunes de Almeida, de sessenta anos, casado com Narcisa de Freitas Ramos, de cinquenta. Ainda nesse ano: Adrião Trudes de Normandia, de cinquenta e três anos, casado

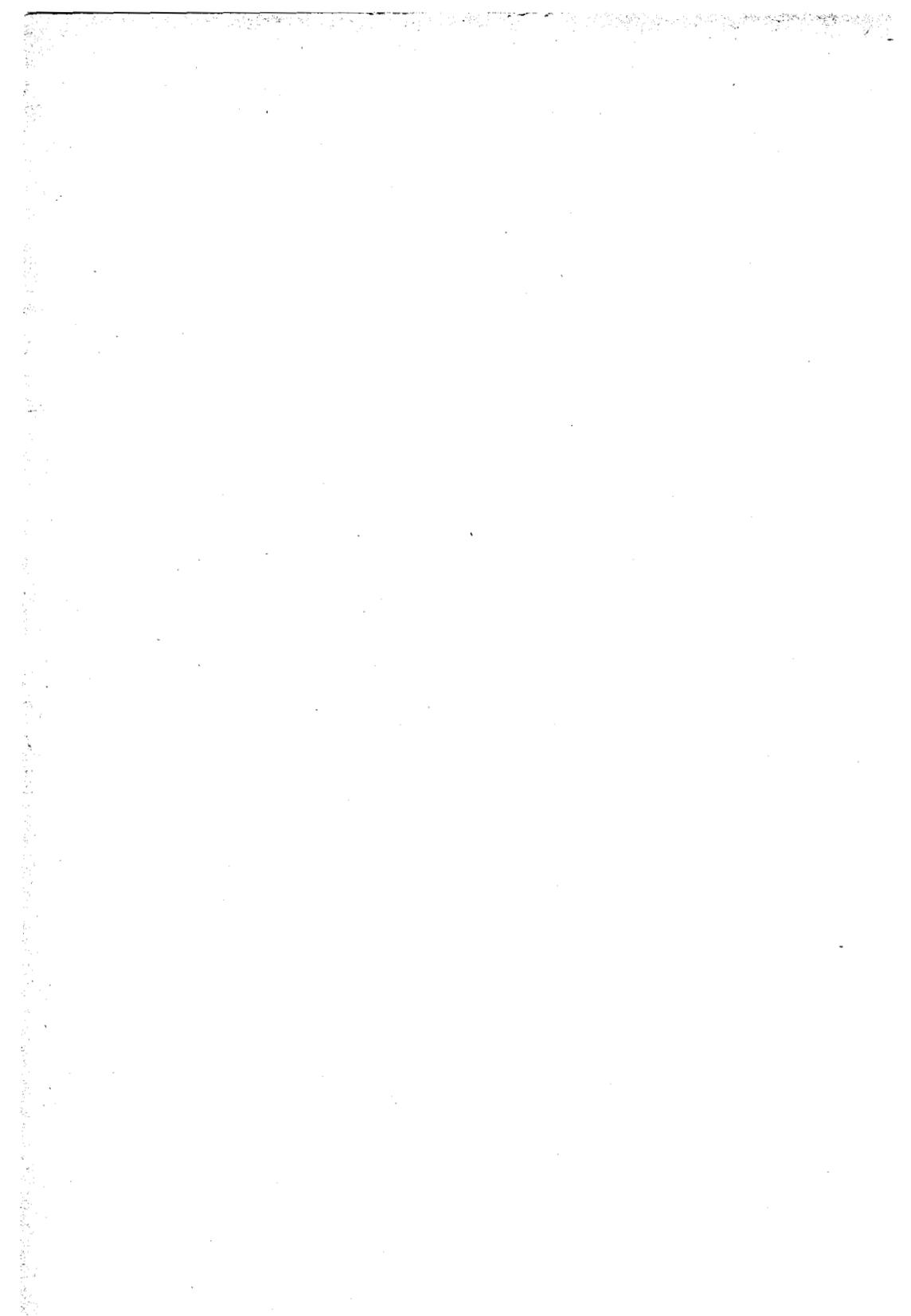
---

com Bárbara de França, de quarenta e tres, com os oito seguintes filhos: Luiz de França, 25 anos; Tomás de França, 17; Domingos de França, 12; Geraldo Trude, 8; Joaquim Trude, 10; Ana de França, 14; Josefa de França 10; e Maria de França, 4.

Eram pois numerosos, na segunda metade do século dezoito, em Iguape e Xiririca, os Cunha Pinto, os Pereira Véras, os França Lisboa, os Freitas Ramos, aos quais, neste subsídio, faço pequena referência.

Quem sabe se poderá esclarecer, nessas genealogias, o historiador Antonio Paulino de Almeida, meu prezado colega da turma de Direito de 1909, doutor em assuntos do litoral paulista?

---



## Antônio de Toledo Piza

*J. P. Leite Cordeiro*

Através da palavra fluente do Dr. José Torres de Oliveira, nosso ilustre Presidente Perpétuo, sentimos hoje bem patente ante o espírito a admirável figura de Antônio de Toledo Piza cujo nome se inscreveu com letras douradas nos anais do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Bem faria eu se permanecesse calado após a esplêndida alocução que acabamos de ouvir, seguida pelo estudo tão interessante quanto erudito do nosso companheiro Dr. Carlos da Silveira, do qual já nos habituamos a receber esplêndidos ensinamentos genealógicos e históricos.

Não me contive, porém, e aqui estou para reafirmar o quanto vemos a Antônio de Toledo Piza, um dos integrantes daquela triade gloriosa de cuja tenacidade nasceu esta Casa. Nêle se encarnavam as virtudes dos pioneiros. Exímio batalhador, incomparável lutador, venceu os primeiros óbices, os primeiros obstáculos que muitas vezes são os mais difíceis de serem vencidos, e assentou em bases sólidas de honorabilidade e de seriedade, o futuro prestígio do Instituto. E isso fez, fundamentado em "fervoroso culto à história pátria", traço de sua personalidade salientado pelo Desembargador Antônio Ferreira de Souza Pitanga, ao lhe fazer o necrológio, na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 15 de dezembro de 1915.

Cultor da história e rebuscando cientificamente o passado, Toledo Piza contribuiu para firmar em nosso meio o conceito daquela que tem como inspiradora a bela Clío, musa famosa da mitologia grega. Tendo em mente a definição de Cícero que viu na história a "mestra da vida, a testemunha dos tempos e a luz da verdade", empolgou-se Toledo Piza no levantamento do passado, qual filósofo em busca da sabedoria. E se houve alguém que nos pudesse exemplificar a maneira de trabalho de um historiador foi êle indiscutivelmente. Cuidadoso nos juízos e nas opiniões exaradas, e de cujos erros e desacertadas interpretações nenhum de nós está livre, procurou sempre, des-

pido de preconceitos e de juízos "a priori", estabelecer a verdade guiando-se pela revelação haurida nos arquivos e nos documentos.

É muito difícil, a quem se propõe levantar o passado, manter a sua posição de verdadeiro juiz ante os fatos. A natureza humana é muito sugestionável ainda mais em se tratando de acontecimentos referentes muitas vêzes àquilo que é mais querido e mais amado por nossos corações como sejam a nossa pátria, a nossa grei, o nosso povo. A imparcialidade, porém, é um atributo dos homens superiores e sòmente êles poderão julgar as ações de outros homens. O magistral Afonso de E. Taunay já disse algures: "Percorrer o campo dos estudos históricos é obedecer aos mais nobres ditames do coração e do espírito em prol da verdade e da justiça". Muita razão tem o nosso ilustre Presidente Honorário, porque o historiador busca a verdade em cuja essência os homens encontram a possibilidade de fazer justiça, mas a êle cabem deveres na missão quasi divina de apontar a verdade. Cumpre-lhe ser escrupuloso, honesto e sobretudo corajoso a fim de expor o realismo da História, embora desoladora em muitos de seus períodos que refletem o lado mau e cruel das paixões humanas.

O Papa Leão XIII, ao expor os princípios da História, afirmou que não se deve "Recear dizer a verdade, em hipótese alguma, lembrando-se de que acima de tudo é preciso que não se dê ensejo a que pareça inspirada pela lisonja ou pela animosidade". Admiravelmente seguiu Toledo Piza êsses ditames, mostrando aos contemporâneos e também a nós dos dias atuais, que não temos o direito de menosprezar as boas regras para a pesquisa e análise do passado, onde não buscamos apenas o traçado da evolução humana, mas também as lições que a cada passo encontramos na História, originadas na experiência do homem, paulatinamente acumulada através dos séculos, e com a qual podemos fixar a amplitude crescente dos conhecimentos e o domínio progressivo sòbre as forças da natureza. Na realidade, é a História que nos transmite os benefícios dessas conquistas nos campos da Técnica, da Ciência, da Arte, da Moral e da Literatura, cujo conjunto forma o que chamamos Civilização. Se continuarmos a desenvolver êste pensamento, chegaremos à conclusão de que é a própria História que transmitirá às gerações futuras as nossas próprias realizações. Sòmente a memória vence a morte e a História nada mais é do que a memória dos povos e das nações.

Além dêsses, possui a História outros atributos que tornam sublime o afã do verdadeiro historiador. Poderíamos lembrar os seus atributos artísticos, oriundos na maneira de transmitir os conhecimentos obtidos com as investigações, ou o estilo que quando apurado, alcança os páramos de uma verdadeira arte. Deixemo-los, porém, de lado e lembremos apenas a radicação da História na Filosofia. Não basta buscar a verdade e narrá-la com arte. É necessário ir mais

além. É preciso interpretá-la e tirar ensinamentos. Quando a História sai da análise científica e atinge a visão de conjunto para explicar as relações, para aprofundar o conhecimento sobre o homem e para orientá-lo, se entrelaça desde então com a Filosofia. Pode-se dizer que a Filosofia é um momento histórico constituído pelos fatores que historicamente atuam no mundo e na mente do homem onde nascem as concepções filosóficas.

O grande João Batista Vico já anunciava, no seu tempo, a unidade entre a Filosofia e a História. Si formos um pouco mais adiante, afirmaremos que na História procuramos a explicação de nós mesmos e realmente em parte, é ela que mostra o que somos.

A Filosofia abrange os vastos campos das ciências e é dessa incomensurável semente que brotam as criações e concepções filosóficas, fontes geradoras de ciências especiais. A História da Filosofia demonstra que as ciências nasceram sucessivamente da própria Filosofia, dela se desligando pouco a pouco nas suas partes principais. Os conhecimentos geraram-se naquele berço inexaurível, constantemente renovado em seu poder frutificador, a desenvolver e acalentar dentro de si mesmo novos germes, desabrochados pouco a pouco na emancipação de outras e novas ciências. Dessa magnífica fonte surgiram a Matemática, a Física, a Biologia, a Química, a Filologia, a Pedagogia, além de inúmeras outras, e ali mesmo ainda crescem para futuro desmembramento a Metafísica como teoria da atividade, a Ética, a Teoria da Arte e a Teoria da Ciência na sua qualidade de teoria da formação de conceitos.

Em regra, é por isso que a força criadora do filósofo, dominando a unidade, coordenando as relações e abrindo novos campos à exploração, não é compreendida pelo seu tempo. Somente um mundo futuro, preparado e evoluído para entender e compreender aquela unidade, então já dividida pelo progresso da cultura e da civilização, lhe faz justiça e rende homenagem à força criadora e à segurança das visões antecipadas daqueles que são chamados os grandes pensadores da humanidade.

A História, no seu atributo filosófico, abarca o homem como um microcosmo, ou si quiserem, como um verdadeiro "compêndio de História Universal", na expressão feliz de Benedetto Croce.

Ninguém deixa de reverenciar os filósofos que, nas elucubrações de seus espíritos iluminados, procuram a verdade. A Dionísio de Siracusa ofereceram o governo de um povo e a Platão um reino. Voltaire foi disputado pelas côrtes européias e Alexandre, o Grande, dominador do mais vasto império conhecido até a sua época sempre respeitou Aristóteles.

Que buscam os filósofos em suas altas elucubrações senão a verdade? E no entanto, quem mais ama a verdade do que o histo-

riador, empenhado em desvendá-la para maior conhecimento do Homem e do Universo? Daí o sentido de mais uma expressão de Benedetto Croce: "A história deve ser escrita por filósofos e a filosofia por historiadores".

Na tarefa enobrecedora do historiador, dividem-se os trabalhos. Uns rebuscam, restauram e classificam. Outros elaboram uma visão de conjunto, e, da impressão inicial da unidade, chegam às conclusões gerais. Naqueles, salientam-se a paciência, a tenacidade e o esforço, glorificadores de uma existência. Nestes, predomina, além da erudição, o espírito interpretativo que define e explica o acontecer humano. É justamente nessa ocasião que a Filosofia e a História se interpenetram, focalizando a verdade, no anseio comum de tornar compreensível o enigma do Universo e do próprio homem. Uma não dispensa a outra. Ambas se completam.

Eis senhores, em breve resumo, as considerações surgidas em meu espírito quando reverentemente êle se fixou na contemplação da obra realizada por Antônio de Toledo Piza, o insigne historiador paulista que empregou longos e profícuos anos de sua vida no utilíssimo e devotado mister de conquistar dados que pudessem orientar as gerações futuras, e de já deixar traçadas as linhas mestras da evolução de nosso povo para que do seu conjunto se tirassem as boas diretrizes da futura vida nacional. Executou, portanto, perfeitamente a missão quasi divina de apontar a verdade.

Para dizer-nos da sua operosidade em divulgar os frutos de longas pesquisas, basta apontar o índice da revista de nosso Grêmio, que ostenta mais de uma vintena de artigos eruditos e esclarecedores. E isto sem contarmos a sua colaboração na imprensa de S. Paulo, em alguns volumes dos "Documentos Interessantes" e na Revista do Instituto Histórico Brasileiro que, entre outros trabalhos, publicou o esplêndido e tão elucidativo estudo sobre a Igreja do Pátio do Colégio, receptáculo de tantas glórias e escrínio onde se conservaram as tradições da aldeia de Piratininga e depois da cidade de S. Paulo.

A vida de Toledo Piza nos apresenta várias facetas através das quais nos poderíamos aprofundar, colhendo os frutos de uma existência laboriosa e digna, devotada ao trabalho, fecunda e produtiva em realizações patrióticas que o guindaram às alturas dos mais ilustres paulistas.

Radicava-se nas velhas estirpes de Piratininga, trazia nas veias o sangue de famosos bandeirantes e, qual novo conquistador de territórios indevaçados e de altas serranias, constituíam-lhe o cerne a pugnacidade, a tenacidade e a coragem, qualidades herdadas dos avoengos que fizeram a grandeza territorial do Brasil.

Continuando a obra dos antepassados, abraçou o movimento republicano e profligou idealisticamente pelo bem da pátria por êle tão querida.

Esfriados os entusiasmos da mocidade, vivendo longos anos fora do país, tendo tido a felicidade de assistir, com a Proclamação da República, à realização de um dos seus ideais, Toledo Piza teve a sua existência bafejada pelos sucessos de todos aqueles que sabem cumprir as suas obrigações e os seus deveres, como deu exemplo nas atividades de engenheiro civil, profissão em que se diplomara pela Universidade de Cincinnati, nos Estados Unidos, galardoado com o grau de distinção.

Do que realizou no campo da investigação e da pesquisa histórica avulta sobremaneira a gigantesca obra que levou a efeito no Arquivo Público do Estado, cuja direção lhe foi confiada em 1893.

Compreendendo o alcance do cargo a êle, em boa hora, atribuído, empenhou-se na preservação e divulgação dos documentos registrados da História de S. Paulo, sem a boa apresentação dos quais é difícil o levantamento do nosso passado. Não se limitou, porém, a fazê-lo cuidar, a orientar-lhes a restauração e a classificação. Estudou-os, interpretou-os, concatenou-os e deixou-nos páginas esclarecedoras dos acontecimentos e orientadoras de futuras pesquisas.

Não bastasse isso para elevá-lo no conceito das gerações atuais, recolheríamos na história dêste venerável sodalício, os benefícios da passagem de Toledo Piza por esta Casa, cuja trajetória no cenário das letras e da cultura brasileira, foi fartamente iluminada pela inteligência e pelo devotamento do fundador. Ao Instituto quis êle como se fôsse um filho espiritual e que, na realidade, foi um dos mais opimos frutos da sua tão fértil operosidade.

Quanta satisfação não viveu aquela alma; quanta vibração não sentiu aquele coração, com o crescimento e desenvolvimento do Instituto, aliados ao manifesto respeito que a largos passos conquistava nas mais altas rodas intelectuais e científicas do país.

A morte de Antônio de Toledo Piza consternou a todos os seus companheiros. Torres de Oliveira, êsse mesmo que hoje orienta os destinos do Instituto, êsse mesmo que há vários decênios serve também dedicadamente ao Instituto, assim se expressou no elogio pronunciado na sessão magna de 1906: "Confrange-se-nos o coração em grande angústia ao relembrar aqui o nome de Antônio de Toledo Piza... companheiro de todas as nossas sessões e companheiro conspícuo e dedicado".

Srs. consócios.

Toledo Piza pôde expirar tranqüilamente, certo de ter completado a sua missão patriótica, sereno ao contemplar a obra realizada,

feliz por saber que doara a S. Paulo sólidos esteios para o culto das suas glórias e para o estudo de sua história.

Ocorreu êste ano, aos dois de abril, o centenário de seu nascimento e a sessão de hoje reservamos para lhe prestar a merecida homenagem, para lhe dizermos que a sua benemérita influência ainda impulsiona os componentes desta entidade, que a sua vida ainda nos estimula e que perenemente conservaremos a sua figura envolta na veneração e no respeito merecidos por quem tanto amou a pátria, a verdade e o saber.

---

## O Corpo de Bombeiros que eu vi

*Luis Tenório de Brito*

Quando, em 1908, ingressei no Corpo de Bombeiros de São Paulo, a Fôrça Pública do Estado de que é parte integrante, atingia sua idade de ouro, realmente esplendorosa.

Ao assumirem os estadistas da República as rédeas do governo na terra piratiningana, todos os esforços foram postos em ação no sentido de se concretizarem em fatos as promessas da propaganda. Um frêmito de idealismo sadio repercutiu então nos diferentes ramos da administração do Estado, com evidente força construtiva.

Regularmente instalados que foram os poderes políticos do novo regime mereceu do governo às vistas, em primeiro lugar, o problema sanitario. É que logo nos primeiros dias da ultima década do século passado irrompiam em vários pontos do territorio paulista alarmantes surtos de varíola, de febre amarela, de peste bubônica. Não se satisfazendo com os recursos de emergencia conhecidos, de combate a tão terriveis males, cuidou o govêrno de organizar-se em bases sólidas para a defesa da sociedade, no futuro.

São dessa época os institutos de pesquisas e investigações científicas nesta Capital: o Vacinogênico, o do Juqueri, o do Butantan, à frente dos quais os grandes vultos de Emilio Ribas, Franco da Rocha, Vital Brasil, este último ainda vivo e com cada qual deles, grupos de abnegados médicos e laboratoristas prontos a todos os sacrificios em prol do bem comum. Estas providências tornavam-se, aliás, indispensáveis em face do programa imigratório do governo que teve o seu maior desenvolvimento até o primeiro decenio do século atual com a passagem pela Hospedaria de Imigrantes da rua Visconde de Parnaíba, de cêrca de um milhão de italianos, ou sejam precisamente 977.000, segundo recente publicação do economista Dr. Honorio de Sylos.

Com a unidade administrativa inaugurada no governo estavel de Bernardino de Campos, 1892, tiveram sequencia admirável, nesse terreno, os postulados da propaganda. Cabendo a cada quatrienio uma

tarifa, tocou a Jorge Tibiriçá, 1904/1908, além de outros importantíssimos encargos, a remodelação da Força Pública. Para levá-la a efeito, com o êxito que se verificou, contratou esse benemérito paulista, com o governo francês, a Missão Instrutora chefiada pelo Coronel Paul Balagni, que aqui chegou em princípios de 1906, entrando imediatamente em ação. Alterando-se fundamentalmente, com a Missão, os métodos existentes na vida íntima da Força Pública, desde o fardamento à tabela de continências, passou o antigo miliciano de andar gigante e acafagestado, gaforinha à mostra por baixo do boné caído sobre a face esquerda, ao soldado desempenado e elegante, bem acolhido pela sociedade em geral que nele via, além do elemento de ordem, o componente dos exercícos em conjunto que nas grandes comemorações cívicas se exibiam nas famosas paradas do Prado da Moóca. Quantos, vindos daqueles tempos, lembrar-se-ão por certo e com que saudades! das festas de 15 de Novembro que a Força Pública realizava no gramado do antigo Jockey-Club da rua Bresser, em homenagem à data da proclamação da República. Às primeiras horas da manhã reuniam-se os elementos disponiveis dos corpos da Capital e, de acordo com o programa traçado, ia-se colocando cada qual no lugar que lhe fôra previamente destinado, prontos todos para as manobras que se realizavam a começar das oito. Era um cenario empolgante, pleno de emoções e de entusiasmos. A tropa, em uniforme preto, de gala, corraime reluzente, baioneta calada, lâminas brilhantes, rutilando ao sol, evoluia em movimentos rápidos, rítmicos, perfeitos. Desfilava em seguida ao compasso marcial de dobrados imponentes pela banda completa executados, sob a regencia do maestro Capitão Antão Fernandes. Rompia a marcha o Comandante Geral, com o seu vistoso estado maior, cujas magníficas montadas, ajaezadas com gosto, concorriam sem dúvida para os vivos aplausos da assistencia eletrizada. Seguiam-se-lhe a infantaria, em coluna de secção, as formações mistas e por último a cavalaria que sempre despertava maior interesse pela pompa excepcional propria dessa tradicional arma de guerra e de parada, hoje quasi em desuso. Festa oficial eram as bandadas dos sócios ocupadas pelas autoridades: o Presidente do Estado e seus Secretários, membros das duas casas do Congresso Legislativo, Senado e Câmara dos Deputados, Tribunal de Justiça e pessoas munidas de convite especial, entre elas predominando o mundo feminino da alta sociedade paulistana. Reservadas ao público, que as enchia literalmente, ficavam as demais arquibancadas. Acontecimento cívico-social de extraordinaria repercussão, para assisti-lo vinham, todos os anos, do Rio e dos Estados, personalidades de relevo na política, nas forças armadas, nas letras, no jornalismo. Não se pense, no entanto, que essa benéfica transformação obtida na Força Pública, com o advento da Missão, haja sido com suavidade operada. Ao con-

trario disso. Áspera foi a jornada, doloroso o caminho percorrido. Porventura o gesto do Coronel Argemiro da Costa Sampaio, oficial reformado do Exército que a comandava, abandonando o seu posto, sob injustificado pretexto de amor próprio ferido, tenha alimentado a celeuma que se criou então, em torno à medida governamental, daí resultando a triste ocorrência do Quartel da Luz, em que tombaram um dos instrutores franceses, o Capitão Negrel e o alferes Magalhães, varados pela bala assassina de um sargento fanático. Felizmente o alto senso de responsabilidade da instituição do Brigadeiro Tobias, veterana da guerra do Paraguai e das lutas internas em prol da unidade nacional com a sua atuação contra a República de Piratini, Canudos, Revolução Federalista e no Rio por ocasião do levante da vacina obrigatória, salvou a situação. Chamado ao comando o Tenente-Coronel José Pedro de Oliveira, agigantada figura física e moral da corporação, simbolizou-lhe o chefe austero a tradição de ordem e disciplina, no grave momento. Revendo-se hoje mentalmente essa época, verifica-se que mais uma vez com São Paulo é que estava a razão. Sua iniciativa frutificou. Alguns anos mais tarde (1920) era o próprio governo federal que trazia missões instrutoras militares estrangeiras com que remodelou o Exército e a Armada, a mesma coisa ocorrendo com varios países sulamericanos, entre os quais a República Argentina, o Chile, o Peru, a Bolívia. Intenso o trabalho na Força Pública. Às segundas, terças e quintas-feiras, frequentavam os elementos disponíveis, pela manhã, o Campo do Canindé onde se exercitavam as varias fases do programa da semana. Destinavam-se as quartas-feiras ao terreno variado na prática de noções de serviço em campanha e as sextas-feiras à linha de tiro do Barro Branco. Faziam-se aos sábados os exercicios de conjunto, ensaios de paradas em demonstrações de ordem unida. À tarde de todos os dias ocupava-se o pessoal no interior dos quartéis, na revisão teórica de cada disciplina: a Escola do Soldado, Escola de Secção, Escola de Companhia, Escola de Batalhão, Elementos do Serviço em Campanha, Tiro-Noções de Balística, Serviço de Policiamento, Tabela de Continencia, Educação Civil e Moral do Soldado. Cada qual dessas materias vinha enfeixada num fascículo proprio, interessando a toda a hierarquia, desde o soldado raso até ao Comandante do batalhão. Prestigiando tão febril atividade, cuidava o governo do preparo intelectual da tropa, dotando-a com os primeiros regulamentos sobre promoções e de escolas onde se entrosavam assuntos técnicos e literarios para cabos, sargentos, oficiais. Sem pretender estender-me em citações sobre materia vencida, mas em testemunho do que guardei na memoria e para dar idéia do interesse que na época despertou o assunto, lembro à pagina 93 do volume 7 da Brasileira,

palavras de Rui Barbosa, no capítulo "Missões Técnicas para o Exército". Ei-las:

"A excelencia dos resultados da Missão Balagni, em São Paulo, veio agora tornar inquestionável o acerto do meu juízo. Sei que o marechal Hermes, cheio de prevenções contra ela, a ponto de evitar, uma vez de passagem por Santos, a parada na Capital daquele Estado, para não ser obrigado a examinar a obra dos instrutores franceses, seduzido, afinal, por insistencia do Barão do Rio Branco, ali foi ter e não lhe poupou expressões de admiração e aplauso. Eu não lhes medi os meus. Era uma irrepreensível amostra do exército europeu, na fisionomia, no porte, no desgarre das tropas, na facilidade, na precisão, no brilho das manobras. Quando me franquearam o quartel, tive, num relance, a indicação da força, que transmudara os grosseiros elementos ali encontrados pelos officiais franceses, nesse modelo de harmonia, disciplina, vigor e capacidade militar. Era a escola, da qual me disse o comandante Balagni, mostrando-me os bancos e carteiras dos alunos. "É o meu instrumento de transformação..."

A policia de São Paulo é a unica organização verdadeiramente militar entre nós existente. O acesso é subordinado ali à cultura, à graduação intelectual. O principio da iniciativa individual, condição primaria na formação dos exércitos modernos, recebe ali o maior desenvolvimento. E da convergencia desses fatores com o da mais rigorosa disciplina resulta aquele primor de educação militar."

Enquanto isso, os quadros superiores do comando, que se mantinham em esfera distinta, embora em harmonia com as atribuições da Missão, administravam. Administravam ativamente, dinamicamente, criando, ao lado desse aperfeiçoamento material, moral e intelectual que tanto preocupava o governo, serviço estavel de assistencia social ao soldado e à sua familia. Ainda no mesmo ano da chegada da Missão Francesa, em outubro de 1906, fundava-se a Caixa Beneficente, a primeira no Brasil, nos sábios moldes em que foi criada. Em 1918 a Mutua entre officiais e a Cooperativa de Gêneros Alimenticios, vindo em 1925 o coroamento da magna obra com a Cruz Azul, na complexidade de sua estrutura.

\* \* \*

Foi pois em época de fecunda agitação criadora no seio da Força Pública que eu transpus o amplo e acolhedor portão do Corpo de

Bombeiros, inscrevendo-me nos seus livros de assentamentos, no dia 30 de outubro de 1908. Comandava-o o tenente-coronel Manuel Soares Neiva. Do Rio viera, em comissão, esse oficial em 1892, posto à disposição do governo do Estado, pelo federal a fim de prestar sua colaboração à reforma que o presidente Bernardino de Campos introduzira na corporação paulista. Sargento maquinista do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no daqui se prendera recebendo as sucessivas promoções que o elevaram logo ao posto de comando, graças às suas invulgares qualidades de militar, de organizador e de homem de sociedade. Era realmente o comandante Neiva uma figura de escol. Provido de prestigiosos ramos genealógicos nordestinos, com varios parentes, na época, nos altos quadros do Exército e da Armada, dignificou as tradições de família em São Paulo que o cumulou de atenções a seu turno, elevando-o em 1918 ao comando geral da Força, concedendo-lhe em 1923 a reforma solicitada nesse posto, fazendo-lhe os funerais por conta do Estado, com o seu falecimento em 1931, aos 69 anos de idade, 34 dos quais de efetivos e valiosos serviços a São Paulo e ao Brasil. Homem de estatura elevada, esbelto, tinha, emoldurando-lhe o rosto comprido, em cuja tez clara uns laivos de palidez punham na fisionomia doce tonalidades românticas, o recorte de bem tratados cabelos negros, penteados no alto. Merecia-lhe o fardamento, invariavelmente preto, talhado a rigor, especial carinho. Esses cuidados pessoais que nunca negligenciou, hamonizavam-se com as maneiras distintas no convívio social, como nas lides de comando. Ninguém jamais o vira exaltado. Era o comandante Neiva uma figura cavalheiresca por excelencia. Na envolvente simpatia com que a todos cativava, só não havia lugar para chulices, liberdades vulgares. Colegas seus do círculo de comando, bem como subordinados em geral em toda a Força Pública, cercavam-no de uma afeição respeitosa. Aí o segredo de sua extraordinaria força moral. No quartel do velho Corpo de Bombeiros, que eu conheci, os compartimentos destinados á reclusão de transgressores da disciplina, serviam de depósito de materiais utilizados no serviço de extinção de incêndios. Naquela "casa de família", no dizer do saudoso Dr. Siqueira, médico do Corpo, bombeiro não cometia dessas faltas tão comuns nas instituições militares "para não aborrecer o comandante", conforme tantas vezes ouvi no meu longo convívio com a massa dos soldados, do João Pedro dos Santos, Manuel Narciso de Oliveira e outros. No seio da officialidade do Corpo e restringindo-me àqueles que galgaram o officialato sob seus influxos de chefe, salvando ainda os nomes que me fogem no momento, a fascinação que dele se irradiava era em forma de estímulo duradouro. Discipulos seus foram, nas esferas do comando: o tenente-coronel Marcilio Martins Franco, um dos caracteres mais puros que hei conhecido na minha longa convivência com os homens. Leal, des-

prendido, modesto — quasi humilde — surgia em Marcilio Franco o heroi autêntico quando, nas grandes ocasiões, enfrentava o perigo com destemor e espírito de sacrificio. Assim, no combate a incêndios pavorosos, havendo de um deles, certa vez, saído gravemente ferido Assim, na manhã de 5 de julho de 1924, nos Campos Eliseos, quando a sua coragem, galvanizando a reduzida guarda do Palacio e demais funcionarios sob suas ordens, desbaratou as tropas que o atacavam em número e armamento muitas vezes superiores, com a vantagem ainda da surpresa, salvando então a ordem constituída e a pessoa do Presidente do Estado, de cuja Casa Militar era o chefe. Assim, em 1932 quando, nas duras refregas de Buri e Capão Bonito, se bateu pela causa constitucionalista, que resumia a causa sagrada de São Paulo e do Brasil. Os tenentes-coroneis Afonso Luiz Cianciuli e Álvaro Martins, este último nosso consocio, integrando o quadro de socios efetivos deste venerando sodalicio. Havendo ambos atingido o comando da corporação onde começaram sua carreira, aí deixaram inapagaveis traços de dignidade e prudencia, na sua alta direção. Antonio Inojosa que exerceu, na infantaria, o comando de varias unidades, reformando-se no posto de chefe do Estado Maior da Força, que exerceu com elevação. Majores Luiz Concistré, a quem me coube duas vezes substituir em cargos de responsabilidade, encontrando em ambos o traço da honradez e ope-rosidade por ele deixados no Corpo Municipal de Bombeiros de Campinas, em 1912 e na função de Secretario do Corpo, nesta Capital, em 1918 e Marcilio da Costa, bom e culto companheiro de muitos anos. Capitães Joaquim Teotonio Cavalcanti, esperança malograda de luminoso futuro, inteligente e bravo, generoso e abnegado, tão cedo colhido pela morte, no cumprimento do dever; Arminio de Melo Gaia, Emilio Meisner, José Joaquim da Costa, Alexandre Dias de Oliveira e João Dias, dedicados servidores da causa pública. Tenentes Antonio da Silva Gama, Manuel Pereira e Manuel Olegario da Costa, auxiliares diretos na administração do Corpo como ajudante, secretario e quartel mestre; combatentes João Rochel de Melo, Guilherme de Toledo Marques, Emidio Machado Guimarães e Frederico Gonçalves de Figueiredo; mecânicos Aristides Gonçalves Musa e Alfredo de Carvalho.

Destes nomes que com emoção recito, de valorosos oficiais que integraram os quadros do velho Corpo de Bombeiros, muitos deles conosco privam, no reconfortante convívio de benfazeja amizade. Outros, havendo-se engolfado nas trevas do túmulo, vivem presentes no nosso espírito, na nossa saudade, no nosso reconhecimento e são eles: Marcilio, Afonso, Concistré, Marcínio, Costa, Cavalcanti, Dias, Gama, Pereira, Guimarães, Toledo, Frederico, Olegario, Musa, Carvalho.

Com o alvorecer do século XX, sensíveis alterações se operaram na fisionomia pacata da tradicional cidade da garoa, dos barões e dos estudantes. A Light, aqui se instalando em 1900, substituiu, com os seus "elétricos", os "bondinhos" de burros e abriu perspectivas alviçareiras às multiplas atividades dependentes da eletricidade de que se tornou concessionária única, em São Paulo e no Rio. Os primeiros automoveis, chegados ao planalto, roncavam audaciosamente os seus motores nas ruas estreitas da Paulicéia, despertando a consciencia do paulista. A cidade crescia. Do alto da colina sagrada, avenidas partiam em diferentes direções, em forma de leque, renovadas umas, ampliadas outras, em busca do desconhecido, do absurdo. Velhos e emperrados bairros que se arrastavam por aí sem vida tomaram impulsos estonteantes: o Bexiga, o Bom Reiro, o Braz, a Mooca, o Cambuci e com eles as primeiras fábricas de produtos vários. Efeitos do afluxo imigratório ao qual me referi no início. Nem toda a gente dele constante, aclinou-se às lides agrícolas, o que é natural. Tendencias especiais, diferentes vocações na terra exuberante despertadas, desviaram-se dos cafesais, vindo animar o maior centro urbano do Estado que era a Capital. Daí o inopinado e intenso movimento de São Paulo com suas vias públicas cheias de fisionomias simpáticas e amigas, procurando adaptar-se ao meio, na verdade alterando-lhe fundamentalmente hábitos seculares, com os vendedores de sorvetes, de batata assada ao forno, os amoladores e soldadores de utensilios caseiros a domicilio, os tiradores de sorte pelo bico de inocente periquitinho ensinado, trazido da fazenda, ao som de compassos musicais de indefectivel realejo; a novidade das quitandas; os restaurantes que se abriam, com especialidades em saborosos e estranhos pratos — tudo isso apregoadado num linguajar que a gente não entendia bem, mas que achava engraçado e até agradável.

E mais: Fanfulla, Pico e outros, eram nomes que feriam os ouvidos da gente, anunciados com o Estado, o Comercio, o Correio Paulistano. Teatros, cançonetas, suavidades sonoras e encantadoras melodias por toda parte se ouviam, obrigando a definir-se o paulista, que por tudo se interessou afinal.

\* \* \*

Célula viva no organismo da cidade, não poderia o Corpo de Bombeiros alhear-se ao seu desenvolvimento que se verificou vertiginoso. Representou, pois, ao governo o comandante Soares Neiva. Aprovado o plano, recebeu ainda o ilustre official, das mãos do então Secretario da Segurança Pública, o eminente Snr. Washington Luis Pereira de Sousa — ele que não era engenheiro, nem comerciante, a honrosa e significativa incumbencia de o executar, enfeixando em sua autoridade

todas as fases do magno empreendimento. Serviço de natureza complexa, pois que importou na extensão por via subterrânea dos cabos de avisos tanto os do Corpo de Bombeiros como os da Assistência Pública, no preparo de técnicos em telegrafia e de automóveis, com montagem de oficinas apropriadas, dava-se em 1910 a substituição do material a tração animal pelo de automóvel, grande novidade na época, mesmo entre países adiantados. Contrastando com o regozijo público, pelo acontecimento, amanheceu triste a cidade, chuvoso o dia da inauguração. É que São Paulo ia perder uma de suas características mais interessantes: a corrida para incêndios.

Quem, em São Paulo, ficaria em casa, naqueles idos que já se distanciam tanto, sabendo da existência de um incêndio na cidade? Ninguém, de um certo modo falando. Que resposta a lembrança, ainda viva na memória de muitos paulistanos, dos sinistros que devoraram o antigo Teatro São José, a Loja da China, a Casa Alemã, todos no centro da cidade. Justifica-se, aliás, a curiosidade. O incêndio é um espetáculo sempre novo e empolgante. No tórvo aspecto exterior de todos ha facetas que os distinguem um dos outros, diferentes coloridos, vibrações próprias a cada modalidade, fulgurações rípidas de chamas vivas ou soturnos desenvolvimentos entre fumo denso.

Mais sugestivo que o próprio incêndio era porventura a corrida para sua extinção. Para maior eficiência do serviço, dormia o comandante no proprio quartel, indo em casa fazer as refeições, lá pousando uma vez na semana, de sábado para domingo. Assim, ao soar a campainha de alarma, instalada no pátio do quartel, as parelhas de muares, amestradas, abandonavam as baías onde permaneciam arreadas, indo colocar-se no varal da viatura que deviam conduzir. Não erravam. Dentro de segundos, as guarnições a postos, cada bombeiro no seu lugar, em cada veiculo o archote de querosene aceso, deramando em torno uma claridade baça, avermelhada, rompia-se o cortejo em disparada infrene, pela noite a dentro. O primeiro a partir era o carro de mangueiras, leve, veloz, com o oficial de prontidão ao lado do cocheiro, o corneteiro à esquerda; seguia-o a bomba a vapor, desprendendo fagulhas da caldeira acesa, fazendo pressão; outros a acompanhavam: o carro de materiais, o transporte de pessoal, a escada magiros, a pipa d'agua. Era uma cena indescritivel, plena de lances de temeridade e de anseios, agravada ainda com as notas dolorosas e arrepiantes do toque de alarma que o corneteiro fazia vibrar na noite imensa. Já se encontrava no local do sinistro, o comandante Neiva que o seu carro "Vitoria" transportara rápido. Já abrangera com o olhar de mestre todo o cenario da luta. Medira as proporções do incêndio, investigara sobre a materia em combustão, o lugar onde começara. De ponto favoravel ia distribuindo as guarnições, à me-

---

dida que o material chegava, dando ordens, que o corneteiro repetia em notas cristalinas. Terminado o serviço, recolhiam-se os bombeiros ao quartel, alegres, em festa, certos de haverem agradado ao chefe. Sabiam que no dia seguinte a "ordem do dia" diria da satisfação que o dominava pela boa vontade, pelo esforço, pelo espírito de sacrificio que em cada qual notara durante a refrega. Este o unico prêmio a que todos almejavam.

---



## Vinte e cinco de Janeiro

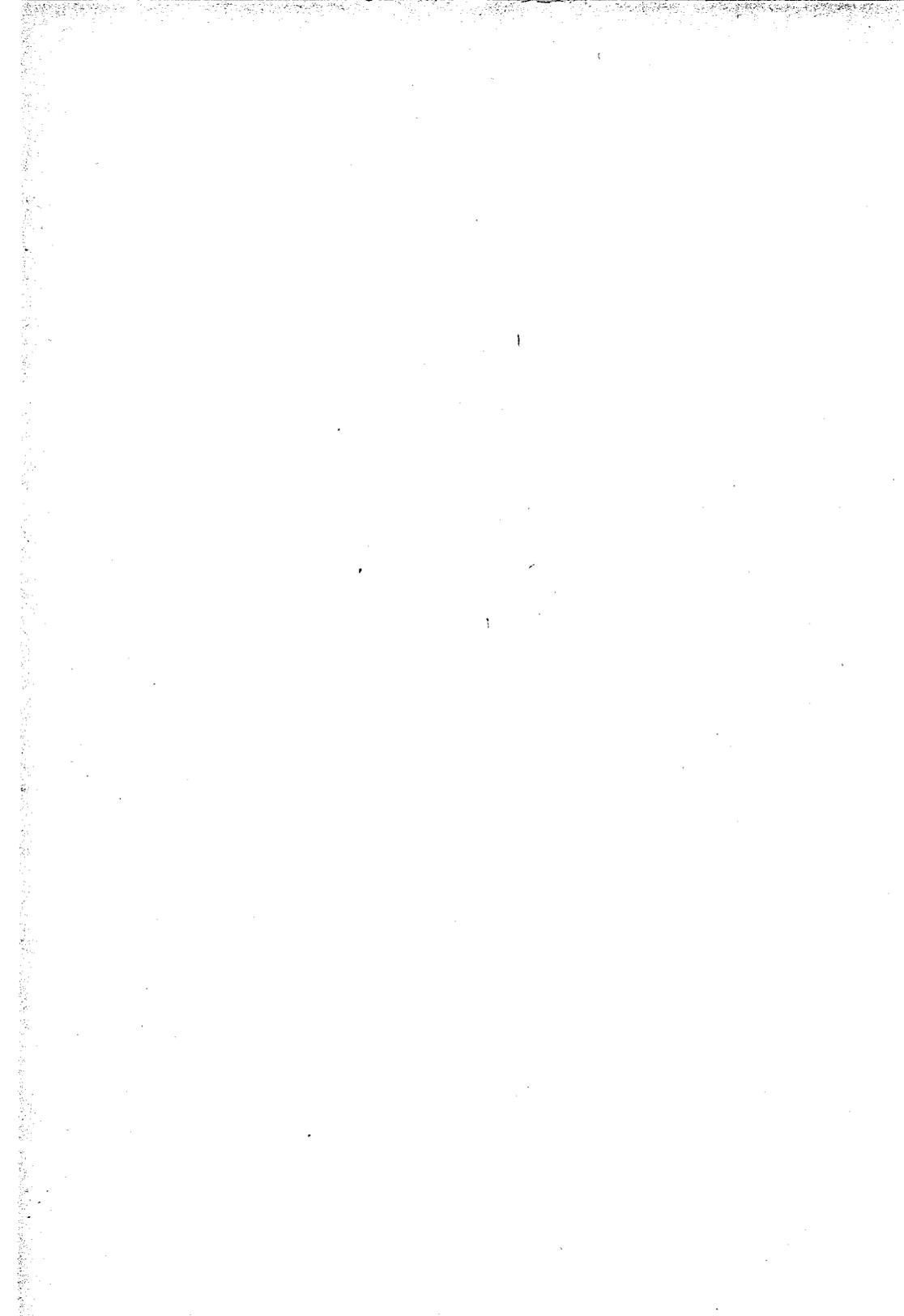
*Raul Sá Pinto*

Data esculpida em ouro que reluz:  
Surge São Paulo de Piratininga.  
É um paradoxo histórico que vinga:  
A gloria da humildade — Anchieta e a cruz.

Em suma: em cima e em soma, está Jesus.  
Poesia é sentimento que respinga.  
A Arte é a floresta; em mim, é uma restinga.  
Do coração, meus versos vêm, a flux.

São Paulo recém-nata, eu te diviso...  
Caio em genuflexão. Se a terra piso,  
Beijo-a, depois, num êxtase febril.

A Patria é imensa; o povo, sobranceiro.  
Eu, por ser, com São Paulo, Brasileiro,  
Desejo ser Paulista, com o Brasil!



## Domingos Jaguaribe

*J. P. Leite Cordeiro*

Neste ano de 1948, tão fértil em centenários que tiveram no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, as mais dignas e justas comemorações, não poderia passar despercebido o centenário de nascimento do dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, cuja vida prendeu-se intimamente à fundação e ao desenvolvimento deste sodalício.

Foi daqueles valores que, através do seu prestígio e da sua cultura, assentaram em bases firmes e seguras, as nossas primeiras iniciativas, impondo no conceito, não só de São Paulo mas de todo o Brasil, o nome do Instituto.

Cearense de origem, nasceu aos 2 de novembro de 1848, na cidade de Fortaleza. Veio ao mundo em berço nobre. Na infância e na juventude, sentiu-se acalentado pelos primores e pelos atributos de um elevado ambiente familiar, referto de distinção, de austeridade nos costumes e da aprimorada educação que lhe ofereceu o lar formado pelos genitores, o dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe e dona Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, que gozavam o título de Visconde com grandeza e Viscondessa de Jaguaribe.

Atraído pela medicina, diplomou-se na Faculdade do Rio de Janeiro, onde a tese de doutorado "Aclimação das raças sob o ponto de vista da colonização do Brasil" alcançou a honraria de ser aprovada com distinção.

Após a formatura, exerceu o sacerdocio da nobilitante profissão, no interior paulista. Inicialmente em Limeira, depois em Rio Claro, e finalmente em São Paulo, deu vãs aos dotes de um coração magnânimo e às virtudes de atilado facultativo, atributos que lhe ornamentaram a personalidade perfeitamente integrada e harmonizada na vivência e no desempenho da ciência e arte hipocráticas.

Profundo conhecedor da fisio-patologia, clínico experimentado, constantemente a par das mais recentes aquisições da medicina, e interessado também por tudo o que dizia respeito ao Brasil, divisou

as excepcionais qualidades climatológicas de Campos do Jordão do qual se tornou um entusiasmado propagandista.

Prevendo os futuros benefícios daquela estação climatérica, empenhou-se em companhia de outros, como o inolvidável Emilio Ribas e o nosso ilustre consocio José Carlos de Macedo Soares, em dotar a região com os requisitos necessários para transformá-la em local acessível aos doentes afetados pela tuberculose. Maior serviço não poderia ter prestado à coletividade. Foi indiscutivelmente inestimável benemerência que Domingos Jaguaribe ofertou a São Paulo e ao Brasil. Hoje em dia, a fama de Campos de Jordão já ultrapassou o âmbito de nossas fronteiras, atingindo os círculos médicos e científicos do estrangeiro.

De passagem por aqueles alcandorados contrafortes da Mantiqueira que inspiram poetas, escritores e pintores e que dão alento e vida a tantos doentes já próximos da sepultura, vamos constatando, paulatinamente, os sinais ainda bem visíveis das pégadas de Jaguaribe. É exemplo a estrada de ferro que liga Pindamonhangaba a Campos de Jordão. Não foi sem motivo, portanto, que um dos núcleos humanos formadores do Município de Campos de Jordão recebeu o nome de Vila Jaguaribe, a recordar o devotamento e os trabalhos desse nosso consócio em prol da fundação, do desenvolvimento e do progresso daquela esplêndida estação climatérica.

No vastíssimo campo da medicina, pesquisou com seriedade, critério e espírito científico, os meandros da alma humana, tão sedutores e atraentes, porém, de tão difícil penetração. No Instituto Psico-Fisiológico de São Paulo, fundado em maio de 1901, desenvolveu larga atividade sobre o hipnotismo e sobre a sugestão, em época na qual mal se conheciam as observações, as experiências e as análises psíquicas de Sigmundo Freud.

No Congresso Internacional de Hipnotismo, reunido em Paris, em 1900, representou o Brasil e exerceu a função de Presidente de Honra, da 6.<sup>a</sup> secção, demonstrando vasta experiência a respeito dos assuntos expostos e discutidos, os quais lhe mereceram longos e sábios comentários. Sua atuação no congresso, tornou-se relevante e é de se notar que lá estavam os maiores hipnologistas e psiquiatras da Europa e da América, tais como Voisin, Bernheim, Binet, Robin, Herre-ro, Lombroso, Charcot, Tamborini e outros.

O conclave apresentou, como dos fatos mais interessantes e assinaladores da sua utilidade e dos seus bons resultados, a discussão sobre a fisisio-patologia do hipnotismo a cujo respeito degladiaram-se a escola de Charcot, diretor da Salpêtrière, e a chamada escola de Nancy, chefiada por Bernheim. Para este, a sugestão formava a base do hipnotismo ao passo que para Charcot nada mais era do que uma forma de histeria incluída no âmbito das neuroses experimentais.

Numa conferência realizada em São Vicente, aos 25 de agosto de 1918, no salão da Sociedade São Vicente de Paulo, Domingos Jaguaribe explanou admiravelmente as bases do hipnotismo, desenvolvendo vários temas; — *a fé como sexto sentido, a fé que cura, a fé que convence, e a fé que vence*, entrosando o mundo organicamente material que integra parte da medicina, com o mundo espiritual da religião católica, da fé cristã, e com os milagres do Cristo.

Outros prismas oferece-nos a singular figura de Domingos Jaguaribe: a proficiência e o ardor demonstrados na propaganda republicana, além do interesse pelas boas inovações, característica que o fixou como espírito realmente pioneiro.

Historiador e republicano, não se conteve, deixando, em erudito trabalho, a história das origens republicanas no Brasil. Os vultos do nosso passado mereceram-lhe também as atenções. Dedicou-se aos Andradas, propondo e justificando a ereção de um monumento no qual a nação prestaria a homenagem merecida por tão excelsos filhos.

É vastíssima a sua bibliografia. Manejando perfeitamente a língua francesa, nela expôs vários assuntos, entre os quais se salientam “La Commune, base de Gouvernement”, “Le Cathecisme Municipal”, “La verité sur la valorisation du café au Brésil”, este publicado na Revista Internacional “Les Documents du Progrés”.

Político, deputado pelo Ceará e por São Paulo, prenderam-no também os problemas estaduais e municipais, estes abordados na conferência intitulada “Em favor da autonomia dos municípios”, que realizou em Fortaleza, aos 8 de agosto de 1897.

Sobre História da América, legou-nos um histórico do império dos Incas enriquecido com 24 estampas e que até hoje é consultado pelos especialistas no assunto. Em 1913, veio à luz o livro “L’Atlantide et Histoire du Brésil jusqu’à la fin du XVIe siècle”, no qual enfileirou conhecimentos não só de pré-história americana, mas também de história do Brasil, tendo merecido honroso prefácio de Philéas Lebesgue, vice-presidente da Société d’Histoire Internationale.

Ainda no campo da historiografia, assinala-se outro trabalho, “Homens e idéias no Brasil”, coletânea de artigos publicados no Jornal do Comércio em 1885, 1887 e 1888, sob os títulos “Cartas a S. M. o Imperador”, “O Partido Conservador e a Regencia”, “O Conselheiro Belisário”, e que, reunidos em volume, dedicou a Rui Barbosa.

No campo da geografia, também desenvolveu atividade, deixando apreciáveis considerações a respeito da mudança da Capital Federal, assunto hoje palpitante e que tem chamado, através dos tempos, as atenções dos administradores do Brasil. Em “O Município”, manteve acirrada polêmica sobre o assunto, com o saudoso e abalisa-

do cientista Luís Cruls, cujo centenário de nascimento também ocorreu este ano, tendo sido condignamente comemorado na capital da República.

Eficientes em bons resultados foram os discursos de abertura e de encerramento do 2.<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Geografia, pronunciados por Domingos Jaguaribe que presidiu o certame, realizado, graças aos seus esforços, na cidade de São Paulo que mais uma vez avultou então no cenário intelectual e científico do país.

Jaguaribe ensaiou o romance, tendo publicado em 1890, a segunda edição de "Os Herdeiros de Caramuru", mas das suas produções intelectuais ocupam o primeiro plano, as que se referem à geografia e à medicina.

Na asserção de nosso Presidente Perpétuo, "Era o tipo da energia, da tenacidade e do dinamismo, cheio de entusiasmo por tudo o que dizia respeito à grandeza da patria e à formosura da vida social".

Domingos Jaguaribe integrou a tríade gloriosa que idealizou a criação do Instituto Histórico. Em companhia de Antonio de Toledo Piza e de Estevão Leão Bourroul, aí está ele também memorizado pelo pincel de Paulo do Vale.

Temos constantemente em nossa frente a sua efigie donde sentimos emanarem a inspiração que nos guia, a proteção que nos conforta, as glórias e o vasto acervo de serviços desta benemérita e patriótica Instituição onde perenemente conservaremos envôlta em reconhecida gratidão, em acendrado amor, e em carinhoso devotamento, a memória de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho.

---

## O negro no Brasil e em S. Paulo: Aspectos numéricos

*Alfredo Gomes*

Em "A Escravatura (Subsídios para a sua História), obra de autoria de Edmundo Correia Lopes, editada em 1944 pelo Ministério das colônias da República Portuguesa (Agencia Geral das Colônias), encontra-se bem desenvolvido capítulo (Cap. II, Parte II, "A Utilização dos Escravos, 1643-1850), págs. 111 a 163) consagrado ao Brasil. Ao abrir o capítulo cuida Correia Lopes de referir os dados relativos à existência de escravos nos primeiros tempos coloniais. Cita os 2.000 colonos europeus, 4.000 negros e 6.000 índios mencionados por Gabriel Soares para a Bahia, oferecendo a proporção notada por Varnhagen 1,2,3. E Olinda com 4 a 5.000 negros. Prefere estes dados aos de Anchieta "que dá 10.00 negros a Pernambuco, embora devamos ir até 6.000 nesta capitania, a mais adiantada e produtiva ao tempo" (1587). Estabelece uma relação econômica "mais significativa" entre o número de negros e a produção de açúcar, na proporção de 100 negros por cada engenho ou 1 negro por caixa de açúcar (35 arrobas) da produção anual (ao tempo de Fernão Cardim). Roberto Simonsen (História Econômica do Brasil, I, 202), admite a base de 60 arrobas por escravo. E enquanto Simonsen aponta a vida média, útil, do escravo em 7 anos (idem pág. 204), Correia Lopes coloca-a "dentro daqueles limites de idade classicamente fixados em 10 anos".

Aceita uma importação anual de 5.000, pelo menos a partir do começo do século XVII, baseando-se nos "Diálogos das grandezas do Brasil" (entradas de 1621 a 1623, três anos, só em Pernambuco 15.000), e numa carta da Câmara de Olinda Nassau, "que avalia em 4.000 uns por outros a importação ali sob os Filipês" e após a expulsão dos holandeses admite a produção de 1 1/2 caixas em vez de 1, ou seja, 52 arrobas e meia, quase as 60 de Simonsen). Em 1640, existiriam, segundo Lopes Correia, 50.000 escravos. Vieira calcularia para meados desse século (XVII) 33.000 escravos para

o Brasil. Varnhagen os avaliava em 40.000 e Gaspar Dias Ferreira também em cerca de 50.000.

Pela provisão de 12 de novembro de 1644 o rei de Portugal permitira "a seus vassallos poderem navegar aos reinos da Guiné, a trazerem escravos aos portos do Brasil". E a navegação se fez com o fito de se abastecer de escravos em África e desta elegeram, pela maior proximidade, a Costa da Mina, rico viveiro que seduzia os negreiros como as "reduções" seduziam os paulistas à procura de mercadoria abundante e já "manipulada" pela iniciação em uma "civilização superior"... Trocava-se o escravo por pouco. Alguma aguardente, que bom êxito tivera nos negócios com Angola. O tabaco, que disso faziam grande estima os régulos africanos e os que podiam dispor, como de fato obravam, de bom número de parentes, inclusive mulheres e os próprios filhos... "Coris ou búzios" (o búzio é uma concha univalva, cônica, pertencente a molusco gastrópode) baianos e indianos (êstes naturalmente importados ou trocados no commercio com naus provenientes das Indias ou mesmo de Moçambique). Parece mesmo que até os holandeses se prestaram de intermediários em vendas de escravos aos portugueses, após a perda de Pernambuco. Tudo era comércio e os atos comerciais eliminam as inimizades, sobrepujadas pelos interesses materiais de grande força e expressão. O aparecimento do ouro, falcado, explorado, subtraído do seio da terra ou dos leitos dos cursos fluviais, pelos paulistas, vai ativar o tráfico.

D. Rodrigo da Costa (governador geral) pôs-se a reclamar escravos (1706). Faltavam para tudo: lavoura e mineração. Os do Sul (os paulistas) estavam alucinados, febricitantes, empolgados pelo fulvo metal: "aqueles povos, (escreve D. Rodrigo referindo-se aos povos das capitãncias do Sul, ou mais exatamente, aos paulistas) tratam só de ir buscar ouro, sem atenderem outro algum particular, esquecendo-se totalmente da conservação das próprias vidas, e segurança dos seus mesmos domínios..." E por vocação para as explorações das minas quem havia de ser preferido em África para trabalho tão "especializado", senão os "minas", oriundos "duma região havida por aurífera, com garantias de dar bons catadores de ouro", ao passo que os "angolas" se prestavam aos serviços da lavoura e de carregadores. E os escravos da Costa da Mina predominaram nas importações "no primeiro terço do século XVIII", de intensa atividade mineradora, descarregando-se a mercadoria em Pernambuco e na Bahia, de onde passava à praça do Rio de Janeiro "por mar ou diretamente para as Minas". Como os nossos tupis que falavam o Nhegatu ou Abanheenga, língua geral com varios grupos dialetais, os minas também tinham sua língua geral — o daomé—, o que era de suma vantagem. O século XVII fôra ainda frouxo na atração de negros para as Ge-

rais, mesmo porque os resultados não podiam dementar a cupidez, nem caracterizar o "período heróico da expansão" que se daria no século seguinte. Ainda os canaviais, os engenhos, o açúcar e seus derivados absorviam os escravos nas regiões nordestinas. O século XVIII, século diferente no mundo e no Brasil, assinalaria já a decadência da lavoura canavieira, já o afluxo às minas. O Sul que estava isolado do Brasil, formando praticamente estado à parte, integrar-se-ia no Brasil, e mais do que isso, faria o próprio Brasil... Economicamente, é uma verdade: São Vicente ilhada, entregue aos seus próprios destinos. O Rio comerciava com Angola e "com o Rio da Prata e dali para Angola, por onde lhe entrão alguns reales que decem do Peru a cidade de Buenos Aires". Mesmo no período de mais intensa mineração, entraram (é Correia Lopes que tal afirma) "mais escravos pela Bahia que pelo Rio e mais minas do que angolas". E no Rio era mais fácil a burla, como até em Santos, pois os negreiros, fato comum no tráfico, "pagavam direitos no pôrto de origem e com as mesmas guias introduziram no Rio ou em Santos escravos por duas vèzes" (A Escravatura, pág. 130).

O rol organizado pelo governador das Minas D. Lourenço de Almeida, acusava 63.200 escravos e o autor (Alexandre de Gusmão?) "duma proposta para se capitarem os negros mineiros" referindo-se (1733) a' êsse rol, elevava o número "calculando os negros sonegados a registro, em 80.000, pelo seguro 70.000. Em 1735, adotado o sistema de tributação dos mineiros "por capitação dos negros da região aurífera" acusava o registro de 101.561, incluindo 1.420 forros, assim distribuidos: Vila Rica 20.863; Mariana 26.892; Rio das Mortes 17.400; Sabará 24.284 e Serro Frio 10.702. Em 1738: 101.477 e 1.273 forros, com a parcela referente ao Sertão (nova parcela) com 2.719 escravos e 28 forros. Em 1743: 97.416 escravos e 891 forros, com 4.717 escravos e 7 forros no Sertão. Antes de 1750: cerca de 150.000 trabalhadores negros existiam "nas regiões mineiras do Brasil".

Um forasteiro, citado por Correia Lopes, aludindo ao grande número de padres e frades e dos colonos brancos existentes no Rio, escreve: "Celui des noirs est prodigieux. Le seul travail des Mines, appelées Mines Générales en employait cent dix mille suivant le Role de Capitation de l'Année 1748" (Relâche de l'Arc-en-Ciel, ms. da Biblioteca da Ajuda, 25-V-19). 1748: 110.000 escravos, nas Gerais. De agosto a dezembro "sairam da Bahia para as Minas, alguns por mar até o Rio de Janeiro, 2.009 escravos (máximo em agosto, 1.042; mínimo em novembro, 192)". À queda da mineração, nos derradeiros decênios do século XVIII, corresponde o retorno da economia colonial à lavoura, mas a mercadoria africana prosseguirá no seu papel de "base de tóda a produção no solo brasileiro". Ve-

jamos as referências, regionalizando-as para chegar ao conjunto, (cfr. Correia Lopes).

Pela Companhia do Estanco do Maranhão (fundada em 1679), de 1680 a 1721, em anos não seguidos, porém, introduziu u'a média anual de 200 escravos, na maioria provindos de Bissau e Cachéu, na verdade 1808 escravos, pois os dados se referem apenas aos anos de 1680, 92, 93, 98, 1702, 1707, 1708, 18 e 21. A Companhia do Grão Pará (Cunha Saraiva, *Companhias gerais de Comercio e Navegação para o Brasil*, 1938, pág. 84) importou 25.365 escravos, entre 1757 e 1777, num periodo de vinte anos, portanto, provenientes de Bissau, Cachéu, Angola. Em 1779, o Maranhão recebeu 1.474 escravos, em 1780: 926; em 1781, 994, totalizando, para o triênio, 3.344. Em 1782: 752, em 83: 1.602, em 84: 1.375; em 85, 1.345; em 86, 666; em 87, 2.148, provenientes de Angola, Cachéu, Bissau, Bahia, Pernambuco e Malagueta. De Angola e Benguela, de 1804 a 1825, o Pará e o Maranhão receberam alguns contingentes, que a seguir discriminamos. Para o Pará: em 1804: 1.493; em 1805, 1.427; 1806, 3.067; em 1810, 307; em 1812, 326; em 1813, 334; em 1815, 326; em 1816, 871; em 1817, 362; em 1818, 787; em 1819, 971; em 1823, 2.048; em 1824, 498. Total, para o período 1804-1825: 11.817. Para o Maranhão: 1804, 1.578; 1805, 1.608; 1810, 450; 1812, 374; 1816, 576; 1817, 2.663; 1818, 1.916; 1819, 3.594; 1823, 1.959; 1825, 966. Total, para o período 1804-1825: 15.684 escravos.

Pernambuco: importou de 1742 a 1777, 93.078 escravos, sendo que os 38, 157, introduzidos depois de 1760, o foram pela Companhia de Pernambuco e Paraíba, vindos de Angola, Benguela, Luanda e Costa da Mina. Intensifica-se a importação no século XIX. E no período 1804 a 1825 têm-se os seguintes dados: 1804, 3.325; 1805, 1.401; 1809, 2.494; 1810, 1.254; 1812, 2.489; 1813, 3.265; 1815, 3.911; 1816, 5.499; 1817, 5.932; 1818, 7.702; 1819, 7.802; 1823, 4.824; 1824, 2.683; 1825, 2.384. Total, para o período 1804-1825: 54.050 escravos.

Bahia: Em 1746, dizia o conde das Galvêas: "Da Costa da Mina ordinariamente entram neste pôrto seis mil escravos pouco mais ou menos cada ano"... No período 1754 a 1810: entraram na Bahia, conforme os dados colhidos por Edmundo Correia Lopes no Arquivo Histórico Colonial (Papéis de serviço, maços 117 e 118), as seguintes quantidades de escravos: 1754 (Out. a 1755 (Maio): 1.335; 1759 (25-VIII) a 1761 (10-IX), 6837; 1764 (28-VIII) a 1766 (15-VI), 4.883; 1766 (6-X), 5.420; 1768 (27-IV) a 1769 (27-IV), 4.185; 1771 (29-IX) a 1773 (10-1), 6.975; 1774 (25-III) a 1766 (27-IV), 5.206; 1774 (25-III) a 1776 (4-V) mais 8.920, total para 1774-1776: 14.126; 1780, 9.301; 1785 a 1786, 5.943; 1786 a 1789, 7.054; 1789 a 1790, 12.233; 1797, 4.518; 1797 a 1806,

46.930: 1807 a 1810, 7.327. Total, para o período 1754-1810: 137.065 escravos. Convém observar que demos outra disposição aos dados colhidos e procedemos à soma dos mesmos, o que está ausente da obra consultada que se limita a enumerá-los e a distinguir entre proveniência, adultos e crianças e sexo. Quanto à origem, êsses escravos são provindos da Costa da Mina, Angola e Benguela, cabendo à Costa da Mina a maioria. De 1812 a 1820, segundo a estatística do jornal "Idade de Ouro" (periódico baiano de propriedade de Manuel Antonio da Silva e direção do padre Inacio José de Macedo, aparecido em 13 de maio de 1811), divulgada por Nina Rodrigues, os números pela série dos dois anos citados (1812 e 1820) são respectivamente 17.691 e 20.841, correspondendo aos negros da Costa Setentrional (Bissau ao Camarão) e à Costa Meridional (Congo, Angola, Moçambique, Zanzibar). Mas os dados concernentes às operações realizadas condizem com a possibilidade de uns 40.000 escravos no período de 1813 - 1816. Balbi dá para a província da Bahia, em 1824, 538.000 contra 320.000 brancos (orçando êstes em 192.000), índios e mestiços. Em 1822, calculava-se a existência de 419.432 homens livres contra 173.476 escravos, num total de 592.908 ("A Escravatura", pág. 146).

Rio de Janeiro: coube-lhe o predomínio da importação a partir dos derradeiros decênios do século XVIII. Assim, tem-se: de 1790 a 1795: 34.348 escravos, provavelmente, todos de Angola; 1799 a 1802, 35.710. De 1805 a 1817, em que a média de nove anos computados, atinge quase 9.000 escravos importados de Angola e Benguela, apresentando o total de 80.527 escravos. No período 1818 a 1823, considerados os dados referidos por Humboldt: 79.997. Em 1828 e 1.º semestre de 1829: 66.911. Total até 1828: 227.435 escravos. "O tráfico, escreve Correia Lopes, intensificou-se sempre até 1849, chegando a perfazer um número de 220.496 cabeças no quadriênio começado em 46. A lei repressiva de 4 de setembro de 1850 não encontraria, porém, grande resistencia a vencer. Caído brusca-mente a um nível ínfimo, até 1858, o tráfico acabou por se sumir. No cálculo de Molinari, tinham entrado no Brasil, de 1819 a 1847, 1.122.000 escravos, ou seja uma média de 40.000 por ano e 680.000 de 1807 a 1819, 56.666 por ano, portanto, mais que no período seguinte. É certo que não vemos grande probabilidade nesta média. A de 40.000 é corroborada por José Bonifácio, em 1823.

Sul, principalmente, o extremo, Rio Grande foi de fraca importação. Em 1825, o autor que vimos citando, encontrou na exportação de Angola, as "cifras de 280 escravos destinados ao Rio Grande e 436 a Montevideu.

Sabemos que Simonsen aponta o total de 3.330.000 escravos para a importação africana destinada ao Brasil. Correia Lopes ofe-

rece as seguintes bases: Até 1700: 1.000.000; de 1700 a 1750, 1.000.000; de 1750 a 1800, 750.000 e de 1800 a 1858, 1.750.000 totalizando 4.500.000 escravos importados. Enquanto Simonsen se fundamenta na produção do braço escravo, o autor português observa: "Parece que o cálculo dos escravos entrados no Brasil nunca poderá ser inferior ao que fizemos para os portos de Luanda e Benguela. Se aí entrou em conta o fornecimento do século XVI-XVII às Índias de Castela, é também certo que no Brasil entravam escravos de outras origens, sendo pelo menos um milhão da Costa da Mina". É claro que todos os cálculos estão sujeitos à retificação, já que as investigações em documentos "ainda intatos" poderão alterar as séries estatísticas.

Em 1798, segundo uma estatística, repartia-se a população brasileira pela forma seguinte: Brancos, 1.010.000; Pardos e negros .. (406.000 escravos e 1.528.000 libertos), 1.934.000. Em 1790, o Rio de Janeiro tinha 19.578 brancos num total de 43.377 habitantes. Em 1801, na Paraíba do Norte, existiam 17.232 brancos, 3.212 índios, 22.376 mulatos, 12.735 pretos, num total de 55.573 habitantes. Em Goiás, em 1804, existiam 7.273 brancos, 15.585 mulatos, 3.238 negros livres, 4.754 negras, 11.417 negros escravos e 7.868 negras escravas (importando os negros em 27.277) totalizando 50.135 habitantes. Daí a quatro anos (1808) era esta a composição: Brancos, 6.950; mulatos, 15.452; negros livres, 3.208; negras livres, 4.728; negros escravos 12.094 e negras escravas 7.933 (importando os negros em 27.963), totalizando 50.365 habitantes. Mas em 1782, mineravam em Goiás escravos num total de 12.000. No bispado de Mariana, em 1816, existiam 83.794 brancos, 8.736 índios, 129.314 pardos e 168.841 negros. Dos pardos eram livres 106.614 e escravos 12.700. Dos negros eram livres 42.941 e escravos 125.850.

Em 1833, possuía o Brasil 3.110.000 pessoas livres e 2.086.616 escravos (Bibl. Nac., mas. 599, fl. 226). Calógeras, baseado no censo de 1819, dá para o Brasil 2.488.743 brancos e 1.107.389 negros, em que se incluem, certamente, os pardos. Em 1872, em Cuiabá, num total de 14.628 pessoas livres, encontram-se 1.685 escravos. Cem anos antes (1772) em Pindamonhangaba apresentava um total de 2.233 pessoas livres e 548 escravos e S. Paulo (capital), 11.446 livres e 4.793 escravos. E cem anos depois (1873) estavam matriculados na Província de S. Paulo (até 30 de setembro) 174.622 escravos, reduzidos a 123.000 em 1885, segundo estimativa de Vieira do Souto ("A diminuição da raça escrava é de 5% por ano, o que a deve reduzir a metade em 10 ou 12 anos". Esta afirmação é contraditória, e Vieira do Souto oferece argumento para contestar a asserção que pertence a Lopes Correia, "A Escravatura", pág. 161), pois dos 1.542.230 escravos registrados em 1873, estimava a existência daí a

doze anos (1885, 1 de janeiro) em 1.000.000 e não em 750.000. Mas a taxa é digna de consideração e, talvez reduzida a 4% ou 3% se torne mais precisa e real.

Um dos estudos mais notáveis, aparecidos em São Paulo, nos meados da primeira metade do século XIX, sobre estatística foi precisamente o "*Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo — Ordenado pelas províncias de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*", do Marechal Daniel Pedro Muller, de que há a reedição literal, feita em 1923 pela interferência de Washington Luís.

Se tomarmos os dados relativos a uma Comarca verificaremos a distribuição dos escravos (negros e pardos) pela Província em número que não será dos mais exagerados. Sumariemos, para exemplificação, os que se referem à população da 1.<sup>a</sup> Comarca, integrada por Bananal, Areias, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Pindamonhangaba, S. Luís do Paraitinga:

Bananal: fogos: 194 — Total de habitantes: 6.708; escravos .. 2.441, escravos 1.029.

Areias: fogos: 1.071 — Total de habs. 9.469; escravos 2.553, escravas 1.293.

Lorena: fogos: 1.292 — Total de habs. 9.384; escravos, 2.017, escravas 1.717.

Guaratinguetá: fogos: 1.292 — Total de habs. 7.658; escravos 1.064; escravas: 1.193.

Cunha: fogos: 559 — Total de habs. 3.043; escravos 1.003, escravas 635.

Taubaté: fogos: 2.148 — Total de habs. 11.833; escravos 1.528, escravas 1.129.

Pindamonhangaba: fogos: 1.079 — Total de habs. 7.915; escravos 1.473, escravas 7.915.

S. Luís do Paraitinga: fogos: 985 — Total de habs. 6.296; escravos 1.060, escravas 724.

A população da província (1836/37) orçava 326.902 habitantes e a da Cidade de S. Paulo: 21.933 habitantes. Os dados da população geral repartiam-se pelas seguintes comarcas e cidades que as constituíam na formação da província desses tempos: 1.<sup>a</sup> Comarca: Bananal, Areias, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Pindamonhangaba e S. Luís do Paraitinga; 2.<sup>a</sup> Comarca: S. José, Jacareí, Paraibuna, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Santo Amaro, Paranaíba, Bragança e Atibaia; 3.<sup>a</sup> Comarca: Jundiá, S. Carlos, Mogi-Mirim e Franca do Imperador; 4.<sup>a</sup> Comarca: Itu, Capivari, Porto Feliz, Constituição, Araraquara, S. Roque, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva da Faxina e Apiaí; 5.<sup>a</sup> Comarca: Castro, Curitiba, Nova do Príncipe, Guaratuba,

Paranaguá e Antonina; 6.<sup>a</sup> Comarca: Iguape, Cananéia, Itanhaen, S. Vicente, Santos, S. Sebastião, Bela da Princesa e Ubatuba. Seis comarcas, portanto. A Cidade (S. Paulo) integrava a 2.<sup>a</sup> Comarca e contava com as seguintes freguesias: Sé, Santa Efigênia, Braz, Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juqueri e Capela Curada de Mboy.

Distribuiu-se, na provincia, a população por esta forma:

	Homens	Mulheres
Branços .....	84.892 .....	87.987
Indios .....	380 .....	445
Pardos livres .....	28.158 .....	31.296
“ cativos .....	7.360 .....	7.362
Pretos crioulos:		
“ livres .....	2.443 .....	2.074
“ cativos .....	17.110 .....	17.100
Pretos africanos:		
“ livres .....	1.145 .....	1.140
“ cativos .....	23.826 .....	14.175
Soma geral: 326.902 habitantes		
Na cidade de São Paulo, assim se dividiam:		

	Homens	Mulheres
Branços .....	4.715 .....	5.233
Indios .....	205 .....	240
Pardos livres .....	2.392 .....	3.054
“ cativos .....	421 .....	480
Pretos crioulos:		
“ livres .....	248 .....	294
“ cativos .....	1.272 .....	1.338
Pretos africanos:		
“ livres .....	32 .....	25
“ cativos .....	1.177 .....	807
Soma geral: 21.933 habitantes		

A população de S. Paulo só tomaria impulso no período republicano. Em 1877, num livrinho destinado ao ensino, intitulado “Lições de Geografia Particular do Brazil”, acompanhadas de um lindo mapa geral do Imperio do Brazil”, editado, sem menção do autor, no Rio de Janeiro por J.G. de Azevedo, escrito ao sabor do “meu ufanismo” (“As terras do Brazil, cobertas de florestas virgens, são de uma fertilidade espantosa. As florestas deste bello paiz possuem as mais lindas e importantes madeiras de lei que se prestam tanto á cons-

trução de navios e casas, como ás melhores obras de marcenaria. Encontram-se em muitas provincias do Brazil pedras preciosas, bem como todas as qualidades de metaes"... pág. 16). O autor, como todos os impregnados do salutar espirito patriótico "ufanístico" perdera-se no encontro com a natureza, mas se esquecera de achar o homem... Dêse livrinho, cujos dados nos parecem baixos, fizemos esta extração de dados relativos à população: Amazonas: 100.000 habs., sendo 5.000 escravos e 95.000 livres; Pará: 350.000, dos quais 25.000 escravos; Maranhão: 500.000, dos quais 50.000 escravos; Piauí: 250.000, dos quais 20.000 escravos; Ceará: 550.000, dos quais 30.000 escravos; Rio Grande do Norte: 240.000, dos quais 5.000 escravos; Paraíba do Norte: 300.000, dos quais 40.000 escravos; Pernambuco: 1.220.000, dos quais 250.000 escravos (note-se o grande número de escravos); Alagoas: 300.000, dos quais 50.000 escravos; Sergipe: 320.000, dos quais 35.000, escravos; Bahia: 1.450.000, dos quais 280.000 escravos (grande número de escravos); Espírito Santo: 100.000, dos quais 90.000 escravos; Rio de Janeiro, incluindo o Município Neutro ou Côrte: 1.850.000, dos quais 300.000 escravos (grande número de escravos), a população do Município Neutro é calculada pelo autor anônimo em "mais de 400.000 habitantes"; São Paulo: 900.000 dos quais 75.000 escravos (pequeno número de escravos), a capital (S. Paulo) conta, segundo êsse autor anônimo, 24.000, o que, realmente, nos assemelha pouco, considerando-se os 21.933 habitantes dados por Daniel Pedro Muller, quarenta anos antes, salvo se os paulistas tinham na mente o espirito francês das restrições...; Paraná: 120.000, dos quais 10.000 escravos (o Paraná fôra dependência de S. Paulo e como esta provincia também tinha pequeno número de escravos); Santa Catarina: 190.000, dos quais 10.000 escravos (pequeno número de escravos); S. Pedro do Rio Grande do Sul: 580.000, dos quais 30.000 escravos (pequeno número de escravos); Minas Gerais: 1.600.000, dos quais 160.000 escravos (parece-nos poucos. Veira do Souto assinalava, em 1873, matriculados .... 311.304 escravos, e estimava em 226.000 escravos os existentes em 1885); Goiás: 250.000, dos quais 10.000 escravos (em 1873 estavam matriculados 8.800 escravos na provincia de Goiás); Mato Grosso: 1.000, dos quais 5.000 escravos (registrados 1873: 7.051 escravos). O Sul, pelo seu clima, pelas suas condições econômico-sociais, não era meio dos mais propícios à instituição da escravatura e nem poderia receber elevado número de africanos.

S. Paulo não teve em seus primórdios população de vulto, fato que mui amargurou o Pe. Baltazar Fernandes que, em carta ao seu superior, datada de 5 de dezembro de 1565, "após a visita que acabava de fazer ao Colégio Piratininga" assim melancolicamente se exprimia: "É uma grande mágoa ver tanta e tão boa terra perdida, não haver

quem a' habite nem cultive. Ao redor desta Piratininga uma, duas e três léguas há seis aldeias de índios da terra, afora outras casinhas que estão por diversas partes, dos quais uns são cristãos e outros não". Anchieta daria vinte anos depois (1585 — Carta do "último de dezembro de 1585"): 50 fogos de portugueses para S. Vicente; 100 vizinhos de portugueses, além de uns 100 soldados com seu capitão e alcaide deixados no forte Guaiba, na vila de Brás Cubas (Santos); 30 vizinhos de brancos na vileta de Itanhaen e na quarta vila, a de Piratininga, chamada "vila de S. Paulo", junto a "um rio caudal", 120 fogos, fora 4 padres e 2 irmãos. Nas aldeias da Conceição de N. S. dos Pinheiros e na de S. Miguel viviam entre ambas 1.000 pessoas. Mais ou menos 1.800 brancos e uns 1.200 índios, num total de 2.000. Dois anos antes (1583), em sua "Enformações", a população da capitania era para Anchieta de 2.500 habitantes (1.500 brancos e 1.000 índios), sem referências a negros.

"Nos últimos anos do século XVI, escreve Marcelo Piza ("População, sua formação e seu crescimento", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. XLIV, 1.<sup>a</sup> Parte, editado em 1948) contavam-se, em terras de Piratininga, 210 fogos", (os "fogos" variam, em geral, de 5 a 10 pessoas, podendo encontrar-se índios oscilantes entre os dois extremos apontados). "Por volta de 1640, refere o mesmo autor, contavam-se cerca de 600 fogos na vila de São Paulo", incluindo-se "um certo número de espanhóis". Caberia ao punhado de paulistas do Planalto realizar a obra "do alargamento brasileiro, por terras onde recuava o castelhano", oferecendo, pelo seu esforço, a epopéia que marca o emolduramento da nossa configuração geográfica e impressionaria Saint Hilaire de tal forma que dizia: "quando lê alguém os pormenores das jornadas intermináveis dos antigos paulistas sente-se como que tomado de estupefação e inclinado a crer que êsses homens pertenciam a uma raça de gigantes". O devassamento do Brasil seduziria, no futuro, homens como mestre Afonso de Taunay que carinhosa e comovedoramente consagrou sua vida, como excepcional historiador, ao estudo do admirável movimento bandeirante e Alfredo Ellis, autor de pesquisas magistrais e de magníficas análises e reconstituições desses fatos que, hoje, constituem "a glória máxima da gente de São Paulo".

Em 1700 a Câmara Municipal de São Paulo representava ao Reino pedindo negros, na falta de índios, pois os paulistas estavam na iminência "de cessarem o trabalho da mineração do ouro por falta de índios". O ciclo do ouro trouxe os negros escravos para a Capitania que até então quase só utilizara o escravo índio, para os seus serviços, e mais ainda, apresando-os para o comércio com o nordeste açucareiro. Em 1818, Eschwege assinala, no território paulista, "apenas 28.700 negros escravizados para uma população de 209 mil almas".

Daniel Pedro Muller, que citamos discriminadamente, apresenta em 1836/37 o total de 86.993 escravos para uma população de 326.902 habitantes, dos quais 14.722 pardos cativos, 34.210 crioulos cativos e 38.001 africanos cativos; existindo, ainda, no território paulista, 59.454 pardos livres, 4.517 crioulos livres e 2.294 africanos livres, num total de 66.265 livres.

Somam as duas parcelas de pardos, crioulos e africanos, livres e escravos, o total de 153.258 "coloreds", praticamente a metade da população do território paulista que, a esse tempo, também abrangia o atual Estado do Paraná. Índios, eram poucos, apenas 825. Em .. 1838/39 inicia-se a primeira exportação do café pelo porto de Santos: 3.967 sacas, já elevada em 1840 a 36.000 sacas (2,8% da exportação total). Em 1848: 61.300 sacas. Em 1859: 370.183 sacas. Chegam os imigrantes. O café reclama colonos e negros. São Paulo prospera. Aumenta a população: 837.354 habitantes e mais de milhão e meio de sacas, na exportação, segundo Marcelo Piza, em 1872. .... 174.622 escravos, em 1874, num total de 1.346.648 no Brasil. Chegam os italianos e suplantam os portugueses. Gente mediterrânea. Gente da lavoura. Gente do trabalho. Tendia-se à extinção gradual da escravidão. Em vigor a Lei do Ventre Livre. O café era produção mais humana e menos aristocrática: ao escravo, o trabalho livre, à exploração, o salário. Colonos e política imigratória. Mas a abolição acarretaria sérias dificuldades à lavoura cafeeira de S. Paulo. Enfrentou, porém, os prejuízos resultantes do 13 de maio de 1888. Enfrentou e venceu paulistanamente. O fulvo metal atrairá reinóis. O ouro negro seduziria ibéricos, itálicos, nipônicos, germanos, eslavos, semitas... O mundo à procura da Canaã. E a "Terra Prometida" a oferecer felicidade, prosperidade, trabalho.

---

## O Tráfico Africano visto pelo mestre Afonso de Taunay

*Alfredo Gomes*

Deve-se ao grande mestre e insigne historiador Afonso de E. Taunay, magnífico trabalho que, como todos os da lavra de tão prodigioso conhecedor dos fastos do nosso passado, esgota a matéria pertinente ao tráfico africano. Intitula-se a notável obra "Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil" e apareceu em 1941, integrando os Anais do Museu Paulista (Tomo X). Já nas "Duas Palavras" de abertura, escritas com essa modéstia que caracteriza e faz logo adivinhar o espírito de um sábio, assinala o douto mestre a indeterminação dominante nesse setor, de que são provas as "enormes divergências em torno de seu ponto principal: 'a fixação do número dos africanos despejados nos portos brasileiros'. Muitas e valiosas são as informações, diversas as novidades, que seduzem o curioso de história e neste faz crescer a admiração pelo saber de um pesquisador e analista de singulares méritos e excepcional capacidade de trabalho como avulta diante de nós o Mestre Afonso de Taunay.

"Quando se descobriu o Brasil, diz o historiador, mais de meio século de experiência do tráfico africano já tinham os portugueses desde que em 1441 Antão Gonçalves trouxera ao Reino, ao Infante Dom Henrique, cativos do Rio do Ouro, os primeiros aparecidos, vindos diretamente do continente africano", mas as "razzias" portuguesas nas Canárias já datam de 1345, um século antes dos cativos de Antão Gonçalves. De 1450 a 1455 (referência de Perdigão Malheiros, citando a Cadamosto, "A Escravidão no Brasil") "a entrada anual de africanos pela barra de Lisboa regulara ser de 700 a 800 peças. De 1486 a 1493, D. João II recebeu 3.589 escravos de Guiné, o que leva o Prof. Taunay a admitir como média da introdução no heptênio de 2.563 peças. De 1511 a 1513, "entraram em Lisboa 1.263 escravos do Rei. J. Lucio d'Azevedo "apoiado num documento da maior

autoridade, de 1551, prova que neste milésimo seriam êles (os escravos) dez mil apenas. "Calcula-se, diz o Prof. Taunay, que no princípio do decênio da fundação das capitanias hereditárias brasileiras recebesse Lisboa uma média de escravos africanos superior a três mil cabeças". Segundo "afirma Rinchon (o Padre Dieudonné Rinchon autor de "La Traite et l'esclavage des Congolais par les européens" com o sub-título 'Histoire de la deportation de treize millions deux cent cinquante mille noirs en Amérique") sem o documentar, o que por exceção acontece, assinala Taunay, que, pelas vizinhanças de 1525, partiram os primeiros africanos para o Brasil". E quase, numa corrigenda delicada, acrescenta o mestre brasileiro: "Ora, não se pode dizer que em 1525 houvesse colonos no Brasil quando apenas existia, em todo o nosso litoral, meia dúzia de miseráveis feitorias onde, certamente, pouco, ou quase nada, se cogitava de agricultura". Os lisbonenses aspectos africanos não tardariam a se fazer presentes em certas cidades e regiões da colônia ultramarina. José Sylvestre Rebello e com êle Varnhagen, aceitam, o que Taunay considera natural, a opinião "de que na frota de Cabral e nas dos demais primeiros descobridores serviam escravos africanos" e, conseqüentemente com essas primeiras esquadras começaram a vir para o Brasil os negros da África. E Varnhagen, ao se referir à caravela encontrada por Martim Afonso de Souza, na costa da Bahia, em 1531, "entende que a mesma se ocupava do tráfico". Afonso de Toledo Bandeira de Mello ("O trabalho servil no Brasil, pág. 42), cita que "Damião de Góis declara haver Martim Afonso de Souza trazido para o Brasil as primeiras peças da Guiné". E Taunay adianta: "Parece que já em 1538 coubera a um Jorge Lopes Bixorda, arrendatário do comercio do pau brasil, a triste prioridade do estabelecimento do tráfico entre os dois continentes meridionais, trazendo para a Bahia alguns africanos". Duarte Coelho, em 1539 reclamava negros para a lavoura canavieira de sua capitania. Em 1559, segundo João Fernando de Almeida Prado ("Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil") concedeu a rainha regente D. Catarina autorização a cada senhor de engenho para importar até doze africanos pagando apenas um têrço do imposto devido". Em 1583 o Padre Anchieta em suas "Informações para Nosso Padre" incluiu na população do Brasil 14.000 negros. "No quadriênio 1587-1590, assevera Taunay, haviam sido despachados para o Brasil nada menos de 20.131 "peças" o que representaria uns trinta mil escravos efetivos". Praticamente, ter-se-ia uma população escrava, no Brasil, em fins do século XVI, de 30 a 40 mil negros. As necessidades de braços para as lavouras açucareiras seriam maiores no século XVII e com elas maiores as quantidades de escravos introduzidos na Colônia, que os reclamava também para outros misteres. E os euro-

peus, sem distinção de povo, todos se entregavam ao tráfico daqueles, cujo nome, no dizer de Sêneca, “nascera de uma injustiça”. No período de um decênio (1636-1645) os holandeses, então ocupantes do nordeste, haviam importado 23.163 africanos, tal é o número oferecido por Watjen. Reportando-se às menções do Padre Estevam Pereira e, principalmente, as de Antonil (“Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, João Antonio Adreoni), conclui o Prof. Taunay: “Não pensamos, pois, que seja exagerado admitir que de 50 a 60 mil escravos trabalhavam na lavoura de cana em fins do século XVII, nos três grandes núcleos baiano, pernambucano e fluminense. Mau grado à mortalidade de escravos, sobretudo a infantil, assim mesmo crescia a população servil, brasileira de nascimento. Se admitirmos que cada um dos homens radicados à lavoura açucareira teria pelo menos mulher e um filho, chegamos a um total de 100 a 150 mil escravos de engenho, estimativa que não nos parece exagerada.

Para Minas Gerais, Salomão de Vasconcelos acredita que em 1728, o número de escravos existentes “não seria inferior a cem mil, estando êstes cativos empregados em sua maioria no serviço de mineração, hipótese que o Prof. Taunay considera “aceitável à vista dos dados inscritos por Costa Matoso (ver o Capítulo de Subsídios, pág. 189 e segs.) como os do arrolamento para a capitação, providência administrativa rigorosa que não se prestaria tão facilmente às vantagens da ocultação dos cativos como os da simples declaração relativa aos africanos e crioulos empregados na laboração das minas”. O documento de Costa Matoso, relativo ao período 1735-1749, dá uma média de 93.000 escravos (pretos africanos e crioulos das comarcas Vila Rica, Mariana, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio e do sertão). Na cidade da Bahia, em fins do século XVIII, com uma população de 50.000 habitantes, não iam os brancos além da quarta parte, menos de 13.000, portanto, e com poucas possibilidades de aumento “porque o número de casamentos é pouco”, enquanto prosperavam demograficamente os escravos, não pelos casamentos regulares, mas pelo “comércio ilícito”... visto com bons olhos pelo aumento que trazia à fazenda... Quanto a São Paulo, escreve o Prof. Taunay, aludindo à importação de africanos pelos portos paulistas, sempre “muito reduzida até a era do café”: “Era esta importação negra tão pouco considerável que em 1769 o número de escravos existentes na capitania paulista atingia 23.323, dos quais 13.323 homens. E aí ainda se compreendiam Paranaguá, Curitiba e Itajubá. Seriam uns 20.000 para o território paulista. Neste cômputo avultavam a cidade de S. Paulo e seu termo (3,266), Santos (1.834) e Itu (1.230). Nesta época em Minas Gerais seria a escravatura o quántuplo da cifra paulista”. Ter-se-ia, pois, 20.000 para o territó-

rio paulista e cerca de 100.000 para o mineiro. Em 1818 Eschwege indicaria “apenas 28.700 escravos para um total de 209.000 almas” no território paulista”. E em 1826, quando a população paulista orçava 258.901 habitantes e em 1836, segundo D.P. Müller, 326.902 habitantes, os escravos neste último ano citado (1836), atingiram, ainda conforme Müller, 86.993, dos quais 38.001 africanos. Já o café exercia sua atração, marginando o velho Paraíba e rumando para o Oeste paulista. Observa Taunay: “... em 18 anos triplicara o número de escravos existentes no território de S. Paulo”. Em sua esplêndida obra o Prof. Taunay consagra nada menos de quatro capítulos (XXII, XXIII, XXVI e XXVII) à questão dos números do tráfico, cujos dados aproveitaremos a seguir, acatando o ponto de vista do emérito historiador ao afirmar: “Parece-nos impossível estabelecer uma cifra satisfatória como cômputo do total de africanos arrebatados ao seu continente e violentamente transmigrados às terras americanas”. Calógeras, da mesma forma, proclama à falta de estatísticas sobre a importação total de escravos nos séculos XVI, XVII e XVIII “que estamos reduzidos a formular hipóteses”. Enquanto Oliveira Viana pretende aplicar às massas de sangue africano os coeficientes:

		Livres	Escravos
Mulatos	..... +	0,92 %	— 2,19 %
Negros	..... —	0,62 %	— 3,95 %

Calógeras eiva-os “de suspeição por não se estribarem em número suficiente de observações” e aceitando “a entrada média anual de africanos, durante duzentos anos (1650-1850) correspondente a 54.500 cabeças” (ou sejam levas anuais de 50.000 a 60.000, tais as que se verificaram no século XIX, “após a abolição nominal do tráfico”) e estimando em 4,5% (Correia Lopes, “A Escravatura” eleva esta taxa a 5%) a taxa de diminuição anual “no rebanho servil” conclui:

a) — “em 20 ou 25 anos deveriam ter desaparecido totalmente os negros importados no primeiro ano”;

b) — “para manter um nível constante, impor-se-iam quatro ou cinco renovações integrais por século”;

c) — “sendo de 1.200.000 o número de sobreviventes em 1820, significaria esta cifra um tráfico de cinco a seis milhões, por século, ou de dez a doze milhões no caso de se adotar o período de 200 anos, de oito a nove si se achar mais acertado uma de 150 anos”;

d) — “base de entrada média anual: 55.000 cativos entre 1650-1850”;

e) — total do período: 13.500.000 cabeças.

Considera o Prof. Taunay esta conclusão “sobremodo exagerada quer pelas divergências com outros autores “que estudaram os dados numéricos”, quer ainda por estas considerações que passa a expender: “Assim, por exemplo, o século XVIII, de 1750 para o fim, assinala uma fase de séria depressão econômica do Brasil e esta certamente refletiu sobre o tráfico. O esgotamento das minas não pode deixar de ter poderosamente influido sobre o decréscimo da importação de africanos.

Sendo assim, ou, sendo a média de 55.000 cabeças tão elevada, teria sido necessário que em princípios do século viessem para o Brasil oitenta a cem mil negros anualmente, o que é demais à vista de uma série de indícios resultantes das informações da documentação”.

E para contraditar a Calógeras, aí estão os argumentos do Consul Geral Mario de Barros e Vasconcellos (“Motivos de História Diplomática do Brasil”, 1930) que ao analisar a “A Política Exterior do Império” do insigne estadista brasileiro lhe opõe sérias restrições, afirmando em relação ao coeficiente de 54.500 peças para a entrada anual dos africanos: “Este número parece-nos exagerado.

Tendo-se em vista as fortes perdas durante a travessia, a pequena arqueação dos veleiros (capacidade dos veleiros), a duração de cada viagem redonda, além de alguns outros pequenos fatores de eliminação, encontra-se que seria necessária, por ano, a entrada de 185 barcos com trezentas peças úteis, o que representaria uma frota de uns 500 veleiros exclusivamente empregados no tráfico durante dois séculos e tanto”. A este argumento, o Prof. Taunay objeta: “São contudo tão contraditórios os informes de que dispomos sobre a avaliação dos negros importados que em diversas referências documentais encontramos a denegação a este modo de ver do sr. Mario de Vasconcellos”, tanto que a frota traficante da Bahia, de 220 bergantins, mencionada pelo anônimo francês da *Notre Dame de l'Épine de France* (princípios do século XVIII), realizando “duas viagens anuais em termo médio”, transportando a média de 300 escravos, aceita por Mario de Vasconcellos, “estaria em condições de trazer para o Brasil, anualmente, em 400 viagens a cifra fabulosa de 120.000 escravos”...

Em Pernambuco, num período de trinta e seis anos (1742 a 1777), segundo algarismos oficiais constantes do “debate entre a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba e as autoridades coloniais, sobre as queixas dos colonos”, foram importados 93.138 escravos, ou 2.600 anualmente. Esclarece o Prof. Taunay: “Se Pernambuco apenas importava 2.600 cabeças anuais e dermos o dobro para a quota da Bahia chegaremos a oito mil escravos. Concedamos outro tanto para o Rio de Janeiro, que então florescia notavelmente como entreposto de Minas Gerais, e mais dois mil para o resto do

Brasil. Atingiremos a cifra de 18.000 escravos". E ainda, Santos Vilhena estima a importação de africanos na Bahia no ano de 1798 em 7.054. Calógeras, por sua vez, reportando-se a Castro de Almeida, para o período 1797-1806 (oito anos) dá o total de importação de escravos na Bahia na cifra de 58.788 escravos, média anual de 7.346. Em 1717, La Barbinais aponta 25.000 cabeças como entrada anual de escravos da Bahia, "cifra, segundo Taunay, exageradíssima". Poucos lá porém ficariam, pois a cidade contava uma população servil de 15.000 almas apenas. O diplomata Sir George Staunton afirmava em 1792: "não passarão de 20.000 os africanos importados anualmente no Brasil", dos quais cinco mil caberiam ao Rio de Janeiro. Tudo, portanto, longe "da média admitida por Calógeras", registra Taunay. E o ilustre autor de "A Política Exterior do Brasil" acredita que a "importação clandestina seria pelo menos igual à legítima", mas anota o grande historiador das "Bandeiras" que "a majoração devida ao contrabando era certamente compensada pela tremenda mortalidade da travessia oceânica" e passa a contestar com reparos de alta valia pela documentação e critério os exageros do contrabando propostos por Pandiá Calógeras.

O século XIX conheceria extraordinário incremento da importação do elemento servil e relativamente aos seus primórdios existem os dados sumariados por Perdigão Malheiro que o Prof. Taunay examina por esta forma:

"Os autores cujos informes Perdigão Malheiro nos transmite a propósito das porcentagens entre livres e escravos no Brasil antes de 7 de setembro de 1822 vêm a ser os seguintes:

José Correa da Serra, citado por Humboldt, e João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz), na sua Memória contra o tráfico, F. P. de Santa Apolônia, também citado por Maciel da Costa, a Memória do Cônsul Hill da Bahia analisada por Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira n' *A Igreja do Brasil*, a estatística oficial de 1817-1818, citada por Balbi e afinal a *Memória sobre a Igreja do Brasil* por Velloso de Oliveira.

	Livres	Escravos
Corrêa da Serra (1798) .....	800.000	1.500.000
Santa Apolônia .....	1.668.000	1.582.000
Hill (1817) .....	2.300.000	1.000.000
Diários Oficiais (1818) .....	1.917.000	1.980.000
Velloso de Oliveira (1819) .....	3.288.743	1.107.389

Ante tal disparidade de resultado, finaliza o Prof. Taunay, manda a prudência avaliar em 1.400.000 os escravos do Brasil de 1822".

O seguinte quadro, organizado por Pandiá Calógeras, provei-

tando as tabelas anexadas pelo desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira (paulista de origem, 1750-1824) à sua memória "A Igreja no Brasil" (1819), oferece um panorama da distribuição da população livre e escrava nas antigas províncias:

Províncias	Livres	Escravos	Total	% de Escravos
Amazonas .....	13.310	6.040	19.350	31,6
Pará .....	90.901	33.000	123.901	26,6
Maranhão .....	66.668	133.332	200.000	66,6
Piauí .....	48.321	12.405	60.726	20,3
Ceará .....	145.731	55.439	201.170	27,6
Rio Grande do Norte .	61.812	9.109	70.921	12,6
Paraíba .....	79.725	16.723	96.448	17,4
Pernambuco .....	273.832	97.633	371.465	26,3
Alagoas .....	69.094	42.879	111.973	38,3
Sergipe .....	88.783	26.213	114.996	22,8
Bahia .....	330.649	147.263	477.912	30,8
Espírito Santo .....	52.573	20.272	72.845	27,7
Rio de Janeiro e Côrte	363.940	146.060	510.000	28,7
São Paulo .....	160.656	77.667	238.232	32,6
Paraná .....	49.251	10.191	59.442	17,2
Santa Catarina .....	34.859	9.172	44.031	21,9
Rio Grande do Sul ..	63.297	28.253	92.180	30,7
Minas Gerais .....	463.342	168.543	631.885	26,7
Goiás .....	36.368	26.800	63.168	42,5
Mato Grosso .....	23.216	14.180	37.396	38,6

Se Calógeras oferece a média anual em dois séculos de 54.500, Rocha Pombo consigna "para os dois séculos de tráfico mais ativo uma média anual de cinquenta a sessenta mil indivíduos", o que representa cêrca de 15.000.000 importados, cálculo êste também considerado exagêro pelo Prof. Taunay, em face da sua opposição às estimativas de Calógeras. E Renato Mendonça ("A influência africana no português do Brasil", Caps. III e IV, "O Português do Brasil", Cap. IV, pág. 176, edição de 1936) referindo-se a Calógeras, escreve nesta última obra citada no parêntesis "Discordando de Calógeras, por cuja estimativa teriam entrado no Brasil cerca de quinze milhões de negros durante três séculos, fizemos abatimentos bem razoáveis. Com efeito, ... fizemos uma avaliação baseada em es-

tatísticas remanescentes, pelas quais se fixam em 4.830.000 negros os escravos passados pelas alfândegas brasileiras, desde o século XVI até 1830, data da supressão do tráfico. Arredondando para cinco milhões aquele algarismo, caberiam ao contrabando uns dois milhões de escravos, o que resulta um total de sete milhões de negros importados no Brasil, durante os trezentos anos de comércio de tal “mercadoria”.

E assim distribui os africanos importados, desde o século XVI até 1830:

Séculos	Regiões	Entradas anuais	Total anual	Total da importação
Século XVI	Todo o Brasil	—	—	30.000
Século XVII	Brasil holandês	3.000	—	—
Século XVII	Brasil português	5.000	8.000	800.000
Século XVIII	Pará	600	—	—
Século XVIII	Recife	5.000	—	—
Século XVIII	Bahia	8.000	—	—
Século XVIII	Rio	12.000	25.000	2.500.000
Século XIX	Rio	20.000	—	—
Até 1930)	Todo o Brasil	—	50.000	1.500.000
Total durante o tráfico .....				4.830.000

Anota Taunay: “Um “lapsus calami” do distinto autor fez com que avultasse o total do século XVII. O domínio holandês tendo durado 24 anos, a importação de africanos pelos batavos tem que ser reduzida de 300.000 a 72.000 peças. Por outro lado esqueceu-se o Sr. Renato Mendonça de reunir ao seu total do século XVIII a contribuição atribuída ao Pará 60.000. Feitas estas pequenas correções a sua hipótese admite o transporte de 4.662.000 negros para o Brasil. Notemos, de passagem, que a avaliação relativa ao século XVI parece-nos baixa”. Já indicamos, citando “O Português do Brasil” do mesmo autor, que êste dá um total de 7.000.000 de escravos importados do continente africano. Simonsen, ainda diminui mais a avaliação para o período de 1600 a 1851, dois séculos e meio de comércio negreiro, atribuindo ao século XVI o total de 400.000 esca-

vos e aos séculos XVII e XVIII o total de 2.765,000, somando tudo 3.165.000 escravos, ou o "máximo admissível para a importação africana nos três séculos: 3.300.000 escravos (História Econômica, I vol. pág. 205, edição de 1937). Menos de três e meio para o período 1538 a 1853. Pedro Calmon ("História da Civilização Brasileira", 5.<sup>a</sup> edição aumentada, 1945, Taunay reporta-se à 2.<sup>a</sup> edição que acusava 2.500.000 cabeças importadas no período 1550-1850) em sua derradeira edição da História da Civilização Brasileira, elevou para o mesmo período de 1550 a 1850, a entrada de negros cativos de 6 a 8 milhões, afastando-se, pois, dos primeiros cálculos das edições anteriores de apenas dois milhões e meio.

A lavoura do café, como a da cana no Nordeste, iria reclamar fatura de braços pela fome do trabalho. Estribado em Walsh ("Notices of Brazil") o Prof. Taunay tece comentários interessantes sobre as cifras de africanos importados e cita os dados relativos a 1820-1829 que assim se distribuem: 1820: 15.000 cabeças importadas; 1821: 24.134; 1822: 27.363; 1823: 20.349; 1824: 29.503; 1825: 26.524; 1826: 39.999; 1827: 29.787; 1828: 43.555 e 1829: 52.600; Enquanto estas eram as levas que aportavam à Guanabara, lembre-se, a título de confronto, a observação de Walsh, que assinala haver o Brasil, em 1806, importado apenas 38.000 escravos "para todo o Brasil". Debret ("Viagem Pitoresca") dá para a importação total em 1828: 43.601 africanos. E referindo-se à importação de africanos, Walsh, em 1830, afirmava que ela "nos dez últimos exercícios atingira ..... 302.510 peças, em águas fluminenses", o que dá uma média de 30.251 peças anuais, e, considerando a majoração de vinte por cento "para esta média devida aos defraudadores do fisco", eleva-se a média das entradas na região fluminense a 36.000 peças, nos cálculos do Prof. Taunay. No mesmo decênio o Brasil cafeeiro (entradas anuais por Santos, S. Sebastião, Ubatuba, Parati, Angra dos Reis, Mangaritiba, Maricá, Cabo Frio, Macaé, S. João da Barra, Itapemirim, Vitória e São Mateus), computando-se a "média baixa de 9.000 escravos anuais temos, escreve o Prof. Taunay, 45.000 para o total dos africanos trazidos para o Sul do Brasil cafeeiro" e se aceitarmos um quinto distraído para "mistérios diversos da lavoura da rubiácea ficaremos ainda assim com uma média de 36.000 africanos para o café".

Em 1820 a uma produção de 97.498 sacas de café correspondeu uma entrada no Rio de Janeiro de 15.020 escravos. Daí a nove anos (1829) às 375.107 sacas exportadas correspondeu a entrada de 52.600 africanos. Dez anos depois (1839) quando a produção atingiu .... 889.324 sacas, ter-se-ia uma importação correspondente de negros no total de 131.000 peças, que o autor dos "subsídios" reduz a 65.000 cabeças anuais para todo o Brasil, considerando a existência da proi-

bição oficial do tráfico, desde 1831, e a atuação dos cruzeiros ingleses. "Menor, confirma o Prof. Taunay, não deve ter sido, pois o comércio era muito rendoso apesar de tudo".

Pelo mesmo raciocínio, considerada, em 1851, a exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro que atingiu 1.343.484 sacas (o quadruplo da de 1829), corresponderia uma entrada de 210.000 cabeças. Mas se os cafesais tingiam de verde o território fluminense, o da Mata mineira e do Norte paulista, por outro lado as restrições e a existência do elemento já importado, não podem levar a essa conclusão. O Prof. Taunay conclui não julgando "crível que haja desembarcado menos de um milhão de negros no Brasil todo, de 1816 a 1851, dos quais oitocentos mil colocados nas lavouras do café". Teremos, pois, cerca de 1.000.000 de negros importados em 35 anos, o que acusa uma média anual, para esse período, de 28.574 e 2/7 de escravos importados de África, sendo que 800.000 destinados à lavoura.

Mas outros dados podem ser apresentados. E aí estão os de Molinari (verbete: "esclave", Dictionaire d'Économie Politique", citado por A. Bandeira de Mello) que registra, para o período 1807 a 1847, o total de 1.802.000 africanos importados, elevando a média anual a 45.050 peças, sendo que o maior contingente pertence ao período 1819 a 1847, num total de 1.122.000, estabelecendo-se duas médias díspares: 56.660 para o primeiro período (1807 a 1819) e 62.330 para o segundo, sendo que neste, realmente, as exigências da lavoura cafeeira faziam sentir a necessidade de braços para os trabalhos agrícolas. O mesmo Bandeira de Mello aponta, "sem o documentar", assinala o Prof. Taunay, que "os registros de Angola acusaram de 1759 a 1803 a venda de 649.000 negros destinados ao Brasil, ou seja, uma média anual de 14.750 escravos, "cifra que nos parece (fala o autor dos "Subsídios") aceitável em face dos depoimentos de numerosas fontes". Para Tavares Bastos ("Cartas de um solitário") de 1788 a 1829 registraram-se os extremos anuais de 18 a 65.000. Para Lord Macartney, em 1790, as entradas anuais eram calculadas em 25.000. José Bonifácio, por seu lado, em 1823, elevava a 40.000 cabeças anuais as referidas entradas. Tavares Bastos, ainda, para o período 1840 a 1847, oferece um total de 250.210 ou seja uma média de 31.276 escravos por ano, que assim vão discriminados: 1840: 30.410; 1841: 16.000; 1842: 12.200; 1843: 30.500; 1844: 28.000; 1845: 22.700; 1846: 52.600 e 1847: 57.800. Lorde Palmerston, em 1852, aceitava para antes de 1842 a média de 17.000 e a acrescera sucessivamente: 1842: 17.435; 1843: 19.095; 1844: 22.849. Rio Branco em nota à sua famosa "Esquisse de l'Histoire du Brésil" (edição do Ministério das Relações Exteriores, vol. VIII, "Estudos Históricos", 1948, pág. 109, com as emendas feitas pelo Barão. A "Esquisse" constitui

o capítulo V, págs. 105 a 188, da obra "Le Brésil en 1889", Paris, Librairie Charles Delagrave, organizada por F. J. de Santa-Anna Nery com a colaboração de outros escritores brasileiros e publicada sob os auspícios do Sindicato do Comité Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris), Rio Branco escreve: "Africains débarqués au Brésil pendant les cinq années qui ont précédées le bill Aberdeen: 1840: 30.410; 1841: 16.000; 1842: 17.435; 1843: 19.095; 1844: 22.849; 1845: 19.453.

Après le bill Aberdeen et avant la loi Eusébio de Queirós: 1846: 50.324;- 1847: 56.172;- 1848: 60.000;- 1849: 54.000;- 1850: 23.000.

Après la loi Eusebio de Queirós (1850): - 1851: 3.287;- 1852: 2.700;- de 1853 à 1856, les deux dernières tentatives d'introduction d'esclaves, 512". (Na edição que temos, os dados relativos a 1846 aparecem como o milênio 1845, o que, evidentemente, revela ser erro de impressão).

E no texto, Rio Branco escreve expressivamente, mostrando a reação ao bill Aberdeen: "le chiffre des Africains introduits annuellement au Brésil tripla dans la periode de 1846 à 1850". O Barão dava para o ano 1800 (obra citada, pág. 81) cêrca de 3.200.000 habitantes, dos quais a metade eram negros escravos; em 1817-1818: 3.817.900 habitantes (sem contar as crianças inferiores a 10 anos), dos quais 1.043.000 brancos, 259.400 índios civilizados, 526.500 mulatos ou negros livres, e 1.930.000 escravos. Em 1870 (obra citada, pág. 127) o número de escravos atingia a 1.800.000; em 1873 1.584.000; em 1885 a 1.050.000; em 1887 a 743.419 e já êste ano acusava cerca de 500.000 filhos de escravos nascidos livres em virtude da lei de 1871 (do "Ventre-Livre") e 68.946 sexagenários. Praticamente, quando surgia a Lei Aurea (13 de maio de 1888) o Brasil tinha cêrca de .. 700.000 escravos. Mas se os números de escravos podem ser mais ou menos determinados, a imprecisão é muito maior e mais significativa em relação ao número de negros.

Pereira Pinto ("Coleções de tratados"), baseado nos documentos do Foreign Office, citado pelo Prof. Taunay, também afirma que o tráfico cresceu "apesar da pretendida vigilância e as efetivas violências do cruzeiro inglêz". E dá para o período 1842 a 1850 (nove anos) as cifras, adiante discriminadas: 1842: 17.435;- 1843: 19.095;- 1844: 22.849;- 1845: 19.453;- 1846: 50.324; 1847: 56.172; 1848: 60.000; 1849: 54.000;- 1850: 23.000.

Sumariando os dados de Walsh, Tavares Bastos, Pereira Pinto e Foreign Office, assim calcula o Prof. Taunay, a seu modo razoavelmente, o tráfico nos últimos anos:

	Escravos
De 1820 a 1829 (Walsh) média de 30.251 cabeças ou sejam .....	362.514
De 1830 a 1839 (O Prof Taunay reporta- se à média de Walsh). .....	400.000
De 1840 a 1847 (Tavares Bastos) .....	250.000
De 1848 a 1850 (Pereira Pinto e Foreign Office) .....	137.000

E acrescenta :

“Ponhamos mais 5.000 negros trazidos em 1851. Perdigão Malheiro pretende que nesse ano desembarcaram 3.287 e o resto até a extinção total do tráfico. Temos mais de um milhão de peças em trinta anos. Jamais operara o tráfico com tamanha intensidade e isto se devia aos apelos da lavoura do café”. Os desembarques, a partir de 1851, foram em quantidades mínimas: 3.287 em 1851; 700 em 1852 e 512, entre 1853 e 1856, nos dois derradeiros desembarques efetuados, em Serinhaem e S. Mateus.

Consagra o eminente historiador o último capítulo dos “Subsídios” à “avaliação hipotética dos números do tráfico”, o que faz ressaltar o cuidado, a probidade e perfeito domínio do assunto por parte de um mestre insigne, destacando a “dificuldade da estimativa do número de africanos trazidos ao Brasil nas quatro centúrias em que durou o sinistro comércio do ébano”.

Considera a mais aceitável a de Roberto Simonsen (História Econômica do Brasil, Tomo I, pág. 205, edição de 1937), abrangendo o período de 1600 a 1851, para o qual admite uma entrada de .... 3.300.000 escravos, “o que nos leva, diz o Prof. Taunay, a ter como aceitável um total de 3.400.000”, achando entretanto um pouco baixo, “entendendo que deve ser majorado de cinco por cento”.

Simonsen reparte os escravos, pelos três séculos, subordinando-os às grandes indústrias brasileiras:

Século XVII	
açúcar .....	350.000
Séculos XVIII e XIX:	
açúcar .....	1.000.000
mineração .....	600.000
café .....	250.000
outros misteres .....	1.100.000
	3.300.000

Para o século XVI, “a vista das informações jesuíticas e das notícias dos cronistas não supomos, escreve o Prof. Taunay, que o

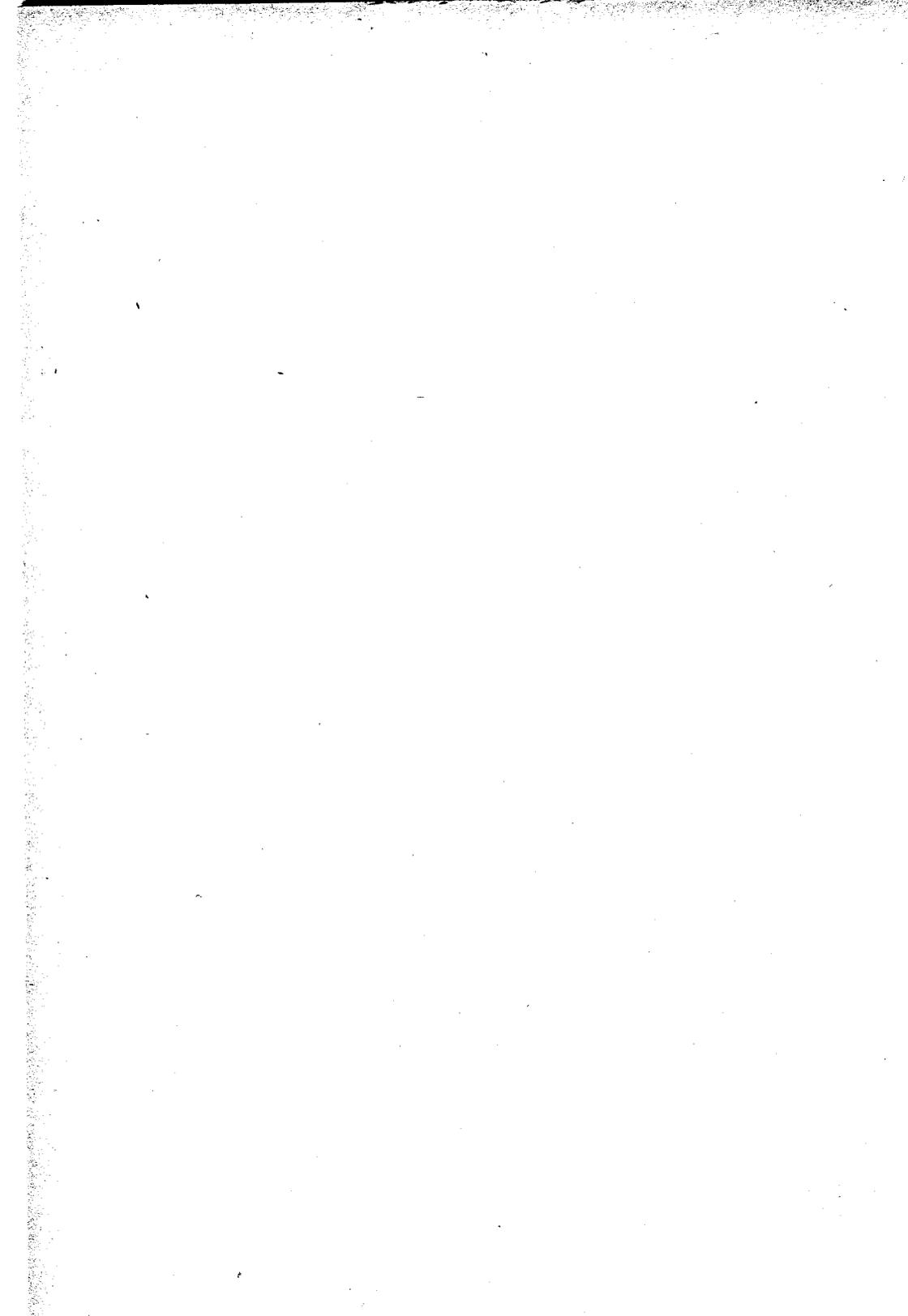
total dos escravos trazidos haja sido superior a 100.000 na era quinhentista. O tráfico muito reduzido de 1540 a 1560 e progressivamente maior a partir dêste milésimo até o fim do século talvez haja atingido 3 ou 4 mil cabeças em um ou outro milésimo mas a média geral deve ter sido muito mais baixa no decorrer da centúria." E para o século XVII admite "uma média anual corrida de 6.000 escravos", lembrando os entraves criados à navegação tumbeira quer pela dominação holandesa, quer pelas operações da pirataria anterior ao assalto à Bahia em 1625, quer ainda pelo estado de guerra entre Portugal e Holanda de 1654 a 1662, as dificuldades lusitanas na defesa de sua independência, etc.. Ao século XVIII, o invulgar historiador das "Bandeiras" atribui uma média geral de treze mil escravos. E esclarece: "Se por um lado houve a grande solicitação procedente das descobertas auríferas a provocar verdadeiro enxurro de africanos, convém lembrar que a segunda metade da era setecentista se assinalou por notável depressão açucareira e a queda imensa da produção mineira. Regiões do Brasil houve em que durante longos prazos não se registrou como em S. Paulo a chegada de um único tumbeiro". E, finalmente, para o século XIX, em que avultam "elementos concretos de cálculo de decênio a decênio", tem como aceitáveis as seguintes médias e cifras:

De 1800 a 1809 — dezoito mil .....	180.000
" 1810 a 1819 — vinte e quatro mil ...	240.000
" 1820 a 1829 — trinta e cinco mil ...	350.000
" 1830 a 1839 — quarenta mil .....	400.000
" 1840 a 1847 — (Tavares Bastos) ...	250.000
" 1848 a 1850 — Foreign Office ..	137.000
" 1851 a 1856 — (estimativa) .....	5.000
	1.562.000

Ou em números redondos 1.600.000, donde conclui pelos seguintes totais gerais, discriminados pelas quatro centúrias:

Século XVI .....	100.000
" XVII .....	600.000
" XVIII .....	1.300.000
" XIX .....	1.000.000
TOTAL .....	3.000.000

E fecha com mais esta advertência de que tais números não devem ser considerados definitivos, representando, sobretudo, a impressão dos dados coligidos para o notável trabalho que modestamente foi intitulado "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil".



## Francisco de Paula Rodrigues Alves

*J. P. Leite Cordeiro*

Senhoras e Senhores!

Exatamente há cem anos passados, nascia um paulista, cuja existência viria a se constituir em uma das mais belas lições de amor à Pátria. O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo tem a honra de contá-lo entre os sócios fundadores. Tratando-se de tão insigne brasileiro e de um daqueles que nos primórdios desta Casa a sustentaram e animaram, não podemos silenciar na passagem centenária do seu natalício.

Refletindo tão nobre quão imperativo dever, houve por bem o nosso Presidente Perpétuo determinar a transferência da sessão ordinária do dia 3 para hoje, 7 de julho, a fim de celebrarmos o centenário do nascimento de Francisco de Paula Rodrigues Alves, figura histórica singular que se projetou sobranceiramente no cenário da primeira República, — vincando os atos de suas administrações com atuação marcadamente democrática e com alta visão de governante, o que lhe permitiu exemplar gerência dos negócios públicos e conseqüentemente magníficos resultados para o bem geral, quando na suprema investidura de São Paulo e também do Brasil.

O govêrno de Rodrigues Alves, quer na Província de S. Paulo, quer no Estado de S. Paulo, quer na República dos Estados Unidos do Brasil, honrou e elevou a nossa história político-administrativa. Enérgico e ao mesmo tempo sereno, manteve a ordem dentro da nação que pôde assim desenvolver-se e progredir, sem ao menos, levemente, sentir os exageros e as violências tão comuns na malfadada segunda fase da república brasileira que os caprichos do destino transformaram em um regime ditatorial.

Já nos bancos acadêmicos se afirmavam as concepções políticas de Rodrigues Alves que, em prova de Direito Criminal, comentava: "A liberdade de imprensa, em dêsses direitos que os governos moralizados respeitam e rodeiam de garantias, é e há de ser sempre o objeto

de sérios estudos e de profundas meditações. Onde governa a opinião dos homens não pode a imprensa ser peada. Ela é o arauto dos sentimentos dos povos, a sentinela vigilante dos direitos dos homens. Impera o despotismo, entroniza-se a prepotência onde não tem voz a imprensa, onde não têm eco os sentimentos do povo”.

A consciência política do ainda estudante de direito delineava nitidamente os vícios dos governos fortes e das ditaduras. Daí continuar êle expressando o seu pensamento: “De fato, os governos maus, que aspiram tudo dominar por seus caprichos e fantasias, que não respeitam as crenças e opiniões dominantes do país e que sacrificam a liberdade do povo, êsses devem comprimir a imprensa, que ela é seu mais intrépido adversário: desmascara seus intentos e põe em claro seus funestos desejos”... “Os governos representativos são, hoje em dia, os dominantes; sobem ao poder aquêles que a opinião indigita; e a imprensa, alerta, vigia-lhes os passos. Ou cumprem o mandato e arrancam-lhe elogios, ou dêle se afastam e então temem da força da oposição, desenvolvida pela mesma imprensa”.

Fazia-se, porém, necessária a limitação dessa liberdade naquilo que trouxesse de anárquico, de maléfico, de destrutivo, como os inconvenientes tão comuns da crítica demolidora que leva a opinião pública ao êrro, chegando a infelicitar o povo, razões que levaram Rodrigues Alves à seguinte afirmação: “Longe, porém, estamos de pensar numa liberdade sem freios, sem limites. Seria o maior dos desastres para os governos. Distilaria, das suas colunas, somente fel. Produziria só males. Não acompanhamos, pois, a êsses extremados apologistas da liberdade ilimitada, porque não somos fautores da licença, que é a mesma coisa. Ao lado da liberdade, deve estar o limite, o freio. E êste deve ser, como é, a verdade pura”.

As idéias do estudante invadem o campo filosófico e doutrinário, procurando e conseguindo definir e situar a liberdade de imprensa: “Esta bela idéia do mundo moral, que é a idéia de liberdade, prende-se, necessariamente, à da responsabilidade, por sua vez tão rigorosa que, onde se não vê responsabilidade, pode-se negar a liberdade, mas onde a responsabilidade é evidente, aí ela atesta a liberdade”. “Reflexão esta que diz respeito muito de perto à liberdade de imprensa”. Concluindo, afirmava: — “Exista a liberdade de imprensa; mas a seu lado também exista a responsabilidade, pelos abusos que dela se fizerem”. Êstes elevados conceitos só poderiam ser emitidos por quem se tornaria um Estadista da República.

A História do Brasil tem prodigalizado exemplos significativos, infelizmente, muitas vezes, postos de lado e afastados das cogitações daqueles que mais deveriam conhecê-los a fim de segui-los, pois, se assim o fizessem, os brasileiros constituiriam um povo mais feliz do que realmente aparentam ser.

Não é este, porém, o momento para fazermos crítica, pois já temos as assembleias onde se reúnem os representantes do povo aos quais tocam a crítica e as medidas para a melhoria das condições nacionais, mas o fato é que, ao evocarmos a vida de um administrador e de um consciencioso homem público tal como Rodrigues Alves, sentimos pesar por não termos assistido mais de perto a sua obra, e parcamente nos consolamos com o estudo e a rememoração do seu atuar, satisfeitos unicamente com o recurso de podermos apontá-lo às gerações atuais e também às futuras para que o imitem naquele patriotismo que redundou em tantos benefícios ao país.

\* \* \*

Na descrição de Eugênio Egas, que o conheceu pessoalmente, "O Conselheiro Rodrigues Alves era de pequena estatura, dotado de maneiras distintas. Seu olhar, de míope, visto através de vidros que não deixava, era suave. O conjunto de sua figura inspirava simpatia e confiança, sem permitir liberdade".

"Diante de sua figura afável e cortês, o visitante sentia-se à vontade, se bem que envolvido numa atmosfera de respeitosa estima, que o dominava. Sua palavra era fácil mas raramente se expandia, e suas expansões duravam segundos. De uma clareza surpreendente na exposição, as suas idéias, determinações ou conselhos consubstanciavam-se em frases rápidas e lapidares, nítidas e penetrantes".

"A todos e a tudo prestava religiosa atenção, como se quisesse ver o pensamento e escutar o coração despidos de artifícios que a palavra lhes pode emprestar".

Eis, senhores e senhoras, a dominadora presença do Conselheiro Rodrigues Alves, fixada em traços descritivos por quem dela sentiu a atração do seu magnetismo.

\* \* \*

Deixando de lado, momentaneamente, o homem público, desejo lembrar uma característica de Rodrigues Alves que fala particularmente às atividades deste Cenáculo. Era o seu carinho pelas associações culturais, particularmente as que cultuavam a História. Basta recordarmos que foi um dos fundadores de nossa Instituição, que pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo comparecido a muitas de suas sessões durante o exercício da presidência da República, período no qual, embora com as horas e os dias tomados pelos problemas nacionais, não deixou de freqüentar as reuniões no Instituto, êmulo digno do Imperador Pedro II, ambos devotadamente consagrados ao desenvolvimento científico, artístico e cultural do país.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, desde 30 de agosto de 1896, integrou, na categoria de correspondente, a galeria dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual se tornou Presidente Honorário em 6 de dezembro de 1902, nunca deixando de prestigiar, enobrecer e proteger a sábia instituição. Na afirmativa de Ramiz Galvão, emitida ao lhe fazer o necrológio naquele sodalício, contou Rodrigues Alves "Os estádios da vida por triunfos e por magnos serviços à pátria, sem desfalecimentos e sem arrogâncias, coberto de aplausos que jamais o envaideceram, vulto de primeira grandeza na política assim no Império como na República e sempre ameno, modesto e disposto ao sacrifício pela grande causa nacional".

\* \* \*

Para honra e glória dos paulistas, nasceu Francisco de Paula Rodrigues Alves em Guaratinguetá aos 7 de julho de 1848. Pertenceu a uma época destacada pela brilhante inteligência das suas gerações integradas por figuras como Brasília Machado, Aureliano Coutinho, Peixoto Gomide, Martim Cabral, Castro Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e outros nomes famosos nos anais da história brasileira.

Bacharel em letras, com grande distinção, pelo Colégio Pedro II, acompanhado por Moncorvo de Figueiredo, Silva Araujo, Vieira Fazenda e Moreira Pinto, talvez dessa convivência juvenil lhe tenham ficado as manifestações sugestionadoras que o tornaram um amante fiel do nosso passado, das nossas tradições que ele tão altamente elevou no consenso de outros povos e nações.

As características de sua passagem pelo Colégio Pedro II, concretizou Joaquim Nabuco na frase: "Filho de presidente do Conselho, foi para mim uma vibração de amor próprio mais forte do que teria sido, imagino, a do primeiro prêmio que o nosso camarada Rodrigues Alves tirava todos os anos". Sabendo que o pai fôra guindado ao cargo de chefe de gabinete, comparava Nabuco a sua alegria com a de Rodrigues Alves, fazendo jus, todos os anos, ao primeiro prêmio do Colégio Pedro II.

Ingressando em 1866 na Faculdade de Direito de São Paulo, por ela se bacharelou em 1870 e desde então galgou sucessivamente os escalões da política apoiado na deliberada aprovação de seus comúncipes, de seus coestaduanos e finalmente de seus patricios que, por duas vezes, lhe entregaram os destinos do Brasil.

Nas tradicionais arcadas do Largo de S. Francisco, deixou fama de orador e de batalhador. Durante o período acadêmico, redigiu vários jornais como o "Dezesseis de Julho" e a "Imprensa Acadêmica." É interessante lembrarmos que disputou com Afonso Pena, seu futuro sucessor na presidência do Brasil, a eleição para redator-

chefe da "Imprensa Acadêmica". E caso singular, ambos tiveram igual número de votos. Em homenagem aos dois talentosos acadêmicos, a dividirem entre si a simpatia dos colegas, muito lucrou a "Imprensa Acadêmica", pois passou a usufruir na direção as atividades dos dois magníficos redatores-chefes.

Vereador, promotor público, juiz de órfãos, juiz municipal em Guaratinguetá, promotor público em São Paulo, Rodrigues Alves preparou nos ditames da nobreza, da honestidade e da atividade construtiva, a sua eleição, ainda durante a monarquia, para os cargos de Deputado Provincial e Deputado Geral, este último interrompido pela nomeação de Presidente da Província de S. Paulo, por ato do Ministro Barão de Cotegipe, datado de 19 de novembro. Era o ano de 1887, predecessor daquele em que seria proclamada a Abolição da Escravatura. Em meio às nuvens pressagiadoras de tempestades, o ilustre guaratinguetaense, durante quase seis meses, manteve com segurança o leme que lhe fôra confiado e em cujo manejo permaneceu até 28 de abril de 1888.

Instalada a República no ano imediato, os homens do novo regime não puderam relegá-lo ao abandono. Reconhecendo-lhe as qualidades, o valor e o prestígio de cidadão probo, incluíram-no, espontaneamente, na lista de deputados à Constituinte. Sufragado, foi um dos signatários da Constituição de 1891.

No dizer de Aureliano Leite, tocou "À figura monarquista de Rodrigues Alves consolidar o regime republicano no Estado". De fato, aceita a República, Rodrigues Alves tornou-se um dos mais leais artífices de sua consolidação, quer ao exercer o mandato de Senador por São Paulo, quer ao sentir que "Governar São Paulo é quase governar uma nação", na frase lapidária do orador que o saudaria no banquete de 1.º de maio de 1900, celebrando a sua posse e a despedida do Coronel Fernando Prestes na presidência do Estado.

Na mensagem ao Poder Legislativo Estadual, em 7 de abril de 1901, diria Rodrigues Alves: "Felizmente o regime republicano está radicado no país pela sincera adesão da quase totalidade dos brasileiros e seria tarefa improba e direi mesmo impossível a que pretendesse convencer os Estados que poderiam abrir mão das vantagens que a Federação lhes tem outorgado e a cuja ação benfazeja devem o impulso para a prosperidade de que gozam".

Parecia novo bandeirante pugnando pela grandeza do Brasil, oriunda na união e na comunhão espiritual de todos os brasileiros. Entre as suas cogitações administrativas, estava a de fazer de São Paulo o centro convergente de Goiás, Mato Grosso e dos Estados sulinos. Desta segunda passagem de Rodrigues Alves pela presidência paulista, salientou-se, entre outras, a ação da justiça, limpando o

território estadual de criminosos e policiando as fronteiras com o Estado de Mato Grosso, um dos mais terríveis focos das desordens e das tropelias de indivíduos fora da lei e de verdadeiros facinorosos. O seu governo ficou brilhantemente marcado na História Administrativa de São Paulo. Reviu-se a organização judiciária estadual, cuidou-se da saúde pública através de medidas higiênicas atinentes à profilaxia da febre amarela e à instalação de rêdes de água e esgotos em municípios do interior. Instalou-se o Instituto Butantã por decreto de 23 de fevereiro de 1901 e o Congresso Latino-Americano, reunido em Montevidéu, outorgou à cidade de São Paulo a distinção de ser considerada no Brasil o mais perfeito centro de organização sanitária. Aliás, vivera a capital paulista dias agitados e de intranquilidade, mas o governo enfrentou serena e eficientemente o alarme da população paulistana diante de um surto de peste bubônica que mobilizou os sanitaristas e o potencial médico-farmacêutico e higiênico da cidade.

No terreno social e econômico, agigantou-se o velho burgo anchietano. O bonde elétrico passou a substituir o bonde de tração animal, a eletricidade pouco a pouco substituiu o gás na iluminação das ruas e dos lares. Incrementou-se francamente a imigração. A população do Estado alcançou a cifra de 2.282.000, responsáveis por cerca de 66 % da produção nacional. Aos 16 de novembro de 1901, realizou-se o 1.º Congresso Católico de São Paulo, marcando os sentimentos religiosos do Brasil, considerado hoje a maior nação católica do universo.

Rodrigues Alves cuidou carinhosamente de um dos problemas básicos do Estado: — a imigração. E, graças, em grande parte, às suas providências, pôde São Paulo defrontar com novos horizontes na agricultura e portanto na sua economia que nadã mais era do que a quase totalidade da economia brasileira.

As atividades de Rodrigues Alves marcaram também as suas duas passagens pelo Ministério da Fazenda: — no Governo de Floriano Peixoto durante nove meses e no de Prudente de Moraes durante dois anos. Da sua cautelosa, porém sábia orientação, naquele ministério, reverteram benefícios futuros embora a crítica desmanteladora de valores o tivesse perseguido e inutilmente tentado empanar-lhe a gestão ministerial. Da tribuna senatorial, defendeu êle a sua atuação no setor das finanças nacionais. Do Senado, onde permaneceu até 1889, saiu para exercêr, pela segunda vez, a direção de São Paulo, que já fôra fartamente beneficiado pela sua orientação.

Lançada por São Paulo, Minas e Bahia, a sua candidatura à presidência da República, foi eleito, deixando os destinos bandeirantes confiados à direção de Domingos de Moraes desde 13 de fevereiro de 1902. O seu quadriênio no governo do Brasil, iniciado aos

15 de novembro daquele ano, prodigalizou à nação obras úteis e inúmeros proveitos, observados na agricultura, no comércio, na indústria, na higiene e na saúde pública. Não poderia agir de outra forma o homem amadurecido nas reflexões dos problemas públicos, e que, ainda muito moço, já bradara aos companheiros de deputação provincial: "E' preciso que tenhamos fé no futuro, que tenhamos coragem, que nossas idéias se alentem enfim, para que a Província possa caminhar desassombrada". No desempenho dêste pensamento, pôde ele não só felicitar a antiga Província transformada em Estado pela República, mas também engrandecer a nação quando a dirigiu.

Convocando homens como Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, Osvaldo Cruz na Diretoria da Saúde Pública, Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro, Lauro Muller no Ministério da Viação, Leopoldo Bulhões na Pasta da Fazenda, J. J. Seabra na Pasta do Interior, Marechal Argolo no Ministério da Guerra, e Almirante Júlio de Noronha no Ministério da Marinha, Rodrigues Alves assinalou o seu governo pelas vitórias diplomáticas do Brasil, pelas conquistas do saber, e pelos méritos de atuações esclarecidamente patrióticas.

Transformou-se a fisionomia do Rio de Janeiro, dominou-se a febre amarela, melhoraram-se os serviços portuários, e, recebendo o Arcebispo D. Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti a púrpura cardinalícia, ganhou a América Latina o seu primeiro cardinalato. Reuniu-se na Capital Federal o Congresso Pan-americano, alongaram-se as linhas férreas e telegráficas por todo o país, conquistaram-se pacificamente, graças à ação de Rio Branco, imensas extensões territoriais, solucionou-se a questão do Acre mediante o tratado de Petrópolis, ganharam altura a nossa moeda e prestígio no estrangeiro os títulos brasileiro, consolidaram-se as finanças da nação que viu crescer, no cenário mundial, o respeito pelo seu nome. Daí a frase de Nuno Machado na coletânea intitulada "À margem da História da República": "Rodrigues Alves, com Leopoldo Bulhões, levantou-o (o câmbio), em poucos anos a 16, não obstante ter feito uma administração de grandes empreendimentos materiais".

Tendo confiado a preservação da saúde pública ao sábio Osvaldo Cruz, cujas medidas embora esclarecidas levantaram forte oposição apoiada na malfadada politiquice ou, o que é pior, na ignorância, não titubeou Rodrigues Alves em dar apoio à ciência, enfrentando enèrgicamente uma revolta armada que, felizmente para o Brasil e em especial para a cidade de Estácio de Sá, foi logo sufocada. São sobejamente conhecidos os belos resultados da vacinação obrigatória contra a varíola e o saneamento do Rio de Janeiro que redundaram na vitória do homem sôbre a doença, sôbre a terrível e trágica febre amarela, espantallo ameaçador, que além de ceifar vidas preciosas,

como o fizera não havia muito com o insigne paulista Eduardo Prado, afugentava a população carioca, atemorizava os visitantes e obrigou muitos rapazes de São Paulo, e de outras regiões do Brasil, a procurarem a Bahia ou as escolas européias para ali, mais tranqüilamente, fazerem os estudos médicos. Completando o desempenho de sua missão no que dizia respeito à prevenção da saúde pública, Rodrigues Alves criou o Instituto de Manguinhos, padrão de centro de pesquisas experimentais cuja fama se espalhou por todo o mundo. Não se limitou, porém, a isso o seu desempenho. Deve-lhe também o Brasil a instalação e a organização da Faculdade de Medicina de São Paulo, outro glorioso padrão da ciência e da cultura brasileira.

Há uma passagem da vida de Rodrigues Alves que não podemos deixar sem evocação porque demonstra a sua coragem e o seu ânimo varonil. Na Revolta da Escola Militar, quando Argolo, Ministro da Guerra, mostrou a insegurança da situação e Júlio de Noronha declarou que a Marinha só poderia garantir o governo dentro de seus vasos de guerra, parecia desesperadora e insolúvel a situação. Levantasse, porém, Rodrigues Alves e, não espalmada sobre a mesa, verdadeiro chefe e condutor de homens, diz: "Aqui é o meu lugar"... e ali, à frente do posto que os compatriotas lhe tinham confiado, permaneceu até ser dominada a revolta.

Durante o governo de Rodrigues Alves, firmou-se aquela fase invejável da diplomacia brasileira iniciada com as vitórias das Missões e do Amapá e que continuou até 1912, sob a direção de Rio Branco, o expoente máximo da nossa diplomacia.

Abruptamente surgira a questão acreana, durante cujo desenvolvimento perderam-se vidas não só bolivianas mas brasileiras também, desastres agravados pela possibilidade do enquistamento, na América do Sul, de interesses estrangeiros oriundos de outros continentes, interesses anti-humanos que já haviam esfacelado territórios africanos e asiáticos e que ameaçavam toldar a paz e interferir nos próprios destinos econômicos da América do Sul.

Veio à liza mais uma vez Rio Branco que, ministro do Governo Rodrigues Alves, conseguiu solucionar a questão na órbita da justiça e da dignidade dos povos civilizados, sucesso que contribuiu para se firmarem os princípios básicos da solidariedade sul-americana.

Se não teve os mesmos méritos da questão acreana, pois não nos outorgou o que realmente nos pertencia, serviu a questão da Guiana Inglesa para provar ao mundo o espírito de civilização do Brasil, sempre inclinado a resolver com os recursos da inteligência e da cultura, e baseado no direito internacional, as pendências com os países vizinhos ou com as nações de além-mar.

Completando a obra de Rio Branco, e portanto a obra do Brasil, no referente à solidariedade continental, reuniu-se no Rio de Janeiro

a Conferência Pan-Americana, primeira a estipular as normas seguras e eficientes posteriormente continuadas em Buenos Aires, Santiago do Chile, Havana, no Rio de Janeiro e cujos efeitos sentimos patentes nos tempos cruéis vividos, não há muito, durante a Segunda Conflagração Mundial.

Justo e serenamente disse o grande Rui: "O Presidente da República pôs a Pátria acima das localidades, a República acima das facções, a Constituição acima dos indivíduos, e, acima dos cortesãos, a opinião nacional", pensamento alongado por Calógeras ao afirmar na "Formação Histórica do Brasil": "A obra de reconstrução estava completa".

Terminado êsse período que tanto enalteceu o Brasil, recolheu-se Rodrigues Alves para a querida Guaratinguetá, no seu Estado natal, não para o descanso que merecia e sim para mais uma vez servi-lo com as suas qualidades de estadista esclarecido e de preclaro administrador, pois S. Paulo reclamou os préstimos do filho ilustre que mais uma vez veio orientar a vida paulista.

Em 1.º de maio de 1912, iniciou-se o terceiro govêrno de Rodrigues Alves em S. Paulo, caracterizado pelo desenvolvimento da instrução pública e pela esplêndida administração financeira. Aliás êle sempre batalhou pela instrução, sendo acérrimo defensor da instrução primária obrigatória. Finalizou com estas palavras um dos discursos quando Deputado Provincial: "Assim o fazendo, Sr. Presidente, teremos concorrido eficazmente para a prosperidade da Província e faremos da escola um Templo onde as crianças receberão o batismo que as sagrará na sociedade bons cidadãos e bons pais de família".

Salienta-se da primeira mensagem por êle endereçada ao Congresso uma serena visão dos problemas sociais, ao dizer:

"A ordem pública tem-se mantido inalterável. Todos anseiam por trabalhar confiando nas vantagens que podem auferir em múltiplas esferas de atividade".

"Em algumas fazendas do interior e nesta capital, têm havido manifestações pacíficas de trabalhadores e operários, sem dificuldade harmonizados, uns e outros reclamando dos patrões melhores salários. Murmura-se freqüentemente que entre essa multidão numerosa que nos tem procurado em busca de trabalho, composta de homens de índole pacífica, e, em geral, laboriosos, há indivíduos que, de boa fé, por espírito sectário ou movidos por interêsses condenáveis, aconselham e promovem as greves, como meio regular de conseguir o que êles chamam enfaticamente — "as reivindicações de seus direitos."

"Entre nós em um regime de franca democracia e completa ausência de classes sociais, essa propaganda deverá ser desaconselhada porque o operário observa, por si mesmo, ao entrar no país, que en-

contra nas leis as necessárias garantias para a sua subsistência e compensações razoáveis para o seu trabalho”.

“Fazemos apêlo aos órgãos de educação social para que auxiliem o governo em sua ação pacificadora e no empenho que emprega, sem cessar, para que a ordem, condição de êxito em tôdas as boas tentativas, não seja de qualquer forma e em tempo algum perturbada”, palavras estas que poderiam ainda hoje ser, senão repetidas, ao menos meditadas por qualquer dos homens públicos que conduzem atualmente os destinos dos Estados e do próprio Brasil.

O organismo do lutador já estava, porém, sentindo naquela ocasião as conseqüências de tantos esforços e de tantos sacrifícios, sem o descanso necessário para a recuperação das forças exauridas pròdigamente em favor da Pátria. Obrigado pelos médicos, Rodrigues Alves afastou-se das atividades governamentais desde outubro de 1913 até janeiro de 1915, substituindo-o o então Vice-Presidente Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães.

Aos 3 de junho de 1915, instalou-se em S. Paulo o primeiro Congresso Eucarístico da América. Agitaram-se, logo após, os meios políticos para a sucessão presidencial no Estado e dela saiu eleito o Dr. Altino Arantes — que hoje tanto nos honra com sua presença — empossado em 1.º de maio do ano seguinte. Passou-lhe o governo Rodrigues Alves que, em 1.º de março de 1918, foi novamente guindado à Presidência da República. A morte, porém, não lhe permitiu o exercício do cargo, e, vencido por ela, desapareceu no dia 16 de janeiro de 1919, pranteado por tôda a nação, a se cobrir de negro, contristada ante o infausto acontecimento que a espoliava de um dos mais sólidos baluartes que a sustentara, de um dos mais estremecidos filhos que a engrandecera.

Acompanhando pesaroso a tristeza nacional, o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo também se cobriu de crepe, também viveu aquela hora amargurada pela dor. Hoje, ainda velamos o nosso morto ilustre, trazendo sempre constante a sua presença, maxime no centenário do seu nascimento, e se a êle, por tantos trabalhos, cabe o repouso na mansão eterna, a nós toca venerá-lo, admirá-lo e trabalharmos para que nos tornemos dignos dêle, dignos de sermos os seus herdeiros não só nesta Casa mas também em S. Paulo e no Brasil. por êle tão queridos e tão enaltecidos.





## Centenario da morte de Eugenio Burnouf

### SUA OBRA NO CAMPO LINGUÍSTICO IRANICO E INDIANO

*Jorge Bertolaso Stella*

O centenário da morte de Eugenio Burnouf ocorre em 28 de maio de 1952. Um vulto de sua têmpera intelectual é digno de ser lembrado e homenageado, muito especialmente nessa data.

Apresentamos, com os dados biográficos, uma síntese dos principais aspectos da sua obra científica referente ao campo do iranismo e do indianismo.

#### BIOGRAFIA

Eugenio Burnouf era filho único do célebre helenista e latinista Jean Louis Burnouf. Teve uma existência relativamente curta, tendo nascido em Paris no dia 8 de abril de 1801 e faleceu a 28 de maio de 1852. Curta foi a sua carreira científica, porém fecunda.

Eugênio recebera da natureza faculdades admiráveis que êle soube aproveitar com perseverança nas pesquisas de que resultaram as suas originais descobertas. Burnouf nasceu filólogo.

Depois de haver feito seus estudos no Liceu Luís o Grande, fêz êle os cursos da Escola des Chartes, em 1822 e em seguida a Escola de Direito, em 1823 e 1824. Neste ano, fêz a sua tese em latim, considerada notavel: *De re judicata*. Recebeu então o grau de licenciado em letras e em Direito. Desde essa época cultivava o sânscrito e conhecia-o tão bem de maneira a dar lições a dois vultos que se tornaram célebres: Littre e Barthélemy Saint-Hilaire. Dada a sua facilidade da palavra e auxiliado também pela agudeza de espírito, poderia ter seguido a carreira de advogado com resultados financeiros apreciáveis, porem preferiu êle a austeridade da Ciência. Uma espécie de paixão atraía-o para o Oriente, para as linguas e literatura, ainda um tanto misteriosas, da Persia e da Índia.

O verdadeiro sábio está por completo em suas obras, portanto observemos, o quanto possível, Burnouf em seus trabalhos.

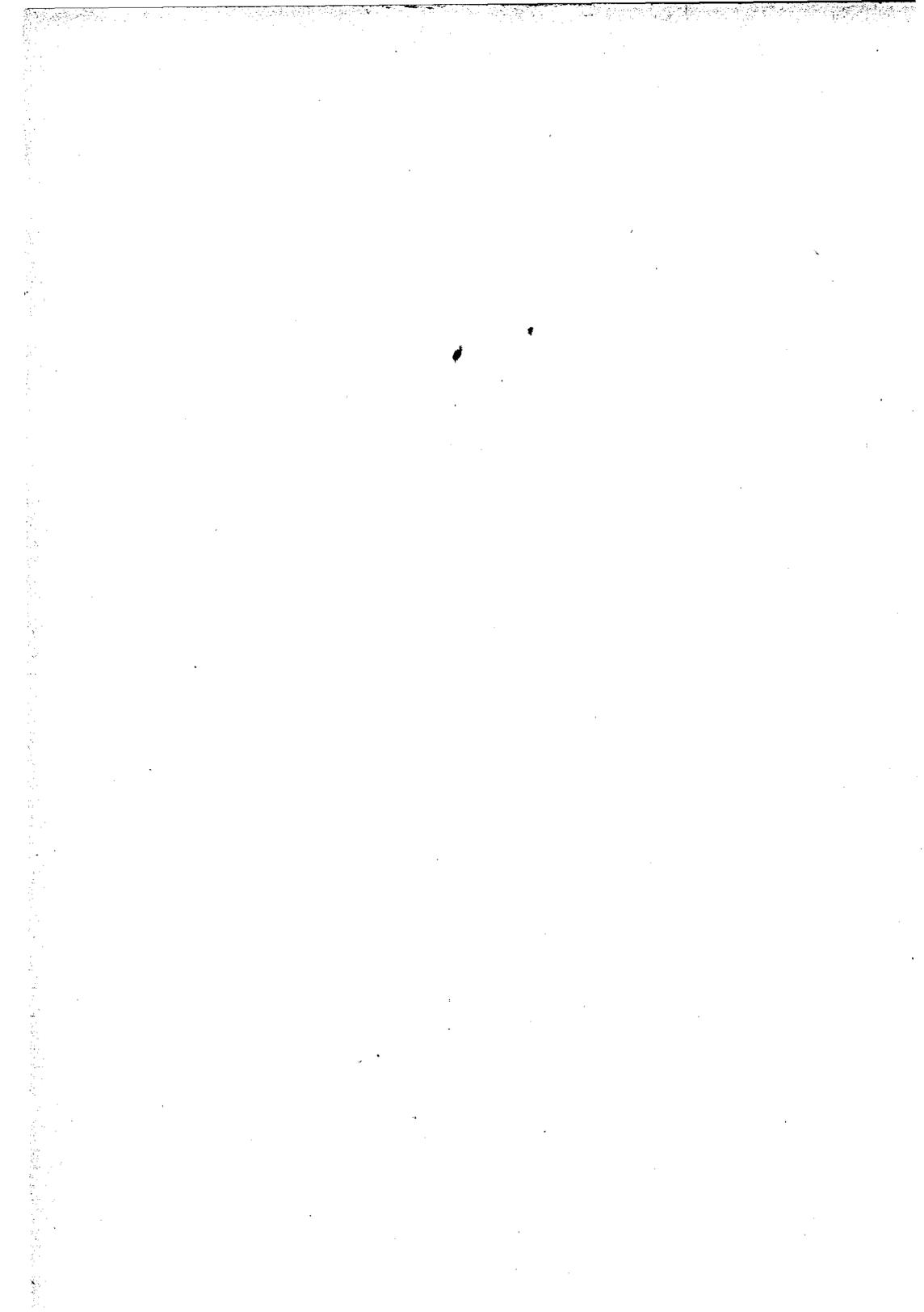
## BURNOUF E O DIREITO

Durante os seus estudos de Direito e já inclinado às cousas do Oriente, fôra Burnouf abeberar-se, é de crer, na legislação da Índia, porquanto nos seus papeis de arquivo encontram-se os trabalhos: — “Memoir sur quelques points de l'ancienne legislation civile des Indiens” e numerosas “notes sur les digests hindus”. Se por um lado o estudo do Direito lhe permitia entender Manú e Iádjnavaalkya, por outro lado, o conhecimento dêsses autores influenciou na sua cultura jurídica de modo a poder apresentar a tese, em latim, que se tornou célebre: “*De re judicata et de re judiciariae apud Romanos disciplina exercitationem*, etc. Daí se explica a predileção que êle tinha pelo livro de Manú, de que se servia, entre outros, nas aulas de sânscrito. O seu curso de Direito não foi, pois, de todo inútil.

## BURNOUF E A LINGUA SÂNSCRITA

Desde 1824 Eugenio Burnouf cultivava a lingua sânscrita. Seu pai, desde o ano de 1817, conhecia êsse idioma, conforme atestaram os trabalhos, com essa data, encontrados nos arquivos do filho, que revelam o conhecimento que êle possuía do sânscrito. Conclui-se, portanto, que o filho recebera orientação do pai no estudo dessa lingua. Era êle assíduo às aulas de sânscrito, também dadas por Antoine Leonard de Chézy. Instruído assim pelos dois mestres e dado o seu talento, ultrapassou os conhecimentos recebidos. Dentre os trabalhos do pai de Eugenio, deve ser citado para exemplo o opúsculo: “*Examen du systême perfectionné de conjugaison grecque par M. Fr. Thiersch, ou indication de quelques rapports du grec avec le sanscrit, par J. L. Burnouf...*”, 1824. Nessa época, Eugenio conhecia já muito bem o sânscrito. Um dos seus biógrafos, Barthelemy Saint-Hilaire, insiste neste ponto, porque foi com o auxílio dêsse idioma que êle pôde realizar tôdas as suas empresas e efetuar as descobertas dependentes do conhecimento do sânscrito. Quando Burnouf substituiu Antoine L. de Chézy, em 1832, na cadeira de Sânscrito, no Collegio de França, conhecia êle o idioma melhor do que qualquer pessoa na Europa. Em uma carta enviada da Alemanha à sua esposa, em Paris, em 1834, narra que conversava em sânscrito com seu amigo Lassen. Felix Lacôte afirma que Eugenio sabia sânscrito como um pandit da Índia e como um linguista moderno.

Burnouf, filólogo por índole, sentiu-se atraído para o célebre gramático Pânini, que viveu mais ou menos 350 anos antes de Cristo, cuja gramática sânscrita é a mais vasta, a mais metódica, o mais completo tratado gramatical da antiguidade e, em certo sentido, de todos os tempos e de todas as nações.



Pânini expõe com uma exatidão admirável as doutrinas dos sons, das formas, das divisões nominais, verbais, etc., e acrescenta a lista das raízes e dos temas, que têm sido de grande importância para os novos estudos da linguística. Verdade é que as raízes tinham sido reunidas antes de Pânini, mas êste gramático, dado o engenho que lhe era peculiar, modificou-as e aperfeiçoou. Com a sua gramática, teve êle o mérito de elevar o sânscrito a língua literária. Esta gramática compõe-se de 8 livros, tendo 4 partes cada um. Os preceitos gramaticais estão expressos em regras brevíssimas (sûtras) que, de ordinário, ocupam meia linha; são em número de 3996, em tipos sânscritos, devanagaricos. Contém mais ou menos 150 páginas em 8.º. Esta pequena obra encerra matéria tão larga e preciosa que é de grande valor para a filologia dos hindus.

Burnouf estudou a gramática de Pânini a fundo por ter percebido ser ela uma das fontes preciosas para os seus estudos filológicos. Não somente em suas obras, mas também no curso de sânscrito, fazendo comentário, citava Pânini sempre que se apresentava oportunidade. E' êste o testemunho de um dos seus mais ilustres discípulos, Adolfo Regnier, em uma das suas mais belas obras: "Dans ses ouvrages, M. Eugène Burnouf ne laisse non plus échapper aucune occasion de citer, de traduir Pânini". (1). Eugenio preocupou-se sobremaneira com êsse gramático. Nos seus manuscritos encontra-se um precioso trabalho, que seria de muita utilidade para os que estudam gramática sânscrita. Êsse estudo é um índice de Pânini, contendo os seus axiomas, dispostos em ordem alfabética, com vistas à edição de Calcutá e com indicação da parte da gramática de Bhatto-djé, em que se acha citado cada um desses axiomas.

## BURNOUF E A LINGUA PALI

Em sua carta a Bopp, datada de 14 de novembro de 1825, Eugenio narra como se dedicou ao estudo do pali: "Mais si j'ai pu avancé relativement à l'Inde, j'ai tiré de ma faible connaissance du sanscrit un résultat qui pourra devenir important. Voici le fait: M. Rémusat, qui a pour moi autant de bonté que s'il était mon professeur, m'avait prié de mettre, conjointement avec M. Lassen, qui est ici maintenant, un ordre au moins extérieur dans les manuscrits sanscrits. En faisant ce travail purement mécanique, nous avons trouvé des manuscrits, qui, d'après leur titre, paraissaient être en langue *palié*, idiome du bouddhisme, dans la presqu'île au delà du Gange. Nous avons aussitôt conçu le projet de les déchiffrer, et ce travail, fait en commun, a

(1) Regnier A., *Études sur l'Idiome des Védas et les origines de la Langue Sanscrite*, Paris, 1855, p. 6, 1.

produit une dissertation ou Essai sur le pali, accompagné de planches contenant trois alphabets inédits et de fac-similés de trois sortes de manuscrits”.

Ainda um trecho sôbre o assunto, de Abel Rémusat, seu mestre (sur le Travail de la Societé Asiatique en 1825, Journal Asiatique, 1826, annexé au T. VIII, p. 13): “Les règles grammaticales de la langue n’avaient été enseignées nulle parte; les deux jeunes auteurs, guidés par quelques analogies et aidés d’une connaissance profonde de l’etymologie sanscrit, les ont déduites de leurs lectures et ont reconstitué une grammaire pali, sinon complète, suffisant du moins pour l’object qu’ils s’étaient proposé”.

O pali, citado pela primeira vez por Laboubère, na sua Relação do reino de Sião, 1687, era então pouco conhecido, mais ou menos pelo fim do século XVIII e confundido, a miudo, com o pehlvi, lingua semi-semitica, que, na Pérsia, sucedeu ao antigo zenda. O P. Paulino de Saint-Barthélémy, mais de um século depois de Laboubère, adiantou que não se podia compreender o pali sem o auxílio do sânscrito e tentou apresentar algumas comparações, infelizmente pouco completas e pouco decisivas. O Dr. Buchanan e sobretudo Leyden, em memórias publicadas nas “Recherches Asiatiques”, T. X., tinham avançado mais. Especialmente Leyden havia demonstrado as relações incontestáveis do pali com o sânscrito, o prácrito e o zenda e se propunha a fazer um estudo mais particular e publicar uma gramática, porem faleceu. Eram estas as condições em que se encontrava o conhecimento do pali quando Eugenio Burnouf ocupou-se dessa lingua. Era como um enigma que se havia tentado compreender e que se havia renunciado, mas Burnouf o descobriu de uma maneira completa e definitiva, pelo menos em suas linhas essenciais.

Demonstrou êle que o pali, idioma sagrado e sábio, empregado para a religião de Buda no Ceilão, na Birmânia, em Tchciampa, etc., não era senão um derivado do sânscrito, e que, falado no V século da nossa era e sem dúvida muito antes no Ceilão, onde mil anos antes o budismo havia sido introduzido, foi daí transportado com a mesma religião para países muito diferentes onde é encontrado no presente. Esta descoberta, mesmo depois das indicações do P. Paulino de Saint-Barthélemy e das de Leyden, era provada por uma comparação regular e luminosa da gramática pali e gramática sânscrita. As regras principais da derivação das palavras eram fixas e o pali era preso ao sânscrito por liames muito mais estreitos do que os que unem o italiano ao latim.

Sem dúvida alguma havia feito muito em revelar as origens de uma lingua tão extensa como o pali e consagrada aos monumentos religiosos de tantos povos, porem Burnouf, em 1826, estava longe de imaginar o alcance do domínio desse estudo. Êle só o compreen-

deu muitos anos mais tarde, quando os anais do budismo atraíram a sua atenção e quando pôde confrontar a redação sânscrita das Sûtras búdicas de Népal, ao norte da Índia, com a redação pali, que havia sido feita ao sul, a 400 leguas dali, na ilha de Ceilão. O pali afigurou-se-lhe então como um dos dois idiomas, sem os quais é impossível saber alguma cousa de positivo sobre a religião de Buda. Em boa hora portanto Eugenio começara o estudo do pali. Consagrou-se ao estudo desse idioma até o fim da sua carreira, tendo deixado uma gramática quasi pronta do mesmo. Além de outras obras relacionadas ao pali, deixou, em manuscrito, uma tradução literal do "Sandhikappa" ou teoria de Sandhi na gramática pali. A vocação de Burnouf foi fixada de modo positivo em 1826, época em que, com Chr. Lassen, seu amigo, publicou o "*Essai sur le pâli ou langue sacré de la presqu'île au delà du Gange*". Tinha Eugenio 25 anos de idade quando publicou este trabalho, revelando desde então, nessa obra, o seu talento.

## BURNOUF E A LINGUA ZENDA

Pode-se afirmar que Burnouf fez reviver o idioma zenda. Não é fora de propósito dizer que Anquetil Duperron, em certo sentido, foi o precursor da filologia comparada do sânscrito e do zenda.

William Jones, presidente da Sociedade Asiática de Calcutá, era de opinião que o zenda fosse um dialeto do sânscrito. Esta conclusão estava errada, sem dúvida, mas já era um progresso admitir-se a afinidade entre os dois idiomas.

Em 1798, o P. Paulino de Saint-Barthélemy desenvolveu a idéia de Jones em uma brochura sobre a antiguidade e afinidade do zenda, do sânscrito e do alemão (*De antiquitate et affinitate linguae samscriticæ et germanicæ*, Rome, 1798) e chegou à conclusão de que o zenda não deriva do sânscrito, mas que as duas línguas, o zenda e o sânscrito, ambas se originam de uma língua mais antiga. Em 1808 John Leyden fez do zenda um dialeto do prácrito, paralelo ao pali, sendo o pali idêntico ao magadhi, dos gramáticos e o zenda ao seu sauraseni. Erskine, em 1819, considerou o zenda um dialeto sânscrito, importado da Índia para a Pérsia pelo fundador do magismo, porém nunca admitido como tendo sido falado pelos indígenas da Pérsia.

A memória escrita por Erskine provocou uma observação decisiva por parte de E. Rask, precursor de Eugenio Burnouf na filologia zenda. Para esse fim êle se serviu de uma coleção rica de manuscritos zendas. Demonstrou, em uma carta dirigida ao presidente da Sociedade Literaria de Bombaim, que o zenda não é derivado do

sânscrito. Segue o longo trecho de Darmesteter (2) referente ao caso: "Il avait en 1820 recommencé l'expédition d'Anquetil et avait recueilli une riche collection de manuscrits zends, les plus anciens qu'il put trouver. Dans une lettre à Elphinstone, président de la Société littéraire de Bombay, il réfute avec un rare bon sens les objections théoriques d'Erskine; il montre que le passage du *Jehangiri* se rapportait à des périodes bien postérieures à celles où se placent le zend et pehlvi; que le persan moderne ne doit pas dériver du zend, mais d'un dialecte très voisin; qu'il est impossible d'admettre qu'une religion soit prêchée à un peuple dans une langue étrangère; enfin, et c'est là le point capital, que le zend n'est pas un dérivé du sanscrit. Car le système des sons zends se place près du système persan, non du système sanscrit; et quant aux formes grammaticales, si elles se rapprochent souvent du sanscrit, elles se rapprochent souvent du grec ou du latin et parfois ont un caractère tout à fait spécial et indépendant qui en fait une langue à part. Il n'est pas une de ces observations qui n'ait été absolument confirmée par la science".

Eugenio Burnouf, servindo-se do seu profundo conhecimento do sânscrito, pôde provar que o zenda é contemporâneo do dialeto primitivo dos Védas e que zenda e sânscrito são duas línguas afins, oriundas de um mesmo tronco. O sânscrito foi a luz que esclareceu as pesquisas de Burnouf na descoberta do zenda. É mister declarar que Burnouf conhecia tão bem o zenda que falava esse idioma. Na bibliografia referente à sua autoria, figuram seus muitos trabalhos a respeito do zenda, entre os quais deve ser citado *sur la langue zende considérée dans ses rapports avec le sanscrit et les anciens idiômes de l'Europe*. Nesta descoberta êle aplica todas as energias do seu espírito e o resultado se faz sentir, sendo encontrado o que se tinha perdido durante séculos, a língua zenda. Pode-se afirmar que Eugenio Burnouf foi o arqueólogo que descobriu o idioma zenda.

### BURNOUF E AS INSCRIÇÕES

O conhecimento exato do zenda, baseado no conhecimento profundo do sânscrito, permitiu a Burnouf fazer progresso inesperado em um estudo que até então era pouco avançado, mas que depois marchou a passos largos, isto é, o das inscrições cuneiformes. Conhecia-se nessa época um certo numero de inscrições desse gênero, copiadas mais ou menos por viajantes, como Corneille Lebrun, 1750, Niébuhr, 1772, Schuz, W. et G. Ouseley, Oriet, Ker Porter, Witsen, etc..

(2) Darmesteter A., *Le Zend-Avesta*, vol. I, p. XXI-XXII, Paris, 1892.

Estas inscrições, que se haviam encontrado, distantes muitas centenas de leguas umas das outras, nas ruínas de Persépolis, sobre as rochas do Alvande, o antigo Oronte, proximo d'Hamadan, sobre os muros do castelo de Vân, proximo de Ecbatane, em Tarkou, eram gravadas com muito cuidado e segundo certas regras uniformes que demonstravam ser de monumentos officiais. Algumas se reproduziram fielmente uma a outra e, é de crer, que tivessem sido consagradas a lembrar alguns fatos dos mais importantes da historia antiga da Pérsia. Muitas dessas inscrições eram escritas em três linguas (pois o atestavam três sistemas diferentes de caracteres). Quais eram porém essas três linguas de que os Grandes Reis se serviam para falar a seus súditos e à posteridade?

Grotefen, occupado nestas questões desde o começo do século, pôde decifrar os nomes de Dario, de Xerxes e de Histaspé. Mais tarde Saint-Hilaire e mais exatamente ainda Rask, haviam lido a de Aquemenes, *Aqâmnôsoh*. Burnouf veio confirmar e aumentar todos esses indícios. Leu êle e traduziu as duas inscrições inteiras, encontradas perto de Hamadan, uma de Dario e a outra de Xerxes. Demonstrou que a lingua dessas duas inscrições, escritas no sistema cuneiforme, chamada do persepolitano, não é o zenda dos livros de Zoroastro, mas é apenas do mesmo tronco; aproxima-se dêle mais do que o sânscrito e pode ser considerado, em certo sentido, como o início do persa moderno. O zenda desde o V século anterior a nossa era, já deixara de ser uma lingua vulgarmente falada na Persia.

O que convem notar, em estudo que põe em jogo a questão de prioridade, é que, desde o ano 1833, Burnouf estava de posse de todos esses resultados e que os resumiu em uma nota, à página 16 de seu *Commentaire sur le Iacna*: "Invocation".

Burnouf publicou um trabalho sobre este assunto com o seguinte titulo: *Memoire sur deux inscriptions cuneiformes trouvées près d'Hamadan et que font maintenant partie des papiers du docteur Schulz*, 1836. Êle deixou ainda em seu arquivo um número consideravel de notas, de transcrições, de esclarecimentos de todo o gênero e ensaios de decifração sobre as inscrições de Nínive.

Foi êle inspetor de tipografia oriental, em 1838, em lugar de Sylvestre de Sacy. Superintendeu a gravura de muitos tipos de caracter novo, o pehlvi, o maghada, o tibetano, o bougui, o javanês, o télugo, o cuneiforme ninivita, o fenicio, etc. De 1832 a 1833, êle havia dirigido a gravura do zenda, do tamoul, do pali, do birmano e do guzarate. Com isso prestava Burnouf mais um serviço ao estudo do oriente.

## TITULOS DE HONRA DE BURNOUF

Burnouf, pelo mérito, recebeu títulos, tornou-se membro de Academias e galgou elevada posição.

Em 1829 foi eleito secretario da Sociedade Asiática de Paris, depois de ter sido um dos seus fundadores. Foi professor autorizadíssimo e, de alguma sorte, inovador, na Escola Normal. Também foi professor de sânscrito no Colegio de França, em substituição a Antonio Leonard de Chézy. Pelo espaço de 20 anos foi membro do "Journal des Savants", tendo substituído Saint-Martin, bem como do Instituto de França desde 1832. Em lugar de Champollion o jovem, foi nomeado secretario perpetuo da Academia das Inscrições e Belas Letras. Era oficial da Legião de Honra, 1845 e em 1852 foi nomeado inspetor superior dos estudos das letras.

Em atenção às suas obras científicas as Academias e Sociedades receberam-no. Dentre estas destacam-se a Academia Real das Ciências de Turim, Academia Christina — Albertina da Dinamarca, Academia Real das Ciências da Baviera, Academia Real da Prussia, Academias Imperiais das Ciências de Viena e de Saint-Petersburgo, Academia Real das Ciências de Lisboa, Sociedade Real das Ciências de Gotinga, etc. Fazia parte de todas as Sociedades Asiáticas da Europa, da Asia e da América, bem como de outras sociedades científicas.

## BURNOUF O PROFESSOR

Destacou-se também Eugenio Burnouf como professor. Perdurou por longo tempo no espírito dos seus alunos e de professores a impressão inconfundível do mestre erudito. O curso que realizara na Escola Normal, embora de pouca duração, foi de tal valor que as lições litografadas passavam de mão em mão e de ano para ano. Burnouf não publicou as preleções desse curso, mas foram encontradas no seu arquivo em manuscritos cujo volume compreende mais ou menos 450 paginas. Do ensino realizado no Colegio de França, durante 20 anos, surgiram estudantes que se tornaram célebres. O curso dado era profundo e variado, como provam os seus livros publicados, especialmente o *Commentaire sur le Iaçna e os Etudes sur la langue zend*. Nessas obras notam-se profundidade de vistas, conhecimentos exatos dos menores detalhes, sagacidade penetrante e prudência de método. Todas essas qualidades notavam-se em suas lições.

Os textos usados habitualmente no seu ensino eram o livro de Manú, o Mahâbhârata, o Ramâyana, a Karikâ do Sankhya e sobretudo os Védas. A lingua dos Védas era o objeto especial e particular dos seus estudos mais assíduos e mais caros. Esta lingua

mereceu de sua parte todos os esforços consagrados ao estudo, em primeiro lugar por ser excessivamente difícil e por ser, de alguma sorte, o embrião do sânscrito classico das grandes epopeias, dos monumentos filosóficos, dos dramas, da poesia, etc. A lingua dos Védas tinha para êle outra razão de atração especial que era o fato de se aproximar muito da lingua zenda. Forneceu-lhe esse estudo a chave para resolver muitas dificuldades sem o que tornar-se-iam insuperaveis.

Cada uma das palavras do Rig-Véda que Burnouf explicava, em regra da edição de F. Rosen, era para êle motivo para apresentar observações as mais curiosas e atraentes possiveis. Êle tinha estudado, a fundo, para apresentar aos seus alunos, os comentadores indianos, tão instruidos e tão minuciosos em tudo aquilo que se refere ao livro santo. Muitas vezes ajuntava à interpretação do texto a do comentador e fazia seguir o verso do Veda da glosa de Sankarâtcharya, como a apresenta Koullaka Bhatta em seguida ao texto de Manú. Na carta de 2 de março de 1849, dirigida ao seu primo Emilio Burnouf, em Atenas, encontra-se este trecho...” et mes devoirs de professeur m’ont forcé de donner a mes travaux une direction purament philologique.” Por vezes, Burnouf convidava os seus alunos, os mais adiantados, para tomar a palavra em seu lugar. Por essa maneira preparava-os, sob sua direção, com prática antecipada para as funções do ensino mais tarde. Revelava-se portanto um grande pedagogo.

## BURNOUF E A GRAMÁTICA COMPARADA

Burnouf reunia qualidades extraordinárias que contribuíam para a realização dos seus labores e com espirito perseverante consumia a sua vida inclinado sobre os manuscritos a fim de os decifrar. Punha em exercicio as energias de sua mente, a perseverança, a sagacidade que lhe permitia prever tudo, a facilidade de trabalho, a memoria preciosa, clareza de espirito e a variedade de conhecimentos. Êle mesmo criou os seus instrumentos de trabalho intelectual: escrevia as suas gramáticas, os dicionarios e os estudos proprios para seu uso particular. Com essa capacidade de penetração e ajustamento das cousas, com esse dom de *exegeta strictu sensu*, lançou êle os fundamentos de uma nova ciencia, isto é, a gramática comparada.

No século passado não havia surgido ainda a gramática comparada. Foi a cultura do sânscrito que veio abrir o campo, até então inexplorado, para a filologia. Com o conhecimento e applicação do sânscrito nasceu a filologia comparada. Ninguem melhor do que Burnouf, que se utilizava desse idioma sob o aspecto filologico, estava preparado para explorar esse campo vasto e virgem da linguística. Sem haver escrito obras propriamente sobre gramática comparada, demonstrou a segurança e a eficacia nas applicações infalveis que êle

tinha feito. Essas aplicações são de tal ordem que iluminaram os anais da historia humana em algumas das suas paginas, as mais curiosas, que permaneciam até então obscuras e indecifráveis.

A primeira aplicação por êle feita de suas descobertas, depois do seu *Essai sur le pâli*, foi no seu trabalho no curso da Escola Normal, sobre a gramatica geral e comparada. Esse curso havia sido criado para êle, em novembro de 1829 e o exercicio terminou em fevereiro de 1883. Quando a cadeira foi fundada, era Burnouf quasi o único professor capaz de regê-la. Não chegou a publicar as lições do curso dado, porém foram elas litografadas e conservadas pelos alunos. Em seus arquivos foi encontrado o manuscrito de cerca de 450 paginas, que se referia somente às lições dos dois primeiros anos do curso. Nesses dois anos o professor, conforme suas proprias palavras, "avait donné une notion exacte et complète des diverses parties du discours en usagé dans les langues anciennes et dans les dialectes modernes de l'Europe; c'étaient les principes généraux d'une théorie philosophique du langage". Depois desses prolegômenos sobre a gramática comparada e sobre a historia desta ciencia, Burnouf propunha-se a estudar o grego e o latim e aproximá-los do sânscrito e das linguas desta familia. Em seguida, no terceiro ano, devia fazer a crítica dos métodos do ensino para o estudo das linguas.

Burnouf havia estudado os primeiros trabalhos de Bopp e citou-os no seu *Commentaire sur le Iaçna*. Na França, foi êle o primeiro que possuiu um método científico para estudar as relações das linguas indo-européias entre si. Sem mencionar outras obras de Burnouf, somente o seu *Commentaire sur le Iaçna* atesta a aplicação feita da gramática comparada. Foi feita com um sucesso maravilhoso: decifrou o Avesta e descobriu, por intermédio do sânscrito, a lingua zenda. Com razão Villemain havia dito: "Eugenio Burnouf era um filólogo de gênio".

## BURNOUF E O BUDISMO

Burnouf estudou os manuscritos budistas, trazidos de Sião no fim do século XVIII. Em 1826 publicou o seu *Essai sur le pâli*, tendo descoberto a afinidade do pâli com o sânscrito. Depois de 20 anos veio êle a compreender o alcance desses seus estudos preparativos. Começava a sua carreira com o estudo do budismo e terminaria com o mesmo, trazendo preciosos resultados para a ciência. Nessa época, Abel Remusat descobria a "*Relação dos reinos budistas*" (narrativa de viagem realizada no fim do século IV, por Chy Fa Hian à Tartária, ao Afganistan e à Índia). Nesta narrativa o peregrino contava quanto havia aprendido a respeito das origens da sua religião.

Brian Houghton Hodgson teve a glória de descobrir, no mosteiro budista de Nepal, os livros sagrados de que remeteu, em 1837,

à Sociedade Asiática de Paris, um exemplar em 88 volumes. As obras estavam escritas em sânscrito. Os textos budistas do norte (mongoleses, tibetanos, chineses, etc.), faziam-se passar como traduzidos do sânscrito; os do sul (siameses, birmanos, chochin-chineses, etc.), escritos em pali, revelavam uma origem análoga, segundo os trabalhos de Burnouf e Lassen sobre as relações do idioma pali com o sânscrito.

Êsses livros, escritos em sânscrito, enviados por Hodgson, precisavam ser lidos, traduzidos e explicados, tarefa esta que coube a Burnouf. Porém a morte o ceifou quando havia realizado não mais do que a metade do seu trabalho. Entretanto, o método já estava traçado por êle e era o suficiente.

Burnouf publicou a *Introduction à l'Histoire du Bouddhisme Indien*, 1844. Com esta obra, fundou êle o estudo científico do budismo. E' um livro precioso em que dá a conhecer o budismo indiano até o momento em que entra na história. Essa obra é, pois, fonte preciosa para a investigação do budismo. Nas mesmas linhas escreveu êle outro trabalho de valor excepcional, *Le Lotus de la Bonne Loi*, 1852. Entre seus manuscritos deixou dois trabalhos interessantes sob os títulos: *Examen de la langue du Lotus* e *Comparaison de textes sanscrit et pâlis*.

### BURNOUF, O AVESTA E O "COMMENTAIRE SUR LE IAÇNA"

Em 1723, um inglês, George Bouchier, levou de Surate para Oxford um exemplar zenda do Vendidad-Sadé, que foi depositado na biblioteca da Universidade. Êste texto, porém, sem tradução, não podia ser compreendido. Mais tarde, um escocês, Frazer, conselheiro em Bombaim, dirigiu-se a Surate para completar essa primeira aquisição, mas os sacerdotes persas, os mobeds, recusaram-se a apresentarlhe os manuscritos e a ensinar-lhe o zenda e o pehlvi.

Em 1754, Anquetil Duperron, com 20 anos de idade, aluno da Escola de linguas orientais, viu por acaso, na residência do orientalista Leroux-Deshauterayes, quatro folhas calcadas sobre o Vendidad-Sadé de Oxford, que haviam sido enviadas, alguns anos antes, a Etienne Fourmont, tio e mestre de Deshauterayes. Essas folhas decidiram a vocação de Anquetil, alma heroica, que resolveu dar à França os livros de Zoroastro e a primeira tradução dêsses livros. Contava êle com a simpatia do abade Barthelemy e do conde Cayeus, porém, cansado de esperar a missão prometida, alistou-se como simples soldado a serviço da Companhia das Índias e embarcou em Lorient, no dia 24 de fevereiro de 1755, levando consigo um exemplar da Bíblia e uma obra de Montaigne. Após 3 anos de aventuras e de tôda a sorte de provações, chegou a Surate, no dia 28 de abril de 1758, local êsse que havia de ser, durante 3 anos, o centro de suas pesquisas.

Não fossem as divisões entre duas seitas que agitavam Surate, teria talvez Anquetil malogrado, como aconteceu a Frazer, dada a desconfiança e a má vontade dos parsis.

Anquetil deixou Surate no dia 15 de março de 1761, e foi a Oxford comparar os seus manuscritos com os de Bodléiame, e depois de verificar a identidade dos textos, regressou a Paris, em 4 de maio de 1762, depositando no dia seguinte, na Biblioteca do Rei, 180 manuscritos zendas e pehlvis, persas e sânscritos.

Passou Anquetil os 10 anos seguintes a elaborar os documentos, que havia recolhido e preparar a sua tradução com o título: *Zend-Avesta*, ouvrage de Zoroastre, contenant les idées théologiques, physiques et morales de ce législateur, les cérémonies du culte religieux qu'il a établi et plusieurs traits importants relatifs à l'ancienne histoire des Perses", 3 vols., Paris, 1771. A tradução porém que êle dava do Zenda-Avesta não era sua, mas êle a devia aos mobeds de Guzarate, aos padres persas. Os próprios padres, porém, não compreendiam mais a lingua original do Zenda-Avesta. Êles não compreendiam senão muito imperfeitamente a tradução pehlvi, que nos tempos mais afastados, havia ocupado canonicamente o lugar do velho idioma zenda, tornado ininteligível. Diante disso, a tradução do Zenda-Avesta por Anquetil Duperron representava uma tradição incerta.

Para dar uma tradução fiel do Avesta faltavam a Anquetil dois elementos indispensáveis. De um lado, os seus mestres parsis conheciam mal o zenda e o pehlvi, isto é, a lingua em que na idade média os doutores da lei haviam traduzido e comentado o livro sagrado, de modo que a tradição recebida por Anquetil da boca dos seus mestres tornava a sua obra falha. Por outro lado, faltava-lhe o recurso poderoso da filologia comparada, em vista de ser o sânscrito desconhecido de modo que se encontrava êle prêso nas faixas da tradição. Além disso, Anquetil não revelava muita aptidão e gosto pela análise gramatical.

Eugenio Burnouf fez ressuscitar a lingua zenda. Com o auxilio de uma tradução sânscrita do *Iaçna*, feita no fim do século XV, pelo mobed Nériosengh, filho de Dhaval, sobre o texto pehlvi, pôde Burnouf retificar a tradução que havia sido recolhida pelos parsis de Guzarate e que Anquetil reproduzia. Burnouf, nessa obra titânica, explica todas as palavras zendas nas suas formas gramaticais, nas suas raízes, no seu verdadeiro significado. Assim fez êle reviver, com todas as provas que pode exigir a filologia, a mais escrupulosa, o zenda, que no correr dos anos se tinha tornado um misterio. O método por êle usado é revelado em sua obra imortal *Commentaire sur le Iaçna*, 1833, Paris, cujo valor Darmesteter define nesta sentença preciosa: "O manual das descobertas".

Burnouf, em seu trabalho, começa por estabelecer o texto pela comparação do manuscrito e das variantes. Em seguida põe êle em frente da frase zenda a tradução de Anquetil e a de Nériosengh; mostra a discordância que se verifica entre a tradução de Anquetil e o original zenda; passa daí à tradução sânscrita, determina o sentido dado por Nériosengh a cada um dos termos zendas e ao mesmo tempo da frase; vai do sentido da palavra à explicação da forma; esclarece assim passo a passo o vocabulario e a gramática da lingua e enfim, quando ha lugar, passando do sentido e da forma da palavra às suas afinidades estranhas, determina seu lugar na familia ariana. O *Commentaire sur le Iaçna*, CLIII, 592, CXCII, compreende somente o primeiro dos 72 capitulos, por conseguinte, uma parte pequena do Avesta. Alargou porém mais tarde os seus estudos que foram publicados no "Journal Asiatique", 1840-1846.

Estava o método estabelecido e nada mais restava senão prosseguir pelo caminho indicado por êle. Tem razão pois a afirmação de que Eugenio Burnouf "é o fundador da filologia do Avesta".

Outra obra de Burnouf, digna de menção especial, é *Le Vendidad-Sadé*, l'un des livres de Zoroastre, 1829-1843.

## BURNOUF, O IRANIANISMO E INDIANISMO NA FRANÇA

1. *Iranianismo*. Na França foi sempre pequeno o número de iranianistas. Entretanto alguns trabalhos decisivos na historia da filologia iraniana são devidos aos franceses. Anquetil Duperron foi o primeiro a conhecer os livros sagrados do zoroasticismo e na sua obra "Le Zend-Avesta", 1771, apresentou a primeira tradução do Avesta e uma descrição completa dos costumes dos Parsis. Por sua vez Silvestre de Sacyteve a primazia em apresentar nas suas "*Memoires sur diverses antiquités de la Perse*", uma decifração das inscrições em pehlvi, em 1793. Foi, porém, Eugenio Burnouf quem lançou os fundamentos da filologia do Avesta e lhe imprimiu o método logo de inicio. Êse se dedicou à decifração do texto original e determinou filologicamente os caracteres da lingua para penetrar no estudo direto do texto avéstico. Publicou o célebre *Commentaire sur le Iaçna*, além de artigos no "Journal Asiatique", 1844-1846, cujas idéias, em parte, são já conhecidas. Essas conclusões afetuadas por Burnouf, tinham um carater tal de veracidade que entraram imediatamente para o dominio comum dos iranianistas e têm servido de base a todas as pesquisas feitas posteriormente.

Burnouf participou de uma maneira decisiva na decifração das inscrições aquemênides com a publicação da sua *Memoire sur deux inscriptions cuneiformes*, 1836, observando, entre outros pontos, que

a língua das inscrições não se identificava exatamente com a do Avesta.

2. *Indianismo*. Eugenio Burnouf conhecia muito bem o sânscrito para realizar as suas geniais descobertas. Exerceu grande influência no campo do indianismo, não somente pelas suas obras, mas também através dos seus alunos. Em seu trabalho, que se tornou célebre, *Introduction à l'Histoire du bouddhisme indien*, 1844, apresentou uma completa e fundamental exegese histórica, literaria e religiosa da doutrina de Buda. Outra obra de valor apreciável é sem duvida a sua *Lotus de la bonne loi*, 1852.

Burnouf pesquisava as fontes das religiões indianas e, através do budismo, via a religião védica. Sua contribuição ao estudo do brahmanismo é, sobretudo, representada na tradução do *Bhâgavata-Purâna* ou *Histoire poétique de Krischna*, 1840-1847, sùmula popular das doutrinas bramânicas, especialmente do vishnismo, em sua última fase, no limiar da época moderna. Preocupava-se Burnouf, de modo todo especial, com os Védas. Consagrou-lhes uma grande parte das suas lições no Colegio de França.

Os indianistas da geração seguinte, posto que cada um seguisse seu pendor particular, refletiam no entanto o pensamento de Burnouf. Foi assim que Regnier, um dos mais notáveis dos seus alunos, a quem o mestre chamou "um professor dos mais habéis de Paris", preocupou-se sobremaneira com o estudo dos Védas e publicou uma obra das mais notáveis sobre o assunto: *Études sur l'idiome des Védas et les origines de la langue sanscrite*, Paris, 1855.

Michel Bréal, outro seu insigne aluno, o criador da nova disciplina linguística, a semântica, introduziu, no ensino universitário, a gramática comparada e, como diz Lacôte (3), "sanskritiste lui-même, il y insinuait, á la suite de la linguistique, comme un frère inseparable, l'indianisme".

O nome de Burnouf está ligado ao iranianismo e ao indianismo.

O grande vulto da ciência, cuja valiosa contribuição para os altos estudos filológicos e religiosos foi demonstrada em síntese, merece, do mundo científico e sobretudo da França por êle glorificada, homenagem especial por ocasião do centenario de sua morte.

Nota: A relação das obras de Eugenio Burnouf encontra-se nos seguintes trabalhos: *Choix de Lettres d'Eugène Burnouf*, 1825-1852, Paris, 1891. *Introduction à l'Histoire du Buddhisme Indien* par E. Burnouf, Deuxième édition, précédée d'une notice de M. Bârtbélemy Saint-Hilaire sur les travaux de M. Eugène Burnouf, Paris, 1876. *Catalogue des Livres Imprimés et Manuscrits Composant la Bibliothèque de M. Eugène Burnouf*, Paris, 1854.

(3) Lacôte F. *Livre du Centenaire — Société Asiatique* (1822-1922), Paris, 235.

## O segredo das Itacoatiaras

*José Antero Pereira Junior*

Contrariamente ao que tem sido dito, não somos especialistas em inscrições rupestres. É que desde os nossos estudos primeiros no campo da arqueologia brasileira, verificamos que tais ocorrências longe de representarem parcela marginal no complexo das antiguidades indígenas, constituíam um dos seus integrantes mais valiosos.

Na parte primeira de "Prefação ao estudo da cerâmica indígena brasileira", ainda ha pouco publicada no "Estado de São Paulo", julgamos azado declarar, que fôra quando das nossas pesquisas sobre inscrições rupestres, que iniciáramos o estudo daquele material.

Em verdade, o arqueólogo para que possa ajuizar do valor de uma classe de ocorrência, não pode se ater, em certos casos, ao seu estudo restrito, desprezados outros elementos da mesma índole, deparados no país, mas deles todos cuidar com o mesmo interesse e de maneira sistemática.

No Brasil, é certo, são quasi sempre difíceis e custosas as pesquisas arqueológicas, por razões varias, e principalmente pelas condicionadas à naturerza do terreno das mesmas jazidas. Sendo assim, seria ocioso o reparo de que muita coisa ainda resta a ser feita a esse respeito no nosso país, embora reconheçamos o valor subido de alguns trabalhos já realizados.

Entre os setores geográficos que por certo deverão ainda oferecer material arqueológico de importância indiscutível, devemos destacar o da bacia amazônica, isso pela vastidão e natureza dos territórios que a compõem. Evidentemente, estando ela situada entre os maciços continentais da Guiana, dos Andes e dos planaltos brasileiros, e acolhendo o maior sistema hidrográfico do mundo, oferece rico campo de pesquisas a varias atividades científicas.

Decerto, nessas vastidões onde imperam o Amazonas e seus tributarios, o arqueólogo encontrará retribuição mais farta aos seus labores, pois ali viveram tribos numerosas e outras muitas, talvez, cujo

nome a história perdeu. E ali serpearam tribos em marcha, em migração ou em guerra.

Por isso mesmo, mais uma vez diremos da necessidade de serem incrementadas as pesquisas arqueológicas naquela região, uma vez que a correnteza dos grandes caudais, as enxurradas e as enchentes periódicas vêm destruindo e arrebatando peças valiosas, senão tornando mais difíceis, estação após estação, os trabalhos de pesquisa. As enchentes, é certo, ora depositam terra e detritos, ora promovem a desagregação, corroendo, solapando e derribando barrancas, as quais não poucas vezes arrastam apreciável volume de terra firme. E assim, reliquias que se achavam soterradas a regular distância das margens, talvez para sempre se abismam nas águas barrentas do rio em enchente.

Além desses agentes, outros também de ordem natural, como o calor e a umidade, devem ser apontados como causadores da destruição de umas tantas preciosidades arqueológicas, entre as quais, artefatos de madeira, etc.

Não deixam também de prejudicar o aspecto do panorama arqueológico brasileiro, alguns trabalhos calcados em explorações imperfeitas, inquinados de vícios de origem em certos casos, e isso principalmente com relação aos achados mais antigos.

Dessa maneira, ainda hoje, o estudioso menos conhecedor dos temas diretamente ligados ao assunto, ao compulsar, por exemplo, a bibliografia a respeito das nossas inscrições rupestres ou itacoatiaras, sentir-se-á desarvorado, confundido, diante de certas afirmações tão somente alicerçadas em simples conjecturas, desprezados o bom senso e as verdades científicas.

Isso acontece, é verdade, no setor das inscrições rupestres, visto estas, pela sua natureza, oferecerem campo propício à insídia das aparências enganosas, as quais levam o estudioso menos preparado a estabelecer correlações, anacrônicas algumas, mas incompatíveis quasi todas com o nível de cultura dos povos indígenas do Brasil antigo, ou melhor da América pré-colombiana.

Diremos ainda que noutros trabalhos sôbre a nossa arqueologia, os respectivos autores entram em considerações de ordem literária, e com isso procuram dar corpo às suas contribuições de pouco ou de nenhum valor no ponto de vista científico.

Ao oficial do ofício, naturalmente, êsse estado de coisas não oferecerá dano maior, que o do tempo perdido na busca bibliográfica ou mesmo na leitura da memória, uma vez que pela sua formação científica e experiencia está protegido dos resvalos e equívocos que tais leituras originam. Assim não acontece, porem, com o diletante descautelado, ou com o principiante mal orientado ou de insuficiente cultura. Tem acontecido até, que certas pessoas relativamente instruídas,

ao toparem com tais escritos por êles se interessam, influenciadas pelas asserções bombásticas dos seus autores. Daí, passarem a duvidar e mesmo repelir as conclusões em contrário, de alicerce científico, e por isso mesmo menos cativantes ao público leigo.

Mas, seja dito também, que os autores de uns tantos outros trabalhos, nos quais o estudioso dos nossos dias pode encontrar falhas graves, ou topar com asserções pouco ou nada razoáveis, merecem menos recriminações que gratidão de nossa parte. Isso porque, manda a justiça, só deverem ser pesadas e avaliadas as respectivas contribuições, frente ao estado ou nível dos conhecimentos da época. Sendo assim, sejamos agradecidos àqueles que, honestamente, na medida das suas possibilidades, procuraram, apesar de tudo, incrementar o estudo das nossas antiguidades e estabelecer as defesas primeiras dêsse nosso patrimônio.

Todavia, se uns tantos pesquisadores ultrapassaram a linha justa, atribuindo uma civilização muito avançada a populações do Brasil antigo, outros, cientistas de renome merecido, naturalmente com fundamento em observações incompletas, ou melhor, por desconhecimento de documentação mais incisiva, deparada posteriormente, têm algumas das suas asserções em choque com conclusões alicerçadas em verificações científicas de campo.

Queremos referir-nos ao grande etnólogo Koch Gruemberg quando nega a feitura intencional às inscrições rupestres, de maneira geral, explicando o polido apreciável ainda hoje notado em algumas daquelas ocorrências, como trabalho de gerações sucessivas (1).

Achamos oportuno declarar agora, que na nossa opinião também, Studart Filho (2) é por demais severo com o autor de "Lamentação Brasileira" (3), não dispensando atção a algumas das informações constantes dêsse trabalho. Em verdade o Padre Francisco de Menezes nos prestou bons serviços copiando umas tantas inscrições rupestres e registrando ocorrências outras que hoje sabemos de grande importância.

(1) Theodor Koch-Gruemberg — Suedamerikanische Felszeichnungen. Berlin, 1907.

(2) A este respeito escreve Estevão Pinto: "Carlos Studart Filho diz, todavia, que até hoje ninguém conseguiu demonstrar a exatidão das notícias colhidas pelo padre Francisco Correia Telles de Menezes", etc. E mais adiante "O interessante, porém, é que o próprio Studart confessa a existência de pedras e marcos discoides semelhantes às referidas pelo padre Correia Telles, nas proximidades de Cachoeira (Bahia) e no Riachão, município de Viçosa (Alagoas). Estevão Pinto — Os Indígenas do Nordeste, 1.º Vol. p. 39. São Paulo, 1935. — Carlos Studart Filho — "Vestígios de raças prehistóricas na Viçosa", em Rev. do Inst. Arq. de Alagoas, IV, 19.

(3) Trata-se do Padre Francisco Menezes, autor de manuscrito intitulado — "Lamentação Brasileira", do qual o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe extraiu algumas notas, publicando-as no tomo L. da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Da teoria do Dr. Koch Grüemberg com relação às nossas inscrições rupestres, e do valor das informações do Padre Francisco Menezes, já cuidamos nas páginas da "Revista do Arquivo Municipal" de São Paulo (4) e nas colunas do "Estado de São Paulo". (5). Entrementes, vamos recordar algumas coisas do que então escrevemos, e isso iniciamos tratando de "Lamentação Brasília", e do seu autor.

Figura sem dúvida curiosa é a do Padre Francisco Menezes, e a sua obra, na nossa opinião, é de leitura indicada a todo aquele que se dedicar ao estudo das nossas antiguidades indígenas. Isso porque, tendo aquêle sacerdote andeado, percorrido os sertões do Nordeste de 1799 a 1806, anotou em tempo a existência de determinadas ocorrências de índole arqueológica. Cuidando de maneira particular das inscrições rupestres, êle nos legou algumas cópias, além de certas observações interessantes, entre as quais, as da duração provável e do desaparecimento de algumas itacoatiaras quando tão somente pintadas.

Podemos considerar, sem favor, como muito razoáveis, algumas das cópias de inscrições rupestres, feitas pelo Padre Menezes, em observação direta, uma vez que as respectivas figurações coadunam muitas vezes com as de ocorrências similares reproduzidas por outros pesquisadores. Por outro lado, umas tantas das suas observações a respeito de outras ocorrências, encontram, indiretamente, confirmação noutros depoimentos.

Mas, seja dito também, que o móvel daquele sacerdote longe estava de se aproximar a qualquer iniciativa científica. A finalidade da sua labuta, conforme faz notar Tristão de Alencar Araripe (6), era só a do encontro de moeda metálica e alfaias preciosas, que julgava terem sido enterradas pelos jesuítas, e principalmente pelos holandeses. E assim, imbuido de tal pensamento interesseiro, não deixava de anotar tudo o que pudesse, na sua maneira de ver, ter qualquer relação com possíveis riquezas. E é por isso que nos dá conta de pedras assinaladas, de pregos cravados em árvores, de restos de louça, etc.

Alguns estudiosos, é certo, à vista do método de pesquisas nem sempre criterioso do Padre Menezes, não se deram ao trabalho de separar o joio do trigo. Hoje em dia, porém, ao contrário do que acontecia ainda décadas atrás, não pode pairar dúvida quanto à existên-

(4) Vide, por exemplo, os numeros CIII e XC, respectivamente.

(5) Vide, principalmente, os artigos — "Koch Gruemberg e as inscrições rupestres" e "As peregrinações do Padre Menezes". Publicados, respectivamente, em 5-6-47 e 14-4-46.

(6) Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidares no Brasil. Tomo I da Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. Neste trabalho está a aludida "Lamentação Brasília".

cia de verdadeiras inscrições rupestres, assim como conhecida é a finalidade de certos marcos, "pedras de mó". Nimuendajú, (7) de outra parte, ainda em tempo, procedeu a verificação de certos "alinhamentos de pedra" existente ao Norte do Amazonas, ocorrências assinaladas também por outros autores no Norte (8) do Brasil, além das do Nordeste, mencionadas pelo Padre Menezes. Dêsse mesmo assunto, tratamos mais de uma vez (9) e ainda ha pouco num dos boletins' da Faculdade de Filosofia de São Paulo (10).

Dêsse último trabalho, vamos transcrever algo do que então dissemos.

Os "alinhamentos" ao que nos parece, são mesmo "vestígios enigmáticos de uma antiga civilização. Linné (11), ao se referir às observações de Nimuendajú, "faz referência mais detalhada aos que se apresentam melhor desenvolvidos, e êsses são justamente os do "sítio de José Antonio", sôbre o curso inferior do rio Cunani.

"Êsse alinhamento, que se estende cêrca de cem metros, é constituído de grande número de pedras mais ou menos de tamanho avultado, das quais perto de 150 são visíveis sôbre o solo. Os buscadores de tesouros, porém, com as suas escavações causaram sérios danos a êsse conjunto".

O bloco mais notável dessa ocorrência estava enterrado em parte, e media 2m x 0,70 x 0,25, com um pêso aproximado de 600 quilos. Em outros lugares, contudo, alguns dos respectivos monolitos tinham sido colocados de maneira a se sustentarem uns aos outros, e dispostos em grupos.

Tendo sido encontrados alguns vasos de argila ao pé dêsses alinhamentos, escreve Linné que tal coisa não devia constituir explicação satisfatória à ereção daquelas ocorrências líticas. Por isso, no que lhes disser respeito à idade e fins, não deve ser ultrapassado o limite das hipóteses.

Ha entretanto uma observação muito interessante feita por Nimuendajú, que é a das pedras utilizadas para a feitura ou ereção dos

---

(7) S. Linné — Les recherches Archéologiques de Nimuendajú au Brésil. — Journal de la Societé des Américanistes de Paris. Nouvelle serie, Tome XX, 1928, p. 71.

(8) Alfredo Brandão — A escrita Prehistórica do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.

(9) Vide, por exemplo — "A propósito dos "Alinhamentos" de Monte Alto. Revista do Arquivo Municipal, N.º XCVII, São Paulo, 1944.

(10) Boletim N.º 13 da Cadeira de "Etnografia e Língua Tupi-Guarani" da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1948. Título do trabalho: "ALGUNS APONTAMENTOS DE ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTORIA".

(11) S. Linné, op. cit.

alinhamentos, terem sido trazidas de distância considerável, e isso por meio de transportes muito primitivos.

Segundo Nimuendajú, seria provável que essas ocorrências tivessem ligação com práticas culturais realizadas sobre locais sagrados.

Seja como for, importância muito subida deviam representar aqueles monolitos para o povo que os erigiram, uma vez que muito longe os foram buscar.

Conta-nos Teodoro Sampaio (12) que em "Monte Alto, no lugar chamado Riacho das Pontas, vertente do Rio Verde Grande, há, num campo, extenso alinhamento de pedras de cerca de metro e meio de altura, fincadas equidistantes, desenvolvidas por cerca de 1 quilômetro, e próximo, sob uma esplanada rochosa, as ruínas de antigas construções de pedras toscas, algumas destas de grandes dimensões.

Vejamos agora as informações que sobre o assunto nos presta o Dr. Alfredo Brandão: (13) "O monumento pré-histórico de Viçosa (Estado de Alagoas), o mais importante que cheguei a ver", diz esse autor, "já não existe, pois foi demolido mui recentemente, quando se construía o prolongamento da via férrea que se destina a Palmeira dos Índios". "Essa recordação do homem primitivo, diz Alfredo Brandão, "era formada de grandes pedras ou lágeas, regularmente talhadas, superpostas entre si e mui intimamente unidas. Apresentava três faces: uma anterior e duas laterais. O fundo encostava no morro. A face anterior poderia ter uns oito metros de comprimento por uns seis de altura. Não havia sinal de portas. Nos dois lados dessa construção ciclópica, viam-se os vestígios de uma espécie de cerca ou fortificação, feita de pedras brutas dispostas perpendicularmente no chão, prolongando-se em grande distância. No espaço limitado pela cerca, do lado direito, notei um grupo de pedras que parecia um "dolmen", e perto dêste, uma pequena lágea coberta de riscos dos quais tirei uma cópia. Também tirei uma grosseira planta de todo o monumento. Quando o destruíram, encontraram diversos amuletos de pedra verde talvez nefrite ou jadeite".

Isto posto, temos a dizer que embora tenhamos razões para discordar fundamentalmente das conclusões do Dr. Alfredo Brandão, apresentadas sobre algumas das nossas inscrições rupestres, nem por isso deixamos de reconhecer que êle, por outro lado, nos fornece informações do mais subido valor, entre outras, as dos alinhamentos, supostas ruínas adjacentes, e o encontro de objetos de pedra verde.

E' tempo, no entanto, de retornarmos à teoria do grande etnó-

---

(12) Teodoro Sampaio — Arqueologia Brasileira. Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.

(13) Alfredo Brandão, *op. cit.*

logo alemão, Dr. Koch Grüemberg, com relação às nossas itacoatiaras. Esse sabio, de 1903 a 1905, fez uma coleta criteriosa de inscrições do Alto Rio Negro e seus tributários, e no Piraparaná, afluente do Japurá. Todavia, era sua opinião que tais ocorrências não passavam de manifestações desportivas, de ingênuo senso artístico, e que raras vêzes ou nunca, possuíam significado intencional. (14)

Essa maneira de ver de Koch Grüemberg é claramente expressa na teoria seguinte: “o indígena que nas suas horas de lazer tomava de um pedaço de carvão, e se punha a desenhar na sua “choupana” figuras quaisquer, da mesma forma o fazia na parede lisa de uma rocha, em pleno exercício de sua arte infantil”. Todavia, o índio já não se servia de um pedaço de carvão, mas sim de uma pedra ponteguada para esboçar um desenho a esmo. Tempos após, um outro indígena, ao cruzar pelo sítio, dava com a figura recém-traçada e, em obediência ao espírito de imitação, ia brincando, aprofundando os contornos que por acaso deparara. Depois, outro índio, por sua vez procedia da mesma maneira, e assim por diante, até que após “muitas gerações” os sinais chegavam a ter a profundidade tão admirada pelos investigadores e por eles considerada como o resultado do labor prodigioso de um só indivíduo, ou atribuída a um grau de cultura superior. (15)

Mas, essas considerações tôdas de Koch Grüemberg, tornar-se-ão insubsistentes se as confrontarmos com as realidades do Monumento de Ingá. Ali, as figurações são, em sua maioria, muito complexas e do mais marcante intencionalismo. E o segredo do polimento relativo dos seus sinais encontra explicação pronta, uma vez que em sinalações próximas, da mesma classe, ainda restam porções da antiga tinta com que foram revestidas, por certo, aquelas sinalações tôdas.

Mau grado nosso, somos coagidos a dizer, que a generalização feita por Koch Grüemberg, relativamente ao “modus faciendi” das inscrições rupestres, constitui um dos mais lamentáveis equívocos que um sabio da sua estatura pode cometer. Ao que nos parece, esse sabio teve à vista fatos relacionados a indígenas que nada teriam a ver com as verdadeiras itacoatiaras, ou que, caso contrário, há muitas gerações deveriam ter perdido o sentido exato daquelas ocorrências, salvo outras hipóteses.

---

(14) Vide Prehistoria Sul-Americana, de Alfredo de Carvalho. Recife, 1910.

(15) Nesta parte reproduzimos alguns trechos do que escrevemos no nosso artigo — “Koch Gruemberg e as inscrições rupestres”, com fundamento no que escreve Alfredo de Carvalho, em “Prehistória Sul-Americana, pp. 175-176.

Nas nossas observações de campo no Estado da Paraíba (16), verificamos mesmo, que, pelo menos ali, muitas inscrições rupestres eram inicialmente executadas mediante a feitura de furos muito juntos (17), e o seu polimento, como já dissemos, foi conservado pela tinta com que foram revestidas depois de completamente aliadas. Branner (18, aliás, no seu valioso trabalho faz menção dêsse processo de revestimento. O seu trabalho não consta, ao que apuramos, da bibliografia apresentada por Koch Grüemberg (19), mas na que acrescentou Alfredo de Carvalho está arrolada (20). De fato, Alfredo de Carvalho teve em mãos a contribuição de Branner, há pouco citada, reproduzindo também as inscrições rupestres deparadas por aquêlê cientista.

Sendo assim, Alfredo de Carvalho deve ter tido ocasião de tomar conhecimento da existência dessa tinta em inscrições primeiramente gravadas, e por isso nos parece estranho que de maneira tão completa tenha aderido às idéias daquele sábio, sem maior exame.

Koch Grüemberg, entretanto, declara com lealdade, não ser impossível que o indígena, com o correr do tempo, atingisse a um gênero de pictografia idêntico ao existente na América do Norte. Referindo-se, noutra parte do seu trabalho, a certas representações de "máscaras", Koch Grüemberg declara não ser impossível que pudessem fornecer o itinerário das migrações de alguns dos grandes grupos étnicos do Norte da América Meridional, embora tal coisa não devesse decorrer da sua representação simbólica, e sim pelo "costume peculiar das danças mascaradas que refletiam".

Mas as inscrições rupestres estão esparsas pelo sertão ou litoral, gravadas ou pintadas em desfiladeiros, nos rochedos, nos pedrouços das corredeiras ou nas rochas marginais das cachoeiras estuantes. Fora isso, no recesso das cavernas e mesmo em pedras soltas elas existem também.

Sinais de comunicação de índio para índio, sinalação de finalidade ritual ou mágica (21), registo de fatos ou coisas, assinalamentos de roteiros ou sinais ideográficos de povos em fuga ou migração,

---

(16 e 17) Vide "Algumas Itacoatiaras Paraibanas" e Achegas a "Algumas Itacoatiaras Paraibanas", respectivamente, nos números CIII e CX, da Rev. do Arq. Municipal.

(18) John Casped Branner — Inscrições em rochas do Brasil. — Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1904.

(19) Koch Gruemberg — op. cit.

(20) Alfredo de Carvalho, op. cit.

(21) Vide neste particular, "Itacoatiaras" de José Anthero Pereira Junior. Rev. do Arquivo Municipal. São Paulo, N.º XC, São Paulo, 1943.

lá estão as itacoatiaras, mais vetustas umas pela ação das intempéries, mas fascinadoras tôdas, como em tudo onde paira o mistério.

Cumpre-nos fazer notar, todavia, que nem todos os sinais ou figurações existentes nas rochas devem datar de época pré-colombiana, sendo que das ocorrências pintadas tão somente, delas não devem existir assim antigas senão as protegidas da ação de fatores de ordem natural.

Além dessas ocorrências mais antigas, outras existem, em algumas regiões do Brasil, de autoria, ao que parece, de certas tribos Gês, mas, em sua maioria, não apresentam sinalações muito complexas. De outra parte, ao que sabemos, determinadas tribos ainda hoje fazem sinalações nas rochas. Estas, porém, segundo alguns observadores, seriam destituídas de significação maior. E' possível que assim aconteça, mas será necessário fazer perquirições mais a fundo quanto ao particular.

Max Schmidt (22), numa das suas valiosas contribuições científicas, apresenta a opinião de que os Parecis teriam tido uma espécie de pictografia, uma vez que seja presumida, pictografia, como expressão de certos conceitos por desenhos. Por isso êsse cientista considera as gravuras rupestres de "Ponte de Pedra", em Mato Grosso, como provenientes de uma tribo indígena que teria tido cultura muito semelhante àquela dos Parecis.

Essas asserções de Max Schmidt constituem, na nossa opinião, uma das provas científicas, com documentação objetiva, contra a aludida teoria de Koch Grüemberg. Dois fatos, porém, ocorridos posteriormente, vieram pôr definitivamente à margem tal teoria negativista, no seu sentido generalizado. O primeiro foi a verificação do Dr. Mário Melo (23), de que certa itacoatiara existente na Paraíba, tida por alguns como a deparada pelo engenheiro Retumba (24), nada tinha a ver com esta, sendo, portanto, completamente desconhecida do mundo científico. O segundo fato, coube-nos promovê-lo, e êsse constituiu na demonstração de que as figurações dessa itacoatiara eram de ordem complexa, devendo pertencer a um sistema ideográfico idêntico ao utilizado nas tabuinhas encontradas na ilha da Páscoa. (25)

---

(22) Max Schmidt — Nuevos Hallazgos de grabados rupestres en Matto Grosso. Revista de la Sociedad Científica del Paraguay, Asunción, 1940, Tomo V. N.º 1. pp. 66-67.

(23) José Anthero Pereira Junior, — Itacoatiaras, op. cit. p. 211.

(24) Esta itacoatiara foi publicada por Tristão de Alencar Araripe, in op. cit. prancha 36.

(25) José Anthero Pereira Junior — "Algumas Itacoatiaras Paraibanas" e "Itacoatiara de Ingá" — Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, respectivamente, números CIII e XCIV.

Posteriormente às publicações que fizemos a respeito dessas nossas verificações, topamos, entretanto, com uma comunicação do sábio Capitan, inserta numa ata da Sociedade dos Americanistas de Paris, (26) comunicação na qual o grande sábio francês, frente a um número reduzidíssimo de figurações correntes na América do Sul, diz das analogias desta com os caracteres da ilha da Páscoa.

De fato, Capitan, pela sua acuidade e preparo científico pôde vislumbrar analogias que só mais tarde seriam evidenciadas e isso diante de grande número de figurações marcantes. Escreve Capitan, a êsse respeito, que a ilha da Páscoa, situada aproximadamente, a meio caminho, entre o extremo Este da Polinésia e a América do Sul, apresenta particularidades etnográficas singulares. Assim, no estudo das figurações das tabuinhas inscritas ou Koau rongo-rongo, procedentes daquela ilha, poderiam ser identificados entre os diversos sinais, três tipos bem determinados — um pássaro, um personagem com os braços levantados, meio homem, meio animal, e uma outra figura semelhante a de uma rã, mas o conjunto daqueles sinais apresentaria um caráter geral que lembraria certos petróglifos argentinos e brasileiros.

Não param aí, contudo, as considerações de Capitan, pois a seguir ajunta que a comparação das figuras anteriormente aludidas — pássaro, homem e rã, com as gravuras em rochas, imagens em objetos e sobre cerâmica sul-americana (Brasil, Argentina e mesmo Equador até os Estados Unidos), demonstraria uma identidade absoluta dos “tipos”, quer fossem americanos, quer procedessem da ilha da Páscoa. Dessa maneira, seria coisa difícil a recusa do fato da analogia entre as figurações da ilha em questão e as dos antigos americanos do Sul.

Tornando ao caso particular da itacoatiara de Ingá, situada no leito do rio do mesmo nome, no Estado da Paraíba, temos a dizer que foi arrolada como Monumento Nacional a nosso pedido e por intermédio da Diretoria do Museu Nacional. Dessa maneira, conforme notificação N.º 518, de 27 de abril de 1944, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional houve por bem em tombar, na nossa opinião, a mais notável itacoatiara descoberta até o momento na América do Sul. (27)

Ainda há pouco tempo o nosso amigo Dr. A. Childe, professor aposentado do Museu Nacional, numa das cartas (28) que nos dirigiu a

(26) L. Capitan — *Journal de la Société des Americanistes de Paris*. T. XVII, nova série, 1925. Nesse particular, vide nosso artigo — “O Monumento de Ingá e a Ilha da Páscoa”, in “O ESTADO DE SÃO PAULO”, número de 22-1-1949.

(27) Conforme ofício de 29-5-1944, da Diretoria do Museu Nacional.

(28) Carta de 14-4-1949.

respeito dessas similitudes entre a itacoatiara de Ingá e os sinais da ilha da Páscoa, diz que elas constituem certamente um dos pontos mais curiosos da arqueologia sul-americana.

Por infelicidade, porém, no decorrer do tempo êsse notável monumento arqueológico paraibano perdeu muitas das suas sinalações, e outras, de grande tipicidade estão prestes a desaparecer. (29)

Examinando essa questão num dos nossos estudos, (30) dissemos então que alguns dos danos sofridos pelo monumento tinham sido causados pelo homem, mas, que a essa ação destruidora deviam ser somadas as dos elementos inerentes da região, e ainda a situação do rochedo, que constitui parte do leito de um rio do Nordeste. (31)

Entrementes, para que possam ser bem avaliados os prejuízos que podem advir a uma ocorrência daquela classe em idênticas situações geográfica e topográfica, permitimo-nos transcrever alguma coisa do que já dissemos sôbre o assunto — (32) “A rocha é submetida à radiação solar intensíssima com intermitências mais ou menos bruscas, meses a fio. Depois, quando da chegada da estação chuvosa ou inverno, entre semanas de aguaceiros, dias de sol abrasador se intercalam. — Além disso, a ação corrosiva das águas das enxurradas que para ali são canalizadas, quando não a correnteza infrene, colabora naquela obra de desagregação e de destruição”.

“Pedras são entrechocadas e arrastadas às vezes, e, aquele tumultuar que esborcina e que solapa, não é inocuo à itacoatiara. E’ por isso que a rocha granítica em que a mesma foi insculpida e que há séculos vem sofrendo a ação daqueles fatores todos, está com a sua superfície vertical em estado de desagregação avançada em muitos pontos. — Linhas de fratura geometricamente planas, verticais, destacam panos de rocha insculpida, os quais, uma vez abatidos, como em outros pontos já aconteceu, trarão à luz uma superfície onde somente resquícios de sinais restem, isso mesmo se a espessura do pano destruído não ultrapassar de dois centímetros, aproximadamente.” (33)

“Quando assim não sucede de maneira total, avarias de vulto são assinaladas entretanto. Muitos sinais ficam mutilados ou estropiados, como comprova parte da superfície atual do “Monumento de Ingá”.

---

(29) José Anthero Pereira Junior — *Algumas Itacoatiaras Paraibanas* — e *Achegas a “Algumas Itacoatiaras Paraibanas”*, op. cit.

(30) *Algumas Itacoatiaras Paraibanas*, op. cit.

(31) *Algumas Itacoatiaras Paraibanas*, op. cit.

(32) *Algumas Itacoatiaras Paraibanas*, op. cit.

(33) *Algumas Itacoatiaras Paraibanas*, op. cit.

O arqueólogo, necessariamente, algumas vezes tem de alicerçar suas conclusões em ensinamentos de índole geológica e mesmo petrográfica. Sendo assim, e ainda para um melhor esclarecimento a respeito do desaparecimento de sinais ou mesmo de itacoatiaras inteiras, quando executadas no granito, diremos que isso pode ocorrer pela "exfoliação" da rocha. (34) Por outro lado a decomposição dessa rocha, e bem assim a formação das pátinas que às vezes ocorrem na superfície das itacoatiaras podem ser assim explicadas: "Como é do conhecimento geral, o granito é constituído pela associação de quartzo, de feldspato e micas, e por conseguinte de composição complexa. Entrementes, a coesão entre êsses elementos, de maneira geral, não influi muito no seu grau de permeabilidade, porque esta é favorecida pelas numerosas diáclases que se verificam na rocha".

"É certo, no entanto, que a ação dos agentes atmosféricos ativa diretamente a dos elementos de embebição (água, ácido carbônico, ar), cuja duração é função das diversas fases climatéricas alterantes. Disso resulta, finalmente, a dissolução de parte da sílica (quartzo e sílica solúvel) e da decomposição de parte dos silicatos duplos (feldspatos e micas), fazendo surgir assim duma parte, os carbonatos alcalinos, bicarbonatos alcalino-terrosos, silicatos, alguns mais ou menos solúveis, e grande número de insolúveis (argilas)."

"Os elementos minerais em dissolução devem ascender em parte por capilaridade para fora, enquanto outra parte se deposita, cristalizada pela evaporação muito lenta no interior das rochas (nos vacúolos), ou nas paredes das diáclases. Na parte que atinge a superfície da rocha vêm os elementos que, ao contacto da atmosfera, fornecem uma camada de carbonatos ou de óxidos insolúveis que contribuem para o aparecimento da pátina." (35)

Dessa maneira nos desincumbimos de explicar sucintamente a razão do desaparecimento, em certos casos, de algumas itacoatiaras, e bem assim de determinados processos de decomposição da rocha e de dadas modificações que ocorrendo na sua superfície constituem elementos às vezes valiosos para uma avaliação relativa da idade das figurações que porventura ali ocorram.

Devemos declarar agora, honestamente, que as sinalações que integram o Monumento de Ingá, tal como acontece com as exis-

---

(34) Vide, também, "Acheegas a "Algumas Itacoatiaras Paraibanas", op. cit.

(35) Vide "Arqueologia e Geologia", artigo publicado pelo autor in "O ESTADO DE SÃO PAULO", numero de 23-5-1947 e "Alguns Apontamentos de Arqueologia e Pré-história". Boletim N.º 13 da Cadeira de Etnografia da Faculdade de Filosofia de São Paulo, op. cit.

rentes nas tabuinhas da ilha da Páscoa, não podem, no momento, ser devidamente interpretadas. Por isso as afirmações da sua semelhança com as daquela ilha do Pacífico, residem, essencialmente, na forma, na complexidade dos seus entrosamentos, e simultaneidade de motivos de potencialidade indiscutivelmente muito acentuada.

Nessas condições, muito difícil nos parece que tais analogias possam ser explicadas por simples surto de paralelismo. Na nossa opinião, coisas assim complexas não podem ser inventadas duas vezes. (36)

Em alguns dos nossos trabalhos já publicados temos declarado que outras inscrições de origem idêntica a da itacoatiara de Ingá, existem Brasil em fora, sendo que algumas delas se acham desprovidas de sinais de tipicidade maior.

Ratificando essas nossas asserções, repetiremos que entre as ocorrências rupestres daquela classe, cujos sinais comparamos diretamente com os da ilha da Páscoa, (37) estão as reproduzidas nos "Diálogos das Grandezas do Brasil", dos quais mais detidamente cuidaremos linhas adiante.

Sendo assim, é particularmente interessante que nesses litóglifos do rio Araçuaçu, exista uma figura frequentemente reproduzida na cerâmica, como por exemplo em urnas funerárias de Marajó. Essa figuração que se assemelha a um "T", é a que relacionamos sob o número 14, fig. 1, de "Algumas notas sobre os litóglifos do rio Araçuaçu, na zona da Serra de Cupaoba, e outros apontamentos.

Fora isso, outras sinalações encontradas nas rochas, também o são na cerâmica, mas êsse particular constitui ainda matéria de estudo de nossa parte.

Isto pôsto, é possível que certas questões se esclareçam, mas outras surgirão também intrincadas, e não será ainda, como veremos adiante, com bases nessas verificações, que será revelado o segredo das itacoatiras.

Sem compromisso maior, poderíamos dizer até que êle deve relacionar-se com o dos alinhamentos e certas construções de pedras toscas ainda hoje insuficientemente estudados. É possível até, que após escavações realizadas nesses locais com método científico, fiquem esclarecidas certas questões atinentes à nossa cerâmica, e preciosidades outras como muraquitãs, etc. Tudo isso, naturalmente, não passa de simples hipótese, mas não será impossível que os ali-

---

(36) Franz Boas: Cuestiones Fundamentales de Antropologia Cultural. Ed. Lautaro, Buenos Aires, 1943, pág. 164.

(37) Algumas notas sobre os litóglifos do rio Araçuaçu, na Zona da Serra de Cupaoba, e outros apontamentos. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, N.º CIV, 1945.

nhamentos e outras ocorrências adjacentes, desapareçam, destruídos pelo homem, sem qualquer verificação científica, a exemplo do que aconteceu no sítio dos Veados, no Estado de Alagoas.

As sinalações rupestres no Brasil estão derramadas em grandes extensões e principalmente ao Norte. Assim, estão elas às margens do Amazonas e nos seus tributários, como sejam: Trombetas, Cuminá, Nhamundá, Urubu, Japurá, Rio Negro, Tapajoz, Madeira, Xingu, Tocantins, Anapú. Além disso elas ocorrem em muitos outros caudais como no Araguaia e até em rios de regime nordestino como no Ingá, fora as que existem terra a dentro em várias regiões no Brasil.

Coube, porém, às terras da Paraíba sobressair de maneira muito acentuada, não só no tocante a ocorrências arqueológicas de importância, mas ainda à antiguidade a elas atribuível. (38)

Em verdade, o aventureiro holandês Elias Herckmann, (39) entre outras notícias relativas à sua jornada de 1641, nos sertões da Paraíba, à procura de minérios, diz haver encontrado para as bandas da Serra da Cupaoba (ou da Raiz), certas pedras lavradas pela indústria humana. E foi na zona dessa mesma serra, no rio Araçuagipe, que foram deparados aqueles singulares litóglifos reproduzidos nos "Diálogos das Grandezas do Brasil". (40)

Segundo o autor dos aludidos diálogos, corria o ano de 1598, quando Feliciano Coelho de Carvalho, no tempo Capitão-mor da Capitania da Paraíba, e em guerra com o gentio "Petiguar" topou com a ocorrência em questão.

Como é sabido, as figurações em causa achavam-se em três pedras, que formavam uma "cova" capaz de abrigar quinze homens. Sendo porém a sua descrição e a dos respectivos litóglifos bastante conhecidas, limitamo-nos a recordar que êstes apresentam analogias marcantes com os sinais da ilha da Páscoa, pelo que estão correlacionados com os do Monumento de Ingá, Rio Negro, etc..

Há outro fato que embora de menor importância merece ser também mencionado, e êsse é o depoimento de Henry Koster (41), a propósito de certa notícia em torno de uma itacoatiara paraibana. Entretanto, antes de tecermos quaisquer considerações sobre o assunto, vejamos o próprio relato do autor: "No mês de Novembro chegou

---

(38) Vide nota 19, p. 72 dos "Diálogos das Grandezas do Brasil" — Edição da Academia Brasileira de Letras. (Nota do Dr. Rodolfo Garcia).

(39) Nota do Dr. Rodolfo Garcia. (Nota 19, já citada).

(40) Dialogos das Grandezas do Brasil — Publicações da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930, pág. 49.

(41) Henry Koster — Viagem ao Nordeste do Brasil — Companhia Editora Nacional, 1942, pp. 402-403.

para visitar o Vigário, um padre, cujos esforços são incessantes em tudo quanto se relacione com o desenvolvimento de seu país. De-tivera-se algum tempo antes com um amigo na Paraíba, e tinha de-senhado uma pedra sôbre a qual estava gravado um grande núme-ro de caracteres desconhecidos e muitas figuras, uma das quais pa-recia representar uma mulher. A pedra ou rocha era larga e si-tuada no meio do leito de um rio que fica completamente a sêco durante o verão. Quando os moradores dos arredores o viram tra-balhando nesse desenho, disseram que muitos outros existiam em vários pontos da vizinhança, e deram o nome dos lugares". E a seguir ajunta Koster: "Ele tem a intenção de voltar no próximo ano para vê-los todos. Possuiria eu cópia do curioso desenho se a minha partida de Pernambuco não fôsse apressada por circuns-tâncias imprevistas".

Permitimo-nos repetir agora, o que já dissemos certa vez, (42) isto é, que as alusões de Koster parecem dizer respeito à itacoatiara de Ingá, e isso principalmente pela situação da ocorrência e pela co-incidência da sinalação que parece representar uma mulher. (43) Mas, onde pairam êsses desenhos? E que padre seria aquele? A esta última pergunta outros poderão responder, se possível, e mais não podemos dizer sôbre o particular.

Passemos, porém, a examinar mais detidamente alguns aspectos do problema arqueológico brasileiro, no tocante às itacoatiaras. Como já dissemos algumas vezes, ao que sabemos, elas ocorrem em quasi todos os estados do Brasil. É porém muito possível que existam em todos êles, mas nos falecem informações mais completas a êsse respeito.

Seja como for, o que nos parece certo é que ocorrem com muito menos frequencia nos estados do Sul. Mas, ao contrário do que pa-rece, isso não pode ser tomado desde logo como certo fator de in-dicação, uma vez que por certas condições de feitura de idade ten-ham desde muito desaparecido a maioria dessas ocorrências por-ventura existentes nesta parte do Brasil. Seja dito, contudo, que essa particularidade e outras mais inerentes às itacoatiaras, consti-tui parte de um assunto que há muitos anos vimos estudando.

Isto posto, mesmo com relação ao Estado de São Paulo, nes-se particular nada podemos dizer de positivo, a não ser que foram muito poucas, e na sua maioria demasiadamente vagas, as notícias que nos chegam ao conhecimento.

(42) Vide por exemplo, "Monumentos do Passado", artigo do autor publicado in "O ESTADO DE SÃO PAULO", número de 2-3-1946.

(43) Vide fig. 3, do "Quadro Comparativo" de Algumas Itacoatiaras Paraibanas, op. cit.

Sendo assim, não sabemos se tal coisa se condiciona à sua mais antiga população indígena, ou se deriva da exploração industrial de muitos afloramentos líticos. Também quando das nossas perquirições a êsse respeito, levamos em conta a possibilidade do desaparecimento dos sinais pela desagregação e queda de porções laminares da rocha de granito, como verificamos acontecer na Paraíba. De fato, em afloramentos dessa rocha que examinamos em Cutia, isso vem acontecendo pelo menos no material observado. Assim sendo, não será impossível que algumas sinalações tenham desaparecido dessa forma.

O que é verdade, porém, é que de inscrições rupestres em território paulista só nos chegou às mãos a reprodução de uma, que é de Vorá ou Dorá, em Faxina, hoje Itapeva, e isso devemos ao Dr. Domingos Jaguaribe Filho. (44)

O Dr. Jaguaribe, conforme carta publicada no *Jornal do Comércio*, em 1886, dera conhecimento dessa itacoatiara ao Dr. Orville Derby. Posteriormente, e a pedido do Conselheiro Tristão Alencar Araripe, foi que às suas informações anteriores ajuntou outros detalhes e bem assim o desenho do qual fizemos menção.

Todavia, segundo a mesma fonte informativa, a ocorrência em casa era constituída por sinais gravados e pintados, representando figurações humanas, palmeiras, mãos, pés, círculos concêntricos, sinais em forma de T, etc.

As figurações dessa itacoatiara paulista, por certas particularidades, não nos parece que sejam de origem muito antiga. E' possível, todavia, que estivesse correlacionada com os sepultamentos deparados a seu pé, e por isso é lamentável a perda ou o extravio do material antropológico e cerâmico dali exumado.

Dado o número avultado de inscrições rupestres ou itacoatiaras encontradas no nosso território, somente de umas tantas faremos ainda menção, e isso devido à índole dêste trabalho. Sendo assim, citaremos algumas das fotografadas por Koch Grüemberg, (45), nos rios Uapés, Ayari, etc.; as da Serra do Ereré, copiadas por Hartt (46); as de Pernambuco e outras avistadas por Branner (47); as do Japurá, deparadas por Martius (48); as da Serra do Anastácio,

(44) Tristão de Alencar Araripe, op. cit. prancha 35.

(45) Theodor Koch Gruemberg, op. cit.

(46) Carlos Frederico Hartt — Inscrições em rochedos do Brasil. *Revista do Inst. Arqueológico Pernambucano*, 1895.

(47) John Casper Branner, *Inscrições em rochas do Brasil*. *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico Pernambucano*, Vol. 11. 1903-1904.

(48) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius — *Viagem pelo Brasil*. Ed. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1938, 4.º vol.

avistadas também por êste cientista; as de Itamaracá, rio Xingu, encontradas por Ferreira Penna (49); as da Lagoa do Mahiba e do Morro do Triunfo, Mato-Grosso, estudadas por Max Schmidt (50); as de Cantagalo, no Tapajós, copiadas pelo engenheiro Antonio Manoel Gonçalves Tocantins (51); as da Serra da Escama e outras publicadas por Barbosa Rodrigues (52); algumas das aludidas por Bernardo Ramos (53); as do Virador e Solentária, no Rio Grande do Sul (54); e as publicadas por Teodoro Sampaio (55), Vellard (56), Coudreau (57), Ehrenreich (58), Gustavo Barroso (59), Luciano Jacques de Moraes (60), Carlos F. Ott (61) e Anibal de Matos (62). E essas ocorrências tôdas, somadas a outras mais, estudamo-las uma por uma, sinal por sinal, e em confronto, quando necessário, com os motivos ou temas da cerâmica indígena.

A arqueologia, evidentemente, não se vale, para as suas asserções, de elementos de ordem conjectural. Por isso não lhe cabe apresentar certas hipóteses, na aparência brilhantes, mas que podem distanciar-se, diametralmente, do fato ocorrido. Mas é também certo que ela, às vezes, pode valer-se de condições de ordem comparativa, com abstração de tempo e de espaço, para insinuar vias de pesquisas e

---

(49) Estampa X, do Vol. VI dos Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1885.

(50) Max Schmidt — Nuevos hallazgos de grabados rupestres en Matto Grosso, op. cit. e Estudos de Etnologia Brasileira — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1942.

(51) Estudos sobre a Tribo "Mundurucú". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XL, parte 2.<sup>a</sup> 1877. (Vol. 55).

(52) Antiguidades Indígenas, Rio de Janeiro, 1879.

(53) Bernardo de Azevedo da Silva Ramos — Inscrições e Tradições da América Prehistórica — Especialmente do Brasil. Dois volumes. R. de Janeiro, 1930-39.

(54) H. von Ihering — A civilização Prehistórica do Brasil Meridional — Rev. do Museu Paulista. 1.<sup>o</sup> v. São Paulo, 1895.; Alfredo de Carvalho, op. cit.

(55) Teodoro Sampaio — Arqueologia Brasileira. Dicionário Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1922.

(56) J. Vellard — Petroglyphes de la Région de l'Araguaya. Journal de la Societé des Américanistes de Paris, T. XXIII, 1931.

(57) Henri Coudreau — Voyage au Xingú, Paris, 1897.

(58) Paul Ehrenreich — Beitrage zur Voelkerkunde Brasiliens.

(59) Aquem da Atlântida — Cia. Editora Nacional, 1931.

(60) Inscrições Rupestres no Brasil. Publicação N.<sup>o</sup> 64 da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, Rio de Janeiro, 1924.

(61) Carlos F. Ott—Vestigios de Cultura Indígena no Sertão da Bahia. Publicação do Museu da Bahia, 1945. Contribuição à Arqueologia Baiana — Boletim do Museu Nacional. Nova série, N.<sup>o</sup> 5. Antropologia, 1944.

(62) Anibal de Mattos — Prehistoria Brasileira. Cia. Editôra Nacional, 1938.

apontar fatos correlatos em manifestações materiais, que a ciências outras caberá perquirir, quanto à razoabilidade de uma origem comum, pelos respectivos expedientes ou métodos de estudo.

Procurando exemplificar, diremos que certas verificações de ordem arqueológica encerram informações latentes de caráter sociológico. Assim, o emprêgo de mais de uma camada de tinta em sinalizações anteriormente gravadas, poderão ter tido finalidade outra que a de um simples destaque ou proteção ao seu polimento. É exemplo disso, nos oferece Martínez del Río (63), quando ao estudar certos petróglifos e pinturas rupestres do México assim escreve: "Pero debemos insistir en que muchas de las inscripciones se relacionan con ciertas ceremonias, especialmente las llamadas "cerimonias de crisis", que se efectuaban en determinados momentos de la vida del individuo, por ejemplo la pubertad. Esto se ha comprobado muchas veces y en muchas regiones, y sólo citaremos dos casos. La mision francesa Dakar-Djibouti, que hizo un estudio meticoloso de carácter etnográfico en Africa hace pocos años, comprobó que unas hermosísimas pinturas policromas cerca de Kori-Kori se hallan intimamente ligadas con una gran cerimonia de circuncisión. Cada tres o cuatro años se practica esta operación a todos los adolescentes de los poblados cercanos al lugar donde se hallan las inscripciones, pintándose con ese motivo nuevos diseños y renovándose los anteriores, a la vez que se explica su significado a los jóvenes en cuestión. De dichos signos muchos reproducen danzantes con máscaras, que representan diversos animales, otros representan a los animales mismos, y algunos tienen gran parecido con ciertas figuras que también hallamos en América, si bien como explicamos, esto no significa que haya habido contactos de ninguna especie entre los pueblos respetivos".

Das ilações que podem ainda ser tiradas dos trechos que acabamos de transcrever, trataremos noutra ocasião.

Entre outras considerações apresentadas por Martínez del Río, nesse seu estudo, devem ser particularmente destacadas as que dizem respeito à ocorrência de "mãos" na rocha.

Diz êsse autor que tal figuração deparada a cada instante na arte rupestre é antiquíssima, por isso que é encontrada desde a velha idade da pedra na Europa. Todavia, ali deveria ter existido, entre algumas tribos, o costume da amputação de uma ou várias falanges dos dedos, isso talvez como oferenda, cumprimento de um voto, ou quiçá, em sinal de luto. Dessa forma, nessas reproduções européias pode ser notado, às vezes, o fato das mãos aparecerem "atrozmente mutiladas" (64). Porém, na "epilítica americana", afora não serem observados.

(63) Pablo Martínez del Río — *Petróglifos y Pinturas Rupestres*. Mexico, 1940, p. 5.

(64) Pablo Martínez del Río, op. cit. p. 6.

indícios dêsse costume, o procedimento não é o mesmo. E a seguir, ajunta Martínez del Rio, que os povos do paleolítico, ao que parece, às vezes submergiam a mão na tinta para aplicá-la depois na pedra, enquanto na América só ocorria uma simples cópia da citada extremidade. Isto posto, teremos de declarar agora, que essas últimas considerações do ilustre antropólogo mexicano, não representam a verdade com relação ao Brasil, pois aqui são encontradas reproduções de mãos por contacto. De fato, entre outras ocorrências, podemos citar a verificada por Russel Wallace, num penhasco, ao lado de outros sinais, a 10 pés acima do solo, e bem assim as observadas por Hartt e Costa Lira (65).

Examinemos, contudo, alguma coisa mais a propósito do préstimo de certas comparações.

O Snr. Leo Pucher (66), estudando os baixo-relêvos da famosa Porta do Sol, em Tiahuanacu, na Bolívia, trabalho do qual nos ocupamos num dos nossos artigos, (67) oferece-nos algumas informações interessantes a respeito da organização social dos índios daquela região, coisa que teria correlação com certos "personagens" insculpidos na ocorrência em causa.

Assim acontecendo, cumpre-nos frisar que em algumas das nossas itacoatiaras, como a de Cantagalo, no Tapajoz, e mesmo no Rio Negro, aparecem figurações humanas empunhando o bordão. Quer nos parecer que êsse fato merece reparo muito particular, uma vez não ser impossível, por certos índices de informação dos demais sinais, que estejamos, na itacoatiara de Cantagalo, diante de manifestações estranhas a um paralelismo.

Estudando e reproduzindo umas tantas das figurações da itacoatiara de Ingá, estampadas em "Algumas Itacoatiaras Paraibanas", escreve o Dr. Felix Mejia (68), da Colômbia, que algumas daquelas representações "recordam imediatamente" as de algumas rochas e "gravados pintados" daquele país, embora não acreditasse que ali pudessem existir "hieroglifos" da ilha da Páscoa.

Diante das ponderações do Dr. Mejia, em trabalho que integra

---

(65) Alfredo Russel Wallace — Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Cia. Editora Nacional, 1939, p. 184; Carlos Frederico Hartt, op. cit.; José Fabio da Costa Lyra — As Antiguidades do Brasil. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Paraibano, 1.º V. p. 219.

(66) Los Bajosrelieves de la Puerta del Sol (Tiahuanacu), Una nueva interpretación. Universidad de San Francisco Xavier, Sucre, Bolívia, T. XIII, Nos. 31 e 32, 1945, p. 227.

(67) Os baixo-relevos "De la Puerta del Sol" de Tiahuanacu, in "O ESTADO DE SÃO PAULO", numero de 14-12-1948.

(68) Manifestaciones Artísticas de los Indigenas de Colombia. — Universidad de Antioquia, Colombia.

um dos Boletins da Faculdade de Filosofia de São Paulo (69), dissemos, entre outras considerações, as seguintes: “primeiramente temos a declarar que nos falecem elementos informativos, à idade provável atribuída às figurações colombianas, como também ignoramos se entre elas ocorrem sinais ou desenhos de origem post-colombiana, comprovada. Apesar disso, quer nos parecer que essa reconhecida semelhança entre figurações rupestres brasileiras e da Colômbia, caso à dêste país possa ser atribuída igualmente uma origem muito antiga, poderá encontrar justificação mais razoável na existência de um sistema ideográfico comum, idêntico ao da Páscoa, uma vez as do Brasil, aludidas pelo Dr. Mejia, apresentam semelhança incontestável com as da mesma ilha”.

“Na escritura Pascoense, como é sabido, foram utilizados elementos de tôda classe, desde os de ordem vegetal até a figura antropomorfa. Isto pôsto, não seria descabido que além dêsses integrantes todos entrassem desenhos de joias num possível sistema ideográfico, correlato, desenvolvido na Colômbia”.

Todavia, será mais provável que os modelos dessas joias é que tenham sido decalcados de símbolos ou figurações de um sistema ideográfico ou de sinalações, quaisquer, parietais.

Por questão de espaço, não nos permitimos maiores explicações sôbre êsse trabalho do Dr. Mejia. Mas, o que em verdade nos interessa no momento, com relação ao assunto, é o reconhecimento, por êsse cientista colombiano, da semelhança de sinais rupestres do seu país, com outros, brasileiros, provenientes da itacoatiara de Ingá, na Paraíba, e alguns do rio Negro. A similitude dessas figurações do Rio Negro com as tabuinhas da ilha da Páscoa, já tínhamos feito notar, aliás, conforme trabalho publicado na Revista do Arquivo Municipal (70).

Seja-nos permitido repetir “que o estudo meticoloso dos motivos ornamentais inculcados na cerâmica, é tarefa que o arqueólogo não pode relegar quando dos seus labores no campo das inscrições rupestres, pelo fato de, em determinados casos, poder revelar ou indicar pontos comuns de partida, assinalar similitudes e influências” (71).

Fora os exemplos que apresentamos noutros trabalhos, e outros ainda sob o sigilo que nos impõe o estado atual de algumas das nossas pesquisas, diremos que umas tantas representações de caras humanas existentes em algumas rochas de certas regiões do Brasil, terão, possivelmente, laços estreitos com certa cerâmica funerária sul-ame-

(69) Alguns Apontamentos de Arqueologia e Pré-história. op. cit.

(70) Algumas Notas sôbre os litóglifos do Rio Araçuaçu, etc. op. cit.

(71) Vide, por exemplo, o que escreve Hartt, em “Inscrições em Rochedos do Brasil. op. cit.

ricana. Determinar, porém, os liames que envolveriam essas ocorrências, não nos é dado no momento. Tanto seria possível constituírem surtos paralelos, como provirem ambos de uma difusão mais antiga, cujas raízes se estenderiam para muito longe, no espaço e no tempo. Nesta hipótese, poderia acontecer também que tal usança atingisse terras brasileiras por vias diferentes, trazida por civilizações já diversificadas.

Mas, estas últimas considerações não completam, todavia, a linha justa, honestamente vislumbrável, entre as possíveis correlações entre a cerâmica e as inscrições rupestres brasileiras, assim como a provável significação de algumas de suas figurações e motivos.

Por outro lado, uma porção da cerâmica indígena brasileira apresenta-se inculcada de características morfológicas e estilísticas, cujo centro de difusão ou de influência estaria situado fora do nosso território. E as analogias que essa parcela do nosso acervo arqueológico apresenta com outros países da América, parecem demonstrar que amplas teriam sido as disseminações, por via direta ou indireta.

Na cerâmica do alto Amazonas, por exemplo, não são poucos os traços que lembram, segundo Raymundo Lopes, (72) a dos lacustres de Cajari, apesar da grande distância que a separa do Maranhão. De outra parte, seria através do Cauca e do Napo, conforme assinalam os achados de Uhle, o liame entre Marajó e a civilização do Istmo.

Referindo-se à cerâmica de Marajó, escreve D. Heloisa Torres, (73) que alguns traços dessa arte prendem-na a terras do Norte. No alto Amazonas, na Venezuela, na Colômbia, na América Central, e sobretudo nas Antilhas poderiam ser acompanhados esses rastros. E duas estradas ficariam assim apontadas: o oceano e os afluentes da margem esquerda do Alto Amazonas.

Nordenskiöld (74), é certo, há anos atrás deixou escrito que futuras pesquisas na Venezuela seriam de grande utilidade para a compreensão da civilização indígena da bacia amazônica, o que permitiria ainda a verificação dos liames que uniriam a região à Colômbia e à América Central.

D'Harcourt, (75) de sua parte, em trabalho recente sobre a arqueologia da Província das Esmeraldas (Equador), conclui que fora

---

(72) A Civilização Lacustre no Brasil — Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, Vol. I, N.º 2, p. 99.

(73) Cerâmica de Marajó — Conferência realizada na Escola Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1929, p. 11.

(74) Erlend Nordenskiöld — L'Archeologie du Bassin de l'Amazone. Ars Americana, I, Paris, 1930, p. 3.

(75) Raul d'Harcourt — Archéologie de la Province d'Esmeraldas (Equateur). Journal de la Société des Américanistes de Paris. Nouv. serie, T. XXXIV, 1942 — (1947).

algumas similitudes com a Colômbia por via da vizinhança, os produtos esmeraldinos em matéria de cerâmica e pedra trabalhada, derivam da América Central, de uma maneira certa, com ou sem evolução local.

Referindo-se à cerâmica de Santarém, ou seja da civilização Tapajós-Trombetas, escreve Carlos Estevão, (76) que apesar desta se destacar das de Marajó, Cunani, Maracá, Rebordelo, Miracanguera, etc., seria erro concluir daí, que em alguns casos, por exemplo, uma peça de Santarém não possa recordar outra de Marajó.

Em verdade, num dos seus trabalhos, escreve Marques de Miranda, (77) que os estudos mais modernos da arqueologia americana tendem a considerar a série de "agregações humanas" submetidas ao seu estudo, não como elementos estáticos, aparecidos com normas sociais e com grau de desenvolvimento de cultura material e espiritual de uma vez para sempre, mas sim como forma de desenvolvimento e em evolução constante, de acordo com uma série de estímulos, quer próprios, quer alheios, que incidem sobre suas diversas manifestações culturais para provocar modalidades sociais novas.

Sendo assim, diremos de nossa parte, (78) que pensamento diverso desse ponto de vista, pode promover equívocos na apreciação e na avaliação de manifestações de cultura material, oriundas "in principio", de um ponto difusor único. Também, o estudioso da cerâmica indígena, no nosso caso, não pode ater-se a determinado círculo de experiências. Tal procedimento ofereceria impedimento para um melhor juízo, compreensão e solução a dados problemas.

Assim, na nossa maneira de apreciar a questão, diremos que, certas apresentações ou manifestações artísticas e intencionais da cerâmica, em dados casos, conservadas as linhas mestras da estrutura, podem ser modificadas, simplificadas e até mesmo alijadas parcelas até então estáticas, isso por força da ação modificadora de fatores entrosantes, concepção diversa de detalhes, fruto de novas experiências, e também sugestões próprias do meio ambiente, capazes de oferecer, em dados casos, particularidades outras mais marcantes.

Dessa maneira, "afora as restrições que poderiam, quem sabe, ser apresentadas quanto ao valor exato, documentário, ou via de posse, veremos que a Métraux caberia razão quando procurou demonstrar a unidade cultural dos povos da planície amazônica, à custa do exame de algu-

(76) A cerâmica de Santarém — Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1939, N.º 3.

(77) Fernando Marques de Miranda — Los Diaguitas. Revista del Museo de La Plata. (Nueva serie) Tomo III. La Plata, 1946.

(78) Vide "Prefação ao estudo da cerâmica indígena brasileira" — VII, in "O ESTADO DE SÃO PAULO", número de 16-8-1949.

mas peças paletenográficas pertencentes à coleção Trocadero (Paris) e recolhidas por Anthonay e Tastevin. (79)

Entrementes, se à cerâmica, em certos casos, podem ser traçadas com relativa segurança, possíveis vias de acesso, de influências e de atribuição mesmo, com relação às inscrições rupestres, o terreno se apresenta menos seguro, e os rumos vislumbráveis ainda pouco desbravados. Exemplificando, diremos que as inscrições do tipo das de Ingá, apresentam semelhanças, como já vimos, de grande potencialidade com as sinalações das tabuinhas da ilha da Páscoa, e estas, segundo Hevesy, se radicariam no Vale do Indo (80). Mas essa questão, por sua vez, acarreta outras não menos complexas, e que ainda constituem matéria de estudo de nossa parte. Entre estas está a da analogia de alguns sinais daquela ocorrência com a cerâmica de Marajó.

A favor dessa possibilidade temos a opinião de Hartt (81), quando declara ter como mais provável que as esculturas e pinturas em rochas deviam ter sido executadas por tribos que habitavam o Amazonas quando da invasão dos Tupis, e principalmente quando atribuídas às inscrições do Ereré e a cerâmica de Marajó, à autoria de determinado povo. E a esse respeito, seja dito também, o estudo analítico comparativo entre sinalações de Ingá e outras, com a cerâmica de Marajó, não desautoriza o pensamento de Hartt.

Mas, se estudos posteriores isso confirmarem, embora surjam outras questões a elucidar, daremos um grande passo à frente, que poderá ser secundado por outro do mesmo porte, se em dada hipótese, estudos futuros sobre os alinhamentos demonstrarem a existência de liames entre essas ocorrências todas.

Seja como fôr, teremos de apreciar ainda as inscrições rupestres na sua condição atual. Assim procedendo, verificaremos que mesmo desconhecida a significação latente no sinal mesmo, certas particularidades a ele inerentes, podem, quem sabe, apresentar algo de informativo, de maneira indireta, isto é, independente da sua forma ou desenho.

Realmente, como vimos por certas observações aludidas por Martinez del Rio, as quais pela sua importância, transcrevemos em texto original, certas figurações rupestres são algumas vezes renovadas, entre outros povos, e em obediência a determinadas práticas rituais.

Dessa maneira e compreendida aquela renovação no sentido de

---

(79) Vide Estevão Pinto, — “Os indígenas do Nordeste”. Companhia Editora Nacional, 1.º Vol. São Paulo, 1935, pag. 19.

(80) Vide — Achegas a “Algumas Itacoatiaras Paraibanas”, op. cit.

(81) Carlos Frederico Hartt — Inscrições em Rochedos do Brasil, op. cit.

um retraçamento de sinalações, não teria Koch Gruenberg (82) se equivocado quando isso verificando em certas inscrições brasileiras, tal atribuiu a um capricho qualquer do índio antigo, e motivo mesmo da profundidade e polido das mesmas ocorrências?

E nesta hipótese seria lícito tal coisa atribuir como correlacionada a certas práticas religiosas? É possível. Todavia, a significação particular dos sinais das nossas figurações rupestres, assim como a natureza e liames que devem ter com integrantes outros da arqueologia, constituem ainda, apesar de tudo, um segredo ha muito e avaramente guardado, que é o das Itacoatiaras.

---

---

(82) Alfredo de Carvalho, op. cit. pág. 62.

## Brasílio Machado

*Oração proferida no dia 4 de setembro de 1948 pelo Sr. José Pedro Leite Cordeiro, Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*

“Alto, magro, pálido, elegante nas maneiras e no trajar”... “Ostentava formosa a figura de homem, bem talhado, amplo de espáduas, atitude senhoril de velho aristocrata, fronte vasta, cabeleira alvoroçada e fôfa, olhar inflexível e flamejante”.

Eis, senhores e senhoras, nas recordações de um de seus discípulos, a tocante presença de Brasílio Augusto Machado de Oliveira cujo centenário de nascimento, hoje, comemoramos.

\* \* \*

Em janeiro de 1859, ingressava para o Seminário Episcopal de S. Paulo, fundado por D. Antonio Joaquim de Melo, um menino de dez anos, a fim de receber “Educação conveniente”, na expressão do seu genitor, o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, noticiando ao filho mais velho, juiz em Itapetininga, as providências tomadas para a educação do caçula Brasílio Augusto que tinha nascido na capital da então Província de São Paulo aos 4 de setembro de 1848.

Os anos passados no Seminário, aproveitou-os Brasílio para alicerçar as humanidades e a fé religiosa da qual foi um paladino, pronto sempre a terçar armas em sua defesa qualquer que fosse o campo das atividades humanas.

No Curso Anexo à Academia de Direito, fez os preparatórios, não sem preocupações como asseverou em carta ao irmão: ‘De vinte e quatro alunos que fizeram geometria antes de ontem e hoje, escapou um só. Em filosofia passaram sete, sendo reprovados vinte e nove. Em francês passou um, sendo reprovados vinte e três. O negocio está horrível’.

Brasílio conseguiu, porém, vencer galhardamente os rigores das bancas examinadoras e, no ano de 1868, ingressou para a Academia de Direito, acompanhado por Francisco de Assis Peixoto Gomide, João Pereira Monteiro Junior, Hipólito Augusto de Camargo, Melo Nogueira, Paula Ferreira, Ribeiro dos Santos, Fernando Luís Osorio, Frederico Ludovice, Cesario da Silva Bastos, nomes todos que se ilustrariam com bons serviços prestados à nação, quer na administração pública, na política e na magistratura, quer simplesmente no vasto campo do exercício da advocacia.

Entre os veteranos, esperavam os calouros e saudaram-nos a seu modo, verdadeiros gigantes da intelligencia como Rui Barbosa, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Salvador de Mendonça e outros.

Em cátedras da Academia, pontificavam José Bonifacio, o moço, Joaquim Inacio Ramalho e João Crispiniano Soares, fixando também por parte do corpo docente uma época verdadeiramente admirável e gloriosa vivida pelas arcadas do Largo de S. Francisco, que aconchegavam, no seu recesso, tão altas expressões da intellectualidade e da cultura brasileiras. Ambiente por demais estimulante, nobre, digno, e incentivador para a formação dos jovens que ali passavam os anos mais encantadores da vida, o vetusto edificio do Largo de S. Francisco acolheu, cultivou, inspirou e orientou o espírito de Brasílio Machado.

Diplomado, conseguiu Brasílio, com certa dificuldade, a promotoria de Constituição, futura Piracicaba, em cujo forum, enfrentou Prudente de Moraes, Costa Carvalho e outros experimentados causídicos que não lhe permitiram desviar-se do convívio dos livros, ao qual se acostumara desde os bancos acadêmicos.

Em 1875, alcançou o galardão de doutor em ciencias jurídicas e sociais. Pouco tempo mais permaneceu em Piracicaba, donde o removeram para Casa Branca, e não tardou muito para que a cultura e o saber jurídicos, pródigos ornamentos de sua personalidade, lhe permitissem a renuncia do cargo e a dedicação à banca de advogado. Deixando a promotoria, defendeu causas em muitas comarcas da Provincia, incluindo entre elas, Mococa e Franca do Imperador, além da própria Casa Branca.

Brasílio, porém, crescera muito e via-se cerceado no interior, cenário por demais pobre e restrito para a expansão do seu real valor. Daí a mudança em 1879 para S. Paulo onde, após exercer os cargos de Inspetor do Tesouro e de Secretário da Relação, foi nomeado Lente Substituto de Retórica e Filosofia no Curso Axeno à Academia de Direito, iniciando a carreira professoral que o assinalou como um dos mestres supremos do Direito em nossa Patria.

Surgindo a oportunidade do concurso para catedrático, defrontou-se com Dino Bueno e Lopes dos Anjos, saindo-se brilhantemente numa dissertação cujo tema, "É lícito o divórcio?", ele mesmo escolhera. Na arguição recíproca a que eram obrigados os candidatos em uma das provas, ficou famosa a luta entre Dino e Brasília. Aprovados os três concorrentes, encabeçava a lista Dino Bueno, que alcançou a cadeira.

Existia, porém, uma outra vaga na congregação, e, naquele tempo, não eram tão acentuadas, como hoje, as especializações que limitam a matéria dos concursos. Os candidatos eram examinados dentro do vasto âmbito das ciências jurídicas e sociais, preparando e selecionando os examinadores, logo após o fechamento da inscrição e um mês antes das provas, uma série de pontos que abrangiam todos os setores do Direito. Essa a razão dos candidatos, quando não bem sucedidos, ingressarem em concursos consecutivos. Foi o que aconteceu a Brasília Machado e a Lopes dos Anjos, pois, existindo ainda uma vaga no corpo docente e colocada ela em concurso, neste se inscreveram os dois adversários de Dino Bueno, além de Teófilo Dias e Brasília Rodrigues dos Santos. A vitória coube a Brasília Augusto Machado, investido na cátedra aos 30 de junho de 1883.

Isto tudo se passou durante a Monarquia.

Correu o tempo e veio a República. Agitaram-se os meios sociais e políticos do Brasil e, furtivamente, falou-se em jubilação de professores da Faculdade de Direito, entre os quais Brasília Machado pela fidelidade à sua fé religiosa e ao credo monarquista. Desapareceram aos poucos, os efeitos maléficos subseqüentes e tão próprios às grandes transformações dos regimes governamentais, e, em 1891, foi ele transferido para a cadeira de Direito Comercial onde permaneceu vinte anos, impondo respeito e admiração graças aos seus conhecimentos e ao admirável dote pedagógico de uma exposição clara, sucinta, penetradora. Ainda existem as anotações e os esquemas por ele utilizados no preparo das aulas, e que demonstram a consciência empregada no exercício da nobre missão de ensinar. O exame desse material revelou a renovação constante dos ensinamentos, anualmente equiparados às últimas publicações nacionais e aos mais recentes conceitos estrangeiros exarados sobre a matéria dos pontos do programa.

Quão interessantes deveriam ter sido aquelas preleções, repletas de um conhecimento perfeito da doutrina, transmitidas eloqüentemente, extravasadas em um português cuidadoso, escorreito, aproveitado pelos ouvintes até para a melhoria dos conhecimentos sobre o vernáculo!

Magnífico tribuno, senhor absoluto do assunto, a figura do Brasília Professor seduzia, a sua presença sugestionava, a sua palavra prendia, transformando esse todo invulgar em uma das atrações má-

ximas da Faculdade. Natural, portanto, o entusiasmo e a estima dos estudantes que, por duas vezes, em 1892 e em 1902, o escolheram paraninfo.

Pelagio Lobo deu-nos um vigoroso perfil do Brasília Machado Lente de Direito: "Na exposição de materia científica, tantas vezes árida e desatracante, punha o mesmo apuro de linguagem que lhe merecia uma palestra literaria. Os períodos, como sucede aos mestres da oratoria, já lhe saíam redondos e perfeitos, sem vacilações, sem redundância, sem hiatos. Dir-se-ia que aquele cérebro só necessitava de concentração introspectiva sobre o tema proposto: a enunciação, a exposição, a canalização da idéia para o auditório vinha aos borbotões, fluente e clara como um veio de agua na lombada de um penhasco. Possuía, elevadas ao mais alto grau, as virtudes primaciais do professor: clareza e concisão. Com tais atributos servidos por um verbo fluente e elegantíssimo, a dominação sobre a assembléa era cabal e irresistivel".

Fica assim retraçada, em linhas gerais, a personalidade de Brasília Machado, na sua faceta de professor da qual não podemos desligar a revelação do tribuno, do orador empolgante que arrebatava com os predicados do seu verbo.

Em maio de 1911, Brasília afastou-se da cátedra, a fim de presidir na Capital Federal o Conselho Superior do Ensino, criado pela Reforma Rivadavia, e cargo para o qual a lei requeria "Pessoa de alto e reconhecido valor moral e científico, familiarizada com os problemas do ensino".

Embora a Reforma Rivadavia tivesse trazido muitos inconvenientes, dela ficaram até hoje boas inovações como os exames vestibulares, a livre docência, e a autonomia do Conselho Superior do Ensino, transformado, posteriormente, no Conselho Nacional de Educação.

O desempenho de Brasília Machado, durante sete anos, no Conselho Superior do Ensino foi o máximo impecilho contra o desmantelamento do ensino oficial naquela época. A esse respeito, disse o Dr. Ortiz Monteiro, seu sucessor: "A rajada de anarquia, de confusão demolidora, do ensino federal, gerada pela Lei Orgânica no ensino completando a obra de destruição sistemática do sábio Código do Ensino de 1901, fez com que melhor se evidenciassem os predicados de cultura e de bom senso que caracterizavam a ação administrativa do primeiro presidente deste Conselho... A ação de Brasília Machado em tal conjuntura foi bastante delicada, mas o seu espírito clarividente e conciliador soube agir de tal forma que o Conselho, a despeito da formidável opposição levantada pelos partidários

da licença pedagógica, levou a termo com êxito todo o seu trabalho de defesa do ensino”.

\* \* \*

A personalidade de Brasília Machado, as suas atividades e as suas realizações apresentam varios outros aspectos interessantissimos. Um deles, o do advogado, marcou-o como um dos maiores, quiçá o maior tribuno forense do Brasil. Trazia “Bem aceso no fundo das densas sobranceiras negras, aquele olhar de magia”... “Que penetrava e aprisionava as almas”. Nele, tudo era eloquência, desde o porte, a expressão, a atitude, os gestos, até a eclosão dos pensamentos e dos argumentos que iam diretamente espertar, excitar e dominar a sensibilidade dos ouvintes.

Pródigo de recursos, ao iniciar uma defesa, após violento ataque da promotoria, quando se levantava, num gesto estabonado, derubou ao solo um copo cheio de água que estava sôbre a mesa. Um momento apreensivo para uns, desconcertante para outros, seguido de risos entrecortados, viveu o auditório, logo subjugado por Brasília que a êle se dirigiu: “A acusação é fragil como êste vidro que acaba de partir-se”.

Do Brasília Machado Causídico, deixou-nos retrato fiel Cesar Bierrenbach, outro magnífico e eloqüentíssimo tribuno: “Assombrosa organização é a dessa mente que as musas dotaram com o tesouro de suas faculdades e que Minerva arrebatou às deusas da Poesia, dedicando-o inteiramente a' seu culto... e é por isso que às vêzes no santuário da Justiça, é tão modulada a voz que entoas os rituais do “Jus”, é tão encantadora a expressão do “Sacerdos Justitiæ”, que dir-se-ia que Apolo levava a lira aos areópagos da Jurisprudência para com ela acalmar os juizes, prestes a condenar ou com ela reivindicar algum direito, prestes a succumbir”.

Culto, erudito, conservando seus conhecimentos sempre atualizados, tendo formado uma das mais selecionadas e preciosas bibliotecas de S. Paulo, atento às minúcias mais ínfimas dos casos jurídicos entregues aos seus cuidados, poderoso argumentador, e tudo isso associado, harmonizado com aquilo que no seu todo era Brasília Machado, deram-lhe grandes vitórias na tribuna forense.

\* \* \*

Brasília também fez política. Na monarquia, ao lado dos liberais, apareceu como candidato à deputação provincial no ano de 1877. Havia 36 vagas. Tocou a ele o quadragésimo quarto lugar com 378 votos, não conseguindo portanto a representação.

Guindados os liberais ao poder, em janeiro de 1878, passou ele a exercer em S. Paulo a Inspeção do Tesouro Provincial. Abriam-se desde então horizontes mais vastos, mais promissores, mais adequados à expansão da sua cultura, da sua inteligência, da sua erudição e também da sua eloquência. Desenvolveu atividade na imprensa paulistana, prestando apoio à causa do partido. Anunciado novo pleito, apresentou-se, porém, mais uma vez não conseguiu superar as cifras necessárias para ser eleito pois obteve 536 votos contra os 697 de Antonio de Ulhoa Cintra, candidato conservador.

Desde então, mudou em parte a orientação de sua vida. Ingressou no magistério que o privava de disputar cargos públicos de eleição. O Parlamento Nacional perdeu um valioso elemento, mas S. Paulo e o Brasil ganharam um grande mestre do Direito.

Reconhecendo-lhe os méritos, tão necessários nos graves e sérios períodos de crises políticas, o Imperador D. Pedro II, sob a influência de José Bonifácio, o Moço, e do Conselheiro Dantas, nomeou-o Presidente da Província do Paraná, em 29 de julho de 1884.

Por via marítima até Paranaguá e depois pela Estrada Graciosa, atingiu ele Curitiba, e iniciou o governo, difícil no setor das finanças abaladas com a queda na exportação da erva mate, máxima produção do Paraná. Fervia a política nas disputas eleitorais. Brasília recebeu ataques e vitupérios mas, sereno, continuou a obra encetada e, durante a sua administração, inaugurou a estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, reiniciou a construção da matriz curitibana, organizou os planos para o fornecimento de água potável à capital, intercedeu para a fundação de uma escola profissional dos salesianos, intensificou a imigração, criou núcleos coloniais, dedicou-se à instrução pública, refundiu os programas escolares com o auxílio dos educadores paulistas João Kopke, Silva Jardim, Artur Gomes e Rosa Lagoa, fundou o Instituto Paranaense e a Escola Normal, e lançou uma sombra eficaz e protetora sobre a emancipação dos escravos. Vasto programa de governo que, se não foi anunciado, foi rigorosamente cumprido durante apenas um ano de administração.

Em fins de 1889, veio a República, e alteou-se o positivismo no Brasil. Os católicos arregimentaram-se em partido. Constituíam o diretório paulista, Rubino de Oliveira, José Vicente de Azevedo, Porfirio Aguiar, Luís Gonzaga da Silva Leme, Miranda de Azevedo e Brasília Machado cujo intento era "Defender os direitos da Igreja Católica Apostólica Romana em suas relações jurídicas com a sociedade civil e política".

O novo partido apresentou candidatos nas eleições de setembro de 1890, mas não conseguiu elegê-los. Entre eles estava Brasília que, no dizer de Antonio de Alcântara Machado, "Sentiu logo a impossibilidade de um partido católico brasileiro. Possível era tão so-

mente a pressão católica sobre os governos, fora das lutas eleitorais. Não influenciando na escolha. Desinteressada de qualquer encargo de mando. Agindo apenas por meio de movimentos de opinião, orientando um plano social elevado, sem descambar para o político ou partidário”.

Durante a monarquia, Brasília Machado somente usufruiu da política, os dissabores, as amarguras e as decepções. E, se na república viu-se novamente tentado por ela, foi porque o impulsionavam então a fé e os sentimentos religiosos. Eleito, teria defendido os princípios, as prerrogativas, as verdades da Religião Católica Apostólica Romana, pois era convictamente um católico, um crente sincero e esclarecido, um verdadeiro, útil e combativo soldado do cristianismo ou melhor, ainda na expressão de Antonio de Alcântara Machado, um “Operário Católico”.

Frequenteando o Seminário no estudo das primeiras letras e de algumas humanidades, convivendo com o famoso Padre Chico, e amigo íntimo, nos tempos acadêmicos, de Júlio Cesar de Moraes Carneiro, futuramente Padre Júlio Maria, conservou Brasília, existência a dentro, cada dia mais firme e inabalável, a fé cristã. Provaram-no as atitudes do professor, do jornalista, do tribuno, do político, do homem de letras e os atos mais triviais da sua vida particular. Influenciado pelo cristianismo, tornou-se ferrenho abolicionista e sempre se bateu pela ação católica social operosa, redentora, produtiva em bons frutos nos quais via o mais seguro alicerce para a expansão e para o fortalecimento do cristianismo. Assim se expressava ele: Exige-se imperiosamente dos católicos, dos verdadeiros católicos, a vida externa, a ação pública, a ação social que afirme bem alto, sem contraste, sem titubeações, o ânimo de agir e disputar linha a linha o terreno aos adversários da fé, donde quer que estes invistam contra a Igreja — na consciência individual, na família, na escola, na lei, na Sociedade”... “As circunstâncias do tempo tornam mais do que nunca inadiável, urgentíssimo esse dever de ação social, de atividade, de sacrifício”, palavras precursoras desse movimento altamente benéfico e que começamos a sentir desde vários anos no Brasil, movimento norteado e propagado pelos arautos e pela ação da Igreja de Roma, amparado e difundido entre os povos pela sabia encíclica “Rerum Novarum”, inspiração divina transmitida ao mundo pelo Santo Padre Leão XIII.

No primeiro Congresso Católico Diocesano, efetuado em São Paulo em 1901, e em outro também aqui reunido no ano de 1904, Brasília definiu a posição da Igreja ante a Lei e ante a República, cuja Constituição separava o poder temporal do espiritual. Em ambos os conclaves, afirmou o seu pensamento: “Não somos partido político nem pretendemos as regalias do poder. Nosso objetivo único

se resume numa pátria fortalecida pelo espírito do catolicismo". Em tópico de um artigo publicado na imprensa, Brasília renovou sua concepção a respeito das relações entre o Estado e a Igreja, afirmando: "A Igreja é indiferente a organização política dos povos, a sua forma de govêrno. Nem uma das formas sociais se opõe, por si mesma, às máximas da doutrina cristã".

O catolicismo quente e fervoroso de Brasília Machado impregna os Anais desta Casa, desde a sessão de 6 de junho de 1910, quando êle deu o seu voto em separado e negativo para a moção de apoio, aprovada em sessão anterior do Instituto, ao então Ministro da Agricultura Rodolfo Miranda que, no dizer de Brasília, "Se supõe novo executor implacável da Constituição de 1891, e, sendo por tal um impenitente adversário das *seitas*, isto é, do elemento religioso, firma-se resoluto no implantar a chamada *catequese republicana dos selvícolas*, sonoro circunlóquio êsse mal encobrindo a catequese leiga, a catequese condenada, a catequese invertida, a catequese improfícua como é e será toda a catequese desentranhada do seu terreno tradicional e experimentado, distraída do eixo dos sentimentos religiosos".

Assim concluiu êle a sua manifesta desaprovação: "Se estivesse presente à última sessão do Instituto, eu negaria meu voto, aliás de pêso mínimo, à moção de aplauso ao plano que, para amansamento dos selvícolas, está organizando o nobre ministro da agricultura". Revidando-o, Albuquerque Pinheiro pediu a palavra e declarou que, se tivesse comparecido à sessão anterior, teria votado "De inteiro acôrdo com os conceitos da moção apresentada".

Católico, apostólico, romano, soube, porém, Brasília Machado congraçar a ciência e a religião. A êsse respeito, comentou o nosso erudito e ilustrado consócio Aureliano Leite: "Nunca se fechou assim na estreiteza de um dogmatismo exagerado, porque não era estranho ao progresso e ao desenvolvimento. Isto significa ter sabido conciliar sua fé com sua erudição".

Os serviços de Brasília Machado prestados ao catolicismo mereceram a distinção da cruz *Pro Ecclesia et Pontifice* a êle concedida por Leão XIII e o título de Barão da Santa Sé, que lhe outorgou em 1910 o Papa Pio X.

\* \* \*

Brasília, porém, não foi apenas professor, advogado, político, administrador e efficientíssimo *Operário Católico*. Da sua tão complexa e polimorfa personalidade, salientaram-se as qualidades de um raro homem de letras. Vinham-lhe do berço essas características, pois entre as armas, a política, as legislaturas, as governanças de provín-

cias e as letras, o pai de Brasília dividiu a existência. Atraíram-no a história, a geografia e também a literatura. Manejava perfeitamente o francês e o inglês, tendo vertido para o português o "Novo Gil Blas", de Heitzberg e o "Napoleon at rest", de Pierpont, poeta norte-americano. Desenhava a aquarela, versejava e nos deixou aquele esplêndido e tão consultado "Quadro Histórico da Província de São Paulo".

Era, portanto, um homem de belas letras, um cultor das artes, um espírito fino e sensível, predicados transmitidos ao filho que, aos vinte anos, tangidas as fibras sentimentais, também fez versos e, admirando Castro Alves, incorporou-se ao grupo dos amigos do vate baiano que, ao sofrer o trágico acidente por todos conhecido, recebeu assistência de Brasília, revelada em carta: "Ora aqui, ora em casa de Castro Alves, de quem sou o enfermeiro". Foram desvelos de amigo que mais enobreceram o então acadêmico e também poeta Brasília Machado.

No seu livro "Madresilvas", há certas poesias que, embora não se enquadrem no rigor parnasiano, comovem e impressionam quem as lê. E' exemplo "O derradeiro adeus":

"À porta um vulto negro e trêmulo, chorando,  
repentino assomou...  
Silêncio. Era' o espôso estremecido e terno  
que ia dizer à morta o seu adeus eterno.  
Depois, quando êle ergueu a' filha pequenina,  
que também vinha ali da mãe se despedir,  
houve na câmara mortuária um momento  
de emoção tão forte  
que, se não fôra tarde, abalaria a morte".

Piracicaba deve-lhe, em linda estrofe, a alcunha *noiva da colina*, que tanto se celebrizaria:

"Sacode os ombros nus, ó noiva da colina,  
que a luz da madrugada encheu o largo céu,  
e arranca-te das mãos o manto de neblina,  
que ondula sôbre o rio, enorme o solto véu..."

As noites paulistas inspiraram-lhe os lindos versos:

"Minha terra é o país das serenatas  
em noites de luar.  
Vinde, filhos de além, ver quanto é doce  
sob a curva do céu aqui sonhar".

Após a publicação do livro "Madresilvas", surgiu o volume intitulado "Perpetuas" donde ressumbra a dor pungente de ter perdido uma filha, tristezas de pai ferido, assim extravasadas:

"Brotaram de uma cova. São saudades  
em horas de pesar amanhecidas...  
inclinadas parece que balançam  
como sinos dobrando por finados.  
Se morrem, na semente redivivem.  
A dor renova a dor. E são perpetuas".

São versos emocionantes que brotaram de um coração angustiado pela dor. Ulteriormente, apenas moveram o estro poético de Brasília Machado, motivos religiosos.

Das outras atividades literárias, assinalam-se uma coletânea de poesia popular recolhida em viagens pelo nosso interior, trabalhos de história como "A Basílica da Aparecida", "O Código Comercial na sua formação histórica", "José de Anchieta, traços de sua vida", e "As denúncias da confraternidade".

Na imprensa, deixou colaboração extensíssima, abrangendo especialmente a política e o catolicismo. Colaborou na "Imprensa Acadêmica", no "Correio Paulistano", no "Ipiranga", na "Tribuna Liberal", na "Ordem", no "Diário Popular", no "Comercio de S. Paulo", tendo sido fundador do "Piracicaba" e diretor da revista salesiana "Santa Cruz", de "A Constituinte", do "Diário da Manhã" e do "São Paulo". Em 1900, reuniu no volume "Dias da Imprensa", parte de seus artigos sobre o catolicismo.

Os mais notáveis discursos de Brasília Machado foram pronunciados no Tricentenário de Camões, aos 10 de junho de 1881, e na saudação que, em nome da imprensa paulistana, fez a Carlos Gomes. Joias do vernáculo, verdadeira poesia em prosa, escachoantes de harmonia e de sonoridade, límpidos, incisivos e empolgantes, constituem preciosas páginas de antologia que, quando lidas, tocam as fibras íntimas do ser, fazendo-nos sentir a beleza da palavra, a arte da oratória, a magnitude da inteligência, como que a nos transportarem aos páramos de uma região ideal, onde percebemos eflúvios que não são terrestres, onde sentimos os influxos misteriosos mas extasiantes emanados das mágicas e insondáveis profundezas da alma humana. Não se poderia desejar melhor no gênero do lirismo condoreiro, não se poderia exigir maior grandiloquência.

Brasília pronunciou outros discursos de grande responsabilidade, e também de grande sucesso, como o que louvou José Bonifácio, o moço, o que homenageou Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves. Neste, Brasília encarou, magistralmente, o es-

pírito da mocidade brasileira que rendia culto aos grandiosos vates das arcadas, fazendo esculpir os nomes dos três notáveis poetas nacionais na frontaria da Faculdade por êles iluminada e afamada através da sua arte e da sua bela, profunda e inigualável sentimentalidade: “Se nesta terra houvesse uma mocidade, dir-lhe-ia que ao seu representante mais genuíno erguesse um túmulo, branco como tua alma, e junto da plaga, para que o vissem bem de longe as gerações e os povos, como recomendava Homero”. “A solenidade de hoje é uma resposta fulgente àquela dúvida de ontem. Se nesta terra houvesse uma mocidade... Mas a mocidade existe, cresce, levanta-se, caminha; e nesta escola é a voz sonora do direito, a encher amanhã os tribunais com a justiça, a ciência com a verdade, os comícios com o patriotismo, a pátria com o progresso, o progresso com a liberdade. Se nesta terra houvesse uma mocidade... Mas a mocidade sois vós; é a tradição opulenta das nobrezas desta casa”...

Nenhum dos discursos de Brasília mostrou-o tão sobranceiro, tão desassombrado como o de 8 de novembro de 1891, pronunciado na instalação do Instituto da Ordem dos Advogados em S. Paulo, cinco dias após o golpe de estado que parecia patentear o triunfo do militarismo. Elevando a magistratura e o direito, exclamou o Professor de Direito, ao terminar as suas palavras: “Para o camponês de Aspinum costumava o ruído das armas abafar os clamores da lei. Para nós, se é mister que a espada fulgure, tomemo-la não para suspender o espolio dos vencidos mas as duas conchas serenas da justiça”.

Fundador e primeiro Presidente da Academia Paulista de Letras, Brasília Machado nela recebeu Vicente de Carvalho. O discurso de recepção impressionou o S. Paulo daquele tempo, pela perfeição da sua forma, pela beleza das suas palavras, pela tessitura das suas frases. Analisando parte da maravilhosa obra poética de Vicente de Carvalho, dizia Brasília: “O amor e o mar... Como vos seduzem eles! Qual deles mais perfídia esconde? mais tentações assanha em suas ternuras? mais vidas afoga no distender voluptuoso de suas vagas? mais sonhos dissipa na arrebatação de suas espumas? E tão enamorado andais do mar que na tremura de suas aguas sentis

*bruscos arrepios da mulher beijada...*

Vossa alma anseia pelo espaço e o mar se prolonga quasi intérrimo, e largais vosso coração ávido de amor,

*sempre burlando e nunca esmorecido  
às aventuras do mar “numa casca de noz”.*

Usando os versos do próprio Vicente de Carvalho, após entre-

mear com eles a sua oração, assim terminou Brasília as palavras de acolhida ao novo acadêmico:

“E assim, por esses versos em fora, a sentir a frescura singela e acariciadora da forma, a cadência dos beijos e o murmúrio do mar, nós vivemos a melhor das vidas, de sonho em sonho,

*nous vivons des récits de ces charmeurs d'étoiles...*

perdoando a mim o excelso acadêmico a leviandade de ter aceitado a missão desta palavra, lembrando-se de

*que eu sou quem sou por serdes vós quem sois.*

Seria longo, porém, tenho certeza, nunca fastidioso, lermos aqui outros trechos dos discursos de Brasília Machado. Ouçamos apenas mais um, um dos últimos que produziu já então com a forma vigorosamente estaqueada no pujante e empolgante estilo de Brasília Machado. Louvava ele as realizadoras da “Obra dos Tabernáculos”, e nessa oração, “Insuperável é o mimo, a doçura, a delicadeza no saudar aquelas que se entregam à feitura do que ele chama esplendidamente o enxoval de Jesus”, como disse em frase feliz José de Alcântara Machado cuja biografia do pai nos serviu alentadamente para a evocação que estamos vivendo nesta tarde. Assim dirigiu-se Brasília às incansáveis artífices:

“Para um pobre se destina o óbolo de vosso trabalho. Esse pobre é Jesus, em seus tabernáculos... Um fio, uma agulha e a diligencia começa. Um ponto, outros pontos, e o tecido se trama, os recortes se pronunciam, as cercaduras se desabotoam, a folhagem se espalma... A linha corre, e se retorce, e enovela-se em contornos caprichosos, e a obra se aperfeiçoa. Mas o que lhe exalça o valor e aumenta o preço místico é o espírito que a preside, a intenção que a transfigura, o destino que a orienta... Vossa oficina parece uma dependência do santuario. Sois as costureiras do Cristo. O que vos preocupa é a decencia, o decôro dos altares. Monumentos profanos não faltam: palácios e teatros se multiplicam. Desolador contraste com os templos cristãos que, em sua maioria, guardam dentro das naves um silencio que parece crescer com a indigência das alfaias. E, entretanto, a religião, que padece da penúria de seu culto no corpo de suas igrejas, é aquela que, abrindo em cruz os braços, como chamamento afetivo e proveitosa defesa, descortinou, com as pegadas dos missionarios, o caminho mais tarde desbravado, por onde devia penetrar e crescer a civilização... Ei-la que agora, forasteira numa patria que viu nascer e ajudou a consolidar, luta por manter vivo o fogo santo nos santuários empobrecidos...”

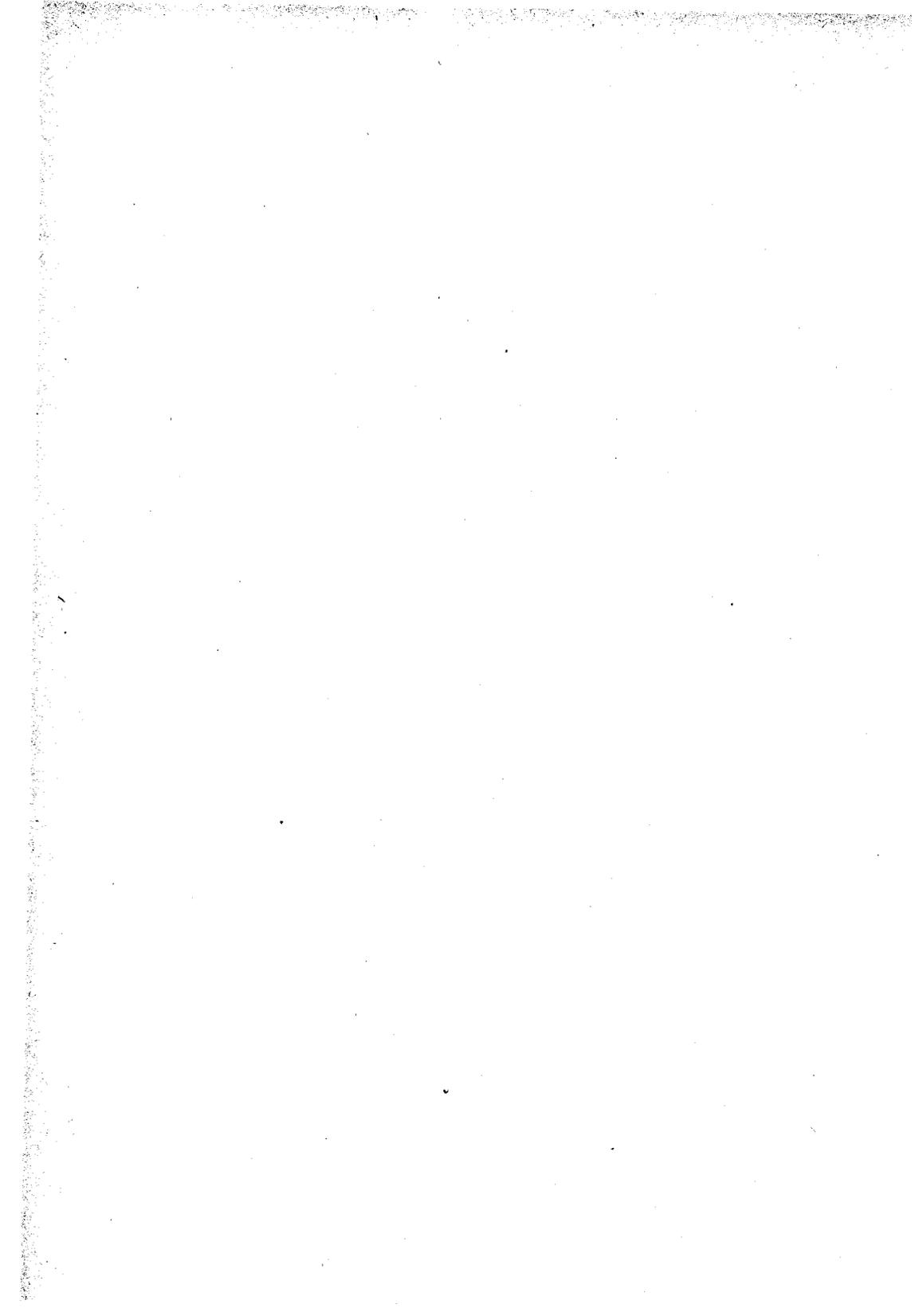
Estas frases, repetidas agora, muitos anos depois que foram proferidas, ainda arrebatam, ainda impressionam pelo forte colorido das idéias, pela sua perfeita e justa distribuição.

Assim qualificam a voz de Brasília, alguns do que a ouviram: "Voz doce que parecia vir do céu"... "Era harmoniosa e irresistível"... "Sonora, maviosa de infindas modulações"... "Nítida, cor-tante, metálica nas demonstrações, untuosa nos remosques, aveludada e quente nas passagens sentimentais, adaptava-se à temperatura e à côr do assunto".

Imaginemos, Srs. e Sras.! Infelizmente, podemos apenas imaginar o que teria sido ouvir Brasília, ouvir-lhe as frases caindo dos lábios de mago, brotadas do seu modo de perceber e conceber o mundo, lançadas ao auditório como se fossem o próprio pensamento, a própria idéia, o próprio sentimento que o orador projetava no ambiente, tornado solene apenas pela sua presença que aristocratizava os cenários por ela integrados.

Foi este o homem de letras, o acadêmico, o primeiro Presidente da Academia Paulista. A sua bela cabeça "Fronte vasta, cabeleira alvoroçada e fôfa, olhar inflexível e flamejante," não se ornamentou com a coroa de louros. Foi esta que se enfeitou com aquela.

---



## Subsídios para a História de Tanabi

*Sebastião Almeida Oliveira*

Durante o primeiro quartel do século passado, Tanabi, ou seja a extensa área territorial compreendida e banhada pelos rios São José dos Dourados, de um lado, Preto e Turvo, de outro, tendo ao fundo o caudaloso Paraná — verdadeira mesopotâmia com dez ou doze mil quilômetros quadrados de superfície — era habitada somente por índios e feras. Comprova-o, quanto aos primeiros, a existência de taba indígena próximo a Cosmorama onde o autor destas notas encontrou fragmentos de cerâmica — igaçabas (urnas funerárias) e até machados de pedra. Além disso, persistem lendas de que aglomerações de ameríndios povoavam as margens fecundas do rio Grande, prováveis remanescentes da hoje extinta nação dos Caiapós que estendia seus domínios aquém das regiões adustas da *Farinha Podre*. É fato histórico ter Joaquim Francisco Lopes — irmão do famoso guia Lopes — explorado, em 1831, à margem esquerda do rio Grande, quando, com sua gente, pervagou o Triângulo Mineiro e Mato Grosso. Nessa ocasião deram-se as primeiras entradas: os mineiros João Ramos da Costa e José Alves Ferreira, avoengos da família Costa, penetraram a selva ignota descendo, com suas mudanças, pelos vales ribeirinhos do Fortaleza e do São José e, onde se fazia mister, rasgavam picadas na floresta impérvia; assim atingiram o lugar que ficou desde então conhecido por Viradouro, ou seja, onde “viraram” seus carros, lugar este que, por muitos anos, constituiu o primeiro e único ponto habitado a noroeste de São José do Rio Preto, localidade fundada em 1852 por João Bernardino de Seixas. Posteriormente surgiram outros posseiros que se fixaram: Flavio Alves da Costa, na barra do Turvo; Luís Januário de Barros, no rio Grande; José, João e Adão da Costa Maldonado, no Marinheiro; João Tomás da Costa, na Santa Rita; Camilo Militão de Oliveira, Jerônimo José Pereira e Antonio Fernandes Franco, na Barrinha e Viradouro; Teodoro Mendes da Costa e Antonio Costa Lima, na Grama; José Francisco Pereira, na Alegria; José Joaquim, na Agua Vermelha, ou Queiroz; João Botelho de Vasconcelos, em Aguas

Paradas; José Antonio Barreto e Ana Esmeria, na Fortaleza, Fuão Boamorte, na Prata e outros. A partir de 1850, por força de um decreto, tiveram os posseiros suas terras legalizadas e daí a origem de escrituras particulares. E vieram, então, outros pioneiros: Vicente Cardoso da Silva, que se estabeleceu na confluência do Turvo com o Grande e cujo nome serviu de topônimo para designar o atual município de Cardoso; Antonio Cassimiro da Silveira, cujos descendentes povoam hoje o bairro da Fortaleza; Felício Bassoural, patriarca dos Macieis, na Cachoeira, (daí Cachoeira dos Felícios) para onde também vieram os Paula Ribeiro e, ulteriormente, Daniel da Cunha Moraes. Muitos outros para aqui vieram, tângidos, a maioria, pelo mesmo impulso dos bandeirantes, mas quantas vezes as matas seculares serviram de valhacouto aos perseguidos da justiça em outras bandas! Reza a tradição que, por essa época, os transportes para os centros povoados: São José do Rio Preto, Jaboticabal, São Carlos, Araraquara e Campinas, eram feitos por cargueiros e carros-de-boi e a viagem de ida e volta prolongava-se meses seguidos; levavam produtos da terra e traziam, de retorno, sal, tecidos grosseiros e artigos de primeira necessidade.

Em 1860, Joaquim Chico, um bugre manso que habitava no Viradouro, transfere-se para o Jataí e, construindo uma choça de capim, nela vendia rapadura, fumo e cachaça, além de outros artigos que trazia de lugares distantes e por ínvios caminhos. Por esse motivo, e com justiça, é considerado o primeiro habitante da cidade, muito embora, por esse tempo, existissem, pelas cercanias, outros moradores com suas cabanas colmadas de sapé.

Consta, todavia, que Januário Garcia Leal, o lendário "Cortae-orelhas", esteve homisiado nos sertões tanabienses e quando, em 1892, três cidadãos de Santana do Paranaíba, Carlos Ferreira de Castro, José Maria e Pe. Ferraz, resolveram abrir uma estrada que do porto do Taboado alcançasse o bairro do Viradouro, subiram pela via líquida do São José e, nessa derrota, encontraram restos de uma ponte rústica feita pelo dito Januário e da casa onde morou um ferreiro perito no fabrico de ferros-de-marca. Aliás, cita-se de outiva que, ao tempo da guerra do Paraguai (1870), havia tendas de ferreiro nesta região, onde se faziam consertos de canhões, veículos e mais petrechos de campanha.

E já que estamos evocando o passado remoto, para amenizar a aridez destas citas, registremos também a passagem, por estas bandas, do solitário Frei João Maria de Jesus, conhecido em todo sertão brasileiro, o qual em sua peregrinação, pernoitava ao lado de um cruzeiro, próximo à casa do velho Cassimiro, sendo certo que o bondoso cenobita, por princípio, não aceitava hospedagem de ninguém e, tampouco, alimentos caseiros.

Mas, retomando nosso tema, com a vinda de Joaquim Chico não

se pode considerar fundada a povoação, o *animus manendi*, idéia que se concretizou, mais tarde, com a ereção de um cruzeiro de madeira, gesto litúrgico que, em todo o Brasil cristão, indica a instituição de uma localidade. Por isso, baseados no testemunho de alguns habitantes daqui, já descrevemos e divulgamos ter sido esse cruzeiro erguido nos idos de Julho de 1887. Entretanto, pesquisando cartórios, verificamos ter sido lavrada, no distrito de São José do Rio Preto, aos 21 de Maio de 1887, uma escritura de doação, transcrita no Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup>. Circunscrição daquela Comarca, aos 2 de Agosto de 1906, na qual os transmitentes Francisco de Souza Lopes e sua mulher Maria Francisca da Conceição, Joaquim José de Souza e sua mulher Gertrudes de Souza Martins e Maria Rosária da Conceição, doaram setenta e cinco alqueires de terras, oriundas do espólio de seu pai e sogro Bento de Souza Lopes, ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Jataí (nome primitivo do lugar), com a condição de que esse terreno, incorporado a vinte e cinco alqueires de Manuel Corrêa de Souza, condômino já falecido, “ser anexado a uma capela aí edificada e em construção” (sic). O patrimônio em questão situava-se na fazenda pró-indiviso denominada “Jataí” atravessada em toda a extensão pelo ribeirão desse nome. Logo, a fundação do arraial não poderia ter ocorrido nos meados de Julho de 1887 e, sim, anteriormente, a menos que seja apócrifa essa escritura que menciona a existência de uma capela em construção. Espicaçados pelas discordâncias encontradas, prosseguimos, de indagação em indagação, concluindo em-pós por acatar depoimentos de velhos moradores a confirmar que o levantamento do cruzeiro se deu precisamente a 4 de Julho de 1882, (ou sejam, cinco anos antes da data que tínhamos notícia), com a presença não só de Joaquim Chico — o primeiro habitante — como, ainda, de Hilário de Souza Rozendo, Agostinho Pereira, Manuel Francisco da Silva, Joaquim Euzébio e Bento Perez de Souza, este último carpinteiro que desbastou o tosco madeiro dando-lhe forma de cruz, a qual, com o ato solene de sua instituição, tornou-se, “ipso facto”, marco simbólico da fundação de Tanabi e que, para edificação dos pósteros, cumpre resguardar e preservar.

Alhures registramos ter sido o ato realizado com a presença de Polinice Celeri (conhecido por “Alferes”), João Barbosa do Amaral e Leonídio Bataglia, referencia que aqui retificamos para decláramos que estes denodados tanabienses para aqui vieram mais tarde e foram eles — notadamente o primeiro — os impulsionadores do vilarejo e construtores da igreja em rudimentar estilo colonial, que veio substituir a primitiva capela onde — narra José Joaquim Cardoso — foi aí batizado Eduardo Alves Ferreira, nascido em 1885, igreja essa demolida em 1932 e em cujo frontispício estava gravada a data de sua conclusão: “1891”.

Antes, porém, de prosseguirmos nestas considerações, há um

outro ponto a dilucidar: nos termos da escritura citada, a doação do patrimônio foi feita pelos descendentes de Bento de Souza Lopes; entretanto, consta, a fls. 5, do Livro 1 de Notas, do Cartório de paz desta cidade, ter sido (o patrimônio de 75 alqueires) doado por José Teodoro Ferreira Lemos e sua mulher, aos 8 de Março de 1907, confirmando escritura particular anterior; nesse documento há um tópico onde se afirma serem os doadores legítimos possuidores, em comum com outros, de terras na fazenda denominada "Jataí", ora em divisão, e que doavam "trinta e cinco mil e tantos reis de legítima a Nossa Senhora da Conceição de Tanabi para o fim de se constituir um patrimônio nesta povoação de Tanabi, que se acha encravado na referida fazenda". Assim ambas doações se coincidem, mas cumpre atentar na circunstância de que na folha de pagamento, expedida nos autos de divisão judicial da citada fazenda Jataí, quinhão n.º 12, gleba n.º 15, homologada em 19 de Novembro de 1913, e que pôs término à pendência, aí se declara que o imóvel tem por limites ao norte o Jataí, a leste o Bacuri, ao sul e a oeste Hilário de Souza Lopes ou sucessores, sendo que este último nome nos faz recordar um dos participantes na elevação do cruzeiro e, possivelmente, parente próximo de Bento de Souza Lopes.

A fls. do Livro Tombo da paróquia de São José do Rio Preto, ano de 1914, deparamos uma referência afirmando que, não muito distante da Capela de Jataí — núcleo inicial da povoação — existe outro patrimônio indicado por um cruzeiro. Investigando a respeito apuramos que este patrimônio está sob a invocação do Divino. Não prosperou e está até hoje reduzido ao primitivo cruzeiro que, aliás, foi erguido no mesmo dia de seu congêneres da sedé; rodeado de exvotos lá está hierático à margem do caminho que, passando pela vila Tomás, se dirige para os bairros do Cedro e do Guamirim, caminho por onde transitavam outrora os primeiros habitantes do povoado e mais tarde substituído com a abertura da Boiadeira.

Em 1889 foi nomeado o primeiro inspetor de quartirão de Jataí, recaíndo a escolha no Cap. Delmiro Correia e iniciada a construção da primeira cadeia, nos fundos da atual Feira, construção essa feita de grossos esteios de aroeira, revestida de pedra tapiocana e com dois pavimentos. Em 1902 foi criado o distrito policial, sendo nomeados sub-delegado João Barbosa do Amaral e suplente João Batista de Lima e Antonio de Almeida Funchal.

Havia, também, no incipiente povoado, um cemitério cercado de grossas pranchas de aroeira, onde se inumavam os mortos da clã tanabiense sem as formalidades de estilo. Funcionou até 1918, na esquina fronteira à atual Praça da Bandeira, onde se acha agora moderna quadra de basquetbol.

Fundado trinta anos após São José do Rio Preto (que na oca-

sião contava somente cinco casas), por muitos anos o velho Jataí dormitava à beira da estrada, acolhendo tropas e boiadas em comitivas que iam e vinham de Mato Grosso a Barretos. Só depois de instalado o distrito de paz (1907) é que lhe adveio relativa prosperidade. Com o distrito, recebeu nova denominação *Tanabi* (ou seja: “madeira adstringente, que aperta”, segundo Urbino Viana e ainda “rio das Borboletas”, na versão de Plínio Airoso), designação essa sugerida pelo saudoso político riopretense Cel. Adolfo Guimarães Correia. Numerosas famílias vindas de pontos distantes aqui se fixaram, ou se embrenharam pelo interior remoto, abrindo sítios e fazendas, por sua vez fundando povoados como Marinheiro, Aguas Paradas, Piassava, Carvalho e Santa Helena. Em 1913, juntamente com seu irmão João Alves Monteiro, para aqui se transportou, vindo de Barretos, o Cel. Militão Alves Monteiro, que exerceu, com seu prestígio, marcada influência nos destinos da zona.

No que tange ao seu território, propriamente dito, releva notar que até 13 de março de 1925, pertenceu à jurisdição municipal de São José do Rio Preto; vinte anos depois, em 1945, fragmentou-se, por cissiparidade, em três partes distintas: os domínios latifundiários da Ponte Pensa, na bacia do Paraná, passaram a integrar o município e comarca de Pereira Barreto, que teve por núcleo inicial um quisto nipônico; extensa área de terras (cerca de oito mil quilômetros quadrados) passou a compor os municípios de Fernandópolis e Votuporanga, sendo esta elevada concomitantemente de distrito a comarca; em 1948, dois novos municípios dele se desmembraram, reduzindo-o à décima parte. Além de três comarcas, onze municípios e 21 distritos, com numerosas povoações florescentes, pontilham a imensa gleba que já esteve e que, em parte, se encontra sob sua jurisdição. Eis a nominata dos distritos de paz: Tanabi, Cosmorama, Ibiporanga, Américo-de-Campos e Pontes-Gestal, nesta comarca; Votuporanga, Símonsén, Álvares Florence, Valentim Gentil, Meridiano, Parizi, Cardoso, Pedranópolis, Macedônia, Indiaporã, Fernandópolis, Estrelado-Oeste, Jalles, Palmeira D'Oeste, Victoria Brasil e Três-Fronteiras, éstes na comarca de Votuporanga.

O machado iconoclasta abate a floresta derredor; consideráveis forças telúricas prendem o homem ao solo feracíssimo, levando-o a olvidar o convite sedutor das metrópoles, onde a existência é mais suave. A paisagem aos poucos se humaniza com o aparecimento de novas instalações agro-pecuárias e industriais. “Os movimentos dos grupamentos humanos — escreve Nelson Werneck Sodré, *in* “Oeste”, pág. 105 — são motivados, sem dúvida, por impulsos de ordem econômica. E’ a necessidade que compele tais infiltrações, expansões e deslocamentos. Eles se fixam onde o trabalho permite tal fixação. Aí se enraizam, desdobram e são assimilados”. Numerosos sítios, ain-

da há pouco desertos de ecumeno, são agora povoados de casebres e arroteados pelo *homo viril*; daí surgem lavouras promissivas e emancipadoras. Em tórno da ossatura do espigão mestre Turvo-Dourados, onde a Araraquarense cava seu leito em busca da caixa líquida do Paraná — é que se processa a grande penetração humana dos últimos tempos. Aí nasceram e nascem povoações que são a um tempo vilas e cidades tão rápida é sua eclosão, tão vertiginoso seu desenvolvimento!

Tanabi é uma dessas cidades que surgiram como pouso no caminho palmilhado por indígenas e bandeirantes, caminho que se concretizou na Estrada do Taboado, agora com meio século de existência, e que perdeu sua razão de ser preterida que foi pela ferrovia. Nasceu, pois, do fator *estrada*, como tóda *boca de serião*, e foi mesmo antigo pouso de boiadeiros e de peões, onde imperava a civilização do couro, mas, contrariamente ao que se presume, Tanabi não vive mais no passado do que no presente e tem, sim, vida ativa que se caracteriza por intenso movimento comercial e cultural, exercendo peculiar influência em tóda região limítrofe. Pouco lhe resta de seu imenso e outrora inexplorado território primitivo, mas, em compensação, sua população iniciada com um só habitante, em 1860, com alguns fogos esparsos em 1882, data de sua fundação, tem, atualmente (1949), cerca de seis mil habitantes na sede e mais de trinta e cinco mil a comarca, esta, aliás, com uma superfície orçada em mil, oitocentos e setenta quilômetros quadrados, abrangendo três municípios: Américo de Campos, Cosmorama e Tanabi propriamente dito.

---

Nota: O autor não se julga infalível em suas premissas e conclusões, que bem podem sofrer contestações em face de provas contrárias; contudo, receberá de bom grado qualquer contribuição que vise esclarecer pontos obscuros da historia de Tanabi e, para tal fim, solicita, com empenho, lhe sejam encaminhados dados e informes relacionados a datas, nomes e fatos principais, possibilitando, assim, a reconstituição perfeita dos acontecimentos que se prendem à fundação, crescimento e evolução desta urbe que, no corrente ano (1949), festejará seu 67.<sup>o</sup> aniversário.

## A contribuição tieteense na vida paulista

*Benedito Pires de Almeida*

“Muitos são os escritores que, desde a mais remota antiguidade clássica até nossos dias, têm atribuído ao clima, à situação geográfica e disposição topográfica do solo ocupado por um determinado povo, decisiva e eficaz ação sobre o caráter e desenvolvimento da cultura coletiva”.

AGOSTINHO FORTES

### A FUNDAÇÃO DA CIDADE

O território que constitui o antigo município de Tietê, donde se desmembraram Laranjal e Conchas, viu o início do seu povoamento em fins do século XVII, dando-se comêço aos fundamentos da cidade, setenta anos depois de Porto Feliz.

A feracidade das terras marginais aos rios Tietê e Sorocaba atraíram sesmeiros e os posseiros, em 1780, elevavam-se já a vinte e dois, desde a Praia Grande às divisas com Porto Feliz.

Gente de prol constituiu as primeiras levas dos habitantes da terra tieteense.

Perlustrando as magníficas páginas da *Genealogia Paulistana*, nos seus nove alentados volumes, lá encontramos registrados os nossos primeiros povoadores que se localizaram nos seguintes pontos do município. No bairro Mandissununga: João de Oliveira, Tenente Vicente Leme do Amaral e Alferes José Antonio Paes.

No bairro Praia Grande: Cap. Joaquim Corrêa Leite Moraes e Joaquim José de Mello. No bairro Pirapora: Tenente Matias Teixeira da Silva. No bairro do Garcia: Sargento-mor José Joaquim Corrêa da Rocha. No bairro Sapopemba: Alferes Joaquim Mariano de Almeida. No bairro Jaguaquara: Antonio Corrêa de Moraes.

No bairro Capivari-Mirim: Joaquim Rodrigues Leite, Alferes Joaquim Pires de Almeida, Salvador Corrêa de Moraes e Tenente Rafael de Moura Campos. No bairro das Pederneiras: Capitão Antonio José Leite da Silva, Maria Rodrigues Leite, Joaquim da Silva Leite, Joaquim Alves Rodrigues e Antonio Peixoto de Azevedo.

No bairro da Forquilha: Pedro Vaz de Almeida e Tenente João Manuel Gil Ferreira. No bairro do Rio Sorocaba: Tenente Domingos de Almeida Campos, Manuel Martins Bonilha, Capitão Miguel João de Castro, Capitão Francisco de Paula Leite e Arruda, Joaquim Vaz de Almeida, Alferes Francisco Antonio de Souza, José Custodio Alves Lima e Joaquim Bento Raimundo de Almeida Lima.

No bairro do Ribeirão da Onça: José Corrêa de Toledo, Joaquim Pereira do Amaral e o Tenente Joaquim de Almeida Leite e Moraes.

Seja influencia da natureza, a riqueza da terra ou a falta de outro espaço vital adequado, como se diria hoje, o certo é que o nosso território atraiu desde logo a cobiça dos forasteiros e aventureiros. Armaram-se as pequenas e as grandes fazendas de cultura da cana que atingiu o apogeu em 1852, quando foram recenseados 52 engenhos.

Ligado pelos laços de parentesco com gente de Porto Feliz, Capivari e Itu, muitos varões destas cidades vizinhas vieram buscar na legendária Pirapora do Curuçá as senhoras que constituíram tradicionais famílias que enobrecem a estirpe paulista.

Aqui se casaram: o dignitário Luiz Antonio de Souza Barros, Lucas Queiroz de Assumpção, João Carlos da Silva Telles, Dr. João Batista de Castro Andrade, Dr. Galdino Tobias de Lemos e outros.

O tieteense revelou desde logo acendrado amor pela instrução.

Em 1830, oito anos depois da independência, era criada a primeira escola entregue à juventude de Eleuterio José Moreira, o nosso primeiro mestre, provido interinamente, porque contava apenas dezoito anos de idade.

## O PROGRESSO DA CIDADE NA ÚLTIMA CENTURIA

1842. Este ano assinala, pròpriamente, com a criação do município por lei de 8 de Março, um surto de progresso latente até 1845, quando foi a Câmara instalada em 9 de Janeiro.

Cinco anos mais tarde, em 1850, novas ruas são rasgadas e elementos estranhos procuram a vila, que poderia contar de oitenta a cem prédios.

O correio chega à Pirapora em 1852. Uma escola primária feminina é criada e o cemiterio extra-muros, um dos primeiros secularizados na província, recebe a bênção do ritual.

O Presidente da Câmara, em 7 de Janeiro de 1853, anuncia este

melhoramento, dirigindo-se aos novos vereadores: "Anuncio-vos com grande satisfação que o cemiterio acha-se concluido".

E mais adiante diz: "Senhores, alguma cousa fizemos, ainda muito resta a fazer. A ilustrada Câmara que hoje enceta os seus trabalhos, sobra-lhe desejos e amor pela prosperidade do município. Se preencherdes as necessidades municipais, se cumprirdes os vossos deveres e derdes impulso ao engrandecimento da localidade, certifico-vos que merecereis as bênçãos e hosanas dos vossos municípios".

Em 1857 a Faculdade de Direito de São Paulo ao entregar mais uma turma de bacharéis confere esta honra aos tietenses: Dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes, Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes e Dr. Domingos de Almeida Campos.

Os piraporanos recebem com simpatia as idéias avançadas.

Pedro Alves da Costa Machado, um modesto professor particular, lança na terra fecunda a semente da propaganda republicana.

Liga Tietê ao maravilhoso concerto da CONVENÇÃO DE ITU, depois vai para São Paulo, entra no seminário, ordena-se sacerdote e vai morrer defendendo os seus ideais, nos campos de Guarapuava, no Paraná.

Em 1873, surge a imprensa: quatro anos mais tarde, o telégrafo, e, em seguida, o caminho de ferro é conquistado e a comarca criada. Isto em fins de 1882.

O tietense trabalha e procura recrear-se, cultuando a arte.

Para isso, põe-se à frente de uma subscrição pública o bairrista Teotônio de Lara Campos. Não lhe falta o apoio moral e financeiro e em 1883 é inaugurado o TEATRO com a representação de uma peça tietense DIABRURAS DE PEDRO, comédia da lavra de Lucas de Lima.

O sentimento abolicionista é geral. O pano de bôca do novo templo das musas, denominado JOSÉ DE ALENCAR, ostenta uma alegoria à Liberdade.

Para extinção da escravatura o tietense dá o exemplo, emancipando muito antes da lei de 28 de setembro os filhos dos escravos, alforriando os pretos velhos e contribuindo para os fundos da liberdade.

Em plena sessão camarária, o Dr. Joaquim Mariano apresenta uma indicação propondo a libertação gradativa do elemento servil que os vereadores escravagistas ou tementes de uma medida tão revolucionária, julgam inoportuna.

Na implantação da república, Tietê contribui com seu apoio firme e inquebrantável. Colabora também na consolidação do regime ameaçado, ao lado de Floriano e Bernardino de Campos, enviando um pugilo de denodados filhos com o 2.º de Voluntários Paulistas para obstar a passagem de Gumercindo Saraiva, no passo de Itararé.

A Patria é reconstruída após o 15 de Novembro. O município recebe o braço do colono. As suaves colinas cobrem-se de cafezais, alvejam de algodão, das bagas de uva distila o vinho, e a cana fornece açúcar e a aguardente.

É a riqueza, é a abundância, é a grandeza de São Paulo, é a pujança do Brasil.

## TIETÊ ATUAL

A república é pródiga em benefícios. Tietê consegue, nos últimos cinquenta anos, muita coisa.

Em 1890 não contávamos com 600 prédios e hoje temos 1.300.

A cidade possui ruas calçadas, iluminação elétrica, água encanada e esgotos, tendo como edifícios principais o Forum, o Mercado, o Matadouro, o Grupo Escolar, a Escola Normal, a Santa Casa, o Orfanato, o Paço Municipal, o Seminário dos Padres Redentoristas, o Asilo, a Igreja Matriz, a Fábrica de Tecidos, as Igrejas de São Benedito, do Bom Jesus, a Igreja Presbiteriana e um confortavel cinema. Pertence à rede da Companhia Telefônica Brasileira que põe o município em comunicação com todo o Estado e a Capital Federal.

Na indústria possuímos uma fábrica de fiação e tecelagem e uma Usina de Laticínios, além de outras de menor proporção.

O território do município é cortado de estradas de rodagem estaduais e municipais para Laranjal Paulista, Porto Feliz, Tatuí, Piracicaba, Rio das Pedras, Capivari e Boituva. Os viajantes que daqui saírem poderão atingir tanto Mato Grosso, como as zonas do sul, do oeste, da Mogiana ou do vale do Paraíba.

A instrução primária é ministrada em 29 escolas isoladas estaduais, quatro municipais e tres grupos escolares, além do colégio Imaculada Conceição das Irmãs Franciscanas e mais o curso de aplicação da Escola Normal.

Tem sede em Tietê uma Inspeção de Ensino.

A instrução secundária é fornecida pelo governo estadual que criou em Tietê, pela lei n.º 10.233 de 27 de Maio de 1939, uma Escola Normal; tem ela como patrono "Plínio Rodrigues de Moraes", paladino da sua instituição. Esta escola já deu tres turmas de professores, em 1940, 1941 e 1942, num total de 69 diplomados.

Anteriormente, havia uma Escola Normal Livre mantida pelo Município, que, até o seu fechamento em 1939, diplomou 206 professores.

A Congregação do SS. Redentor mantém em Tietê, num monumental edificio de que foram apenas construídas duas alas, um Seminário Maior destinado à formação dos seus sacerdotes.

A lavoura está muito desenvolvida produzindo de tudo as feracíssimas terras do município.

O desenvolvimento da policultura em Tietê não passou despercebido ao Dr. Washington Luís, quando candidato ao governo de São Paulo. Em sua plataforma de governo, assim escreveu o grande estadista: "Tietê, em Cerquilha, em Laranjal, em toda a sua Comarca, retalha-se em numerosas propriedades cafeiras, desdobra-se em centenas de sítios, onde se cultivam o milho, o feijão e o algodão, onde se vindima a vinha, onde se cria o gado, dando a abastança a lares pequenos, que ainda vendem as sobras".

A Caixa Econômica Estadual Autônoma tem um saldo em depósito de Cr\$ 10.000.000,00 e 3.979 correntistas.

O valor das terras, por alqueire, varia entre Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00 e até mais, conforme sua localização.

Há mais de 50 anos, o "Almanaque Administrativo Comercial e Industrial", de Luné e Fonseca, do ano de 1884, quanto ao fumo de Tietê, assim se referia: "O fumo que aí se fabrica é também muito apreciado, sendo conhecido pelo nome de — Fumo Torres".

A agricultura científica e prática conta com dois campos de experiências, mantidos pelo Estado: A Estação Experimental de Policultura e a Estação Experimental da Cultura do Fumo "Ricardo Azzi".

A assistência aos enfermos indigentes, e aos velhos inválidos, é prestada pela Santa Casa de Misericórdia e Asilo São Vicente, e o Orfanato Rosa Mística recolhe sob seu teto, meninas orfãs.

Um posto de combate à malária, dependência do Serviço Estadual de Defesa contra a Malária, presta relevantes serviços no combate ao paludismo.

Cabeça de comarca, tem um Cartório do Registro Geral de Hipotecas, dois Cartórios de Tabelionatos e um Cartório de Paz na sede: um no distrito de Cerquilha e outro em Jumirim, sede da 2.<sup>a</sup> zona.

Possui delegacia de polícia de 4.<sup>a</sup> classe, agência postal, coletoria federal, coletoria e posto de fiscalização estaduais.

A paróquia, que está sob invocação da SS. Trindade, pertence ao bispado de Sorocaba.

A receita municipal orçada em 1846 em Cr\$ 127,00, passou para Cr\$ 20.359,412 em 1890 e em Cr\$ 585.000,00 neste ano de 1942.

Tietê pode orgulhar-se de ser uma cidade pequena, porém, limpa e com vida própria, dotada de todo conforto de uma cidade moderna e próxima de sua bela capital.

## TIETÊ E O GOVÊRNO DO ESTADO

Podemos exultar-nos de que a nossa cidade, mais de uma vez, teve a glória de ver filhos seus dirigindo naus de estado.

Na primeira tivemos o Dr. Luiz Carlos de Assumpção à frente do govêrno, ainda no período da monarquia.

Exerceu êle a mais alta magistratura governamental, de 29 de Março a 4 de Setembro de 1884 e de 22 de Junho a 3 de Agosto de 1889.

O dr. Luiz Carlos não era tietense de nascimento; era-o de coração, mais bairrista do que muitos aqui nascidos.

Natural do Estado de São Paulo, mudou-se para Tietê, onde foi vereador, juiz de Paz, delegado de policia e lavrador, Aqui faleceu e foi sepultado no dia 20 de Novembro de 1912.

Outro compatriótico que teve o honrosíssimo destino de presidir São Paulo, foi o Dr. Domingos Corrêa de Moraes. Na qualidade de Vice-presidente substituiu o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves em diversas ocasiões: de 21 a 28 de Outubro de 1901; de 13 de Fevereiro a 3 de Julho de 1902; de 4 de Maio a 8 de Julho de 1903; de 10 de Janeiro a 31 de Março de 1904.

O dr. Domingos Corrêa de Moraes nasceu em Tietê, a 12 de Maio de 1851, sendo seus pais Joaquim Corrêa de Moraes Abreu e dona Tereza de Campos Mello.

Em 1877, recebeu o grau de engenheiro civil pela Universidade de Cornell, cidade de Ithaca, Estados Unidos da América do Norte.

Foi vereador na Capital, membro da Comissão Central do Partido Republicano Paulista, deputado constituinte e federal em duas legislaturas; senador estadual e Vice-presidente do Estado de São Paulo.

Agricultor adiantado, capitalista inteligente e industrial progressista deixou, o Dr. Domingos de Moraes, seu nome ligado a muitos dos mais importantes melhoramentos do seu estado natal.

Faleceu na capital, no dia 15 de Dezembro de 1917.

Tietê deve ao Dr. Domingos de Moraes o seu abastecimento de água, construido em 1905. Se não mais deu foi porque os políticos tietenses nunca souberam pedir.

O dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes ocupou a presidência da província de Goiás, por nomeação do Imperador, de 1.º de Fevereiro de 1881 a 9 de Dezembro do mesmo ano.

“Espírito investigador e essencialmente ilustrado, empreendeu e levou a efeito uma excursão exploradora pelo interior da província que administrava, tendo ensejo de contemplar a majestade dos rios Vermelho, Tocantins e Araguaia, chegando à Capital do Pará, e escrevendo nessa ocasião uma excelente “Monografia” que, sendo impressa, em 1882, teve logo a edição esgotada”.

## TIETÊ E A RELIGIÃO CATÓLICA

Tietê recebeu especiais bênçãos do céu. A sua população é católica desde os primórdios.

Haja vista sua festa característica, dedicada ao Divino Espírito Santo, uma tradição que remonta ao passado, mais de um século.

Sacerdotes, já bem numerosos foram os que abriram os olhos à luz em terras do Curuçá. Em 9 de Novembro de 1856, com uma desusada pompa D. Antonio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, preside a instalação do primitivo Seminário Episcopal, na capital bandeirante. Meses depois, a 19 de Abril de 1857, a primeira turma de presbíteros recebia as ordens sacerdotais.

Eram cinco os primeiros ordenados e entre eles o padre Salvador Ribeiro dos Santos Mello, nascido na então Freguesia da SS. Trindade de Pirapora do Curuçá em 25 de Março de 1826. Foi êle o terceiro vigário de Botucatu, de 23 de Dezembro de 1857 a 21 de Fevereiro de 1866. O padre Salvador Ribeiro não foi o primeiro presbítero tieteense, e sim o clérigo José Joaquim de Almeida, mais conhecido como padre Almeida, aqui nascido em 23 de Outubro de 1821, filho de Francisco Antonio de Almeida e Ana Eufrozina de Jesus e ordenado padre por sentença de 2 de Setembro de 1854.

Foi vigário da paróquia natal desde 11 de Abril de 1863 até 10 de Novembro de 1879, quando faleceu.

Outro tieteense é o padre José Lincoln de Alencar, batizado em 28 de Julho de 1877. Ingressando na Congregação dos Salesianos a 17 de Março de 1897, professou em 29 de Janeiro de 1898 e foi ordenado sacerdote em Campinas, por D. João B. Corrêa Nery a 6 de Janeiro de 1910. Serviu por vários anos como secretário do arcebispo de Mariana, Dom Helvecio Gomes de Oliveira; atualmente, reside em São Paulo.

O monsenhor Dr. José Higino de Campos recentemente elevado a essa dignidade, também é tieteense, aqui nascido em 3 de Outubro de 1882, filho de José Higino de Campos e Ana Leopoldina de Campos. Ordenado por Dom José de Camargo Barros a 8 de Dezembro de 1905, foi vigário cooperador em Santos, donde seguiu para Roma, lá doutorou-se em Teologia pela Universidade Gregoriana. Foi visitador diocesano em São Paulo, vigário de Jundiá e Braz. Ocupou diversos cargos no arcebispado e hoje é Presidente da Comissão das Obras da Catedral de São Paulo.

Sobre os contemporâneos? — Aí estão: o cônego Alberto Bacili, aqui nascido e vigário desta freguesia; o padre José Pires de Almeida, pároco atual de Porto Feliz.

Em São Paulo, na igreja de Santa Cecilia, que já deu dois bispos, encontra-se outro tieteense — o padre Luís Gonzaga de Almeida,

ordenado na Cidade Eterna. Inicialmente, estudou em São Paulo, concluindo o curso eclesiástico na Universidade Gregoriana de Roma.

O padre Antonio de Arruda Campos é também tieteense; entretanto, não conseguimos reunir seus dados biográficos.

A prova de que Deus não esquece esta terra é o Seminário Maior da Congregação do SS. Redentor, onde varios sacerdotes já receberam o último grau do sagrado ministério.

Também as Irmãs da Divina Providência escolheram a nossa cidade para estabelecer sua Casa Matriz, no Brasil. Aqui essas abnegadas religiosas mantêm o noviciado da Ordem e o Orfanato Rosa Mística.

### TIETÊ E O CORPO LEGISLATIVO

Houve tempo em que os tieteenses deram grande brilho aos trabalhos legislativos. Na antiga Assembléia Provincial, tiveram assento como deputados: o dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes, em duas legislaturas, na 13.<sup>a</sup> e 14.<sup>a</sup>; o dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes na 14.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup> legislaturas; o dr. Luís Carlos de Assumpção, na 14.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup> e 27.<sup>a</sup> legislaturas; o dr. Domingos de Almeida Campos, na 16.<sup>a</sup> legislatura; e o dr. Antonio de Campos Toledo na 18.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup> e 26.<sup>a</sup> legislaturas.

Na 25.<sup>a</sup> legislatura representava este distrito um tieteense de coração, o dr. João B. de Castro Andrade, prematuramente falecido em um desastre ferroviário.

Ao ser proclamada a República já estava publicada a lista dos candidatos a deputados provinciais do Partido Liberal, e entre eles constava o dr. Álvaro Teixeira de Assumpção. A eleição deveria realizar-se em 25 de Novembro de 1889.

Na Constituinte Nacional do Rio de Janeiro, representação de São Paulo, eleita em 15 de Setembro de 1890, figurou o dr. Domingos Corrêa de Moraes que teve seu mandato confirmado para os triênios da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> legislaturas.

Na Constituinte estadual de 1891 representou Tietê o comendador Antonio Manuel Alves e nas Câmaras de Deputados republicanas: na 2.<sup>a</sup> legislatura, o dr. José Augusto Corrêa, na 3.<sup>a</sup> legislatura o cel. Rafael Augusto de Souza Campos, na 4.<sup>a</sup> legislatura o dr. Alberto Carlos de Assumpção e na 9.<sup>a</sup> legislatura o dr. Erasmo Teixeira de Assumpção.

Sucedeu ao Dr. Erasmo de Assumpção, como representante de Tietê no 4.<sup>o</sup> distrito, o Dr. José Soares Hungria, mantido na cadeia até o advento da revolução de 1930. Sem ser tieteense de nascimento, o Dr. Hungria é considerado filho de Tietê porque nesta ci-

dade iniciou a sua carreira de médico, constituiu família e nasceram diversos dos seus filhos. O Dr. Hungria está integrado na vida tieteense e, como tal, merece a estima e admiração de todos.

Na 3.<sup>a</sup> república brilhou de uma maneira inconfundível, na direção da Assembléia Legislativa, dissolvida pela Constituição de 10 de Novembro, a figura marcante do dr. Laerte Teixeira de Assumpção. Neste período da vida brasileira foi também deputado classista outro tieteense Arlindo de Camargo Pacheco.

Em 1939, criado o Departamento Administrativo do Estado foi escolhido membro Plínio Rodrigues de Moraes, tieteense que elevou bem alto o nome de sua terra natal, nestes últimos quinze anos.

Diplomado professor e farmacêutico, preferiu no entanto a vida do comércio e da indústria.

Membro de prestígio do directorio do Partido Republicano Paulista, em 1932, tomou parte no movimento de Nove de Julho e mais tarde retornado o país aos quadros legais, foi suplente de Deputado ao Congresso Nacional e serviu como vereador à Câmara Municipal. Na interventoria do eminente Dr. Ademar Pereira de Barros foi prefeito municipal de Tietê, afastando-se deste cargo para ocupar uma cadeira no mais alto tribunal administrativo fundado pelo Estado Novo. Como Conselheiro de Estado proferiu luminosos pareceres sobre as mais palpitantes questões. Orador nato, a sua palavra arrebatava os auditórios.

Tietê ainda pranteia o seu desaparecimento ocorrido bruscamente, em Julho do ano pretérito de 1941. Era um filho de quem sua terra muito esperava.

## TIETÊ, O COMÉRCIO E AS FINANÇAS

No comércio e nas finanças têm os filhos de Tietê destacado lugar. No mundo bancário vemos o Dr. Antonio Carlos de Assumpção na presidência do Banco de São Paulo. O Banco Comercial do Estado de São Paulo tem na direção de seus negócios os drs. Erasmo Teixeira de Assumpção, Joaquim Corrêa de Moraes Abreu e Luís Teixeira de Assumpção.

No alto comércio de café há numerosos contrerrâneos e supomos que foi nesta atividade que o snr. Antonio de Toledo Lara, o Conde de Lara — acumulou respeitável cabedal com o qual muito beneficiou, e sua exma. viúva a Condessa de Lara também vem beneficiando os pobres da sua terra e especialmente da capital do Estado.

E os célebres “CAFÉS PAULISTAS” lançados na Argentina pelo saudoso Otaviano Augusto Alves de Lima? Iniciativa que tem dado queza a muitos comerciantes da preciosa rubiácea.

Na indústria de fiação e tecelagem, no moderno comércio de rádios e automóveis, na indústria mecânica, nas artes gráficas, as famílias Lara Campos e Toledo Piza mantêm a liderança.

## TIETÊ E O MAGISTÉRIO

O magistério público recebe também o influxo tieteense.

Duas ou talvez três ou mais centenas de professores vêm dando ao estado e à juventude, o labor cotidiano de suas luzes.

Professores primários oriundos de Tietê, complementaristas e normalistas espargem a luz da ciência em todos os quadrantes do Estado, desde a Capital até a mais remota escola isolada. Na direção das escolas, nas inspetorias, nas cátedras das escolas normais e nos cursos superiores, o tieteense moureja em prol da cultura e da civilização brasileiras.

Não podemos deixar de ressaltar, no passado, a figura excelsa de João Ferraz de Oliveira Lima, e no presente, a veneranda personalidade de João de Toledo, recentemente desaparecido, e que deveria dar um fulgurante relevo às comemorações do centenário de Tietê, há pouco celebrado.

O velho João Ferraz saiu professor na primeira turma formada pela antiga Escola Normal de São Paulo, em 1876. Foi educador na verdadeira acepção da palavra. Prelecionou os meninos de primeiras letras, dirigiu um colégio de disciplinas adiantadas e doutrinou a reforma do ensino primário que êle imaginou dividido em graus.

João de Toledo foi um dos mais fulgurantes espíritos da moderna ciência do ensino, saiu da escola da roça, galgou todos os degraus da carreira até as culminâncias da Diretoria Geral que tanto dignificou. Escreveu diversos livros e firmou renome de historiador. Pertenceu ao Instituto Histórico de São Paulo falecendo quando ocupava o cargo de primeiro secretário daquele sodalício, rodeado de respeito e acatado pelas expressões máximas das letras pátrias.

Dácio Pires Corrêa é também professor na capital do Estado. Educador e escritor faz parte do Instituto Histórico de São Paulo, onde se impôs pelas suas belas qualidades intelectuais e morais.

Injustiça clamorosa cometeríamos se olvidássemos os nomes de Herculano da Silveira, de Joaquim de Paula, de João Marques, de Julio dos Reis e Alexandre Humel, êste grande sábio dinamarquês que vindo moço para o Brasil radicou-se em Tietê, aqui passou o restante da sua atribulada existência e em cujo solo dorme o sono da eternidade.

## TIETÊ E AS CIÊNCIAS

A ciência do direito mereceu certa preferência dos filhos de Tietê.

Não podemos apresentar uma lista completa dos bachareis, formados em São Paulo, no Rio de Janeiro e nas Universidades do Velho mundo. Ao correr da pena lembraremos: Dr. Augusto Cincinato de Almeida Lima, Dr. Álvaro Teixeira de Assumpção, Dr. Alberto Carlos de Assumpção, Dr. Antonio Teixeira de Assumpção Neto, Dr. Antonio Alvaro de Assumpção, Dr. Antonio de Campos Toledo, Dr. Antonio Teixeira Pinto, Dr. Antonio Carlos de Assumpção, Dr. Antonio Manuel Alves de Lima, Dr. Ary de Azevedo Marques, Dr. Benedito de Toledo, Dr. Cantidiano Garcia de Almeida, Dr. Erasmo Teixeira de Assumpção, Dr. Erasto de Toledo, Dr. Esaú Corrêa de Almeida Moraes, Dr. Elias Garcia, Dr. Elias Alves Corrêa, Dr. Elias Alves Corrêa Júnior, Dr. Esio dos Reis, Dr. Elias Pires Fleury, Dr. Herculano Manuel Alves, Dr. Isnard dos Reis, Dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes, Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes, Dr. Joaquim Corrêa de Moraes Abreu, Dr. Joaquim Diniz da Costa, Dr. José Pires Fleury, Dr. José Elias Vaz de Almeida, Dr. José de Campos Toledo, Dr. Luiz Carlos de Assumpção, Dr. Luiz A. Teixeira de Assumpção, Dr. Luiz Augusto de Campos, Dr. Laerte Teixeira de Assumpção, Dr. Leônidas Camargo Madeira, Dr. Numa Pereira do Vale, Dr. Silvio Brand Corrêa e outros.

Nessa valorosa plêiade encontram-se tribunos, juristas, financistas, altos funcionários, banqueiros, sendo difícil destacar-se a atividade em que se sobressairam. Os seus nomes são conhecidos e seus valores pessoais se irradiam em fosforescências por todo o Estado e fora de suas fronteiras.

Com certo júbilo fazemos notar que foram lentes catedráticos, por concurso, na Faculdade de Direito de São Paulo, na cadeira de Direito Criminal o Dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes e na cadeira de Legislação sobre o Direito Privado, o dr. Antonio de Campos Toledo.

Prefeito da capital paulista, foi o Dr. Antonio Carlos de Assumpção; Secretário de Estado, o dr. Antonio Manuel Alves de Lima; Presidente da Assembléia Legislativa, o Dr. Laerte Teixeira de Assumpção.

Honraram a judicatura: como Juiz Municipal e de Direito, o Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes e como Juizes de Direito os doutores: José Pires Fleury, Numa Pereira do Vale, Esaú Correa de Almeida Moraes, José de Campos Toledo, e atualmente, muito engrandecem a sua terra os doutores Isnard dos Reis e Cantidiano Garcia de Almeida.

No estudo da ciência médica os filhos de Tietê não desmerecem,

tendo-se revelado humanitários profissionais, alguns, verdadeiros benfeitores do nosso povo. O maior entre êstes é o sr. dr. José Augusto Corrêa. Não esqueceremos de enumerar os nomes de: Dr. Agenor Camargo Steim, dr. Alcides Corrêa de Arruda, dr. Aristóteles Orsini, Almiro dos Reis, dr. Clovis Corrêa, dr. Cantidiano Vaz de Almeida, dr. Epaminondas Camargo Madeira, Dr. Francisco Alves Corrêa de Toledo, Dr. Franklin Alves de Moura, Dr. Ibrahim Carlos Camargo Madeira, Dr. José Corrêa Leite de Moraes, Dr. José Pereira Gomes Sobrinho, Dr. João de Camargo Penteadó, Dr. João José Rodrigues, Dr. João Batista Garcia de Toledo, Dr. João José de Arruda, Dr. João Batista dos Reis, Dr. Julio Cesar Alves de Moraes, Dr. Julio dos Reis Filho, Dr. Jaime Corrêa de Arruda Filho, Dr. Lafaiete de Camargo Penteadó, Dr. Luiz Teixeira Pinto, Dr. Luiz Pinto de Toledo, Dr. Luiz Gonzaga de Campos Toledo, Dr. Mario Floriano de Toledo, Dr. Marcial de Moura Campos, Dr. Narbal Fontes, Dr. Noé de Marchi, Dr. Nassim João Abdala, Dr. Palinuro de Moura Campos, Dr. Paulo de Campos Toledo, Dr. Paulo de Souza Campos, Dr. Pedro de Souza Campos, Dr. Roberto Teixeira de Assumpção, Dr. Ruy de Azevedo Marques, Dr. Virgílio de Camargo Pacheco, Dr. Franklin de Moura Campos que de indústria, deixamos para citar em último lugar, justamente por ocupar na Faculdade de Medicina de São Paulo, uma das mais importantes cadeiras da ciência médica — a Fisiologia.

Êste nosso conterrâneo que já fez viagens à América do Norte e à Itália, a convite dos governos dêsses países, exerceu a presidência da Sociedade de Medicina de São Paulo, notavel agremiação científica. Na engenharia, com quem poderemos contar? Na civil: os doutores Domingos Corrêa de Moraes, José Custódio Alves de Lima, João Dias de Aguiar, Afonso Pires Fleury (construtor do abastecimento de água de Tietê), Joaquim do Amaral Gurgel, Jonas de Moraes Aguiar, Gustavo de Lara Campos, Cristovam Caramuru, Aristeu dos Reis, Mário de Cerqueira Leite, Dácio de Moraes, Epiteto Fontes e Fernando Lobo. Na engenharia militar: Antonio Mariano Alves de Moraes e Dorival Alves de Moraes.

Perfazem número elevadíssimo os tieteenses diplomados em farmácia, em odontologia, em comércio, abstendo-nos de citar nomes por falta de dados.

## TIETÊ E AS ARTES

Não tivemos na literatura do país, no passado, uma representação, que marcasse com traços indeléveis sua personalidade. Entretanto, as belas letras não foram infensas aos tieteenses.

Entre os nossos primeiros prosadores, lembraremos: o Dr. Joaquim de Almeida Leite e Moraes que escreveu: *Apontamentos de viagens*, "*Teses e Dissertações*", uma "*História de Araraquara*" e o drama "*Os dois embuçados*".

Fértil em produções as mais variadas, foi o Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes, que colaborou em prosa e verso na imprensa de São Paulo, nos Almanques da época e escreveu dramas e comédias, peças representadas com grande aceitação nos teatros particulares.

Também o Pe. José Joaquim de Almeida dedicou-se às letras.

Conhecemos diversos de seus trabalhos, que andam esparsos na imprensa. No *Almanque da Província de São Paulo*, de 1876 e 1877, fomos encontrar duas de suas produções: um conto e um artigo sôbre as origens do nome de nossa cidade.

Outro vulto que não pode ser esquecido é o Coronel Francisco C. de Almeida Moraes, que foi juiz de paz, vereador suplente e secretário da Câmara Municipal. Por êsse tempo, escreveu uma memória histórica sôbre a sua terra, primeira descrição existente, até há pouco, sôbre Tietê. Mudando-se para Santos, lá prestou grandes serviços à coletividade como presidente da Câmara Municipal daquele porto marítimo, e traçando uma história de Braz Cubas, seu fundador. Foi membro do Instituto Histórico de São Paulo e colaborador de Silva Leme na monumental obra *Genealogia Paulistana*; escreveu, ainda, um livro, *Notas Genealógicas* sôbre as famílias tieteenses. Sem exagêro, poderemos considerá-lo, e com orgulho, um dos precursores dos estudos genealógicos, entre nós.

Um ramo literário que no passado teve cultores em nosso meio foi o teatral.

Distinguiram-se nesse gênero Lucas de Lima e João Marques.

O primeiro escreveu, de preferência, comédias e foi incentivador da arte, revelando-se emérito ensaiador e diretor dos já desaparecidos grêmios dramáticos.

João Marques sucedeu a Lucas de Lima no primado da arte teatral entre nós. Foi diretor e ensaiador do grupo dramático "Lucas de Lima" e outros, durante uns quinze anos, administrador do Teatro, jornalista e comediógrafo, tendo deixado de sua atividade cinco dramas, treze comédias, duas revistas e uma fantasia.

As suas peças foram encenadas e representadas pelas principais companhias dramáticas do seu tempo.

Contemporaneamente, alguns filhos de Tietê estão bem situados na literatura brasileira. Como figura primacial pela sua grande bagagem literária é Cornélio Pires. Poeta, "conteur", humorista. Suas produções são conhecidas de norte a sul do país.

Extensa é a lista dos seus livros: "*Musa Caipira*", "*Cenas e Paisagens da minha terra*", "*Versos*", "*Tragédia Cabocla*", "*Monturo*",

*“Quem conta um conto”, “Conversas ao pé do fogo”, “Seleta Caiçira”, “Estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho”, “Continuação das estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho”, “Patacoadas”, “Milordia”, “Meu samburá”, “Tarrajadas”, “Sambas e Cateretês”, “Chorando e rindo”, “Só rindo”, “Tá no boco”.*

Suas páginas fotografam os tipos, a paisagem, enfim a vida tieense.

Epiteto e Narbal Fontes, filhos do dr. Joaquim Fontes da Silva, nasceram poetas, como poeta foi o pai: o dr. Fontes cultivava as musas e emprestava brilho a tôdas as festas sociais do tempo, com suas produções literárias, graciosamente recitadas e hoje reunidas no volume *“Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil”*, publicado por Dona Emília Fontes, como homenagem póstuma ao seu idolatrado espôso. Em 1895, nas primeiras comemorações da implantação da República em nossa pátria, o dr. Fontes assim traduziu no estilo condoreiro de Castro Alves, os seus sentimentos:

#### QUINZE DE NOVEMBRO

Salve, 15 de Novembro,  
 Arauto da redenção,  
 Que da terra brasileira  
 Fêz uma livre nação:  
 Há seis anos, quem diria,  
 Oh! grande, oh! fulgente dia!  
 Ser tamanho o brilho teu!  
 Caia embora a tempestade,  
 Ruja embora o mar e o céu!

Para qualquer brasileiro,  
 Que não fôr homem servil,  
 Tu és a data mais bela  
 Da história do Brasil:  
 A quem tu não regozijas  
 São, de certo, cevandijas  
 Do trono, que apodreceu.  
 — São a cobiça, o despeito,  
 A baixeza, o preconceito,  
 O servo, o parvo, o sandeu!

Apesar dos sofrimentos,  
 Que sempre a traição produz,  
 Tu só és radiante

Para quem foge da luz ;  
Em ti o bem não enxerga  
Aquêlo, que o dorso verga  
Ante a régia adulação,  
Mas o homem livre e forte  
Desde o sul até o norte  
Te faz imensa oblação!...

O govêrno democrático  
Que de teu seio nasceu,  
Nos tem feito mais felizes,  
Que o império, que morreu :  
Assim, nós hoje pensamos,  
Queremos, cremos, falamos  
Sem a licença do rei.  
Envez dum feliz c'roado,  
Em velho trono doirado,  
Nós temos sòmente a lei!

Agora o filho do artista  
Vale mais que o titular ;  
E sai do meio do povo  
O que nos vem governar :  
O negro, o branco, o mestiço  
Prestam igualmente o serviço  
A sua pátria, à nação :  
O homem vale o que pensa,  
Sem ter como recompensa  
Uma condecoração!

Na República, senhores,  
Cabe tôda a aspiração  
E o mérito verdadeiro  
E' a única distinção.  
Vós não sereis titulares  
Daqueles que, aos centenares,  
Formigavam no país,  
Mas sois povo independente,  
E a liberdade sòmente  
Faz qualquer povo feliz!

Algum dentre vós (quem sabe?)  
Só o futuro dirá),  
Pode chegar até onde

Um rei nunca chegará:  
Quem é maior — Alexandre,  
O conquistador, o grande,  
Ou Washington e Bolívar?  
Quem mais ama o mundo inteiro,  
Napoleão — o terceiro  
Ou Victor Hugo, sem par?

Brilha, dia resplendente  
De glória, dia imortal,  
Quem te saúda, tem n'alma  
O mais ridente ideal:  
Por minha boca, a escola,  
Que só vivia da esmola  
Que lhe dava o imperador,  
Te saúda, e o pensamento  
Nos reflete o teu fulgor!

Somos nós, a mocidade,  
— A esperança, o porvir —  
Quem tua filha querida  
Certo, ha-de preferir:  
Pois ela sabe que há pouco,  
Quando um despeitado, um louco  
Lhe quis a vida roubar,  
Para salvar essa vida,  
Viu-se a mocidade unida  
Para o combate marchar!

Derrama, pois, tuas luzes  
E teu calor sôbre nós  
Pois de frio e trevas n'alma  
Morreram nossos avós:  
Dá-nos fôrça, luz, coragem,  
Do mais puro cidadão:  
Fecunda esta Pátria imensa  
E com tua luz intensa  
Alumia esta nação!

Narbal Fontes juntamente com sua espôsa dona Ofélia Fontes tem se dedicado à Literatura infantil, tendo publicado no Rio de Janeiro, onde residem, diversos volumes.

Epiteto Fontes, poeta mavioso, deu-nos TEMPLO DESERTO,

em 1932 e recentemente uma nova coletânea de poesias cujo título ignoramos.

Batista de Santis é outro poeta inspirado e prosador correto que derramou sobre as páginas do legendário O TIETÊ, numerosíssimas produções que dariam volumes. Escreveu ainda um drama em versos SUPREMA ANGÚSTIA e uma gramática da língua para uso das escolas.

O cantor do poema GLETE, Mario de Cerqueira Leite, quando estudante de engenharia, deu-nos excelentes versos.

Hoje as atividades burocráticas sobrepujaram o poeta; também prosador e estudioso das questões bíblicas. Em 1939 editou AS QUATRO BABILÔNIAS, forte estudo sobre o fim do mundo à luz das profecias.

É com saudades que evocamos a figura simpática do dr. Luiz Augusto de Campos, falecido em plena maturidade, em toda pujança do espírito. Verdadeiro tipo do homem de letras. Ao tempo em que residiu em Tietê manteve um colégio de preparatórios, no qual lecionava a cadeira de português. As suas aulas eram verdadeiras conferências encantando seus discípulos pela facilidade com que discorria sobre o ponto, amenizando-o de poesias declamadas com perfeição. Professor diplomado pela antiga Escola Complementar de Itapetininga e bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi delegado de polícia em Itatinga e promotor público em Porto Feliz.

Autor de diversos livros que se conservaram inéditos: POEMAS DE MINHA TERRA, poesias; O FILHO DAS LÁGRIMAS, drama em versos e o romance AS DUAS SUICIDAS. Expandiu a mão-cheias o esplendor do seu talento, em trabalhos de prosa e verso.

Para relembrar um costume da imprensa de São Paulo, já desaparecido, principalmente quando A CIGARRA, sob a direção de Gelasio Pimenta, gozava da primazia entre as revistas piratininganas, citamos o PERFIL ACADÊMICO do dr. Luiz de Campos, escrito pelo poeta gaúcho Joinville Seabra Barcellos.

### LUIZ AUGUSTO DE CAMPOS

É professor. Se há tempo que lhe sobre,  
— Alma de poeta e de jurisconsulto —  
Eis os deuses aos quais presta seu culto:  
Ribas, Vitruvio, Palma e Antonio Nobre.

Com professores, sem que a espinha dobre,  
Discute. A ouvi-lo discutir, exulto.  
É míope, e mais que míope sendo culto,  
Em presença da múmia se descobre...

Gargalhando êle abala a Acadêmia.  
 Se o ouvissem recitar uma poesia,  
 Fugiriam com mêdo os próprios duendes.

Logo hão de ve-lo em jornalecos diários,  
 Rendilhando eruditos comentários  
 Sôbre a famosa *obrinha* do Zé Mendes!

No jornalismo da metrópole paulista ocupou posição de relevo o Dr. Laerte Assumpção que foi proprietário e mentor do COMÉRCIO DE SÃO PAULO, já desaparecido.

Luiz Corrêa de Mello, outro jornalista, pertenceu ao ESTADO, foi secretário do CORREIO PAULISTANO, da GAZETA DE NOTÍCIAS do Rio e recentemente, do "JORNAL DA MANHÃ", colaborando intensamente em jornais e revistas. Não poupa o tempo, pois escreveu e tem inéditos, prontos para o prelo, livros de viagens de estudos.

Figura interessante de diplomata e de escritor foi o Dr. José Custódio Alves de Lima. "Como consul do Brasil no Canadá e nos Estados Unidos, deslumbrado com o progresso da América do Norte, sonhou igual progresso para o Brasil.

Daí o esforço que sempre empregou, com êxito, para atrair capitais para São Paulo e para todo o país, assim como no estreitamento das nossas relações comerciais, com os demais países americanos. E daí os estudos que deixou sôbre numerosas questões de economia, de intercâmbio, de técnica, etc".

Ficaram de sua pena colaborações esparsas pelos principais jornais de São Paulo e do Rio numa obra vasta e valiosa. Num dos seus livros RECORDAÇÕES DE COISAS E HOMENS DO MEU TEMPO, traça reminiscências de sua terra natal — TIETÊ.

Os conceituados órgãos da imprensa paulista as FOLHAS DA MANHÃ e da NOITE pertencem a outro filho de Curuçá — Otaviano Augusto Alves de Lima, fazendeiro de grande influência nos meios agrícolas, sociais e culturais de São Paulo.

Ultimamente, vem se impondo nos meios literários, de São Paulo, como inspirado poeta, Rossini de Camargo Guarnieri, autor de PORTO INSEGURO, um livro de versos modernistas muito bem recebido pela crítica.

## A MÚSICA

A sublime arte de Carlos Gomes também encontrou nos tieteeses numerosos discípulos amoldados por Virginio Dias, o insigne mestre mineiro. Entre outros, Afonso e Paulo Dias, pianistas e Orsini de

Campos, violinista, são nomes de reconhecido mérito que honram a moderna música brasileira.

Mozart Camargo Guarnieri é outro músico de valor. Pianista e habilíssimo regente de orquestra conquistou prêmio de viagem à Europa e recentemente foi convidado para diretor do Conservatório Musical do Panamá.

Marcelo Tupinambá (Fernando Lobo) é um compositor de renome cujas inspiradas produções correm o Brasil de sul a norte.

Filho do maestro Eduardo Lobo, aqui nasceu em 29 de Maio de 1889. Formou-se em engenharia em 1916, mas a sua preocupação é a música; a ela tem dedicado toda a sua existência, quer como executista, quer como compositor e finalmente como professor.

### TIETÊ E O DEUS MARTE

O temperamento do tieteense é contrário à carreira das armas. Nos idos tempos nenhum filho desta terra se notabilizou nas lides militares. Desconhecemos qualquer elemento que tivesse conquistado nas milícias, galões por mais modestos que fôssem. Até a contribuição de voluntários para a guerra do Paraguai foi diminuta ou quasi nula. Há ausência completa de documentos que denunciem os que foram voluntários ou mesmo recrutados com destino aos pantanaes da terra de Solano Lopes.

A evolução levou neste século alguns tieteenses às fileiras regulares da antiga Fôrça Pública do Estado. Foram em número de três: o capitão Benedito da Silva Campos, o capitão João Baptista Nitrini, revolucionario de 24 sob as ordens do Coronel Isidoro Dias Lopes; e, recentemente recebeu graduação o jovem Tenente Agenor Grohmann.

Pensamos melhor e julgamos que a nossa primeira assertiva não seja verdadeira. Talvez os tieteenses não tenham propensão para as armas, mas a epopéia de 9 de Julho demonstrou que o tieteense não é covarde e aguenta firme na hora da necessidade.

Do mesmo defeito eram acoimados os paulistas em geral, de pouco propensos à vida militar.

Nas fileiras da marinha, vem prestando relevantes serviços à aviação naval o sub-official Jorge Proença que se especializou na Itália; e, no exército o Tenente Lauro Pinto de Toledo, que tomou parte no movimento de 5 de Julho de 1922.

Em 1918, o telégrafo revelou ao mundo a morte gloriosa em terras de Marrocos, de um jovem tenente da LEGIÃO ESTRANGEIRA, possuidor de condecorações e CAVALEIRO DA LEGIÃO DE HONRA. Esse official cujos feitos os jornais enalteciam era tieteense e foi o Tenente Gustavo Geláz.

Os leitores terão nas palavras do Coronel Barrant, do exército francês, um depoimento seguro sobre o valor pessoal do nosso conterrâneo.

“No âmbito de uma tal situação, que de um modo tão efetivo traduz os laços de amizade, de afeição, ou melhor ainda de fraternidade que ligam duas grandes nações, França e Brasil, não pude escapar ao efeito de sentimento tão vivo, e essa emoção conduziu meu pensamento junto de todos os oficiais brasileiros que atravessaram o mar para ir combater nas nossas fileiras, prestando-nos seu concurso, e muito particularmente junto de um herói, o tenente Geláz, que tão bem personificou com a sua vida de combatente da grande guerra, como também com a sua morte em Marrocos, o entusiasmo e o genio cavalheiresco da raça brasileira e seu heroísmo”.

### CONCLUSÃO

Ao encerrarmos este despretensioso trabalho pedimos ao possível leitor que não faça um juízo apressado sobre as razões que nos levaram a compô-lo, julgando-o produto dum excessivo sentimento baírrista ou cabotinista. Não.

Quisemos apenas pôr no justo lugar o papel representado pelos tietenses na movimentação desta admirável máquina que é o Estado de São Paulo.

Temos em nosso favor os versos de Casemiro de Abreu, em sua poesia “Minha Terra — Canção do Exílio” em que diz:

Todos cantam sua terra,  
Também vou cantar a minha,  
Nas débeis cordas da lira  
Hei-de dar-lhe a realeza,  
Nesse trono de beleza  
Em que a mão da natureza  
Esmerou-se em quanto tinha.

Esse é o nosso maior desejo.

## Francisco Alvares Machado

*Manuel Duarte*

“Aos 21 dias do mês de Dezembro de 1791, nascia nesta cidade de São Paulo, Francisco Alvares Machado e Vasconcelos, filho do cirurgião-mor Joaquim Teobaldo Machado e Vasconcelos, e de sua espôsa, Dona Maria Alvares da Silva Boeno”.

Pulsava-lhe as veias o sangue autêntico paulistano, do glorioso avoengo, Amador Bueno da Ribeira, patriarca de abnegação e estirpe lealíssima, cujas linhas mestras forjaram e definiram a têmpera de aço da ascendência mais alta do caráter brasileiro. E, do lado paterno, o sangue colateral do insigne João Batista Say. Herdara, pois, daquele, o culto autonômico da rechã nativa, inseparável da unidade do território continentino que as bandeiras homéricas andaram dilatando e incorporaram na constelação da futura nacionalidade soberana. E foi, precisamente, para as suas brasílicas e belíssimas praias mareiras, que o imprevisito da adversidade peninsular e o cataclísmico sucesso das legiões napoleônicas varreram e expeliram da vetusta Ibéria a velha casa bragançoa, a esboçar a empírica fortuna de radicação positiça ao esgalho do trono, que o acaso tornaria propício e estável. Recebera, do sangue ilustre do pensador gaulês, o estigma da meditação, o anseio de cultura, o talento da concepção e da generalização intuitiva, o sentido profundo da liberdade e o método de sistematização da síntese sôbre pesquisa e indagação insaciável do conhecimento.

Porque, em verdade, Alvares Machado nasceu sob o signo da predestinação e, como essas grandes inteligências-cimos, veio ao mundo, alguns decênios adiantado do seu tempo. Receio não há, de claudicância, na assertiva: acima da indecisa color da própria ambiência nativa, Alvares Machado aparece tribulado de inquietação perquiridora e vigília sem remissão, a devassar e transpor longes horizontes malmal entrevistados, mergulhado, do bêrço, no estudo humanista e das ciências, afeito ao devorismo de livros, no espantoso poder de recolher ilustração geral, em que, de feito, se desgarrava de seu meio, semi primário e monótono ainda.

Autodidata de gênio, assombra a sua privilegiada potência de assimilação, retentiva e aplicação improvisa, à própria e, ao justo, invoca e desferida.

Figura singular e única, de sua época, Alvares Machado não disciplinaria a inteligência formidável na fôfa comodice da elegância prosaica do epicurismo: cedo se aclimou, para vencer, na luta sem desfalecimento. Pois que, insaciável e insatisfeito, à procura entusiástica da cultura do espírito e ao serviço das ciências, às quais o propelia o atrativo irresistível das grandes vocações, o mimoso filho de Joaquim Teobaldo já já madrugaria talento insigníssimo. Tivera o amparo, o exemplo e a preleção inicial do pai, cuja carreira e ensinamentos avocara, na adolescência, com êxitos excepcionais. De feição que, logologo, é consumado conhecedor das ciências naturais, é já anatomista de préz, e, pois, decide-se pelo curso de cirurgia, para cuja especialização se voltava aquela cerebração prodigiosa. Já, àvidamente bebidas intensas lições da autoridade cirúrgica do pai ilustre e mestre, Alvares Machado verifica praça, em 1806, na Legião de Voluntários de S. Paulo, onde juntamente se inscreve ajudante de cirurgião, “para ter direito, não só a ouvir as lições dadas, naquele tempo, pelo dr. Mariano José do Amaral, físico-mór das tropas daquela província, de cuja escola saíram não mediocres facultativos, como para praticar no Hospital Militar daquela cidade.

“Pela sua constante aplicação aos estudos inerentes à profissão que, com dedicação, abraçara, pela prática a que se dava desveladamente, e que adquiria, fôsse no Hospital Militar, fôsse coadjuvando a seu pai, em sua clínica, pelo seu feliz natural, de pronto desenvolvido e auxiliado por assíduas lucubrações, por êste talento fecundo... a ouvir as eruditas preleções do dr. Amaral, seu ilustre mestre...”

“...exigiu e obteve, em 1809, sua demissão de ajudante de cirurgião da Legião... para acompanhar a seu pai que começava a gozar de grande reputação médica, jamais desmentida”. (Anuário Político, 1.º Ano, 1846)

“Francisco Machado nunca tinha, pois, visto Academias nem Hospitais; era um homem de gênio, e era quanto bastava”, — escreve Melo Moraes. — E continua o discreto historiador: — “Na idade de 18 anos, achava-se em Santos, empregado no Hospital Militar. O capitão de um baleeiro inglês pedia com urgência um cirurgião para um de seus marujos que caíra de um dos mastros sôbre o convés e tinha fraturado o crâneo. Apresentaram-lhe Francisco Alvares, cuja mocidade não lhe inspirou a menor confiança. Logo depois, ao ouvir aquele moço lhe falar com ciência e consciência da operação que cumpria fazer, e lhe citava os melhores operadores ingleses, êle lhe entregou o marujo, que sofreu a operação do trépano, e foi salvo. Maravilhado, o capitão quis levá-lo para a Inglaterra, para o fazer estudar; mas o

governo de S. Paulo, informado do fato, obstou à sua viagem, chamando-o à capital, sob fútil pretêxto”.

Em 1812, aos 21 anos de idade, Alvares Machado já se sentia apto a clinicar por conta própria, e, pois, decampou para Itu, onde se consagraria à profissão, ao mesmo tempo que daria aso ao seu gênio meditativo e, de igual quilate, perscrutador. Aí se entregaria profundamente aos estudos médicos e cirúrgicos, que amenisava com investigações e análises sobre variados objetos da história natural. Entrementes, segundo paciente biógrafo, Alvares Machado também mergulhou no conhecimento do Direito Público, de vez que já se sentia com vocação para a política.

Breve, sua clínica alcançou imensa notoriedade, a qual lhe gerou tal confiança pública, que lhe valeu, em 1814, a nomeação de cirurgião-mor do 1.º Regimento de 2.ª Linha, confirmada por carta patente de D. João VI.

De Itu, onde contraiu matrimônio com D. Cândida Maria de Barros, pertencente a uma das mais distintas famílias ituanas, Alvares Machado transferiu-se para Pôrto Feliz, já senhor de vasta nomeada clínica e cirúrgica, e, juntamente, de ativo militante na política...

\* \* \*

Já, pois, naquele entrementes decisivo para a sua grande existência, Alvares Machado iniciaria, em Itu, os primeiros passos de sua rumorosa e brilhante carreira de homem público. Entraria em contato, conjuraria, formaria clubes políticos, com grandes nomes da sua máscula geração de patriotas e titãs, cuja projeção paralela encheria a história dos primeiros trinta anos da Independência nacional. Reuniam-se, ali, e eram íntimos de Alvares Machado: Feijó, Vergueiro, Paula Souza, o afortunado Costa Carvalho...

Mas o terremoto catastrófico do ciclo napoleônico abalaria a Europa e repercutiria nas Colônias da América do Sul, cujos sentimentos de emancipação veio estimular e fazer explodir vitoriosamente. O ideal de libertação despertaria tôdas as camadas sociais das oprimidas colônias luso-hispânicas, enquanto as Metrôpoles malmal se refaziam da tremenda hecatombe continental.

A partir de 1808, a situação de Portugal era dolorosamente especialíssima e única, na espantosa tragédia europeia: com a Côrte fugitiva, no Brasil, desde então, a Lusitânia ficara entregue ao domínio das Juntas absolutistas. Decaía progressivamente, ao passo que o Vice-Reino do Brasil desfrutava posição relativamente vantajosa, acoçoada pelas simpatias de D. João VI, que o ia administrando e lhe decretava numerosos melhoramentos: construía-se, pois, o Reino do Brasil, sob as ruínas de Portugal, abandonado e longínquo.

Por outro lado, ainda, as idéias político-sócio-jurídicas da revolução francesa se irradiavam e percorriam o mundo ocidental, cuja fisionomia feudalista iam a truncar e a varrer para sempre, a rumo da dignidade e liberdades humanas.

Foi então que rebentou, no Pôrto, subitânea revolução, que se alastrou triunfante, até Lisboa. Clamava-se pela convocação das Côrtes e por um governo constitucional, sob a dinastia de Bragança. Imensa, a repercussão que êsses acontecimentos vieram a ter no Brasil, cujas capitanias, de ora' avante, elevadas à categoria de províncias, aderiram imediata e espontâneamente ao nobre ideário e significavam, assim, a sua aversão pelo absolutismo anterior. No Rio, povo e tropa compeliram D. João VI a jurar, desde logo, a Constituição que em Lisboa se estava elaborando, e a aplicá-la ao Reino do Brasil.

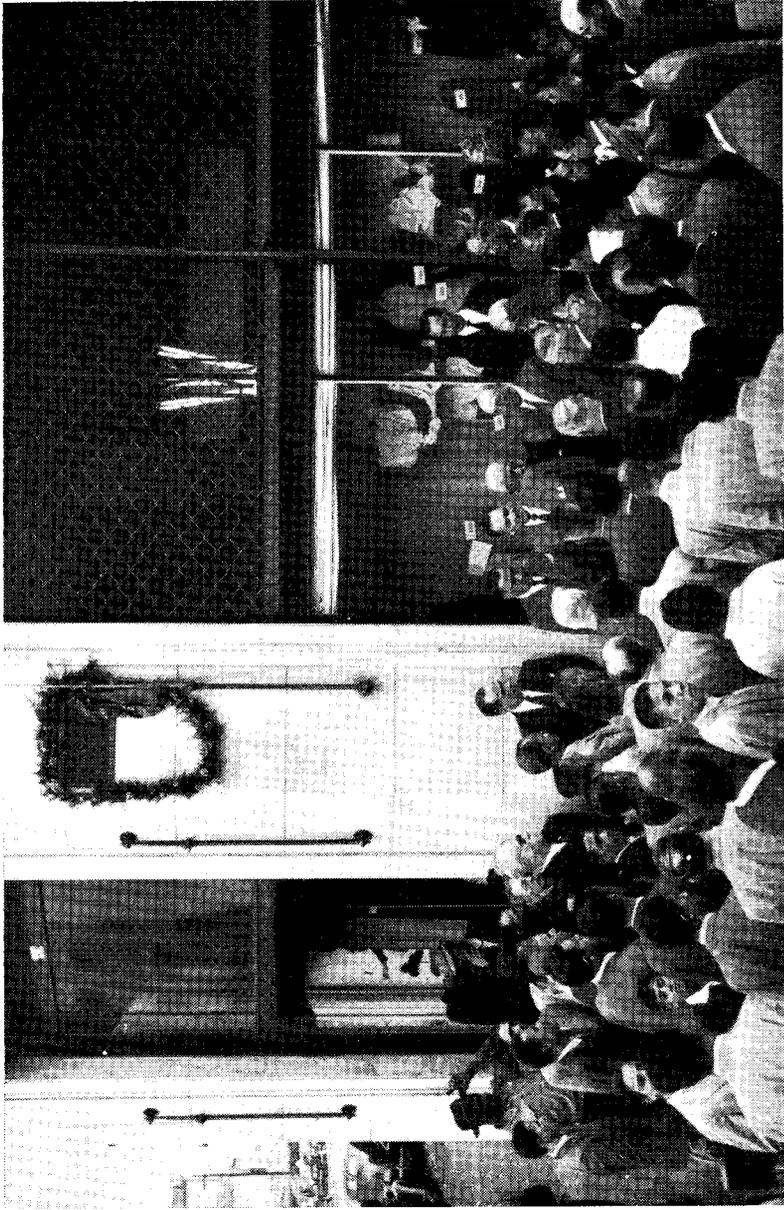
Com o decreto de juramento ao novo sistema — sistema constitucional —, publicaram-se instruções para a eleição de Deputados às Côrtes, conforme se anunciou em S. Paulo, pelo Bando de 12 de Março de 1821.

Ora, reunidos os eleitores paroquiais de Itu, para escolherem entre si os que deveriam, com os da outras comarcas, formar a Junta da Província, para a eleição dos Deputados às Côrtes, — intimaram, em 17 de Maio, o ouvidor, para presidir a sua reunião e deferir ao colégio eleitoral o juramento da futura Constituição lusitana.

O ouvidor, Medeiros Gomes, vacilava em atender à intimação eleitoral, e só aquiesceu, quando se lhe informou que, com a sua anuência ou sem ela, se cumpriria o que entre eles fôsse deliberado. De bom aviso é transcrever, na íntegra, a narrativa ao excelente livro — “Senador Vergueiro” — do erudito escritor, sr. dr. Djalma Forjaz:

“Foi então que por proposta de Nicolau Vergueiro, Paula Souza e Alvares Machado, respectivamente eleitores de Piracicaba, Itu e Pôrto Feliz, o ouvidor deferiu aos eleitores o juramento à futura Constituição portugueza; foi ainda proposta deles que se expedissem ordens a todas as câmaras da comarca para o mesmo fim e se fizesse sentir ao governador Oeynhausén a necessidade de se cumprir em toda a província aquele decreto”.

A atitude resoluta dos três insignes compatriotas obrigou a definir-se o ouvidor e fez que S. Paulo se antecipasse, como em tudo o mais na vida política do Brasil, em abraçar a grande idéia liberal, que próximamente enunciaria a emancipação do Brasil, cujos pródromos paradoxalmente se esboçavam, naquela antemanhã de luminosos destinos.



Ao ser inaugurada a placa da rua Alvares Machado fala, pelo Instituto Histórico, seu 1.º Secretário, prof. Tito Lívio Ferreira.



Já, ali, vinculada à de dois gloriosos patriarcas da nacionalidade, avulta a ação decisiva de Álvares Machado.

\* \* \*

Desta altura, — independência, escamoteação bragantina, tisanada, ainda, a frente imperial do sangue quente dos heróis e gênios martirizados no Recife, em 1817, na hora santa da nascença nacionalista; 1.<sup>a</sup> Constituinte; sua dissolução reacionária; doação da Carta outorgada; abdicação do primeiro Imperador; tentativa federalista, incipiência cruel do “regresso”; Ato Adicional; Regência Feijó; vitória das “capacidades”... que de aluvião de sucedimentos agitou e tumultuou a alma nacional, ensaiada no impacto castigo de se aclimar no regime monárquico, impiedosa e estáticamente unitarista!!

Urge, de contado, passemos por alto e fixemos, logologo, o lento assomo do gigante parlamentar, eleito para a legislatura de 1834 a 37, 37 a 41, 44 a 46.

Discutia-se, na sessão de 17 de maio de 1834, o projeto Henriques de Rezende, de banimento de Pedro I. Álvares Machado, liberal autêntico, profere breve, conciso discurso, favorável à medida: — Vota a favor do projeto, porque a nação brasileira, e, com particularidade, a sua província, não quer a D. Pedro no Brasil, nem como regente, nem como cidadão brasileiro, que já o não é, nem como estrangeiro.

Na discussão do projeto de reforma constitucional, interveio Álvares Machado, liberal e autonomista convicto: — “...era de suma necessidade aumentarem-se os poderes das províncias. Se, porventura, não se admitisse a inviolabilidade dos membros das assembléias provinciais, valia o mesmo que ser illusória tôda a reforma de constituição, porque não poderiam êsses membros livremente emitir a sua opinião”. A respeito, relatou sugestivo fato acontecido em Castro, onde certo vereador acusou de arbitrariedades o ouvidor da Câmara: — foi completamente perseguido pelo juiz, que era o mesmíssimo ouvidor...

Sôbre autonomia, descentralização das províncias, é oportuno fixar a confusão reinante, até entre espíritos do porte intelectual e cultural de Bernardo de Vasconcelos, avançado corifeu do centralismo; — o *regresso*, que o imortalizaria. Ao discutir o projeto de reforma constitucional (Ato Adicional), Vasconcelos se revelou: — “...não podia considerar as províncias soberanas e, ao mesmo tempo, sujeitas... Limitava-se a oferecer à circunspecção da Câmara o sentimento de grandes autoridades, contra a ficção de tais soberanias, à qual se atribuíam as calamidades do México e Guatemala... Não era compatível com a constituição, nem com a soberania nacional de-

legar às províncias o direito de se constituírem... Não se devia entender a federação como alguns pretendem: — soberanizar as províncias, por independizá-las naquelas atribuições que lhes dizem respeito...”

Entretanto, liberal, fiel à sua orientação de mais franquias provinciais, bateu-se Alvares Machado pelo princípio de se definirem atribuições às assembléias das províncias e aumentá-las, tanto quanto possível, e, enfim, estabelecer-lhes a negativa daquilo que às assembléia não competir. Era o primeiro impulso a prol da autonomia localista.

Dentre as graves mutações por que passou a nacionalidade, sob a dura experiência da monarquia ferrenhamente centralizadora, sobleva encarecer a efetivada tentativa de mais absurda centralização, proposta e realizada pelo chamado projeto de interposição do Ato Adicional, oferecido por Paulino de Souza, Miranda Ribeiro e José Clemente, na sessão de 26 de setembro de 38, e apresentado à discussão, na sessão de 3 de junho do ano seguinte.

Era a vitória da histórica turma do “regresso”, triunfante com a queda do estóico Feijó, — Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto, Rodrigues Torres.

Pôsto a debate o projeto, Alvares Machado pede a palavra e profere o seu primeiro grande discurso, veemente e brilhantíssimo:

“... está sobre a mesa o boa constritor, o Sucuri, que vai lançar as províncias, e esmagá-las contra a capital: está sobre a mesa, não o laço de recíproco interesse, que é o único que pode manter a integridade do Império, mas a cadeia de ferro que vai prender essas mesmas províncias, que voluntariamente se coligaram para formar o Império Brasileiro; está sobre a mesa a redação desse ominoso projeto que, debaixo do esfarrapado pretêxto de interpretação ao Ato Adicional de constituição, reforma a mesma constituição, com clamorosa usurpação de poderes, e com notável opressão das liberdades das províncias, garantidas pelo Ato Adicional, que se quer nulificar.

“Esta redação não deve ser aprovada, porque o projeto é impolítico, inoportuno, absurdo e contraditório. E’ impolítico, sr. presidente, porque o Brasil já antes da vinda do sr. D. João VI, professava idéias liberais; o país estava coberto de sociedades patrióticas, que se propunham a estabelecer o regime das leis sobre as ruínas do absolutismo. O sr. D. João VI veio para o Brasil, e os brasileiros, generosos sempre, entenderam que se não devia doestar o nosso rei, que, buscando asilo, veio lançar-se nos braços de seus súditos americanos...”

— O sr. Presidente: — O sr. deputado divaga.

— O sr. Alvares Machado: — Não divago, sr. Presidente, nem sei como V. Excia. possa adivinhar o método pelo qual eu dirijo as minhas idéias, para chegar a uma conclusão afinal; cada um tem o

seu método de raciocinar: nem V. Excia. pode apresentar a sua inteligência como bitola das nossas capacidades.

Arreventou em Portugal a revolução; nós aderimos a ela, porque não devíamos deixar comprometidos e desamparados nossos irmãos da Europa.

— O sr. Andrada Machado: — E porque não devíamos ficar abaixo dêles.

— O sr. Álvares Machado: — Eu passo de um salto o intervalo da independência, para chegarmos à assembléa constituinte do Brasil. Reunida ela, formado o projeto de constituição, o monarca recuou diante dêle, — tanta soma de liberdade talvez não quisesse. Mal aconselhado por imprudentes amigos da monarquia, deu o fatal golpe de Estado, dissolveu a assembléa constituinte. Desde então, dous campos se estabeleceram no Estado: o monarca declarou que queria tudo, o povo declarou que não cedia nada. A Federação do Equador provocou o aparecimento e juramento da constituição, que nos rege. Foi como uma composição que não agradou cordialmente a nem-uma das partes litigantes. Os conselheiros imprudentes da coroa apelaram para uma reforma no sentido da Côrte, o povo apelou para uma reforma que desenvolvesse o elemento federal, encerrado na constituição. O espírito público se desenvolveu de maneira poderosa contra as tentativas do govêrno. O monarca se assusta, parte para Minas-Gerais, proclama aos povos, e se declara abertamente contra a idéa da reforma; daí para diante, a crise era inevitável: ou o país havia de ficar sujeito ao regime arbitrário, ou o monarca havia de abdicar. O monarca abdicou. As reformas se fizeram e foram recebidas por tôda a parte com o maior entusiasmo. O espírito público ia deixando a política e já se voltava para a prosperidade material do país. A agricultura e o comércio principiavam a florescer; os ânimos, os rancores a se apaziguar, quando um partido bem conhecido hasteou a bandeira do regresso, e chamou de novo tôdas as idéias para a praça pública.

— O sr. Paulino de Souza: — Quem é que quer o regresso?

— O sr. Álvares Machado: — O sr. ex-ministro da justiça e seus companheiros. A vista desta história, não está bem claro que o projeto de reforma é impolítico, que pode provocar nova luta, na qual não sabemos que pensamento triunfará?

“Também é inoportuno: a província do Maranhão arde na guerra civil; a Bahia parece revolver-se debaixo do ensanguentado pano que a cobre; o Rio Grande do Sul triunfa de todos os empenhos da legalidade; Santa Catarina, mássacrada e perseguida pelos falsos ou imprudentes amigos da legalidade, vê parte de sua população lançar-se entre os braços dos republicanos, para procurar asilo contra tantos vexames; tôda a população do Império assustada com a ominosa idéa do regresso; Bento Gonçalves, apontando para a capital do Império, como

para o ponto em que se forjam grilhões para a liberdade, convida a tôdas as províncias à federação geral; é nesta triste conjuntura, é à face de tantos perigos, que levantaremos nossas mãos profanas contra a constituição, contra o Ato Adicional?

O projeto é absurdo, pois que a nada menos se propõe, que a fazer passar, com o título de interpretação o que é verdadeira reforma do Ato Adicional, reforma atentatória dos foros provinciais.

— O sr. Presidente:— Limite-se o sr. deputado aos tópicos de absurdo e de contradição.

— O sr. Álvares Machado:— V. Ex. tem consentido em divagações, em sermões, em tudo quanto se tem querido, e agora a mim quer prender-me ao poste! Pois assim mesmo prêso ao poste (o orador cruza os braços sôbre o balaustre como se nêles estivesse atado) continuarei...”

E continuou, sempre eloquente, espontâneo e sugestivo. Não é contrário à interpretação do Ato Adicional. Opõe-se, porém, à reforma sub-reptícia da constituição. Faça-se essa reforma, se tal medida convém aos interesses gerais.

Foi, pois, dêste quilate a interferência do grande orador na impugnação do projeto de supositicia interpretação do Ato Adicional, a qual me veda o tempo desenvolver: pela sua bôca inspirada falava a própria indignação da nacionalidade federativa.

\* \* \*

D. Pedro I era consumado espécime de soberano arbitrário e resoluto. Jamais se conformaria com a posição de monarca constitucional.

Arrastou o Brasil à desastrosa guerra platina, no fim da qual, permitiu que seu ministro José Clemente encomendasse, em 1829, copioso material bélico, à firma Guilherme Young & Filho. Após os sucessos do 7 de Abril, José Clemente foi denunciado pela câmara dos deputados, por haver, sem autorização da assembléa, contraído tão avultado compromisso, que orçava por mais de quinhentos contos de réis. O senado o absolveu, pois que do contrato constava a ressalva de que a obrigação só se tornaria líquida e certa, depois que a assembléa o autorizasse.

Entretanto, o judiciário, suplicado, deu ganho de causa a G. Young & Filho, e condenou o govêrno ao pagamento sôbre o que judiciariamente se liquidasse.

Em Outubro de 30, chegou ao Rio êsse armamento, que não foi aceito pelos técnicos do Exército, porque não veio nas condições da encomenda. Entrementes, a firma intermediária o recebeu e tratou de revender a diversos países (Paraguai, Turquia, etc.).

Na sessão de 23 de Junho de 1840, entra em discussão a resolução judicial que mandava pagar a G. Young & Filho, a importância de 748.522\$680 réis, capital, perdas e juros de mora.

Rompe os debates Teófilo Ottoni:— Pelo documento exibido por José Clemente, em defesa própria, se verificava que a encomenda só teria o seu efeito, mediante a aprovação do corpo legislativo, a que se sujeitara Young & Filho. Em razão dêsse documento, José Clemente foi absolvido, ao passo que a pobre nação aparece condenada na enorme soma de setecentos e tantos contos de réis. Carneiro da Cunha também nega fôsse a nação obrigada a êsse pagamento, visto não haver o ministério pedido crédito para mandar vir o armamento ilegalmente encomendado. Andrada Machado não concebe como se possa despender tão grande soma, sem que para isso fôsse o ministério autorizado. Entretanto, entende que essa dívida está autorizada por uma legislatura, que ordenou se fizesse um arbítrio, que foi feito. Não sabe como se há de agora destruir a autoridade do caso julgado, pois que seria a destruição da própria assembléia... Carneiro de Campos acha que o judiciário decidiu a questão e reconheceu o direito do reclamante. Pela resolução de 3 de Outubro de 1837, o legislativo autorizou o govêrno a pagar na forma da sentença.

Replica Carneiro da Cunha: — Não pode votar pelo direito do reclamante, sem que se lhe prove que o ministro podia fazer despesas além das votadas na lei do orçamento. Pacheco, membro da comissão, explica que o judiciário só vem ao legislativo, para que êste decrete os meios pelos quais esta sentença tem de verificar-se.

Outros oradores ainda falaram, entre os quais o próprio réu, José Clemente, cujo discurso é pitoresco, arrojado e sem escrúpulos:

“...o ministro de então podia tratar êsse negócio, porque  
“estava convencido da urgente necessidade dos gêneros en-  
“comendados... porque nem-um armamento a êsse tempo  
“existia, e era necessário comprá-lo, por haver urgente ne-  
“cessidade de preparar fôrças para poder negociar com  
“vantagem o tratado definitivo de paz com as nações vi-  
“zinhas, e para prevenir êsses movimentos da Província do  
“Rio Grande (sublime profeta!) que mais tarde tiveram  
“lugar, mas de que o govêrno de então já tinha conheci-  
“mento!... na minha defesa aleguei êsses motivos, e efe-  
“reci documentos, que os provavam...”

Afinal, vai à tribuna Álvares Machado, cujo discurso assume proporções de êxtase e sublimidade, na santa indignação de patriotismo ferido:

“Não sei, sr. presidente, que mau fado persegue a nação  
“brasileira, que ela é sempre condenada a ter sentenças

“contra si, a pagar quase sempre o que não deve! Nós  
“declaramos a nossa independência, defendemo-nos contra  
“as forças mandadas pela nação portuguesa; vencemos  
“todos os empenhos da mãe-pátria, que se estorçou contra  
“a nossa justa causa em todos os pontos do Brasil; nossa  
“esquadra perseguiu a esquadra portuguesa até a foz do  
“Tejo e do Douro; arvorou-se a nossa bandeira diante das  
“baterias de S. Julião da Foz; mandamos algumas balas  
“para asseverar a existência do nosso pavilhão; e, quando  
“esperávamos que da parte de Portugal não houvesse senão  
“pleno reconhecimento de nossa independência, como dig-  
“nos filhos de antigos portugueses, que se constituíram in-  
“dependentes da Espanha; quando esperávamos, digo, o  
“reconhecimento de nossa independência, foi quando nos  
“vimos obrigados a pagar carta de alforria!!

“...Os inimigos da independência do Brasil mandam mu-  
“nições de guerra e bôca para as forças portuguesas que  
“combatiam contra a independência do Brasil; vencemos  
“essas forças, e depois nos vimos obrigados a pagar o im-  
“porte dessas mesmas munições que eram mandadas a Ma-  
“deira, João Felix e outros; foram julgadas más prêsas as  
“embarcações que conduziam armamento, pólvora, bala e  
“mantimentos para as forças portuguesas!

“Ora, srs., que nação tem passado por igual sorte? Os  
“Estados Unidos da América fariam igual pagamento? As  
“mesmas ex-colônias espanholas, que até agora não têm  
“podido sair do caos da anarquia, têm passado pelas igno-  
“minias por que tem passado a nação brasileira?

“Um ministro da coroa manda buscar à Europa, por meio  
“de um comerciante estrangeiro residente no país, grande  
“porção de armamento; toma incremento, toma vulto a  
“acusação que a este ministro se fazia, de mandar buscar  
“êste armamento, para armar com êle aos inimigos da li-  
“berdade do Brasil, aos conspiradores contra as instituições  
“do país; tais foram as idéias apresentadas nesta câmara,  
“quando se tratava da acusação do ministro...

“— O sr. Nunes Machado:— Cairam.

“— O sr. Álvares Machado:— Essas idéias não cairam,  
“porque a acusação passou na câmara, e se o ministro foi  
“absolvido no senado, foi porque alegou que o armamento  
“tinha vindo com a condição de ser pago, quando a as-  
“sembléia geral o aprovasse...

“— O sr. Nunes Machado:— Isto não prova nada.

“— O sr. Clemente Pereira:— Não há tal.

“— O sr. Álvares Machado:— Consta do processo im-  
“presso. Depois que o sr. ex-ministro é absolvido no se-  
“nado, procura-se então o pagamento dêste armamento.  
“Dizem (eu não sou dêsse tempo, recordo unicamente o  
“que se disse na casa e no senado), dizem que não aparece  
“uma nota, um documento passado por Guilherme Young,  
“em que dizia que S. Ex. o sr. ex-ministro tinha mandado  
“buscar o armamento com a condição de se pagar, quando  
“a assembléia aprovasse. . .

“— O sr. Clemente Pereira:— Nunca existiu; êsse papel  
“ninguém viu.

“— O sr. Álvares Machado:— Declaro que o não vi, por-  
“que não sou dêsse tempo, mas há bastantes pessoas que di-  
“zem que o viram, que dizem que o tiveram em suas mãos,  
“que ao menos me permitirá o sr. ex-ministro que diante  
“de sua autoridade suspenda o meu juizo a êste respeito.

“— O sr. Clemente Pereira:— Há de aparecer o original.

“— O sr. Álvares Machado:— Manda-se, pois, sr. pre-  
“sidente, vir uma porção não pequena de armamento contra  
“a vontade dos legisladores, contra a vontade do povo; a  
“assembléia não aprova a vinda dêsse armamento, rejeita-  
“o, acusa o ministro, entrega o armamento ao negociante,  
“êste o recebe, manda-o distribuir mercantilmente por  
“outras partes onde o pudesse vender, e passados tempos,  
“vem reclamar o pagamento dêsse armamento que a  
“nação brasileira não aceitou, não recebeu, não se serviu  
“dêle! Mais valia neste caso que nós tivéssemos ficado  
“com o armamento, porque então não pagávamos os pre-  
“juizos, perdas e danos; pagávamos unicamente o capital  
“com o lucro correspondente. . .”

E prossegue o grande orador na sua argumentação impressio-  
nante, cerrada, maciça, contra a aprovação daquele pagamento, cuja  
mercadoria a nação não recebeu, mas foi vendida por Young a países  
estrangeiros:—“... estamos, — exclama Álvares Machado — estamos  
em condições de desmanchar o patronato pelo qual se mandou fazer  
êste pagamento, que deve ser feito pelo próprio sr. José Clemente,  
pois que a nação brasileira está, relativamente, mais pobre do que  
S. Ex....”

Segue-se com a palavra Carneiro Leão. O futuro Paraná apres-  
sa-se em rebater a alusão a patronato, do qual não teria participado,  
se o houve, o ministerio de 19 de Setembro. Diz que pode até acon-  
tecer que êste negócio venha a ser objeto de alguma reclamação di-  
plomática. . .

Montezuma combate, com veemência, êsse pagamento. Volta à tribuna Álvares Machado, que eloquentemente responde a Carneiro Leão, em longo e incisivo discurso, contra um patronato escandaloso... Contesta possa a Inglaterra intervir arbitrariamente...

Afinal, na discussão do orçamento, em 1841, em câmara conservadora, o ministro da fazenda, Miguel Calmon, declara achar razoável e justo o pagamento a Guilherme Young & Filho. Responde-lhe vigorosamente Teófilo Ottoni. Secunda-o o deputado Marinho, ambos liberais. Nunes Machado pronuncia-se pelo pagamento, que é igualmente defendido por Maciel Monteiro. A êste contradita desassombradamente o deputado Marinho, que volta à tribuna. Perguntalhe se ha paridade entre aquilo que se devolve a seu dono, e aquilo que o govêrno gasta e consome, pois que o armamento veio, mas foi, outra vez, entregue a seu dono.

Em cabo, na sessão de 23 de setembro de 1841, foi aprovada a resolução que autorizava o govêrno a pagar a Guilherme Young & Filho, a importância de 748.522\$680 réis, "porque, segundo indiscreto aparte do grande Ottoni, ao discurso do deputado Marinho, tinha Young por padrinho a lord Palmerston..."

\* \* \*

A mística do trono, ocupado quanto antes, pelo "órfão nacional" que o drama nacionalista do sete de Abril confiara aos carinhos paternos do Patriarca da Independencia, exaltava tôdas as consciências liberais, às quais se filiavá integralmente Álvares Machado. Vinham cansadas de regências e ensaios reacionários, caracterizados, precipua-mente, nos severos efeitos da política do "regresso", peregrina inventiva de Vasconcelos, Torres e Carneiro Leão, entrementes guindados ao poder, com o arrogante ministerio das "capacidades", e o reinado de casaca, de Araujo Lima. "Araujo Lima" — escreve ilustre autoridade — "Araujo Lima, com todo o seu tato, não conseguiu manter coeso o partido que assumira o govêrno em 19 de Setembro de 1837 — a 16 de Abril de 1839, caíra o ministerio das capacidades..." sem o pronunciamento da Câmara, mas, por divergências quanto à situação do Rio Grande do Sul e quanto à escolha de Calmon para o senado... (Tarquinio de Souza, — "História de dous golpes de estado").

Apreensões e desassossegos, revoltas e ameaças de separatismo, — tudo isto alarmaria os homens de responsabilidade pelo futuro do Brasil. A salvação, desde 1835, com o projeto Luiz Cavalcanti, sôbre a declaração da maioridade de Pedro II, aos 9 anos; com o projeto Vieira Souto, que dispunha fosse declarado maior o Imperador menino, desde já, aos 11 anos, em 1837, — a salvação da nacionali-

dade, da unidade do Império e da autoridade sem contrastes, estava na ascensão de Pedro II ao trono. A generosa sensibilidade das almas patrióticas, entronizar o Imperador menino, cujo fasto importaria emoção inédita, seria a aurora radiosa da pacificação, o milagre da ordem geral, a confraternização instantânea, o esquecimento, o perdão, a magia da cessação das lutas que dilaceravam a pátria martirizada. Esse, o fervente ideário que ritmava o sentimento dos corações liberais. Já em 1839, Álvares Machado profere um de seus formidáveis discursos, de alada eloquência. Combatia vigorosamente o projeto que autorizava o govêrno a aliciar mercenários importados de Europa, a fim de se levar a efeito invencível ofensiva contra os Farroupilhas riograndenses. Ao perorar, exclama o grande orador:

“Derribe o govêrno essa bandeira do regresso, respeite as “instituições do país, chame em tórno de si todas as ilus-  
“trações, todos os homens bem intencionados; e verá rea-  
“parecer todos os milagres do patriotismo. A paz se res-  
“tabelecerá nas províncias; e, sem estrangeiros e sem san-  
“gue, os republicanos do Rio Grande derribarão sua fatal  
“bandeira e voltarão à pátria. O sr. D. Pedro II tomará  
“as rédeas do govêrno no meio da paz e da prosperidade  
“pública”.

Era o apêlo do bom-senso à reconciliação das forças políticas, que rigorosamente se hostilizavam.

Finalmente, aos 12 dias de Maio de 1840, presente à mesa da câmara o projeto de resposta à fala do trono, dos deputados Andrada Machado, Aureliano e Montezuma, desfraldou-se, às súbitas, o vexilo da propaganda antecipacionista. Honório Hermeto liderava a poderosa corrente da situação conservadora dominante, que era a maciça legião dos “parados” e “sem pressa”, na ascensão precoce do ceptro imperial.

O instante era temerário e estava a exigir decisão heróica! Honório Hermeto compreendeu toda significação do lance adverso: aceitou o desafio e ia enfrentá-lo. Levantaria desjeitosamente a luva, hábilmente atirada por de sôbre o, já agora, trepidante e esmaecente estrelário de suas radiosas ambições políticas. Foi, naquele prenúncio de tempestade iminente, a missão ingloriosa do audaz, bem que meteoricamente incauto Paraná. O projeto de resposta à fala do trono continha, com endereço expresso, êste complemento, em verdade, desafiador e sugestivo:

“...e vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V.  
“M. Imperial, assegura a V. M. Imperial que se ocupará  
“oportunamente com toda a solicitude dêste objeto...”

Era a plena articulação de vasto programa de ação maioritária, intermitente e insuladamente balbuciado, em tímidos ensaios experimentais.

O futuro Paraná postou-se a montante da torrente caudalosa, que bramava, perto: antecipou-se nos debates, e proferiu longo discurso doutrinário. Ora, hábil; ora, sinuoso e complicado, foi divagando, até que atingiu, em cheio, o alvo, em que tinha fito o pensamento dilatatório:

“... como promete ela (a comissão de redação do projeto) “tratar do negócio oportunamente, e quando chegar a “maioridade do Imperador?! Julgo que não foi bem pensado êste tópico da resposta...” De seguinte, propôs “Honório Hermeto se suprimissem as palavras fatídicas do projeto: — “... e vendo com prazer aproximar-se a maioridade...” até o final.

A luta estava, pois, travada, em campo aberto. Responde-lhe o deputado Marinho, que mantém aquêlê período e o justifica brilhantemente. Henriques de Rezende, Tosta e Nunes Machado apoiam a supressão proposta por Honório Hermeto. Antonio Carlos e Montezuma defendem a redação do projeto. Montezuma lança mais lenha à fogueira incipientemente crepitante: — “...Nem-um de nós hesita, srs., em declarar S. M. o Imperador maior: — considerações de interesse público podem fazer que um ou outro membro da casa tenha essa hesitação, enquanto à época; pode parecer a algum que S. M. ainda se não acha completamente habilitado para ser Imperador efetivamente...”

Honório Hermeto, de novo na tribuna, compreende a alusão e define-se:

“...eu desejo muito que êle tome efetivamente conta do “governo do país, quando a lei do país o chame, ou quando “do suas faculdades estiverem tão desenvolvidas, que nós “julguemos que êle tem chegado a êsse grau de maturidade, que ordinariamente se costuma chegar na idade “de 18 anos...”

Falava o mesmo homem, frio e calculista, que obrigara a parar o carro revolucionário, após o sete de abril... Já ali, era impassível o espírito de resistência no ânimo resolutivo do enérgico líder, combatente e mandonista: — “...na idade de 18 anos... ou quando suas faculdades estiverem tão desenvolvidas, que nós julguemos que êle tem chegado a êsse grau de maturidade...”

De sorte que o mero arbítrio dêsse limite, empiricamente estabelecido na constituição, representaria o cânone jurídico inviolável a que se acastelaria a coorte daquele conservantismo intransigente.

Descobertas as baterias dos regressionários, cujo chefe indisputado era o sisudo Honório Hermeto, intervêm na discussão Álvares Machado. Seu discurso foi de temperança tática e amistoso convite de atitudes conciliatórias, à pacífica definição de fôrças, que urgia arregimentar. Analisa calmamente a situação nacional, salteada de apreensões indecisas, ameaças e desassossego. Em cabo, expõe êstes conceitos incisivos:

“...O que vejo e o que me parece que escuto, é que o “povo do Rio de Janeiro, como a população do Brasil, “vê com muito prazer aproximar-se a maioridade de S. “M. o Imperador, e que deseja que êle quanto antes to-  
“me conta das rédeas do govêrno, porque está cansado  
“dêste govêrno republicano...”

“Eu, felizmente, não tenho nada a temer; monarquista, e  
“sempre monarquista de boa fé, não temo que apareçam  
“essas contrariedades, porque Deus há de sustentar a mo-  
“narquia...”

Ainda na mesma sessão da Câmara (23 de maio), Álvares Machado acelera mais impulso à marcha da campanha maioritária, apenas delineada: — “Lembra haver caído no Senado, o projeto de lei pelo qual se julgava maior a S. M. Imperial, e desde êsse momento tôda a espectação pública se voltou para a Câmara dos srs. deputados, porque o povo brasileiro deseja ver entregar-se as rédeas do govêrno ao homem que não pode ser vivo, senão sendo viva a nação brasileira; deseja ver entregar-se as rédeas do govêrno ao homem que não pode ser forte, senão sendo forte a nação brasileira; deseja ver entregar-se as rédeas do govêrno ao homem que não pode ser respeitado, senão sendo respeitada a nação brasileira, que não pode ser grande, senão com a grandeza nacional...”

Mas, Carneiro Leão, estadista ousado e afeito à direção do partido de que fôra proeminente fundador, previra a extensão e vulto dos acontecimentos que se adensavam em tôrno dos planos de antecipação da maioridade imperial, cuja conjuração estava bem patente nos têrmos explícitos do projeto de resposta à fala do trono. E bem; não vacilou em desferir golpe temerário e intrépido. Offerceu projeto de lei, pelo qual os deputados eleitos no próximo pleito receberiam poderes especiais do eleitorado, para reformar o artigo 121 da Constituição, “a fim de que S. M. o Imperador atual possa ser declarado maior antes da idade de 18 anos completos”.

Era o ardil inábil da protelação, pois que, à época de se reunir a nova Câmara, o Imperador já seria maior, pelo simples decurso do tempo.

Ante a manobra protelatória, constante do projeto Paraná, differiu-se, regimentalmente, a discussão da maioria imperial. Ao discutir, na sessão do dia 3 de julho, a absurda autorização de pagamento a Guilherme Young & Filho, Alvares Machado termina o seu vigoroso discurso de impugnação: — "... Não deixemos o país entregue a govêrno já indicado pelas fôlhas públicas como ilegal; salvemos a ordem pública, entregando o govêrno ao sr. D. Pedro II. Discuta-se, pois, quanto antes, êsse projeto de reforma, destinado a procrastinar uma época reclamada pela nação inteira. Eu declaro que não quero mais provisórios; mas, se o govêrno do sr. D. Pedro II tem de ser acintemente demorado, ao menos se entregue, no entanto, a suprema administração a quem compete pela Constituição. (O orador referia-se à regência da princesa Januária, já na idade de 18 anos completos). Se queremos a paz pública, demos-lhe poderoso apoio; remova-se um govêrno que pode causar abalo nas províncias, e que já luta com descontentamento geral. Venha a maioria do sr. D. Pedro II."

Paraná compreende a viva inquietação crescente, e, porisso, já na sessão do dia 4 pede urgência para a discussão de seu projeto sobre reforma constitucional. No respectivo discurso, Paraná alude à primeira atitude de Alvares Machado, quando, em 37, combateu o projeto Vieira Souto, que proclamava, àquela época, maior o Imperador, então com onze anos de idade.

Apoiada a urgência, entra em discussão o projeto Paraná. Alvares Machado defende-se, com vivaz ironia e argumentação irretorquível: — "... é sempre coerente com os seus princípios... desejaria que essas acusações de pretendidas incoerências não partissem do lado que fez a reforma das reformas da Constituição, do lado que, entrando para o poder, desertou vergonhosamente dos princípios que estabeleceu, quando opositor, do lado que proclamou a bula das circunstâncias, do lado, finalmente, que, falseando nossas instituições, faz da nossa Constituição o guarda-chuva do partido, que se abre ou fecha conforme o interesse da facção e de seus membros..." Opôs-se à antecipação, aos onze anos de idade, quando era mínimo o desenvolvimento do sr. D. Pedro II.

Em discussão, afinal, o projeto, Andrada Machado profere notável discurso de combate à reforma constitucional. Termina, com esta advertência de bom-senso: — "Não quereis remediar os males, não quereis salvar o país das revoluções, o termo se aproxima: eia, tempo virá em que o queirais, mas será sem remédio; então ficareis perdidos, morrereis nas ânsias e agonias das revoluções e comições.

políticas...” A seguir, Alvares Machado fala pela ordem. Diz achar-se maravilhado do silêncio de Carneiro Leão, autor do projeto de reforma do artigo 121 da Constituição, diante do discurso de Andrada Machado, que, de maneira irresponsível, demonstrou que o artigo 121 não é constitucional, ao mesmo tempo que precisou a necessidade urgente de governo estavel, sob a bandeira da ordem, governo de prestígio, que chame e una todos os brasileiros... Ora, quando se pôs em discussão o projeto de maioria no Senado, só o venerando presidente falou com a sua eloquente lógica a favor do projeto, e nem-um senador se levantou; nem-um deles disse a menor palavra; e, pôsto em votação o projeto, sobre ele caiu uma pancadaria de votos que o derribaram... Dar-se-á que tudo esteja preparado no meio de nós, para cair o projeto, ou para o aprovar, sem se dizer sobre ele uma só palavra?... apareçam os deputados adversários, com as suas razões... rebatam os princípios apresentados pelos adversários... digam as razões que os levaram a considerar como constitucional um artigo que o não é...

Na sessão de 13 de julho, Alvares Machado profere grandiloquo discurso, em defesa da antecipação da maioria do jovem Imperador e em demonstração de que o art. 121 não é constitucional. Evoca a timidez natural que sente, ao ir tratar do assunto jurídico, depois do discurso de Antonio Carlos: só toma parte na discussão, para se defender, ainda, da acusação que lhe fez Carneiro Leão, sobre sua incoerência. Essa estranheza de Carneiro Leão e vários deputados seus acólitos, que a repetiram, muito honra o orador, porisso “que se os meus ilustres colegas estivessem habituados a ver em mim uma dessas bandeirolas políticas, que hoje são republicanas, amanhã, monarquistas; hoje, constitucionais, amanhã, absolutistas; hoje, participando a idéia exagerada da emancipação das províncias, e, logo depois, partilhando idéias inteiramente centralizadoras; se os nossos ilustres colegas estivessem acostumados a ver-me sempre nessa mobilidade de idéias, sem dúvida nem-uma não me honrariam muito, estranhando um fato de mudança de convicção sobre a questão de ser ou não constitucional a doutrina do art. 121 da Constituição...” Ao diante, desenvolve erudita demonstração sobre casos de maioria na Inglaterra, Espanha, França, Portugal e outros povos, cujas leis e doutrina invoca e confronta com o texto constitucional em debate. Dessa comparação, a mudança que se operou no orador “... proscrever a mudança de convicção, proscrever as reformas, as modificações nas idéias, é proscrever a perfectibilidade da espécie humana! Eu acho, com Mme. Stael, que é rebaixar a espécie humana ao grau de bruto ou irracional! Eu acho que proscrever a mudança das idéias, pensamentos e convicções, é, como diz o célebre Lamartine, proscrever a perfectibilidade do gênero humano,

perante o qual a providência abre todos os dias, e cada vez mais os dilatados horizontes”.

Aprecia o direito público dos povos europeus, analisa os tratadistas, põe em confronto com o dispositivo constante do art. 121 da Constituição do Império, regras semelhantes. Mostra a doutrina observada nesses países, desde remota antiguidade até a época da implantação do regime constitucional, na Europa, cuja história passa em paciente revista. De caminho, provocado por apartes dos conservadores, solidariamente opostos à antecipação da maioridade imperial, desde que se acham no poder, Alvares Machado traz à baila opiniões e atitudes desses políticos e estadistas, e lhes aponta contradições e mudanças contínuas. Quando citava, a respeito, a opinião de Souza Franco, êste o aparteia:

— Só se lembra do que eu disse a êste respeito; do mais, não fala — Alvares Machado replica, e, inopinadamente, o confunde:

— Pensei que o nobre deputado dizia que só nos lembramos disto, quando nos achamos no poder; porque eu queria citá-lo desde já para uma reconvenção...

Isto é, na oposição ao govêrno, os conservadores defendiam a antecipação maioritária. No govêrno, êsse partido era contrário a essa medida.

Provocado nominalmente, Carneiro Leão lhe dá o seguinte aparte:

— Todas essas generalidades em que o sr. está, — de imediato responde Alvares Machado:

— Generalidades em que tenho estado, e o sr. nem nelas quer entrar; quer-se conservar calado, para depois fazer digestão de tudo o que se tem dito, apresentar as suas idéias e imediatamente — votos, votos...

Depois de esgotar o exame de autores europeus e comparar textos constitucionais, exaustivamente, eruditamente, Alvares Machado vira-se para Carneiro Leão e lhe joga êste desafio sem resposta:

— “Compete ao nobre colega por Minas a glória de ensinar às nações cultas da Europa, que o art. 121 da nossa constituição não é simples condição de tempo, mas pode influir sobre os limites e atribuições dos poderes políticos e individuais dos cidadãos; mas temo muito que os publicistas não estejam pela decisão do ilustre colega e nem recebam suas citações...”

Após haver falado, doente, por espaço de três horas a fio, terminada a hora da sessão, Alvares Machado pede lhe seja mantida a palavra para o dia seguinte, em que pronuncia outro discurso, igualmente estupendo, monumental e brilhante. Expõe nova bateria de erudição em legislação comparada, desde ciclos longinquos até

as constituições mais recentes em seu tempo. Traz o direito europeu, as tradições imemoriais, através das idades. Estuda a atualidade nacional, salteada de revoluções e desordens generalizadas, de descon-fiança e aviltamento, e pergunta: — “E qual o meio de tirar o go-vêrno do Brasil dêsse aviltamento? É elevar ao poder a pessoa que tem prestígio, a pessoa que pode dar honra ao govêrno, a pessoa que não há de ser insultada, a pessoa que não será atacada, porque nós temos recebido triste lição, depois de sete de Abril até agora...” Ao prororar, exclama, sublime e estóico:

“Agora devo dizer, sr. presidente, que nem-um motivo “pouco generoso me leva a votar desta maneira. Sr. pre-“sidente, eu sou homem da roça; não tenho uso da côrte, “não sou palaciano, e nem sequer frequento o palácio do “monarca, conquanto o ame muito, e, mais que muito, e “cada vez mais, êste amor cresce, à proporção dos males “que vejo padecer o país. Todavia, não vou à Quinta de “Boa-Vista, não me apresento ao sr. D. Pedro II; conten-“to-me em amá-lo, prezá-lo e estimá-lo de longe e só de “longe... assim continuarei a servir o sr. D. Pedro II “como garantia da paz, da tranquilidade, da permanencia “de ordem e de prosperidade, e, não, como fonte de graças “e de favores”.

Também o deputado Marinho falou, a seguir. Proferiu longo, elegante e eloquente discurso, em que rebate os argumentos da cons-titucionalidade do art. 121. Limpo de Abreu pronuncia convincente, sereno e elevado discurso doutrinário, pela declaração da maioria imperial por meio de lei ordinária.

Entrementes, polarizar-se-ia excepcional ambiência de exaltação na câmara, à medida que os acontecimentos chegavam a seu fim: eram discursos sôbre discursos, inflamados e intercalados de recriminações e doestos. A exacerbação de ânimos atingia o zênite, e urgia solução prática. Deu-a o futuro Paraná, que, em discurso extenso e confuso, no qual procurou inverter argumentos à dialética de Álvares Ma-chado, terminou retirando o seu projeto.

De imediato, buscou Alvares Machado reconciliar a representação nacional, naquele instante decisivo da história:— “...que mais nos resta do que apressarmo-nos em proclamar a maioria de S. M. o Imperador, entupir o abismo, abraçarem-se os dois lados, e formarmos um só partido?...”

Na sessão do dia 20 de Julho, esforçou-se ainda o grande orador e herói da maioria, por formar corrente de unidade nacional em tôrno da aclamação de Pedro II :— de feição que automaticamente se

transformaria em improvisa convenção a assembléia geral, naquele minuto extraordinário. Urgia que a aclamação fôsse feita pela nação inteira e com satisfação de todos os da casa...“ ... nuvens se aglomeram sôbre o horizonte do Brasil e ameaçam imminente tempestade! ...se nuvens se aglomeram prenes de raios que ameaçam grandes estragos, essas nuvens não podem ser impelidas e espancadas para longe, sem que raie o brilhante sol que é hoje o sr. D. Pedro II. É êle que nos há de fazer passar o Lethes, a fim de esquecermos nossos ódios e dissensões nascidas das circunstâncias excepcionais em que nos temos achado!... só com o govêrno do sr. D. Pedro II se poderá conjurar a tempestade que ronca, e não longe...”

Na sessão do dia 21, volta à tribuna Álvares Machado; seu discurso é comovente, embora declare reccar mover afetos. Pede, clama às galerias, ao recinto: “Deixemos as explosões de nossos corações para o dia em que o monarca subir ao trono, com a unanimidade de todos os legisladores: elevemos ao trono do Brasil o órfão augusto, cuja minoridade foi confiada à lealdade e à fidelidade da generosa nação brasileira...”

Reclama contra o adiamento da entronização, conforme propõe o projeto formulado e em discussão... Pede lhe perdoem a confusão com que falava. A emoção, enfim, tudo fez que desmantelasse o que desejava dizer...

Falam outros oradores. Fala Antonio Carlos:— “...não quis irritar, não quis a opposição doestar, mas representam a opinião do povo e porisso exigem que S. M. o Imperador entre já no exercício do poder...”

Na sessão do dia 22, fala novamente Álvares Machado:— “...desde o dia 7 de Abril até hoje, o único ligamento que tem havido para reunir os partidos, tem sido a câmara dos deputados... Agora, aparece um adiamento da câmara, e em que circunstâncias? Quando a tranquillidade era a mais absoluta (refere-se ao decreto do ministerio Bernardo de Vasconcelos, ministro do Império, por 24 horas) quando nem-uma voz appareceu que perturbasse a ordem, apparece o adiamento fundado na caluniosa accusação de perturbações públicas; trata-se de adiar a câmara; trata-se de fazer sair para fora da capital do Império ao monarca que é objeto de nosso amor e de nossas esperanças. Onde irá dar tanta audácia?... Protesto contra todos os atos praticados por este govêrno ilegal, intruso e usurpador, ao qual é lícito a todo o brasileiro resistir:— vamos para o campo...”

\* \* \*

Realizado o golpe de estado, de 23 de Julho de 40, delido, na véspera, em solícitas curvaturas e penitente beija-mão do Regente e seus





ministros, ao Imperador menino na sessão ordinária da câmara, fala Álvares Machado:— agradece o concurso das tropas, da mocidade, do povo em geral, na hora sublime da aclamação do jovem Imperador.

Aproveita' aquele instantâneo cívico, de regozijos e entusiasmos comunicativos, para desfaldar a bandeira da concórdia, em tórno da qual se devem reunir todos os brasileiros amigos de nossa pátria...

E bem:— meditemos desta distância veneranda, à luz de opulento documentário da publicística e à leitura dos Anais da assembleia, ou manuscritos recolhidos aos carinhos da Família Machado Florence. Compassemos, em pensamento, a exata significação dos acontecimentos rumorosos que se agitaram, até ao desfecho patético das câmaras reunidas na sala do velho Senado reacionário, em pacífica e desconcertante comunhão de solidariedade...

Em cabo, confrontemos as personagens parlamentares, de maior projeção e relevo, envolvidas naquele drama realista da nacionalidade. Certo se há de reconhecer que ninguém foi mais sincero e convencido, nem mais autêntico herói da jornada antecipacionista, do que Álvares Machado:— abnegado e estóico até à renúncia, grande, inconfundivelmente grande, só igual a si próprio.

\* \* \*

Contudo, outros prismas fascinantes dessa vida admirável merecem postos em relevo e desensoados da espessa penumbra do olvido longinquo, que no-la separa. Urge iniciá-lo em beneditina espécie de evocativo compasso de ressurreição do merecimento, através de já longos cem anos de injusto silêncio. Tempo já é de se descerrar o velário em derredor do verbo mais espontâneo e fluente daquela geração de titãs, com a sua expressão própria e exuberante, de retilínea dignidade cívica, desgarrada no primeiro quartel de centúria da soberania nacional.

Na discreta impossibilidade de resumir todos os lances dessa fecunda existência, de consumado orador parlamentar, homem de estado, intelectual, cientista e autodidata de gênio, — resta-me o consólo de referir sua desinteressada atuação na defesa alta dos campeadores rio-grandenses, sem nunca ter deixado de ser convicto monarquista liberal. Ao diante, aludir à sua vigorosa atitude sobre concessão de terras, contra o aliciamento de mercenários vindos de Europa, a fim de se levar fulminante ofensiva contra os heróicos Farrroupilhas federalistas, e, em suma, contra a pretensão de Caraça.

De feito, monarquista constitucional, liberal e representativo, como invariavelmente se declarava, Álvares Machado jamais quebriaria a linha de nobreza de seu caráter bem formado. Sempre justo, não trairia nunca os mandamentos invioláveis da própria sinceridade.

Porisso havia (e êle não oculta) havia próxima afinidade eletiva entre o idealismo farrapo e a formação moral e política de Alvares Machado. Como os incomparáveis Farrroupilhas, também Alvares Machado foi sempre autonomista e, pois, descentralista: bateu-se pela autonomia das províncias, cuja aspiração máxima foi a causa precípua da grande revolução continental e de todos os levantes nacionais. Por igual, Alvares Machado definiu a sua orientação quase federativa, no rebate à ob-reptícia interpretação do Ato Adicional, que mais não seria que simples re-centralização administrativa às pobres províncias deserdadas e perseguidas.

Homem de partido, militante, mas, acima de tudo, homem de raro descortino e ilibada coerência, Alvares Machado foi exemplar sem rival entre os contemporâneos, como valor independente, incapaz de transigir na sua consciência de rígido puritano.

De jeito que, do primeiro lance ao epílogo do fulgurante decênio revolucionário riograndense, Alvares Machado foi, assim, comovente espécie de espontâneo defensor, não da finalidade política daqueles centauros intemoratos, mas defensor foi, e insigníssimo, de caráter gaúcho, da qualidade excelsa daqueles vultos gigantes, da extrema e intransigente lisura de seus honestos processos guerreiros e do maravilhoso cavalheirismo de tantos bravos autênticos e sublimes na sua generosidade transparente, de heróis predestinados. Homem altivo, na coragem imperturbável de suas afirmações, Alvares Machado discorria, em plena assembléa geral:— entre as revoluções pernambucanas, de 17 e 24, e a rebelião do Pará, é preciso não confundir. Aquelas representam idéias políticas e aspirações elevadas... Doutra feita, rebateria afirmações contidas na monótona fala do trono, quando no govêrno o gabinete das "capacidades", na qual se aludia aos desordeiros do Pará e do Rio grande do Sul, contra os quais prometia o govêrno levar ofensiva inexorável. Alvares Machado não se conteve: pronuncia eloquente discurso e confronta ambas as situações rebelionárias, para, em cabo, advertir:

"Os desordeiros da província do Rio grande do Sul não são certamente daqueles nos quais se possa fazer uma carnicina. Desgraçadamente para nós, aconteceu que a melhor mocidade do Rio grande do Sul se deixou ilaquear pelas idéias exageradas do republicanismo, e as melhores famílias da província do Rio grande do Sul, a mocidade mais interessante, mais forte, mais corajosa, mais rica do país, os proprietários do interior abraçassem a rebeldia..."

Quando, em 39, prometia o ministerio de 1º de Setembro o "emprego da força para abater, a ferro e fogo, os Farrapos", ecoou no re-

cinto da assembléia a inspiração tribunícia do imortal orador, de apelo à reconciliação. Epicamente, alcandora-se Álvares Machado à suma eloquencia, naquele discurso emocionante e prodigioso, quando exclama:

“... É porque desejo chamar à ordem o Riogrande do Sul, “e, não o seu solo coberto de cadáveres de seus habitantes, “mas os riograndenses; é porque desejo ver nas fileiras “da legalidade êsse Bento Gonçalves, que foi sempre a muralha do Brasil daquele lado, e, com ele, Bento Manuel, “êsse mestre de campo daquela guerra; é porque quero chamar o Riogrande à ordem, e, com êle, êsse jovem guerreiro. “Netto, digno de puxar a espada por outra causa; é porque quero chamar à ordem o Riogrande, e, com êle, um “dos cidadãos mais honrados que o Brasil possui, uma espécie de estrela (deixe assim dizer), que caiu do céu... “êsse João Antonio da Silveira...”

Ao subir o ministerio da maioridade, sob a presidencia de Antonio Carlos, estaria naturalmente indicado, a preceito, o homem público, apto a inspirar confiança aos incansáveis lidadores do ideário federalista, que, há cinco annos, desafiavam a perícia guerreira aos defensores do férreo unitarismo bragantino. Esse mensageiro ideal era Álvares Machado, que, aliás, ficara fora do ministerio, e dessa exclusão a história não encontrou ainda elementos plausiveis, capazes de justificar e satisfazer a curiosidade perquiridora, na posteridade imparcialíssima.

Composto o ministerio da maioridade, diligencia Antonio Carlos liquidar com a luta dos Farroupilhas. Interpelado, na câmara, treveja o velho Andrada:

“Quanto aos negócios do Riogrande do Sul, devo dizer francamente o que disse outrora:— hei de fazer a guerra, “e guerra forte, aos rebeldes, se acaso recusarem obedecer “a entregar-se a seu legítimo monarca; a administração, “porém, está pronta a escutar os rebeldes, se acaso fizerem “êles, e não nós, proposições, se se resolverem entregar-se “ou render-se, requererem uma ou outra segurança para “as suas pessoas, contanto que não tendam, nem de longe, “ferir a dignidade nacional. “Quanto aos que, arrependidos, vierem, farei o mesmo que “a administração passada devia fazer. Sua Majestade perdoará, por conselho nosso. Quanto, porém, aos vencidos “que houverem de se julgar, a administração terá cuidado

“que nem-uma só porção de rigor, além daquela que a lei  
“destina, caia sôbre as cabeças dos miseráveis, porque sendo  
“culpados estão debaixo da lei”.

Galopava — já escrevi eu, noutra página de nítida responsabilidade — galopava nos tropos imponentes de sua eloquencia romântica a arrogância típica dos grandes Andradas, já agora, em côro comum nos arroubos de veleidade oficial e ostentação de mandonismo político cujo penacho molduraria a efigie dos homens de govêrno, ao longo do ciclo monárquico-imperialista. Em verdade, queria cada situação que se alteava ás culminâncias do poder, se mostrar intransigente promessa de energia, de novidade benfazeite, da pureza de suas empíricas intenções e de personalidade própria, no govêrno. Na caricatura do supositício parlamentarismo, que enfaticamente mimetisamos, tinha cada ministerio o desejo utópico e pueril de “fazer a felicidade da nação”...

Antonio Carlos nunca deixou de ter simpatias virtuais pela causa dos riograndenses rebelionários, diante de cuja epopéia comovente, foi sempre discreto e moderado autêntico:— não se desdenhava de se corresponder com altos vultos do epopéico ciclo gaúcho. Mas o Andrada do gabinete maioritário, na pasta do Imperio, afirmaria que “a administração atual, porém, está pronta a escutar os rebeldes, se acaso fizerem eles, e não nós, proposições...”

Todavia, Antonio Carlos desconhecia o pundonor do caráter farroupilha: aquela elocução:— “. . . caia sôbre as cabeças dos miseráveis, porque sendo culpados estão debaixo da lei” —, fazia delir seus nobres anseios pacifistas, e, nos Farroupilhas, a confiança que inspiravam seus propósitos. Em verdade, não coube à Regencia Feijó, em 36, a glória de pacificar a província do Riogrande, porque na proclamação aos revolucionários sulinos aparece o emprego de afirmações ásperas à sensibilidade da nunca desmentida altivez do caráter gaúcho. O mesmo peccadilho, o mesmo prasma da resposta à interpelação ministerial iriam sacrificar seus altos intuitos pacificadores.

Sem embargo eram de apaziguamento as intenções do ministério maioritário. De feito, acossado, na mesma sessão de apresentação do ministério, por Honorio Hermeto, Rodrigues Torres e Maciel Monteiro, responderia Antonio Carlos:— “O govêrno ia tratar da pacificação riograndense; comunicaria à câmara as medidas que pretendesse pôr em execução e requereria oportunamente a coadjuvação dos representantes do país, a fim de pacificar aquela província...” Aí se definiu o grande Andrada. E era coerente: — ao se discutir a proposta de prorrogação de suspensão das garantias constitucionais no Riogrande do Sul, pois que o ministerio de 1.º de Setembro também

intentava realizar guerra, e guerra forte, Antonio Carlos afirmou, da tribuna, este conceito de bom-senso e advertência providencial:

“...cuido que o Riogrande do Sul, hoje, tem mais pre-  
cisão de calmantes... O sr. Ministro continuando no sis-  
tema conciliatório, fará grandes serviços à pacificação da  
“província...”

Eram de conciliação, em verdade, a ação e os propósitos de Antonio Carlos, embora impressionasse a opinião pública, naquela tirada de “guerra, e guerra forte”, talvez para fortalecer e prestigiar o Poder do jovem monarca recém-imperante. Para isso, resolveu enviar ao Riogrande a Álvares Machado, a quem chamara, por intermédio de Montezuma, ao ministerio. Antonio Carlos informara a Álvares Machado que “recebera cartas de Bento Gonçalves pedindo que fôsse ao sul ou seu irmão (Martim Francisco) para com ele tratarem de uma pacificação amigável da província; que o sr. Antonio Carlos queria ir, mas os seus colegas não aprovaram a sua ida, nem a de seu irmão, e que porisso se lembrou de confiar a Álvares Machado essa missão; que Álvares Machado poderia desempenhá-la, visto que os rebeldes não tinham queixas contra elle”.

E assim se partiu Álvares Machado para o sul, em missão secreta, à custa própria, sem nada receber do Tesouro, a fim de ninguem suspeitar o que tramava o insigne Andrada Machado, sobre entendimentos pacifistas com os dissidentes gauchos.

Iniciadas as conversações entre o enviado official e os revolucionários do Riogrande, em caráter sigiloso, foi Álvares Machado, logo depois, nomeado e empossado presidente da província. Ao mesmo tempo que a administrava curaria de preparar a ofensiva contra os Farroupilhas e lançaria os meios suasórios de os desarmar moralmente. Apenas no govêrno da província, tentou Álvares Machado negociações pacificadoras. Para isso, manteve entendimentos com Bento Gonçalves, e, juntamente, mobilizava recursos para a ofensiva paralela às combinações encetadas. Publicou comoventes e altivas proclamações aos dissidentes, a conclamá-los à cessação da rebeldia. Entrementes, — eu já tive ocasião de acentuar — era patente o germe da desarmonia na política do ministerio, sobre a forma de pacificação nos Pampas. Alvares Machado era mediador official do govêrno, para acertar com os Farroupilhas a desejada paz na província. Interpunha-se, porém, crescente antagonismo nos membros do gabinete e Antonio Carlos, e isto, bem é de ver, enfraqueceria a orientação de seu illustre delegado no Sul.

— “Vença” — dizia o governo. — “Negocie e apele para a per-

suasão" — aconselhava Antonio Carlos". Essa, a lição do insigne Calógeras.

"O ministerio" — continua Calógeras, — "o ministerio vivia paralizado entre tendencias contraditorias: a sede principal do dissídio era a conduta da guerra no Riogrande do Sul; os Andradas, favoráveis a parlamentar com os rebeldes, e, voto único por uma política de emergência e de pacificação pelas armas, Aureliano de Souza Coutinho. Decidiu o jovem soberano seguir esta corrente conservadora..."

Aureliano queria a pacificação pelas armas. Resultado: vencedor o ministro áulico, ruiu o ministério e, com êle, o presidente da provincia, pois que Álvares Machado foi substituído por Saturnino Oliveira, irmão de Aureliano. Ainda bem que ficou livre de receber e cumprir missão, arrogante e dissolvente, de Aureliano, cuja ascendência política na vida nacional constitui, segundo Joaquim Nabuco, um dos mistérios incompreensíveis do segundo reinado.

Ainda, consoante Calógeras, Antonio Carlos aspirava a debelar a rebelião riograndense, mas queria chegar a tal pacificação negociando acordos: — "Iniciou sua tarefa de modo tão incapaz e saltitante, que conseguiu apenas enfraquecer a posição official do Império na provincia, e, consequência natural, logrou somente prolongar a revolta por mais cinco anos".

De feição que essa incapacidade e saltitância do ministro do Império fatalmente se haviam de refletir nos atos de seu grande emissário na presidência riograndense. Não houve, entre Álvares Machado e Antonio Carlos, sequer, sofrível unidade de vistas e de orientação construtiva. E assim se explica a razão, segundo a qual, Bento Gonçalves, interpelado sobre a conciliação de cujas bases escritas fôra portador Álvares Machado, respondeu a êste "que estava esperando resposta do ministro do Império". Tal duplicidade de atitudes, entre as instruções levadas por Álvares Machado e veladas promessas de condições diretamente remetidas aos revolucionários, daria como consequência precípua, o enfraquecimento da autoridade, ao mesmo tempo que geraria desconfiança e grave dúvida entre os republicanos. Por isso, e só por isso, se compreende o incrível mau humor no grande Andrada, quando desabridamente contestou a Álvares Machado a explicita significação da embaixada conciliatória e as razões intrínsecas que determinaram o fracasso das negociações pacifistas, tão ardentemente acariciadas pelo excelso Antonio Carlos e seu glorioso representante.

Em homenagem à verdade histórica, de advertir é que rondava atmosfera trepidante, carregada de intriguilhas soezes e insinceridades corriqueiras, de inveja e baixo espírito de competição, entre os grandes da Côrte. Assim que, para ferir a sensibilidade legalista e diminuir o prestígio do governo, que apenas se iniciava, "dizia-se que

o ministério aqui e o presidente no Rio Grande do Sul queriam entregar a província aos revolucionários, não queriam pacificar, e queriam dar ganho de causa aos rebeldes. . .” Melhor dilucida a situação ingloria, inventada e corrente, àquela época merencorea, o proprio Alvares Machado, quando respondia ao deputado Marinho:

“ . . . a intriga diminuia minha força moral perante um e outro campo: cartas de fingidos republicanos, cartas anônimas idas daqui e de Porto Alegre, inundavam os arraiais “dissidentes; elas diziam- lhes que não se fiassem em mim, “que os ia iludir. . . a intriga lançava mão de todos os ardis para nulificar a minha empresa. Para que eu levasse “a pacificação a seu termo, era mister a melhor cooperação “da legalidade; tambem por isso a intriga lançou mão de “recurso mais atroz e cruel: — quando por um lado me intrigavam com os rebeldes, por outro, me nulificavam perante os legalistas. O deão (Bernardo de Vasconcelos), “da ordem, mandava escrever por seus sabujos que eu ia “para o Riogrande entregar a província aos rebeldes. . . “Espalhavam as fôlhas da calúnia que-o ministério da maioridade estava moribundo. . . *Que garantias de duração “nos oferece o sr. Alvares Machado — me diziam os rebeldes —, que garantias poderemos ter do govêrno que “assim nos chama e nos perdoa? Quem sabe se, a esta “hora em que o sr. nos está falando, êsse govêrno já não “existe; quem sabe se a esta hora, está o país entregue a “esses homens implacaveis que nos empurraram, apesar “nosso, no vórtice republicano; quem sabe as perseguições “que ainda vão aparecer; quem sabe se o sr. poderá voltar para o meio dos seus?!”* E, pergunta o grande orador: No meio de tais circunstancias, tão contrárias, seria possível efetuar-se a reconciliação? . . .” (Não! Não podia! — “brada a Câmara). .

Os fatos políticos que se desenrolaram na capital do Império, durante o memoravel decênio farroupilha, foram de tal abalo e eversão generalizada, que, em verdade, repercutiam intensamente nos próprios gabinetes ministeriais, cuja precária existência dependia e se contava dos revêses que iam sofrendo as armas da legalidade nas coxilhas riograndenses. Na assembléia geral constituíram os negocios do Riogrande o tema permanente nas discussões. Ainda depois de terminada aquela epopéia federalista, abatidas as heróicas armas dissidentes, eram êsses feitos homéricos e suas causas explosivas o assunto predileto, nos arroubos tribunícios do parlamento.

Até no Senado, a surrada alegoria de — Sibéria do Brasil —, até no Senado escaldava os temperamentos, consumidos de conservantismo centralista, sob a vigilância e o sarcasmo do deão (Bernardo de Vasconcelos), a indagação infundável de tais sucessos trepidantes e incompreensíveis, naquela monótona estagnação de conformismo sem horizonte...

Assim é que ao grande Andrada coube a ingênua desventura de levantar a luva da provocação, arditamente atirada pelo extraordinário Vasconcelos, o estadista que mais contas tinha a ajustar com Álvares Machado, cuja eloquência peregrina tanto o havia perturbado em sua astuta ambição política. De feito, insinuou e exacerbou o velho Andrada, com sofisticadas interrogações e amistosa censura, quando encareceu o êrro do ministro do Império, na escolha do embaixador da pacificação riograndense. Antonio Carlos vociferou: — "...Álvares Machado se ofereceu para desempenhar aquela missão. Antonio Carlos se opunha; entretanto, seus colegas de ministério o aceitaram, e, pois, o chefe do gabinete concordou, a contra-gosto. Aludiu a "estrelas do céu", entre os rebeldes, vislumbradas na eloquência machadeana. Expôs que Álvares Machado, a princípio, era pelos rebelionários. Depois, porém, se atirou para o outro lado"... E, para ferir maldosamente aquêlê caráter inteiriço, que Andrada sabia ilibado, lançou-lhe êste doesto impiedoso: — "conquanto seja paulista, Álvares Machado não pode campar de corajoso... a êle se deve a responsabilidade de se não efetuar a pacificação do Riogrande..."

Cruelissimamente atingido, em hora infeliz, pelo seu correligionário e velho amigo, replicou o grande orador, em discurso estuendo. Foi, talvez, o lance mais doloroso e culminante, nos triunfos oratórios do incomparável titã da palavra: era o rompimento com antiga e cordial amizade entre terranteses e fraternais companheiros de memoráveis jornadas políticas.

Expõe Álvares Machado a história de sua missão. Fá-lo, porém, em termos sobrios e corteses, contidos e claros, de nobre amigo e consumado campeão da tribuna, sem rival entre os contemporâneos. Os períodos desfilam singelos, espontaneos e precisos. "... a memoria do sr. Andrada Machado é, em verdade, prodigiosa; mas ela falhou inteiramente sôbre êste objeto... O sr. Montezuma, cuja ausência desta casa o Brasil deve deplorar, foi à minha casa despedir-se para a Europa, e me disse que o sr. Andrada Machado queria falar-me naquele mesmo dia, para me incumbir de missão importante... O sr. Montezuma fez-me entender que era para o Riogrande do Sul; como dias antes se me tinha tocado a respeito da presidencia daquela província, e eu havia respondido que não era próprio para aquela missão, o mesmo respondi ao sr. Montezuma... Mas êste só me dizia que fôsse ao ministro. Fui, e, então, o sr. Andrada Machado comunicou-



Representação da Assembléa Nacional, composta dos deputados João Gomes Martins Filho e Aureliano Leite, de S. Paulo; Manuel Duarte, do Rio Grande do Sul e Crepory Franco, do Maranhão.



me que recebera cartas de Bento Gonçalves pedindo que fôsse ao sul o sr. Andrada Machado ou seu irmão para com êle tratarem de uma pacificação amigável da província; que o sr. Andrada queria ir, mas que os seus colegas não aprovaram a sua ida, nem a do seu irmão, e que, porisso se lembrou de confiar-me essa missão; que eu podia desempenhá-la, visto que os rebeldes não tinham queixas contra mim. Ponderei ao sr. Andrada que aquele passo podia bem ser um estratagemma da rebelião: e o sr. Andrada Machado me perguntou que ganhariam êles com isso? Tornei-lhe que podiam ganhar adormecendo ao ministerio com essas esperanças illusorias, e deixar arrefecer o fogo do entusiasmo que a maioria tinha difundido na nação, que se não recusaria a uma leva em massa sôbre o Riogrande, se tanto fôsse preciso, para repor o país em seu estado normal...

Respondou-me o sr. Andrada Machado que a política do gabinete era de moderação e fôrça; que a minha ida não suspendia a marcha de fôrça para o sul... Aceitei a comissão cuja delicadeza, dificuldades e perigos eu previa; mas não quis que os remorsos perturbassem um dia o meu sossêgo, acusando-me de não me sacrificar a favor de uma tentativa, que, coroada de successo, acabava com uma guerra tão longa e tão prejudicial ao meu país... A missão seria secreta, nada receberia do Tesouro, fazia tudo à minha custa. Pedi passaporte; recebi as instruções e officios e parti... Não me ofereci para ir ao Riogrande: a tanto não chegava nem o meu patriotismo nem a confiança que pudesse ter em mim; e, demais, acho-me com muito poucas disposições para representar Don Quixote... Como o sr. Andrada Machado, respondendo à opposição de então, disse que eu fui a meu negócio à província do Riogrande; sofri tudo nesta casa e fora dela, sem revelar o segredo do govêrno, e, se agora falo nisto, é porque o mesmo homem que me mandou, rompeu o misterio, e nesse caso saiba-se o modo por que os fatos se passaram, e não de maneira que me fique desairosa, pois que nossa honra é nossa primeira propriedade, é a propriedade de nossos filhos, amigos e da pátria... agradava, atraía, chamava a mim os rebeldes: era essa a minha missão... A política do governo era a da conciliação apoiada pela fôrça: logo que os dissidentes rejeitavam uma cousa, aceitavam outra necessariamente. Assim fiz. Mas não apelamos só para a fôrça material... enquanto o general encarregado da campanha atacava o inimigo, eu ainda os aliciava e os chamava ao gremio da pátria... À peroração, inquire:—“...por que descobre no seu aliado político só razões menos nobres e generosas, porque me pinta como um fatuo, um presumido, versatil e degenerado da coragem vernácula?...”

Na sessão do dia 29 de agosto de 1845, no Senado, Andrada Machado replica à oração irresponsivel de Álvares Machado, em virulento discurso, ou característico sinal de quem não tem razão, naquele

funesto incidente, que injustamente provocara o grande Andrada, insuflado pelas perfídias do inimigo implacável. Entretanto, o magnífico tribuno doutras eras divaga, sofisma, inverte proposições claras, sempre em tom arrogante e cioso de passadas grandezas e do penacho que o distinguia. Já o raciocínio daquele espírito insigne e formidável inteligência claudicava. Assim que declara: — "...manifestei-lhe os desejos do govêrno, aos quais êle acedeu prontamente... Ora, tal aceitação que é, senão oferecimento?" Isto é, transmitira a Álvares Machado a vontade do govêrno, de enviar a Alvares Machado, para secretamente sondar o ânimo dos Farroupilhas, e, como, segundo alega, Álvares Machado aceitou prontamente a missão, pergunta-lhe: — "tal aceitação que é, senão oferecimento?" Maravilha de simplicidade primária e retorciva da própria verdade. Infelizmente, êsse discurso do imortal Andrada não depõe para a história, mas contra a própria história.

Ao concluir, esbraveja o tribuno gigante: — "...restando-me dizer-lhe que de hoje em diante se eleva entre mim e êle um muro de bronzes".

Pungente ironia do destino: — a 5 de dezembro de 1845, desaparece Antonio Carlos e é sepultado em carneira do Mosteiro de São Bento. A uma hora da madrugada do dia 4 de julho de 1846, falece Álvares Machado e é inumado em carneira do Mosteiro de São Bento, mas, de modo que entre os dois ciclópicos lutadores gloriosos, apenas estreita nesga de tijolos os separaria, no sono da immortalidade!...

\* \* \*

Na legislatura de 1845, foi apresentada proposta para concessão de 400 léguas quadradas à Companhia belgo-brasileira, a fim de ser colonizada essa imensa área, por meio de imigrantes estrangeiros, importados pela Companhia. Tinha esta o direito de formar com colonos de qualquer país da Europa, estabelecimentos de agricultura, indústria e mineração nas províncias de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Podia, porém, a Companhia estender as suas relações a tôdas as outras províncias do Imperio, no que dissesse respeito ao objeto de sua empresa. Para isso, o govêrno lhe concedia propriedade plena e perpétua, de porções de terras devolutas, equivalentes a dez léguas quadradas, em cada província, com a área de matos, florestas, pastagens, e de tudo o mais que se achar na superfície das ditas terras. Teria também a Companhia o livre uso das costas, portos, baías, rios, lagos e de tôdas as águas que passarem pelas ditas terras ou nelas existirem. Teria ainda a Companhia propriedade perpétua sobre minas, já existentes ou que vierem a se descobrir.

Tal, em resumo, a linguagem dos numerosos artigos do projeto.

Pôsto êste em discussão, rompe os debates Álvares Machado, para impugnar a concessão. Não é contrário à colonização do Brasil. Lamenta, porém, a diferença de tratamento: tôda a preferência para o colono estrangeiro, enquanto ao nacional nada se concede. Ao estrangeiro se dá terra, — o nacional, se quizer possuí-la, que a compre, se puder. Pois que ao estrangeiro, pelo projeto em discussão, se vão dar 400 léguas do melhor terreno, e o produto da venda a Companhia o empregará no custeio de transporte dos colonos... Mostra o perigo em tais concessões a estrangeiros, de terras agricultáveis. Cita o exemplo do México, que perderá Texas, onde concedeu terras a cultores americanos e, hoje, está a pique de ser anexada à Republica dos Estados Unidos. Chama a atenção para o caso comum, segundo o qual colonos estrangeiros vêm para o Brasil, onde vão ser mascates, abrem tavolagens, etc....

Na sessão seguinte, Álvares Machado volta a falar: — “...Dêem-se 400 léguas de terra aos estrangeiros, enquanto se nega ao nacional um palmo de terra...”

Ainda na outra sessão, novamente discursa o grande orador e patriota. Em meio de sua inflamada oração, aparteia-o Souza Coutinho: — “Dêem terra a nacionais, que lá não irão”. Responde Álvares Machado: — “Não desdouremos os nossos patrícios; para que dizer que, se lhes dermos estas terras, eles não irão lá? Apareceu já o govêrno convidando os brasileiros pobres, sem propriedade, para dar-lhes terras, passagem, para os ajudar nas primeiras despesas, para dar-lhes, enfim, a proteção que nós damos ao estrangeiro?”

Seu discurso é longo; e, meditado, hoje, aquilo que, há cem anos, expendeu o formidável orador, forçoso é concluir que o problema é, integralmente, da mais eloquente atualidade nacionalista. O que, ali, naquele bruxoleio longínquo de estabilização das fôrças vivas, bem que errantes, da nacionalidade e segurança da soberania do Brasil, se discutia, é tema eterno. E era contra a imprevidência nacional que se levantava Álvares Machado, cuja voz profética, em tantos passos atualíssima, ainda merece ouvida. Naquela concessão de 400 léguas de terras incultas, garantida com plena e perpétua propriedade, a Companhia estrangeira, com direito à exploração do sub-solo, ao livre uso de portos, baías, costas, rios e ilhas, não estaria iminente o perigo dos modernos quistos? Acaso seria impossível suceder que essa Companhia vendesse essas terras, suas, plenas, perpétuas, a alguma potência estrangeira, para colonizar, como indaga o grande paulista?...

Na mesma grande sessão legislativa de 45, entra em discussão o pedido dos padres de Caraça, para que, mediante reforma constitucional, e do Código Criminal, pudesse aquela Ordem prestar plena obediência à sua direção suprema, cuja sede era Paris. Há debates animados e brilhantes. Nêles toma parte salientíssima Álvares Machado,

cujos discursos, pela eloquência, firmeza de conceitos, erudição, e, o que é mais admirável, pela sua erudição em teologia, o guindaram aos mais altos cimos da eloquência nacional de todos os tempos. Rara-se terá elevado tanto o prestígio da palavra em nosso Parlamento.

\* \* \*

Ainda outra matéria, aventada na Câmara, constante de projeto do Senado. Ora, este autorizava, em 1839, o governo a aliciar estrangeiros, para combater os Farroupilhas. Nos vivos debates, teve Álvares Machado papel excepcional e brilhantíssimo.

Álvares Machado combate com eloquência o projeto. Profere notáveis discursos, na Câmara. Entra na história, mas, com tal erudição, que arrebatava. Descreve, desde Roma, através da antiguidade, Idade Média e contemporânea, a situação dos países que importaram mercenários para as suas tropas. Faz desfilar a história dos povos da Europa, em cujos exércitos já mesclaram mercenários estrangeiros. Até no Brasil, exclama, já aliciados estrangeiros praticaram desordens e tumultos de tal magnitude, que puseram em risco as instituições. Lembra que Portugal foi berço de heróis, que levaram as suas bandeiras triunfantes a tôdas as partes do mundo. Enquanto Portugal defendeu o seu solo com as próprias armas, triunfou sempre. Mas, quando rejeitou os serviços de suas tropas e admitiu estrangeiros, acabou a glória de Portugal, que entrou em decadência. Não mais produziu os Pachecos, Almeidas, nem Albuquerque.

Encara a diferença de tática, que fatalmente se condiciona à natureza do meio físico, que é especialíssima no Rio grande, onde as lutas aprimoram a desteridade da cavalaria riograndense: porque o riograndense é, acima de tudo, excelente cavaleiro. "...no Brasil encontraríamos homens mais aptos para a cavalaria na guerra do Rio grande do Sul, do que aquêles que poderiam vir da Europa; e apresentamos o exemplo da cavalaria que veio de Portugal, veterana, que tinha feito a guerra na Península, e que tinha vencido o vencedor de Marengo; apresentou-se esta boa cavalaria no Rio grande do Sul, mas faltava-lhe o melhor para aquela guerra, que se pode bem chamar — guerra Tártara — que era saber montar cavalos bravos. Os soldados portugueses não eram peões; e, montados nos cavalos do Rio grande do Sul, não se puderam sustentar: ao primeiro toque de clarins, os cavalos corcovaram, e tôda a cavalaria caiu dos cavalos. Não tendo acontecido o mesmo à cavalaria brasileira, que estava habituada àquela guerra, por uma inteligência do comandante brasileiro com o oficial português, que comandava a cavalaria vinda de Portugal, trocaram os cavalos, e a cavalaria portuguesa montou nos cavalos em que estava montada a cavalaria brasileira: mas, no primeiro toque de cla-

rim, foi tudo à terra; e foi só depois de dois anos de aprendizagem, que os moços se fizeram cavaleiros e os velhos se passaram para a infantaria...”

Depois de larga discussão, em que sempre, e sempre se elevaria Álvares Machado, a Câmara rejeitou a proposição do Senado. Em câmaras reunidas, passou a ser novamente discutido o projeto do Senado. Aí Álvares Machado profere dois discursos, deveras impressionantes e sublimes, contra “a importação da escória de Europa”. Para vencer e para se sacrificar, é preciso ter o segredo da vitória, que é o amor da pátria no coração. Ora, os mercenários que o governo quer aliciar terão, no peito, o amor da pátria?...

Carneiro Leão, que durante os debates da Câmara, esteve silencioso, pede a palavra; no Senado, para defender o projeto. Álvares Machado, no segundo grande discurso, que proferiu, rebate seus argumentos; entra a fundo e eruditamente na matéria em discussão, e, em meio de sua memorável oração, admoesta a Carneiro Leão: — “... esperava de meu nobre colega que no seio da representação nacional deixasse aos srs. Senadores, à maioria da Câmara vitalícia bater-se com a da Câmara temporária que rejeitou a emenda... Era desnecessário que o nobre deputado tomasse parte na discussão...”

Depois de contestar a vários senadores favoráveis à importação de estrangeiros para o Exército que vai combater aos riograndenses; depois de profundas comparações através da história de países europeus, que já se viram a braços com tropas estrangeiras em seu solo, Álvares Machado está para concluir, quando adverte: — “... eu sei bem que os nossos irmãos brasileiros, quando combatem ao lado de seus irmãos brasileiros, são convencidos de que combatem pela pátria, por suas instituições; mas, se os brasileiros combatem ao lado de estrangeiros, grande dúvida lhes ocorrerá acêrca da causa por que combatem; e, quando o sangue que se lhes mandar derramar, fôr sangue brasileiro, talvez se convençam de que a espada que desembainham é, não a espada nacional, mas, espada fratricida, espada liberticida...”

\* \* \*

Certo, é fato que se confirma a cada passo na vida: as grandes inteligências se aproximam e se atraem, automaticamente. Compreendem-se e espontaneamente se prezam. Exemplo edificante dessas atrações irresistíveis, capazes de identificar e decidir excelsos destinos, encontramos-lo no contato, entendimento e estima recíproca, entre Álvares Machado e Hércules Florence, dois homens de genio, duas personalidades de caráter ímpoluto, que encheram a sua época e nobilitaram a nossa gente. Em sua linguagem onomatopaica e singela, como a dos grandes pensamentos, Hércules fixou o instante desse en-

contro providencial, em Pôrto-Feliz. Atravessada a longa rua deserta e montanhosa, enquanto o sol lhe dardejia, a prumo, seus raios sôbre a cabeça do forasteiro: — “Chego, enfim, à casa de Alvares Machado; sai um homem para me receber; o seu rosto, de côr clara mas descorada; e os seus olhos um pouco encovados e cercados de uma tinta violeta tinham algo rebarbativo; mas seus cabelos pretos anelados sobre uma fronte pálida, onde se lia alguma coisa, temperavam a reserva que o seu olhar inspirava: era o excelente Alvares Machado. Mal soube quem eu era, soltou uma exclamação de alegria; dei entrada numa pequena sala; as suas palavras e as suas maneiras me encheram de simpatia...” Em verdade, Hércules viu-se, de inopino, edificado, em presença de lídimo grande Homem, no qual ali defrontava, . . . “uma fronte pálida onde se lia alguma coisa...” Definiu-o, em poucas palavras, e, depois: — “Francisco Alvares... homem instruído, de conversação agradável e sentimentos altamente recomendáveis...”

A partir daquele minuto sempiterno, duas vidas predestinadas, duas glórias de seu tempo caminhariam paralelamente, extrapassariam o século que viveram, - irmãos intelectuais e afetivos, ambos: ambos, exemplares de ilibada virtude, afirmação de personalidade estóica e discreta consciência do merecimento próprio.

Em 1839 se definiria Álvares Machado, comoventemente, no intróito de um desses discursos grandiloquos, eternos, “a cujos pés os séculos se humilham”: - “Eu tenho uma única filha: essa única filha que eu adoro... eu dei em casamento a um estrangeiro que muito me honra...”

Estavam quites para sempre os dois grandes homens — Álvares Machado e Hércules Florence. Do austero e honrado lar do primeiro se desdobraria, santificado pela centelha do amor, o do segundo, o lar do estrangeiro e sábio ilustre, casado com a filha única de Alvares Machado. Estremeceria a pátria adotiva, à qual legaria brilhante prole, de inteligências dinâmicas, caracteres de eleição e nobreza de patriotismo sem mácula.

\* \* \*

Neste minúsculo ensaio evocativo, de glorificação à memória de Alvares Machado, fica apenas esboçada a fisionomia intelectual e moral do insigne orador do primeiro quarto de centúria da soberania do Brasil.

Em verdade, na assembléa geral, Alvares Machado terçou armas com as maiores representações exponenciais da tribuna. É bem: a todos, imparcialmente confrontados, no vigor dos reptos, vivacidade arguta na resposta, simplicidade natural nos períodos e clareza na argumentação — a todos sobrepuja e excele Alvares Machado. Ei-lo:

linguagem correntia, energia dialética nos tropos, agilidade na réplica, quase sempre enriquecida de ironia, sarcasmo e fino humor, propriedade de expressão e precisão definitiva, afortunado conjunto de requisitos que lhe exorna os discursos memoráveis.

Quando em 5 de Abril de 45, defendia a política de reconciliação apoiada pela fôrça, adotada, em 40, contra os Farrapos, estabeleceu o contraste com a política de guerra forte, do ministerio das capacidades (19 de Setembro de 37) Esperavam seus religionários immediato arrazamento dos Farroupilhas. Álvares Machado descreve as façanhas belicosas dêsse ministerio, e as mete a ridículo indelevel, perene:

"... Ele (o ministerio) fez marchar fôrças de todas as provincias para o Riogrande do Sul; o proprio ministro da guerra marchou em pessoa para o campo da peleja... Homens, armas, petrechos, vapores, tudo se pôs em movimento, nem faltaram musicos para acompanhar a marcial viagem da vitoria para os campos do Riogrande; *guerra! guerra!* gritavam todos os asseclas; *guerra! guerra!* repercutiam os ecos do partido. Voga para o Riogrande o ministro que ia decidir a luta, e a nação inteira voltou seus olhos para os campos dos combates. A terra ia' gestar um grande filho! Os povos dêste mundo se assustavam! Briareos, Pleciozoeuros, Mastodontes se esperavam! Mas de tanta bulha, de tanto espalhafato, que nasceu?... Foi a farda de Netto prisioneiro... Eis o único troféu, o único fruto, o único resultado da ministerial campanha.

"Musa risonha, musa da travêssa zombaria; oh! manes, sagrados manes do imortal Cervantes, tu, que relataste os feitos gloriosos do valentão da Mancha, *del caballero de la triste figura*, vem pintar-nos um mais brlhante, mais pesado elmo de Mambrino; só tu podes pintar o 19 de Setembro triunfando com a trôcha da farda na cabeça, com a carteira de Netto no pescoço...

Cesse tudo que a antiga musa canta,  
Que outro valor mais alto se levanta.

"Caminho, senhores, dêem caminho à marcha triunfal do imortal 19 de Setembro..."

Depois, no mesmo discurso, o contraste desnorteante, sugestivo, das imagens:-... abatidas, mediante reconciliação honrosa, as armas farroupilhas, "enquanto misteriosas sombras longinquoas ameaçam toldar os horizontes pátrios..." brada, comovido e emocionante, o consagrado orador:- "Vendo o estrangeiro ameaçar os muros da pátria, eles (os Farroupilhas), como os romanos, impuseram silêncio à divisão e à guerra civil..."

Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, êsse varão simples e grande, que foi insigne médico e cirurgião, sem nunca ter frequentado Academia, nem seus hospitais; que nunca saiu do Brasil; "que não frequentava a Côrte, que não era palaciano; que era homem da roça..." como encantadoramente se confessava, ascendeu às culminâncias da eloquência parlamentar, naquela época de notáveis oradores. Deputado, discutiu as mais variadas questões, postas em debate, sempre em defesa dos mais nobres princípios de organização liberal da nacionalidade, naquela época eivada de preconceitos absolutistas e de unitarismo asfixiante.

No patriciado moral e intelectual daquele prefácio de fundação jurídica do Brasil ludibriado, Álvares Machado se eleva aos mais fascinantes cimos de grandeza imperecível. E, como orador, foi o mais vigoroso e espontâneo daquela máscula geração de predeterminados autênticos.

---

## Breve notícia sobre o Município do Tietê e sua Paroquia (\*)

*Francisco Correia de Almeida Morais*

Tietê (Cidade do) — Povoação situada em uma eminência um pouco elevada, a O N O da Capital, à margem esquerda do rio que lhe dá o nome e do ribeirão, antigamente do Curuçá e hoje da Serra, no bairro do Pirapora, nome de uma cachoeira de forte correnteza, semeada de ilhotas de pedras, a 4 quilômetros e 950 metros da povoação.

Quando arraial teve o nome de Curuçá em consequência de uma cruz, aberta como por obra de arte em um escarpado rochedo à margem do rio pelo lado esquerdo, a 3 e meio quilômetros de distância. Como freguesia e vila vigorou com o nome de Pirapora, sendo mudado para o que persiste desde que foi elevada a cidade.

Diversas sesmarias, concedidas por cartas régias no fim do século passado, constituem o município na sua quase totalidade, havendo poucas fazendas de lavoura em terras de posse, propriamente dita.

Em princípio do século presente os primeiros povoadores do bairro do Mandiçununga — João de Oliveira, Vicente Leme do Amaral, Alferes José Antonio Pais e mais alguns pequenos lavradores do bairro dos Pilões, formaram um arraial, na parte que hoje compreende desde a Igreja matriz até o rio, e em o ano de 1811, impetraram a criação de paroquia, a qual teve lugar no mesmo ano por alvará regio datado de 3 de Agosto. Até então celebravam-se os officios divinos em uma casa para esse fim provisoriamente construída na rua do Porto Geral, fora do alinhamento, até a conclusão das obras da atual matriz em 1818, começadas em 1816.

Do livro do Tombo da paroquia consta o alvará régio para a sua criação, cujo conteúdo textual é o seguinte:

“Eu, o Príncipe Regente de Portugal e do Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Faço saber que, representando o Reverendo Bispo de São Paulo, do meu Conselho, a necessi-

---

(\*) Do “Almanaque Literário da Província de São Paulo”, de José Maria Lisboa para o ano de 1884.

dade que havia de erigir-se uma nova Freguesia com a invocação da Santíssima Trindade, no bairro do Pirapora daquele Bispado, desmembrando este territorio da Freguesia de Porto Feliz; instruindo aquella representação com um requerimento que para este fim lhe fizeram os moradores do mesmo bairro, em que lhe expunham que, vivendo separados da Igreja Matriz por espaço de cinco leguas pelo caudaloso rio Tietê, o que os privava dos socorros espirituais, que não podiam obter muitas vezes que lhes eram necessarios, e, vista a resposta do Paroco respectivo e a dos Procuradores, Geral das Ordens e da minha Real Coroa e Fazenda, que tudo subiu á minha Real presença em consulta do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens: hei por bem conceder aos moradores sobreditos do bairro do Pirapora a criação de uma nova Freguesia no mesmo bairro com a invocação da Santíssima Trindade, desmembrando-a da Freguesia de Porto Feliz. Pelo que mando ao Reverendo Bispo de São Paulo, do meu Conselho, que assinie os limites que lhe parecerem mais justos e proprios á nova Freguesia que porá a concurso na forma do Alvará das Faculdades. Este se cumprirá, etc. etc.

Neste mesmo anno de 1811 foi nomeado vigario da freguesia o Padre Manuel Paulino Aires, que se desvelou em prover a igreja de moveis e alfaias, sendo os seus esforços secundados pelos do Alferes José Antonio Pais, João de Oliveira, Vicente Leme do Amaral e sua mulher Dona Joana de Arruda, e mais tarde por outros, entre os quais mais se distinguiram o Alferes Francisco Antonio de Souza, Joaquim Homem Ribeiro, Dona Maria Madalena e o Capitão Joaquim da Silveira Goulart, então negociante no Rio de Janeiro.

O zelo e cuidado com que desempenhou as obrigações de seu sagrado ministerio o vigario Padre Manuel Paulino Aires, foram louvados pelo visitador desta e outras freguesias do bispado, o Dr. Antonio Joaquim de Abreu Pereira, por ocasião de sua visita a esta freguesia em 21 de Setembro de 1814.

O patrimônio da freguesia consta de terras doadas por Pedro Vaz de Almeida e Alferes José Antonio Pais em uma extensão de mais de dez mil braças quadradas.

Os primeiros que impetraram a concessão de sesmarias, que constituem as terras do município, foram o Alferes José Antonio Pais e Dona Maria Luisa de França, e mais tarde o Coronel Luis Antonio de Sousa Barros, Miguel João de Castro, Tenente João Manuel Gil Ferreira, Francisco Martins Bonilha, Antonio Correia de Moraes, Antonio da Silva Leite e o Coronel Francisco Correia de Moraes; e os primeiros povoadores que afluíram ao município, atraídos pela fertilidade dos terrenos, foram — no bairro do Mandiçununga — João de Oliveira, Vicente Leme do Amaral e Alferes José Antonio Pais; no do Pirapora, Matias Teixeira da Silva; no da Praia grande,

Capitão Joaquim Correia Leite Moraes e Joaquim José de Melo; no do Garcia, José Joaquim Correia da Rocha; no do Sapopemba, Joaquim Mariano de Almeida; no do Jaguaquara, Antonio Correia de Moraes; no do Capivari-mirim, Joaquim Rodrigues Leite, Joaquim Pires de Almeida, Salvador Correia de Moraes, e Tenente Rafael de Moura Campos; no das Pederneiras, o Capitão Antonio José Leite da Silva, Joaquim da Silva Leite, Joaquim Alves Rodrigues, Antonio Peixoto de Azevedo, Dona Maria Rodrigues Leite e José Cardoso Pimentel; no da Forquilha, Pedro Vaz de Almeida, Tenente João Manoel Gil Ferreira; no do Rio Sorocaba, Tenente Domingos de Almeida Campos, Manuel Martins Bonilha, Miguel João de Castro, Capitão Francisco de Paula Leite e Arruda, Joaquim Vaz de Almeida, Alferes Francisco Antonio de Souza, José Custodio de Almeida Lima e Joaquim Bento Raimundo de Almeida Lima, e no do Ribeirão da Onça, José Correia de Toledo, Joaquim Pereira de Almeida e Tenente Joaquim de Almeida Leite Moraes.

Fundaram-se então muitos engenhos para o fabrico de açúcar e aguardente, cujo número em 1845 atingiu a 42, não obstante ter sobrevivendo em 1839 uma epidemia de sezões e outras febres de mau carater, que ceifaram centenas de vidas, e, ainda que temporariamente, embaraçaram a corrente dos que buscavam terras mais férteis e em maior extensão para nelas se estabelecerem, de preferência nas margens do Tietê e Sorocaba, onde com mais frequência e intensidade reinaram tais febres.

Esta epidemia e que até ha pouco tempo tem-se reproduzido em um ou outro ano, com menos intensidade, porém, foi denominada e até hoje é lembrada pelo nome de — peste grande.

Um fato deu-se então no bairro da Agua Branca, digno de notar-se e de profunda lástima: moravam em uma pequena casa Salvador dos Santos e sua mulher; tinham uma criança de cerca de um ano, que ainda mamava; sendo atacados de molestia sucumbiram ambos em uma noite e em uma só cama e noutro dia foram encontrados por um vizinho neste estado, restando apenas a criança viva, que ainda estava sugando o leite de sua mãe morta!

É igualmente digno de nota o nome de um velho fluminense, que residia já ha muitos anos neste município, e que prestou serviços consideráveis, praticando atos os mais justificativos de caridade. Era ele o Sr. Joaquim Pimenta Ferreira de Laet, homem de uma notável inteligência, de muito tino médico e de espírito muito perspicaz. Dando-se sempre ao exercício da medicina, era de uma reputação inabalável; restituiu a vida a centenas de pessoas, mas afinal teve de pagar o seu tributo; veio a falecer da molestia reinante a 31 de Maio de 1839, deixando no Rio de Janeiro um casal de filhos, descendendo de um deles o talentoso Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet, dis-

tinto professor do Colégio D. Pedro II e da Escola Normal e escritor do folhetim-crônica — Microcosmo — do “Jornal do Comercio”.

O município é regado pelos rios — Tietê, Sorocaba, e Capivari. O primeiro, no município, corre em diversos rumos: descreve imensas sinuosidades; tem em seu leito ilhas mais ou menos grandes e no percurso de quinze a vinte leguas dez cachoeiras na ordem, que se seguem: Pirapora-pequeno, Pirapora-grande, Bijuí, Pilões, Garcia, Matias Peres, Itapema, Itapema-mirim, Pederneiras e Itaí. Destas, a mais notável é a do Pirapora-grande, onde é forçoso às embarcações ou canoas, que por ela passam, ter dobrado número de remeiros e serem puxadas a sirga.”

Pela margem direita recebe o rio de Capivari, os ribeirões do Piracambucu, do Mancio, da Praia-grande, do Capivari-mirim, das Pederneiras, da Pedra-grande, do Ponche e da Jiboia, que traça os limites com Piracicaba —; pela esquerda o rio de Sorocaba e os ribeirões do Mandiçununga, da Serra outrora Curuçá, da Onça, do Taquaranchim, do Pará e do Laranjal.

O rio de Sorocaba entra no município vindo do lado do Sul e percorre uma extensão de mais ou menos dez leguas até a sua embocadura no Tietê. O que ha de mais notável em seu curso, no município, são dois saltos: um na fazenda do Tenente-Coronel Joaquim Pires Correia e outro mais abaixo em terras do mesmo, denominado Juru-mirim, cujas alturas e cuja abundancia de água, demandando pequeno serviço de arte para o encanamento, prestam-se ao estabelecimento de máquinas, como de tecidos, etc., etc..

O rio de Capivari, baixo e encachoeirado, mas sem maior altura, percorre, no município, uma extensão de mais ou menos oito leguas, e só pode ser navegado em ocasião de cheia por pequenas canoas.

No bairro das Pederneiras, em uma bacia formada em frente à cachoeira do mesmo nome, por uma exploração feita pelo célebre engenheiro Dr. Rath, já falecido, se diz existirem, à margem direita do Tietê, jazidas de carvão mineral, indício dado pela amostra extraída. Não levaram a efeito esta exploração por ter falecido o Dr. Rath e por absolutamente faltarem os meios ao socio Antonio Alves Costa.

A cidade, alem da Igreja Matriz, possui outra de São Benedito, fundada pela respectiva irmandade e pelos esforços do Sr. Prudente Floriano da Costa e Padre Francisco da Costa Araujo e Melo.

Freguesia, foi elevada a vila por lei Provincial de 8 de Março de 1842, e a cidade por outra de 19 de Julho de 1867. As suas ruas são, em geral, mal alinhadas e mal calçadas; as casas, pela sua maior parte, terreas, possuindo, entretanto, um edificio, que com alguns consertos

que demanda, tornar-se-á muito importante, e que serve de cadeia e casa da Câmara.

Dista da Capital 178 quilômetros e dos municípios com os quais divide, a saber: de Tatuí 39 e meio quilômetros, de Pôrto-Feliz 29 e meio, de Capivari 29 e meio, de Piracicaba 46 e meio e de Botucatu 92.

A população do município eleva-se a mais de 11 mil almas, sendo cerca de 2.000 escravos; eleitores 115 e fogos 167.

A divisa do município com os seus limitrofes consta das Leis Provinciais de 22 de abril de 1863, de 14 de Março de 1865, de 15 de Junho de 1869, e de 16 de Abril de 1869.

A exportação para 1884, compreendendo café, açúcar e outros gêneros, é calculada em mais de mil contos de réis e a importação, inclusive máquinas de lavoura, em mais de seiscentos. Ha um número de lavradores, que atinge a 73 para a lavoura de café, possuindo, entre cafeeiros formados e por formar, aproximadamente, três milhões de pés, cuja safra em 1884 a 1885 calcula-se que atingirá a 150.000 arrobas e 23 lavradores de cana de açúcar, cuja safra, termo médio, se elevará a 50.000 arrobas, e 2.500 cargueiros de aguardente.

O balanço da receita e despesa da Câmara Municipal no exercício que findou, de 1882-1883, demonstrou ser o arrecadado rs. .... 13.720\$500, despendido rs. 13.592\$600 e saldo para a conta nova rs. 128\$200.

A indústria rural do município consiste em cana, café, arroz, milho, fumo etc. A começar de 1871, fizeram-se diversos ensaios e tentativas para a aclimação de uvas para o fabrico de vinho, e este gênero de agricultura progride.

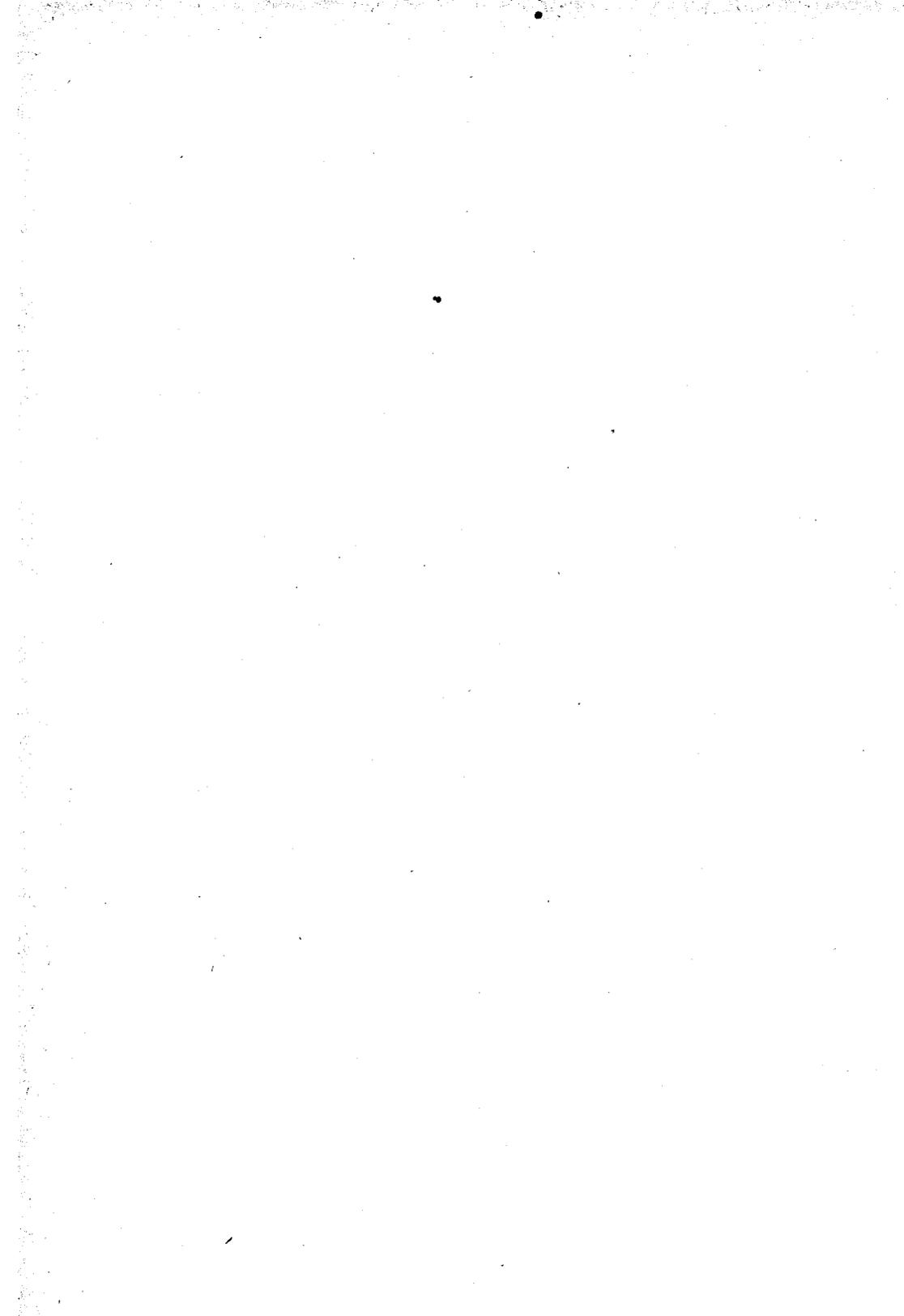
As terras roxas no município são de duas qualidades: a de pedra ou de ferro, que contem areia preta ou esmerim e a de pederneiras, que, ao que parece, na provincia só existe neste municipio, Capivari e Piracicaba.

Ao Sul da cidade está, em seus suburbios, assentada a estação terminal da linha ferrea Sorocabana, uma das mais elegantes pela forma, no interior da Provincia, senão a mais elegante e com todos os cômodos necessários.

O trem regular parte todos os dias às 9 horas da manhã para São Paulo, e de volta às 5 horas da tarde.

Tieté, 10 de Agosto de 1883.

---



## Necrologio dos Socios falecidos em 1947

*J. P. Leite Cordeiro*

No ano social que hoje finda, por dezesseis vezes, a morte estendeu o seu manto de dores sobre o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Dezesseis vezes desconsoladamente, choraram as musas da História, pranteando o desaparecimento dos mortais por elas inspirados nas realizações e nos trabalhos terrenos.

Acompanhando-as, todos nós nos debruçamos à beira dos dezesseis túmulos com as almas refertas de pesar e os corações oprimidos pela angustia, no momento solene do último adeus aos companheiros de lutas, àqueles em cujo convívio sentíamos pujante, em toda a sua expressão, o amor pelo Brasil e a dedicação ao trabalho, em cuja companhia, muitas vezes, nos reconfortávamos dos dissabores e das agruras cotidianas, porque neles sentíamos o apoio das amizades desinteressadas, o incentivo para lutarmos contra as nossas próprias dificuldades, numa expansão benéfica, entrosando inteligências, entrelaçando sentimentos através das missões sublimes desta casa que nos aconchega, nos une, e nos congrega em seu recesso, onde se acalentam as glórias do passado, onde se acrisolam as energias do futuro, porque, cultuando a História, preservamos a experiência humana, transmitimos as melhores normas a serem seguidas, apontamos os erros já cometidos, podendo assim mostrar às gerações futuras a conduta mais acertada, menos perigosa, mais suscetível de originar bons sucessos.

Dos consocios desaparecidos em 1947, não nos chegou a noticia da morte de Hildebrando Seixas Siqueira, razão pela qual, o meu antecessor não lhe fez o necrológio. Hildebrando foi jornalista, publicista e professor, tendo empenhado largos anos da existência nos estudos históricos e geográficos.

Data de 5 de fevereiro de 1934, a sua proposta para Membro Correspondente do sodalício. Traz as assinaturas de Torres de Oliveira, Afonso de Carvalho e Edmundo Krug, responsáveis felizes por tão meritória aquisição como provaram fartamente a valia das publi-

cações de Hildebrando Siqueira e o seu devotamento às pesquisas do passado.

Ali estão a exemplificar o que dissemos os “Apontamentos para a História de Serra Negra” e “Os efeitos imediatos da Fundação de S. Vicente”. Inseto no volume XXXI da nossa revista, o primeiro trabalho é o mais completo que existe sobre a história da tão agradável e poética Serra Negra, transformada desde algum tempo em estância hidro-mineral, destino vivido atualmente pelo município que, nos primórdios deste século, contribuiu de maneira pródiga para a riqueza paulista com exuberantes e produtivos cafezais.

Cuidadoso na colheita do material informativo, Seixas Siqueira buscou dados nas tradições locais e nas reminiscências dos antigos moradores, para depois verificá-los e autenticá-los através dos documentos em cujo enalço veio até aos arquivos da cidade de S. Paulo, estudando particularmente o da Curia Metropolitana. Conseguiu assim apresentar de modo perfeito a evolução social, política e econômica de Serra Negra, desde as influências que interferiram na fundação e na localização do burgo até a fase republicana e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana que marcaram não só o progresso regional, mas também o próprio desenvolvimento do Estado de S. Paulo. E isto fez analisando a história eclesiástica, a história econômica, a instalação das fazendas que ali surgiram, a biografia dos vultos que argamassaram o progresso de Serra Negra, a evolução da imprensa, o nascimento e o desenvolvimento do comércio, da indústria, a abertura das ruas e das praças cujas denominações foram minuciosamente explicadas na sua gênese. Hildebrando Siqueira fez com a sua querida Serra Negra o mesmo que Vieira Fazenda com a sua não menos querida cidade do Rio de Janeiro.

Expandindo o espírito de análise nos “Apontamentos de História”, publicados no volume XXXIV da revista do Instituto, traçou observações a respeito da educação pública e das epidemias na era colonial, entrando no âmbito da história da medicina no Brasil que ainda contava, na época da realização do trabalho, pouquíssimos cultores.

Tivessem todas as cidades do nosso interior um espírito curioso, arguto e observador, amante das nossas coisas e da nossa tradição, como era o de Hildebrando Siqueira e já teríamos o levantamento das histórias locais, cujo conjunto nos daria o plano geral da evolução política, social e econômica do estado e também da nação. O interesse que os organizadores do IV Congresso de História Nacional vêm mostrando pelos trabalhos que estudam a evolução das cidades brasileiras prova a utilidade e a necessidade desse gênero de pesquisas.

Certamente, se ainda fôsse vivo, Hildebrando Seixas Siqueira destacar-se-ia no próximo certame, mas, para nosso infortúnio, já o

levou a morte. Conservamos, porém, a sua memória que, reverenciada hoje, será guardada carinhosamente, através do tempo, pelo Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

O primeiro a nos deixar, durante o último ano social, foi o Dr. João Francisco Recalde, notável médico paraguaio que exerceu por muitos anos a sua nobilitante profissão na cidade de S. Paulo, por ele estremecidamente amada, como se fosse o proprio berço, Assunção do Paraguai, conforme externou-me quando o encontrei, de passagem no país vizinho.

Fidalgamente recebeu-me Recalde em sua pátria, prestando homenagens mais devidas a um filho do Brasil do que à minha própria pessoa. Amigo incondicional de nossa Pátria, assim agia com todos os brasileiros que o procuravam em sua terra de origem. Justamente naquela ocasião, vivia o Paraguai uma fase histórica marcada pelas vitórias da democracia. Recalde fôra chamado e, jubiloso com a nova ordem imperante no país, deu-lhe mais uma vez os préstimos de sua soberba cultura e grande experiência.

Apesar de sobrecarregado com as obrigações e com as atribuições de Ministro de Estado, encontrou tempo para me deleitar com duas prolongadas palestras à sombra de frondosa árvore secular, ornamento do pátio interno de sua residência senhorial, palestras entrecortadas por inúmeras inquirições a respeito de S. Paulo, dos nossos homens e do nosso progresso, que ele, radicado tanto tempo entre nós, acompanhava mesmo de longe, e embora exercendo alta função governamental.

Como cirurgião, Recalde foi magnífico. Tive oportunidade de assistir várias intervenções por ele realizadas, e nas quais demonstrou não só largos conhecimentos de patologia mas também segurança no manejo do bisturi e admirável precisão anatômica, o que tornava perfeita a sua técnica e instrutiva a sua tática cirúrgica.

Feitos os primeiros estudos no Colégio Nacional de Assunção, diplomara-se em medicina pela Faculdade de Florença, na Itália, e alcançou na profissão o mais alto posto que poderia almejar: — o de professor da Faculdade de Medicina de Assunção. As vitórias científicas de Recalde valeram-lhe outros títulos como o de Membro Honorário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no Brasil, e da Escola de Medicina de Lima, no Peru.

Ocupando cargos de alto destaque no governo paraguaio, por várias vezes injunções políticas obrigaram-no a emigrar para o Brasil, onde sempre o recebemos entusiástica e acolhedoramente. Senador, Ministro da Justiça e depois Ministro da Educação, a conduta política de Recalde norteou-se pela felicidade e pelos anseios do seu povo. Da sua personalidade, avultaram três características:— o amor ao

próximo, o amor à Pátria e o amor à democracia. Foi incontestavelmente um notavel patriota, um democrata convicto e um profissional imensamente carinhoso.

A este sodalício, apresentou muitos estudos dos quais ressalta a sua polimorfia intelectual, quer na Medicina, quer na História, quer na Lingüística. Pioneiro do ensino sistemático do guarani entre nós, realizou, em 1925, um curso desta lingua em nosso Instituto, completando a obra de divulgação que iniciara ao publicar o livro "Nuevo Método de Ortografia Guarani", com o texto em guarani e em espanhol e um estudo sôbre os verbos guaranis.

A "Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo" publicou outros trabalhos de sua lavra: "Vocábulos designativos de designações e relações e contatos nas línguas tupi e guarani" e "Estudo crítico sôbre termos tupis no português do Brasil", trabalhos que representam "Importante subsídio para o estudo lingüístico e sociológico dos tupis", na valiosa afirmação de Herbert Baldus.

Avulta ainda na bibliografia do Professor João Francisco Recalde, a tradução de uma das obras de Curt Niemandjú, "Leyenda de la creación e juicio final del mundo como fundamento de la religion de los Apapocuva-Guarani", tradução em que mais uma vez demonstrou abalisada erudição lexicológica e esplêndidas qualidades de filólogo já exemplificadas na conferência sobre "El Guarani de los guaraios de Bolivia", inserta no primeiro número "da Revista del Ateneo Paraguuaio". Nascido em 9 de março de 1885, João Francisco Recalde faleceu aos 13 de dezembro de 1947. Durante nove anos de sua utilíssima vida ilustrou as atividades deste cenáculo.

O segundo a desaparecer foi Cícero Arsenio de Souza Marques, figura popular na sociedade paulistana. Espírito progressista e idealista, caracterizou-se pelo entusiasmo sempre demonstrado em abraçar as boas causas, como o foi a da aviação nacional. A ela dedicou-se corajosamente, antevendo o que no futuro representaria para o Brasil, o famoso invento dos brasileiros Bartolomeu de Gusmão e Santos Dumont.

Amigo pessoal de Edu Chaves, fez em companhia deste uma viagem à Europa, brevetando-se em outubro de 1913 em Etampes, na Escola de Bleriot, e ingressando desde então no Aero Club de França. É de se assinalar que foi o segundo brasileiro — Edu Chaves fôra o primeiro — que recebeu o "brevet" de aviador.

Ficou célebre o vôo que realizou, aos 8 de março de 1914, no Hipódromo da Moóca, num avião Bleriot, e que por dias seguidos constituiu o tema obrigatório das conversas e das atenções dos paulistanos. Pouco tempo depois, excursionava até Campinas e atingia, em façanhas temerárias, as cidades de Curitiba, no Paraná, e de Porto

Alegre, Santa Maria, Cachoeira, Bagé e S. Gabriel, no Rio Grande do Sul.

Em S. Sebastião da Coxilha, localizada entre S. Gabriel e Bagé, sofreu um desastre no dia 11 de outubro de 1914. Restabelecido, continuou a corajosa e acidentada faina de piloto do ar, até 1918, ano em que, no Campo dos Afonsos, na Capital da República, sofreu novo acidente que o obrigou ao abandono definitivo da carreira aviatória. Aliás a êle é atribuída a expressiva definição: "O aviador é um suicida a prestações".

Apesar de impossibilitado de novos vôos, o que lhe impedia a expansão do destemor e do espírito de pioneiro, os quais poderiam ter ainda prestado relevantes serviços ao Brasil e a S. Paulo, deixou-nos Cícero Marques outras realizações de valor. É exemplo o livro intitulado "De Pastora à Rainha" onde reviveu a velha Paulicéia com os seus lampiões de gás, os comícios do popular preto Leoncio, aqueles enormes automóveis Mercedes-Benz, o Castelões, o Club "Fôrça e coragem", o Politeama e o Casino Paulista, o Beco dos Sapos, a Ladeira de S. João, tendo na esquina o Café Brandão, o Curso Anexo à Faculdade de Direito, os rinques de patinação que reuniam moços e moças da época, em seus "flirts" e namoricos:

No seu estilo de cronista, Cícero Marques prende o leitor da primeira à última página, todas elas ressumantes de emoções, palpitantes de sensibilidade naquele evocar singelo dos velhos tempos de S. Paulo que emergem da pena de Cícero Marques com um arrebatador encantamento, pois ele nos pinta de maneira sugestiva as ruas cortadas pelos bondes de burro e pelos carros de praça conduzidos do alto das boléias por cocheiros em sua clássica indumentária: chapéu redondo, cachecol e gravata de laço, trazendo no canto da boca um charuto toscano. Era o S. Paulo dos pipoqueiros, dos vendedores de amendoim e da cocada mulatinha.

Quanta emoção para os daquele tempo, ainda hoje vivos, e que podem assim, prazerosamente, graças ao livro de Cícero Marques, reviver os tempos passados, as horas da mocidade, da própria infância que, indiscutivelmente, são as melhores horas da vida humana!

Cícero Marques conviveu com Ricardo Gonçalves, o inspirado vate, Amadeu Amaral, o poeta de "Névoas", Monteiro Lobato o criador de Jeca Tatu, Paulo Setubal, Moacir Piza e tantos outros que bem de perto sentiram os atrativos de sua pessoa. Natural também o seu pendor pelas letras, em cujo reino preferiu as delicias da crônica e o chamamento do passado.

Meritório e tocante o serviço prestado pelas recordações do livro de Cícero Marques que tanta saudade, tanta emoção despertou e desperta aos que o lêem. Mesmo aqueles que não conheceram o S. Paulo de outrora, sentem nas frases evocativas, as comoções da saudade e o

amor à terra em que a gente nasce. Bastaria esse volume para o consagrar.

O espírito de Cícero Marques, extravasado, durante muitos anos, em "O Comércio de S. Paulo", produziu, porém, varias outras obras como o "Dia da Bandeira", "Tempos Passados", "Aleluia da Pátria", "O Último Dia do Presidente Washington Luís no Palácio da Guanabara", e o romance "Água de Enxurrada", laureado com menção honrosa pela Academia Paulista de Letras.

Um dos traços mais belos da sua personalidade foi a dedicação aos amigos, exemplificada na atitude que manteve com o Presidente Washington Luís, junto a quem permaneceu até os últimos momentos em que o ínclito brasileiro se viu obrigado a deixar a Pátria. Exilado o homem público que tanto honra S. Paulo, Cícero Marques manteve-se fiel àquela amizade, num gesto raro, correspondendo-se, periodicamente, com o amigo expatriado e trazendo a nobre figura constantemente presente na sua afeição.

Uma inteligência arejada e um espirito vivaz, aninhados em um corpo forte, cumprindo assim magnificamente o aforisma "Mens sana in corpore sano", Cícero Marques viveu os últimos tempos da existência nas tristezas marcadas pelo cerceamento das atividades físicas. Não perdeu, porém, o ânimo pela vida que sempre amou através dos fulgores da inteligência e das energias que distinguem os fortes. Rodeavam-no os amigos, distraíam-no as evocações do passado e, assim confortado, exalou o último alento aos 3 de janeiro dêste ano.

Nascera em S. Paulo aos 23 de fevereiro de 1884, filho do ilustre facultativo Dr. Arsenio de Souza Marques e de Dona Angelina de Souza Marques. Batizado na Igreja da Sé, apadrinharam-no o Conselheiro Rodrigo Silva e a Baronesa de Guajará. Fez as primeiras letras no Instituto Costa, passou pela Escola Agrícola Luís de Queiroz, palmilhou anos difíceis quando nos chegam as responsabilidades da vida prática, cruzou triunfante os ares do Brasil, tombou gloriosamente qual novo Ícaro, e, sentindo o corpo aprisionado a uma cadeira de rodas, impossibilitado de singrar as alturas, expandiu as fôrças espirituais que pairaram, durante o resto de sua vida, no alcandorado reino da cultura por entre as regiões aladas do pensamento.

O terceiro a tombar, o Dr. Luís Gastão de Escragnolle Dória, era professor emérito do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e um dos vultos de maior projeção no magistério do país. Na carreira de educador, fez jus à amizade das diversas gerações que dele receberam ensinamentos.

Filho de Dona Adelaide Taunay Dória e do General Luís Manuel das Chagas Dória que fôra professor das Escolas Militar da Côte e Superior de Guerra, nasceu no imperial Municipio Neutro, aos 31

de janeiro de 1869. Atraído pela nossa tradicional Academia de Direito, viveu em S. Paulo alguns anos da mocidade, recebendo, em 1890, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Jornalista, literato, professor, e sobretudo historiador, deixou farta produção da qual se destacam predominantemente os assuntos históricos. De julho de 1891 a fevereiro de 1893, colaborou na "Folha da Tarde", de Santos, e no hebdomadário "A Semana", já então em segunda fase, sob a orientação do saudoso Max Fleiuss e de Valentim de Magalhães. Os artigos de Escragnolle Dória ornamentaram o "Jornal do Comércio", ininterruptamente, desde 1891 até 1922, e a "Revista da Semana" desde 1921 até a data do seu falecimento. Colaborou também em "A Gazeta de Notícias", "O País", "A Notícia", as revistas "Capital Paulista", "Anais", "A Época", "Renascença", "Kosmos", "Século XX", "Eu Sei Tudo" e "Sul América", além de outras como a do Arquivo Público Mineiro e a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No volume XVI da nossa revista, publicou "Homens e Épocas", estudo no qual analisou Maurício de Nassau, João Fernandes Vieira, Tomás Antônio Gonzaga, Pedro I e José Bonifácio, Pedro II, a Imperatriz Leopoldina, o baile da Ilha Fiscal, Raimundo Correia, as viagens de Vicente le Blanc, a fundação dos cursos jurídicos e o segredo da Rainha.

O número 39 de "A Semana", datado de 28 de abril de 1894, além de artigos de Coelho Neto, Lúcio de Mendonça, de uma tradução de Francisca Julia, estampou uma crônica de Escragnolle Dória sobre a pianista Gema Luiziani, vitimada pela febre amarela, crônica apreciadíssima no mundo literário da época.

Em certa ocasião, conversavam na redação de "A Semana", Urbano Duarte, Max Fleiuss e Raul Pompéia. Este último propôs que Urbano escrevesse as suas impressões sobre os homens de letras. Urbano sentou-se e classificou-os com "os mais" que tanto furor causaram e que foram publicados em um dos números de "A Semana", registrando-se assim cerca de trinta e tantas análises brotadas da pena espiritosa de Urbano Duarte.

Alberto de Oliveira era o *mais alto*. Coelho Neto o *mais fértil*. Machado de Assis o *mais cerimonioso*. Paranapiacaba o *mais comprido*. Pereira de Araujo o *mais gordo*. Garcia Redondo o *mais amável*. Capistrano de Abreu o *mais miope* e, entre os restantes, Escragnolle Dória foi classificado o *mais sincero*.

De uma viagem a Paris, Escragnolle trouxe cópia de interessantíssimos documentos, entre os quais o depoimento do ministro francês Eduardo Pontois sobre o "Sete de Abril", e é de se notar que, durante o período passado na Europa, não recebeu ajuda de custas, vi-

vendo exclusivamente com o que lhe tocava como professor do Colégio Pedro II.

Além de crítico literário, biógrafo, tradutor, contista e historiador, foi também poeta. O soneto "Almas Gêmeas", de sua autoria, mereceu a tradução para a língua sueca e a publicação no jornal "Tidsfordrif". De suas outras composições poéticas, sobressaem-se a "Noite de Batalha", dedicada a Paulo Marguerite, e a "Vala Comum", dedicada a Jaime Seguíer. Nas traduções que fez, enfileiram-se "A Mentirosa", de Afonso Daudet, "As Semi-Virgens", de Marcel Proust e "Os Cegos", de Maeterlinck. Prefaciou a segunda edição do "Intermezzo", de Heine, traduzido por João Ribeiro, bem como a "Corografia do Brasil", de Olavo Freire, e o "Epítome de História do Brasil", de Jônatas Serrano. Vastíssima a sua produção que reunida enfeixará seguramente alentados volumes.

Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada aos 16 de agosto de 1911, Gastão Ruch, Max Fleiuss, Eduardo Marques Peixoto e Artur Guimarães, propuzeram-no para sócio efetivo com a justificativa: "Há famílias ilustres em que por herança se transmitem dotes de inteligência, espírito de combatividade e acendrado amor à pátria. Neste caso está o nosso candidato, em cujos ascendentes se encontram varões recomendáveis por todos os títulos".

Escragnolle Dória tomou posse de sua cadeira no ano seguinte, tendo mais tarde exercido interinamente o cargo de secretário e integrado várias comissões da afamada entidade cultural que é o Instituto Histórico Brasileiro, não desmerecendo as responsabilidades e os encargos advindos do nome ilustrado pelos antepassados.

Quando geria o Arquivo Nacional, criou um Museu dentro da repartição e, no Instituto Histórico Brasileiro, contribuiu na fatigante e utilíssima obra de catalogação do arquivo, serviço ao qual se têm dedicado extremadamente inúmeros historiadores patricios como Vieira Fazenda, Basílio de Magalhães e outros.

Exerceu o magistério particular em muitos colégios como no Pio Americano e no Ginásio Nacional. Ingressando no professorado oficial, ocupou uma cadeira na Faculdade Livre de Direito, do Rio de Janeiro, tornou-se lente interino de História, no Colégio Pedro II, e professor suplementar de Inglês no internato do mesmo colégio. Aos 5 de novembro de 1906, vindo de brilhante concurso, conquistou, no mesmo Colégio Pedro II, a cátedra de História Geral, na qual o jubilaram em 5 de abril de 1937, sendo-lhe outorgado, aos 12 de julho, por decisão unânime da Congregação, o merecido título de Professor Emérito.

Seria preciso muito mais tempo do que dispomos para podermos traçar a biografia completa de Escragnolle Dória, cuja passagem pela direção do Arquivo Nacional, mereceria minuciosas considerações.

Ali permaneceu de 1917 a 1922, durante cinco anos benéficos para aquela repartição pública, como asseverou Vilhena de Moraes, atual Diretor do Arquivo: — “A sua atuação durante aquela fase administrativa, caracterizou-se principalmente por uma grande atividade arquivológica, de par com acendrado culto às mais genuínas tradições brasileiras do que é prova o desenvolvimento dado ao Museu Histórico do Arquivo, primitivo núcleo da importante repartição que hoje, com êste nome, tanto se recomenda”.

Como vemos, não foi sem razão que, ao ter notícia da morte de Escragnolle Dória, proclamou Olegário Mariano em reunião semanal da Academia Brasileira de Letras: — “Ele era um homem diferente dos outros... um exemplo de dignidade... um homem diante do qual nunca deixei de tirar respeitosamente o meu chapéu”. E foi um homem dêste valor, caros consócios, que a morte roubou à nossa companhia!

Toca-nos também lamentar o desaparecimento do Dr. Galeno Martins de Almeida, espírito de escol, refinado cultor das artes, cujo bom-gosto transformou a própria residência em verdadeiro museu de coisas belas e raras e cujo amor à cultura permitiu-lhe ostentar, na vasta e selecionada biblioteca, uma preciosa brasiliana.

Mestre Afonso de E. Taunay, nas colunas do “Jornal do Comércio”, focalizou a personalidade de Martins de Almeida, considerado por êle um dos precursores do movimento de interesse, notado nos últimos tempos, pelas coisas representativas do Brasil de antanho. Possuindo senso de artista e conhecendo profundamente a nossa iconografia, soube escolher e selecionar os objetos que reuniu, conseguindo uma triagem perfeita e ao mesmo tempo tão difícil nesse gênero de coleções, facilmente influenciável pelo snobismo.

Recordou Taunay, uma vitória de Martins de Almeida que identificou, em bazar do Rio de Janeiro, os retratos de D. Pedro II e de Dona Teresa Cristina, da autoria do pintor F. Krumboltz, e cuja restauração, feita sob a vigilância do Dr. Galeno, permitiu-lhe corrigir um engano de atribuição da autoria dos quadros, engano estampado em 1860, na “Viagem de Zaluar”, obra na qual errôneamente vem o artista identificado com o nome de Compelstron.

O Dr. Martins de Almeida corrigiu outros erros e elucidou outras dúvidas referentes a telas, estampas, móveis, livros e mesmo documentos. Não se limitava à aquisição de peças nos “bric-a-brac” e nos belchiores. Levando-as para casa, delas cuidava, mandando restaurá-las, se necessário, e depois as estudava, as identificava e as classificava. Algumas davam imenso trabalho executado, porém, com uma tenacidade característica da sensibilidade artística e do devotamento às nossas tradições, traços acentuados de sua personalidade.

Filho do Sr. João Batista Martins de Almeida, um dos maiores lavradores do município de São Manuel, e de Dona Maria de Campos Melo, nasceu Galeno Martins de Almeida no Rio de Janeiro, vindo ainda menino para São Paulo, onde se diplomou na Faculdade de Direito.

Pelo pai, sua ascendência prendia-se em stirpes mineira e fluminense. Pela mãe, ligava-se aos velhos troncos piratininganos. Na capital paulista, enveredou pela carreira policial, tendo ainda servido à Justiça como promotor público em comarcas do Estado.

Possuidor de fartos recursos monetários, percorreu vários países, aumentando o cabedal de homem culto. Fixou residência no Rio de Janeiro, porém, mantinha casa em São Paulo, por êle frequentemente visitado. Caráter íntegro, homem digno, considerado um lídimo representante da aristocracia rural que tanto brilho deu ao segundo reinado, Martins de Almeida recebera como disse alguém: "Atavicamente, certo autoritarismo aliado à áspera intransigência em questões de princípio e intolerante proibidade em matéria de acomodações que de longe lhe susceptibilizassem os ditames da dignidade".

A respeito da figura sugestiva d'êste consócio, nada mais esclarecedor do que pequeno trecho de um tópico inserto no "Correio da Noite" e que descrevia a sua vida de família: — "Recebendo com simplicidade mesclada de sobrançeria, onde a gentil esposa (D. Sílvia de Faro Lacerda) servia aos hóspedes doces bem brasileiros, em pratos de museu, à luz de pesadas lâmpadas de igreja, forçosamente havia de concluir que não só o ambiente evocava o esplendor extinto mas que a própria alma, a própria personalidade forte e absorvente de um senhor de antanho, com todos os defeitos e qualidades, se encarnava em Galeno Martins de Almeida".

Realmente, prezados confrades, tal qual aquêles velhos paulistas cuja honra e palavra eram esplendidamente garantidas apenas por um fio de barba, costumava dizer Galeno: — "Do que mais me ufano é de poder entrar de cabeça alta em tôda a parte e nunca terem duvidado da minha palavra".

O Dr. Jerônimo Avelar Figueira de Melo pertence também à lista dos que hoje pranteamos. Desde 5 de agosto de 1912, figurava em nosso quadro social, onde gozava o título de membro correspondente. Residia ultimamente no Rio de Janeiro e ali faleceu rodeado pelo respeito da sociedade carioca e pela simpatia que emanava da sua cativante pessoa.

Ingressando na carreira diplomática, surgiram-lhe oportunidades de pesquisar os arquivos estrangeiros dos quais traduziu e transcreveu importantes documentos para a História do Brasil. Um dêles, o depoimento sobre o "Sete de Abril", do então ministro da Áustria

no Brasil, Barão de Daiser, depoimento enviado ao Barão de Neu-mann em Londres e encontrado em Viena no Ministério dos Estrangeiros, foi publicado no volume XVI da revista dêste Instituto. O volume XIV inclui três cartas datadas em Pernambuco e uma datada na Bahia, cartas onde vêm relatados, bem ao vivo, os aspectos marcantes do espírito público naquelas duas regiões do Brasil, justamente nos meses que precederam a Proclamação da Independência.

Amigo de Afonso de E. Taunay, por êste animado e instigado, Figueira de Melo dispôs-se a um trabalho exaustivo, continuando as investigações em arquivos estrangeiros, já iniciadas pelos eruditos João Francisco Lisboa, Gonçalves Dias, Varnhagen, Caetano da Silva, Rio Branco, Duarte Pereira, Eduardo Prado e muitos outros. Interessou-se particularmente pelos arquivos austríacos, pesquisando-os e classificando e traduzindo os documentos de interesse para a nossa História. Da correspondência do Barão de Wenzel de Marschal com o Príncipe Metternich, colheu dados inéditos sobre D. Pedro I e a respeito da Imperatriz Dona Leopoldina e de Dona Domitila, a Marquesa de Santos.

Removido para Roma, continuou a pesquisar nos escaninhos da Santa Sé, especialmente na secção dos documentos secretos e na Biblioteca do Vaticano, trazendo para o Brasil as cópias de varios documentos e as fotografias de três mapas: — a “Carta Universal em que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto hasta ahora... ano 1529”, o planisfério de Gerolamo da Verrazano, e uma carta geográfica anônima. Êstes documentos cartográficos foram devidamente apreciados e comentados por Rodolfo Garcia.

Em 31 de maio de 1917, Figueira de Melo ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como socio correspondente, transferindo-se para a categoria de efetivo quando mais tarde fixou residência na capital do país.

Ao recebê-lo naquele sodalício, Ramiz Galvão salientou o seu patriotismo solerte em “Contraste com outros jovens brasileiros que, quasi esquecidos da Pátria e engolfados nos prazeres mundanos, nas festas de côrte ou nas múltiplas diversões mais ou menos fúteis das capitais européas e americanas, perdem a melhor ocasião de bem servir o Brasil”, atitude não esposada por Figueira de Melo que, resistindo às tentações e às atrações mundanas, conservou-se fiel à lembrança da Pátria distante mas por êle muito querida e nunca esquecida.

Vemos assim, caros consócios, quão inestimável perda sofreram as letras históricas nacionais com o desaparecimento de Jerônimo Avelar Figueira de Melo.

No dia 15 de maio, surpreendeu-nos a notícia da morte de Bento de Abreu Sampaio Vidal em que positivamente se encarnava o espí-

rito de algum bandeirante dos séculos XVI ou XVII. Certamente, se êle tivesse nascido na época de Raposo Tavares ou na de Fernão Dias Pais, enfileirar-se-ia entre os célebres calções de couro que deram fama a S. Paulo e vastidão territorial ao Brasil.

Viveu no século XIX e em parte do século XX, mas, atônitos, os contemporâneos assistiram a reprodução das façanhas bandeirantes. Assim como, nas estradas palmilhadas pelas bandeiras, iam surgindo as cidades de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso, do Paraná, e do próprio S. Paulo, assim também nasceram cidades atrás das pegadas de Bento de Abreu. Marília é exemplo. Sua ação benfazeja não se limitou, porém, apenas à fundação de cidades, porque êle deixou benemerências em todos os lugares por onde passou. Deve-lhe muito Araraquara, a ostentar hoje os atestados materiais e espirituais do seu progresso, como o Teatro e o Ginásio Municipal, a Gota de Leite e a Maternidade, colégios, praças de esportes e tantos outros padrões da sua grandeza. O mesmo sucede em Marília, com a Igreja Matriz, a Santa Casa, além de inúmeras outras obras sociais. Na fundação e no desenvolvimento de Marília, devemos reverenciar a obra de um pioneiro invulgar que nos legou um marco das atuais atividades bandeirantes. O mesmo poderíamos dizer de São Carlos, Guaíba, Álvaro de Carvalho, Pirajuí e Bauru.

Nascido em 17 de agosto de 1872, em Campinas, filho de Joaquim José de Abreu Sampaio Vidal e de Dona Maria das Dores Sampaio Vidal, ali cursou o Colégio Culto à Ciência. Atraído pela agricultura, a ela se dedicou, tornando-se o exemplo típico do bom lavrador, daquele que busca na terra aquilo que ela lhe pode dar de bom mas que também devolve em benefícios, em carinho e amor, tudo o que ela lhe concedeu.

Um dos fundadores da Sociedade Rural, onde diversas vezes exerceu a presidência, para depois receber o honroso título de Presidente Honorário, tendo sido Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Secretário da Agricultura do Estado de S. Paulo, fundador de cidades, Deputado por S. Paulo, Presidente da Comissão de Finanças na Assembléia Legislativa, Bento de Abreu foi também chefe de família exemplar, tronco básico ao qual se prendem outros grandes valores humanos de S. Paulo. Quantas facetas interessantes não nos apresenta a vida dêste consócio, prenhe de atividade, repleta de boas ações, cheia de exemplos dignos e eloquentes, quantas facetas para estudarmos e analisarmos! Impossível fazermos-lo por completo neste momento, pois apenas um destes prismas já mereceria toda uma sessão evocativa que, estou certo, seria instrutiva e muito útil aos que desejam bem servir ao Brasil. Que por ora nos fiquem somente as suas atividades de pioneiro e de bandeirante. Graças a elas, podemos afirmar que os paulistas do século XX ainda são os mesmos gigantes dos séculos XVI

e XVII, ainda possuem a mesma fôrça daqueles que fizeram recuar o Meridiano das Tordesilhas, e, se alguém o negar, apontaremos orgulhosos a vida de Bento de Abreu Sampaio Vidal, provando que na raça de Piratininga ainda palpitam as energias de um Raposo Tavares, de um Fernão Dias Pais, de um Bartolomeu Bueno e também de um Bento de Abreu Sampaio Vidal.

Pelo mês de maio a dentro, continuaram os nossos infortúnios. Perdemos mais três de nossos consócios: Francisco Antônio de Almeida Morato, Roberto Cockrane Simonsen e Olinto de Magalhães.

Francisco Morato, que nascera em Piracicaba aos 17 de outubro de 1868, estudou no Colégio Moretzsohn e, passando pelo Curso Anexo, ingressou na Academia de Direito de S. Paulo em 1884, nela se bacharelando em 1888.

Voltando à cidade natal, instalou banca de advogado, exerceu o mandato de vereador e os cargos de promotor público e de inspetor escolar, desempenhando também a alta e proficiente função de Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Mudando-se para S. Paulo, já com renome de jurista, trabalhou juntamente com o Professor Estevão de Almeida antes de estabelecer definitivamente o próprio escritório de advocacia.

Prestando concurso na Faculdade de Direito, tomou posse como professor substituto da sétima secção em novembro de 1917, data em que recebeu o grau de doutor. Cinco anos mais tarde, era empossado na cadeira de Prática do Processo Civil e Comercial.

Presidiu as assembléias preparatórias para a fundação da Ordem dos Advogados, da qual foi o primeiro presidente, cargo que ocupou desde 1916 até 1922 e desde 1925 até 1927.

Exerceu também a presidência do Tribunal de Ética Profissional e integrou a Comissão Executiva das Obras da Catedral. Por três anos, dirigiu a Faculdade de Direito, regendo interinamente, durante largo período, a Universidade de S. Paulo. Jubilado na cátedra de Direito Judiciário Civil, outorgaram-lhe o título de Professor Emérito, pela primeira vez concedido. Dos seus numerosos trabalhos, assinam-se "Terras Devolutas", "Da Carta Testemunhal", "Miscelanea Jurídica", "Das Divisas de S. Paulo e Minas Gerais", "Das Prescrições nas Ações Divisórias", esta considerada obra clássica.

Ao lado de Clovis Bevilacqua e de Lacerda de Almeida, gozava a distinção de membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros. Ao agradecer tão alta distinção, descreveu de maneira sentimental e em vernáculo castíssimo, a gênese da sua vocação de jurista: "Nos dias felizes que decorreram entre a infância e a adolescência, quando só me trabalhavam a inteligência e o coração ainda virgens de influências cáducas, o amor da família purificado na alegria de meus pais, o amor de Deus sob cujo sopro tive o primeiro despertar na vida,

e o amor da Pátria que venerava como uma projeção do próprio Criador; naqueles dias felizes, quando vinha a' lança fazer quimeras e fantasias, eu já imaginava que era no fadario das letras que me seria possível honrar com o nome a prosapia daqueles que tão carinhosamente mo haviam dado! Passei pelas humanidades, esquadrinhei-lhes vários departamentos e me fiz jurista", palavras denunciadoras da profunda fé que sempre depositou na profissão que abraçara.

Em toda a existência, Francisco Morato demonstrou um cavalheirismo que o definiu como homem fino e educado que só manejava o florete e sabia manter nos combates uma nobre e fidalga linha de conduta. O nosso ilustre consócio Aureliano Leite, ao lhe fazer o necrológio na Câmara Federal, relatou uma passagem que comprova a elegância das atitudes de Morato:- "Quando a oposição do Partido Democrático ao govêrno do Sr. Júlio Prestes se aguçara, descendo o combate recíproco para o plano rasteiro em que a paixão partidária arrasta os homens, aquele presidente abriu, aos 1929, os salões dos Campos Eliseos a um baile retumbante de comemoração a 15 de Novembro".

"A Secretaria do Palácio enviou convites à bancada federal. Francisco Morato recebeu o seu e, ao contrário dos demais companheiros de partido, mandou preparar o terno de casaca, a camisa e gravata branca, as luvas de pelica, os sapatos rasos de polimento, e, a horas tantas, tomo o seu automovel e desceu à portada festiva da casa presidencial".

"Penetrou grave e sobranceiro, sob "ohs", "quem diria", "parece sonho", "que atrevimento", de alguns convidados. Mas não se incomodou. Permaneceu o tempo preciso para aquela edificante lição de política inglesa".

"No outro dia, os comentários fervilharam na cidade. Na própria sede do seu partido, chegou-se a clamar contra Francisco Morato que estava, até isto se disse, às portas da adesão ao todo poderoso Sr. Julio Prestes".

"Pobres de espírito os que não compreenderam aquele gesto de pura elegância, de autêntico "gentleman" político, que ao invés de amolecer a enfibratura daquele pescador piracicabano, enrijara-o mais para as batalhas que vinham chegando".

De fato, uma lição de polidez e de boa educação política fôra dada por Francisco Morato que na verdade constituiu uma bandeira, uma força, um padrão, um estadió evolutivo da nossa consciência política, uma prova da dignidade paulista, uma flâmula da democracia. Era uma idéia, um princípio que se afirmava e se impunha por si mesmo. Pronunciar as palavras *Francisco Morato* é o mesmo que evocar as diretrizes da honradez, os princípios da honestidade, a beleza e a poesia das atitudes impávidas que fazem a glória dos heróis e que formam arca-

bouço das tradições de um povo. Nele estamparam-se as virtudes da raça. Tinha inteligência, possuía erudição e cultura, e soube traçar com firmeza uma linha inamovível na sua vida profissional, na sua vida pública e na sua vida particular.

Manancial inesgotável de energias morais, fez-se respeitado na Cátedra, no Forum, na política e na sociedade. Através da cadeira em que pontificava na Faculdade de Direito de S. Paulo e através das suas obras de Direito, firmou-se como das maiores cerebrações jurídicas de nossa época. Quem de nós não se recorda das suas sábias lições nas vetustas arcadas do Largo de S. Francisco, ou dos seus doutos pareceres, um dos quais permanecerá pelo tempo afora inscrito nas páginas das histórias dos Estados de S. Paulo e Minas Gerais?

A bissecular questão dos limites entre S. Paulo e Minas, que tanta celeuma levantara e que tanta discórdia provocara, encontrou uma solução exata nas mãos do mestre de Direito, qual verdadeiro juiz a opinar em favor da justiça, embora estivessem em jogo interesses do seu estado natal. Com essa atitude, S. Paulo sentiu-se engrandecido, ufanoso do saber e também da probidade do seu filho.

Razão mais uma vez teve Aureliano Leite quando afirmou “O Brasil perdeu uma das suas mais impressionantes e fortes figuras sociais e intelectuais. Em compensação a sua história ganhou um personagem que a enobrece em todas as cenas que jogou”.

Francisco Morato sucedeu o Conselheiro Antônio Prado na presidência do Partido Democrático ao qual integrava como fundador. Em 1927, foi eleito deputado federal por S. Paulo. Dos mais acendrados propugnadores da democracia, tornou-se um dos maiores sustentáculos da Aliança Liberal, cujas atividades culminaram com o movimento revolucionário de 1930. Posteriormente, esforçou-se pela formação da Frente Única em S. Paulo, exemplo magnífico do quanto puderam a renúncia e a confraternização dos paulistas ante os imperativos do amor a S. Paulo e ao Brasil, pois nela se irmanaram dois partidos políticos que antes acirradamente se combatiam. Essa rara atitude marcou uma época em que preponderava o ideal.

Quando vitoriosa a Revolução de 1930, recusou a chefia do 1.º Governo Provisório de S. Paulo para aceitar apenas o cargo de Secretário da Justiça, função que desempenhou também no período da Interventoria Macedo Soares que assinalou a delicada passagem da vida brasileira de um regime de força para um regime de liberdade.

Fundador e, depois da renúncia do conselheiro Antonio Prado, presidente do Partido Democrático, sem dúvida, o mais sólido esteio da Aliança Liberal, a atuação de Francisco Morato projetou-se naquele cenário idealístico de renovação política predecessor da Segunda República. A personalidade de Morato enquadrava-se perfeitamente nos

ditames da renovação desejada, e as suas atitudes sempre se mostraram dignas das idéias pelas quais batalhou.

Eleito para a Câmara Federal, fez conhecido de todo o Brasil, o talento de orador elegante, de tribuno arrebatador, perfeito na forma, puro no vernáculo, defensor vigoroso dos ideais que pregava e dos princípios que defendia.

Devotou o seu prestígio à causa da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 que tiveram frustrados os seus objetivos com a posterior instalação do governo ditatorial. Surpreendidos pela marcha dos acontecimentos que desvirtuou os propósitos inicialmente apresentados, por aquela aplaudida cruzada de renovação, os paulistas conseguiram obtê-lo em parte, deflagrando o movimento de 1932, no qual, embora fôssemos obrigados a recuar no campo da luta armada, obtivemos para o Brasil e para a democracia as eleições de 1934 com a instalação da Assembléia Constituinte e portanto com a reconstitucionalização do país, fim a que nos tínhamos disposto quando em 9 de julho lançáramos o nosso brado de guerra.

Na epopéia de 1932, Francisco Morato deu-nos a sua ponderação, a sua sabedoria, as suas excepcionais qualidades de homem público e, ulteriormente, a sobranceira com que respondeu aos supostos vencedores de 1932, quando ainda se encontrava preso na Casa de Detenção do Rio de Janeiro: "A maior ofensa e o mais pungente ultraje que eu poderia padecer em vida seria o de me suporem capaz de sair da linha de compostura e altivez nos sofrimentos, de faltar à solidariedade com os companheiros e conterrâneos, de esconder o devotamento infinito ao meu Estado e de procurar atenuar a minha responsabilidade nas horas aflitas em que S. Paulo, solitário e desamparado no sonho de um grande idealismo, estremece na amargura da própria grandeza".

Francisco Morato simbolizou a nobreza, o patriotismo, as energias e os ideais paulistas.

Decorridos apenas quatro dias do falecimento de Francisco Morato, vimo-nos obrigados a cobrir de crepe mais uma de nossas cadeiras, pois, na Casa de Machado de Assis, tombou Roberto Simonsen quando, em nome da Academia Brasileira de Letras, saudava o estadista belga Paulo van Zeeland.

Morreu gloriosamente quem gloriosamente vivera, porque, a existência de Roberto Simonsen constituiu um rosário de sucessos alcançados com o seu dinamismo, com a sua inteligência e com a sua cultura. Homem de negócios e homem de estudo, capitão de indústria e literato, político e historiador, economista e parlamentar, homem de pensamento e homem de ação, idealizador e realizador, sociólogo e

analista objetivo da civilização brasileira, atingiram uma alta soma os serviços que prestou a S. Paulo e ao Brasil.

Admirável exemplo daqueles que vencem pela própria capacidade, levou a efeito uma obra maravilhosa em favor da Nação, através de empreendimentos sociais e econômicos. Conhecia profundamente a realidade brasileira, trazia sempre em mente a resolução dos problemas nacionais que desde a mocidade lhe atraíam as atenções, desafiando-lhe a argúcia do espírito e as luzes do conhecimento.

Muito moço, logo depois que saiu da Escola Politécnica de S. Paulo, cuidou do urbanismo da cidade de Braz Cubas, embelezando-a e dotando os seus lares com os requintes do conforto e do progresso técnico em matéria de construção. Mais tarde, converteu a Federação das Indústrias de S. Paulo em órgão de defesa de classe, e em proveitosa forja de investigações sociais. Em plena maturidade, idealizou, fundou, manteve e fez conhecida e admirada entre nós e também no estrangeiro a Escola Livre de Sociologia e Política, de S. Paulo.

As conquistas sociais obtidas por Simonsen na empresa "Cerâmica S. Caetano", indicam o caminho para a solução dos tremendos problemas sociais, das lutas de classe que tanta divergência e tantos desentendimentos fraticidas têm originado entre os homens de todos os tempos.

Nasceu em Santos aos 18 de fevereiro de 1889, filho do Dr. Sidnei Simonsen e de Dona Robertina Cockrane Simonsen. Feitas as primeiras letras na cidade litorânea, veio para S. Paulo onde ingressou no Colégio Anglo-Brasileiro. Na Escola Politécnica da capital paulista, recebeu, em 1909, o diploma de engenheiro civil, compondo escassa turma de quatorze diplomandos.

Em Santos, foi Diretor Geral da Prefeitura, Chefe da Comissão Municipal de Melhoramentos, Fundador e Diretor da Companhia Construtora, engenheiro da Southern Brazil Railway e Presidente de várias outras companhias.

Em 1919, na Inglaterra, representou S. Paulo, como um dos membros da Comissão Comercial Brasileira. Anos depois, em Paris, representou o Brasil no Congresso Internacional dos Industriais do Algodão. Voltando à pátria, fez parte do Conselho Federal do Comércio Exterior. Presidiu a Confederação Industrial do Brasil, o Centro de Construtores e Industriais de Santos, o Instituto de Engenharia e a Federação das Indústrias de S. Paulo.

Na Assembléia Constituinte de 1934 e na Assembléia Legislativa de 1937, desempenhou o mandato de deputado federal por S. Paulo, tomando parte ativa em nada menos do que cinco das mais importantes comissões da Câmara.

Pertencia a inúmeras associações técnicas e científicas, quer no Brasil, quer no estrangeiro. O seu nome está inscrito na Royal Geographic Society, no British Institut of Philosophy, na Economic His-

tory Society, entidades inglesas e também na National Social Society e na Population Association of America, ambas de Washington.

Era membro dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro, de Minas Gerais, de Santos, de S. Paulo e da Sociedade Capistrano de Abreu. Na Academia Paulista de Letras, ocupava a cadeira de que era patrono Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e fundador Almeida Nogueira. Na Academia Brasileira, exornava e ilustrava a cadeira apadrinhada por Artur de Oliveira e fundada por Filinto de Almeida. Era também um dos integrantes brasileiros da Academia Portuguesa de História.

Levaríamos muito mais tempo a enumerar aqui outros títulos probantes das suas múltiplas atividades. Desejamos apenas lembrar um dos inúmeros benefícios que prestou à coletividade:- a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, onde regeu a cátedra de História Econômica, e onde patenteou invulgar devotamento à instrução dos brasileiros, aliado a um amplo descortino de vistas que o fazia encarecer e cuidar carinhosamente dos altos estudos tão necessários aos nossos jovens.

Parte da obra de Roberto Simonsen orientou-se, nos últimos tempos, no sentido tão humano de elevar o nível de vida do operário. Aí estão o Senai e o Sesi, produtos de sua inspiração, frutos de sua colaboração, integralizações exuberantes dos ideais cristãos do povo paulista.

Quando recebia justa homenagem que lhe foi prestada na instalação da Escola de Mecânica, no Instituto Dom Bosco, depois de considerar demasiado o tributo que lhe prestavam, externou o pensamento, revelando o quanto se dedicava à solução do problema social:- "Com o desenvolvimento industrial e com a conseqüente expansão urbana que dele decorre, constitui o ensino técnico-profissional um assinalado elemento propiciador de uma sadia alegria à nossa juventude e uma das grandes armas de combate ao pauperismo, à exagerada desigualdade das remunerações e níveis de vida. Além do mais, a obra é de incomensurável valor para a humanidade, sobretudo quando à sua disseminação se alia o culto às leis de nossa Igreja, em cujos termos e postulados têm fundamento as únicas e verdadeiras diretrizes para a solução dos cruciantes problemas dos agitados dias em que vivemos".

Poderíamos citar outras benemerências de Roberto Simonsen. Ajudou pobres e desamparados, através da obra piedosa dos asilos, das creches, dos dispensários, e dos sanatórios. No conjunto hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, eleva-se o Pavilhão Fernandinho Simonsen, receptáculo das dores e dos sofrimentos da infância e onde se têm arrefecido tantos gritos da miséria e da desgraça humana.

É valiosa a bibliografia deixada por Roberto Simonsen. Muitas

dezenas de publicações incluindo livros, relatórios, memórias, ensaios e pareceres, que abordam assuntos de vital interesse para S. Paulo e para a nação. Dentre eles não podemos deixar sem menção os "Aspectos da História Econômica do Café", a "Evolução Industrial do Brasil", e sobretudo a "História Econômica do Brasil", livros preciosos que tão de perto tocam aos assuntos debatidos no Instituto Histórico e Geográfico. A "História Econômica do Brasil" constitui obra clássica no assunto, tendo recebido os aplausos veementes de Afrânio Peixoto e de Mestre Afonso de E. Taunay e tendo aberto a Roberto Simonsen as portas da imortalidade com o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras.

A "História Econômica do Brasil" é um repositório precioso e indispensável a quem se abalança ao estudo de nosso passado sob quaisquer de seus aspectos. Se não foi a primeira no gênero, é a mais completa, a mais informativa, a mais capaz de fornecer conhecimentos sobre o nosso passado econômico, estaqueando-se em fundamentos científicos, baseando-se nas verdadeiras fontes documentárias, estudando a fundo a realidade brasileira ao mesmo tempo que explana, delinea e indica as medidas a serem adotadas para a solução de inúmeros problemas. Escolhendo assunto tão palpitante, Simonsen revelou mais uma vez uma segura orientação para servir ao Brasil porque, se a História nos alerta, nos aconselha e nos dá ensinamentos, onde encontrarmos manancial mais rico do que a evolução econômica para aprendermos no presente a bem nos dirigirmos no futuro? Foi justamente isso o que Roberto Simonsen nos legou: - as diretrizes com as quais podem os brasileiros resolver as dificuldades do presente e caminhar com segurança para o futuro. Bastaria esta obra para que a ele fôssemos gratos, mas, no entretanto, quantos outros favores devem-lhe as gerações brasileiras? Incontáveis são eles e todos grandes, todos de real valia.

Escolhido pelo povo do Estado de S. Paulo para a Cadeira Senatorial, desempenhava-se do mandato quando a morte o colheu, morte invejável, pois, intrépido batalhador, tombou no campo da luta, pugnando pelo Brasil, representando-o na mansão acalentada pela inteligência brasileira. Na serenidade e na elevação daquele belíssimo salão azul, enobrecido pela fina flor da intelectualidade nacional, não poderia ter sido mais propício o local, o ambiente e o momento em que tombou Roberto Simonsen. Representava o Brasil ante a universalidade de que sempre se revestiram as embaixadas da heróica Bélgica, falava em nome da "Casa de Machado de Assis", relicário da sabedoria e da cultura brasileiras, abordava em sua derradeira página literária, as benfeitorias do progresso, a solidariedade humana, a tranquilidade social, a preponderância do direito sobre a injustiça, e, emoldurado nas cambiantes do cenário mais erudito do país, quedou imobilizado

pela morte na tribuna que fôra ocupada pelos gigantes da nossa literatura, da nossa prosa e da nossa poesia, da nossa ciência, da nossa riqueza espiritual, tribuna que mais se dignificou e mais se prestigiou ao receber o último alento de Roberto Simonsen.

Desapareceu o homem, porém ficou a obra majestosa, prolífica através do futuro porque dela emanarão as profecias de um inspirado, os conselhos de um sábio técnico, as realizações da inteligência e sobretudo os frutos de imenso amor à humanidade.

Apolonio Sales comparou a morte de Roberto Simonsen com a "Queda de uma árvore que verga as suas hastes e tomba na terra feraz ao pêso da última florada desfeita em frutos sasonados".

Foram suas últimas palavras:- "Aí está a lição do sentimento universal e humano que a Bélgica e o Brasil nos oferecem. A Bélgica pagando o seu tributo..." A queda desse gigante na tribuna mais gloriosa do Brasil, em pleno exercício de missão honrosíssima que coroou em belíssimo final aquela vida tão referta de patriotismo, permite-nos dizer aos brasileiros de todos os recantos:- *Aí está a lição do sentimento humanamente universal que Roberto Simonsen nos ofereceu, pagando com a morte o seu tributo de amor à Pátria e à Humanidade.*

Constituiu outra inestimável perda, a morte de Olinto de Magalhães, venerando mineiro nascido na cidade de Barbacena, aos 11 de janeiro de 1867 e sobre quem disse Pedro Calmon:- "Foi um dos brasileiros mais dignos e mais austeros da geração que surgiu com a República para a vida do espírito e o serviço da Pátria".

Diplomado em 1887 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já naquela época, apenas com vinte anos, mostrou-se Olinto de Magalhães um ardoroso propagandista da República, tendo sido um dos signatários do primeiro manifesto republicano de Minas Gerais, o qual êle mesmo redigiu.

Proclamada a República, representou o seu estado como deputado à Constituinte. Amigo de Floriano Peixoto e por êsse acatado, conseguiu manter em 1892 a ordem em Minas Gerais, impedindo a queda do Governo Cesário Alvim, inversamente do que aconteceu a todos os chefes estaduais adeptos do Marechal Deodoro da Fonseca. Nomeado, durante o governo de Floriano Peixoto, para Secretário de Legação em Viena, iniciou triunfante carreira diplomática. Serviu com Rio Branco, em Washington, na embaixada que junto ao governo americano cuidou do litígio das Missões. Encarregado, desde março de 1895 até fevereiro de 1896, dos interesses do Brasil no México, teve oportunidade de presidir o Congresso de Americanistas, fazendo-o de maneira brilhantíssima. Logo após, atingia o cargo de Ministro Plenipotenciário, função diplomática na qual serviu ao Brasil, em

São Petersburgo e em Berna. Paulatinamente firmaram-se-lhe a capacidade e os méritos de diplomata, de homem público e de estadista.

No governo de Prudente de Moraes, recusou o convite para Ministro da Justiça. No governo de Campos Sales, ocupou o Ministério do Exterior, onde permaneceu de 1898 a 1902. Nesse período, os serviços diplomáticos transferiram-se do velho palácio do Largo da Glória para o Palácio do Itamarati.

Durante sua gestão ministerial. Olinto de Magalhães promoveu a troca de visitas entre Campos Sales, Presidente do Brasil, e Júlio Roca, Presidente da Argentina, estreitando os laços da amizade entre os dois países.

Acusado de não ter adotado para a Questão do Acre, as medidas usadas mais tarde por Rio Branco, Olinto de Magalhães somente se defendeu anos depois e por sinal que o fez magnificamente, trazendo à luz, em época oportuna, documentos esclarecedores e justificadores da sua conduta. Foi discreta atitude que não lhe permitiu, porém, "Fugir ao aplauso e à admiração da posteridade", conforme afirmação de Pedro Calmon.

Deixando o ministério, voltou a servir em Berna e depois em Paris onde permaneceu durante a primeira Grande Guerra. Defendeu então os interesses brasileiros, obteve o contrato da Missão Militar Francesa e incrementou as relações entre nosso país e a gloriosa terra gaulesa. Representou o Brasil na Conferência Inter-Aliada reunida em Paris, em novembro de 1917, na Sessão de Economia do Comitê Permanente Internacional, também reunido em Paris, e na Conferência da Paz, realizada em Versalhes.

A elegância e o esplendor das reuniões sociais em sua residência, tornaram-na um dos "salões" mais famosos da cidade Luz, reunindo o mundo diplomático e os elementos representativos da sociedade parisiense.

Em fins de 1919, recusou a Embaixada em Roma, sendo posto em disponibilidade pouco depois. Decorridos dois anos, representou o Estado de Minas Gerais como deputado federal. Findo o mandato, retirou-se à vida privada e, acompanhado pela excelentíssima esposa, Dona Isabel Porciúncula de Magalhães, dedicou-se às obras filantrópicas, espalhando no Rio de Janeiro, em Petrópolis e no estado natal, os favores do seu espírito altamente caritativo que encontrava apoio no magnânimo coração de sua esposa.

Embora com as vistas voltadas para o trabalhoso e estafante mundo diplomático, Olinto de Magalhães deixou várias publicações, quasi tôdas intimamente relacionadas com a História e com a Geografia, pois versam sobre questões de limites e sobre demarcação de fronteiras. E' também de sua autoria o "Código das Relações Exteriores do Brasil", editado em 1900.

A vida de Olinto de Magalhães orientou-se continuamente no sentido dos interesses nacionais como o atestam os serviços que acabamos de enumerar, entre os quais avultou a integração de Joaquim Nabuco na diplomacia da República. Não foi apenas o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que perdeu um de seus destacados integrantes. Todo o Brasil desventurou-se com o desaparecimento d'êste profícuo servidor.

Outra figura arrancada ao nosso convívio e que constitui para a nova geração uma fonte de bons ensinamentos, foi o Dr. Manuel Pereira Guimarães, um dos fundadores do nosso venerando sodalício, um dos mais firmes sustentáculos da Instituição nos primeiros e árduos anos de sua existência.

Por duas vezes exerceu a vice-presidência do Instituto. Ocupou os cargos de segundo e de primeiro secretário. Nas comissões técnicas, integrou a de história uma vez e a de literatura e manuscritos duas vezes. Aos 5 de outubro de 1931, era investido no título de sócio benemérito. Ainda em 1944, nas comemorações do jubileu desta Casa, sentimos bem de perto a emoção com que Pereira Guimarães recebeu as justas homenagens que lhe prestávamos dando graças por o termos ainda, naquela época, em nossa companhia.

De seu mérito atuar dentro da Instituição, desejamos salientar o fato de ter sido o primeiro signatário da proposta que conduziu ao sodalício o nosso ilustre Presidente Perpétuo, Dr. José Torres de Oliveira.

Diplomado em 1887 pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou a promotoria de Pindamonhangaba e a da cidade do Rio Grande, na Província do Rio Grande do Sul. Monarquista convicto, afastou-se das funções públicas com o advento da República, mas durante o governo de Prudente de Moraes, reconhecendo-lhe os dotes de ilibado caráter e a integridade moral, o Presidente da República chamou-o para o convívio dos republicanos que muito lucraram com as suas atividades. Passou então a desempenhar em Santos o cargo de Juiz Municipal.

Deslocando-se para São Paulo, entregou-se à advocacia, tendo sido curador de menores e interditos. Aqui, na Faculdade de Direito, conquistou as honras de doutor em borla e capelo.

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Mesario da Santa Casa, acompanhou, como fator coadjuvante, o progresso de São Paulo, interessado no seu desenvolvimento cultural e econômico, sem deixar, porém, de voltar as vistas para os doentes, os pobres e os necessitados, cumprindo as santas obras da misericórdia.

Pesquisador do passado, cultor da História, fez-nos conhecer vários documentos: a escritura de doação da Capela da Graça, em San-

tos, e alguns outros referentes a Braz Cubas. Em artigo sôbre João Ramalho, vindo à luz no volume VII da nossa revista, demonstrou abalisados conhecimentos sôbre a documentação e sôbre as fontes bibliográficas dos primórdios piratininganos. Os dotes de orador patenteou-os nos necrológicos dos sócios falecidos em 1900 e na oração proferida naquele mesmo ano quando se comemorou o IV Centenário da Descoberta do Brasil.

Tendo emprestado, durante cinquenta e quatro anos, infatigável concurso ao Instituto, deixou uma vaga sobremaneira sentida porque o seu desaparecimento roubou-nos um companheiro util e querido, tirando-nos ao mesmo tempo a satisfação de termos fixada na sua presença, a lembrança palpavel e material dos espíritos que há mais de cinquenta anos se congregaram para fundar esta Casa. Manuel Pereira Guimarães é, não há dúvida, um dos numes tutelares do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Calou-nos fundô também o passamento do Dr. José Paolone, diplomado pela Escola de Comércio Álvares Penteado em 1914, pela Escola de Farmácia de São Paulo em 1918, e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1928. Na ciência e arte hipocráticas, inicialmente no Rio de Janeiro e depois em São Caetano, expandiu virtudes que abrigava num coração bondoso e numa alma constantemente voltada para o pleno exercício do sacerdócio médico, empolgando-se na missão quasi divina de aliviar as dores físicas e morais dos doentes confiados aos seus vigilantes cuidados.

Jornalista, Paolone colaborou em o "Fanfula", jornal paulistano e na "Folha do Povo", periódico de Santo André.

Nascido em Nápoles, aos 17 de janeiro de 1874, veio para nosso país ainda menino. Naturalizando-se brasileiro, dedicou-se ao progresso da Pátria de adoção, grangeando fama e largo círculo de amizades em São Caetano, local por êle escolhido para teatro da sua luta diária contra a morte, numa vigília constante junto à cabeceira dos enfermos.

Historiador, suggestionaram-no os fastos de São Caetano, cujo passado era para êle estudado nas fontes originárias e revivido nas crônicas jornalísticas.

Sua proposta para sócio do Instituto obteve aprovação unânime em 5 de julho de 1914.

As Parcas, na simbolização mitológica, filhas do destino e senhoras dos misteriosos fios que dirigem o curso da vida, não se contentaram em tirar-nos todos êsses consócios. Manejando os terríveis instrumentos de destruição, com êles atingiram outros companheiros, um dos quais, Sud Menucci, impuzera-se no conceito de todo o Bra-

sil. Professor, administrador, jornalista, sociólogo, historiador e escritor, constituía belo exemplo da fecundidade do ambiente brasileiro. De ascendência italiana, Sud provou que, no viveiro fértil que é o Brasil, frutificam tôdas as boas sementes qualquer que seja a sua origem.

Nasceu em 1892 em Piracicaba, ali se diplomando na Escola Complementar. Aos 18 anos de idade, em Cravinhos, no interior paulista, já exercia o professorado. Piracaiá e Dourados também confiaram-lhe a educação da juventude. Em Porto Ferreira, dirigiu o Ginásio Moura Santos; em 1914, integrou a missão paulista encarregada, sob a direção de Arnaldo Barreto, de reorganizar a Escola de Aprendizagem de Marinheiro em Belém, no Estado do Pará.

Veio, mais tarde, para a Capital, aqui fundando o Ginásio Paulistano, e assumindo, anos depois, a responsabilidade de chefiar o Recenseamento Geral no Estado de São Paulo. Os dirigentes paulistas necessitavam de homens da sua envergadura e da sua experiência para cuidarem do até hoje máximo problema nacional: a instrução pública. E sucessivamente Sud Menucci passou pelas Delegacias Regionais do Ensino em Campinas e em Piracicaba. Nesta, além de levantar o recenseamento escolar em 1923, assinalou a sua passagem pela pródiga dotação de trinta e dois estabelecimentos de ensino. Até o Distrito Federal recebeu a influência dos seus conhecimentos a respeito dos problemas educacionais, pois lá esteve em 1927, a chamado de Antonio Prado Júnior que, dirigindo a Prefeitura do Rio de Janeiro, confiou-lhe a solução dos problemas do ensino.

Voltando a São Paulo, ocupou cargos cada vez mais elevados, como o de diretor da Imprensa Oficial, do Departamento de Educação e do Departamento Estadual de Estatística.

No Centro do Professorado que fundara em companhia de Amadeu Mendes e de Cimbelino de Freitas, desempenhou a presidência durante dezessete anos consecutivos.

A polimorfa existência de Sud Menucci apresenta-nos outros aspectos sob os quais poderíamos estudá-la: o do jornalista, do crítico literário, do geógrafo, do historiador, do reformador, do homem de letras, setores nos quais demonstrou atributos que lhe grangearam uma cadeira na Academia Paulista de Letras e o título de Membro do Instituto do Ceará, da Academia Sul-Riograndense de Letras e do nosso Instituto Histórico e Geográfico.

Conferencista interessantíssimo, que sabia impregnar às palavras um sopro de vida e um realismo, embora muitas vezes chocante, possuía o dom de objetivar a realidade dos fatos, dos acontecimentos, dos problemas e das idéias que expunha. Na sua bibliografia avulta "A Crise Brasileira de Educação", laureada com o Premio Francisco Alves da Academia Brasileira de Letras, premio quinquenal conce-

dido ao melhor trabalho de disseminação do ensino primário. Nas páginas de "Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural", extravasou parte dos seus conhecimentos e especialmente a experiência que possuía sobre educação.

Como historiador, brindou-nos com "Cem anos de Instrução Pública", "História do Diário Oficial", e "Os Precursores do Abolicionismo". No último, traçou um dos mais bem apanhados perfis biográficos de Luís Gama. Interessou-se pela Geografia, pela Estatística, pela divisão territorial do nosso Estado, e principalmente pela educação dos brasileiros, devotamentos desinteressados, altruísticos e patrióticos, para com os quais S. Paulo conservará uma dívida pere-ne por mais que lhe renda tributo à memória.

Não fomos somente nós do Instituto Histórico que perdemos um valeroso companheiro. O Brasil também se viu despojado de um filho de méritos inestimáveis.

Não julgando ainda suficientes as nossas atribulações, o destino arrancou-nos mais um companheiro de todos os dias, que, através da sua bondade, da sua afabilidade e de um magnânimo coração, cativava a todos os que dele se acercavam.

Pronto sempre a nos dar a colaboração do seu apoio, Geraldo Rufolo, ao desaparecer, sulcou nossas fileiras com uma indestrutível solução de continuidade.

Como Sud Menucci e José Paolone, era daquelas boas sementes que a Itália nos prodigalizou. Filho de pais peninsulares, nasceu Rufolo em Rio Claro. Na mocidade, abraçou a carreira de contador. Ao Banco de S. Paulo e à firma Teodoro Wile & Cia., entregou parte de laboriosa e honestíssima existência. Ultimamente, desempenhava um dos altos cargos da secretaria do Tribunal de Justiça.

Enlevado pelas belezas da cultura, diplomou-se na Faculdade de Filosofia de S. Bento e entrou para o nosso Gremio trazido pelas mãos de Alberto Penteado.

Quantas vezes nos ajudou neste recinto! Quantas idéias nos trouxe e quanto interesse despertaram as suas propostas em nossas sessões, propostas que muitas vezes lembravam deveres sociais.

Atento a certas minúcias tão fáceis de serem olvidadas na acelerada e volumosa marcha de nossos trabalhos, Geraldo Rufolo era verdadeiramente uma sentinela das nossas obrigações.

No último ano poucas vezes compareceu às reuniões mensais, em virtude do seu precário estado de saúde. No entanto, cruzávamos frequentemente um pelo outro na Rua de S. Bento. Vinha ele afdigado pelo trabalho, mas parava para um dedo de prosa, perdia alguns minutos a fim de indagar do Instituto, de saber dos nossos planos, das nossas atividades das quais se afastara, momentaneamente, por expressa

ordem médica. Não deixava, porém, de pensar no seu Instituto. Espiritualmente, sempre nos acompanhou e, naquele acendrado amor que sempre dedicou ao Instituto, a sua perda é irreparável.

Já ocupei bastante a vossa atenção no cumprimento do pungente dever que hoje aqui nos congrega e, entretanto, ainda não desfiamos todo o nosso rosario de saudades.

Cabe-me, tristemente, recordar também a figura de João Batista de Souza Filho. Tal recordação engolfa-nos em profundo confrangimento, pois, até hoje, continuamos estarecidos ante o desaparecimento daquele tão jovem quanto preclaro professor, em quem Menotti Del Picchia divisava "Uma criatura a quem seria facil vaticinar uma larga vida, cheia de alegrias e de triunfos... uma longa vida... tão vigoroso e tão sadio era ele". Realmente foi por demais precoce, por demais cruel o seu afastamento dentre os vivos.

Era um idealista, em esteta que fazia da sua cátedra de "História das Artes", na Escola de Jornalismo Casper Líbero, um ninho de refinada intelectualidade, um reduto da cultura onde imperavam a intelligencia, os requintes da educação, as fugas dentro das maravilhosas regiões da arte e da filosofia, as belezas da literatura e as delicias da vida espiritual. Ao frequentar a Escola de Filosofia de Louvain, poliu a personalidade, aprimorou a intelligência e as qualidades de crítico, aperfeiçoou e consolidou a formação da mente para depois, em horas seguidas de estudo e meditação, atingir portentosa erudição que dele fazia um dos nossos mais reputados talentos.

Dirigiu a página literária de "A Gazeta", a ela impregnando os predicados de uma crítica ao mesmo tempo sincera, honesta e construtiva. Era o crítico necessário não só aos que principiam e muitas vezes precisam de amparo e de estímulo, mas também aos que, já consagrados, sentiam nas opiniões de Souza Filho, os préstimos da sinceridade, da ponderação e também da verdade dos conceitos, estaqueados em sólida cultura.

Ainda não publicados, existem dois livros de sua autoria: "Filósofos Revolucionarios" e "Psicologia Contemporânea". Bibliófilo, crítico de arte, genealogista, abrangeu varios ramos da produção literária. Tocam-nos de perto os "Apontamentos Genealógicos sobre a Família Pacheco da Silva" e um estudo sobre a Família Moura Lacerda, nos quais entrosando a história, a genealogia e a heráldica, ofereceu-nos preciosa contribuição para o melhor conhecimento das linhagens paulistas.

Na Universidade de S. Paulo, desempenhava a função de Diretor do Departamento Cultural. Dirigiu o mensário "Vida Paulista", foi redator do "São Paulo Jornal" e também o era de "A Gazeta". No

Departamento Estadual de Informações, distinguiu a sua passagem com relevantes serviços prestados à coletividade.

Prova a sua ação construtiva a própria Escola de Jornalismo Casper Líbero, uma das mais recentes e utilíssimas realizações paulistas. A ela Souza Filho devotou-se prestigiando-a e atraindo a colaboração de eminentes vultos intelectuais do Brasil.

“Inteligencia viva, cultivada em boa escola, esforço consciente e tenaz de um sério estudo... caráter e estrutura moral que poderiam servir de padrão”, assim descreveu Menotti Del Picchia o conjunto que formava a pessoa de João Batista de Souza Filho. Ao nos desamparar, arrebatado pela morte, levou a certeza que tínhamos na ação capaz do seu futuro, deixando-nos somente a recordação amavel do seu convívio, os rendimentos da sua operosidade, a ternura do seu coração e a saudade da sua companhia tão esclarecedora e tão desejada por todos nós.

No dia 10 de setembro, perdemos outro confrade, o Dr. José Pinto e Silva que ingressara no Instituto em agosto de 1933, trazido por José Torres de Oliveira, Plínio Airoso, Nicolau Duarte Silva e Edmundo Krug.

Conceituado advogado, companheiro do saudoso Joaquim Marra, dirigindo um dos mais movimentados escritórios de advocacia, Pinto e Silva ainda encontrava tempo para se dedicar à História, à Geografia e à Etnografia paulistas, o que lhe outorgou, merecidamente, o título de socio assistente deste sodalício!

Amado a profissão, exerceu-a com nobreza, com ardor, com eficiência e com dignidade. A José Pinto e Silva aplicam-se bem as palavras de Apleton: “Quantas vezes não deve um cliente ao seu advogado, a fortuna, a honra, a reputação, a vida? E estes serviços são prestados da maneira mais nobre: com auxílio da palavra e da pena. A cada instante o advogado recebe provas de suprema confiança: é o depositário dos mais íntimos segredos; os mais importantes interesses lhe são confiados. Para bem desempenhar a sua missão, o advogado deve possuir vasta cultura, sendo necessário que a aumente dia a dia sem cessar”.

Francisco Morato, em belíssima página, completou a asserção de Apleton: “Na verdade, o ofício do jurista é dos mais intrincados e dignificantes na nomenclatura e hierarquia das profissões liberais tanto pelos predicados que exige de aptidões literarias, acuidade de intelligencia, dotes de espírito, variedade de conhecimentos, visão onímota das coisas, quanto pela função de distinguir o justo do injusto, de concretizar o direito, aquilo que é a primeira e mais impreterível condição de existência organizada, a própria medula da vida coletiva e

indivisível no trato dos homens, das famílias, das sociedades e das nações”.

De fato, o verdadeiro advogado, aquele a quem verdadeiramente podemos chamar o defensor do Direito, necessita especiais e aprimorados atributos a revestirem a sua personalidade a fim de que tenha ele o direito de reivindicar a justiça para os homens quando outros homens a desamparam ou a deturpam.

Em José Pinto e Silva encarnavam-se todas essas qualidades e quando o perdemos, sentimos também que o Direito e a Justiça se privavam de um dos seus mais sólidos sustentáculos, de um dos seus mais completos defensores.

No mês de setembro, faleceu também Alfredo Romario Martins, um dos mais ilustres paranaenses dos últimos tempos. Era literato, jornalista, historiador e político. O princípio de sua vida lembrava um pouco a de Machado de Assis, pois teve, como este, origem obscura e iniciou a carreira das letras, após um longo aprendizado de tipógrafo. Homem de raras energias, ganhou aos poucos os degraus da celebridade apoiado num esforço constante, numa inalterável bondade que mais se iluminava com as luzes da sua inteligência. Conhecido em todo o Brasil, alcunharam-no com Justiça “Príncipe dos Jornalistas paranaenses”.

Por varias vezes desempenhou o mandato de deputado estadual no Paraná, aplicando-se ao bem estar coletivo e ao progresso do seu Estado. Cuidou do reflorestamento, da plantação de trigo, da defesa da erva-mate, protegendo a riqueza agrícola do rincão de Emilio de Menezes e de Rocha Pombo.

Fundador, ocupou a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, de cuja projeção no cenário das letras históricas do país foi um dos mais acentuados fatores.

Entregando-lhe, em medida sábia, no ano de 1902, a direção do Museu Paranaense, o governo estadual pôde ver cumpridas as altas finalidades da instituição porque, através dela, Romario expandiu as atividades de seu genio operoso e realizador às quais somava um alto senso artístico e o perfeito conhecimento da função educacional dos museus.

Em parte, completou a obra dos historiadores paulistas, estudando o povoamento dos campos de Curitiba, entrosando as histórias do Paraná e de S. Paulo tão unidas nos séculos XVII e XVIII. Inicialmente, as bandeiras piratininganas e parnaibanas que se dirigiam para as reduções jesuíticas do alto Paraná, das Missões e do Uruguai, cruzaram o território paranaense. Posteriormente, não apenas de passagem mas para ali se fixarem, tomaram o rumo do Paraná, inúmeros paulistas que iniciaram o povoamento da região, fundando fazendas,

cuidando do gado e cultivando a terra. Ainda no século passado, eram comuns as transferências de famílias de S. Paulo para os campos de Garapuava.

O nosso consocio Carlos da Silveira, que através dos seus conhecimentos genealógicos impôs-se entre nós como digno e realçado sucessor de Pedro Taques e de Luís Gonzaga da Silva Leme, tem encontrado constantemente em suas pesquisas a demonstração desta minha assertiva.

Nada mais útil para nós, portanto, do que a obra e as pesquisas de um historiador do Paraná como o foi Romário Martins. Já em 1908, publicara em nossa revista um trabalho sobre Curitiba, no qual abordou assuntos correlatos com a história paulista como o descobrimento dos Campos de Curitiba, o índio e o ouro, a fixação de colonos, Eleodoro Eobanos, a ereção da vila e o levantamento do pelourinho. Não se limitava à narração dos fatos, pois, historiógrafo como era, trouxe à luz varios documentos de importância para o levantamento do nosso passado.

Recentemente, a coleção "Caderno Azul" apresentou pequena monografia, "Bandeiras e Bandeirantes em terras do Paraná", em que Romario Martins, por mais uma vez, em suas meditações e em seus estudos, enlevou-se com os fastos e com as glórias de S. Paulo. À sua pena esclarecida pertencem também "A História do Paraná", obra de todos nós bem conhecida, "O Paraná de Outrora e de Hoje", além de inúmeros outros estudos, monografias, teses e livros que formam alentado material da historiografia paranaense.

Suas últimas palavras ainda revelaram a bondade que sempre transbordou de seu coração: "Eu não tenho medo de morrer. Nunca fiz mal a ninguém". Morreu serenamente quem serenamente viveu, certo como estava de ter cumprido os deveres de patriota e a missão dos homens de bem. "Grande semente de idéias", como o definiu um dos necrológios feitos na imprensa, a existência de Romario Martins foi a melhor e a mais pródiga semente que êle mesmo plantou porque, transformada em árvore frondosa de belas realizações, ela exemplificará, perenemente, a mocidade brasileira.

Meus eminentes confrades!

Chegamos finalmente ao término de longa e penosa jornada. Evocando os nossos queridos mortos, por dezessete vezes, tangemos a lira da amargura e, acompanhando os sons plangentes de suas cordas, entoamos a triste melodia de nossa dor, o angustioso cântico da nossa aflição, a suave cantiga da saudade.

Não encontraríamos momento mais oportuno para relembrarmos

um pensamento de Francisco Morato. “Felizes os que conseguem perpetuar-se em suas obras e feitos, que este é o maior bem que o homem pode colimar e fruir neste mundo”.

Voltados para o Além, fazendo eco a estas palavras, podemos dizer: “Descansai em paz, nobres companheiros, porque os vossos feitos reboarão pelo futuro e a vossa obra vos perpetuará”.

Ouvistes a recordação de passagens gloriosas, de exemplos de patriotismo, de amor, de devotamento, de altruísmo, e de amizade que teceram as vidas terrenas de dezessete consócios nossos, porém, a essas lembranças fundiram-se o nosso pesar e as nossas máguas. Restam apenas o consolo de repetirmos os versos de Guerra Junqueiro:

“Quando uma lousa cai sobre um cadáver mudo,  
Dizem “tudo acabou”... E principia tudo.  
De nada vale o bronze e a lápide marmórea,  
*Alguem* a vai partir; o *alguem* chama-se a História!”

---

## Relatório de 1948

Srs. Consocios:

A atividade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foi assinalada, em 1948, por três grandes fatos de ordem administrativa: a posse da nova Diretoria, a reforma dos Estatutos e a constituição das quinze Comissões Permanentes que deverão, doravante, orientar os nossos trabalhos científicos. Onze sessões se realizaram, através das quais — além da comemoração do tricentésimonagésimo-quarto aniversário da fundação de São Paulo, em 25 de janeiro, e do elogio histórico dos socios falecidos, em 30 de outubro — por varios confrades foram celebradas as principais efemérides relacionadas com os acontecimentos da história patria e com a vida dos homens ilustres que neles desempenharam papel de maior relevo.

Sob o aspecto financeiro, melhores perspectivas de prosperidade se apresentam para este sodalicio, em cujo poder se encontra o documento pelo qual o Governo do Estado se compromete a pagar-lhe, em agosto do corrente ano, com os respectivos juros, a subvenção de Cr.\$ 216.239,00. Paralelamente, por proposta do deputado Antonio Silvio da Cunha Bueno, a Assembleia Legislativa autorizou o Governo do Estado a mandar pagar ao Instituto, anualmente, a importancia de Cr.\$ 100.000,00.

O movimento de correspondencia com as instituições congêneres, socios e estudiosos, do país como do estrangeiro, foi o seguinte: CARTAS — recebidas, 49; expeditas, 34. OFICIOS — recebidos, 58; expeditos, 80. TELEGRAMAS — recebidos, 12; expeditos: 1. CIRCULARES — recebidas. 42. CARTÕES — recebidos, 28.

A imprensa local publicou cerca de 20 noticias sobre as atividades sociais do sodalicio.

Durante o ano, pela palavra do orador oficial, sr. José Pedro Leite Cordeiro, o Instituto comemorou os seguintes centenários: — “Batalha dos Guararapes”; “Restauração de Angola”; “Antonio de Toledo Piza”; “O Poeta João da Cruz e Souza”; “Francisco de

Paula Rodrigues Alves"; "Brasílio Machado", e "Domingos Jaguaribe".

O sr. Oscar Wierdespahn apresentou um trabalho sobre o "Serviço Geográfico do Exército e o seu fundador"; o sr. Carlos da Silveira apresentou esplêndido estudo genealógico sobre as famílias Toledo e Toledo Piza em que se entroncaram as origens genealógicas de Antonio de Toledo Piza. O Coronel Luiz Tenorio de Brito historiou um período da vida do Corpo de Bombeiros de São Paulo, o Prof. Francisco Isoldi teceu eruditos comentários em torno dos méritos de Bartolomeu de Gusmão, e o Coronel Pedro Dias de Campos pronunciou uma conferencia sobre os "Guaiá — Tupi. Atividades dos mamelucos de Piratininga".

Em sessão de 25 de janeiro, o orador oficial, sr. José Pedro Leite Cordeiro, abordou o tema "A Fundação de São Paulo".

Na sessão magna de 30 de outubro, fez também o orador oficial, a biografia dos seguintes socios falecidos, em número de 17: Hildebrando de Seixas Siqueira, Juán Francisco Recalde, Cícero Arsenio de Souza Marques, Luís Gastão d'Escragnolle Dória, Galeno Martins de Almeida, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Francisco Antonio de Almeida Morato, Roberto Cochrane Simonsen, Olinto Máximo de Magalhães, Manuel Pereira Guimarães, José Paolone, Sud Mennucci, Geraldo Ruffolo, João Batista de Souza Filho, José Pinto e Silva, e Alfredo Romario Martins.

Foram eleitos, por transferência de categoria, socios eméritos, os srs. Washington Luis, Frederico Brotero, José Carlos de Macedo Soares, Afonso Taunay, José Torres de Oliveira e Américo de Moura; e, socio benemérito, o sr. Dácio Pires Correia.

Ingressaram no quadro social: na categoria dos socios efetivos, os srs. Richard Morse e Alexandre d'Alessandro; na dos honorários; d. Paulo de Tarso Campos, bispo de Campinas; e, na dos correspondentes os srs. Rudolf Streiff-Becker, Manuel Silveira Soares, Henrique da Costa Fernandes e Alfredo Vieira de Moura Matoso.

Valiosas doações foram feitas ao Instituto no decurso do ano social findo, tendo sido todas oportunamente anunciadas em assembléa.

E aí estão, em sumaríssimo retrospecto, os fatos da nossa vida social em 1948.

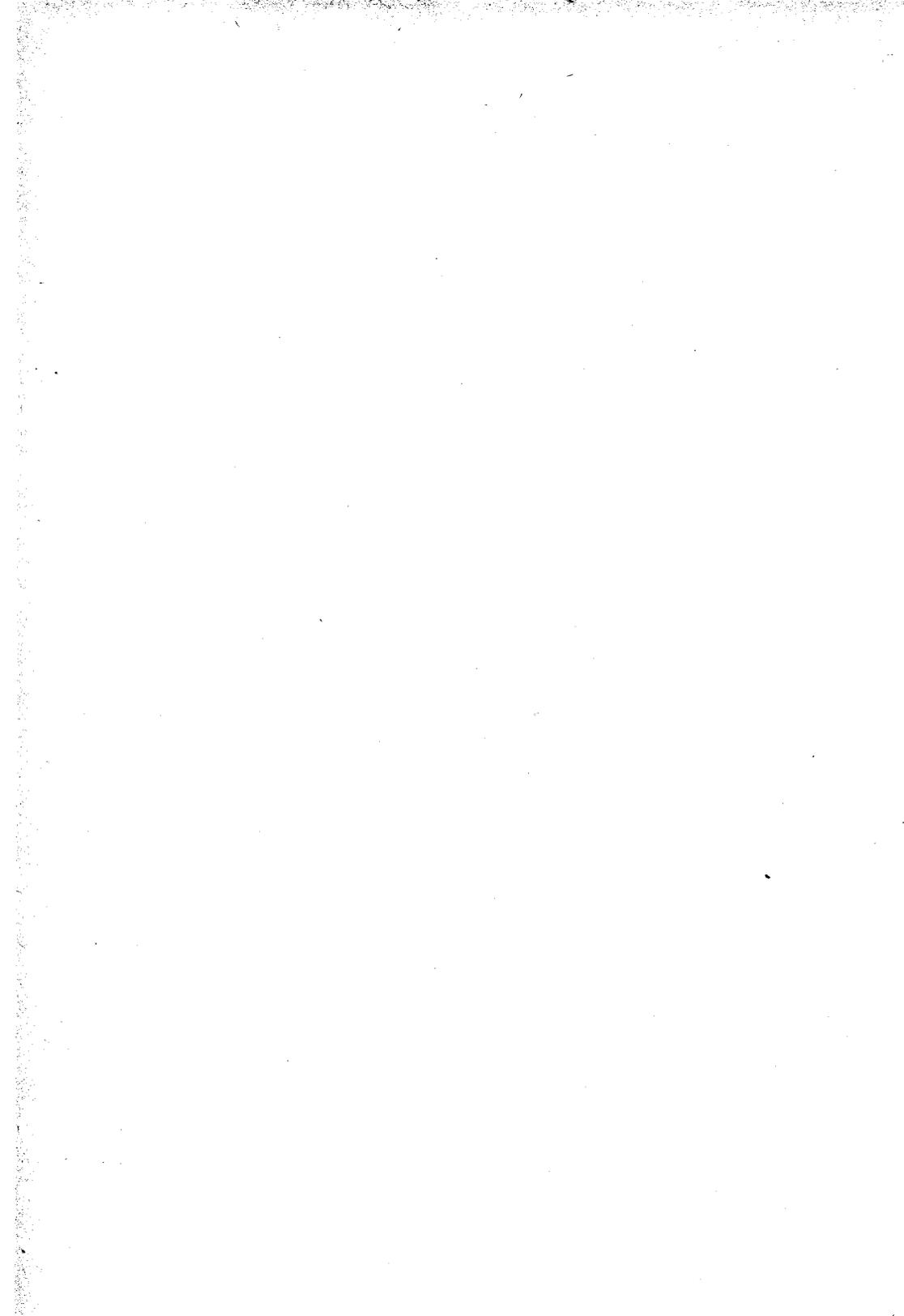
São Paulo, 10 de janeiro de 1949.

A DIRETORIA.

## DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO DE 1948

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
De saldo do ano de 1947 .....	354.533,10	A Secretaria .....	5.978,70
De joias, anuidades e mensalidades de socios .....	12.530,00	A Biblioteca .....	3.195,00
De diplomas de socios .....	20,00	A Tesouraria .....	1.380,30
De publicações .....	588,00	A Publicações .....	4.133,00
De aluguel de uma sala .....	1.200,00	A Ordenados e Gratificações .....	52.090,00
De juros de apólices e de banco .....	18.681,20	A Despesas Gerais .....	9.091,80
		Saldo para 1949 .....	311.683,50
	387.552,30		387.552,30

São Paulo, 31 de dezembro de 1948  
(a.) Dácio Pires Correia, Tesoureiro



## **Ata da sessão inaugural, dos trabalhos sociais, em 25 de janeiro de 1948**

- Presidente: Dr. José Torres de Oliveira  
1.º Secretário: Dr. Tito Lívio Ferreira  
2.º Secretário: Dr. Carlos Nunes

Aos vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e quarenta e oito, às 21 horas, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou, em sua sede social, à rua Benjamim Constant, 152, a estatutária sessão comemorativa da fundação de São Paulo e, este ano, especial para a posse de sua Diretoria, cujo mandato vigorará de 1948 a 1950. — Assumiu a presidência o senhor José Torres de Oliveira, presidente perpetuo, ladeado pelos antigos 1.º e 2.º Secretários, senhores Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, tomando lugar à mesa, a convite do senhor Presidente, os seguintes representantes de autoridades: Prof. José Benevenuto Madureira, do senhor Secretário da Educação; senhor Agenor Veiga; do senhor Secretário do Trabalho; senhor Belmiro Nascimento Marcondes, do senhor Secretário da Agricultura; Capitão Pedro Magalhães, do senhor Secretário da Saúde Pública; senhor João B. Dalia, do senhor Prefeito Municipal e Tenente Antonio Pais de Barros, do senhor Coronel Comandante Geral da Força Pública. Além de numerosa assistência, fina e seleta, estiveram presentes os seguintes consócios, conforme Livro de Presença: senhores José Torres de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Carlos da Silveira, Frederico de Barros Brotero, Álvaro Soares Brandão, Álvaro da Veiga Coimbra, Carlos Alberto Nunes, Domingos Laurito, Ernesto de Souza Campos, Americo B. A. Moura, José Pedro Leite Cordeiro, Plinio de Barros Monteiro, João B. de Campos Aguirra, Afonso José de Carvalho, Alfredo Gomes, N. Duarte Silva, Zwinglio Homem de Melo, Amador Bueno Machado Florence, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Antonio da Gama Rodrigues, Raul Sá Pinto, José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho, José Cassio de Macedo Soares, Luiz Tenorio de Brito, José Carlos de Macedo Soares e Dacio Pires Correa. Justificaram a ausencia os confrades, senhores Afonso de E. Taunay, Teodoro Braga, Coronel Pedro Dias de Campos, Sergio Buarque de Holanda e Prof. Joaquim Silva. Ao entrar no salão nobre o senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, foi este convidado pelo senhor Presidente a fazer parte da mesa diretora, tendo o presidente perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro declinado da distinção.

Iniciados os trabalhos, o senhor Presidente declara que ha volumoso expediente a ser lido, mas, pelo fato de haver regressado na véspera da Capital Federal, onde passara longa temporada, do mesmo não tivera tempo para tomar conhecimento, razão pela qual somente na próxima sessão ordinária seria ele publicado em assembléa. Em seguida, cumprindo praxe social, deu notícia oficial à casa do passamento, no Rio de Janeiro, do doutíssimo socio correspondente, prof. Luiz G. d'Escragnolle Doria de quem traçou rápido necrologio, mandando consignar na ata voto do mais profundo pesar, comunicando que, nos termos dos Estatutos, alentado estudo sôbre esta invulgar personalidade de nossas letras e ciências, notadamente históricas, seria feito em tempo oportuno pelo Orador Oficial. Determinou, em seguida, a leitura da ata anterior, pelo sr. 2.º Secretário, o que foi feito; posta em discussão, foi aprovada sem debate. Declarando que uma das finalidades principais da presente sessão era a posse da nova diretoria, o sr. Presidente, com a autoridade das disposições regimentais do Instituto, solenemente empossou, ato contínuo, os novos diretores temporários, que são os senhores Ernesto de Souza Campos, 1.º Vice-presidente; Frederico de Barros Brotero, 2.º Vice-presidente; Americo Brasiliense Antunes de Moura, 3.º Vice-presidente; Carlos da Silveira, 1.º Secretário; Amador Bueno Machado Florence, 2.º Secretário; Dacio Pires Correia, Tesoureiro; José Pedro Leite Cordeiro, Orador Oficial e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Alfredo Gomes, suplentes do 2.º Secretário. Para continuação dos trabalhos, convidou, em seguida, os novos secretários a ocuparem os seus lugares, o que foi feito. O sr. Presidente proferiu carinhosa saudação de despedida aos que deixaram os postos que tanto e com real proveito dignificaram durante o tempo em que o auxiliaram na direção da vida social do Instituto. S. Excia. teve palavras de carinho especial para com Artur de Aguiar Whitaker, inolvidavel primeiro vice-presidente, ha pouco desaparecido dentre os vivos, personalidade ímpar a quem o sodalício muito deve; e, também, para Frederico de Barros Brotero, Nicolau Duarte Silva, Tito Livio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Ataliba Nogueira e Dacio Pires Correia, diretores que tiveram o mandato expirado. Sem desmerecer ninguém mas apenas fazendo justiça, o sr. Presidente deu especial relevo à atuação de Carlos Alberto Nunes, notável polígrafo, consumado helecionista, figura destacada da poesia, seu companheiro dedicado e de lealdade inusitada, grande elemento cooperador e destacado membro que muito honra e enobrece o quadro social do Instituto. Palmas calorosas abafaram a saudação do presidente-perpetuo, que, em seguida, deu a palavra ao Orador Oficial recém-empossado, senhor José Pedro Leite Cordeiro, que produziu magnífica oração sobre a data da Fundação de São Paulo, peça oratoria de subido valor que, em tempo oportuno, será trasladada para as páginas da "Revista". Convém acentuar que o orador, estabelecendo paralelo entre as comemorações patrocinadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destinadas a marcar a fundação da cidade do Salvador, da Bahia, com a realização do IV Congresso Brasileiro de História, e as que deveremos levar a efeito no IV Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954, alvitra a idéia de se organizar,

então, o 5.º Congresso Brasileiro de História, tais são os fatos de relevo que a vida de Piratininga emprestou à formação da nacionalidade. O orador diz do dever do Instituto em homenagear, sistematicamente, as grandes personalidades patricias, notadamente nos respectivos centenários, e lembra que, em 1948, figuras de grande destaque precisam merecer justas comemorações, destacando-se, entre todas, Antonio de Toledo Piza, um dos fundadores desta casa. O orador oficial falou pelo espaço de quarenta minutos, recebendo, muito justamente, calorosos aplausos pelo magnífico trabalho apresentado. Muito acertadas foram, portanto, as palavras encomiásticas do senhor Presidente, analisando sua bela oração, quando teve ocasião de referir-se ao fato de Ataliba Nogueira ter tido um sucessor à altura na tribuna que nesta casa ocupou por dilatados anos. Em seguida o sr. Presidente deu a palavra ao consócio sr. Raul de Frias Sá Pinto, dedicado companheiro, que leu expressivo soneto, composto precisamente no dia da fundação da cidade e que é verdadeiro hino aos pioneiros da grei bandeirante. Sugestivo trabalho que sintetiza a ação destes últimos na organização, sob a orientação elevada do cristianismo, do burgo planaltino, recebeu quentes palavras e mereceu o pedido, do senhor Presidente, de cessão para figurar nas páginas da "Revista" do Instituto. Logo a seguir, pedindo a palavra o sr. Prof. Ernesto de Souza Campos, relembra a circunstância de, precisamente neste dia, no ano de 1934, ter sido fundada a Universidade de São Paulo, a qual considera das melhores do mundo, isto com a autoridade de conhecer os mais renomados centros universitários de todos os continentes. E, pela auspiciosa efeméride, pede um voto de congratulações com aquele côlendo sodalício, além da comunicação do nosso regozijo. O sr. Presidente declara que a proposta é de tal natureza acertada que independe de discussão, por isso, dá-lhe sua pronta aprovação, certo de interpretar os desejos do Instituto, adiantando que o fato será comunicado, por officio, ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo. Em seguida o sr. Presidente comunica estar terminado o projeto de reforma dos estatutos sociais, publicado por meio de cópias mimeografadas, que já recebeu numerosas emendas, a maioria delas da própria diretoria, no sentido de aperfeiçoamento e ditadas pelo melhor conhecimento das necessidades sociais. Continua o ante-projeto a receber emendas, até a próxima sessão ordinária, no dia 5 de fevereiro vindouro, quando será submetido à discussão e aprovação. Isto se fará com a aprovação em globo, sem prejuizo das emendas, as quais serão debatidas parceladamente. Como é desejo de todos que o Instituto venha a possuir uma lei básica, senão perfeita, pelo menos quasi perfeita e duradoura, pede as luzes e cooperação geral, dado que a Diretoria receberá idéias e sugestões, indistintamente, com real agrado. Depois de informar que o relatório referente ao último ano social não seria apresentado nesta sessão, primeiro por não estar inteiramente concluído e, depois, porque a hora ia muito adiantada, o venerando Presidente perpétuo leu, para o fim de expressamente ficar constando desta ata, a seguinte declaração: "Segundo informara Aureliano Leite, no pagnegírico do Visconde de São Leopoldo feito ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o primeiro presidente-perpétuo desse sodalício renunciara a investi-

dura, alegando que, com seus setenta e três anos de idade já não se sentia com forças suficientes para o desempenho do cargo. Se assim era, que poderia dizer ele, presidente, com os seus quasi setenta e nove bem puxados? Entretanto, aqui estava e aqui estaria, dando de si tudo o que pudesse em benefício deste grêmio ilustre, enquanto contasse com a confiança e o aprêço de seus confrades, embora imerecidos. Manter-se-ia, porém, mais vigilante, para que a felonía ao serviço de alucinações ou de ambições desregradas, não possa, um dia, vir a sabotar esforços bem intencionados, apagando ou amortecendo o brilho de nossa vida social e arrastando-nos, até, possivelmente, a completo aniquilamento". Desejava, disse ainda o sr. presidente, que estas palavras ficassem textualmente consignadas em ata, o que recomenda especialmente a mim, segundo secretário e o que cumpro prazerosamente. Antes de dar por terminados os trabalhos, o sr. presidente comunicou que, reformados os estatutos sociais, devendo ser dada maior elasticidade às comissões técnicas, ele, futuramente, terá a satisfação de prove-las com acerto, ato de que dará conhecimento à casa na ocasião oportuna. Em seguida, dirigiu, em nome do Instituto, palavras de reconhecimento às distintas autoridades que se fizeram representar na solenidade, apelando, mesmo, para que os representantes dos senhores Secretários de Estado façam chegar ao conhecimento de seus chefes os fins elevados que regem esta agremiação de cultura, onde, antes e acima de tudo, muito se pugna pela grandeza de nossa terra e de nossa gente, e tudo se faz silenciosamente, sem sobrecargas ao poder público e a quem quer que seja. E', por isso, esta instituição digna do amparo e apoio dos responsáveis pela pública administração, porque aqui muito se faz por São Paulo e para o Brasil. Agradece, finalmente, o comparecimento de numerosas exmas. senhoras e senhorinhas, do seletto público e dos confrades dedicados que sempre nos dão seguro apoio para os mais patrióticos cometimentos. Em tempo: — Representaram o Instituto Genealógico Brasileiro nesta solenidade, os senhores Carlos da Silveira e Olavo Dias da Silva. Nada mais havendo, o senhor presidente encerrou a sessão, do que se lavrou a presente ata, que será devidamente assinada depois de discutida e aprovada.

(a) — *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*

**Ata da primeira sessão ordinária do ano de 1948**

Presidente: dr. José Torres de Oliveira

1.º secretário: dr. Carlos da Silveira

2.º secretário: sr. Amador Bueno Machado Florence

Aos cinco de fevereiro de mil novecentos e quarenta e oito, nesta Capital de São Paulo, às vinte e uma horas, em sua sede à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a sua primeira sessão ordinária do presente ano, estando a mesa assim constituída: presidente, o senhor José Torres de Oliveira e primeiro e segundo secretário os senhores Carlos da Silveira e Amador Bueno Machado Florence, respectivamente. Compareceram, conforme Livro de Presença, os seguinte socios: — Srs. José Torres de Oliveira, Dacio Pires Correia, Américo B. A. de Moura, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Tito Livio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Alfredo Gomes, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Plinio de Barros Monteiro, P. Dias de Campos, Frederico de Barros Brotero, João B. de Campos Aguirra, Zuinglio Homem de Melo, Eduardo de Oliveira França e Amador Bueno Machado Florence. Justificaram a ausencia os srs. Álvaro Soares Brandão, Luiz Correia de Melo, Nicolau Duarte Silva, prof. Ernesto de Souza Campos, Raul Frias de Sá Pinto, Afonso d'E. Taunay e prof. Teodoro Braga. Iniciando os trabalhos, o sr. presidente comunica a presença do senhor Artur de Aguiar Whitaker, filho do saudoso primeiro vice-presidente do Instituto, sr. Artur Piquerobí de Aguiar Whitaker, o qual, em nome de sua excelentíssima familia, veio especialmente apresentar agradecimento pelas homenagens tributadas, na sessão solene de 25 de janeiro, àquele emérito historiador ha pouco desaparecido. Em seguida pelo 2.º secretário foi lida a ata da sessão anterior, a qual, posta em discussão pelo sr. presidente, foi dada por aprovada. No expediente, o sr. presidente cumpre o doloroso dever de comunicar oficialmente o desaparecimento dos prezados consocios senhores dr. Juan Francisco Recalde, dr. Galeno Martins de Almeida, Cícero Marques e José Paolone e ordena se lance em ata um voto de profundo pesar, dado que o elogio fúnebre dos mesmos será feito oportunamente, de acôrdo com os Estatutos, pelo sr. Orador Oficial. Foram, em seguida, comunicadas pelo sr. 1.º secretário as diversas ofertas feitas ao Instituto, dentre elas uma fotografia e preciosa carta-autógrafa de Santos Dumont, dádivas do dr. João Francisco Barbosa da Silveira. Tratando-se de ofertas de subido valor foram, todas, recebidas com especial agrado. O sr. presidente determina, a seguir, a leitura de um telegrama do exmo. sr. presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, agradecendo a solidariedade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a U. R. S. S. Entra em discussão, a seguir, como estava determinado, o projeto de reforma dos novos Estatutos, acompanhado das emendas da Diretoria, que dele fazem parte integrante, tendo o sr. presidente declarado que, em seguida

à discussão, seriam os mesmos votados em bloco, isto é, Estatutos e emendas da Diretoria, sem prejuízo das demais emendas. Pede a palavra o sr. Américo Brasiense Antunes de Moura e diz que, sem desdouro para ninguém e longe de se ferir qualquer susceptibilidade, sugere que na sessão de hoje a casa se limite apenas a votar o projeto, salvo as emendas e, quanto a estas, delas tome conhecimento para votar na próxima sessão. O sr. presidente diz ser precisamente esse o encaminhamento que pretende seguir, mas que, havendo tempo, nenhum prejuízo haverá se prossiga nas votações. Assim, submete o projeto à aprovação, salvo emendas, adiantando que, nos termos dos Estatutos vigentes, são necessários dois terços dos votos presentes para a indispensável aprovação. Prosseguida a verificação, constata-se terem sido aprovados, por unanimidade, o projeto e emendas da diretoria. Em seguida o sr. Presidente sugeriu se tomasse conhecimento das emendas já apresentadas, que são poucas, a fim de serem discutidas e votadas na próxima sessão. O sr. José Pedro Leite Cordeiro, completando o pensamento do sr. Américo de Moura, propõe que, nesta sessão, tão somente sejam lidas as emendas apresentadas, que serão discutidas e votadas em sessão especial que o sr. presidente haja por bem marcar dentro de prazo razoável. Aprovada esta sugestão, o sr. presidente determinou ficasse encerrado o prazo de emendas dentro de dez dias a contar de hoje, quando, então, marcará a sessão especial. Sobre a matéria falaram ainda, os consócios sr. Cel. Pedro Dias de Campos, Cônego Paulo Florencio da Silveira, Camargo e Alfredo Gomes, não havendo discrepancia na forma adotada para a aprovação final dos novos Estatutos.

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o sr. presidente encerrou os trabalhos da sessão, do que se lavrou esta ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*

### **Ata da segunda sessão ordinaria em 5 de março de 1948**

Presidente: Ernesto de Souza Campos

1.º secretário: Carlos da Silveira

2.º secretário: Amador Florence

Aos cinco de março de mil novecentos e quarenta e oito, nesta Capital de São Paulo, às vinte e uma horas, em sua sede social, á rua Benjamim Constant, n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico realizou sua segunda sessão ordinaria do presente exercício social, dirigindo os trabalhos a mesa acima. Compareceram, de acôrdo com o "Livro de Presença", os seguintes membros: — Ernesto de Souza Campos, Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira,

Tito Livio Ferreira, Alfredo Gomes, Ricardo Gumbleton Daunt, Zuinglio Homem de Melo, Tenorio de Brito, Ataliba Nogueira, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Dacio Pires Correia, José Pedro Leite Cordeiro, Amador Bueno Machado Florence, Américo de Moura, e Arrisson de Souza Ferraz, justificando a ausência os confrades srs. Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Plinio de Barros Monteiro, José Torres de Oliveira, N. Duarte Silva e Álvaro Soares Brandão. Iniciando os trabalhos, o 1.º vice-presidente Ernesto de Souza Campos deu as razões da ausência do presidente-perpetuo, aliás determinada por força maior, e aproveitou a oportunidade para agradecer a escolha do seu nome, na última eleição, para a elevada investidura de 1.º vice-presidente do Instituto. E' lida, posta em discussão e aprovada sem debate a ata da sessão anterior. Tomou a palavra o prof. Ataliba Nogueira, dizendo de sua grande satisfação em ser o portador de apreciável oferta ao Instituto, um novo livro de D. Ligia Lemos Torres — "Biografia de D. Amelia" — primor de arte tipográfica e iconográfica, qualidades que seriam íntimas se não dissessem dos primores da parte documentária e histórica que o trabalho encerra. Este presente da já notável historiadora é, em si, precioso mimo que muito nos regozija e altamente enriquecerá a biblioteca do Instituto. O presidente agradeceu muito particularmente a dádiva, exaltando, por sua vez, os méritos da autora. Toma a palavra, a seguir, o sr. Cel. Luiz Tenorio de Brito e lê a seguinte indicação: "Sr. presidente, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo aplaudiu, na sessão de 25 de janeiro, a estreia do seu novo Orador Oficial, dr. José Pedro Leite Cordeiro. Moço, estudioso dos assuntos que constituem a historia pátria; inteligente e culto; idealista e trabalhador, foi o seu discurso um reflexo das nobilíssimas qualidades que formam sua personalidade de escol. Dentre os vários aspectos de que se compõem, um quero destacar, pedindo sobre êle a atenção de V. Excia. e dos ilustres consócios. E' aquele que indica São Paulo, no IV centenario de sua fundação, para sede do V Congresso de História do Brasil. O IV reunir-se-á em abril do próximo ano, no Rio de Janeiro, em comemoração do IV centenario da Bahia. De 1949 a 1954 ha precisamente o espaço de cinco anos, tempo suficiente para que o certame seguinte se prepare com êxito certo. Auspiciosa sem dúvida a lembrança do jovem historiador. Ao ser anunciada, notei os aplausos que de pontos varios do salão partiram, aplaudindo-a. Posso mesmo adiantar o apoio que lhe prestará o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na palavra íntima do seu eminente presidente perpétuo, Embaixador sr. José Carlos de Macedo Soares, figura de relevo nos meios sociais e culturais brasileiros, pronto sempre a prestigiar as boas iniciativas. O nosso egrégio sodalício cumprirá pois alto dever de solidariedade patriótica, dirigindo-se aos congêneres do país; à imprensa brasileira, às autoridades federais, estaduais e municipais do Brasil, solicitando-lhes, em nome de São Paulo, na sua data magna, amparo e colaboração à idéia. Ambiente acolhedor, de aprovação tácita existe, entre os socios. Desejaria, sr. Presidente e meus caros colegas, que explicitamente o Instituto na sessão de hoje sobre ela se manifeste. a) — Tenorio de Brito". Posta em discussão, foi calorosamente apoiada, pelo con-

socio, prof. Ataliba Nogueira e, aprovada unanimemente. A seguir, o sr. presidente comunica a apresentação, pelo sr. tesoureiro Dacio Pires Correia, da demonstração da Receita e Despesa do exercício financeiro de 1947, a qual lida pelo sr. 1.º secretário, é aprovada sem discrepância. Passando-se à apresentação de propostas de novos socios, entra em discussão, em primeiro lugar, a do sr. Manuel Silveira Soares, da categoria de correspondente, sendo lido, inicialmente, o parecer da Comissão de Sindicância e Admissão de Socios. Fala sobre ela o prof. Tito Livio Ferreira, que encarece as qualidades do proposto, personalidade de incontestável mérito, diretor da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica, de Washington, onde se tem dedicado a valiosos estudos sobre História, principalmente do Brasil. Submetida a votos, foi o proposto eleito unanimemente. Entrando em discussão, a seguir, a proposta, para socio efetivo, do sr. Alceu Maynard Araujo, lidos os pareceres divergentes, respectivamente, dos srs. Souza Campos e Américo de Moura e de D. Alice Canabrava, a casa resolveu que tinham razão os primeiros, dado que o trabalho apresentado pelo candidato era realmente fraco, não passando de mera reportagem jornalística sobre folclore. Ficou portanto adiada a votação, por isso que o proposto, caso deseje mesmo fazer parte do sodalicio, deverá apresentar trabalho de maior tomo. E' posta em discussão, a seguir, a proposta do sr. Richard Mac Gee Morse, para a categoria de efetivo. Lido o parecer da Comissão de Sindicância, ninguém fazendo uso da palavra é a proposta posta em votação, sendo o candidato eleito. Finalmente entra em discussão a proposta para socio correspondente, do sr. Rudolf Streiff-Becker, sendo lido o respectivo parecer. Pede a palavra o sr. Bueno de Azevedo Filho e solicita a leitura, na íntegra, da proposta, como de praxe, alegando que a casa precisa conhecer detalhes relativos ao proposto, principalmente títulos, credenciais científicas e entidades de que, porventura, o mesmo faça parte. O Cel. Tenorio de Brito, pela ordem, insurge-se contra o pedido, alegando que merecendo a Comissão de Sindicância integral confiança da casa, basta a leitura do parecer desta que sempre deve ser aceito. Replicando, o sr. Bueno de Azevedo Filho esclarece seus propósitos, que não são absolutamente de oposição e que longe de sua intenção estava de ferir melindres da Comissão ou qualquer de seus membros. Na qualidade de membro desta, o sr. Américo de Moura diz que o sr. Bueno de Azevedo Filho não melindrou, de forma nenhuma, a Comissão e apenas exercitou um direito seu, inerente à qualidade de socio zeloso. Era, assim, pela leitura pedida. O sr. Presidente Souza Campos encerra a questão, dizendo ter sido ele o único responsável pelo caso, visto que, para simplificação dos trabalhos, determinara a leitura do parecer, tão somente, na suposição de que todos os socios estivessem inteirados dos termos gerais da proposta. Aliás, assim pensou porque, tempos passados alvitrou que, cada vez que se apresentasse proposta nova para socio, devia ser ela afixada na Secretaria, por prazo razoável, precisamente, para que os interessados dela tomassem conhecimento. Falam, ainda, sobre o assunto, os srs. Tito Livio Ferreira e Alfredo Gomes, mandando, em

seguida, o sr. presidente, se procedesse à leitura da proposta, a qual, submetida a votos, foi aprovada.

Não tomou parte nas votações, por se haver retirado do recinto anteriormente, o socio Dr. Ricardo Gumbleton Daunt. Em seguida, o sr. Presidente declara que deveriam entrar em debates e ser votadas emendas apresentadas do projeto dos novos Estatutos, mas que não tendo podido comparecer o Presidente perpétuo, sugere se adiasse esta parte dos trabalhos, isto é, ficasse ela adiada para quando estivesse presente o presidente Torres de Oliveira. Sem debate foi a sugestão unanimemente aprovada. Finalmente, o sr. Souza Campos diz que pretendia ler hoje alentado capítulo de seu trabalho histórico sobre as "Bandeiras das Misericórdias", resultado de longas e pacientes pesquisas a que se vem dedicando ha bastante tempo mas, em virtude do adiantado da hora e pelo fato dos trabalhos terem tomado rumo diverso do previsto, transferiria a leitura para outra ocasião. A casa, no entanto, entendeu o contrario, solicitando ao prezado consocio fizesse a tão esperada leitura, pelo menos durante uns quarenta minutos. O orador, ante esta manifestação dos colegas, acede, mas declara que tão somente fará um resumo do trabalho, por não desejar molestar os presentes e, pelo espaço de cerca de trinta minutos, discorre com inusitado conhecimento do assunto sobre o palpitante e desconhecido tema.

Sua exposição é lição de história sobre costume bem nosso, do passado, herdado do velho Portugal e merece prolongados aplausos e o pedido de fazer, em ocasião oportuna, mais circunstanciada dissertação sobre a matéria. Toma a palavra, a seguir, o sr. José Pedro Leite Cordeiro e relata que, estando sendo demolido o edificio da praça Princesa Isabel onde, por ocasião do centenário da Regente, foi posta uma placa comemorativa pelo Instituto, propunha se levasse o caso ao conhecimento do sr. Prefeito Municipal a fim de que providencias fossem tomadas para resguardo daquela lápide ou, mesmo, se offerecesse o Instituto para guarda-la até que fosse colocada em novo prédio, naquele logradouro. Aprovada a sugestão o sr. Presidente nomeou uma comissão composta do orador e mais os srs. Tenorio de Brito e Tito Livio Ferreira, para entender-se com o governador da cidade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo sr. Presidente, sendo lavrada a presente ata que lida, achada conforme e aprovada vai devidamente assinada. Em tempo: No inicio da sessão o sr. Presidente, dr. Ernesto de Souza Campos, sugeriu, o que foi unanimemente aprovado pela casa, que se consignasse na ata da presente sessão um voto de louvor a todos os membros da antiga Diretoria, pois todos tinham procedido, durante o seu mandato, com igual esforço e lealdade, como aliás sempre o fizera ressaltar o sr. Presidente Perpétuo, dr. José Torres de Oliveira.

(a) — *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José B. de Oliveira Azevedo Filho*

**Ata da 3.<sup>a</sup> sessão ordinária, em 5 de Abril de 1948**

Presidente: dr. José Torres de Oliveira

1.<sup>o</sup> Secretário: dr. Carlos da Silveira

2.<sup>o</sup> Secretário: dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos cinco dias do mês de Abril de 1948, às vinte e uma horas, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua terceira sessão ordinária do corrente ano dirigindo os trabalhos a mesa acima.

Compareceram, de acordo com o Livro de Presença, os seguintes membros: José Torres de Oliveira, Frederico de Barros Brotero, Carlos da Silveira, Plínio de Barros Monteiro, José Pedro Leite Cordeiro, Ernesto de Souza Campos, T. Oscar Marcondes de Souza, Zuinglio Homem de Melo, Edmundo Krug, Américo B. A. de Moura, Tito Lívio Ferreira, Alfredo Gomes, José Bueno de Azevedo Filho, J. R. de Araujo Filho, Eduardo de Oliveira França e Dacio Pires Correia. Justificaram a ausencia os srs.: Dr. Álvaro Soares Brandão, Prof. Teodoro Braga, Cel. Pedro Dias de Campos, Prof. N. Duarte Silva e dr. Sergio Buarque de Holanda. Estando ausentes o sr. 2.<sup>o</sup> secretario e seus suplentes, o Sr. Presidente convidou o dr. Plínio de Barros Monteiro para substitui-lo. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Tendo comparecido o dr. Bueno de Azevedo Filho, o sr. Presidente o convidou para ocupar o lugar do 2.<sup>o</sup> secretario, agradecendo ao dr. Plínio de Barros Monteiro o ter servido até então a seu convite. Lido o expediente e comunicadas as ofertas, foram estas recebidas com especial agrado. Passando-se à 1.<sup>a</sup> parte da Ordem do Dia, o sr. Presidente diz que deve um agradecimento à Casa pelas contribuições para a reforma dos Estatutos, lendo algumas modificações e tecendo considerações a respeito. Apresentadas essas modificações, são as mesmas postas em votação e sem discussão aprovadas. O Sr. Presidente declara, então, que os novos Estatutos entram, imediatamente, em vigor. A seguir, nos termos dos nossos Estatutos sociais, o Sr. Presidente nomeia as Comissões Permanentes e que são as seguintes pela ordem (1948-1950): 1.<sup>a</sup>) Comissão de Sindicancia e Admissão de Socios — Prof. dr. Américo Brasileiro Antunes de Moura, Prof. dr. Ernesto de Souza Campos e Dra. Alice Piffer Canabrava. 2.<sup>a</sup>) Comissão de Redação da "Revista" — dr. Afonso de Escragnoille Taunay, dr. José Pedro Leite Cordeiro e Prof. Nicolau Duarte Silva. 3.<sup>a</sup>) Comissão de História Geral — dr. Afonso de Escragnoille Taunay, Prof. Eurípedes Simões de Paula e dra. Olga Pantalcão. 4.<sup>a</sup>) Comissão de História do Brasil — Prof. Alfredo Ellis Junior, Prof. dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos. 5.<sup>a</sup>) Comissão de História de São Paulo — Dr. Aureliano Leite, dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. dr. José Carlos de Ataliba Nogueira. 6.<sup>a</sup>) Comissão de Literatura Histórica e Folclore — Dr. Sergio Buarque de Holanda, dr. Antonio Augusto de Menezes Drummond e dr. Carlos Alberto Nunes. 7.<sup>a</sup>) Comissão de Geografia Física e Matemática — Dr. Alípio M. de Oliveira, dr.

Gastão Ferreira de Almeida e dr. Persio Pereira Mendes. 8.<sup>a</sup>) Comissão de Geografia Humana e Política — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello. 9.<sup>a</sup>) Comissão de Numismática e Arqueologia — Dr. Zuinglio Marcondes Homem de Mello, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Prof.<sup>a</sup>. Francisca Pereira Rodrigues. 10.<sup>a</sup>) Comissão de Filatelia — Dr. Mário de Santis, dr. Roberto Thut e Prof. Alfredo Gomes. 11.<sup>a</sup>) Comissão de Genealogia — Dr. Frederico de Barros Brotero, Dr. Carlos da Silveira e Dr. José Bueno de Azevedo Filho. 12.<sup>a</sup>) Comissão de Etnologia e Etnografia — Dr. Herbert Baldus, Dr. Plínio Marques da Silva Airosa e dr. Jorge Bertolaso Stella. 13.<sup>a</sup>) Comissão de Heráldica — Dr. Roberto Thut, dr. Enzo Silveira e dr. Ricardo Gumbleton Daunt. 14.<sup>a</sup>) Comissão de Estatística — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pereira e Cel. Luiz Tenorio de Brito. 15.<sup>a</sup>) Comissão de Iconografia, Artes e Monumentos Históricos — Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, dr. Paulo Vergueiro Lopes Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga. 16.<sup>a</sup>) Comissão de Contas — Sr. João Batista de Campos Aguirra, dr. Celestino Fazzio e dr. Cândido de Sousa Campos. Propondo a eleição dos 2.<sup>os</sup>. Orador e Tesoureiro, o sr. Presidente suspende a sessão por 5 minutos para a preparação das cédulas. Reaberta a sessão, o sr. Presidente designa os srs. Professores Alfredo Gomes e Tito Livio Ferreira para servirem como escrutinadores. Colhidos os votos, de acôrdo com o livro de presença, são encontradas na urna 14 chapas obtendo votos: para 2.<sup>o</sup> Tesoureiro o sr. Roberto Carregal Pompilio Taylor, 12 votos, e dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, 2 votos; para 2.<sup>o</sup> orador o dr. Aureliano Leite, 14 votos. O sr. Presidente os declara eleitos. Determina, então, que o sr. 1.<sup>o</sup> Secretário leia o Relatório do ano social de 1947. O sr. Presidente diz que o Relatório fica sobre a mesa para o caso de que algum consocio queira suprir alguma falha nele existente. Continuando, justifica a ausencia do Coronel Pedro D. de Campos, orador inscrito para a sessão de hoje, e marca a proxima reunião para o dia 1.<sup>o</sup> de Maio às 13 1/2 horas, primeiro sabado do mês, de acôrdo com os novos Estatutos. O dr. José Pedro Leite Cordeiro lembra que o dia 1.<sup>o</sup> de maio é feriado, ao que o sr. Presidente responde que nisso não haverá inconveniente para a realização da sessão, antes vantagem. Passa-se à 2.<sup>a</sup> parte da Ordem do Dia. O sr. Presidente dá a palavra ao sr. Leite Cordeiro para recordar a passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário da morte do poeta Cruz e Souza. Ao terminar, propõe que o Instituto se solidarize com as comemorações que estão sendo levadas a efeito pelo Instituto Histórico de Santa Catarina. O orador é bastante aplaudido. O sr. Tito Livio Ferreira propõe que se comunique ao Instituto de Santa Catarina que o de São Paulo não deixou de solidarizar-se com a efeméride. O Sr. Presidente diz algumas palavras elogiando o trabalho do sr. Leite Cordeiro e falando sobre Cruz e Sousa. Continuando diz que está sendo distribuída a lista das Comissões que deverão promover as comemorações do 4.<sup>o</sup> centenário da cidade de São Paulo em nome deste Instituto e lembra que o Prefeito de Salvador solicitou a abertura do crédito de 100 milhões de cruzeiros para as comemorações do 4.<sup>o</sup> centenário da

Bahia. Assim como este Instituto promoveu uma série de conferências por ocasião do 4.º centenário de São Vicente, também o fará com relação ao de São Paulo. O sr. Presidente termina afirmando que quer concorrer com o máximo de seus esforços para o brilhantismo das solenidades, sendo aplaudido e recebendo dos Consócios demonstração de apoio e simpatia. O sr. Presidente concede a palavra a quem dela queira usar. Pede-a o sr. Leite Cordeiro para informar que a placa comemorativa do centenário da Princesa Isabel já foi localizada pela comissão para isso incumbida na sessão pretérita. Diz que a placa está com o sr. Lupércio Teixeira, da Prefeitura e indaga da Casa quais as providências que devem ser tomadas, esclarecendo, todavia, que aquele senhor mostra grande interesse em que a referida placa seja de novo colocada na praça após a reforma por que vem passando. O sr. Presidente diz que se deve deixar ao critério da comissão o destino a ser dado à placa, que foi oferecida ao Instituto pelo então Prefeito Abraão Ribeiro, devendo a mesma ficar sob a guarda e responsabilidade da Prefeitura Municipal. O Professor Ernesto de Sousa Campos propõe que o Instituto se congratule com a Faculdade de Filosofia pelo sucesso ultimamente alcançado pelo Professor Cesar Lates descobrindo o méson, ao que o Professor Eduardo de Oliveira França hipoteca o seu apoio, dando o sr. Presidente por aprovada a proposta. O Sr. Bueno de Azevedo Filho justifica a ausencia do dr. Coriolano Roberto Alves e, em nome deste, convida o Instituto para as comemorações do cinquentenário do Hospital do Juqueri no próximo dia 18 de maio. O sr. Presidente agradece, ficando de nomear um representante da Casa em ocasião oportuna. Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando usar da palavra, o sr. Presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José B. de Oliveira Azevedo Filho*

#### **Ata da 4.ª sessão ordinária, em 5 de Junho de 1948**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos cinco dias do mês de junho de 1948, às três e meia horas, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua quarta sessão ordinária do corrente ano, dirigindo os trabalhos a mesa acima. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: srs. José Torres de Oliveira, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Afonso José de Carvalho, Ernesto de Sousa Campos, Frederico de Barros Brotero,

Alfredo Gomes, Afonso de E. Taunay, José Pedro Leite Cordeiro, Raul Sá Pinto, Luiz Tenorio de Brito, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Djalma Forjaz, P. Dias Campos, João B. de Campos Aguirra, Dacio Pires Correia e Amilcar Salgado dos Santos. Justificaram a ausência os srs. Amador Florence, Tito Livio Ferreira e N. Duarte Silva. O senhor Presidente abre a sessão, tecendo considerações em torno dos novos Estatutos, em cujo vigor esta é a primeira reunião, e salientando que a aprovação dos mesmos foi unânime. Lê a ata da sessão anterior e aprovada sem discussão. O Senhor Presidente refere que, dando publicidade às atividades do Instituto, foram distribuídas aos jornais notas sobre o Relatório do ano passado, sobre a nova Diretoria e comissões permanentes, que, ao que informaram os consócios Elmano Cardim e Alfredo Gomes, foram elas publicadas respectivamente no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, e no "Correio Paulistano". Continuando, fala dos falecimentos de vários consócios, ocorridos desde a última sessão: Dr. Manuel Pereira Guimarães, Deputado Bento de Abreu Sampaio Vidal, Professor Francisco Morato, Senador Roberto Simonsen e Embaixador Olinto Máximo de Magalhães, mandando lavrar em ata votos do mais profundo pesar, independente de consulta à Casa, conforme a tradição social. Lembra, também, o desaparecimento de Dona Maria Augusta Rui Barbosa, viúva do grande brasileiro Rui Barbosa, nosso antigo presidente honorário e pede que se consigne na mesma ata um voto de pesar, que também é aprovado. Diz que, nesta sessão, será prestada homenagem a Antonio de Toledo Piza, cujo centenário de nascimento transcorreu no dia 2 de abril. Refere-se a ofícios dos consócios Dr. Américo Jacobina Lacombe e Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a propósito do centenário de Rui Barbosa e do Congresso de História na Bahia, e ainda a outro, do Desembargador Henrique da Silva Fontes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fazendo convite para o Primeiro Congresso de História Catarinense. O Senhor 1.º Secretário lê o expediente. O Senhor Presidente lembra que ocorrerão no ano em curso os centenários do nascimento de Rodrigues Alves, Brasílio Machado e Domingos Jaguaribe, propondo que a sessão ordinária de julho seja no dia 7, em homenagem ao Conselheiro Rodrigues Alves, o que é aprovado. O Senhor Presidente salienta ainda o terceiro centenário da primeira batalha de Guararapes, a respeito da qual falará hoje o Senhor Leite Cordeiro. O Senhor Alfredo Gomes pede a palavra e discorre sobre a personalidade do Presidente Washington Luis, lendo o que sobre ele escreveu o Senhor Eugenio Egas e terminando por encaminhar à Mesa a proposta do mesmo para membro enérito, à vista das qualidades excepcionais que o exornam. A seguir, o Senhor Leite Cordeiro lê interessante trabalho sobre a primeira batalha de Guararapes e sobre a reconquista de Angola por Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Os sucessos da invasão flamenga são descritos pelo orador com grande propriedade. Afirma que se firmou em 1648 a nossa vocação de povo livre, e é muito aplaudido ao terminar. O Senhor Presidente agradece ao Senhor Leite Cordeiro a sua erudita oração. Passando-se à segunda parte dos trabalhos, o Senhor Presidente

lê o que sobre Antonio de Toledo Piza falou no ano de 1906 e que se acha publicado em nossa "Revista". Elogia a vida e a obra dum dos principais fundadores da nossa Instituição, de quem foi amigo particular e de quem se recorda com imensa e profunda saudade. Volta, depois, à tribuna o Senhor Leite Cordeiro, orador oficial, para ler o elogio histórico de Antonio de Toledo Piza, um daqueles da tríade gloriosa à qual se deve a existência deste Instituto. Da sua operosidade e das suas longas pesquisas históricas nos últimos anos da vida é prova a vasta bibliografia deixada. No Arquivo Público de São Paulo, cuja direção lhe esteve confiada, muito fez. Tanto amou a Pátria, a Verdade e o Saber: Porisso até hoje esta Casa venera a sua memória. Ao finalizar o seu eloquente discurso, é o Senhor Leite Cordeiro muito aplaudido e cumprimentado. O Senhor 1.º Secretário fala sobre as famílias Toledo e Toledo Piza, apresentando umas notas genealógicas e divulgando algo de inédito como homenagem à memória do historiador Antonio de Toledo Piza. Muito interessante a explanação, recebe o orador aplausos e cumprimentos, tendo o Senhor Presidente tecido considerações elogiosas ao trabalho. O Senhor Afonso de Taunay acrescenta ao que disse o provecitíssimo genealogista um pormenor sobre um retrato de Dom Fradique de Toledo Osório, Marquês de Vilanueva de Valdoeza. O Senhor Frederico Brotero pede urgência para votação da proposta do Desembargador Henrique da Costa Fernandes para membro correspondente no Maranhão. O Senhor Bueno de Azevedo Filho defende a proposta e discorre sobre a eminente personalidade do candidato. O Senhor Presidente submete à apreciação da Casa a proposta que, posta em votação, é aceita unânimemente. O Senhor Presidente levanta uma questão de ordem: A saber-se se essa proposta, apresentada nos termos dos Estatutos anteriores, deve ser aprovada como eles determinavam ou como exigem os atuais, isto é, mediante votação de duas sessões consecutivas. O Senhor Bueno de Azevedo Filho diz que já estando a proposta votada e aceita por unanimidade é de parecer que deve continuar regida pelos Estatutos em cujo vigor foi apresentada, da mesma forma que outra única proposta que se encontra sobre a Mesa já com todas as formalidades já preenchidas, a do Dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso para correspondente em Portugal. Pede a palavra o Senhor Pedro Dias de Campos e sugere que, aprovada a proposta do Desembargador Henrique da Costa Fernandes, daqui por diante todas as outras propostas sigam o disposto nos atuais Estatutos. O Senhor Leite Cordeiro pede, então, que a proposta do Dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso também seja votada nas condições dos Estatutos anteriores, conforme a opinião expendida pelo Senhor Bueno de Azevedo Filho, anuindo o Snr. Pedro Dias e a Casa. À vista disso, é proclamado o Senhor Desembargador Henrique da Costa Fernandes membro correspondente do Instituto e posta em votação a proposta do Senhor Dr. Alfredo Vieira de Moura Matoso, defendida pelo Senhor Leite Cordeiro é também aprovada por unanimidade, tendo sido o candidato proclamado membro correspondente do Instituto pelo Senhor Presidente. O Senhor Bueno de Azevedo Filho diz que, no dia 9 de julho, a Câmara Municipal de Guaratinguetá prestará sentida

homenagem póstuma ao insigne genealogista e historiador Gastão de Meireles França, inaugurando-lhe o retrato na Biblioteca Pública daquela cidade do Vale do Paraíba e pede que o Instituto se associe a tal homenagem, tão merecida, o que é aprovado. O Senhor Pedro Dias de Campos pede, por intermédio do Senhor Presidente, que fique adiada para outra ocasião a leitura dum seu trabalho, para a qual estava anteriormente inscrito. Solicitando a palavra, o Senhor Pedro Dias de Campos resume os estudos que vem fazendo sobre os indígenas de Piratininga e que servem de tema para três conferências, uma das quais já proferida. Nada mais havendo a tratar e dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a sessão, manifestando a sua satisfação pela presença do elevado número de consócios. E para constar, foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada.

(a) — *Carlos da Silveira*  
*José B. de Oliveira Azevedo Filho*  
*Plínio de Ramos Monteiro*

### **Ata da 5.<sup>a</sup> sessão ordinária, em 7 de julho de 1948**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira,  
1.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Carlos da Silveira,  
2.<sup>o</sup> Secretário: Prof. Alfredo Gomes.

Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e oito, em sua sede oficial, à rua Benjamim Constant, número cento e cinquenta e dois, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma quinta sessão ordinária do corrente ano, dirigindo os trabalhos a mesa acima. Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: Srs. José Torres de Oliveira, Luiz Tenorio de Brito, Afonso E. Taunay, Altino Arantes, José Pedro Leite Cordeiro, Oscar Henrique Wiederspahn, Carlos da Silveira, João B. de Campos Aguirra, José Cássio de Macedo Soares, Francisco de Assis Iglesias, Alfredo Gomes, Nicolau Duarte Silva, Roberto Carregal Pompílio, Zuinglio Homem de Mello, Álvaro Soares Brandão, Plínio de Barros Monteiro, José B. de Oliveira Azevedo Filho, Edvar Carmilo, Dácio Pires Correia, Djalma Forjaz e José Rubião. O Senhor Presidente ao iniciar os trabalhos, convida os Srs. Drs. Altino Arantes, presidente da Academia Paulista de Letras e Afonso de Taunay, presidente honorário do Instituto, a tomarem assento à mesa e, na ausencia dos 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> secretários, o Prof. Alfredo Gomes, substituto imediato. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, disse o Senhor Presidente: "A presente sessão é consagrada, exclusivamente, a comemorar o 1.<sup>o</sup> centenário do nascimento do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, essa insigne personalidade, a quem a Providência Divina em seus altos e insondáveis desígnios, ofereceu a oportunidade de prestar os mais relevantes serviços à Pátria,

merecendo ser qualificado como o mais benemérito de todos os brasileiros. Essa comemoração vai ser feita pelo Dr. José Pedro Leite Cordeiro, formoso espírito de orador oficial do Instituto, a quem dou a palavra". O Senhor Dr. José Pedro Leite Cordeiro após saudar a Mesa e o auditório lê magnífico esboço biográfico em que sobressaem estilo e erudição, dando especial realce aos aspectos fundamentais do excepcional filho de Guaratinguetá. Após discorrer brilhantemente sobre essa figura ímpar de nossa História, o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, encerra sua oração sob calorosa salva de palmas. O Senhor Presidente comunica que se acha inscrito para falar sobre "Rodrigues Alves, presidente da Província e bi-presidente do Estado de São Paulo", o ilustre consócio prof. Alfredo Gomes, a quem passa a palavra. O Prof. Alfredo Gomes, após dirigir-se à Mesa e à seleta assistência, estuda minuciosa e documentadamente os gestos do grande estadista Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, no governo da Província e do Estado de São Paulo, ressaltando as iniciativas felizes, os empreendimentos úteis e as benemerências de suas três administrações. Alongou-se o conferenciista na análise dos aspectos político-administrativos, sendo acolhidas suas derradeiras palavras com expansivos aplausos. Pedindo a palavra, o Dr. Altino Arantes, como representante da família do eminente estadista, cuja memória se cultuara na presente sessão, profere eloqüente e formosa oração de agradecimento ao Instituto e aos dois oradores Drs. José Pedro Leite Cordeiro e Prof. Alfredo Gomes que substancialmente versaram com autoridade e talento a vida de um homem que é uma esplêndida lição para todos os tempos. Concluída a oração do Dr. Altino Arantes, que foi coroada por vibrantes aplausos, o Sr. Presidente proferiu as seguintes palavras: "Os atuais membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ufanam-se de ter podido glorificar, durante a vida, o centésimo aniversário do nascimento de quem merece ficar consagrado nos anais de nossa história como o mais benemérito de todos os grandes servidores de nossa querida Pátria, a excelsa personalidade do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves". Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Alfredo Gomes*

#### **Ata da 6.<sup>a</sup> sessão ordinária, em 7 de agosto de 1948**

Presidente: Ernesto de Souza Campos  
1.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Carlos da Silveira  
2.<sup>o</sup> Secretário: Prof. Alfredo Gomes

Aos sete dias do mês de agosto de 1948, às três e meia horas da tarde, em sua sede social, à Rua Benjamin Constant n.º 152, o Instituto Histórico e

Geográfico de São Paulo realizou sua sexta sessão ordinária do corrente ano, sendo os trabalhos presididos pelo Dr. Ernesto de Souza Campos, 1.º vice-presidente, e secretariados pelos Snrs. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Alfredo Gomes. Compareceram os Srs. Ernesto de Souza Campos, Afonso de Taunay, Carlos da Silveira, Frederico de Barros Brotero, José Pedro Leite Cordeiro, Cel. Amílcar Salgado dos Santos, Cel. Pedro D. de Campos, Tito Livio Ferreira, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Alfredo Gomes, Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito, Cap. Oscar Wiederspahn, Américo de Moura, Álvaro da Veiga Coimbra, Ciro Mondin e Major Arrison de Souza Ferraz. Justificaram a ausência os srs. Torres de Oliveira, Amador Florence, Dacio Pires Correia, Bueno de Azevedo Filho e Nicolau Duarte Silva. Iniciando os trabalhos, o sr. Dr. Ernesto de Souza Campos justificou sua ausência, por motivo imprevisto (acidente em pessoa de sua família) à sessão consagrada às comemorações da passagem do centenário do nascimento do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. Dr. Carlos da Silveira, 1.º secretário, passou a ler o expediente, resumindo o conteúdo dos papéis dele constantes: convite de Monsenhor Paulo Rolim Loureiro relativo a sua consagração episcopal a realizar-se no próximo dia 15, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo; ofício do Museu do Ipiranga a propósito de um móvel de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico que, colocado a título precário no Museu, continuará a pertencer ao Instituto; convite para participar de comemorações a serem celebradas pelos Institutos congêneres do Paraná e de Santa Catarina; agradecimento de pêsames das famílias do Dr. Roberto Simonsen, do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal e do Professor Emérito Francisco Morato; respostas a varias pessoas e instituições sobre consultas, bem como agradecimentos e numerosos outros papéis de sócios e pessoas diversas fazendo consultas ou providenciando questões relativas à vida social e, ainda, cópia de ofícios agradecendo livros recentemente oferecidos e que se acham à disposição dos consócios. O Sr. presidente agradeceu a remessa das obras em apreço e fez um apêlo aos sócios para que continuem a enriquecer o acervo bibliográfico do Instituto, tendo o Tte. Cel. Luis Tenório de Brito sugerido que este apêlo fosse extensivo a todos os escritores. A Sociedade Nacional de Agricultura, por intermédio do sócio Luiz Marques Poliano, ofereceu artística medalha que entrará para o museu numismático e o Sr. Edgard Franckel ofertou interessante quadro. O Instituto agradecerá a ambos. Fez o Sr. Presidente referências aos últimos falecimentos ocorridos, tecendo considerações a propósito do valor dos desaparecidos: Prof. Sud Mennucci, educador; Monteiro Lobato que se destacou na difícil tarefa da literatura infantil criando magnífica obra; Francisco Alvares Florence que se colocou em posição elevada e simpática e ocupava com brilho a presidência da Assembléia Legislativa do Estado. Propôs a inerção em ata de um voto de pesar, o que foi aprovado. Com a palavra o Sr. Tomás Oscar Marcondes de Souza justificou seu voto em relação a Monteiro Lobato, esclarecendo que estava de acôrdo com o voto de pesar, curvando-se diante do morto de pena

tão brilhante e do autor de tantas obras excelentes na literatura infantil, mas, afora isso, era de opinião que Monteiro Lobato, como escritor, molhara sua pena para denegrir o Brasil e os Brasileiros!! Com a palavra, o Coronel Amílcar Salgado dos Santos referiu-se a Monteiro Lobato como o batalhador da indústria do livro, o defensor do petróleo, o conselheiro que recomendara a ele orador seguir em seus escritos, a rota da Pátria e ao qual devia o título de seu trabalho "A Brigada Potiguara". O Sr. Presidente comunicou que o 2.º secretário Sr. Machado Florence solicitara e obtivera, por motivos de saúde, licença por tempo indeterminado. Em nome do Instituto manifestou-se no sentido de que, mui brevemente, pudesse o sócio em apreço voltar a dar o esforço que sempre dera nas reuniões do Instituto. Lembrou também que o Governo do Estado, então sob a chefia do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, interventor em São Paulo, concedera ao Instituto a subvenção de cem mil cruzeiros e mais um auxílio no mesmo valor, e as duas verbas reunidas constando de uma promissória a vencer em agosto do ano vindouro, com juros, no total de 216.239 cruzeiros, já estava de posse e no cofre do Instituto, o que representava contribuição de grande valor. Em seguida comunicou que varios sócios, de acordo com as disposições estatutárias, resolveram apresentar diversos nomes para sócios eméritos, beneméritos, honorários e efetivos. O Sr. 1.º Secretário lê os nomes de sócios eméritos, propondo o Sr. Presidente que os referidos nomes Dr. Washington Luís, Frederico de Barros Brotero, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Afonso de Taunay, José Torres de Oliveira e Américo de Moura, fossem considerados em conjunto, com o que não concordou o Sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa, que opinou pela votação individual dos propostos. Nos debates travados participaram os Srs. Ciro Onésimo Mondin, Oscar Marcondes de Souza, José Pedro Leite Cordeiro, Oscar Wiederspahn, resolvendo-se conderar o assunto objeto de deliberação, de acordo com o art. 11 § 2.º e § 6.º dos Estatutos. Passou, pois, o Sr. Presidente a pôr em votação cada uma das propostas. Distribuidas as esferas foram obtidos os seguintes resultados: Para sócios eméritos por transferência de classe: Dr. Washington Luís 13 votos a favor e 1 contra; Dr. Frederico de Barros Brotero, 13 a favor e uma abstenção; Embaixador José Carlos de Macedo Soares 14 a favor, votação unânime; Dr. Afonso de E. Taunay, 13 votos a favor e uma abstenção; Dr. José Torres de Oliveira, 13 a favor e 1 contra; Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, 13 a favor e 1 contra. Para sócio benemérito: Prof. Dácio Pires Correia, 13 votos a favor e 1 contra. Seguiu-se a apresentação das propostas para sócio correspondente, retirando-se a essa altura o consócio Arrison de Souza Ferraz. O Sr. Secretário procedeu à leitura da proposta relativa a Frei Timóteo e respectivo parecer favorável da Comissão de Sindiância. Com a palavra, o Dr. Oscar Marcondes de Souza fez referências ao proposto manifestando-se favorável pela excelência de seus trabalhos de pesquisa e paciência. No mesmo sentido falou o Dr. José Pedro Leite Cordeiro declarando que o primeiro a ter a felicidade de conhecer Frei Timóteo fôra

o Dr. Ernesto de Souza Campos e que éle, orador, ao colher, recentemente, elementos para um de seus trabalhos encontrara em Frei Timóteo um homem preciosíssimo, pertencente à categoria dos que estão juntos aos arquivos e se dedicam à decifração dos documentos possibilitando a outrem fazer as sínteses que permitem a visão geral. Frei Timóteo está no Brasil ha 13 anos e em tão pouco tempo realizou esforço realmente hercúleo e precioso: lê os documentos quinhentistas, conseguiu preservar o Arquivo do Carmo, interpretou e classificou os documentos. Lembra haver nesse convento um manuscrito de Frei Gaspar, copiado por Frei Bernardo em 1830, relativo à pendência entre o mosteiro do Carmo e o de São Bento. Chama a atenção para outro fato apontado por Frei Timóteo concernente à existência, no século XVI, de um outro Caramuru no sul em Bertioga. O Instituto receberá, portanto, Frei Timóteo como um verdadeiro benemérito. Procedida a votação verificou-se a eleição por unanimidade com os 13 votos favoráveis. O Snr. 1.º Secretário leu a proposta incluindo D. Paulo de Tarso Campos, bispo de Campinas, na categoria de sócio honorário, a qual se achava acompanhada de parecer favorável. Pedindo a palavra, o Dr. José Pedro Leite Cordeiro tece encomiásticas referências á personalidade do ilustre membro do episcopado, lembrando que D. Paulo, como Frei Timóteo, vive junto dos documentos. Conhece os arquivos do litoral. De seus estudos nesses arquivos publicou a lista indicativa dos vigários do litoral de São Paulo, trabalho necessário a quem se proponha escrever sobre o passado eclesiástico, verdadeiro dicionário de autoridades religiosas. Em Campinas tem feito estudos historiográficos, com alto mérito, possuindo vários trabalhos inéditos. Podia ser recebido como sócio correspondente ou efetivo, mas dada sua personalidade, sua posição como titular da Igreja e ser reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, alvitrou-se apresenta-lo para a categoria dos sócios honorários pela proposta de que o orador fôra encaminhante. Procedida a votação resultou a eleição por unanimidade, com 13 votos. Seguiu-se a apresentação da proposta para sócio efetivo do Dr. Alexandre D'Alessandro, com parecer favorável da Comissão de Sindicância. O Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito refere-se ao proposto. Declara de início não ter o prazer de o conhecer pessoalmente e sim através das "Memórias da Escola Politécnica", obra que considera admirável e cheia de bom humor e observações curiosíssimas, na qual evoca todos os vultos da Escola e sendo a presente reunião um dia feliz pelo conjunto de personalidades que mereceram a atenção da casa, o Dr. Alexandre D'Alessandro concorre também com sua contribuição que, embora mais modesta, possui elevada significação. Prazeirosamente revela seu voto favorável. O Sr. Presidente em ligeira explicação esclarece que ao se fundar a Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica, presidida pelo Prof. Alexandre de Albuquerque, já falecido, e da qual éle, Dr. Souza Campos, fôra vice-presidente, sugerira se fizesse a História da Escola, o que o Dr. Alexandre D'Alessandro conseguira realizar. O Dr. Afonso de Taunay fez suas as palavras do Tte. Cel. Luiz Tenório de Brito e Dr. Souza Campos. Posta a proposta em votação verificou-se resul-

tado favorável unânime com os 13 votos dados. Antes de passar à Ordem do Dia, o Sr. Presidente anunciou que o Sr. 1.º Tesoureiro, Prof. Dácio Pires Correia, de acôrdo com a letra a) do § do Art. 13 dos Estatutos apresentará uma proposta alterando as contribuições devidas pelos senhores Sócios e novos preços para a venda da Revista, tudo a vigorar de janeiro de 1949 em diante, pelo que submetia o projeto em apreço à discussão. Com a palavra o Dr. Oscar Marcondes de Souza diz que considera justíssimo o aumento oferecido à apreciação dos senhores consócios pelo Sr. Tesoureiro, mesmo porque êle tornaria possível olhar para os humildes colaboradores do Instituto, os funcionários que, apesar de remuneração precária, continuavam a dar o melhor de seus esforços nas funções que ocupavam. O Sr. Presidente submete à votação, sendo aprovada unanimemente, a nova tabela que passará a vigorar de janeiro de 1949 em diante. Retiram-se a esta altura os consócios Drs. Cyro Mondin e José Pedro Leite Cordeiro. É a seguinte a nova tabela aprovada na presente reunião: "Projeto — Novas contribuições (Artigo 13, § 1.º, Letra "A", dos Estatutos) — Sócios *efetivos*: Jóia cr\$ 100,00; Anuidade (em 2 prestações semestrais, cr\$ 200,00 ou mensalidade, cr\$ 20,00; Diploma cr\$ 200,00; Distintivo cr\$ 10,00 e Carteira de identidade cr\$ 10,00. — Sócios *correspondentes*: Jóia cr\$ 100,00; Anuidade, cr\$ 100,00; Diploma, cr\$ 200,00; Distintivo, cr\$ 10,00; Carteira de identidade, cr\$ 10,00. — Esta tabela entrará em vigor em janeiro de 1949. — Efetivos e correspondentes (*Para remissão*), Cr\$ ..... 2.000,00. — Para venda da Revista Número Avulso cr\$ 40,00; Para sócios (diferença de 50% cr\$ 20,00; Coleção completa, cada número, cr\$ 30,00; Idem, para sócios (diferença de 50%), cr\$ 15,00. — "O senhor Presidente anuncia estarem inscritos os srs. Cel. Pedro Dias de Campos e Prof. Alfredo Gomes que iriam dissertar respectivamente sôbre os "Tupi-guaí" e "O Brasil visto por Anchieta em 1585". Deu pois a palavra ao Cel. Pedro Dias de Campos que em face do adiantado da hora fez leitura parcial de seu trabalho, reservando-se para concluí-lo em próxima sessão do sodalício. O Senhor Presidente, dirigindo-se aos dois consócios inscritos, esclareceu que faria presente ao Sr. Presidente Perpétuo a conveniência de se realizar outra sessão para a leitura dos dois trabalhos que não puderam ser ouvidos na atual. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*

*Carlos da Silveira*

*José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho*

### **Ata da sessão extraordinária, em vinte e um de agosto de 1948**

Presidente: Dr. Carlos da Silveira.

1.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.

2.º Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 1948, às três e meia horas da tarde em sua sede social à Rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto His-

tórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária. Não tendo comparecido à sessão o Dr. José Torres de Oliveira e nenhum dos três vice-presidentes, assumiu a presidência o Dr. Carlos da Silveira que convidou para servir como 1.º Secretário, o 3.º secretário Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, e para 2.º secretário "ad hoc" o Sr. Plínio de Barros Monteiro. Justificaram a ausência os seguintes consócios: Dr. José Torres de Oliveira, Cônego Paulo Florencio da Silveira Camargo, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, e Dr. Amador Bueno Machado Florence. Como se achasse presente na antesala o Desembargador Dr. Percival de Oliveira, o Sr. Presidente nomeou uma comissão composta dos seguintes sócios: Cel. Luiz Tenório de Brito, Dr. Luiz Ribeiro do Vale, e Dr. Tito Lívio Ferreira para introduzirem no recinto o recipiendário. Como, por motivo justificado, não pudesse comparecer à sessão o orador oficial, Dr. José P. Leite Cordeiro, incumbiu este, ao Cel. L. Tenório de Brito, de dirigir ao novo consócio algumas palavras em nome do Instituto, o qual se desempenhou com muito brilho, enaltecendo as qualidades de orador e consumado jurista, que exornam a figura do desembargador Percival de Oliveira; este pede a palavra e agradece os conceitos elogiosos proferidos pelo Cel. Tenório de Brito, e declara-se muito honrado com a sua eleição, prometendo cooperar, no que estiver ao seu alcance, para o engrandecimento do Instituto. Em seguida, é lida pelo 2.º secretário a ata de 5 de junho de 1948, a qual é aprovada. O Sr. Presidente declara que se vai proceder ao segundo escrutínio, de acórdio com os novos estatutos, dos seguintes consócios e cujo resultado foi o seguinte:

Para socio emérito:

- a) Dr. Washington Luís Pereira de Souza, aceito unanimemente;
- b) Dr. Frederico de Barros Brotero, aceito unanimemente;
- c) Dr. José Carlos de Macedo Soares, aceito unanimemente;
- d) Afonso de E. Taunay, aceito unanimemente;
- e) Dr. José Torres de Oliveira, aceito dez votos a favor e um contra;
- f) Prof. Américo Brasiliense Antunes de Moura, aceito unanimemente.

Para sócio benemérito:

- a) Dácio Pires Correia, aceito, sendo onze votos a favor e um contra.

Para socio honorario:

- a) D. Paulo Tarso de Campos, Bispo de Campinas, aceito unanimemente.

Para socio efetivo:

- a) Alexandre D'Alessandro, engenheiro formado pela Escola Politécnica de S. Paulo, aceito por onze votos a favor e um contra.

Para socio correspondente:

- a) Frei Timóteo van den Broeck, residente, em Santos, aceito unanimemente.

Findo o escrutínio o Sr. presidente proclama-os eleitos. Pede a palavra o Cel. Tenório de Brito e sugere a nomeação de uma comissão a fim de levar pessoalmente ao Sr. Washington Luís a nomeação para a categoria de socio-emérito; o Sr. Presidente pondera que encontraria dificuldade em escolher os membros para essa comissão e sugere que seria melhor abrir-se uma lista para nela assinarem os que desejarem ir à casa do Dr. Washington Luís, o que é aprovado. Pede a palavra o socio Sr. Alfredo Gomes e propõe que fique o Cel. Tenório de Brito incumbido de ir combinar com o Dr. Washington Luís o dia e a hora em que poderia ser recebida a comissão, o que é aprovado. O Sr. Presidente comunica que, no sepultamento e na missa de sétimo dia do consócio Sud Menucci, o Instituto foi representado pelo Professor Tito Lívio Ferreira, e que na sagração episcopal do Monsenhor Paulo Rolim Loureiro foi o nosso sodalicio representado pelo 1.º secretário, Dr. Carlos da Silveira. E' também com prazer que o Sr. Presidente anuncia que o deputado estadual Dr. Antonio Silvio da Cunha Bueno havia apresentado um projeto de lei concedendo ao Instituto Histórico uma subvenção anual e permanente de cem mil cruzeiros. Passando-se à segunda parte da ordem do dia é dada a palavra ao consocio Sr. Cel. Pedro Dias de Campos, o qual prosseguiu na leitura da segunda parte das notas acerca de "Tupi-Guaiá— A atividade dos Mamelucos de Piratininga", trabalho erudito que a assistencia ouviu com prazer e muito proveito. O Sr. Presidente agradece esta valiosa contribuição do orador à história dos indígenas em S. Paulo e anuncia que já estão no prelo os originais do vol. 44.º da Revista do Instituto e convida a todos os senhores sócios para a reunião do dia 4 de setembro em comemoração do centenário do nascimento de Brasílio Machado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho*

**Ata da 7.<sup>a</sup> sessão regimental, em 4 de setembro de 1948, consagrada à comemoração do 1.<sup>o</sup> centenário do nascimento do Dr. Brasílio A. Machado de Oliveira (Barão de Brasílio Machado)**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.<sup>o</sup> Secretário: Dr. Plínio de Barros Monteiro

Aos quatro dias do mês de setembro de 1948, às 15 e 30 horas, em sua sede social, à Rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou sua sétima sessão regimental consagrada à comemoração do 1.<sup>o</sup> centenário do nascimento do Dr. Brasílio Augusto Machado de Oliveira. Assumiu a presidência o Dr. José Torres de Oliveira, toma assento à mesa o 1.<sup>o</sup> secretário Dr. Carlos da Silveira, e para 2.<sup>o</sup> secretário "ad-hoc" o Sr. Presidente convida o consócio Sr. Plínio de Barros Monteiro, visto não terem comparecido os 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> Secretários. Assinaram o livro de presença os sócios Sr. José Torres de Oliveira, Carlos da Silveira, Luiz Tenório de Brito, Américo B. A. de Moura, Plínio de Barros Monteiro, Ernesto de Sousa Campos, Francisco Isoldi, José Pedro Leite Cordeiro, N. Duarte Silva, Dacio Pires Correia, Afonso José de Carvalho, J. E. de Macedo Soares Sobrinho, Álvaro Soares Brandão, Djalma Forjaz, Arrison S. Ferraz e Dr. Antonio da Gama Rodrigues. Justificaram a ausência os Srs. Enzo Silveira, Prof. Jorge Bertolaso Stella e Dr. Amador Florence. O Sr. Presidente abre a sessão e convida para tomarem assento à mesa o Dr. Otaviano Machado de Oliveira, como representante da família do homenageado, o vice-consul de Portugal sr. Álvaro Soares Brandão e Dr. Jorge A. de Macedo Vieira, como representante do Dr. Sinesio Rocha, secretário do Governo do Estado. Antes de dar início à sessão o Sr. Presidente comunica que havia falecido o Dr. Geraldo Ruffolo, socio do Instituto, a quem, em nome do sodalício, presta sentida homenagem ressaltando-lhe as qualidades intelectuais. Diplomado pela Escola de Filosofia de São Bento, fundada e dirigida pelo sabio sacerdote, monsenhor Charles Sentroul, era o consocio um espírito culto e muito conversado com as leituras filosóficas de Platão, Aristóteles e S. Tomás de Aquino. Quer falando, quer escrevendo dispunha de um estilo muito original e todo seu. Otimo cidadão e exemplar chefe de família, foi também uns dos mais devotados e assíduos sócios de nossos sodalícios; dest'arte consigna na ata um voto de profundo pesar. Em seguida o Sr. Cel. Tenório de Brito pede a palavra e, fazendo ligeiras considerações à grande figura do padre jesuita, Leonel Franca, recentemente falecido no Rio de Janeiro, pede para ser também consignado, na ata do dia, um voto de pesar no que foi atendido. Passando-se à ordem do dia o Sr. Presidente dá a palavra ao 1.<sup>o</sup> orador oficial do Instituto, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que em belíssima peça oratória toda amoldada em castigado estilo, debuxa toda a vida intelectual e social do homenageado, sobrelevando as admiráveis qualidades de exímio orador, um dos mais notáveis de sua época, bem como sua brilhante

carreira de jurisconsulto e professor da nossa Faculdade de Direito. O Sr. Presidente agradece ao orador oficial a sua valiosa contribuição às homenagens a Brasílio Machado, do qual tendo sido discípulo e particular amigo, presta também a sua particular homenagem citando frases que poderiam figurar em qualquer antologia da língua portuguesa, e entre elas as duas seguintes: "Portugal, esse país pequenino que o continente aperta e o oceano alarga". "Dentro de uma boca que emudece ha sempre uma palavra que se arma". Antes de encerrar a sessão estende as homenagens aos gloriosos rebentos — José de Alcântara Machado de Oliveira, filho — Antonio de Alcântara Machado — Brasílio Machado Neto e João de Deus Cardoso de Melo, netos desse antigo, assíduo e operoso sócio honorário, cujo nome é uma das mais brilhantes joias do patrimônio literário e científico nacional. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*

*Carlos da Silveira*

*José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho*

### **Ata da 8.<sup>a</sup> sessão ordinária realizada no dia 2 de outubro de 1948**

Presidente: Prof. Ernesto de Souza Campos

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secr. Dr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho

Aos 2 dias do mês de outubro de 1948, às 15 horas e meia, em sua sede social à Rua Benjamim Constant n.º 152 o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a sua 8.<sup>a</sup> sessão ordinária do corrente ano, sendo os trabalhos presididos pelo prof. Ernesto de Souza Campos, e secretariados pelo Dr. Carlos da Silveira. Aberta a sessão, o senhor presidente convidou o sócio Dr. José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho para servir de 2.º Secretário "ad hoc", visto não haverem comparecido os 2.º, 3.º e 4.º secretários. Assinaram o livro de presença os socios Srs. Ernesto de Souza Campos, Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, Carlos da Silveira, Eurico Branco Ribeiro, Luiz Tenório de Brito, Francisco Isoldi, Jorge Bertolaso Stella, Plínio de Barros Monteiro, Américo B. A. de Moura, Teodoro Braga, Amilcar Salgado dos Santos, Álvaro Martins, Frederico Brotero, Tito Lívio Ferreira, Arrisson de Souza Ferraz, Cândido de Souza Campos, Aureliano Leite, Alice Piffer Canabrava, Alfredo Gomes, Sergio Buarque Holanda, Honorio de Sylos, Pedro Dias de Campos, José Eduardo Macedo Soares Sobrinho, João B. de Campos Aguirra e José Pedro Leite Cordeiro. Justificaram sua ausencia os socios srs. Dr. José Torres de Oliveira, Prof. Dácio Pires Correia, Dr. Bueno de Azevedo Filho e Professor Nicolau Duarte Silva. Iniciados os trabalhos, tomou a palavra o Prof. Tito Lívio Ferreira para solicitar a inversão da ordem do dia a fim de não retardar

ao auditório o prazer de ouvir os conferencistas. Posta em discussão foi aprovada a proposta, e o Sr. Presidente deu a palavra ao 1.º Orador Oficial Dr. José Pedro Leite Cordeiro, que discorreu sobre o centenário do nascimento de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, salientando os seus méritos como historiador, geógrafo e médico. Dentre as atividades de Domingos Jaguaribe, o orador focalizou o fato de ter sido êle, em companhia de Estevam Bourroul e de Antonio de Toledo Piza, um dos integrantes da triade de cujos esforços e idealismo nasceu este sodalício. Entre os trabalhos do homenageado, foi salientado o seu interêsse por Campos de Jordão, em cujo clima divisou Domingos Jaguaribe as excepcionais qualidades que hoje, realmente, tornaram essa estância climatérica brasileira, conhecida em quasi todo o mundo, médico e científico. Lembrou também o interesse de Jaguaribe pela história da América, a respeito da qual deixou trabalhos de alta valia. Ainda no campo da historiografia foi recordado um outro trabalho do homenageado, "Homens e ideias no Brasil", coletânea de artigos publicados no "Jornal do Comércio" e reunidos em volume dedicado a Rui Barbosa. O orador terminou recordando que a effigie de Domingos Jaguaribe ainda inspira e protege a nossa instituição, na artística tela de Paulo do Vale, que ornamenta a principal parede do salão nobre do Instituto Histórico de São Paulo. Terminada a conferencia o orador pediu permissão para permanecer na tribuna, a fim de lembrar que o Instituto deveria saldar uma dívida pois, tendo o sodalício em 1946 comemorado solenemente a passagem do centenário de Francisco Alvares Machado e Vasconcelos, incluiu em seu programa a colocação de uma artística placa de bronze na Rua Livre, que desde então passou a ser denominada rua Alvares Machado. Esse ato e mais a inauguração de um busto deste ínclito brasileiro na propria cidade Alvares Machado, assinalaram a efeméride. Foi com surpresa portanto que se teve conhecimento de ser proposto na Câmara Municipal de São Paulo, um projeto de lei que apenas 2 anos depois mudava a denominação da rua Alvares Machado para rua da Imprensa. Este projeto encontrou um veemente opositor na pessoa do vereador Sr. Carlos da Cunha Mattos que serena, porém energicamente, se antepôs à realização da iniqua mudança, salientando a atitude do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tão justa, equânime e tão meritória ao indicar para denominação daquela via pública o nome do inolvidável paulista. Diante disso, o próprio autor do projeto na Câmara Municipal retirou a sua proposta, continuando desta forma a ser denominada Alvares Machado aquela via pública paulista. O socio deste Instituto deputado Aureliano Leite pediu nessa altura a palavra, esclarecendo, em oportuno aparte ao orador, que é de tal vulto a personalidade de Alvares Machado, que o deputado federal Manuel Duarte já encaminhou na Câmara dos Deputados um projeto de lei atribuindo a uma das ruas da Capital da República o nome daquele emérito paulista. Agradecendo o esclarecimento do deputado Aureliano Leite, propôs o Dr. Leite Cordeiro que o Instituto oficiasse ao Sr. Vereador Cunha Mattos, agradecendo a sua atitude e ao mesmo tempo informando-o do projeto do Deputado Manuel Duarte na Câmara Federal. Finalizando, o orador solicitou ao Sr. Presidente

fosse submetida à casa uma proposta de inclusão em ata do inteiro teor do discurso do vereador Cunha Mattos. Esta proposta foi unanimemente aprovada, pelo que segue — por determinação expressa do Sr. Presidente — a transcrição na íntegra do referido documento: “O Sr. Cunha Mattos — Sr. Presidente, Nobres Colegas. Em 1946, ao comemorar-se o primeiro centenário do falecimento do grande paulista Francisco Alvares Machado e Vasconcelos, o venerando Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que às solenidades deu caráter verdadeiramente nacional, porque o homenageado avultou além das fronteiras do Estado indo projetar-se no cenário imperial inclusive na presidência do Rio Grande do Sul no agudo período da Revolução dos Farrapos, solicitou ao então Sr. Prefeito Municipal que, como cooperação da cidade às comemorações do insigne patricio, se desse o nome de Alvares Machado à antiga rua Livre, no bairro da Liberdade. O certo, no caso, seria que a denominação recaísse sobre a rua XI de Agosto que nela, bem em frente ao atual Palacio da Justiça, veio ao mundo o emérito cidadão. Não quis o sodalicio dos historiadores, o guardião das tradições paulistas, melindrar ninguém principalmente a velha casa do Direito, e, tão só por isso, foi escolher a referida rua Livre, porque esta de certa forma se ligava à antiga do Quartel, berço daquela figura exponencial do passado de São Paulo. Ademais, era rua minúscula, sem tradição rigorosa no nome que carregava, e, recebendo o nome de Alvares Machado, por isso mesmo se altearia. Deferido o pedido, expedido o respectivo ato que dava o nome de Alvares Machado à rua Livre, o Instituto Histórico comemorou solenemente o feito, apondo a uma de suas duas únicas esquinas, artística placa de bronze com estes dizeres: Rua Alvares Machado — Emérito Paulista. A festividade que fez parte de toda uma semana de comemorações, contou com a presença de especial delegação da Assembléia Nacional, que a ela se associou, dado que Alvares Machado foi, no Parlamento Imperial, uma de suas mais estupendas figuras pela soberba atuação que ali teve notadamente da elevação de Pedro II no trono, tanto que adquiriu o honroso cognome de “Campeão da Maioridade”. Ainda o Sr. Cunha Mattos — Pois bem, Sr. Presidente nesta festividade o deputado Crepori Franco, da bancada maranhense e membro da delegação de parlamentares, teve ocasião de dizer em plena rua e à frente de grande massa de povo, que São Paulo mais e mais extasiava o Brasil com os seus cometimentos em todos os ramos da atividade humana, mas era de destacar-se o fato de, não obstante haver recebido grande massa de elemento alienígena, continua mais brasileiro do que nunca. A prova, ali estava:— honrava e homenageava daquela forma uma das grandes figuras nacionais do passado. Na realidade, Sr. Presidente, São Paulo cumpriu o seu dever honrando seu grande filho! Muito nos merece a Imprensa e a ela rendemos as nossas homenagens as mais sinceras e justas. Pelo muito que ela tem feito pela coletividade, em todos os setores, de toda a justiça é que, envolvendo na homenagem todo o jornalismo de São Paulo, se dê a um logradouro público nome que a ela se relacione. Imprensa justamente, porque este substantivo envolverá tudo quanto tenha reatividade com o periodismo de Piratininga. Mas, Sr. Presidente, entendemos

não ser razoável que se mude o nome desse grande paulista que foi *Alvares Machado*, da rua Livre para outra rua em um bairro da cidade para ser substituído pelo de *Imprensa* somente porque nessa via pública está sendo levantada a *Casa do Jornalista*. Não será concebível esta providência se levarmos em conta que esta mesma imprensa, na época das referidas comemorações, inteirinha se solidarizou exalçando o vulto do eminente paulistano que, membro do Conselho da Província, em 1821, teve a coragem, expressando a vontade e a alma de todos os filhos de Piratininga, de dizer a *Pedro I* "o voluntarioso moço que nos governa", que o "Despotismo somente levantaria o seu trono sobre as ossadas do derradeiro Paulista". Isso dito, sou pelo apoio ao projeto do nobre vereador *Camilo Ashcar*, que considera nosso dever homenagear a *Imprensa* de São Paulo, mas entendo que, para tanto, deve ser escolhido outro logradouro, já para não praticar imperdoável injustiça a um dos maiores vultos do nosso passado, esse eminente *Alvares Machado* que ao lado de *Diogo Antonio Feijó*, *Gabriel dos Santos*, *Brigadeiro Tobias* e tantos outros, muito concorrem para elevar o nome de São Paulo e, ainda, já para não dissentirmos do duto e venerando Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, sem dúvida o máximo guardião de nossas tradições. Suponho que os interesses podem perfeitamente ser conciliados, e para essa conciliação eu ousou apelar para o meu nobre colega *Camilo Ashcar*, assim como para o insinuador do projeto, o digno vereador *André Nunes Jr.*, no sentido de ser alterado o projeto, dando-se o nome de *Praça da Imprensa* ao atual *Largo da Liberdade*, ao invés de modificar-se a denominação de *Alvares Machado*, pois esse largo se situa no mesmo quarteirão em que se localiza a rua Livre, hoje, com o nome daquele grande brasileiro. Isto, sr. Presidente, em nada diminuiria as nossas demonstrações de amor à liberdade, porque, já, como muito bem disse o nosso ilustre colega sr. *Ashcar*, a liberdade está na própria gênese da imprensa. Por outro lado, já tem a liberdade as nossas mais cabais homenagens com o seu nome ligado a um dos nossos mais importantes subdistritos e a uma das nossas mais formosas avenidas. Conto que o nobre autor do projeto de lei que dá o nome de *Imprensa* à rua Livre estará de pleno acôrdo com estas considerações e não concorrerá, ao tomar conhecimento do que venho de dizer sobre o grande paulista, para que seja ele diminuído da forma por que o será, se alijado para ponto afastado e muito aquém de seus reais e negáveis merecimentos. Não nos esqueçamos que se trata de grande filho da cidade de São Paulo, tão grande que está merecendo as atenções de um dos maiores historiadores gauchos, o depufado *Manuel Duarte*, que tem no prelo monumental obra histórica sobre este emérito conterrâneo nosso. Somos, para *Alvares Machado*, a posteridade paulista por quem ele tanto lutou. E essa posteridade não pode ser assim tão ingrata... O Bravo revolucionário de 1842, movimento que lhe deu longo e doloroso exílio, precisa continuar merecendo todas as honrarias e homenagens que lhe possamos dispensar, certos nós outros que tudo lhe dando muito ainda ficamos a dever-lhe. São estas, Sr. Presidente, palavras que minh'alma de paulista me dita, e sobre elas peço a reflexão da casa principalmente do nobre autor do projeto. Era

o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas). O Sr. Presidente — Não há mais oradores inscritos. Não há quem queira usar da palavra! (Pausa) encerro, pois, a hora do expediente. E encerro igualmente a hora da sessão”. A seguir, o Sr. Presidente agradeceu em nome do Instituto Histórico ao Dr. Leite Cordeiro, não só pela magnífica evocação da personalidade de Domingos Jaguaribe, como também pela oportunidade oferecida de se enaltecerem as atividades do Instituto feita na Câmara Municipal de São Paulo, pelo vereador Cunha Matos. Com a palavra, o Coronel Luiz Tenório de Brito discorreu sobre o empolgante tema da história da Força Pública de São Paulo, focalizando de preferência a evolução do Corpo de Bombeiros. Uma salva de palmas coroou as últimas frases do conferencista. Em breves palavras o Senhor Presidente agradeceu a esplêndida colaboração do operoso consocio. Sucedeu-o na tribuna o socio Prof. Francisco Isoldi, que se referiu a diversos erros históricos inseridos em obras de larga divulgação tais como a Enciclopédia Prática Bompiani (1424), editada em 1938, que atribui a invenção do aeróstato aos Irmãos Montgolfier, quando, na realidade, se deve a glória de tal invenção ao Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. Concluiu o seu discurso sugerindo que no próximo congresso de história, o Instituto propusesse uma tese defendendo o direito da veracidade histórica, contra usurpadores de patrimônios alheios. Antes de submeter à discussão esta proposta, declarou o Sr. Presidente serem do seu conhecimento inúmeros erros especialmente no terreno histórico, vulgarizados pela maioria das enciclopédias. O dr. Carlos da Silveira acrescentou a esse respeito que tinha verificado um erro imperdoável na Enciclopedia Espasa: Ao lado do clichê da estatua do General Osorio, Marquês do Herval, o que há são dados biográficos de um General português, João de Gouveia Osorio de grande nomeada em Portugal, mas desconhecido no Brasil. Em seguida o Sr. Presidente submeteu à discussão a proposta do associado Prof. Francisco Isoldi, tendo sido a mesma aprovada pelos votos de todos os presentes. O sr. Presidente referiu-se então à personalidade dos socios falecidos: João Batista de Sousa Filho, socio efetivo, José Pinto e Silva, socio efetivo e Alfredo Romario Martins, socio correspondente, cujos desaparecimentos constituem perdas irreparáveis para o nosso quadro social. Relembrou o sr. Presidente dois vultos da vida paulista que acabaram de falecer: o sr. José Joaquim Cardoso de Mello Junior, pai do nosso ilustre consocio Prof. Cardoso de Mello Netto e o saudoso e inesquecível Professor Horácio Berlinck, cujas atividades no magisterio tantos beneficios produziram em prol da juventude paulista. Para tão infaustos acontecimentos o sr. Presidente propõe, tendo sido unanimemente aprovado, o voto de pesar do Instituto. Após pequeno intervalo passou-se à primeira parte dos trabalhos previstos, cuja ordem havia sido invertida por proposta do Prof. Tito Lívio Ferreira. Foi lida e aprovada a ata da sessão extraordinária realizada no dia 21 de Agosto de 1948. Por proposta do socio Dr. Carlos da Silveira foi dispensada a leitura das atas da 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> sessões ordinárias, realizadas em 7 de agosto e 4 de setembro de 1948, por ter havido ampla publicidade pelos jornais da materia nelas contida, ficando as respectivas atas aprovadas em plenário.

Após estas formalidades regulamentares o sr. Presidente comunicou que em sua ultima viagem a Pernambuco, realizada no mês passado, conseguiu obter a remessa para a nossa biblioteca, das publicações do Instituto Geográfico, Histórico e Arqueológico de Pernambuco, intercambio de grande alcance para os que se dedicam a estudos dessa natureza, e apresentou à casa os dois últimos volumes que acabavam de ser entregues por via postal, afirmando que as referidas publicações já estão chegando com satisfatoria regularidade. Foram lidas pelo 1.º Secretário as cartas de agradecimento dos sócios: Washington Luis Pereira de Souza, Américo Brasileiro Antunes de Moura, Afonso de E. Tau-nay e José Carlos de Macedo Soares, recentemente elevados à categoria de socios eméritos. Antes de terminar o expediente o sr. Presidente comunicou que será realizada uma sessão extraordinária dia 16 do corrente, sábado, às 15 horas e meia, para pôr em dia os trabalhos da pauta, ficando designado o dia 30 do corrente para a realização da sessão magna, por ser domingo o dia 31, data prevista para esta solenidade. O Dr. José Pedro Leite Cordeiro, pedindo a palavra, participou à casa que já se encontram em 3.ª prova as páginas do número da revista e que recebeu de Frei Timóteo Van Den Broeck uma carta na qual este novo socio correspondente, pedia que transmitisse os seus agradecimentos pela sua recente eleição. O Dr. Leite Cordeiro ofertou ao Instituto uma copia fotostática do original de um artigo de Luiz Pereira Barreto, publicado em "O Imparcial", de 31 de agosto de 1915, artigo no qual o ilustre cientista fez interessantíssimas referencias a respeito do papel de Rodrigues Alves, Osvaldo Cruz e Emilio Ribas no combate à febre amarela. Salientou o ofertante o espírito de patriotismo de Pereira Barreto, que para provar a excellência do clima brasileiro, desenvolveu em São Paulo a viticultura, tendo oportunidade de enviar a cientistas europeus uvas paulistas tão belas e tão saborosas quanto as europeias, provando assim que o nosso clima não deveria de maneira alguma constituir um espantallo para a imigração, conceito que até então muito nos prejudicava. Referindo-se à oferta teve o sr. Presidente oportunidade de tecer eruditas considerações em torno da personalidade de Emilio Ribas, salientando varios aspectos da vida daquele grande cientista brasileiro. Finalmente foram submetidas à discussão e à votação as propostas dos seguintes candidatos: Sr. Antonio Silvio da Cunha Bueno, para socio efetivo; Sr. Dr. Vito Zappolá Láscario Di Dorilea e Sr. Dr. Antonino Stepani, ambos para socios correspondentes. As três propostas foram aprovadas, em primeiro escrutinio. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *José Torres de Oliveira*  
*Carlos da Silveira*  
*José B. de Oliveira Azevedo Filho*

**Ata da sessão extraordinária, em 16 de outubro de 1948**

Presidente: Dr. José Torres de Oliveira

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho

Aos 16 dias do mês de outubro de 1948, às 15 horas e meia, em sua sede social, à rua Benjamim Constant n.º 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária. Presidiu os trabalhos o Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente perpetuo do Instituto, secretariado pelos Drs. Carlos da Silveira e Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, respectivamente 1.º e 3.º secretários. Assinaram o livro de presença os socios Srs. Dr. José Torres de Oliveira, Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, J. R. de Araujo Filho, Plínio de Barros Monteiro, Frederico Brotero, Carlos da Silveira, Américo B. A. de Moura, Ernesto de Souza Campos, Luiz Tenório de Brito, D.<sup>a</sup> Alice Piffer Canabrava, Aroldo de Azevedo e Cel. Pedro Dias de Campos. Justificaram sua ausência os socios Srs. Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Desembargador Afonso José de Carvalho, Prof. Teodoro Braga, Prof. Franchini Neto, Prof. Nicolau Duarte Silva e Capitão Arrison de Sousa Ferraz. Aberta a sessão foi lida pelo sr. secretário e aprovada a ata da sessão anterior. O Sr. Primeiro Secretário leu o expediente. Passa-se, então, à primeira parte da ordem do dia. É votada, em 2.º escrutínio, a proposta, para membro efetivo, do sr. Dr. Antonio Sílvio da Cunha Bueno, a qual é aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente proclama-o, portanto, socio do Instituto naquela categoria. Em primeiro escrutínio são votadas as propostas de transferência da categoria de correspondentes para honorários dos Srs. Drs. Elmano Gomes Cardim e Anibal Matos, as quais também obtiveram unanimidade de votos. Nada mais havendo a tratar e não estando ninguém inscrito para usar da palavra, o Sr. Presidente convida a todos para a sessão magna do Instituto, no dia 30 do corrente, na qual será feito pelo orador oficial, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, o necrológio dos socios falecidos durante o corrente ano. Antes de encerrar-se a reunião, o Sr. Bueno de Azevedo Filho propôs que ficasse consignado em ata um voto de homenagem ao ilustre patricio João Mendes de Almeida, grande jurisconsulto e historiador cujo cinquentenário da morte transcorria. O Sr. Presidente, apoiando a proposta, mandou que fosse lavrado o voto de homenagem, admiração, respeito e saudade do Instituto. O Sr. Prof. Ernesto de Sousa Campos propôs que constasse, também, da ata um voto de congratulação pela passagem do 50.º aniversário da fundação da Escola de Farmacia de São Paulo. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Frederico de Barros Brotero**Carlos da Silveira**José B. de Oliveira Azevedo Filho*

**Ata da sessão magna, em 30 de outubro de 1948**

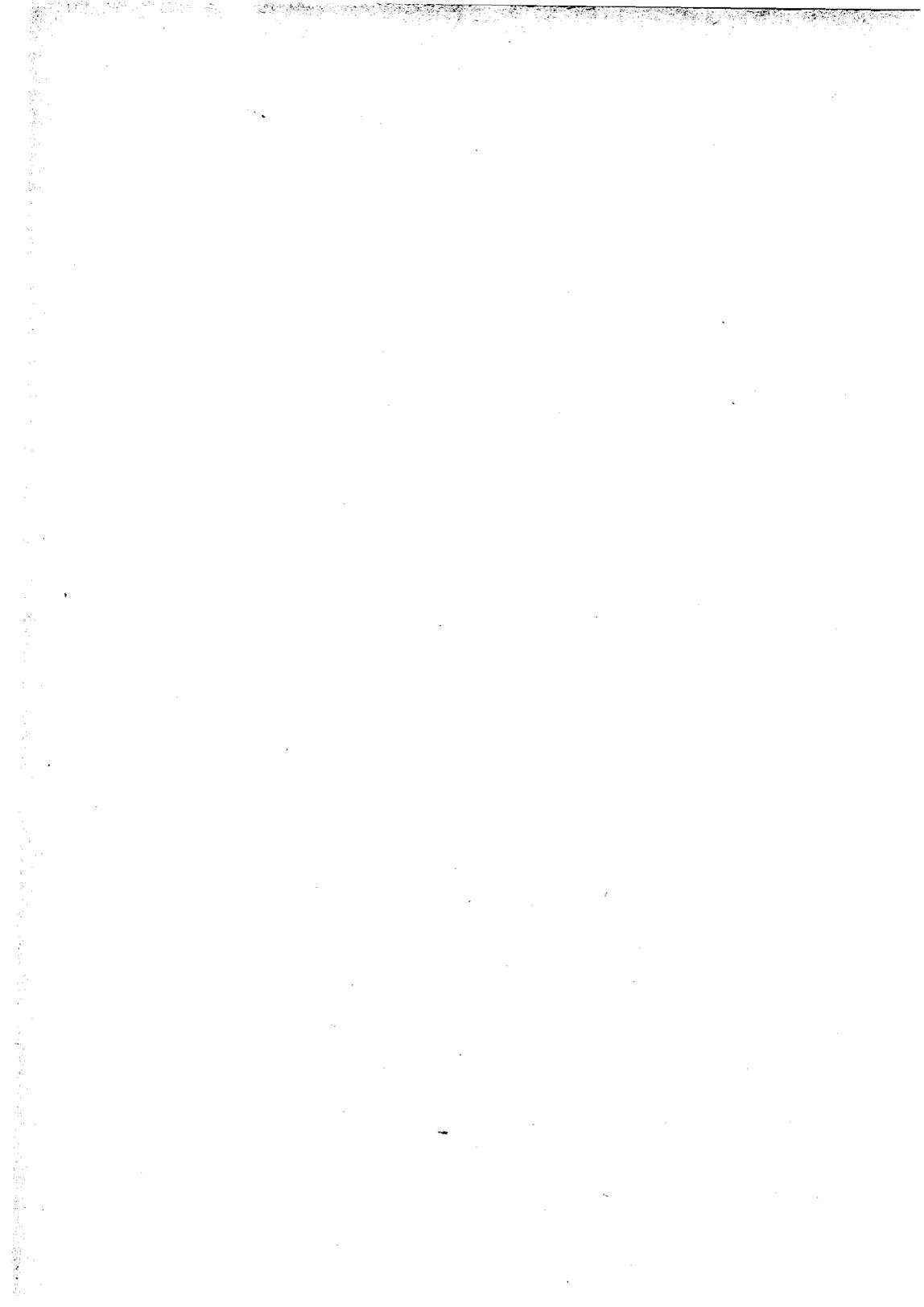
Presidente: Dr. Frederico de Barros Brotero

1.º Secretário: Dr. Carlos da Silveira

2.º Secretário: Dr. José Bueno de Azevedo Filho

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e oito, às 15 horas e meia em sua sede social, á rua Benjamim Constant, 152, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a sessão magna em que foi feito o elogio histórico dos socios falecidos no decorrer do ano social findo, com a presença dos seguintes socios: Srs. Carlos da Silveira, José Pedro Leite Cordeiro, Frederico de Barros Brotero, Tomás Oscar Marcondes de Souza, Tito Lívio Ferreira, Álvaro Soares Brandão, Arrison de Souza Ferraz, Afonso de E. Taunay, Afonso de Carvalho, Francisco Isoldi, Edmundo Krug, Américo B. A. de Moura, João B. de Campos Aguirra, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Olga Pantaleão, N. Duarte Silva, Alfredo Gomes e Álvaro da Veiga Coimbra. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O Senhor Presidente justificou as ausências dos srs. drs. José Torres de Oliveira, Ernesto de Souza Campos, Teodoro Braga. O sr. dr. Carlos da Silveira propõe um voto de congratulações pela eleição do sr. dr. Américo de Moura para a Academia Paulista de Letras, o que foi aprovado. O homenageado agradeceu profundamente emocionado a prova de simpatia que recebia da Casa. Dada a palavra ao orador oficial, discorre êle sôbre as personalidades dos socios falecidos: srs. Hildebrando de Seixas Siqueira, Juan Francisco Recalde, Cícero Arsenio de Souza Marques, Luiz Gastão de Escagnolle Doria, Galeno Martins de Almeida, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Francisco Antonio de Almeida Morato, Roberto Cockrane Simonsen, Olinto Máximo de Magalhães, Manuel Pereira Guimarães, José Paolone, Sud Menucci, Geraldo Ruffolo, João Batista de Souza Filho, José Pinto e Silva e Alfredo Romário Martins. O sr. Presidente agradeceu ao orador o belo trabalho que acabava de ser apresentado, no qual foram devidamente ressaltados os dotes que exornavam os saudosos extintos. E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu o comparecimento do elevado número de consocios e convidados, declarando encerrada a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada, será devidamente assinada.

(a) — *Ernesto de Souza Campos*  
*Carlos da Silveira*  
*Amador Bueno Machado Florence*



# Cadastro Social

(1948)

## *Presidente Honorário*

Afonso de Escragnolle Taunay

## *Presidente Perpétuo*

José Tôrres de Oliveira

## *Sócios Eméritos*

Washington Luís Pereira de Sousa  
Frederico de Barros Brotero  
José Carlos de Macedo Soares  
José Torres de Oliveira  
Américo Brasiliense Antunes de Moura

## *Sócios Beneméritos*

Samuel Ribeiro.  
Dácio Pires Correia

## *Sócios Honorários*

Afonso José de Carvalho  
Altino Arantes  
Ana de Queiroz Teles Tibiriçá  
Antonio Colbacchini (Padre)  
Cândido Mariano da Silva Rondon  
Carlos da Silveira  
Carlos de Sousa Nazaré  
Carlota Pereira de Queiroz

Deusdedit de Araujo (Padre)  
Edmundo Krug  
Ernesto de Souza Campos  
Eugenio Egas  
Francisca Pereira Rodrigues  
Francisco de Aquino Correia (Dom)  
Hipolito Chevelon (Padre)  
João Batista de Carvalho (Padre)  
João Lourenço Rodrigues  
José Adriano Marrey Junior  
José Augusto de Magalhães  
José Danti (Padre)  
José de Castro Neri (Padre)  
José Pires do Rio  
Julio César de Faria  
Julio de Mesquita Filho  
Laudo Ferreira de Camargo  
Leopoldo Aires  
Manuel da Costa Manso  
Maria Imaculada Xavier da Silveira  
Maria Pais de Barros  
Noemia Nascimento Gama  
Paulo de Tarso Campos (Dom)  
Pedro d'Orleans e Bragança (Príncipe)  
Pedro Dias de Campos  
Serafim Leite (Padre)  
Sinésio Rocha  
William Brooks Greenlee

*Sócios efetivos*

Adriano Campanhole  
Afonso Schmidt  
Alecindo Muniz de Sousa  
Alexandre d'Alessandro  
Alfredo Gomes  
Alice Piffer Canabrava  
Alípio Leme de Oliveira  
Alvaro da Veiga Coimbra  
Alvaro Martins  
Alvaro Soares Brandão  
Amadeu de Queiroz  
Amador Bueno Machado Florence  
Amando Franco Soares Caiubi

Américo Maciel de Castro Junior  
Américo Netto do Rego Cavalcanti  
Antônio Augusto de Menezes Drummond  
Antonio Barreto do Amaral  
Antonio Ferreira Cesarino Junior  
Antonio Paulino de Almeida  
Ari França  
Armando de Arruda Pereira  
Aroldo Edgar de Azevedo  
Arrisson de Souza Ferraz  
Astrogildo Rodrigues de Melo  
Augusto Gonzaga  
Aureliano Leite  
Bento Bueno  
Cândido de Souza Campos  
Cantidio de Moura Campos  
Carlos Alberto Nunes  
Carlos Borges Schmidt  
Carlos de Moraes Andrade  
Celestino Eusébio Fazzio  
Cincinato Braga  
Ciro Onésimo Maria Mondim  
Ciro Tassara de Padua  
Clodomiro Pereira da Silva  
Coriolano Roberto Alves  
Dagoberto Sales  
Djalma Forjaz  
Domingos Laurito  
Eduardo de Oliveira França  
Edward Carmilo  
Egon Schaden  
Enzo Silveira  
Ernesto de Moraes Leme  
Eurico Branco Ribeiro  
Eurípedes Simões de Paula  
Fábio da Silva Prado  
Fausto de Almeida Prado Penteado  
Francisco de Assis Carvalho Franco  
Francisco de Assis Iglesia  
Francisco Isoldi  
Francisco Pires Martins  
Gastão Ferreira de Almeida

Gastão Vidigal  
Gofredo Teixeira da Silva Teles  
Henrique Oscar Wiederspahn  
Honório de Silos  
Igor Dolgorukij  
Inácio da Costa Ferreira  
João Batista de Campos Aguirra  
João Cruz Costa  
João Dias da Silveira  
João Lelis Vieira  
João Pedro Cardoso  
Joaquim Alfredo da Fonseca  
Joaquim Abreu de Sampaio Vidal  
Joaquim Silva  
Jorge Bertolaso Stella  
José Ayres Netto  
José Augusto Cesar Salgado  
José Benedito Silveira Peixoto  
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho  
José Carlos de Ataliba Nogueira  
José Cassio de Macedo Soares  
José de Moura Rezende  
José de Oliveira Orlandi  
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho  
José Eugenio de Paula Assis  
José Ferreira de Melo Nogueira  
José Furtado Cavalcanti  
José Higino de Campos (Monsenhor)  
José Hipolito Trigueirinho  
José Maria Whitaker  
José Nogueira Sampaio  
José Querino Ribeiro  
José Ribeiro de Araujo Filho  
José Ribeiro de Sá Carvalho  
Laerte Teixeira de Assunção  
Lelio Piza  
Luís Amaral  
Luís Correia de Melo  
Luís da Câmara Lopes dos Anjos  
Luís Ribeiro do Vale  
Luís Sérgio Tomás  
Luís Tenório de Brito  
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz

Manuel Gândara Mendes  
Manuel Rodrigues Ferreira  
Maria Andrada Procópio de Carvalho  
Maria da Conceição Martins Ribeiro  
Maria de Lourdes de Paula Martins  
Mário de Sampaio Ferraz  
Mário de Sanctis  
Martinho da Silva Prado Junior  
Maurício Benedito Ottoni  
Miguel Franchini Neto  
Nicolau Duarte Silva  
Odécio Bueno de Camargo  
Odilon Nogueira de Matos  
Olga Pantaleão  
Otoniel Mota  
Paulo Aurisol Cavalheiro Freire (Padre)  
Paulo Florêncio da Silveira Camargo (Cônego)  
Paulo Ribeiro de Magalhães  
Paulo Vergueiro Lopes de Leão  
Pedro Moacir Campos  
Pelágio Alvares Lobo  
Percival de Oliveira  
Pérsio Pereira Mendes  
Plínio de Barros Monteiro  
Plínio Marques da Silva Ayrosa  
Rafael Rocha Campos  
Raul de Frias Sá Pinto  
Raul Romano  
Renato Silveira Mendes  
René Thiollier  
Ricardo Gumbleton Daunt  
Rivadávia Dias de Barros  
Roberto dos Santos Moreira  
    Roberto Carregal Pompílio  
Roberto Thut  
Rubens Borba Alves de Moraes  
Rui Bloem  
Rui Calasans de Araújo  
Salvador de Moya  
Sebastião Pagano  
Sérgio Buarque de Holanda  
Sinésio Rangel Pestana  
Teodomiro Dias

Teodoro Braga  
 Tito Lívio Ferreira  
 Tomás Oscar Marcondes de Souza  
 Ulisses Coutinho  
 Vítor Freire da Silva Junior  
 Zuinglio Marcondes Homem de Melo

*Sócios Correspondentes*

Adalberto Ortmann (Frei) — Guaratinguetá, São Paulo  
 Afonso Antônio de Freitas Junior. — Casa Branca, São Paulo  
 Almiro Ávila y Martel. — Santiago, Chile  
 Alberto Frederico de Moraes Lamego. — Campos, Rio  
 Alcindo de Azevedo Sodré — Petrópolis, Rio  
 Alcionilio Bruzzi Alves da Silva (Padre). — Itália  
 Alexandre Nelson de Armond Marchand. — Washington, Estados Unidos  
 Alfredo Dias de Molina. — Buenos Aires, Argentina  
 Alfredo Vieira de Moura Matoso — Lisboa, Portugal  
 Américo Jacobina Lacombe. — Rio de Janeiro  
 Amilear Salgado dos Santos — Curitiba, Paraná  
 Anibal de Matos. — Belo Horizonte, Minas Gerais  
 Antônio da Gama Rodrigues. — Lorena, São Paulo  
 Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho. — Salv., Bahia  
 Antônio Figueira de Almeida. — Rio de Janeiro  
 Antônio Maria Barbieri (Dom). — Montevidéu, Uruguai  
 Antônio Tavares Pinhão. — Ribeirão Preto, São Paulo  
 Ariosto Espinheira. — Rio de Janeiro  
 Aristides Monteiro de Carvalho e Silva — Niteroi, Rio  
 Arlindo Drummond Costa. — Rio de Janeiro  
 Arquimedes Pereira Guimarães. — Belo Horizonte, Minas Gerais  
 Augusto Meira. — Belém, Pará  
 Basílio de Magalhães. — Rio de Janeiro  
 Benedito Pires de Almeida. — Tietê, São Paulo  
 Bernardino José de Souza. — Rio de Janeiro  
 Buenaventura Caviglia Hijo — Montevidéu, Uruguai.  
 Carlos Studart Filho — Rio de Janeiro.  
 Celso Ferraz de Camargo — Campinas, São Paulo.  
 Celso M. Schroeder — São Gabriel, Rio Grande do Sul  
 Celso Vieira de Camargo — Tatuí, São Paulo  
 Cristóvão T. de Camargo — Rio de Janeiro  
 Dante Laitano — Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
 Davi Antônio da Silva Carneiro — Curitiba, Paraná  
 Dulcídio do Espirito Santo Cardoso — R. de Janeiro

- Edelweiss Teixeira — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Eduardo d'Araújo Jacobina — Guaratinguetá, São Paulo  
Eduardo Santos Maia — Cruzeiro, São Paulo  
Elmano Gomes Gardim — Rio de Janeiro  
Emílio José Salim (Cônego) — Campinas, São Paulo  
Félix Guisard Filho — Taubaté, São Paulo  
Fernando Antônio Raja Gabaglia — Rio de Janeiro  
Fernando São Paulo — Salvador, Bahia  
Flávio Maurano — Casa Branca, São Paulo  
Florêncio de Abreu — Rio de Janeiro  
Francisco de Paula Santos — Tapiratiba, São Paulo  
Gaston Benedict de Benedictis — Los Angeles, Est. Unidos  
Geraldo Dutra de Moraes — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Guilherme Martinez Auler — Recife, Pernambuco  
Haroldo Renato Áscoli — Rio de Janeiro  
Heitor Muniz — Salvador, Bahia  
Hélio Viana — Rio de Janeiro  
Henrique de Campos Ferreira Lima — Lisboa, Portugal  
Henrique de Gandia — Buenos Aires, Argentina  
Henrique da Costa Fernandes — S. Luis, Maranhão  
Henrique Jorge Hurly — Belém, Pará  
Herculano Teixeira d'Assunção — Belo Horizonte, M. Gerais  
Hilton Siqueira — Guaratinguetá, São Paulo  
Inácio Manuel Azevedo do Amaral — Rio de Janeiro  
Jerônimo de Aquino Araújo — Guaratinguetá, São Paulo  
Jesus Machado Tambelini — Batatais, São Paulo  
João Dornas Filho — Belo Horizonte, Minas Gerais  
João José Maria Francisco de Oliveira — Ilha da Mad., Portugal  
João Pereira de Oliveira — Lorena, São Paulo  
Jorge Moreira da Rocha — Fortaleza, Ceará  
José da Costa e Silva Sobrinho — Santos, São Paulo  
José de Mesquita — Cuiabá, Mato Grosso  
José de Toledo — Planalto, São Paulo  
José Eduardo de Macedo Soares — Rio de Janeiro  
José Feliciano de Oliveira — Paris, França  
José Loureiro de Ascensão Fernandes — Curitiba, Paraná  
José Maria de Moraes — Recife, Pernambuco  
José Roberto de Macedo Soares — Rio de Janeiro  
Juan S. Pivel Devoto — Montevideo, Uruguai.  
Julio de Almeida da Gama Lobo Caiola — Lisboa, Portugal  
Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Rio de Janeiro  
Lísias Augusto Rodrigues — Rio de Janeiro  
Lourenço Luiz Lacombe — Petrópolis, Rio de Janeiro

- Luiz Alves de Oliveira Belo (Cap. de Fragata) — R. de Janeiro  
Luiz Carlos de Moraes — Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
Luiz Castanho de Almeida (Cónego) — Sorocaba, São Paulo  
Luiz Felipe Castilhos Goicocheia — Rio de Janeiro  
Luiz Felipe Vieira Souto — Rio de Janeiro  
Luiz Marques Poliano — Rio de Janeiro  
Manuel da Silveira Soares Cardoso — Washington — U. S. A.  
Mario Melo — Recife, Pernambuco  
Mario Sette — Recife, Pernambuco  
Miguel Ángel Martinez Galvez — Buenos Aires, Argentina  
Murilo de Miranda Basto — Rio de Janeiro  
Murilo Moutinho (Padre) — Rio de Janeiro  
Nestor dos Santos Lima — Natal, Rio Grande do Norte  
Nicolas Eugenio Navarro (Dom) — Caracas, Venezuela  
Olavo Dantas — Rio de Janeiro  
Paul Rivet — Paris, França  
Paulo Sílvio de Azevedo — Tatuí, São Paulo  
Plínio Travassos dos Santos — Araçatuba, São Paulo  
Rafael Duarte — Campinas, São Paulo  
Raimundo Magalhães — Rio de Janeiro  
Ramon de Castro Esteves — Buenos Aires, Argentina  
Richard Morse — U. S. A.  
Roberto da Mota Macedo — Rio de Janeiro  
Rodolfo Garcia — Rio de Janeiro  
Rudolf Streiff Becker — Zurich, Suíça  
Rui Almeida — Rio de Janeiro  
Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte, Minas Gerais  
Sebastião Almeida Oliveira — Tanabi, São Paulo  
Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro  
Thimoteo van den Broeck — Santos, São Paulo  
Virgílio Corrêa Filho — Rio de Janeiro
-

## **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO**

### **D I R E T O R I A**

(Triênio de 1948-1950)

Presidente Honorário ..	Prof. Dr. Afonso de Escagnolle Taunay
Presidente Perpétuo ...	Dr. José Tôrres de Oliveira
1.º Vice-Presidente ....	Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos
2.º Vice-Presidente ....	Dr. Frederico de Barros Brotero
3.º Vice-Presidente .....	Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura
1.º Secretário .....	Prof. Dr. Carlos da Silveira
2.º Secretário .....	Sr. Amador Bueno Machado Florence
3.º Secretário .....	Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
4.º Secretário .....	Prof. Alfredo Gomes
1.º Tesoureiro .....	Prof. Dácio Pires Correia
2.º Tesoureiro .....	Sr. Roberto Carregal Pompilio Taylor
1.º Orador Oficial .....	Dr. José Pedro Leite Cordeiro
2.º Orador Oficial .....	Dr. Aureliano Leite

## COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

(Triênio de 1948-1950)

- COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS — Prof. Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos e Professora Dra. Alice Piffer Canabrava.
- COMISSÃO DE REDAÇÃO DA “REVISTA” — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Dr. José Pedro Leite Cordeiro e Sr. Nicolau Duarte Silva.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA GERAL — Prof. Dr. Afonso de Escragnolle Taunay, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula e Professora Dra. Olga Pantaleão.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL — Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Cel. Pedro Dias de Campos.
- COMISSÃO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Dr. Aureliano Leite, Dr. Plínio de Barros Monteiro e Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira.
- COMISSÃO DE LITERATURA HISTÓRICA E FOLCLORE — Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond e Dr. Carlos Alberto Nunes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E MATEMÁTICA — Dr. Alípio Leme de Oliveira, Dr. Gastão Ferreira de Almeida e Dr. Pérsio Pereira Mendes.
- COMISSÃO DE GEOGRAFIA HUMANA E POLÍTICA — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, Prof. Dr. Aroldo de Azevedo e Prof. Dr. Astrogildo Rodrigues de Melo.
- COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA — Sr. Zuínglio Marcondes Homem de Melo, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra e Profa. Francisca Pereira Rodrigues.
- COMISSÃO DE FILATELIA — Dr. Mário de Sanctis, Dr. Roberto Thut e Prof. Alfredo Gomes.
- COMISSÃO DE GENEALOGIA — Dr. Frederico de Barros Brótero, Prof. Dr. Carlos da Silveira e Prof. Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho.
- COMISSÃO DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA — Prof. Dr. Herbert Baldus, Prof. Dr. Plínio Marques da Silva Airoso e Prof. Dr. Jorge Bertolaso Stella.
- COMISSÃO DE HERÁLDICA — Dr. Roberto Thut, Dr. Enzo Silveira e Dr. Ricardo Gumbleton Daunt.
- COMISSÃO DE ESTATÍSTICA — Dr. Djalma Forjaz, Dr. Armando de Arruda Pereira e Cel. Luís Tenório de Brito.
- COMISSÃO DE ICONOGRAFIA, ARTES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Dr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão e Prof. Dr. Teodoro Braga.
- COMISSÃO DE CONTAS — Sr. João Batista de Campos Aguirra, Dr. Celestino Fazzio e Dr. Cândido de Souza Campos.

## Índice

Antiquilhas de São Paulo — <i>Afonso de E. Taunay</i> .....	9
A fundação de São Paulo — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i> .....	67
Subsídios genealógicos — <i>Carlos da Silveira</i> .....	81
Antonio de Toledo Piza — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i> .....	117
O Corpo de Bombeiros que eu vi — <i>Luis Tenorio de Brito</i> ..	123
Vinte e Cinco de Janeiro — (poesia) — <i>Raul de Sá Pinto</i> ..	133
Domingos Jaguaribe — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i> .....	135
O negro no Brasil e em São Paulo: Aspectos numéricos — <i>Alfredo Gomes</i> .....	139
O Tráfico Africano visto pelo mestre Afonso de Taunay — <i>Alfredo Gomes</i> .....	151
Francisco de Paula Rodrigues Alves — <i>José Pedro Leite Cor-</i> <i>deiro</i> .....	165
Centenário da morte de Eugenio Burnouf — <i>Jorge Bertolaso</i> <i>Stella</i> .....	175
Segredo das Itacoatiaras — <i>José Antero Pereira Jor.</i> .....	189
Brasílio Machado — <i>José Pedro Leite Cordeiro</i> .....	213
Subsídios para a História de Tanabi — <i>Sebastião Almeida</i> <i>Oliveira</i> .....	227
A contribuição tietense na vida paulista — <i>Benedito Pires de</i> <i>Almeida</i> .....	233
Francisco Álvares Machado — <i>Manuel Duarte</i> .....	253
Breve noticia sobre o Município do Tietê e sua Paróquia — <i>Francisco Correia de Almeida Morais</i> .....	289
Necrologio dos sócios falecidos em 1947 — <i>J. P. Leite Cordeiro</i>	295
Relatório de 1948 .....	325
Balancete .....	327
Atas .....	329

---